

Socialist Register 2005
O Império Reloaded

Editores: Leo Panitch e Colin Leys

Sumário

Leo Panitch e Colin Leys	Prefácio	
Varda Burstyn	A Nova Ordem Imperial Prevista	
Stephen Gill	As Contradições da Supremacia dos EUA	
Leo Panitch e Sam Gindin	As Finanças e o Império Estadunidense	
Christopher Rude	O Papel da Disciplina Financeira na Estratégia Imperial	
Scott Forsyth	Hollywood <i>Reloaded</i> : O Filme como Mercadoria Imperial	
Vivek Chibber	Revivendo o Estado Desenvolvimentista? O Mito da “Burguesia Nacional”	
Gerard Greenfield	Bandung <i>redux</i> : Nacionalismos Antiglobalização no Sudeste Asiático	
Yuezhi Zhao	A Matrix Midiática: A Integração da China no Capitalismo Mundial	
Patrick Bond	O império norte-americano e o subimperialismo sul africano	
Doug Stokes	Terrorismo, Petróleo e Capital: A Contra-insurgência Norte-Americana na Colômbia	
Paul Cammarck	“Sinais dos Tempos”: Capitalismo, Competitividade, e a Nova Face do Império na América Latina	
Boris Kagarlitsky	O Estado Russo na Era do Império Norte-Americano	
John Grahl	A União Européia e o Poder Norte-Americano	
Tonny Benn e Colin Leys	Bush e Blair: o Iraque e o Vice-Rei Norte-Americano da Grã-Bretanha	

PREFÁCIO

Este volume, o da 41ª *Socialist Register* anual, é o que acompanha o extremamente bem-sucedido volume de 2004 sobre *O Novo Desafio Imperial*. Planejado originalmente como um volume único que logo se mostrou demasiado grande, formam agora um par que se complementa. *O Novo Desafio Imperial* lida com a natureza geral da nova ordem imperial –como entender e explicá-la, e quais suas forças e fraquezas. *O Império Reloaded* circunda-o com uma análise das finanças, da cultura e do modo com que o novo imperialismo está penetrando nas maiores regiões do mundo –Ásia Menor, Sudeste Asiático, Índia, China, África, América Latina, Rússia e Europa.

Os dois volumes são unidos por alguns temas distintivos. Todos os artigos enxergam o capitalismo globalizado e o imperialismo estadunidense como duas dimensões de um fenômeno único –um ponto que restou muito claro no artigo de Gill no presente volume. Todos reconhecem que o que melhor distingue a supremacia dos EUA na nova ordem imperial não é seu poder militar e de vigilância, apesar de imenso, mas a penetração nos estados, economias e ordens sociais dos outros países capitalistas avançados pelo estado dos EUA, por suas corporações e seus capitais. Os colaboradores divergem, no entanto, em várias questões. Uma delas diz respeito a quão longe a rivalidade interimperial persistirá na nova ordem global. Outra é até que ponto a economia dos EUA e a estrutura financeira global liderada pelos EUA são estáveis. Os artigos de Cammarck sobre a América Latina e de Kagarlitsky sobre a Rússia sugerem que há competição e rivalidade significativas entre os EUA e a Europa e que isso implica severos limites à supremacia dos EUA. Os artigos de Panitch e Gindin e Rude sugerem que a economia global dominada pelos EUA e suas estruturas financeiras são tão inerentemente fortes quanto eficientemente enredadas em uma hierarquia financeira global, em cuja estabilidade todos os países capitalistas avançados e suas classes dominantes possuem um interesse coletivo crucial.

Os artigos também refletem diferenças de opinião na esquerda sobre a natureza das respostas do neoliberalismo e do domínio estadunidense. No volume atual, as contribuições de Greenfield, Chibber, Zhao e Friedmann apontam para a necessidade de uma análise muito mais radical do neoliberalismo por parte dos movimentos populares anticapitalistas e antiimperialistas, além de uma análise muito mais autocrítica de algumas de suas estratégias. Os artigos de Grahl, Bohle e Deppe desafiam a idéia, popular em alguns setores da esquerda, de que o chamado capitalismo regulado e o internacionalismo baseado em direitos da “Europa social” oferecem uma alternativa mundial e realista à globalização estadunidense.

Outro forte tema do presente volume é seu foco na cultura, definida amplamente –da análise de Burstyn sobre a extensão em que mesmo os mais fantásticos elementos dos pesadelos distópicos de Huxley e Orwell acabaram por ser realizados, ou logo o serão, no coração do império; à análise de Forsyth da natureza e do impacto invasivo fenomenal do produto proeminente de Hollywood, a bomba de “ação”; ou às considerações de Zhao sobre o papel desempenhado pela mídia estadunidense na transformação do capitalismo na China.

Entre nossos colaboradores do volume deste ano, Varda Burstyn é uma escritora e ativista canadense independente. Stephen Gill e Sam Gindin lecionam ciência política na York University, em Toronto. Christopher Rude, que anteriormente trabalhou para o

Federal Reserve Bank de Nova Iorque, acaba de terminar sua tese de doutorado em economia na New School University em Nova Iorque. Scott Forsyth está no Departamento de Filme e Vídeo na York University, e Harriet Friedmann leciona sociologia na Universidade de Toronto. Vivek Chibber é do Departamento de Sociologia da New York University e Gerard Greenfield é colaborador independente, organizador e pesquisador ambiental, que vive em Bangkok. Yuezhi Zhao está na Escola de Comunicação na Simon Fraser University em Vancouver e Patrick Bond é Diretor do Centro para a Sociedade Civil na Universidade de Kwazulu-Natal em Durban. Doug Stokes leciona política internacional na Universidade de Wales, Aberystwyth, e Paul Cammack é Chefe do Departamento de Política e Filosofia na Manchester Metropolitan University. Boris Kagarlitsky é escritor e ativista independente residente em Moscou e John Grahl é Professor de Administração Global de Negócios na London Metropolitan University. Dorothee Bohle está no Departamento de Ciência Política na Universidade da Europa Central em Budapeste e Frank Deppe leciona política na Universidade Marburg na Alemanha. Tony Benn, após cinco décadas como deputado, ministro e proeminente voz da esquerda no Labour Party Britânico, está “livre finalmente”.

Agradecemos a todos os colaboradores o esforço envidado neste volume, ao mesmo tempo lembrando os leitores de que nem os colaboradores nem os editores concordam necessariamente com todo o seu conteúdo. Gostaríamos, também, de agradecer a nossos editores colaboradores, cujo envolvimento no planejamento deste e do volume anterior foi particularmente importante para seu alcance e qualidade. Pesa-nos comunicar o desligamento de Norman Geras, colaborador brilhante em muitas das *Registers* anteriores, após uma década em nosso coletivo editorial. No entanto, estamos muito felizes em relatar a aquisição de três novos editores colaboradores: Bárbara Harriss-White, Diretora do Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento de Oxford, Queen Elizabeth House; Terry Eagleton, Professor de Teoria da Cultura no Departamento de Inglês e Estudos Americanos da Manchester University; e Vivek Chibber, o qual já havíamos mencionado como colaborador nesse volume. Estamos, ainda, muito satisfeitos em anunciar que Atilio Boron, Secretário Executivo do CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais) se juntará a nós como nosso editor correspondente em Buenos Aires.

Os tempos estão mudando e a Register tem registrado essa mudança não apenas em suas páginas, mas em suas vendas. *O Novo Desafio Imperial* rapidamente se esgotou e foi reimpresso, pela primeira vez desde 1990, com novas edições estrangeiras sendo iniciadas. Agora, existem distintas edições anuais em inglês publicadas na Índia e Grécia; uma edição coreana foi iniciada com o volume de 2003 e uma edição turca com o volume de 2004; e, também iniciando com o volume de 2004, uma edição em espanhol publicada na América Latina, que será lançada e amplamente distribuída no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em janeiro de 2005. A Merlin Press recentemente publicou *The Globalization Decade*, uma coletânea de dez artigos-chave da *Register* de 1994 a 2003, editada por Martijn Konings, Alan Zuege e por nós. Alan Zuege também realizou um trabalho de dimensões heróicas como nosso assistente editorial para o volume atual; e Louis McKay mais uma vez desenhou uma capa brilhante. Agradecemos a eles e também a Marsha Miemeijer, que mantém nosso *website*. A Tony Zurbrugg e Adrian Howe da Merlin Press devemos agradecimentos especiais não apenas por seu trabalho neste volume, mas por todos os seus esforços com relação à Register.

Não podemos terminar o Prefácio deste ano sem expressar nossa tristeza quanto ao falecimento de tantos socialistas importantes no ano passado, entre eles Hamza Alavi, Paul Foot, William Hinton, Maxim Rodinson, Edward Said, Paul Sweezy e Neal Wood. Membros de uma brilhante e corajosa geração de intelectuais e ativistas de esquerda que inspiraram muito do trabalho mostrado na *Register* ao longo dos anos.

L. P.

C. L.

Julho de 2004.

A NOVA ORDEM MUNDIAL PREVISTA

Varda Burstyn

No mundo de *Matrix* e suas seqüências, máquinas inteligentes tomaram conta de um planeta devastado e cultivaram seres humanos como sua fonte de energia primária. Embalados como larvas em casulos finos, assustadores, observados e oprimidos por simulações das máquinas, os humanos são induzidos a experimentar uma alucinação de existência comum por toda sua vida, uma alucinação criada para assegurar que permaneçam passivos e como um combustível sem resistência para os grandes e onipotentes computadores. Ao final do ciclo de três filmes, os poucos rebeldes obtiveram – à luz do que acontecera antes – uma trégua temporária e completamente irreal, com um futuro incerto.

Nos últimos 25 anos, Hollywood produziu uma safra considerável de filmes distópicos horríveis, de *Blade Runner* a *Matrix (reloaded e outros)* – e nem ao menos um filme utópico, que eu saiba. Os mesmos temas são repetidos constantemente: desastre apocalíptico devido à falta de bom senso humano (guerra, inteligência artificial que realiza massacres, desastre ambiental ou nuclear, pragas, ou todos os anteriores); o poder total das elites e de seu armamento; a diminuição do valor das pessoas comuns a menos que nada (comparado com o dos ricos, pessoas avançadas genética e tecnologicamente, e/ou máquinas); a direção, a irresistível força da ganância; e a heróica resistência de poucos, que podem vencer momentaneamente, mas não derrubam o “sistema” de fato. Esse conjunto de trabalhos é uma evidência perturbadora de que tais horrores são vistos como um tema de grande audiência, porque possuem ressonância no nível emocional de muitas e muitas pessoas e – talvez – de que os *film-makers* são incapazes de prever futuros mais positivos.

Os futuros imaginados nesses filmes são realmente possíveis – projeções de coisas que já existem? Ou pretendem ser simbólicos ou metafóricos? Nesses primeiros anos do século XXI – o “Novo Século Americano”, se os imperialistas têm seu caminho – seria sóbrio e ilustrador reler, com tais questões em mente, duas visões futuristas do passado que influenciaram profundamente aqueles que criaram estas e outras distopias modernas – *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley e *1984* de George Orwell. Esses livros têm sido extraordinariamente influentes tanto sobre gerações de leitores, cuja consciência política foi afetada por eles, como também sobre gerações de escritores, em ficção e em não-ficção. Sua releitura hoje fornece algumas lições muito surpreendentes para observarmos nosso presente e para pensarmos nosso futuro.

Huxley é originário de uma família confortável de distinguidos intelectuais e cientistas; Orwell (nascido Eric Blair), ao contrário, veio de uma família de oficiais coloniais de menor patente por muito tempo estacionada na Birmânia, a qual, uma vez de volta à Inglaterra, conseguiu adotar precariamente o *status* de classe média baixa. Huxley estudou em Oxford e depois freqüentou um círculo de escritores, viveu na França, Itália e Inglaterra – com uma pequena estadia nos Estados Unidos que lhe forneceu o modelo para o *Admirável Mundo Novo*. Orwell foi enviado para Eton, mas em vez de ir a Oxford ou Cambridge, passou cinco anos no serviço colonial na Birmânia. Odiando o papel de soldado imperial, retornou à Inglaterra para preencher uma dura existência como cronista das vidas dos pobres e despossuídos, e foi lutar com os anarquistas na Guerra Civil Espanhola.

Nesse sentido, *Admirável Mundo Novo* está cheio de banhos quentes, atividades de lazer e boas roupas, enquanto *1984* está cheio de frio, decadência, apartamentos malcheirosos e salas de tortura aterrorizantes. No entanto, os futuros de pesadelo dos dois autores apresentam algumas similaridades importantes. Por exemplo, ambos constroem hierarquias sociais extremas com pequenas elites e massas vastas e impotentes: Huxley sugeriu dez “Controladores Mundiais”, Orwell um “Partido Interno” com aproximadamente 2% da população. Ambos imaginam a desintegração do amor, paternidade e família: no *Admirável Mundo Novo*, os pais são considerados uma obscenidade, em *1984*, eles são traídos por seus filhos. E a visão de ambos enfatiza o poder das tecnologias de comunicação, das múltiplas formas de propaganda e amnésia coletiva induzida deliberadamente, que condiciona o povo a aceitar uma ordem social que o abandonou completamente.

Ainda assim, existem diferenças fundamentais entre os mundos que retratam. O *Admirável Mundo Novo* de Huxley fundamenta-se na sedução dos adultos, não em sua aterrorização. “Um estado totalitário realmente eficiente”, escreveu ele em sua introdução para a reimpressão de 1945, “seria aquele no qual os chefes políticos e executivos todopoderosos e seu exército de gerentes controlassem uma população de escravos que não necessitam ser coagidos, porque amam sua servidão”. Seu *Admirável Mundo Novo* possui mais veículos de transporte pessoal convencionais que todos as propagandas de automóveis de um número da Vanity Fair, apartamentos fabulosos e bugigangas eróticas, drogas legais deliciosas e divertimentos atrativos – os Feelies* e os Órgãos de Cheiro, que funcionam em enormes complexos de entretenimento. E sexo. Todos fazem sexo – apesar de apenas com seus pares, certamente. O rito mais importante e quase religioso em *Admirável Mundo Novo* é a “Orgia-Porgia**”, realizada em nome do Ser Supremo – “Nosso Ford”***.

“Agora todos são felizes”, é o slogan de *Admirável Mundo Novo*, porque todos foram condicionados a amar o que amam – do momento da concepção *in vitro* por gestação manipulada em recipientes até a “hipnopédia” e condicionamento por aversão na infância; depois, de modo sedutor e com os prazeres da droga Soma que entorpecem a consciência, na idade adulta. O comportamento infantil – o que significa obediência sem reflexão – é considerado ótimo, mesmo para os Alfas. *Admirável Mundo Novo* é global, com “Sérias Restrições” que se referem aos resistentes atávicos e a algumas ilhas de não-conformistas incorrigíveis. No entanto, não existem guerras, nem manifestações ou revoltas, porque o Soma, delicioso e pacificador, dissipa toda oposição.

O futuro de Orwell é horrivelmente diferente: “Como um homem afirma seu poder sobre outro?... Fazendo-o sofrer... O poder está em infligir dor e humilhação. O poder está em rasgar as mentes humanas em pedaços e juntá-los novamente nas formas

¹ N. da T.: Filmes com os quais os espectadores podem interatuar e experimentar sensações tácteis por meio de dispositivos montados nas poltronas.

^{1*} N. da T.: *Orgy-porgy* no original. Orgia de sexo e drogas, obrigatórias para as classes altas. Realizam-se durante a jornada festiva denominada “Dia do Serviço Solitário”.

^{1**} N. da T.: Ford foi o criador da civilização distópica imaginada por Huxley. Creia-se que, quando tratava assuntos de psicologia fazia-se chamar Freud. Além disso, seu nome remete inequivocamente a Henry Ford, inventor da linha de montagem industrial. O símbolo oficial da civilização mundo feliz é uma letra T. Em alusão ao mais famoso dos modelos da marca Ford. Em *Admirável Mundo Novo*, a palavra Ford reemplaza a palavra *deus* nas expressões da fala cotidiana.

que são escolhidas... Se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota pisando em um rosto humano – para sempre”.

Portanto, *1984* é um estudo claustrofóbico em tons sujos e cinza, imerso em pobreza e miséria. Os Proles – a maioria – e os membros do Partido Externo vivem em habitações sujas e precárias, onde a comida é nojenta, a amizade não existe e o sol nunca brilha. A minúscula elite dominante – membros do Partido Interno – acumula todas as coisas boas. Personificados pelo Grande Irmão, adquiriram um grau sufocante, terrível de controle sobre todos os demais, graças ao potencial de vigilância da tecnologia de comunicação avançada – em particular, a televisão bidirecional*. O amor é impossível nestas condições: o sexo é somente para a reprodução. As crianças delatam seus pais e comemoram quando estes são levados às prisões e câmaras de tortura. E não há nenhum Soma para aliviar a dor.

A elite domina por meio de um monopólio de informação, com um vasto aparato burocrático para reescrever a história e institucionalizar mentiras, bem como para produzir pornografia, esportes e romances policiais para os Proles; e também por meio de uma violência brutal, dura e viciosa. O Grande Irmão vigia a todos e, logo, é todos. O Grande Irmão nunca hesita em usar de prisões, torturas e morte para todos os não-conformistas. Companheiros de trabalho desaparecem com terrível regularidade. Portanto, não há dissenso, oposição, alternativa nenhuma.

E a guerra, totalmente ausente de *Admirável Mundo Novo*, está no centro da política, economia e da cultura de *1984*. A guerra nunca termina. Ela é travada com inimigos que costumavam ser amigos e amigos que costumavam ser inimigos. O rito comunal mais importante no mundo futuro de Orwell não é uma orgia de sexo, mas sim de ódio. As “Sessões de Ódio” criam vínculos emocionais infantis intensos ao Grande Irmão. Em *1984*, tudo é privação, dor e loucura.

Hoje, são essas diferenças entre os romances que continuam a atrair a maioria dos comentários e são o foco de um debate bem vivo sobre qual dos autores estava mais “certo”. Para Christopher Hitchens e John Rodden, entre muitos outros, Orwell foi o verdadeiro visionário, especialmente porque projetou um mundo imperialista – três poderes supranacionais dominando o globo. Para Neil Postman, ao contrário, Huxley foi o verdadeiro profeta da ascensão da atual sociedade de consumo e da orquestração, através da mídia de entretenimento, confortos materiais e drogas, do consentimento passivo à tirania. E para Francis Fukuyama, Huxley foi muito mais longe por sua previsão da engenharia genética eugênica e seu potencial de destruir o que é de valor e gratificante na experiência humana (1).

Minha perspectiva, pelo contrário, é que de fato ambos os escritores estavam “certos” – que estamos vivendo em um presente de “face de Jano”, no qual figuram as características fundamentais de ambas as visões. Vivemos no *Admirável Mundo Novo 1984*.

VIVER É COMPRAR

Nos berçários, as vozes adaptavam a demanda futura ao fornecimento industrial futuro... Amo roupas novas, Amo roupas novas, Amo...

Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*

* N. da T.: na edição em português este aparelho é chamado de tele-tela.

Iniciemos com a vida no coração do Império. Nos Estados Unidos de hoje, os shoppings marcam a paisagem como uma doença de pele intratável. São os mercados para as transnacionais imensas, palácios dos consumidores para as massas e para as elites. Das aristocráticas butiques ao Wal-Mart, os shoppings estão abarrotados de mercadorias produzidas por trabalhadores mal-pagos no Sul. Eles se tornaram o local de encontro arquetípico e representam todo um sistema social exportado pelos Estados Unidos ao resto do mundo. As previsões meteorológicas da televisão e do rádio dos EUA anunciam quando é ou não é um bom dia “para ir aos shoppings”, porque eles se tornaram a experiência estadunidense central. Os shoppings são extraídos diretamente do *Admirável Mundo Novo*: montanhas de mercadorias domésticas e de uso pessoal, comida em fartura, e entretenimento – filmes e videogames – são realidades que, como os Feelies de Huxley, fornecem uma experiência alternativa para uma população submissa e complacente.

Não é nada novo que o consumismo seja a *raison d'être* da ordem corporativa, ou que esta ordem fará quase qualquer coisa para assegurar consumidores. No entanto, enerva ainda mais observar quão próximo ele chegou à manipulação da mente do consumidor imaginada por Huxley – isto é, condicionamento completo, que destrói a razão. Com a introdução da demografia na década de 50, as corporações e seus propagandistas deram uma olhada nos índices brutos de padrão de consumo, como sexo, idade, região, comunidade, status sócio-econômico e etnicidade, no sentido de localizar os consumidores mais adequados para seus produtos. Cada década subsequente trouxe refinamentos nesse sentido, a “psicodemografia” – um estudo mais profundo das respostas emocionais por meio de grupos focais e questionários – emergiu nas décadas de 80 e 90 para apresentar indicadores ainda mais lucrativos (2). No entanto, na primeira década do século XXI, um novo nível de “gerenciamento” do consumidor foi alcançado. É chamado *neuromarketing* e usa máquinas de imagem de ressonância magnética (em inglês, *magnetic resonance imaging*, MRI), desenvolvidas com o propósito de diagnósticos médicos, para pular toda a percepção crítica mediada pelo ego e ir direto à resposta inconsciente, incontrolável, límbica. Quem lidera o caminho é uma empresa sediada em Atlanta chamada BrightHouse (3).

Em 1994, após uma carreira bem-sucedida em propaganda, um homem chamado Joey Reiman fechou sua agência de propaganda de US\$110 milhões e fundou a BrightHouse, uma empresa que incluía entre seus clientes a Coca-Cola, Pepperidge Farm, K-Mart, e Home Depot. Convencido de que as empresas de propaganda produziam muito ruído num ponto tal que não podiam comunicar mais idéias, obstinou-se em lançar uma revolução no marketing. A BrightHouse refere-se a si própria como “a primeira Corporação de Ideação do mundo” e declara que “emergiu de modo secreto” para lançar o “Thought Sciences Institute” (4). O TSI “liga o abismo existente entre os negócios e a ciência e fornece a seus clientes um olhar sem precedentes sobre a mente de seus consumidores”.

A BrightHouse se orgulha de ter as “instalações de pesquisa neurocientíficas mais avançadas e de entender como o cérebro pensa, sente e motiva o comportamento”, e agrega que este conhecimento sobre o cérebro permite às corporações “estabelecer o fundamento para relações de consumo leais e de longa duração”. Este novo campo busca, nas palavras da revista *Forbes*, “encontrar um ‘botão compre’ dentro do crânio” (5) ou, nas palavras da BrightHouse, “para direcionar e envolver de maneira mais efetiva o comportamento do público alvo”.

O neuromarketing não está se desenvolvendo sem desafios. Uma coalizão progressista de grupos de consumidores e de acadêmicos que estudam a infância e educadores proeminentes são totalmente contra ele, chamando-o de forma terrível de atitude comercial com implicações assustadoras da mesma natureza daquelas que Huxley advertiu (6). Tais críticas alegam que a exposição repetida aos fortes magnetos nas máquinas de MRI poderia causar danos de várias maneiras aos voluntários humanos da pesquisa, mas a ameaça de fato, argumentam, é às pessoas – especialmente as crianças – que são os consumidores-alvos dos neuromarketeiros (7). As crianças estadunidenses, imersas como ninguém em uma cultura saturada e dirigida comercialmente, já estão com sérios problemas. Epidemias de desordem de aprendizado, de atenção e comportamento já foram registradas; obesidade, bulimia e anorexia são crescentes; assim como uma variedade de problemas psicológicos associados à imersão em uma cultura visual violenta – tudo trespassado por propaganda incessante. Para os críticos do neuromarketing, o projeto de estender o alcance da propaganda para a infância é socialmente suicida.

As pesquisas de neuromarketing da BrightHouse são conduzidas sob os auspícios supostamente benignos e acadêmicos do Hospital Universitário Emory em Atlanta. Os diretores da BrightHouse detêm posições de ensino na Emory e a ala de neurociência da Universidade Emory é o epicentro do mundo do neuromarketing. A Universidade Emory foi fundada pela Igreja Metodista em 1836. A missão de sua Escola de Medicina se compromete a “avançar na detecção, tratamento e prevenção de doenças”. Por qual critério perverso o neuromarketing pode ser considerado prevenção de doenças? No *Admirável Mundo Novo* de Huxley, *não consumir* era considerado uma grave patologia, a ser tratada farmacologicamente e com psicoterapia. Bem-vindos ao *Admirável Mundo Novo*. O futuro é agora.

A RESSURREIÇÃO DO GRANDE IRMÃO

Saber e não saber, ser consciente da veracidade completa ao mesmo tempo em que se contam mentiras cuidadosamente construídas, defender simultaneamente duas opiniões que se opõem, sabendo que estas são contraditórias, e acreditar em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade na medida em que diz defendê-la... isso é duplo-pensar.

George Orwell, 1984

Quando os governos da Europa do Leste e da União Soviética entraram em colapso no final dos anos 80 e início dos anos 90, muitos comentaristas pronunciaram que o Grande Irmão e seu braço especial de duplo-pensar ideológico estavam mortos. Na verdade, o Grande Irmão se mudou para os Estados Unidos, onde cresceu enormemente no medo gerado pelo 11 de setembro de 2001 e, nas iniciativas políticas levadas a cabo desde então, transformou-se em uma criatura híbrida, transformou de uma só vez as cabeças das enormes corporações – industriais, militares, financeiras, de comunicação, armamentos, farmacêuticas, agrícolas – e dos políticos e das instituições de estado que os serviam. O

*Doublethink Dubya** [George W. Bush] é apenas o emblema que se encaixa perfeitamente nele.

Deixando de lado as questões postuladas por aspectos muito improváveis ou suspeitosos da investigação oficial dos eventos de 11 de setembro, muitos dos modos com que o Governo Bush usou os eventos daquele dia para desenvolver uma agenda de duplo-pensar e hipervigilância fariam o Partido Interno de Orwell babar de inveja. O Patriot Act e o Departamento de Segurança Interna criaram uma vasta lista de leis e ações que subvertem cada vez mais a democracia que o governo Bush finge defender. Hoje, quando mesmo uma mídia subserviente e monopolizada é incapaz de ignorar o exagero de escândalos, mentiras e atrocidades, a crítica orwelliana das ações dos EUA desde 11 de setembro tornou-se comum. Sites sobre Orwell surgiram como cogumelos. Maureen Dowd, uma escritora do editorial do *New York Times*, descreve o regime de Bush em termos orwellianos quase semanalmente. “É sua realidade”, escreveu em abril de 2004. “Apenas vivemos e morremos nela”.

No Mundo de Bush, nossas tropas vão à guerra e são mortas, mas nunca se vêem os corpos voltando para casa. No Mundo de Bush, os restos dos caídos, cobertos com a bandeira, são importantes para reverenciar e exibir a nação, mas apenas nas propagandas políticas que vendem a liderança do presidente contra o terror. No Mundo de Bush, podemos criar uma democracia iraquiana estimulante somente na medida em que não controle seus próprios militares, aprove qualquer lei ou tenha qualquer poder. No Mundo de Bush, podemos vencer a Falluja por meio de escavadeiras (8).

Dentro dos EUA, a criminalização de fato dos dissidentes, a partir do solapamento direto e franco da democracia, aumentou enormemente. Para fazer um recorte, na Reunião da ALCA em Miami em novembro de 2003 – uma reunião que não foi boa para os EUA – “quanto mais controle os representantes do comércio dos EUA perderam na mesa de negociação, como observou Naomi Klein”,

mais poder brutal a polícia mostrava nas ruas. Demonstrações pequenas e pacíficas foram atacadas com força extrema; organizações foram infiltradas por agentes disfarçados que usaram armas de imobilização; ônibus de membros de sindicatos foram impedidos de se juntarem às passeatas autorizadas; pessoas foram espancadas com cassetetes; ativistas tiveram armas apontadas para suas cabeças nos pontos de checagem... (9)

As últimas técnicas utilizadas no Iraque – de um exército *hollywoodizado* a uma mídia militarizada – estão agora sendo usadas em grande escala em uma grande cidade dos EUA. Manny Diaz, o prefeito de Miami, declarou que a resposta da polícia deve servir como “um modelo para a defesa interna”. E bem poderia se exultar. A resposta reuniu mais de quarenta agências de garantia da lei, do FBI ao Departamento de Pesca e Vida Selvagem. O chefe de polícia de Miami John Timoney classificou os opositores da

¹ N. da T.: apodo do atual presidente norte-americano, muito comum em várias publicações contestárias, Literalmente significa “Doble V doblepensante”. “Dubya” é a expressão gráfica da pronúncia habitual da letra W, inicial de Walker segundo nome de George Bush filho.

ALCA como “forasteiros vindo para aterrorizar e vandalizar nossa cidade”, logo igualando o protesto democrático doméstico com o terrorismo estrangeiro – e tornando Miami elegível para o enorme *pool* de dinheiro público disponível para a “guerra contra o terror”.

Enquanto isso, também no outono de 2003, o procurador geral da Flórida, servindo sob o Governador Jeb Bush, ressuscitou uma lei centenária que proibia os cafetões de embarcar em navios em portos da Flórida para oferecer prostituição, acredite ou não, com o objetivo de processar o Greenpeace dos EUA. A desculpa ostensiva foi uma ação realizada um ano antes, na qual ativistas tentaram colocar uma faixa em um navio, protestando contra sua carga de mogno contrabandeado da floresta amazônica. Comentaristas, incluindo editores do *New York Times* e do *Washington Post*, denunciaram a iniciativa como sem precedentes na história dos EUA e extremamente perigosa, o primeiro passo para atingir o Greenpeace e, em sua seqüência, outras ONGs nacionais e internacionais críticas à ordem transnacional. A palavra “orwelliana” ganhou um trabalho pesado nesta cobertura, e por uma boa razão.

Felizmente, em maio de 2004, um juiz de Miami retirou o caso da corte. No entanto, há outras manifestações – menos sujeitas aos olhos judicial e público – do uso da “guerra contra o terror” como um pretexto para concentrar firmemente e aprofundar o poder das forças que transformaram os EUA no equivalente do Partido Interno de Orwell. Dois meses depois do 11 de Setembro, uma superelite de gerentes corporativos, incluindo os presidentes da International Group, Bechtel, Citigroup, Dow Chemical, Lockheed Martin, Exxon Móbil, GE, Ford e Raytheon, estavam reunidas em uma estrutura intitulada CEO (para “Critical Emergency Operations”) COM LINK. É uma *hot-line* que “permite que os principais executivos falem diretamente com o Secretário de Segurança Interna Tom Ridge e outros funcionários do governo durante um ataque terrorista” (10). Foi criada pela exclusiva Business Roundtable, uma associação de corporações de fazem parte da Fortune 500, em cooperação com o Departamento de Segurança Interna. Já foi utilizada em várias ocasiões quando o “nível de ameaça terrorista mudou” e realiza reuniões de vez em quando para simular emergências nas quais deva entrar em ação.

A página da internet da Business Roundtable nota, satisfeita, que mais de 85% da infra-estrutura estadunidense – as linhas de energia, serviços financeiros, serviços de informação, estradas de ferro, linhas aéreas, água – é controlada pelo setor privado, e isso serve como justificativa do governo para a existência da *hot-line*. Este aparato de comunicação sem precedentes e sem igual cria a possibilidade, senão a aparência, de que em uma emergência seria a Casa Branca e os gerentes das maiores corporações (não eleitos) que tomariam decisões políticas essenciais, deixando de lado e usurpando o Congresso, governadores de estado e outras estruturas governamentais. Na verdade, com o anúncio, em abril de 2004, de que o Departamento de Segurança Interna pagava US\$350 milhões para Northrup Grumman para construir uma rede de superinteligência que poderia coordenar os serviços de inteligência nos três níveis de governo, a CEO COM LINK terá à sua disposição um sistema de vigilância plenamente orwelliano. “É uma mudança de paradigma no nível classificado”, disse o chefe de segurança da DHS à Information Week, no sentido de “ajudar o governo a lutar contra o terrorismo... e a defender as fronteiras dos EUA e seu comércio” (11). Escondendo-se à vista de todos, a própria CEO COM LINK nunca foi levada a público ou mesmo discutida por políticos ou funcionários da Casa Branca. É, na mais pura verdade, o Partido Interno orwelliano.

TCHAU AMOR, OLÁ INCUBADORAS

Levou oito minutos para que os ovos passassem [pela máquina]... Uns poucos morreram; do resto,... todos retornaram às incubadoras... [cada um eventualmente] se tornando algo de oito a noventa e seis embriões... Gêmeos idênticos, mas não os triviais dois ou três como nos velhos dias vivíparos, quando algumas vezes um ovo se dividia acidentalmente; atualmente são dúzias, montes de uma só vez.

Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*

Se a marca do 1984 é o Grande Irmão, no *Admirável Mundo Novo* são seus bebês em garrafas, sua biotecnologia que produziu uma elite de Alfas super-humanos e Betas competentes e suas massas de Deltas anões, Gamas e Epsilons “semi-idiotas”. Cada classe é reproduzida, não por status ou riqueza herdados, ou por mérito e esforço, nem mesmo por meio da manipulação da mídia e poder coercitivo, como em 1984, mas por meio de engenharia genética e procriação artificial, dirigida de perto por uma elite minúscula e onipotente. É uma sociedade composta de algo inteiramente novo, o que chamo de “bioclasse”. É a “aplicação dos princípios industriais à reprodução humana”, nas palavras de Huxley, que cria o tipo de pessoa que mantém o totalitarismo de consumo do *Admirável Mundo Novo* operando. Para Huxley, esse processo era uma extensão do movimento eugenista – um movimento baseado na idéia de que a vida de alguns humanos é valiosa, a vida de outros é menos valiosa ou sem nenhum valor. *Admirável Mundo Novo* pratica a “eugenia negativa” ao produzir, por especificação, os bebês e gametas que foram condenados a preencher as camadas piramidais de uma sociedade profundamente estratificada (12).

No entanto, enquanto que a produção eugênica em massa de bioclasses é o aspecto mais sinistro das projeções de Huxley, envolvendo um totalitarismo universal com o domínio sobre células e tecidos, seus componentes potenciais também são os menos visíveis e compreendidos no mundo de hoje. As tecnologias necessárias não são mais ficção científica, mas seu desenvolvimento está ocorrendo por detrás das portas fechadas dos laboratórios e clínicas, com pouca inspeção governamental ou regulação pública. Como resultado, o conhecimento público da extensão do poder da “genética reprodutiva” (como um de seus propositores mais árdios ecoou) e as ambições, aspirações, respaldo financeiro e objetivos daqueles que se envolvem nisso permanecem muito limitados (12). Também, graças ao fundamentalismo cristão do Presidente Bush, há uma interpretação equivocada de que há poucos incentivos para tais tecnologias nos EUA. Não é bem assim.

A fertilização *in vitro* (FIV) – longe de ser uma tecnologia perfeita, com suas baixas taxas de sucesso, suas doses maciças de drogas hormonais para mães grávidas e seu recorde de saúde incerto para crianças nascidas vivas – tornou-se um grande negócio para médicos que chamam-se a si próprios de “Techno-docs”. Está muito bem estabelecida nos Estados Unidos e é o primeiro passo na direção dos “bebês em garrafas” (13). Ao retirar o embrião do corpo materno e colocando-o em uma lâmina, a FIV tornou possível algo totalmente novo: o descarte de embriões “defeituosos” – ou, por meio da

micromanipulação, sua modificação para propósitos terapêuticos. Isso também significa que, pela primeira vez, uma modificação genética que pode ser herdada (*inheritable germ-line modification* – IGM) – bebês planejados*, feitos para mandar – tornou-se possível. A *New Scientist* recentemente relatou que cientistas japoneses descobriram um modo de alterar a composição genética do esperma, de modo que a manipulação planejada de um embrião potencial possa ser realizada antes mesmo da concepção *in vitro* (14). E em abril de 2004, cientistas relataram que conseguiram criar dois filhotes de camundongo sem o uso de esperma, apenas por meio da manipulação do óvulo, liberando-os dos imperativos biológicos antigos e tornando a IGM ainda mais fácil.

Obviamente, um útero artificial também é necessário para a criação de bioclasses. Este entrou no campo experimental em 1999, quando o Dr. Yosinori Kuwabara e seus colegas da Juntendou University em Tóquio iniciaram a construção de um útero artificial, ao “dar à luz” de modo bem-sucedido um feto de bode a partir de um tanque que continha fluido amniótico artificial e um cordão umbilical mecânico. Dois anos depois, uma equipe de cientistas da Cornell University Weill Medical College anunciou que obtiveram sucesso, pela primeira vez, em criar um revestimento de útero (humano) artificial (15).

Ainda assim, sem nenhuma forma de clonagem – o processo descrito com previsão estonteante na citação de Huxley no início desta seção – a eugenia de massa e bioclasses reais não seriam possíveis, dado que cada embrião manipulado iria pressupor atenção individual e um alto risco de falha em cada tentativa. A tecnologia de clonagem ainda não existe, nem para animais nem para humanos. A maioria das tentativas falha na lâmina do microscópio ou nas primeiras semanas posteriores à implantação. Além disso, como assinalaram os editores da *Wired* em seu volume de março de 2004, daqueles que conseguem nascer, “todos os clones de mamíferos vivem doentes e morrem jovens”. No entanto, tem sido dada continuidade ao trabalho, e mais novidades na clonagem “terapêutica” foram anunciadas em fevereiro de 2004 (16).

A maioria das pessoas que fazem clones, como os cientistas estadunidenses Dr. Robert Lanza e Dr. Young Chung da Advanced Cell Technology próxima a Boston, que fizeram a descoberta célula tronco (*stem cell*) e estão clonando embriões humanos dado o valor terapêutico das células tronco (células multi-valentes que podem ser usadas para reparar qualquer tipo de tecido corporal), claramente restringe qualquer intenção de continuar com a “clonagem reprodutiva”, ao declará-la antiética e fora de questão. No entanto, a história da genética reprodutiva não é nada mais que a história das tecnologias que se deslocam da margem para o centro. E, portanto, no final da década de 90, cientistas estadunidenses e médicos destacados como Gregory Stock – nada menos que o diretor do Programa de Medicina, Tecnologia e Sociedade da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) – começaram a desenvolver tal intervenção não apenas como “inevitável”, mas também desejável (17).

Lee Silver, professor de biologia molecular de Princeton, está entre os defensores da clonagem mais prestigiados, embora não seja o único (18). Silver argumenta que um futuro realmente Huxleyano é inevitável, se não for inevitavelmente maravilhoso. Como o vê, o mercado permitirá que pais ricos selecionem, melhorem, e clonem seus embriões mais promissores – criando, eventualmente, uma classe “rica geneticamente”; enquanto os economicamente mais pobres, alijados dos avanços da genética reprodutiva, tornar-se-ão, por sua vez, “pobres geneticamente”. Por fim, Silves acredita que isso criará um

¹ N. da T.: *designer babies* no original.

processo de evolução, no qual as duas classes de humanos poderão não ser mais capazes de procriar juntas. Apesar de no cenário de Silver ser o mercado e não os Controladores Mundiais que o fazem, o resultado seria o mesmo: *Admirável Mundo Novo* estaria sobre nós.

Poucos anos atrás, Silver foi uma das poucas vozes no meio da selva. Hoje, pode-se acessar o site da Human Cloning Foundation e ver as propagandas de muitos livros com títulos tais como *Who's Afraid of Human Cloning?*, *When Science Meets Religion*, *Cloning: For and Against* e *Flesh of My Flesh: The Ethics of Cloning Humans* (19). Você pode visitar a GenLife.com e solicitar um serviço que permite que você armazene não apenas o DNA de seu bicho de estimação, mas também o seu próprio, na expectativa de que um dia, em um futuro não muito distante, seja capaz de trazer a si próprio e a seu bichinho de volta à vida. Até esse dia chegar, você poderá guardar sua cabeça ou seu corpo todo na Alcor Life Extension Foundation. Ou a GenScript Corporation oferece uma nova tecnologia que permite a você sintetizar genes, o que permite muitas aplicações na ciência genética, inclusive que você “manipule seus próprios genes/DNA (exclusão, mutação, rearranjo etc.)” (20). O Center for Genetics and Society agrupou e listou os vários atores diferentes no setor altamente variado daqueles que acreditam que o artificial é melhor que o natural no que tange à procriação. Os grupos principais incluem neoeugenistas, libertários, grupos pró-clonagem, e uma categoria chamada trans-humanistas, um grupo eclético de pessoas que inclui cientistas influentes (como Ray Kurzweil), médicos e bioéticos que procuram usar as tecnologias de informação e a genética reprodutiva para nos levar além de nosso status mórbido e mortal atual (21).

Quando essas muitas tecnologias finalmente se tornarão os meios para a imposição de bioclasses é, claramente, uma questão em aberto. No entanto, se os trans-humanistas e os *techno-docs* e todos os outros que se apropriam e utilizam as propriedades genéticas e reprodutivas arrogante e instrumentalmente tiverem sua chance, as tecnologias disponíveis para as bioclasses serão desenvolvidas, e políticos e burocratas sedentos de poder – sempre declamando a retórica da terapêutica e da felicidade, é claro – certamente tentarão impô-las até o fim – de um jeito ou de outro.

MATAR, MATAR, MATAR PELA PAZ

A Oceania estava em guerra com a Eastasia: a Oceania sempre esteve em guerra com a Eastasia. Uma grande parte da literatura política dos últimos cinco anos está agora completamente obsoleta. Relatórios e registros de todos os tipos, jornais, livros, panfletos, filmes, trilhas sonoras, fotografias – todos tiveram que ser retificadas na velocidade da luz...

George Orwell, 1984

As principais características da guerra no romance de Orwell são as seguintes: ela é central para a sociedade, ocorre constantemente, os inimigos e amigos trocam de lugar em uma dança cínica de regimes e alianças que beneficiam as elites e prejudicam as classes populares em todo o globo, e essa dança é mascarada pela propaganda, censura e mentiras. Já chegamos lá?

Em *Confronto de Fundamentalismos*, Tariq Ali mostra como, por mais de 50 anos na Arábia do leste, da Turquia ao Afeganistão, o estado dos EUA financiou ditadores, tiranos e imperadores feudais, e dinastias contra as forças seculares e democráticas, cuja vitória poderia ter anunciado o fim da tremenda exploração e subdesenvolvimento da região – deixando esses assuntos para seu próprio povo, é claro (22). Isso foi feito para proteger o acesso dos EUA ao petróleo e para manter suas fronteiras na batalha geopolítica contra a antiga URSS. Ali também descreve como, inúmeras vezes, uma vez que um regime tenha servido aos propósitos dos EUA, era abandonado. (“O Paquistão foi a camisinha que os EUA usaram quando entraram no Afeganistão”, disse a ele um general paquistanês furioso). Desse modo, à maneira da Oceania, os Estados Unidos criou as bases para o terrorismo fundamentalista que surgiu em vários países, e agora o usa para justificar e alimentar o apetite de um complexo industrial-militar voraz e as guerras de devastação que este engendra. O processo foi orwelliano em todos os aspectos: a guerra é mais do que nunca o centro da economia dos EUA, como em 1984. A guerra é justificada pelas idéias do duplo-pensar – “lutar para defender e expandir a democracia” está muito próximo ao slogan do Partido, “guerra é paz”. Nesse sentido, “a política e a cobertura da grande mídia”, observa Ali, “provocaram desinformação, exageração da força do inimigo e de sua capacidade, as imagens de TV são acompanhadas por mentiras descaradas e censura... O propósito de tudo isto é iludir e desarmar os cidadãos. Tudo está ao mesmo tempo simplificado em demasia ou reduzido a uma incompreensibilidade exaustiva” – um cenário que parece ter sido extraído de 1984 (23).

Como os inimigos da Oceania se transformam em seus amigos, e vice-versa, os antigos amigos dos EUA (Irã, os Talibãs, Saddam Hussein e grande parte da família real Saudita, para citar alguns) transformaram-se em seus inimigos, enquanto alguns de seus desafetos se tornaram seus amigos. Novamente, considere um exemplo chocante: depois do 11 de Setembro, o governo Bush e vários setores do governo passaram a apoiar o odioso grupo de bilionários russos chamado de Oligarcas, mesmo que nos primeiros dias do seu governo Bush tenha prometido derrubá-los para desenvolver a causa da democracia na Rússia (24). Profundamente implicado neste movimento extenso está o Carlyle Group, o fundo de investimento privado baseado em Washington com mais de US\$17,5 bilhões em ativos sob seu gerenciamento, e investimentos em 13 países em três continentes. O Carlyle Group é a base de poder do círculo de Bush. Com a sobreposição de pessoal especializado que inclui James Baker, Bush Pai e Filho, Dick Darman, Frank Calucci, Dick Cheney e um conjunto de outros rostos familiares, pode-se dizer de modo preciso que ele administra várias políticas e iniciativas críticas do governo. O Carlyle Group costumava conter entre seus membros Shafiq bin Laden, um dos irmãos de Osama. Aparentemente não mais. Depois do 11 de Setembro, ele foi convidado a retirar seus fundos, junto com outros investidores árabes. Isto causou uma escassez em suas finanças, o que motivou a Carlyle a se vincular ao dinheiro russo. Assim, uma mudança assustadora nas percepções da Casa Branca, e um conjunto de iniciativas para trazer os Oligarcas mais poderosos à Carlyle, e para ajudá-los a se estabelecerem nos EUA.

Adeus Arábia, olá Eurásia. Pelo menos agora.

OS FEELIES VÃO À GUERRA

‘Pressione aqueles botões de metal nos braços de sua cadeira’, sussurrou Lenina, ‘senão você não conseguirá os efeitos de sentido’.

Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*

Estamos observando muitas das características centrais das distopias tanto de Huxley quanto de Orwell adquirirem vida; mais que isso, elas estão se fundindo. Com as tecnologias criadas pelos computadores, a indústria de entretenimento não está apenas produzindo uma cultura de simulacro de distração em massa muito semelhante aos Feelies de Huxley, mas usando as tecnologias e escrevendo os divertimentos estúpidos para empregá-los nas guerras orwellianas.

Por quase dez anos, tem havido uma incrível convergência entre as indústrias militar, de entretenimento e informática, que trabalham para usar a capacidade de simulação dos três setores para aumentar a capacidade de Hollywood e do Vale do Silício de fazer produtos de entretenimento (videogames impulsionam os filmes e vídeos) de um lado e, de outro, permitir aos militares dos EUA aumentar sua capacidade de desenvolver uma guerra mortífera. Generosamente fundada, extensivamente orquestrada, com objetivos que parecem benignos e práticos para seu pessoal, mas para os demais são sinistros ao extremo, esta nova convergência tem sido chamada de “entretenimento militar”^{*}.

Jonathan Burston, em sua excelente introdução aos atores e produtores desse novo híbrido, lista os participantes: CADRE (o College of Aerospace, Doctrine, Research and Education) na Base da Força Aérea Maxwell em Montgomery, Alabama; SIGGRAPH (Special Interest Group on Computer Graphics and Interactive Techniques); e SIGART (Special Interest Group on Artificial Intelligence). Tais grupos reúnem-se para gerar novas idéias na reunião anual da North American Simulation and Gaming Association. Além do mais, Burston escreve: “A cidade de Orlando, Flórida, é o quartel-general do Simulation Training and Instrumentation Command (STRICOM) do Departamento de Defesa (DOD), cuja missão é criar ‘um sistema de simulação de guerra computadorizado’ e apoiar ‘a preparação do soldado do século XXI para contingências do mundo real’” (25). Orlando também é a sede do “Time Disney” – “a coorte lendária do P&D ‘idealizadores’ da Disney World”. E os escritórios regionais da Silicon Graphics e da gigante da defesa Lockheed Martin são “mais ou menos do outro lado da rua da STRICOM” em Orlando. Finalmente, estão próximas as Universidades do Sul da Flórida e da Flórida Central – todas comprometidas com o que a STRICOM gosta de chamar de “equipo de Orlando”.

Sem exagerar, a Califórnia é a base do que Burston apropriadamente chama de “o desenvolvimento mais notável dentro da mais potente formação tecnoindustrial... o que com falsa ingenuidade foi chamado de Institute for Creative Technologies (ICT)”. O ICT é resultado de uma concessão de US\$ 45 milhões para os militares dos EUA. Ele está sediado em escritórios projetados pelo designer do *Star Trek* Hermann Zimmerman da Universidade do Sul da Califórnia (USC) em Marina Del Ray. Sua missão é “elencar os recursos e talentos das indústrias do entretenimento e de desenvolvimento de jogos e para trabalhar em colaboração com cientistas da computação para desenvolver o padrão do treinamento por simulação de imersão”. Executivos-sênior da NBC, Paramount e Disney colaboram com os militares e com os designers das empresas de efeitos digitais de

^{*} N. da T.: *militainment*, no original.

Silicon Valley e possuem um conjunto estonteante de projetos de simulação a serem realizados (26).

Como escreve James Der Derian em seu livro sobre “entretenimento militar”, o soldado inimigo se tornou nada mais que um “alvo de ocasião” marcado eletronicamente; alguém que seja muito mais fácil de “desaparecer” do que um soldado vivo, tanto no registro simbólico quanto material. Novas guerras

são travadas da mesma maneira com que estão representadas pelas simulações e dissimulações públicas, pela vigilância em tempo real e estímulos da TV... Nesta estréia de alta tecnologia da guerra se aprende a matar sem se responsabilizar por isso, a morte é experimentada de modo apenas virtual, mas não suas conseqüências trágicas. É um novo tipo de drama sem tragédia em que as guerras da televisão e jogos de guerra se fundem.

Por seu poder potencial de criar ambientes de imersão total – onde se pode ver, ouvir e talvez até mesmo tocar e interagir emocionalmente com agentes criados digitalmente – o “entretenimento militar” está assinalando o caminho para o *Admirável Mundo Novo* que ameaça violar as últimas salvaguardas entre a realidade e o mundo virtual e quebrar as inibições quanto à violência e à matança entre “guerreiros”. Isso é particularmente problemático se considerarmos as implicações para os jovens, visto que o “entretenimento militar” tem como alvo as crianças. O site da ICT afirma: “Em conjunto com tarefas específicas de treinamento militar, o Experience Learning System (ELS) terá aplicações para um amplo leque de iniciativas educacionais”. Isso é “educativo” no sentido do duplo-pensar. Olhemos os videogames, os milhões de lares em que as crianças, predominantemente garotos, jogam videogames como “American Soldier” e “Quake” e “SOCOM: Navy SEALs”, desenhados pelo Exército dos EUA e a Marinha respectivamente para atrair os jovens para o serviço militar e para treinar suas crenças e seus reflexos para que se tornem bons “combatentes” (28).

Números significativos de pais, educadores e acadêmicos organizaram uma variedade de grupos e coalizões para identificar os danos de tais jogos em um regime de infância empobrecido por pais que estão sobrecarregados de trabalho, um excesso de cultura televisiva e computacional, desaparecendo os espaços para escolas públicas atrapalhadas (29). Uma destacada porta-voz nesse assunto, Gloria DeGaetano, uma antiga professora e atual consultora de mídia e palestrante e autora do *Parenting Well in a Media Age*, associou-se ao Tenente-Coronel Dave Grossman, um antigo professor de psicologia em West Point, historiador militar e soldado de elite do exército que hoje chefia o Departamento de Ciência Militar na Arkansas State University. Ambos argumentam que “devido à superexposição a imagens de violência gratuita, nossas crianças são submetidas a um processo de condicionamento sistemático que altera seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social de maneira tal que as vincula a um desejo e/ou reflexo condicionado para agir violentamente sem remorsos”.

Uma dieta constante de retratos violentos pode tornar as pessoas mais desconfiadas e exagerar as ameaças de violência que realmente existem. Pesadelos e episódios extensos de comportamento ansioso são comuns para crianças expostas à violência na TV ou nos filmes. Pesquisas demonstram que a violência da mídia distorce a

concepção de realidade de uma pessoa, mudando suas atitudes e valores. Cria, por exemplo, uma percepção de necessidade de armas, a qual, por sua vez, gera violência, que reforça a “necessidade” de armas, e assim por diante, em uma espiral trágica, sem fim (30).

Este é um cenário estranhamente remanescente do *Ender's Game* de Orson Scott Card, no qual crianças são alistadas secretamente na guerra ao serem envolvidas em “jogos” (31).

“É A VIDA, JIM, MAS NÃO COMO A CONHECEMOS”: O GRANDE IRMÃO E A NANOTECNOLOGIA

Ainda que Orwell e Huxley tenham previsto tão brilhantemente tantas coisas, nenhum de seus famosos romances previu a escala da crise ambiental de hoje (apesar de Huxley ter por fim se tornado um ambientalista dedicado). Isso foi um erro grave, porque tanto o contorno quanto a urgência da crise global hoje estão profundamente marcadas pelo grau de catástrofe biosférica que os humanos engendraram. Ainda assim, os perigos que apontaram podem nos ajudar a avaliar as dimensões desta crise porque são, em grande parte, o resultado das tecnologias perigosas criadas por elites poderosas que não possuem qualquer escrúpulo com seus impactos (32).

Vistas dessa perspectiva, nenhuma tecnologia é mais assustadora potencialmente que aquelas que estão, mais uma vez, tomando forma silenciosamente em laboratórios experimentais amplamente financiados sob o nome de nanotecnologia (33). Aqui a biologia, química, informática e as ciências cognitivas convergem no nível molecular, abaixo e além de madeira e metal, tecidos e genes, a nanociência é a ciência de manipulação de átomos e moléculas. Seu potencial tanto para o controle social como para o desastre ambiental supera inclusive o da engenharia genética. Pat Mooney, um experiente conselheiro da ONU sobre tecnologia, prevê que a tecnologia nano – ou, como ele chama, “átomo” – superarão as biotecnologias mundialmente dentro de 15 anos, tornando este o século “nanotech” e não o “biotech” (34). Ainda hoje, o indivíduo médio não poderia dizer o que é a nanotecnologia se sua hipoteca dependesse dela.

Seus proponentes dizem que as nanotecnologias podem eventualmente possibilitar a imortalidade virtual, criar suprimentos de comida sem limites, alcançar recuperações milagrosas do meio ambiente, em suma, ajeitar tudo. Como coloca Mooney, são alegações paradisíacas – as quais, ele alerta, é um claro sinal de que, de acordo com a lei das conseqüências não-intencionais, seus danos potenciais serão comensuravelmente infernais. E este caminho para o inferno está sendo pavimentado com dólares corporativos. Enquanto financiam os laboratórios de universidades prestigiosas e o início de nichos nano, ou financiando pesquisa em seus próprios laboratórios de P&D, os Gigantes do Gene – Monsanto, Dow Chemical, DuPont, Aventis, Novartis – estão se tornando os Nano-Poderosos. São estes os camaradas que nos trouxeram furtivamente a soja geneticamente modificada, milho, colza e algodão, que inseriu genes de peixes nos morangos, que está forçando a tecnologia de “sementes não-renováveis” nas organizações internacionais de comércio, que estão invadindo e destruindo a flora e a fauna nativas, colonizando e privatizando os pontos chave da própria vida (35). Seus investimentos em

P&D em nanotecnologia no mundo excedem US\$ 4 bilhões – não incluindo seus investimentos na produção de produtos nano elementares e tecnologias relacionadas – sem qualquer avaliação ou escrutínio público ou científico que seja. E, em dezembro de 2003, Washington liberou US\$ 3,7 bilhões para financiar a pesquisa em nanotecnologia (36).

O potencial da nanotecnologia para realizar a agenda huxleyana de eugênica e farmacologia tranqüilizante é insuperável, desde que suas microtécnicas permitam manipulações extraordinariamente refinadas dos componentes de substâncias farmacêuticas, genes e células. Portanto, a nanotecnologia possui o potencial para acelerar radicalmente a fabricação de animais planejados, insetos, plantas e microorganismos de todos os tipos. Nos humanos, daria à genética reprodutiva as ferramentas de que precisa para obter um sistema de reprodução completamente huxleyano – novamente, para aqueles que possam pagar por ele, ou para aqueles que não possuam o poder de resistir à sua imposição.

Mas isso não é tudo. Enquanto a manipulação da matéria é uma característica muito huxleyana, um número de potenciais da nanotecnologia expressa as cenas orwellianas muito mais diretamente – por exemplo, o potencial para a vigilância e para a guerra. O NanoSoldier Institute do Exército dos EUA está trabalhando para criar um guerreiro invisível, desenhado com uma armadura nano impermeável, controlando nano-armas (pense no Robocop multiplicado algumas centenas de vezes). E claro, o potencial das tecnologias atômicas para a monopolização e patenteamento da própria matéria possui uma dimensão aterrorizantemente do *Big Brother*.

E pior: os críticos dizem que a nanociência e a produção nano não regulada estão tentando criar tecnologias atômicas que poderia causar dano à espécie humana e à biosfera de modos ainda mais mortais que a biotecnologia. Isto é difícil de entender. O que poderia ser pior que a contaminação genética do mundo por ervas daninhas resistentes a herbicidas e baratas resistentes a pesticidas que são capazes de sobreviver em ambientes com pouco oxigênio?

A resposta, em uma frase, é a “gosma cinza” – a redução de todas as matérias em uma massa molecular primária, criada por nanomáquinas que se auto-replicam e que usam todo tipo de matéria como combustível básico – este é o grande temor e a maior preocupação sobre a nanotecnologia, como o expressa um de seus primeiros, mais famosos e mais visionários arquitetos, Eric Dextler (37). Pat Mooney sugere que o perigo pode estar na “gosma verde”: “a automontagem molecular é o que o material vivo faz de melhor. Não se precisa de robôs minúsculos. A ciência está fundindo a biotecnologia com a nanotecnologia numa nanobiotecnologia com o intuito de gerar aminoácidos singulares, proteínas, moléculas e células. Estes serão organizados em novos processos industriais que poderiam substituir máquinas e trabalhadores convencionais” (38). A gosma ainda não existe, mas, aparentemente, poderia. Cinza ou Verde, a gosma dá um significado novo e inoportuno ao refrão de *Star Trek*, “É a vida, Jim, mas não como a conhecemos”. E com isso voltamos totalmente ao mundo de *The Matrix*.

TEMPO FUTURO

Sir Martin Rees, astrofísico e astrônomo real britânico, declarou que a espécie humana possui apenas 50% de chance de sobreviver outro século. Prevê que desastres naturais, impactos de asteróides, vírus criados pelo homem e terrorismo nuclear poderiam nos exterminar antes do ano 2100 (39). A chance das espécies chegarem a um fim são, na verdade, altas. Isso porque, nesse momento, a humanidade ainda não encontrou um modo de exercitar o controle inteligente sobre as tecnologias perigosas, novas ou velhas, que poderia tornar impossível que a teia de vida se restaure e renove. Nem encontramos ainda modos efetivos de tomar as medidas sociopolíticas necessárias para garantir as condições que criariam uma população saudável e conter epidemias novas ou renovadas que possuem o potencial de nos colocar coletivamente de joelhos, ou algo pior.

No entanto, se formos bem-sucedidos em nos mantermos de pé, deveremos nos questionar: quais são as trajetórias inerentes ao domínio das transnacionais e do novo império estadunidense, se a resistência falhar em reverter estes cenários? Se, no passado, as visões mais admiráveis do futuro pertenciam a dois socialistas britânicos, talvez as mais impressionantes visões do futuro vistas por lentes contemporâneas pertençam a duas feministas estadunidenses de esquerda, Marge Piercy e Margaret Atwood. Nenhum dos romances oferecem um final feliz, porque a queda da democracia que ambas previram surge da catástrofe ambiental e do controle corporativo total. No romance de Piercy de 1991 *He, She, and It* o mundo se assemelha ao de 1984, no sentido de que a vasta maioria da humanidade possui o status de Proles e experimenta vidas doentias de pobreza desalentadora e completa ignorância em metrópoles selvagens; uma elite minúscula de pessoal corporativo e sem piedade vive em luxo material e servidão espiritual em domos de luxúria e boa saúde mantidos artificialmente a partir dos quais dominam o mundo. Pequenas ilhas de cientistas vivem separadas de ambos, capazes de sobreviver, ao menos em grande parte, porque inventam tecnologias que são úteis às elites. Ao mesmo tempo, o Planeta Terra de Piercy corresponde ao *Admirável Mundo Novo*, em que as elites usam engenharia genética para se aperfeiçoar, no sentido de manter o poder (e os poucos rebeldes roubam-nas para aumentar sua capacidade de lutar) (40). No primeiro romance futurista de Piercy *Woman on the Edge of Time*, escrito em 1972, utopia (comunidades cooperativas e igualitárias, em termos de gênero e raciais bem como econômicos) e distopia (um mundo horrível, consumista, de corporações cegas com relação às questões ecológicas) coexistiam e batalhavam em uma zona de guerra restrita onde o resultado é incerto (41). Em *He, She, and It*, a ordem corporativa se alastrou como um fungo e os rebeldes foram jogados para as margens mais distantes.

No *Oryx and Crake* (42) de Margaret Atwood, a ganância corporativa provoca uma degradação social e ambiental longa e horrível até; como na visão de Piercy, os Proles acabarem vivendo em cortiços urbanos infundáveis (os “pleeblands”) e a elite corporativa em domos protegidos, silenciados por drogas e vídeos de toda classe, produzindo alegremente plantas e animais transgênicos monstruosos para preencher toda necessidade possível. No entanto, toda essa loucura institucional está descrita em uma personagem – um gênio maluco no “Watson and Crick Institute” – que finge ser Deus sem qualquer remorso e que tenta destruir a humanidade, o melhor a ser feito para dar espaço para suas espécies humanóides novas e melhoradas. Semeia uma praga apocalíptica e, no final, resta uma questão em aberto se a humanidade ou os humanóides, ou ambas as espécies, podem realizar a reabilitação de um mundo completamente devastado. Nos romances de ambas as mulheres e nos livros de Orwell e Huxley, a

resistência é quase nula – e absolutamente fútil, exceto por sua própria conta, para um grupo de indivíduos existencialmente problemáticos.

Desde que me tornei uma ativista ambiental há mais de trinta anos, assustei-me com o potencial das sociedades hierárquicas – sejam capitalistas ou burocráticas – em levar os homens e nosso planeta a níveis de destruição irreversíveis, simplesmente no processo de fazer negócios. (Como assinala o livro e documentário intitulado *The Corporation*, se as corporações fossem indivíduos seriam classificadas como psicopatas – incapazes de se preocuparem com seu ambiente ou com os outros, capazes apenas de violência e ganância que se auto-alimenta) (43). No entanto, todos os dias me lembro de que, distintamente dos mundos futuros de Orwell, Huxley ou mesmo de Piercy e Atwood, a resistência à ordem corporativa não é nem pequena, nem contida, nem fútil. Ela é tanto local quanto global e inerentemente antiimperialista. Luta contra todo o mal sobre o qual escrevi, por meio de ação direta, por meio da ação legal e política, pela arte, teatro, vídeo e quadrinhos, e tem um senso de humor nítido, vivo. Distintamente da monocultura das distopias, ela é fabulosamente diversa e constitui a esperança para o mundo. Meu desejo para o futuro é que, apesar do brilhantismo desses futuristas progressistas, o pessimismo de suas visões será desafiado pelas vitórias da resistência e que, antes deste século ter terminado, algum escritor de visão mais ampla escreverá um romance de lida e esperança, e não apenas um réquiem para tudo o que seja valioso e bom.

NOTAS

1 Christopher Hitchens, *Why Orwell Matters*, Nova Iorque: Basic Books, 2002. Neil Postman, *Amusing Ourselves To Death: Public Discourse In The Age Of Show Business*, Nova Iorque: Penguin Books, 1986, c1985. Francis Fukuyama, *Our Post-Human Future: Consequences Of The Biotechnology Revolution*, Londres: Profile, 2002.

2 Veja Joyce Nelson, *The Perfect Machine: TV in the Nuclear Age*, Toronto: Between the Lines, 1987; Naomi Klein, *No Logo: Taking Aim at the Brand Bullies*, Nova Iorque: Picador, 2000; e a cobertura normal de muitos anos da *AdBusters*, uma revista dedicada à desconstruir o consumismo e a propaganda. Veja também minha discussão sobre a evolução da propaganda em *The Rites of Men: Manhood, Politics and the Culture of Sport*, Toronto: University of Toronto Press, 1999.

3 BrightHouse: The IDEation Corporation, www.brighthouse.com.

4 Pré-lançamento de 3 de Junho de 2002, www.brighthouse.com.

5 Melanie Wells, “In Search of the Buy Button”, *Forbes.com*, 1º de Setembro de 2003.

6 Veja “Commercial Alert Asks Feds to Investigate Neuromarketing Research at Emory University”, 17 de Dezembro de 2003, http://www.commercialalert.org/index.php/category_id/1/subcategory.

7 Veja Sharna Olfman, ed., *All Work and No Play: How Educational Reforms Are Harming Our Preschoolers*, Westport: Praeger, 2003.

8 Maureen Dowd, “The Orwellian Olsens”, *New York Times*, 25 de Abril de 2004.

9 Naomi Klein, “America’s Enemy Within”, *Guardian*, 26 de Novembro de 2003.

10 Tim Shorrock, ‘Executive Privilege: Inside Corporate America’s Homeland Security Hotline’, *Harper’s Magazine*, Abril de 2004, pp. 81-83. Curt Weldon, um congressista Republicano da Pennsylvania, antigo bombeiro e chefe de um Comitê sobre defesa civil, afirma que, pelo contrário, o setor público vem lutando para vincular e coordenar seus esforços nos últimos dois anos, sem os recursos econômicos nem de inteligência que estão disponíveis para o CEO COM LINK.

11 Veja Larry Greenmeier e Eric Chabrow, ‘A Network of Networks’, *Information Week*, 19 de abril de 2004.

12 Para críticas da Nova Eugenia, veja Bill McKibben, *Enough: Staying Human in an Engineered Age*, New York: Times Books, 2003; e Michael J. Sandel, ‘The Case against Perfection’, *The Atlantic*, Abril de 2004.

13 Veja Alastair G. Sutcliff, ‘Health Risks in Babies Born After Assisted Reproduction’, *British Medical Journal*, 325 (20 de julho), 2002, pp. 117-18; e Janis Kelly, ‘Increased Risk of Cerebral Palsy in Babies Born After In Vitro Fertilization’, *Neurology Reviews.com*, 10(5), Maio de 2002.

14 In Brief, ‘Sperm goes GM’, *New Scientist*, 181 (31 de Janeiro), 2004, p. 16.

15 Veja Natalie Angier, ‘Baby in a Box’, *New York Times Magazine*, 16 de Maio de 1999 e Fr. Joseph Howard, ‘The Construction of an Artificial Human Uterus’, *American Bioethics Advisory Council Quarterly*, 2002, <<http://www.all.org/abac/aq0202.htm>>.

16 Jonathan Amos, ‘Scientists Clone 30 Human Embryos’, *BBC News Online*, 12 de Fevereiro de 2004.

17 Veja Gregory Stock’s homepage, <http://research.arc2.ucla.edu/pmts/>. Veja também Gregory Stock, *Redesigning Humans: Our Inevitable Genetic Future*, Nova Iorque: Houghton-Mifflin, 2002, para um argumentação clara sobre a intervenção na linha genética.

18 Lee Silver, *Remaking Eden: How Genetic Engineering and Cloning Will Transform the American Family*, Nova Iorque: Avon, 1998. Veja também Allen Buchanan et al., *From Chance to Choice: Genetics and Justice*, Cambridge: Cambridge University Press, 2002, onde quatro bioéticos estadunidenses argumentam que as políticas públicas deveriam ser adotadas para tornar a IGM completamente disponível para todos. Cf. Martha C. Nussbaum, ‘Brave Good World’, *New Republic*, 4 de Dezembro de 2001.

19 Para saber o que é o quê e quem é quem no mundo pró-clone, veja: *Human Cloning Foundation* em <<http://www.humancloning.org>> e <<http://home.cfl.rr.com/chaosdriven>>. Este último *site* é mantido por cientistas e contém publicado um protocolo científico para a clonagem.

20 Você pode visitar a GenScript em http://www.genscript.com/gene_synthesis.html.

21 *Websites* com longas listas de *links* trans-humanistas estão disponíveis no Center for Genetics and Society. Alguns deles parecem bem mundanos. Outros, como Transtopia em <http://www.transtopia.org/transhumanism.html> fornecem uma boa indicativa do programa como um todo.

22 Tariq Ali, *The Clash of Fundamentalisms*, Londres: Verso, 2002.

23 As histórias de censura na política relacionada à Guerra dos EUA são uma legião, e a censura por omissão, ao invés de por comissão, é hoje a forma mais poderosa de censura. Para citar apenas um exemplo, em fevereiro de 2004 um relatório suprimido por um grupo de analistas do Pentágono vazou para a imprensa. Tal relatório, *Uma Mudança Abrupta de Cenário Climático e Suas Implicações para a Segurança Nacional dos Estados Unidos*, argumenta que as aparentes catástrofes ambientais apresentam uma ameaça infinitamente maior à segurança nacional dos EUA que o terrorismo e sugeria à Casa Branca que voltasse sua atenção urgentemente para isso. Enquanto o *Guardian* levantava a história na Brã-Bretanha e *sites* progressistas em todo o mundo alardeavam as notícias – afinal de contas, dificilmente seria o Greenpeace ou o Sierra Club falando – houve uma cobertura visível de silêncio na grande mídia e entre os políticos nacionais nos Estados Unidos. Poucos dias depois do vazamento, a sensacional história caiu silenciosamente no esquecimento.

24 Andrew Meier, ‘The Oligarch’s Ball’, *Harpers*, Abril de 2004, pp. 79-81.

25 Jonathan Burston, ‘War and the Entertainment Industries: New Research Priorities in an Era of Cyber-Patriotism’, em Daya Kishan Thussu e Des Freedman, eds., *War and the Media: Reporting Conflict 24/7*, Londres: Sage, 2003. Para análises posteriores, veja o seu ‘Synthesians Among Us: Re-thinking the Actor in Media Work and Media Theory’, em James Curran e David Morley, eds., *Media and Cultural Theory: Interdisciplinary Perspectives*, Londres: Routledge, no prelo. Também veja <<http://www.stricom.army.mil>>.

26 Burston escreve: “O ICT’s Flat World project “updates flats, a staple of Hollywood set design, into a system called Digital Walls” (Hart 2001), transformando uma sala vazia em uma simulação 3-D convincente de algum terreno de batalha distante (no qual o trainee está ‘imerso’). É apenas um dos muitos projetos de realidade virtual que são o estado-da-arte do ICT’s, todos eles instantaneamente evocam *The Matrix*. Em novembro de 2002, por exemplo, o lançamento do tão esperado Mission Rehearsal Exercise (MRE) da ICT, uma simulação de tela curva frente à qual funcionários em treinamento são colocados

diante de diferentes opções de ação de emergência, cada qual resultando em um resultado distinto, em uma vila da Bósnia. Os trainees interagem com atores digitais, os quais “ouvem” e “respondem” com “emoções” variáveis instantaneamente”.

27 James Der Derian, *Virtuous War: Mapping the Military-Industrial-Media-Entertainment Network*, Boulder, CO: Westview Press, 2001.

28 Veja ‘Army is looking for a few good gamers’, *CNN.com/Sci-Tech*, 22 de Maio de 2002 <<http://www.cnn.com/2002/TECH/ptech/05/22/e3.army.game>>.

29 Gloria DeGaetano, *Parenting Well in a Median Age: Keeping Our Kids Human*, Fawnskin, CA: Personhood Press, 2004.

30 Gloria DeGaetano e Dave Grossman, *Stop Teaching Our Kids to Kill: A Call to Action Against TV, Movie and Video Game Violence*, Nova Iorque: Crown Publishing, 1999. Veja também, Dave Grossman, *On Killing: The Psychology of Learning to Kill in War and Society*, Boston: Little Brown & Co., 1995.

31 Orson Scott Card, *Ender’s Game*, Nova Iorque: Top Books, 1985.

32 Veja Varda Burstyn, ‘The Dystopia of Our Times: Genetic Engineering and Other Afflictions’, in *Socialist Register 2000*, Londres: Merlin Press, 2000. Também veja Laurie Garrett, *Betrayal Of Trust: The Collapse Of Global Health*, Nova Iorque: Oxford University Press, 2001; e Ronald J. Glasser, M.D., ‘We are not immune: Influenza, SARS, and the collapse of public health’, *Harper’s*, Julho de 2004.

33 Para mais informações sobre os jogadores, a extensão e a escala do desenvolvimento das tecnologias nano/atômicas, bem como para uma crítica excelente de seus riscos, veja ‘The Big Down: From Genomes to Atoms’, ETC Group, 2003, disponível em <<http://www.etcgroup.org>>. O ETC Group monitora publicações científicas e industriais e disponibiliza a informação em seu *website*.

34 Veja o comentário de Mooney em ‘The Big Down’. Veja também Jeremy Rifkin, *The Biotech Century: Harnessing the Gene and Remaking the World*, Nova Iorque: Jeremy P. Tarcher/Putnam, 1998.

35 Veja Kathleen Hart, *Eating in the Dark: America’s Experiment with Genetically Engineered Food*, Nova Iorque: Pantheon, 2002, e também ‘Gone to Seed: Transgenic Contaminants in the Traditional Vejad Supply’, *Union of Concerned Scientists/Citizens and Scientists for Environmental Solutions*, 23 de Fevereiro de 2004.

36 Veja Ted C. Fishman, ‘The Chinese Century’, *The New York Times Magazine*, 4 de Julho de 2004, p. 31.

37 K. Eric Drexler, *Engines of Creation*, Garden City, NY: Anchor Press/Doubleday, 1986; e K. Eric Drexler e Chris Peterson com Gayle Pergamit, *Unbounding the Future:*

The Nanotechnology Revolution, Nova Iorque: Quill/William Morrow, 1991. A Gosma Cinza possui uma convenção de sua própria ficção científica. Veja Greg Bear, *Blood Music*, Nova Iorque: Arbor House, 1985; e Kathleen Ann Goonan, *Queen City Jazz*, Nova Iorque: Tor Books, 1994, e *Crescent City Rhapsody*, Nova Iorque: Avon Eos, 2000.

38 *Green Goo: 'Nanotechnology Comes Alive!'*, ETC Group Communiqué, 77, Janeiro/Fevereiro de 2003, www.etcgroup.org.

39 Entrevista com Martin Rees, <http://www.bbc.co.uk/pressoffice/pressreleases/stories/2003/08_august/08_hardtalk_rees_martin.shtml>.

40 Marge Piercy, *He, She, and It: A Novel*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1991.

41 Marge Piercy, *Woman on the Edge of Time*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1976.

42 Margaret Atwood, *Oryx and Crake*, Toronto: Seal Books/Random House, 2003.

43 Joel Bakan, *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power*, Toronto: Penguin, 2004; Mark Ackbar, Jennifer Abbott e Joel Bakan, *The Corporation*, Big Pictures Media Corporation, Canadá, 2003.

AS CONTRADIÇÕES DA SUPREMACIA DOS EUA

Stephen Gill

Este ensaio procura conceituar e analisar alguns dos princípios, práticas e contradições centrais dos esforços dos EUA para unificar o espaço político, social e econômico global sob a forma particular da supremacia ocidental. O uso do termo “supremacia” é deliberado e pretende conotar uma forma de dominação baseada na coerção econômica e no uso – potencial ou atual – da violência organizada como meio de intimidar e fragmentar a oposição (1).

Um objetivo central de longo prazo da estratégia dos EUA é assegurar o que Marx chamou de mercado mundial, em última instância, ao subordinar o papel do estado às forças privadas da sociedade civil – na medida em que o desenvolvimento social seja determinado pelo capital, cujos direitos de propriedade são garantidos e mantidos militarmente e constitucionalmente. No entanto, esta estratégia dos EUA não é nem consistente nem de longo alcance, nem tampouco livre de crises, contradições e resistência. A supremacia é caracterizada, por um lado, pelo esforço em estabelecer uma forma de globalização disciplinar e neoliberal liderada pelos EUA e, por outro, por padrões de resistência. Com esta dialética em mente, os dois principais propósitos deste ensaio são, primeiro, identificar como nos últimos vinte e cinco anos, e especialmente desde o colapso da União Soviética, a estratégia dos EUA visou a garantir a supremacia das forças militares neoliberais com o objetivo de fortalecer o poder do capital; e, segundo, identificar os limites e contradições desta estratégia – uma estratégia que engendra níveis de desigualdade crescentemente obscenos e intoleráveis, a extração de mais valor por meio da exploração intensificada, da acumulação primitiva renovada e mecanismos de vinculação por meio de dívidas e crescente vigilância e coerção em nível mundial.

Conforme podemos ver, existem duas faces principais do poder dos EUA na ordem mundial contemporânea. De um lado, a estratégia dos EUA envolve a globalização dos princípios constitucionais anglo-americanos e os mecanismos neoliberais de acumulação e disciplina econômica. São análogos aos conceitos de John Locke de direitos de propriedade e governo limitado, isto é, que afirmam a primazia da propriedade privada sobre a jurisdição política. Portanto, do Plano Marshall em diante os EUA tomaram iniciativas para tornar os territórios estrangeiros mais permeáveis aos capitais móveis. Tais medidas incluem o desmantelamento das antigas esferas de influência dos imperialismos associados ao colonialismo europeu; a derrota do nacionalismo econômico; a transformação do Bloco Soviético, relativamente autárquico e, mais recentemente, a liberalização da China e da Índia (2).

Por outro lado, enquanto os líderes dos EUA representam “o império da sociedade civil” (3) também são herdeiros de Karl Schmitt: exigem o poder de decretar as regras, normas e leis nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que reservavam “poderes excepcionais” para si próprios (4). A premissa é a de que os EUA não possuem apenas o poder, mas também o direito, de atuar como um estado global – aquele que decreta as regras da ordem mundial, ao mesmo tempo em que decide, com impunidade, quais regras se aplicam às ações dos EUA e quais não. Esta contradição política central do papel dos EUA na ordem mundial – o que envolve tanto a justificação do governo limitado e seu

repúdio direto ao poder arbitrário do Estado – é crucial para entender a natureza e os limites do poder dos EUA, e para a resistência a este poder.

Neste sentido, os esforços dos EUA para garantir o “império da sociedade civil” no início do século XXI não envolvem, necessariamente, colônias ou mesmo ocupação territorial permanente (apesar de que grandes ocupações possam muito bem ocorrer). No entanto, engendram uma extensa capacidade para a intervenção, disciplina e punição, incluindo as bases militares dos EUA, forças substitutas, operações secretas ou de inteligência e instalações de vigilância em mais de 130 países – construídas conforme a estratégia do Pentágono de “domínio de todo o espectro”. Em suma, a garantia da segurança dos mercados mundiais está baseada principalmente no poder estatal, inclusive nos poderes constitucional, regulador, militar e poderes “excepcionais” de polícia – exercidos em uma hierarquia global de estados com a superpotência dos EUA no ápice, clamando pelo direito de ser o árbitro da política mundial.

Portanto, nos últimos 25 anos as forças políticas e instituições de direita foram consideravelmente fortalecidas, abrindo caminho para um neoliberalismo disciplinar e punitivo cada vez maior, especialmente depois do colapso da URSS – na medida em que, obviamente, representa-o como a única opção viável para o desenvolvimento da humanidade. A principal retórica política representa-o de modo negativo, como um conjunto de forças além do controle humano, como nas palavras de Margaret Thatcher de que “não há alternativa” à globalização neoliberal; ou mais positivamente, como na retórica dos EUA, que tende a ser mais triunfante, igualando a globalização com “progresso” e “liberdade”. Nesse discurso, ela é a missão providencial dos EUA, atuando como um agente de Deus, para fornecer liberdade em uma escala mundial; o seu chamado está sendo, portanto, cumprido no Iraque. Parece que George W. Bush, como um Cristão Renascido, pensa realmente que sua missão é de ordenação divina.

Na verdade, tanto estas dimensões positivas quanto negativas da ideologia neoliberal da globalização são ofuscações colossais que procuram esconder não apenas os custos reais do neoliberalismo disciplinar, mas também seus principais beneficiários, ou seja, a plutocracia global dos mega-ricos. Isso explica por que James K. Galbraith caracterizou o neoliberalismo como “um crime perfeito”, a partir do momento em que em tais discursos oficiais parecem não haver nem culpados nem qualquer vítima direta. Isso, apesar de evidências inquestionáveis de uma sistemática redistribuição de renda das camadas de base para as do topo da sociedade, resulta em uma globalização com padrões extremos de desigualdade até agora associadas a um país como o Brasil. O neoliberalismo disciplinar envolve fundamentalmente o aumento do uso de estruturas baseadas no mercado para garantir a disciplina social e organizar a distribuição e a riqueza, por exemplo, nos mercados de capital e trabalho, com os custos do ajustes forçados sobre os mais fracos pelos mais fortes, garantidos pelo aparato coercitivo do estado.

À luz do crescimento da política e dos poderes emergentes depois do 11 de setembro de 2001, quando terroristas sauditas, em sua maioria, pilotaram linhas aéreas comerciais na direção do World Trade Center e do Pentágono, Galbraith notou significativamente que: “Não é por acidente que os efeitos do neoliberalismo em um nível global lembrem os de um *coup d’état* no nível nacional” (5). Talvez o que Galbraith tinha em mente era um 11 de setembro anterior – o *coup d’état* de 1973 liderado pelo General Pinochet contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende no

Chile(6). Tal golpe, promovido secretamente pelo Governo Nixon, produziu o primeiro exemplo de neoliberalismo disciplinar. A ditadura impôs a ordem por meio de pelotões de fuzilamento para facilitar o programa de “terapia de choque” desenvolvido pelos chamados “Chicago Boys” sob uma fórmula de direita: “uma economia livre em um estado forte”.

A SUPREMACIA AMERICANA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA RIQUEZA

Apesar da intensa competição dentro das fileiras do capital, o governo do neoliberalismo disciplinar está associado às elites dominantes dos blocos históricos ou de poder que dominam a acumulação global, ou seja, o capital corporativo (na indústria, nas finanças e nos serviços) e que são proeminentes nas sociedades civil e política da OECD, na maioria da América Latina, e no antigo Bloco do Leste, Ásia e China. Tais elites globalizadas são convocadas nas fileiras das instituições financeiras internacionais, partes da ONU e de órgãos plutocráticos como o Fórum Econômico Mundial em Davos. Ao mesmo tempo em que o trabalho organizado está fortemente excluído de seus círculos mais internos, tais blocos de poder incorporam alguns trabalhadores privilegiados e abastados, por exemplo, das empresas profissionais (contadores, consultores, arquitetos, urbanistas, designers, publicitários e relações públicas) e pequenas empresas (isto é, a terceirização de grandes corporações transnacionais, empresas de exportação e importação). Assim como estrelas do esporte e celebridades que fazem o marketing das imagens e identidades corporativas. Os principais beneficiários do neoliberalismo disciplinar estão integrados em redes elaboradas de produção e consumo globais, e seus estilos de vida afluentes estão cada vez mais protegidos por segregação social e espacial, vigilância coercitiva e sistemas punitivos de encarceramento, resguardados em última instância pelo poder militar e de polícia.

Aqui podemos notar que os EUA possuem menos que 5% da população mundial mas registram quase um terço do PIB global, ao passo que a China, que possui quase 20% da população mundial, registra menos que 4% do PIB global – apesar de estar crescendo rapidamente, ao ponto de ser o segundo maior consumidor mundial de petróleo, depois dos EUA. Para considerar as implicações disto, podemos iniciar com a afirmação bastante conhecida do Presidente Bush Pai na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente em 1992, de que “nosso estilo de vida não é negociável”. O Presidente Bush Filho adotou também esta postura política, cuja satisfação depende de enormes quantidades de finanças estrangeiras, bem como de uma imensa proporção dos recursos naturais do mundo e fontes energias.

Ao analisarmos o que este estilo de vida gera, podemos ter uma idéia de um pouco do que está sendo assegurado cultural e politicamente pelo exercício da supremacia estadunidense. Bush Pai se referia à falta de vontade dos segmentos mais ricos e significativos politicamente da população dos EUA – e seus pares em toda parte – de abandonar os padrões atuais de produção e consumo com uso intensivo de energia – casas grandes, carros e acessórios. Tal vinculação leva a uma dependência social mais ampla dos automóveis e a um apetite aparentemente insaciável por mercadorias de consumo e comidas baratas (e a um crescente problema de obesidade) (7). Como mostrou Mike Davis, a reprodução social deste tipo de riqueza está vinculada à militarização, à

privatização e ao redesenho do espaço social (8). Na verdade, este fenômeno pode muito bem ser parte de um desenvolvimento mundial: a proliferação de comunidades fechadas que se assemelham às fortalezas medievais com salas de pânico, cercadas por fortificações e patrulhadas por guardas de segurança armados, que guardam estes espaços privatizados contra a inveja, o crime e o terror.

Num sentido social e espacial, há uma nova política global de desigualdade, um processo que se tem atribuído principalmente à raça, obscurecendo, portanto, suas dimensões de classe. Crescentemente, os ricos estão segregados social, espacial e politicamente dos pobres na população mundial (com exceção, claro, de seus servos domésticos). Esse padrão de “brasilinização*” global – de extrema desigualdade, “raciação” e estigmatização – está baseada em um padrão distinto de vínculos econômicos entre capital e trabalho ao redor do mundo.

Preço baixo todos os dias, salários baixos todos os dias

Um bom exemplo dos mecanismos que vinculam todos os dias os padrões principais da produção e do consumo dos EUA ao resto do mundo é o Wal-Mart, o maior supermercado do mundo e o segundo maior empregador dos Estados Unidos depois do Pentágono. Seu lema de negócios é “preços baixo todos os dias”. O Wal-Mart, uma das maiores companhias do mundo, acusa um faturamento anual de US\$ 256 bilhões e, se fosse uma nação independente, seria o oitavo maior parceiro comercial da China. O lucro do Wal-Mart é oriundo de um regime de baixos salários, disciplina de trabalho rígida e controle administrativo centralizado (até mesmo a temperatura em cada uma das mais de 3500 lojas do Wal-Mart nos EUA é controlada por sua sede em Bentonville, Arkansas). Seu gigantesco tamanho e poder de compra monopolista permitem-lhe reduzir os preços dos fornecedores, o que, por sua vez, provoca a redução dos baixos salários dos empregados de seus fornecedores dentro dos EUA e no estrangeiro.

Em 2003, 222 dos 400 bilionários do mundo eram estadunidenses e os membros da família Walton, que efetivamente são os donos do Wal-Mart, figuravam dentre as oito pessoas mais ricas do mundo (9). A exploração dos resultados do trabalho acarreta uma enorme transferência de riqueza e recursos a esta plutocracia, apesar dos donos do Wal-Mart argumentarem, indiscutivelmente, que isto exemplifica a eficiência do capitalismo. No entanto, a acumulação de capital não significa necessariamente que o capital, ou os indivíduos chave que dirigem suas atividades, está se tornando mais produtivos (ou produtivos de fato). Por exemplo, entre 1980 e 2000 a renda dos 10 gerentes executivos (CEOs) mais bem pagos dos EUA aumentou 4300%, a uma média de US\$154 milhões, em parte graças ao mercado de ações e outras maneiras mais ou menos legais de aumentar seus salários, um crescimento que não tem qualquer relação com o crescimento relativamente pequeno na produtividade medida naquele período (10). E nenhum ganho de produtividade que houve foi compartilhado: na década passada, a proporção de estadunidenses vivendo na pobreza aumentou, a renda *per capita* dos membros de domicílios de classe média caiu, os salários reais dos EUA estagnaram e a dívida na área de habitação cresceu vertiginosamente (11).

¹ N. da T.: *Brazilianization* no original.

O que podemos observar é um tipo de revolução na relação entre o capital e o trabalho nos EUA, que o neoliberalismo disciplinar quer reproduzir no mundo inteiro. Na verdade, enquanto a classe trabalhadora dos EUA consegue preços baixos todos os dias no Wal-Mart, ela também é arrastada para a sujeição do endividamento e sofre com programas sociais federais mal financiados. Paga hoje muito mais de sua renda em taxas do que há trinta anos e é mais sujeita a ser fiscalizada que os ricos com relação ao pagamento de impostos (12). Os desempregados estão sujeitos à assistência social, enquanto os ricos recebem “riqueza corporativa”. Por exemplo, a ajuda para a indústria de Poupança e Empréstimos de mediados dos '80 foi a maior socialização de dívida privada da história, do montante de aproximadamente US\$ 500 bilhões – ainda que tal operação possa ser realizada novamente hoje, dados os enormes níveis de endividamento do governo dos EUA, isto está longe de ser algo certo.

Disciplinar e punir: em casa e no estrangeiro

Nos EUA, enquanto há a socialização do risco para os ricos, o risco está sendo crescentemente privatizado para a maioria, e as disciplinas de mercado que são aplicadas em grau cada vez maior para os membros mais fracos da sociedade são complementadas por formas de coerção e abuso freqüentemente arbitrárias. Estas são administradas com aparente impunidade pelos aparelhos de estado – incluindo seus mecanismos auxiliares privatizados. Tais mecanismos de disciplina e punição são características cada vez mais controversas da supremacia dos EUA.

Na verdade, a indústria que mais cresceu nos EUA nos últimos 20 anos não foi a de alta tecnologia, as de atividades *ponto com*, mas sim as formas privadas de controle do crime e o desenvolvimento do chamado complexo industrial de encarceramento, com as prisões privadas como seu setor mais vibrante. Essa situação pode tornar-se insustentável no futuro imediato por causa da intensa crise fiscal em muitos dos estados da União Americana, que podem optar por penas menores; mas o complexo industrial de encarceramento não parece mostrar sinais significativos de enfraquecimento.

Em parte por refletir as tendências mais amplas de privatização da segurança e da violência organizada (incluindo a privatização da guerra, como na guerra do Iraque), os EUA possuem hoje as maiores taxas de encarceramento do mundo – e a composição racial e de gênero da população nas prisões dos EUA é também surpreendente (13). Também são assustadoras as denúncias de abuso, brutalidade e tortura, parecidas àquelas feitas contra prisioneiros de guerra, por exemplo, no Iraque, em Abu Ghraib, e na Baía de Guantânamo, Cuba, e mais amplamente em um arquipélago de *gulags*, incluindo aparentemente várias instalações secretas em vários países. Nos últimos vinte e cinco anos, os sistemas prisionais de mais de quarenta países “estiveram sob alguma forma de controle judicial, pela brutalidade, superlotação, má alimentação, violência e abusos realizados pelos guardas (até mesmo quando permitem que internos líderes de gangues comprem e vendam outros internos como escravos sexuais) (14).

Dado que nos EUA um número desconhecido de pessoas foram detidas num desrespeito a seus direitos constitucionais, não seria surpreendente que nas ofensivas militares atuais dos EUA tenham sido negados sistematicamente aos prisioneiros de guerra seus direitos postulados na Convenção de Genebra. Em 2003, o Procurador Geral

John Ashcroft selecionou Lane McCotter para ajudar a liderar um time de funcionários das prisões, juizes, promotores e chefes de polícia para reconstruir o sistema de justiça do Iraque. McCotter, que foi forçado a pedir demissão como Diretor do Departamento Penitenciário de Utah em 1997, depois que um interno com esquizofrenia morreu enquanto permaneceu inadequadamente amarrado a uma cadeira por 16 horas, assim mesmo foi nomeado para reabrir a notória prisão de Abu Ghraib em Bagdá e treinar seus guardas. Ao mesmo tempo, a empresa de McCotter, Management & Training Corporation, a terceira maior prisão privada nos EUA, estava sob investigação pelo Departamento de Justiça (15).

O Major-General Geoffrey Miller, antigo responsável pelo centro de detenção de Guantânamo, também foi nomeado para administrar as detenções e interrogatórios no Iraque e muito do trabalho parece ter sido executado tanto por tropas e contratantes militares privados sob a supervisão da CIA (16). Em 2002-03, alguns vazamentos de informação revelaram que o governo Bush alistou advogados-sênior dos departamentos de Justiça e Defesa para criarem justificativas que permitissem que a tortura fosse usada na guerra contra o terrorismo: “os advogados do governo concluíram que o Congresso definiu as proibições a torturas domésticas e internacionais muito amplamente, dizendo que o tratamento duro apenas seria tortura se os interrogadores *deliberadamente* infligissem danos físicos ou mentais sérios em períodos prolongados de tempo” (17). Ao mesmo tempo, os advogados do governo Bush construíram medidas e argumentos para consistentemente fornecer imunidade ao pessoal dos EUA com relação à Corte Criminal Internacional (18). Tais desenvolvimentos provocaram ultraje nos EUA e no mundo afora.

CONTRADIÇÕES ECONÔMICAS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

A era atual de globalização econômica é dominada pelos esforços dos EUA em estender o império da sociedade civil e garantir o mercado mundial para o domínio do capital. Os mecanismos que costumam realizar esse feito incluem uma estrutura mais liberalizada para o comércio e o investimento, um mercado mundial relacionado à propriedade intelectual e um mercado mundial de capitais mais integrado. Cada um desses mecanismos ajuda as corporações dos EUA a manter seu acesso aos mercados financeiros, estoques de trabalho estrangeiro, matérias-primas e mercadorias, bem como a facilitar enormes fluxos de capital externo para dentro dos EUA. Esta ainda é uma estratégia arriscada e carrega consigo a possibilidade de uma crise financeira global.

O novo constitucionalismo e a plutocracia

Lembrando nossa referência anterior aos estadunidenses mais ricos, podemos notar que os plutocratas dos EUA com a maior renda líquida têm seu dinheiro concentrado nos softwares e nos computadores (por exemplo a Microsoft, Oracle, Dell), na mídia e no entretenimento (por exemplo Metromedia, Viacom) e bancos de investimento. A outra área principal de acumulação de riqueza maciça é o varejo, como podemos observar com o caso da família Walton. Não é de surpreender que cada uma dessas áreas esteja refletida

na ênfase dada pela política econômica externa dos EUA em criar novas estruturas de governança – isto é, novos arranjos constitucionais em outros países que garantam os direitos do capital na mesma medida em que evitem a responsabilidade e o controle democráticos sobre a política econômica (19).

Em primeiro lugar, o governo dos EUA obteve garantias para o investimento estrangeiro e acesso às fontes globais para seus produtores com o intuito de alimentar o apetite sem fim dos EUA de mercadorias de consumo baratas – portanto, as gôndolas das lojas do Wal-Mart permanecerão lotadas de mercadorias produzidas por trabalho barato da China. Isto em parte explica por que os EUA foram generosos ao facilitar a entrada da China na OMC e garantir acordos com os chineses de completa repatriação dos lucros e, por fim, permitir que a China possuísse propriedade estrangeira total de empresas privadas, garantindo investimentos e fontes de trabalho e matérias-primas na China para corporações estadunidenses (20).

Segundo, para administrar tais arranjos, os modelos dos EUA deram forma não apenas os padrões de contabilidade, mas também conceitos e disciplinas legais, ainda que, como já assinalamos, o governo dos EUA freqüentemente se recusa a estar vinculado a suas próprias restrições legais. No entanto, os mecanismos constitucionais de revisão judicial dos EUA foram reformulados internacionalmente na criação de mecanismos de resolução de disputas, com leis de vinculação forçada, como aqueles feitos para o NAFTA e para a Organização Mundial do Comércio. Sob pressões dos EUA, o FMI e o Banco Mundial costumam impor a condição, para a concessão de empréstimos, de serem os responsáveis por sugerir a forma de institucionalização e realização de políticas sobre a legislação bancária, legislação de contratos, empresarial e de modo mais geral sobre o papel do judiciário, e especialmente sobre os mecanismos de revisão judicial modelados na jurisprudência estadunidense. Outros princípios legais dos EUA e conceitos, como o de transparência, estão no coração do comércio global e da regulação dos investimentos.

Terceiro, tais iniciativas permitiram aos EUA assegurar o acesso aos mercados estrangeiros e proteger suas empresas de alta tecnologia e de propriedade intelectual, no sentido de fortalecer o capital dos EUA com relação a seus rivais estrangeiros (21). Junto a isso, os EUA pressionaram outros governos a mudarem as taxas e as políticas de falência, favorecendo taxas indiretas maiores, menor renda e taxas corporativas, bem como novas proteções legais contra a expropriação para os investidores.

Uma quarta linha da estratégia envolve os esforços para globalizar as estruturas de governança corporativa no estilo dos EUA para os mercados de ações, com liberdade das fusões corporativas e outras formas de transferência de propriedade. As corporações dos EUA, portanto, acham mais fácil adquirir ativos e empresas estrangeiras previamente protegidas do controle estrangeiro. Na verdade, a vasta maioria do investimento direto estrangeiro na década de 90 ocorreu sob a forma de fusões e aquisições, e não investimento novo – dando o controle sobre novas áreas de produção, mas não necessariamente expandindo-as.

Quinto, os EUA também estabeleceram uma linha de comando nas tecnologias mais importantes associadas à informação, comunicação e outras indústrias da chamada nova economia (que inclui a defesa), bem como fortalecendo internacionalmente o domínio de seu enorme complexo de imagem e entretenimento, e de seus gigantes farmacêuticos. O período de globalização acelerada dos direitos de propriedade

intelectual realmente começou de modo sério quando os EUA conseguiram de maneira bem-sucedida vincular o comércio aos direitos de propriedade intelectual nas negociações comerciais da Rodada Uruguai em 1994, redefinindo os direitos de propriedade intelectual como mercadorias. As companhias de software, entretenimento e farmacêuticas a partir de então conseguiram fazer um lobby para um acordo com mecanismos globais de cobertura e imposição (22). Obviamente, “os direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio” (*Trade-related Intellectual Property Rights-TRIPs*) de fato pouco têm a ver com o comércio, mas são a maneira de garantir os direitos de monopólios privados sobre as inovações por meio de patentes e outras formas de proteção.

Em suma, os regimes de governança do mercado mundial foram remodelados nos últimos vinte anos de acordo com o “novo constitucionalismo” e o neoliberalismo disciplinar. Os EUA iniciaram muitas dessas mudanças, e suas corporações e consumidores tenderam a beneficiar-se mais diretamente, mas sem excluir, de maneira alguma, os interesses poderosos na UE e em qualquer outro lugar em que tais mudanças fossem apoiadas. Ainda assim, esse tem sido um processo cheio de problemas quanto à sua capacidade de reprodução. Na medida em que o capital tem se tornado mais liberalizado e globalizado, a frequência e profundidade das crises econômicas pioraram. A crise global de 1997-98 foi a pior desde a Grande Depressão, com vários milhões de pessoas empobrecidas, e ilustra os efeitos desestabilizadores do movimento livre do capital a um ponto onde mesmo os economistas neoclássicos questionariam seu valor e eficiência (23).

A nova era do capital liberalizado: crises financeiras e fiscais

Em 1998, muitos dos grandes investidores institucionais, corporações e indivíduos super-ricos recuaram quando seus investimentos deram prejuízo, ostensivamente no sentido de prevenir um colapso financeiro mais geral como aquele imposto pela falência do Long Term Capital Management (LTCM) disparado pela quebra dos títulos russos. O LTCM gerenciava dinheiro dos indivíduos super-ricos e de grandes bancos privados (isto é, os riscos dos grandes investidores ou depositários foram socializados). Pelo contrário, nas crises financeiras, o padrão geral é que os custos dos ajustes sejam jogados sobre o capital e trabalhadores desprotegidos e aos membros mais vulneráveis da sociedade – ou seja, os riscos são privatizados, logo os contribuintes comuns e os membros mais pobres da sociedade bancam os custos de qualquer modo. No entanto, em 2004 o governo Bush pressionava por mais um acordo de livre comércio para proibir os controles sobre a movimentação de capitais (mesmo no caso de uma crise econômica), na linha de dois acordos bilaterais, modelo recentemente fechados com o Chile e Cingapura (24).

Nesse sentido, o complexo financeiro dos EUA esteve na vanguarda da reestruturação e desregulamentação (ou mais precisamente, re-regulação liberal) do sistema financeiro mundial. Este sistema mais liberalizado, que emergiu durante as décadas de 80 e 90, ajudou a reciclar os superávits comerciais de outros países (principalmente da China, do Japão e da Coreia do Sul, bem como da União Européia) no sentido de financiar a expansão estadunidense e os déficits de pagamento e dívidas maciços dos EUA. Portanto, a globalização também permitiu evitar que os EUA

dependessem apenas nos recursos domésticos para pagar suas guerras no estrangeiro.

Em contraste com o período da *Pax Americana* do início do pós-Segunda Guerra Mundial, quando os EUA financiaram a reconstrução global, os EUA são hoje, de longe, o maior devedor do mundo e, de acordo com o Congressional Budget Office, as dívidas governamentais dos EUA estão crescendo muito rapidamente. Há um consenso cada vez maior entre os economistas de que apesar da imensa profundidade e liquidez do mercado de capitais dos EUA, a escala da dívida federal, externa, dos indivíduos, corporações, e do estado dos EUA não é sustentável, e isso se reflete na tendência de alguns bancos centrais trocar dólares por euros (25). Em 2003, podia estimar-se que investidores estrangeiros possuíam direitos nos EUA ao montante de cerca de US\$8 trilhões de seus ativos financeiros, resultado dos crescentes déficits na balança de pagamentos dos EUA, que atingiu cerca de 5% do PNB e continuou crescendo em 2004. Isto marca um contraste com o período de 1960-76, quando os EUA apresentaram superávits da balança de pagamentos que totalizavam cerca de US\$60 bilhões (26).

Além disso, o custo do imperialismo militar estadunidense baseado no “domínio de todo o espectro” e na “guerra contra o terrorismo” está fadado a crescer muito rapidamente e terá, em última instância, de ser pago com um aumento do financiamento a partir de recursos domésticos – ou seja, envolverá sacrifícios financeiros, em boa parte porque as políticas imperiais dos EUA possuem pouco consentimento de outros países, como assinalou o *Financial Times* em 2003:

Os EUA devem carregar os custos do conflito [futuro] em grande parte sozinhos. Kuwait, Japão, Alemanha e Arábia Saudita dividiram a maioria dos US\$60 bilhões de custo da Guerra do Golfo em 1991. Nenhuma coalizão de valises parece ser razoável hoje. Em um mundo unipolar, os parceiros potenciais de coalizão *ad hoc* dos EUA para cada empreitada estariam em uma posição de barganha poderosa, como a disputa recente com a Turquia mostrou. O Sr. Magnus [da UBS Warburg] diz: “Em um mundo onde todos os países [de fato] pertencem ao movimento não-alinhado, o preço para a potência maior construir uma coalizão aumenta” (27).

Apesar de o gasto com defesa dos EUA alcançar cerca de 10% do PIB algumas vezes na década de 50, caiu para 5-6% na década de 80 e, ainda mais, para 3%, no ano 2000, tendo novamente crescido de maneira rápida desde então. De acordo com uma análise da UBS Warburg, qualquer objetivo de deslocar forças militares e torná-las capazes de lutar ao redor do globo, aliado aos custos de novos sistemas armamentistas, poderia significar que o orçamento militar “inclui a segurança interna, ajuda externa e outros programas de *nation-building*”, poderia aumentar de 4-5% do PIB para algo como 8-9% nos próximos anos. O relatório Warburg afirma que poderia diminuir o crescimento do setor privado, particularmente pelo fato de trabalhadores altamente qualificados serem necessários para desenhar e dirigir “bombas inteligentes, aviões guiados à distância e mísseis guiados por laser”. Um montante maior de recursos de inteligência humana será necessário “contra um inimigo terrorista amorfo” em países como Turquia, Coréia do Norte, Colômbia, Iraque, Afeganistão, Filipinas, Djibuti, Iêmen e Bósnia. Os autores acrescentam:

Tirar as melhores mentes da nação da pesquisa biotecnológica, dos bancos de investimento e das corporações e colocá-las no Departamento de Estado, na CIA e nas forças armadas não é a melhor coisa a fazer para continuar com o crescimento alto de produtividade dos anos 90 (28).

Portanto, a ambição imperial dos EUA pode muito bem ser resumida como um “alongamento fiscal”. Enquanto a dívida federal dos EUA esteja oficialmente na casa dos US\$ 6,5 trilhões, a crise fiscal está piorando no nível estadual e os déficits federais dos EUA crescem rapidamente por causa de uma combinação de cortes de impostos que beneficiam principalmente os ricos e o aumento dos gastos militares. Olhando mais adiante, obrigações de financiamento para a assistência à saúde e pagamentos da Previdência Social continuam a crescer – seus déficits combinados crescem cerca de US\$ 1,5 trilhão por ano e acelerarão em 2010, quando cerca de 77 milhões de pessoas nascidas no *baby boom* começarem a receber os benefícios da Previdência Social, e em 2013 quando for a vez dos benefícios da assistência à saúde.

A extensão da crise fiscal foi revelada em um relatório de um economista da Reserva Federal e antigo funcionário do Tesouro. Tal documento foi imediatamente enterrado pelo governo Bush, mas percebido pelos investidores. Suas principais descobertas foram apresentadas em uma declaração no Congresso:

O governo relata que a dívida nacional em 2003 estava em cerca de US\$3,8 trilhões na forma da “dívida pública” do governo. No entanto, esse número ignora os desequilíbrios maciços nos programas de assistência à saúde e da Previdência Social e... em outros programas. Quando as responsabilidades associadas com tais programas são levadas em conta, a política fiscal do país apresenta um desequilíbrio de US\$ 43,4 trilhões no valor atual, um número que não é informado nos documentos orçamentários padrão... Tal desequilíbrio é mais de 11 vezes a dívida pública de US\$ 3,8 trilhões que o governo informa oficialmente. US\$ 35,5 trilhões deste desequilíbrio de US\$ 43,4 trilhões são originários da assistência à saúde... enquanto a Previdência Social é responsável por outros US\$ 7,2 trilhões. O resto do governo... possui um desequilíbrio de apenas US\$ 0,68 trilhões (29).

Nesse contexto, o governo dos EUA poderia encontrar limites muito imediatos, particularmente se há um declínio sério, ou senão uma reversão, dos influxos de capital. No começo de 2004 os influxos de capital externo de cerca de US\$ 1,5-2,0 bilhões *por dia* financiavam o déficit externo dos EUA. Se o problema do financiamento piorar, a Reserva Federal será obrigada a aumentar as taxas de juros, em um momento em que o preço do petróleo também cresce rapidamente, disparando potencialmente falhas substantivas nas hipotecas e outras seguridades financeiras, bem como futuros cortes fiscais.

Portanto, a próxima crise internacional da dívida pode acontecer não no Terceiro Mundo, mas nos EUA. Enquanto os EUA pressionam consistentemente por maior mobilidade do capital para facilitar os influxos de capital para dentro dos EUA, o que ajuda a financiar seus déficits da balança de pagamentos, seus líderes logo se darão conta de que isso é uma faca de dois gumes: uma crise de confiança na economia dos EUA poderia reverter tais fluxos muito rapidamente, com o tiro saindo pela culatra.

“DOMÍNIO DE TODO O ESPECTRO” E SEUS LIMITES

O domínio militar dos EUA, portanto, baseia-se em sua capacidade de manter a confiança dos investidores estrangeiros. Mesmo se a “guerra contra o terror” continuar a ser levada a cabo indiscriminadamente, por meio de engajamento contínuo no Iraque e o desenvolvimento de sistemas armamentistas caros, os custos podem abalar tal confiança. Os gastos dos EUA já superaram maciçamente os de todos os maiores aliados e rivais – os EUA gastam mais nas suas forças armadas que os vinte estados seguintes juntos (30). Vale a pena ter essa limitação financeira em mente quando consideramos alguns dos gastos que financiam sua estratégia militar, e seus possíveis custos futuros.

A obtenção do “domínio de todo o espectro” (a capacidade de dominar simultaneamente terra, mar, ar e espaço) foi anunciada pelo governo de Bush II como a mais importante iniciativa estratégica para os EUA no século XXI. Sua razão central é proteger “os interesses e investimentos dos EUA”, não apenas dos rivais tradicionais, como também de “novos desafios”, inclusive aqueles originários de uma “ampla lacuna entre ricos e pobres” – algo que o governo Bush II pareceu ter considerado como natural, ou ao menos inevitável.

Para torná-lo realidade, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld enfatizou a reação rápida, mobilidade e a flexibilidade das forças, em parte baseadas na inovação de alta tecnologia, com incentivos para o capital estadunidense servir como revitalizador do complexo militar-industrial. A rápida militarização do espaço é uma das facetas centrais desta abordagem (31). Outro flanco inclui esforços para aumentar a capacidade dos EUA para realizar guerra de informação, incluindo agências de informação secreta que respondem à Casa Branca e ao Pentágono, protegidas de um escrutínio mais amplo, por meio de uma transformação no aparato militar dos EUA que o torna melhor equipado para travar “guerras cibernéticas”, e para controlar as redes e nós de comunicação globais (32). Como podemos ver, os aparatos militar e de inteligência dos EUA já estabeleceram um controle considerável sobre os pontos estratégicos dentro das redes de comunicação globais.

Novas guerras e um império de bases

O domínio de todo o espectro é a contrapartida ao conceito do governo Bush de novas guerras do século XXI. Como articulou Rumsfeld, ele gera “todos os elementos do poder nacional: econômicos, diplomáticos, financeiros, de garantia da lei, de inteligência, e de operações militares tanto abertas quanto secretas” (33). Tal perspectiva totalizadora inclui a necessidade não apenas de poder soberano para sobrepor as regras da guerra, mas também vigiar aquilo que o governo Bush II chamou de “arco da instabilidade”. Ele percorre desde a região andina (na verdade, Colômbia), passa o Norte da África, o Oriente Médio e o Sul da Ásia por sobre as Filipinas e a Indonésia, onde muitas das principais reservas de petróleo do mundo podem ser encontradas.

O aparato para policiar esta área também inclui os aliados dos EUA subordinados a seu comando, por exemplo, na OTAN, e no uso das forças de muitos outros países. É

por isso que os EUA aumentaram o orçamento de seus Gastos Militares Estrangeiros em 27% em 2003, tornando-o o maior programa de ajuda militar dos EUA, com cerca de US\$ 4 bilhões anuais. A maioria desses recursos vai para treinamento militar estrangeiro em países que antes não podiam receber ajuda dos EUA por seus abusos aos direitos humanos e a posse de armas nucleares, como o Uzbequistão, o Paquistão e a Índia (34). Simultaneamente, o Pentágono também está criando “um exército de elite secreto com recursos que se estendem para todo o espectro de possibilidades de disfarce”, seguindo recomendações do estudo de 2002 de seu Defense Science Board sobre *Operações Especiais e Forças Conjuntas no Suporte do Contra-Terrorismo* (35).

Entretanto, as forças principais para o policiamento da ordem mundial estão localizadas naquilo que Chalmers Johnson chama de um império de bases militares. Os EUA possuem algo entre 700 e 1000 bases militares em todo o mundo (dependendo de como elas são categorizadas e contadas); possui mais 6000 dentro dos EUA e em seus próprios territórios. Um pessoal uninformizado de cerca de 250.000 funcionários é empregado no estrangeiro com um número igual de funcionários civis, mais cerca de 45.000 funcionários contratados localmente (o que não inclui os novos envios ao Iraque, de cerca de 140.000, nem o pequeno exército de contratantes privados que trabalham a seu lado como parte do novo modelo dos EUA de operações de guerra quase privatizadas). Ao menos 4, ou talvez 6 novas bases estão sendo construídas hoje no Iraque. Desde 11 de setembro de 2001, as forças dos EUA construíram, modernizaram ou expandiram as dependências militares em Bahrain, Qatar, Kuwait, Arábia Saudita, Omã, Turquia, Bulgária, Paquistão, Afeganistão, Uzbequistão e Quirguistão. Com a descoberta de reservas de petróleo maiores na África Ocidental, os EUA também têm procurado estabelecer novas bases na região. O *Base Structure Report* de 2003 do Pentágono mostra que os EUA atualmente possuem ou utilizam bases em cerca de 130 países (36). Portanto, o imperialismo dos EUA é, afinal, territorial, assim como são necessariamente os impérios; sua forma contemporânea de colônia é a base militar, permitindo envio rápido de tropas e intervenção em todo o globo.

"A Arquitetura da Imagem Futura" e ECHELON

O pensamento estratégico dos EUA estabelece que os desafios à sua supremacia parecem ser difusos e globais. Portanto, um objetivo adicional dos aparatos estadunidenses de inteligência militar é o sonho (alguns o chamam de pesadelo) de criar um panóptico global: um sistema de vigilância total que pode colocar tanto amigos quanto inimigos sob vigilância total (37). Um exemplo irônico da obsessão que acompanha esse sonho pôde ser observado após a captura do avião espião EP-3E pela China em abril de 2001, quando um veterano da vigilância da Marinha dos EUA afirmou a jornalistas que um oficial em seu esquadrão tinha cartões que continham o seguinte lema: “Confiamos em Deus. Todos os demais nós monitoramos” (38).

De fato, já existem vínculos crescentes entre o império de bases e sua “terra-natal”, tudo isso mantido por estruturas de comunicação sofisticadas que integram e distribuem informação instantaneamente, ao que parece, em uma forma militar de compressão do espaço-tempo. Além disso, o domínio de todo o espectro pressupõe controle sobre, ou mesmo a habilidade de intervir decisivamente sobre, os sistemas

globais de comunicação. Conforme assinalado em um relatório por um Tenente-Coronel do Exército dos EUA:

Enquanto as guerras mundiais usavam atrito (Primeira Guerra Mundial) e manobras (Segunda Guerra Mundial), a era da informação enfatiza o controle. Enquanto as guerras mundiais tentavam exaurir (PGM) e aniquilar (SGM), as guerras cibernéticas procuram paralisar. E enquanto os instrumentos das guerras mundiais eram armas com poder de fogo (PGM) e mecanização (SGM) produzidas em massa, as ferramentas da guerra de informação são um número limitado de computadores baratos vinculados por meio de sistemas de comunicação global (39).

Na verdade, no que diz respeito a muitas práticas militares e de vigilância, os governos Bush II e Clinton mostram uma continuidade considerável. Em abril de 2001, foi anunciado que o secreto National Reconnaissance Office dos EUA foi autorizado a realizar uma expansão maciça de seus sistemas de satélites espões, em parte porque outros países como a Rússia, França, Índia e aliados mais próximos dos EUA como Israel e Canadá possuem seus próprios sistemas de vigilância por satélite.

“A Arquitetura da Imagem Futura” (*Future Image Architecture*, FIA) é o empreendimento mais caro realizado pelas agências de inteligência dos EUA. A FIA custeará US\$ 25 bilhões em vinte anos – comparando com o do Manhattan Project, que teve o propósito de construir a bomba atômica durante a Segunda Guerra Mundial, que custou US\$ 20 bilhões em dólares atuais. Novamente, tal sistema se encaixa muito bem na prioridade do governo Bush de desenvolver e dominar os usos militares do espaço e o uso da guerra cibernética (40).

Dispensável dizer que tais desenvolvimentos – que envolvem a Agência de Segurança Nacional (ASN) e outras agências de inteligência dos EUA – geraram preocupações na União Européia e em outros lugares, em particular pela extensão das redes de inteligência dos EUA, como a ECHELON, que incessantemente captura as comunicações eletrônicas na Europa. Dezenas de bilhões de mensagens são analisadas todos os dias por meio de um software “data mining” que opera por meio de servidores de internet. A ECHELON alimenta os dados em computadores enormes conhecidos como Dicionários que automaticamente selecionam as comunicações usando listas de números, assuntos e palavras-chave alvo (41). Virtualmente, todas as mensagens que são selecionadas pelos computadores Dicionários são automaticamente encaminhadas para a ASN ou outros destinos militares: governos, empresas, organizações e indivíduos. A partir do momento em que a maioria dos países tornou ilegal espionar seus próprios cidadãos, as medidas tomadas pelos EUA e pela GB podem permitir que tais proibições sejam burladas (45).

As "Operações" no Afeganistão e no Iraque

É sob essa luz que o uso do poder militar dos EUA no Afeganistão e no Iraque precisa ser analisado e devemos notar que a violência organizada forma apenas uma parte de um esforço estratégico mais amplo na região. A perspectiva completa das “operações”

dedicadas a “mudança de regime” no Afeganistão e no Iraque inclui, portanto: operações secretas ou clandestinas (por exemplo, o amplo uso da CIA e das Forças Especiais do Pentágono); a mobilização de bases estrangeiras, como plataformas para os ataques; integração dos planos de batalha e vigilância; ajuda financeira (incluindo ajuda militar); esforços para obter o apoio dos “membros da coalizão”; a Iniciativa de Parceira do Oriente Médio; a Iniciativa de Comércio do Oriente Médio; e investimentos em educação e treinamento militar, inclusive em treinamento da polícia. Tudo isso foi acompanhado pelo uso extensivo de propaganda, tanto da variedade “branca” (por exemplo, “agregando” jornalistas nas unidades militares; o uso da mídia controlada pelos EUA e estações de televisão no Iraque para apresentar as notícias de maneira que apoiassem os esforços de guerra/ocupação dos EUA) e também do tipo “negro”: isto é, campanhas de desinformação, esforços para desacreditar inimigos ou dissidentes por meio de falsificações deliberadas.

E como razão para os EUA terem decidido entrar em guerra com o Iraque – em particular porque não havia evidências de vínculos com a Al Qaeda ou de Armas de Destruição em Massa e, portanto, nenhuma evidência de ameaças diretas aos EUA; e dado que virtualmente todas as autoridades legais críveis pronunciaram que a guerra era um ato ilegal de agressão, basta dizer que, enquanto a guerra está vinculada diretamente à política oficial dos EUA de segurança energética, dirigida por sua dependência crescente de petróleo estrangeiro e em especial do Oriente Médio, precisamos investigar o assunto mais a fundo. O desejo de arriscar muito em termos de perda de legitimidade e provocar resistência em massa, protestos, e mesmo uma guerra civil e religiosa, não podia ser apenas para derrubar o Saddam e tomar o controle do petróleo do Iraque, mas também servia para reforçar vários dos principais pilares da supremacia dos EUA: sobretudo, a posição geopolítica dos EUA a longo prazo, que envolve tanto a estratégia com relação a suas bases militares e seus interesses comerciais, incluindo ameaças potenciais à hegemonia do dólar, e, é claro, sua prerrogativa de realizar guerras com impunidade.

A racionalidade geopolítica claramente unifica os governos Clinton e Bush, ambos travaram uma guerra contra o Iraque, apesar de que, no caso de Clinton, ela tenha estado vinculada a uma estratégia de contenção, principalmente por meio do regime de sanções e do policiamento (e bombardeamento) das zonas de restrição aérea nas regiões norte e sul do território Iraquiano. O fulcro da política dos EUA na região desde 1945 foi a Arábia Saudita e se concentra em produzir fundamentalistas na Arábia Saudita anos antes dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono. Portanto, a racionalidade geopolítica antecipa Bush II; e como James Woolsey, o Diretor da CIA durante o governo Clinton, explicou em testemunho ao Congresso, enquanto o petróleo estiver envolvido, ela está relacionada com o medo que as fontes futuras do petróleo “chegando a somas de centenas de bilhões e podendo chegar a trilhões de dólares... nesta região volátil... apoiarão a maioria das atividades governamentais ou privadas que não estão nos interesses dos EUA, para afirmá-lo de modo suave” (43).

Todavia, o resultado da guerra no Iraque não tem sido o esperado pelo governo Bush. Uma explosão maciça da credibilidade e do prestígio dos EUA, até mesmo mais poderosa que a resultante da derrota no Vietnã, pode estar se configurando. E a partir do momento em que o Oriente Médio é nesse momento o centro da geopolítica, uma falha tal dos EUA no Iraque encorajaria a crença de que a superpotência mundial poderia ser derrotada por forças de resistência nacional, e seria um momento potencialmente decisivo

na relação entre os EUA e o mundo árabe, senão com todo o mundo islâmico. Na verdade, o Iraque demonstra que o panóptico global e o poder militar maciço associados com a “marca” militar dos EUA está longe de onisciente e onipresente, e que a “prerrogativa de soberania” pode ser desafiada por forças de resistência nacional.

FORMAS DE RESISTÊNCIA

Assim, com a resistência iraquiana em mente, concluímos com uma hipótese conectada à máxima política de Antonio Gramsci: “pessimismo do intelecto, otimismo da vontade”. O pessimismo do intelecto pressupõe que podemos identificar aquilo que é relativamente permanente ou estrutural, e aquilo que é contingente ou efêmero em uma situação histórica, e por fim transitar até análises mais sombrias e fundamentadas do movimento das forças políticas e suas tensões e contradições. Como assinala Gramsci, a análise política deve estar dirigida “violentamente contra o presente tal como ele é, se o que se deseja é transformá-lo” (44).

Permitam-nos, portanto, começar com algumas poucas observações finais sobre a situação no Iraque, a qual é crucial para compreender a geopolítica do império. Os EUA buscaram privatizar completamente a economia iraquiana (com a exceção do petróleo, que está sob o controle militar estadunidense de forma direta, e sob seu controle financeiro de forma indireta) a fim de limitar as opções de qualquer futuro governo iraquiano – seja um dos sucessivos governos-túteres ou algum que eventualmente pudesse erigir-se sobre um mandato popular mais amplo. Por exemplo, os EUA manterão suas bases militares, e os portos e outros aeroportos estão hoje sob a propriedade e o controle de empresas militares privadas do estrangeiro que respondem aos EUA – e não a nenhum governo iraquiano. A Organização das Nações Unidas (ONU) apoiou efetivamente esta política de expropriação e acumulação primitiva, como também o fizeram Alemanha e França, e em menor medida a Rússia, países que fizeram mais oposição à invasão. Na prática, agora os EUA controlam também a segunda maior reserva mundial de petróleo conhecida depois da Arábia Saudita. Se os EUA forem capazes de consolidar ainda mais seu domínio político e estratégico sobre o Oriente Médio, eles estenderão significativamente seu poder geopolítico (45).

Os aliados dos EUA não ignoram isso, e os aspectos centrais da ordem mundial giram em torno das futuras relações entre os estados/regiões capitalistas mais poderosos. Há uma discórdia contínua entre os líderes dos estados do Atlântico e suas populações, refletida nas manifestações maciças contra a guerra e a ocupação do Iraque. Na verdade, alguns comentaristas observam que o caso do Iraque está causando a pior crise nas relações transatlânticas desde a formação da OTAN. No entanto, deveríamos nos lembrar que em muitos países da Europa, como uma vez afirmou Giovanni Arrighi, emergiu desde 1945 um “partido estadunidense”, isto é, um conjunto de forças sociais e políticas que apóiam a estratégia imperial dos EUA e que foram as bases da “aliança orgânica” transatlântica. Estas forças formam um bloco histórico ou de poder transnacional baseado na sociedade política e civil sob a liderança dos EUA (e o Japão foi somado a seu círculo íntimo na década de 70 com a formação da Comissão Trilateral). Na Europa, tais forças “estadunidenses” incluíram partidos e regimes socialistas, social-democratas, conservadores e autoritários, assim como também igrejas, meios de comunicação,

intelectuais e sindicatos – forças que em maior ou menor medida favorecem a expansão do império e da sociedade civil – um império que agora se expandiu radicalmente para o leste, penetrando o antigo bloco oriental após o colapso da URSS.

Certamente, enquanto as preocupações com relação à liderança tecnológica, à militarização e ao domínio do espaço por parte dos EUA (por exemplo, o sistema de Defesa por mísseis/Guerra nas Estrelas) provocaram esforços por parte de outros estados e consórcios para desenvolver alternativas militar-industriais, os EUA trabalha duro para prevenir que seus aliados e rivais adquiram autonomia tecnológica, uma vez que isso minaria seu próprio “domínio de todo o espectro”. Assim, enquanto a União Européia investiu 3,6 bilhões de euros no Sistema Galileo (planejado para estar em operação em 2004) com a finalidade de desafiar o Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System*, GPS) dos EUA (controlado pelo Pentágono), os EUA conseguiram em 2004 forçar a União Européia no sentido de que o Galileo interagisse com o GPS, argumentando razões de segurança nacional.

No entanto, além de promover seus próprios consórcios em indústrias estratégicas (por exemplo, o AirBus), a União Européia também começou a confrontar interesses estadunidenses primordiais na área das políticas sobre competição (incluindo fusões e aquisições, e desafios ao poder monopolista estadunidense, por exemplo, contra a Microsoft). E, no ano 2000, a União Européia anunciou sua estratégia de Lisboa: converter-se no espaço econômico mais competitivo do mundo para o ano 2010, desafiando assim a liderança econômica global dos EUA no futuro.

Não obstante, enquanto a União Européia está buscando incrementar sua autonomia relativa em certos sentidos, ao mesmo tempo está se movendo gradualmente até uma liberalização financeira e uma governança corporativa ao estilo estadunidense baseadas no valor acionário, substituindo os arranjos corporativistas de regimes determinados pela propriedade do capital. Na verdade, a União Européia está promovendo ativamente um maior aprofundamento do neoliberalismo disciplinar em uma Europa mais ampla, como está o fez em seus esforços de reconstrução nos estados da Europa do Leste. No entanto, inclusive entre as classes médias européia houve uma oposição extensa ao neoliberalismo disciplinar devido ao modo em que deteriora as provisões sociais e de bem-estar que constituíram a ordem o pós-guerra da Europa ocidental.

As sólidas relações transatlânticas de comércio e investimentos, tanto como as profundas estruturas de propriedade transversais, sugerem um alinhamento relativamente permanente e estrutural de vínculos euro-estadunidenses que poderia suportar qualquer ruptura de curto prazo com relação ao Iraque (46). E o desenvolvimento militar europeu desde 1949 esteve dentro do marco da OTAN sob o domínio dos EUA, que provavelmente continue a medida em que avança a expansão da OTAN para o leste. No entanto, nenhum destes acordos transatlânticos é permanente, e deveríamos levar em conta o fato de que isto parece ir contra a opinião majoritária na Europa – outra vez, as classes médias são cruciais aqui – que gostaria de ver uma capacidade européia menos subordinada ao imperialismo dos Estados Unidos.

Parece também provável que surjam outros limites à supremacia dos EUA. Por exemplo, há sinais de que grandes países do Sul, dentre os quais a Índia, Brasil e China, estão cooperando para estabelecer um bloco de contrapeso com a finalidade de reduzir as vantagens dos EUA (e da União Européia) em matéria de comércio e investimentos. Até

agora, pressionaram principalmente por uma maior liberalização do comércio, particularmente em produtos agrícolas fortemente protegidos pelos países metropolitanos, mas é provável que em vez de dissiparem-se, as tensões aumentem.

Por sua vez, um número crescente de líderes norte-americanos está preocupado pela marcante dependência do capital estrangeiro para financiar as operações do governo. Em meados de 2004, mais de 50% dos bônus do Tesouro estadunidense estavam em mãos estrangeiras. Os bancos centrais da China e do Japão possuem a parte do leão – em boa medida para manter o dólar e assim proteger seus mercados de exportação nos EUA (gerando uma sobre-valorização de cerca de 20% do dólar com relação às moedas do leste asiático). Destacados economistas estadunidenses estão preocupados pelos crescentes riscos de uma economia global altamente avalancada (*leveraged*), particularmente nos EUA e no Japão, e pelos enormes desequilíbrios financeiros internacionais. Isso sugere que qualquer esforço para incrementar ou inclusive manter o projeto de supremacia dos EUA corre o risco de provocar uma desestabilização de investimentos em escala mundial, crise da dívida, e o estouro das bolhas de ativos que cresceram nos últimos dez ou quinze anos no plano mundial (47).

O próprio mundo financeiro, empanturrado do “ópio sedutor” de pedir emprestado no marco de um regime de dinheiro barato (baixas taxas de juros históricas e um dólar depreciado), está ficando muito inquieto diante da perspectiva de um aumento das taxas de juros nos EUA e de uma “queda destrutiva do dólar” causada por uma piora do déficit em conta corrente dos EUA (48). Isto está vinculado às crescentes restrições a longo prazo do poder financeiro e monetário dos EUA, e aos respectivos limites a sua capacidade de financiar o “domínio de todo o espectro”. As alternativas à hegemonia do dólar nos mercados mundiais de divisas, tais como o euro, se verão fortalecidas ainda mais por uma crise do dólar. Tampouco devemos nos esquecer de que os EUA pagam em dólares suas faturas militares no exterior.

Tudo isto sugere que a guerra no Iraque poderia ser vista não como a primeira de uma nova série de guerras intermináveis do século XXI liberadas para manter e estender a globalização neoliberal disciplinar, mas como a primeira guerra que mostrou limites significativos do poder dos EUA. Isto é assim não apenas por causa da resistência iraquiana, mas porque outras forças restringem e desafiam a supremacia dos EUA, ao menos em sua forma atual. Efetivamente, um indicador potencialmente de grande alcance disto é a opinião pública global que deixa às claras o severo dano sofrido pela já precária legitimidade dos EUA em todo o mundo, com uma maioria que vê os EUA como a maior ameaça a uma ordem mundial pacífica (49). A ilegalidade e ilegitimidade do poder estadunidense no Iraque explicam, em parte por que é provável que a oposição política ao imperialismo venha a crescer. Limites e desafios políticos maiores surgem diante de cada uma das muitas revelações de tortura e brutalização de iraquianos, atos degradantes que refletem não apenas o fracasso dos EUA em controlar a resistência, mas também sua impunidade e repúdio às leis internacionais, e a amoralidade de seu “poder para decretar a exceção”.

Em todo o mundo, e certamente nos EUA, muita gente está preocupada com a ameaça a sua própria segurança gerada pelas políticas estadunidenses atuais, que parecem ter o efeito oposto ao desejado – fortalecendo de fato as filas de grupos terroristas como a Al-Qaeda. Muitos outros se preocupam com as conseqüências do liberalismo militante que está sendo aplicado no Iraque e pelo modo em que isto parece ser parte do grande

latrocínio organizado da fase ENRON do capitalismo. A insegurança econômica generalizada de um mundo de neoliberalismo disciplinar se sobrepõe à insegurança causada pela guerra contra o terror e no Iraque.

Isto também explica por que alguns aliados dos EUA ou continuam a ser cooptados para a expansão do projeto de domínio militar estadunidense, ou se retiram dele, como o faria o governo espanhol eleito em 2004, como corolário imediato dos atentados terroristas em Madrid. Há lugar para o otimismo, também, no desenvolvimento de novos movimentos que buscam alternativas para a insegurança, a injustiça e os excessos do neoliberalismo disciplinar e da supremacia dos EUA. Estes novos movimentos incluem trabalhadores e camponeses; forças associadas com a paz e o meio-ambiente, e ex-membros desafetos de partidos organizados da esquerda – forças que repudiam uma sociedade civil baseada no domínio corporativo com sua monocultura política, social e ecológica, e intensos marcos de exploração e empobrecimento. E também tentam articular alternativas que possam preservar a diversidade política, econômica, ecológica, cultural e social (50). Em última instância, tais forças colocam-se contra a contradição mais fundamental e antagônica de todas as que a supremacia estadunidense engendra: o fato de que para uma crescente proporção da população mundial o aprofundamento do poder do capital expropria e deteriora os meios de subsistência básicos. Tais forças se envolvem em uma resistência transformadora e estão forjando novas formas de agência política que poderiam transcender as estruturas, limites e contradições dos esforços liderados pelos EUA para consolidar o neoliberalismo disciplinar. Tentam baixar as bandeiras do império do capital, cada vez mais andrajosas, e levantar suas próprias faixas, sob o slogan “outro mundo é possível”.

NOTAS

Agradeço a Tim Di Muzio por suas valiosíssimas sugestões e sua ajuda na pesquisa.

1 Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, Basingstoke: Palgrave, 2003.

2 Ver Stephen Gill, “Pax Americana: Multilateralism and the Global Economic Order”, em A. G. McGrew, ed., *Empire*, Milton Keynes: Open University Press, 1994, pp. 67-95.

3 Justin Rosenberg, *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*, Nova Iorque: Verso, 1994.

4 Giorgio Agamben, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, Stanford: Stanford University Press, 1998. Schmitt, obviamente, foi um teórico do nazismo. Para Agamben, o campo de concentração reflete esta natureza excepcional do poder soberano.

5 James K. Galbraith, “A Perfect Crime: Inequality in the Age of Globalization”, *Daedalus*, 131, 2002. Citado por Tom Nairn em: <<http://www.opendemocracy.net/debates/article-3-77-991> Jsp>. Acesso: 10 de Maio de 2004.

6 Em 1973, Pablo Neruda publica uma coleção justo antes de morrer, na véspera do golpe de estado. *Incitement to Nixoncide and Celebration of the Chilean Revolution* [Incitação ao Nixoncídio e Celebração da Revolução Chilena] continha imagens do poeta sendo expulso de sua casa por um exército de cadáveres, e de um mundo inundado por “um canal urinário”.

7 Ver John Kenneth Galbraith, *The Culture of Contentment*, Boston: Houghton Mifkin, 1992, e Eric Schlosser, *Fast Food Nation: What the All-American Meal Is Doing to the World*, Londres: Penguin, 2001. A respeito das questões relacionadas com os meios de subsistência, ver Philip McMichael, “Food Security and Social Reproduction: Issues and Contradictions”, em Isabella Bakker e Stephen Gill, eds., *Power; Production and Social Reproduction*, Basingstoke: Palgrave, 2003, pp. 169-89.

8 Mike Davis, *City of Quartz: Excavating The Future in Los Angeles*, Nova Iorque: Verso, 1990.

9 L. Kroll e L. Goldman, “Billionaires. The World's Richest People”, *Forbes*, 171(6), 2003, pp. 87-142.

10 Paul Krugman, “Plutocracy and Politics”, *New York Times*, 14 de Junho de 2002, citando Kevin Phillips, *Wealth and Democracy: A Political History of the American Rich*, Nova Iorque: Broadway, 2002.

11 Ver Stephen Gill, “Social Reproduction of Affluence”, em Bakker e Gill, eds., *Power Production and Social Reproduction*, pp. 190-207.

12 David Cay Johnson, *Perfectly Legal: The Covert Campaign to Rig our Tax System to Benefit the Super Rich and Cheat Everyone Else*, Nova Iorque: Portfolio, 2003.

13 Na verdade, há aproximadamente 2,1 milhões de presos nas prisões dos EUA, distintamente dos 330.000 que havia em 1972. Outros 5 milhões estão sob supervisão dentro do sistema de justiça criminal. A taxa de encarceramento norte-americana em mediados de 2000 era de 702 para cada 100.000 pessoas, enquanto que no caso do Japão era de 40, na Suécia 60, Suíça 85, Holanda, França e Itália 90, Alemanha 95, Canadá, Austrália e Espanha 110, Grã-Bretanha 125, África do Sul 400 e Rússia 699. A taxa de encarceramento para homens negros jovens entre 25 e 29 anos era de um assombroso 13%. Ver <<http://www.sentencingproject.org/news/usno1.pdf>>; e também a edição especial de *Social justice*, 27(3), 2000; Christian Parenti, *Lockdown America: Police and Prisons in the Age of Crisis*, Londres: Verso 1999.

14 Fox Butterfield, “Mistreatment of Prisoners Is Called Routine in U.S.”, *New York Times*, 8 de Maio de 2004.

15 Butterfield, “Mistreatment of Prisoners”. Em um arroubo orwelliano, o Pentágono anunciou em 2004 que mudaria o nome de Abu Ghraib para “Camp Redemption”

[Campo da Redenção].

16 Editorial, “The Military Archipelago: the New Iraq Crisis”, *New York Times*, 7 de Maio de 2004.

17 Edward Alden, “Bush Team Accused of Sanctioning Torture”, *Financial Times*, 8 de Junho de 2004.

18 Mark Turner, “US Struggles to Win Immunity for its Troops”, *Financial Times*, 9 de Junho de 2004.

19 Ver Stephen Gill “Constitutionalizing Inequality and the Clash of Globalizations”, *International Studies Review*, 4(3), 2002, pp. 47-65.

20 Obviamente, poderosos interesses dentro da OECD, especialmente a União Européia, também apóiam novos mecanismos constitucionais.

21 John Braithwaite e Peter Drahos, *Global Business Regulation*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

22 As corporações norte-americanas possuem influentes organizações tais como o poderoso Comitê de Propriedade Intelectual (Intellectual Property Committee, IPC). Seus membros incluem muitas corporações gigantes. Para dar forma às posições negociadoras dos EUA, o IPC coordena-se com o Keidanren do Japão e com a União de Confederações dos Industriais e Empregadores da Europa.

23 Jagdish Bhagwati, “The Capital Myth: The Difference between Trade in Widgets and Dollars”, *Foreign Affairs*, 77(3), 1998, pp. 7-12.

24 Edward Alden, “US Backs Curbs on Capital Controls”, *Financial Times*, 2 de Abril de 2003.

25 Felix Rohatyn, “The Unbearable Expense of Global Dominance”, *Financial Times*, 9 de Junho de 2003.

26 Niall Ferguson, “The True Cost of Hegemony: Huge Debt”, *New York Times*, 20 de Abril de 2003. Rohatyn (ver nota 25) calcula a dívida externa líquida em cerca de 3 bilhões de dólares.

27 Alan Beattie, “New Role May Be Too Costly for Americans to Bear”, *Financial Times*, 14 de Março de 2003.

28 Beattie, “New Role”.

29 Kent Smetters, *Testimony to Subcommittee on the Constitution of United States, House of Representatives*, 6 de Março de 2003. Ênfase no original.

30 O gasto militar norte-americano projetado para o ano fiscal de 2004 era de aproximadamente 420 bilhões de dólares, 80 bilhões a mais desde 2001. O suplemento de 2003 para o Iraque foi de 79 bilhões; o suplemento de 2004 para o Iraque foi inicialmente de 87 bilhões; depois, o presidente Bush pediu outros 25 bilhões em meados desse mesmo ano.

31 US Space Command, *Vision for 2020*, Washington DC: US Department of Defense, 1997, <http://www.gsinsitute.org/resources/extras/vision_2020.pdf>.

32 D.J. Rothkopf, “Business Versus Terror”, *Foreign Policy*, Maio/Junho, 2002, pp. 56-64. O chefe do Estado Maior Conjunto, general Richard B. Myers, era chefe do Comando Espacial norte-americano no final da década de 90 e supervisionou o desenvolvimento das redes de computadores militares dos EUA, convertendo-se em uma análise das táticas de cyber-guerra. James Dao, “Low-key Space Buff: Richard Bowman Myers”, *New York Times*, 25 de Agosto de 2001.

33 Donald Rumsfeld, “Transforming the Military”, *Foreign Affairs*, 81(3), 2002, pp. 20-32.

34 William Hartung et al., “Operation Endless Deployment”, *The Nation*, 21 de Outubro de 2002.

35 O estudo lembrava a fusão de operações especiais, inteligência, encobrimento e engano, guerra de informação, operações psicológicas, e forças encobertas da CIA e das agências militares em entidades chamadas Proactive, Preemptive Operations Groups (P2OG). Esforços paralelos foram impulsionados para melhorar e vincular redes e bases de dados de informação. Segundo Rumsfeld, “nossa missão é localizar e destruir o inimigo antes de que nos ataque”. Citado em William Arkin, “The Secret War”, *Los Angeles Times*, 27 de Outubro de 2002.

36 Chalmers Johnson, *Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic*, Nova Iorque: Metropolitan Books, 2004.

37 Stephen Gill, “The Global Panopticon? The Neo-liberal State, Economic Life and Democratic Surveillance”, *Alternatives*, 20(1), 1995, pp. 1-49.

38 Christopher Drew, “Listening, Looking: Old Methods Still Work”, *New York Times*, 14 de Abril de 2001.

39 William R. Fast, *Knowledge Strategies: Balancing Ends, Ways and Means in the Information Age*, Washington DC: Institute for National Strategic Studies, 2001.

40 Joseph Fitchett, “Spying from Space: US to Sharpen the Focus”, *International Herald Tribune*, 10 de Abril de 2001.

41 A evidência da existência da ECHELON foi encontrada em 1998-1999 pelo especialista em inteligência Jeffrey Richelson, por meio da Lei de Liberdade de Informação dos EUA [Freedom of Information Act].

42 Os acordos entre a Grã-Bretanha e os EUA de 1947 efetivamente subordinavam às agências de inteligência australianas, canadenses, neozelandesas e britânicas aos EUA. Jeffrey T. Richelson e Desmond Ball, *The Ties That Bind: Intelligence Co-operation Between the UKUSA Countries*, Londres: Unwin Hyman, 1990.

43 R. James Woolsey, *Testimony to U.S. House of Representatives Committee on National Security*, Washington DC, 12 Fevereiro 1998.

44 Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, Q. Hoare and G. Nowell-Smith, eds. and trans., Nova Iorque: International Publishers, 1971, p. 175, nota 75.

45 Os líderes da “velha Europa” se queixaram de que os EUA fracassaram em dar a suas empresas “igual acesso” aos lucrativos contratos de reconstrução do Iraque, muitos dos quais foram reservados para amigos da Administração Bush (por exemplo, Halliburton e Bechtel).

46 As relações de comércio/investimento entre os EUA e a União Européia, as maiores do mundo, rondam os 600 bilhões de dólares ao ano. No ano 2001, o investimento direto acumulado entre EUA e a União Européia chegou a um máximo de 1,6 trilhão de dólares. A União Européia recebeu 53% (726 bilhões) de todo o investimento estrangeiro direto dos EUA; e enviou 72% (947 bilhões) de todo o investimento direto aos EUA. Jeffrey J. Schott and Gary Hufbauer, “Transatlantic Trade Relations: Challenges for 2003”, Munich: Transatlantic Strategy Group, Bertelsmann Foundation, 2003, <www.cap.uni-muenchen.de/download/2003/2003_Miami_Schott_Hufbauer.pdf>.

47 Deborah Brewster, “Pimco Chief Says Global Outlook is Less Stable Than in Past 20 or 30Years”, *Financial Times*, 17 de Junho de 2004. Pimco é a maior administradora mundial de fundos em bônus, com cerca de 400 bilhões de dólares em bônus.

48 Editorial, “A Rosy Scenario from the OECD. Yet the Financial Markets tell a Different Story”, *Financial Times*, 12 de Maio de 2004.

49 Christopher Marquis, “World's View of U.S. Sours After Iraq War, Poll Finds”, *New York Times*, 4 de Junho de 2003.

50 Para uma elaboração, ver Gill, *Power and Resistance*, pp. xi-xiv; 211-22.

AS FINANÇAS E O IMPÉRIO ESTADUNIDENSE

Leo Panitch e Sam Gindin

Lembram da canção “We are the World”? Em questão de finanças e política, se não de cultura, estamos nos tornando o mundo e a maioria do mundo quer se tornar como nós, Presidente da Bolsa de Valores de Nova Iorque, Richard Grasso, 1997 (1).

A exultação de Richard Grasso expressou a arrogância que corresponde às ambições globais dos financistas estadunidenses por mais de um século. O atual crescimento do domínio mundial das finanças estadunidenses esteve, no entanto, longe de ser suave ou inevitável. O objetivo de “construir a capital do mundo para todo o sempre” em Nova Iorque, já articulada no final do século XIX, pretendeu ver-se realizada no final da Primeira Guerra Mundial (2). Isto somente uma década depois que o dinheiro de Wall Street impulsionou a Grande Depressão e o colapso da ordem financeira internacional. E enquanto Nova Iorque tomava seu lugar como o principal centro financeiro do mundo no final da Segunda Guerra Mundial, esse fato pareceu muito menos importante porque a nova ordem de Bretton Woods supostamente marginalizou as finanças frente à produção e ao comércio. Do modo com que a história do capitalismo do século XX é contada hoje, apenas a “revolução” neoliberal dos anos 80 e 90 finalmente liberou as forças que tornaram Wall Street o lugar central da economia mundial. E longe deste marcante fim da história, o escândalo que envolveu o Sr. Grasso em 2003 com relação a seu salário de US\$ 150 milhões não apenas culminou na venalidade de Nova Iorque como a capital das finanças globais, mas também pareceu simbolizar para muitos sua fragilidade.

Dessa perspectiva, talvez não seja surpreendente que apontar a arrogância da elite financeira de Nova Iorque tenha se tornado o jogo favorito dos economistas políticos críticos. No entanto, jogar esse jogo pode ser perigoso na medida em que ele subestima o significado material bem como a óbvia saliência das finanças globais no império estadunidense. Com essa mentalidade, este artigo tenta chegar a uma compreensão mais profunda, primeiro, do processo histórico atual que levou à realização, no final do século 20, de uma ordem financeira global com Nova Iorque como seu centro operacional, e com o estado imperial estadunidense como sua carapaça política; e, segundo, do modo em que as finanças e o império se reforçam mutuamente hoje.

Iniciamos na Parte I com a posição única do estado estadunidense no período de reconstrução do capitalismo posterior à Segunda Guerra Mundial. Argumentamos que este não permitiu a repressão das finanças, como muitos acreditaram que os acordos de Bretton Woods teriam feito, mas, ao invés disso, as sementes plantadas naquele tempo para uma nova ordem de comércio liberal tanto refletiram como contribuíram para a influência e o poder do capital financeiro. A Parte II examina o período de duas décadas de confusão e hesitação sobre quando e, portanto, como o estado estadunidense poderia gerenciar a economia global capitalista emergente no contexto das pressões inflacionárias e conflitos de classe dos anos 60 e 70. A Parte III analisa o momento central na reconstituição neoliberal da ordem capitalista global: a disciplina econômica doméstica introduzida pela Reserva Federal dos EUA sob o comando de Paul Volcker (o “choque Volcker”) no início dos anos 80 – que foi construída sobre a privatização e

internacionalização dos mercados financeiros que já tinham ocorrido, e levou-as ainda mais adiante. Mostramos que em cada um dos pontos de inflexão na evolução da economia capitalista internacional, o estado estadunidense tanto registrou como estendeu o poder e a profundidade do capital financeiro tanto internamente como no estrangeiro.

A Parte IV analisa não apenas as crises e contradições, mas também as sinergias envolvidas na relação entre finanças, produção e império estadunidense hoje. Apresenta três pontos centrais. Primeiro, a expansão das finanças não tem sido realizada à parte do, mas ao invés disso integrada ao, aprofundamento da acumulação, como é visto tanto na internacionalização continuada das redes de produção e – como parte e parcela disso – na força contínua da economia estadunidense. Segundo, as finanças liberalizadas necessitam ser vistas menos como uma nova limitação ao estado dos EUA e mais como um mecanismo de desenvolvimento através do qual o estado atinge seus objetivos – inclusive sua capacidade de conter o aprofundamento, fôlego e duração das crises que são inerentes à volatilidade das finanças liberalizadas. Terceiro, é errado ver a *financiarização* do império estadunidense como um sintoma de seu declínio: a globalização das finanças incluiu a *americanização* das finanças, e o aprofundamento e extensão dos mercados financeiros se tornou mais que nunca fundamental para a reprodução e universalização do poder estadunidense. O que temos que enfrentar é mais um império estadunidense fortalecido que enfraquecido por sua financiarização.

I. A ERA DO PÓS-GUERRA COMO O CADINHO DAS FINANÇAS GLOBAIS

A maioria dos economistas políticos liberais e até mesmo críticos enfatizaram o “liberalismo vinculado” da era do pós-guerra, assinalando em particular aquilo que freqüentemente vem sendo chamado de “repressão” das finanças (3). Por sua vez, o crescimento dos mercados financeiros globais sem qualquer restrição no último quarto de século tem sido usualmente visto em termos da “liberalização” das finanças de suas restrições do pós-guerra. No entanto, a década de 80 não iniciou subitamente a liberalização e americanização das finanças internacionais. Ninguém menos que um praticante do capital financeiro e do poder estadunidense, Paul Volcker, assinalou a continuidade: “Considero isso quase como um auto de fé (uma fé que nesse caso pode ser sustentada por fatos) que os Estados Unidos, como a potência dominante após a Segunda Guerra Mundial e por décadas seguintes, foi a força dirigente no sentido de uma ordem de comércio liberal e de liberdade de investimento internacional” (4). Ao nos concentrarmos naquilo que distingue as duas eras, isso nos leva à negligência do processo em andamento que levou da primeira era à segunda, e a extensão em que o neoliberalismo se alastrou na década de 80 e 90 dependeu das estruturas previamente estabelecidas. Como um estudo recente sobre o sistema bancário internacional levanta, “os anos de Bretton Woods deveriam ser considerados, em diversos aspectos, como o cadinho da ordem financeira global que surgiu eventualmente nas duas décadas finais do último século” (5).

Isso por si só não pode ser apropriadamente entendido, exceto nos termos do novo tipo de ordem imperial que emergiu nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (6), definido, sobretudo, pelo estado dos EUA superando de modo bem-sucedido a fragmentação anterior do capitalismo entre impérios rivais. O único império informal que

tomou forma foi caracterizado, sobretudo, pela penetração econômica, e os vínculos institucionais estreitos, do estado dos EUA nos demais estados de capitalismo avançado. Esta era uma ordem imperial muito diferente daquela que estava caracterizada pelos vínculos entre estados imperiais e suas colônias na era prévia à Primeira Guerra Mundial.

Ao repensarmos hoje como a globalização capitalista foi relançada na era posterior à Segunda Guerra Mundial, o interesse estadunidense em tal projeto parece suficientemente óbvio: a exaustão dos antigos impérios durante a guerra engendrou novas oportunidades demasiado tentadoras para serem ignoradas, e a explosão da capacidade produtiva estadunidense trouxe um poderoso caráter imediato para a questão do acesso – e, portanto, da reconstrução – dos mercados da Europa. De modo mais geral, a crise do capitalismo de 30 anos e sua legitimidade declinante, tanto frente ao Comunismo Soviético como ao fortalecimento da esquerda nos movimentos trabalhistas da Europa Ocidental, significou que estava em jogo mais que apenas a reconstrução econômica do pós-guerra.

Contudo, por que a Europa aceitou o projeto estadunidense? Afinal de contas, o liberalismo não tinha se mostrado um fracasso? E como poderia a Europa competir com os EUA economicamente – ou, mesmo se aceitasse a necessidade do capital estadunidense e a tecnologia para a reconstrução do pós-guerra, como poderia pagar por isso? Não seria o desenvolvimento interno, auto-sustentado a única opção real? Ainda que estas questões tenham sido negligenciadas, é em grande parte por causa da convicção de que a ordem do pós-guerra na verdade não era, ao mesmo tendencialmente, uma ordem capitalista-liberal, mas uma que “continha” relações capitalistas dentro de uma rede política e social reguladora planejada para limitar e controlar sua lógica e dinâmica. Nesta narrativa a “repressão” das finanças em favor da produção, e a adoção de políticas fiscais keynesianas e as regras e instituições para controlar os ajustes globais de Bretton Woods, criou os fundamentos para o estabelecimento de capitalismo nacionalmente distintos, de bem-estar social, especialmente na Europa Ocidental.

No entanto, a realidade era muito diferente. Na época da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial houve um grande consenso nos círculos capitalista e estatal de que a reconstrução de um sistema de livre-comércio global seria prioridade máxima para o mundo pós-guerra. “Nós tiramos vantagem de nossos erros passados”, Roosevelt disse em setembro de 1942. “Nestes tempos devemos saber como fazer o uso completo da vitória”. O que ele queria dizer com isso é que, distintamente do final da Primeira Guerra Mundial, o governo dos EUA agora “conquistaria seus aliados de maneira mais iluminada, exigindo concessões econômicas de natureza legal e política ao invés de buscar futilmente o pagamento de seus empréstimos de guerra” (7). Os editores das revistas *Fortune*, *Time* e *Life*, em uma afirmação conjunta em 1942, pediram por um “novo imperialismo estadunidense”, cujo objetivo seria “promover e desenvolver o empreendimento privado, ao remover as barreiras à sua expansão natural”, e ao criar “um contexto expansionista no qual tarifas, subsídios, monopólios, regime trabalhista restritivo... e todas as outras barreiras a uma posterior expansão possam ser removidos”. Esta visão era surpreendentemente similar àquilo que posteriormente seria chamado de neoliberalismo, em que “o livre comércio universal” era visto como “o objetivo primordial de um mundo racional” (8).

Tal visão imperial era articulada justamente quando o Tesouro dos EUA tomava a iniciativa, em conjunto com o Tesouro Britânico, de desenvolver os planos que

eventualmente levariam a Bretton Woods. O Secretário do Tesouro de Roosevelt, Henry Morgenthau, prometeu um “New Deal na economia internacional”. Os influentes ataques de Keynes a ortodoxia financeira foram importantes para o resultado final, em vista dos novos “fatos de base” – controles sobre a moeda e fluxos de capital, razoáveis para o período de guerra. Mas isto não deveria obscurecer os compromissos que foram feitos com os banqueiros, que refletiram a importância continuada do capital financeiro tanto dentro quanto fora do estado.

O tema chave foi qual o papel que os controles de capital jogariam depois da guerra. No que diz respeito aos EUA, o resultado já tinha sido prefigurado antes mesmo da guerra. O New Deal dentro dos EUA significou a regulamentação corporativista e a supressão da competição entre instituições financeiras, mas de forma alguma a supressão do capital financeiro como uma força poderosa na sociedade estadunidense (9). O fato de que o New Deal domesticamente nunca estendeu-se no sentido da criação de controles sobre os movimentos internacionais de capital significou que a bravata retórica de políticos como Morgenthau ouvida ocasionalmente, sobre “retirar aqueles que emprestam dinheiro com usura do templo das finanças internacionais”, nunca deve ter sido levada muito a sério.

No momento em que muitos capitalistas de ponta estadunidenses entraram no governo durante a guerra, a oposição inflexível dos banqueiros a um tratado internacional que restabelecesse os controles sobre os movimentos de capital ficou muito clara. Harry Dexter White escreveu um artigo para o Tesouro dos EUA em 1941, que reconhecia corretamente que qualquer sistema de controle internacional realmente efetivo exigiria estados receptores que cooperassem em controlar os fluxos de entrada de capitais que escapassem do controle de outros países. Tal proposta, no entanto, no final não levou a lugar nenhum, assim como as tentativas de Keynes de garantir ao menos a cooperação voluntária multinacional contra a especulação monetária. Sem dúvida, os próprios banqueiros de Nova Iorque estavam pragmáticos o suficiente para ver o que a maioria dos países – com a exceção chave dos EUA – continuaria a exigir controles de capital depois da guerra. No entanto, eles nunca abandonaram sua visão de que tais controles deveriam ser apenas temporários. Eram motivados pela preocupação de proteger os direitos dos investidores e que estes impusessem disciplina às políticas fiscais dos governos – o que “continuará a fazer parte da retórica de Wall Street para todo o restante do século” (10). Portanto, enquanto o Acordo de Bretton Woods reconhecia que os estados poderiam utilizar-se de controles de capital, mais significativa foi a recusa do próprio estado norte-americano em usar tais controles, e a expectativa tanto em Washington como em Nova Iorque de que outros estados os usariam apenas por um período transitório de reconstrução.

O fato de que o período de transição tenha sido, no início, esperado como algo curto estava claro pelas pressões que os EUA puseram sobre os britânicos para que estes tornassem a libra conversível, e pelos braços abertos com os quais Wall Street recebeu uma onda de capitais da Europa imediatamente depois da guerra. Mesmo quando era evidente que se essa situação continuasse ela decretaria o fim da reconstrução capitalista europeia (e, portanto, até mesmo a convertibilidade das moedas, sem considerar a remoção dos controles de capital, teria de ser adiada), o estado dos EUA não estava preparado para tornar os controles europeus mais efetivos ao controlar os fluxos de entrada de capital nos EUA. Ao invés disso, os fundos despejados na Europa através do

Plano Marshall foram fornecidos com a finalidade de reforçar as demandas das finanças européias frente a seus governos, ou seja, “equilibrar seus gastos, restaurar a estabilidade financeira, estabilizar a taxa de câmbio em níveis realistas e aumentar a cooperação mútua” (11). O uso do “financiamento compensatorio” que se tornaria o principal meio de lidar com o fluxo de capital na era neoliberal – foi discutido em Bretton Woods, mas foi rejeitado formalmente em favor dos controles de capital. Ainda assim, foi isto o que o Plano Marshall, em certo sentido, pretendia, em um período que o Fundo Monetário Internacional tinha recursos insuficientes para desempenhar um papel muito grande (12).

As regras de Bretton Woods e as instituições internacionais como o FMI permitiram maior flexibilidade aos ajustes nacionais referentes aos desequilíbrios internacionais. No entanto, o que foi realmente crucial foi o fato da aceitação do estado dos EUA de barreiras (que sempre via como temporárias e transitórias), que seriam usadas para selecionar as exportações dos EUA e os investimentos, ter ajudado a incorporar os estados da Europa Ocidental (e do Japão) na nova ordem imperial. Eles toleravam suas taxas de câmbio desvalorizadas, e usavam sua ajuda financeira e militar para facilitar seu acesso ao equipamento e tecnologia estadunidenses, enquanto que ao mesmo tempo encorajavam a integração econômica européia. Um importante estudo realizado no início dos anos 50 por altos funcionários públicos e acadêmicos estadunidenses concluiu que “...a inabilidade em realizar os objetivos da política de Bretton Woods, a não ser marginalmente, mudou inevitavelmente o centro de gravidade e a orientação da política exterior dos EUA para longe de tentativas de alcançar um comércio universal e prescrições monetárias”. Por volta de 1948, já estava claro que “o comércio internacional, as políticas monetárias e as agências intergovernamentais desempenham um papel periférico ou de espera”, enquanto os programas e agências governamentais estadunidenses “ocupam o centro do palco” (13).

O estado dos EUA não apenas ditou aos estados europeus como estruturar suas opções no período pós-guerra como também a reprodução do capitalismo europeu dependeu de sua integração internacional. Portanto, ele “internacionalizou” tais estados com relação a seus objetivos e responsabilidades conseqüentes. Dado o desafio (e as contradições potenciais) que se colocava diante da Europa com relação à reconstrução de sua infra-estrutura bem como de suas relações sociais, basear-se apenas em Bretton Woods seria estar condenado ao fracasso. O estrondoso domínio econômico dos EUA teria que levar à crises da balança de pagamentos, com as quais o recém criado FMI não teria condições de lidar; as taxas de câmbio “fixas” teriam que ser ressuscitadas. Foi a intervenção do estado dos EUA na formação do padrão da reconstrução européia que – muito além da “repressão” das finanças via Bretton Woods, ou a aplicação do keynesianismo como uma técnica de políticas – tornou possível a idade de ouro do crescimento capitalista.

A ajuda do Plano Marshall em si mesmo tinha propósitos obviamente estratégicos, comerciais e ideológicos, separados dos de estabilização financeira e crescimento econômico, vinculados ao fortalecimento das classes capitalistas européias. O equilíbrio das forças de classes do pós-guerra significou que o trabalho não poderia ser reprimido da mesma forma como tinha sido antes, o que tornava mais importante que o capital financeiro fosse reforçado. O quanto isso poderia ser alcançado variou de país a país. No entanto, isso foi expresso de maneira enfática na determinação com que o Bundesbank e o Ministério da Fazenda da Alemanha adotaram as políticas monetárias neoliberais

durante o período pós-guerra. E, no Reino Unido, o Banco da Inglaterra – mesmo após sua nacionalização pelo governo Trabalhista (Labour) do pós-guerra – continuou a representar os interesses da City de Londres, freqüentemente aliada com um Tesouro do Reino Unido cada vez mais obcecado em restringir o poder dos sindicatos em condições de altos níveis de emprego. Enquanto isso, o Bank of International Settlements, salvo da tentativa de Keynes de extingui-lo em Bretton Woods, foi preservado como o bastião da ortodoxia financeira. Voltou-se para um uso prático, bem como ideológico, quando, com apoio estadunidense, tornou-se o veículo para a atuação do mecanismo da União de Pagamentos da Europa no final dos anos 40.

Todavia, tudo isso fica ofuscado pela posição especial que o próprio capital financeiro estadunidense ocupou na ordem capitalista mundial. O resultado da guerra tinha inserido o mundo no padrão dólar de fato, e o Acordo de Bretton Woods ratificou esta situação de modo efetivo. Apesar do dólar estar lastreado nominalmente em ouro, já podia ser visto o dia em que o ouro seria desmonetizado “juntamente com o cobre, o níquel, a prata, sem mencionar as conchas e outros” (14). O dólar já tinha seu status único: como moeda de reserva; como uma moeda que servia como veículo por meio do qual as empresas geralmente faturavam e outras moedas eram trocadas no comércio internacional; e como reserva de valor para transações financeiras (inclusive para a emissão de títulos públicos e privados de longo prazo). E tal status estava baseado, sobretudo, no tamanho, profundidade, liquidez e abertura gigantescos dos mercados financeiros internos dos EUA.

Os banqueiros de Nova Iorque tinham uma influência considerável sobre o Tesouro durante o Governo Truman, ainda que “a prolongada suspeita do New Deal com relação a Wall Street tenha culminado em um último canhão” na forma de um processo *anti-truste* iniciado pelo Departamento de Justiça em 1947 contra as casas de investimento que concentravam 70% dos contratos de Wall Street. Contudo, quando tal processo fracassou nos tribunais, alguns anos depois, houve uma “enchente na história de Wall Street” que “finalmente liberou Street de sua imagem como o lar dos capitais monopolistas... e os banqueiros de investimento finalmente provaram que eram vitais para a economia” (15).

O *boom* econômico do pós-guerra e o mercado financeiro de ações durante a década de 50 forneceu o espaço para as finanças estadunidenses, mesmo quando ainda operavam dentro da linha das medidas regulatórias do New Deal, e depois aprofundou seus mercados internos e expandiu no estrangeiro. As instituições financeiras de vários tipos em todo o país não apenas participaram do rápido crescimento da indústria, mas também encontraram meios de encorajar e levar vantagem do crescente consumismo para incorporar as classes trabalhadoras, especialmente por meio de créditos ao consumidor e hipotecas garantidas pelo estado. O investimento de carteira internacional recuperou-se lentamente na década de 50, mas os bancos de investimento de Nova Iorque, longe de sofrer por sua exclusão do sistema bancário comercial na legislação financeira do New Deal, tornaram-se sem rivais quanto a seu papel (e as taxas que obtiveram) nos “projetos de financiamento” de infra-estrutura de uso intensivo de capital e na negociação de títulos corporativos, estatais e do Banco Mundial (16). Apesar das taxas de lucro estarem baixas durante esse período, os volumes crescentes e os intervalos estáveis entre os juros cobrados e pagos sustentaram a lucratividade. Os lucros das empresas financeiras cresceram mais rapidamente que os das não-financeiras durante as décadas de 50 e 60:

entre 1945 e 1952 o crescimento médio anual nos lucros do setor financeiro foi de 18% comparado aos 11% do setor não-financeiro; de 1953 a 1969 a comparação foi de 7,5% contra 4,5% (17). Robert Rubin, o futuro Secretário do Tesouro dos EUA que foi para a Goldman Sachs em 1965, lembra de um velho guarda dizendo a ele no início dos anos 70 “que nós, os parceiros mais novos, dificilmente nos sairíamos tão bem financeiramente como os parceiros mais velhos, porque não haveria nunca outro período tão bom como aquele que acabou de terminar” (18).

No novo sistema financeiro internacional centrado no dólar, a relação do resto do mundo, e especificamente da Europa, com as finanças estadunidenses não poderia estar limitada por muito tempo à empréstimos por meio de serviços financeiros localizados em Nova Iorque. Antes da guerra, os tentáculos dos bancos de investimento estadunidenses haviam atuado principalmente como postos diplomáticos para suas sedes, mas no final da década de 50 e início dos anos 60 tornaram-se atores financeiros dinâmicos dentro da Europa. Isto implicou na exportação das técnicas e experiência prática bancárias estadunidenses, e facilitou uma explosão do investimento estrangeiro direto por meio de corporações multinacionais estadunidenses. E os bancos comerciais dos EUA, impedidos desde o New Deal de realizar atividades como bancos de investimento no interior do país, também se lançaram sobre a oportunidade de estabelecer tentáculos estrangeiros na Europa e, portanto, a partir disso poderiam realizar toda a gama de atividades exigida por seus clientes estadunidenses – e logo depois também apoiaram as companhias européias. Tal penetração na Europa pelas corporações e bancos estadunidenses significou a implantação do capital estadunidense como uma força de classe dentro da formação social européia, onde “o conhecimento econômico, as normas sociais, e os hábitos culturais são transmitidos pelas empresas de investimento. Isto vincula as economias recipientes à totalidade social mais ampla da qual o investimento é proveniente, e a partir daí amplia as bases das relações sociais sobre as quais se fundamenta” (19).

O surgimento do mercado de eurodólares desenvolveu este processo consideravelmente. Inicialmente, ao usar as brechas nas medidas regulatórias do controle de câmbio para criar contas externas em dólar para o bloco soviético e para os estados árabes que não se sentiam seguros com o sistema bancário de Nova Iorque, os bancos comerciais britânicos mudaram suas operações internacionais da libra para o dólar com o intuito de tirar vantagem da convertibilidade monetária e a frouxidão dos controles de capital no Japão e na Europa no final da década de 50. Isto forneceu um repositório internacional completamente livre de medidas regulatórias para o dólar no período em que as taxas de juros em Nova Iorque ainda se encontravam limitadas pelas medidas regulatórias do New Deal. Encorajado pelas autoridades britânicas como um modo de manter a *City* de Londres como um centro financeiro internacional, o efeito do surgimento dos mercados do Eurodólar foi o de mover a *City* – e através disso, as finanças européias de maneira geral – para mais perto do alcance imperial estadunidense. Além disso, nesse tipo de nova orem imperial, os controles de capital baseados na distinção criada de modo hesitante em Bretton Woods entre fluxos financeiros “produtivos” e “especulativos” cada vez mais entram em colapso. Não apenas o mercado de eurodólares, mas também as transferências entre empresas que caracterizaram muito do investimento estrangeiro direto basearam-se radicalmente no eventual abandono dos controles de capital na década de 70.

Talvez seja ainda mais importante o fato de que a forma que a integração capitalista tomou nesse momento tenha afetado as formações sociais de todos os estados capitalistas avançados, fazendo com que, mesmo com o retorno da competição econômica entre os estados capitalistas avançados, qualquer retorno da rivalidade inter-imperial fosse impedido. Tomando a Alemanha como exemplo, os padrões de comércio em voga no final da década de 50 eram em si mesmos um fator que limitava o protecionismo, mas a penetração do investimento direto estadunidense afetou (entre outras coisas) a natureza do capital alemão – não apenas diretamente (GM, Ford, IBM), mas também via fornecedores, bancos e consumidores. Este fato foi reforçado pela necessidade posterior das empresas alemãs de criar uma presença equivalente nos EUA, tudo isso tendeu a criar redes de finanças e produção integrada que superavam fronteiras.

O ponto não é que uma classe capitalista transnacional surgiu, operando num éter transnacional além dos estados, mas sim algo mais complexo. A classe capitalista de cada país manteve suas características distintivas, mas tanto o capital nacional enraizado historicamente e o capital estrangeiro que se estabeleceu no interior de cada país dependem agora de cada um dos países, e especialmente do estado dos EUA, para se expandir e administrar a ordem capitalista.

II. DE BRETTON WOODS AO NEOLIBERALISMO: “HESITAÇÕES E INÍCIOS FALSOS”

Uma vez que reconhecemos o período do pós-guerra como o cadinho de um novo império estadunidense globalizado e liberalizado, suas implicações para futuros desenvolvimentos se tornam mais claras. No final da década de 50, o estado dos EUA não estava apenas no ápice da hierarquia dos estados, mas também era nesse momento um tipo de estado qualitativamente diferente dos demais, e estava internacionalizado de um modo distinto. Para nos assegurarmos, os EUA não se impuseram simplesmente à Europa; eles exigiram a participação ativa dos estados europeus na transformação da ordem capitalista no período do pós-guerra (20). No entanto, enquanto todos os estados capitalistas avançados cada vez mais reconheciam (em graus variados) a responsabilidade que tinham de participar na administração do capitalismo internacional, também reconheceram o papel central que o estado dos EUA teria que desempenhar nele – e nele insistiram crescentemente. Apenas o estado dos EUA carregou o fardo – e teve a capacidade e a autonomia necessárias – para levar em frente a tarefa de administrar o sistema como um todo.

Como o estado dos EUA faria isso exatamente tornou-se a questão central das décadas de 60 e 70. Uma possibilidade seria que as provisões de Bretton Woods se realizariam uma vez que o período de reconstrução estivesse terminado no final da década de 50. Na medida em que a competitividade da economia européia tinha sido restabelecida e as moedas tornaram-se conversíveis, a falta de dólares do pós-guerra transformou-se excesso, graças às exportações européias e japonesas aos EUA bem como aos gastos militares e investimentos estrangeiros estadunidenses. Nesse novo contexto, as contradições do esquema de Bretton Woods, sobretudo aquelas que diziam respeito ao tratamento do estado dos EUA como equivalente a qualquer outro estado, começaram a se revelar cada vez mais. O fato de a profunda penetração na Europa pelo capital dos

EUA nesse período ter coincido com uma crise do dólar que emergia significou que a consolidação da nova estrutura do poder imperial estava obscurecida em determinados momentos. Era uma situação que se mostrou confusa para todos os principais atores – inclusive os estadunidenses. O sangue frio com o qual os editores da *Fortune* proclamaram em 1942 que o novo império estadunidense não teria “medo de ajudar a criar rivais industriais ao seu próprio poder... porque sabemos que a industrialização mais estimula que limita o comércio internacional” não estava mais em evidência em 1960, como tanto o Governo de Eisenhower que estava de saída quanto o de Kennedy que entrava alegavam com relação ao novo déficit da balança de pagamentos estadunidense.

A introdução, no início da década de 60, de controles estadunidenses sobre a exportação de capitais pela primeira vez desde a guerra com certeza não foi bem-vinda pelos banqueiros de Nova Iorque, que, pelo contrário, demandavam – como o fizeram os bancos centrais na Europa – taxas de juros mais altas nos EUA para lidar com o problema. No entanto, o fato de que tais controles eram vistos como temporários e eram acompanhados por encorajamentos feitos pelos EUA para que outros estados removessem seus controles de capital, mostrou quão limitados estes realmente eram; na verdade teve o efeito posterior de incentivar os bancos estadunidenses a se tornarem participantes diretos no mercado de eurodólares. Este foi um efeito que o estado dos EUA estava bem ciente e até mesmo encorajou, na medida em que servia para sustentar o valor do dólar e fornecia acesso aos fundos europeus, além de reforçar o predomínio internacional dos bancos estadunidenses. De qualquer forma, dadas as opções para os possuidores de dólares de convertê-los em ouro, os controles teriam de ter sido muito mais duros para evitar a queda da confiança no dólar.

Ainda assim, os déficits da balança de pagamentos não têm o mesmo significado para os Estados Unidos que para qualquer outro estado. Isso não era reconhecido amplamente no momento, mas um artigo obscuro preparado pela Reserva Federal de Boston em 1971 apontava: “*Tal assimetria parece ser apropriada, pois corresponde a uma assimetria no mundo real*” (21). No entanto, antes que tal perspectiva pudesse ser universalmente aceita (especialmente entre os banqueiros), a ficção do padrão-ouro por detrás do padrão-dólar deveria ser abandonada e substituída não apenas por taxas de câmbio flutuantes, mas também por tipos de mercado financeiro global capazes de sustentá-las. E havia que se levar em conta que, longe de representar uma diminuição do poder estadunidense, a saída de capitais e os déficits da balança de pagamentos engendraram na verdade a base para a expansão de crédito baseada no dólar e a inovação financeira, tanto interna quanto internacionalmente – o que Seabrooke chamou apropriadamente de “difusão do poder por meio do dólar” (22). Sobretudo, seria necessário para o estado dos EUA, como estado imperial, manter a confiança dos capitalistas financeiros cada vez mais dinâmicos e poderosos em face às pressões sobre o dólar. Tudo isso implicou em apontar as profundas contradições dos acordos de Bretton Woods com relação às taxas de câmbio fixas e à vinculação do dólar ao ouro, o que nesse momento tinha se tornado uma barreira para a capacidade do estado dos EUA de navegar entre suas responsabilidades domésticas e imperiais.

O modo com que as relações de classe se desenvolveram nos estados capitalistas avançados durante a era keynesiana foi de especial importância nesse assunto. Sob quase condições de pleno emprego que foram obtidas no início da década de 60, a militância de uma nova geração de trabalhadores aumentou os salários e desafiou as prerrogativas dos

administradores, com implicações negativas para a produtividade. Ao mesmo tempo, novos movimentos políticos por justiça social aumentaram o salário social, e a “nova esquerda” que emergiu da rápida expansão da educação pós-secundária apresentou efeitos radicalizantes na esfera política. Contudo, isso não levou ao tipo de realinhamento de classe fundamental que poderia ter sustentado políticas que levassem para além de Bretton Woods – desenvolver controles sobre os fluxos de capital externo, e democratizar os controles sobre o próprio investimento. Sem isto, a inflação foi o resultado inevitável da militância da década de 60 – o que foi exacerbado por uma revolta crescente no “terceiro mundo”, levando ao aumento dos custos militares bem como dos preços das *commodities*.

Porque o capital – e não apenas o capital financeiro com sua aversão natural à inflação – também era forte é que as contradições se tornaram intensas. As finanças se sentiram pressionadas duplamente na década de 70. Não foram afetadas apenas pela crise geral na lucratividade, mas a forma que esta crise tomou afetou particularmente os ativos financeiros. Enquanto o capital industrial aumentou os preços para proteger seus lucros – apoiado pelas políticas fiscal e monetária do estado que buscavam acomodar a situação -, a inflação resultante desvalorizou as posses financeiras. Ainda assim, o capital financeiro não foi passivo nesse período. O surgimento da nova esquerda foi acompanhado pelo de uma geração de MBAs, “estudantes brilhantes e ambiciosos... mais atentos às estratégias de negócios, ao desenvolvimento de produtos, ao marketing, e aos custos, elementos do currículo das escolas de negócios” (23). No meio de uma onda de fusões e incorporações, os bancos competiam para recrutar esta nova geração ambiciosa que desenvolveu inovações chave nos serviços financeiros, construindo o desenvolvimento de certificados de depósito que iniciaram a “securitização”* dos bancos comerciais (isto é, a mudança do depósito de dinheiro em um banco pela compra de um ativo financeiro comercializável dele). Isto transformou o papel do sistema bancário da intermediação direta de crédito (contraindo depósitos de e emprestando dinheiro a clientes particulares) para a mediação das interações entre devedores e credores em mercados de ações despersonalizados. A vasta expansão da arbitragem de risco e comércio em bloco para investidores institucionais veio logo depois, e foi a partir dela que, por outro lado, a revolução em derivativos e fundos de inversão (*hedge funds*), tão cruciais para a globalização das finanças, eventualmente surgiram.

A privatização e liberalização das finanças, que se costuma datar na década de 80, na verdade se inicia muito antes, com o estado desempenhando um papel direto e ativo. Na década de 60, o declínio da ajuda estrangeira estadunidense criou pressões sobre os governos estrangeiros no sentido de encontrarem meios de conseguirem acesso ao crédito privado; e isso ocorreu paralelamente ao advento do mercado desregulado do eurodólar e à expansão do investimento estrangeiro direto privado como a forma majoritária dos fluxos de capital. Mais tarde na década de 70, após os estadunidenses terem posto um fim na convertibilidade do dólar em ouro, levando ao fim das taxas de câmbio fixas, houve uma explosão de novas ações baseadas no mercado criadas para satisfazer a necessidade dos comerciantes de se protegerem contra o risco associado às taxas de juros flutuantes. Enquanto isso, na medida em que o crescimento econômico diminuía, a crescente dívida pública dos estados capitalistas avançados não foi apenas financiada por meio de canais privados, como também o estado dos EUA insistiu em reciclar petrodólares para o

¹ N. da T.: *securitization*, no original.

terceiro mundo através do sistema bancário privado. As oportunidades aumentadas, riscos maiores, e competição particularmente intensificada que surgiu dessa privatização do crédito levaram a novas inovações dramáticas nas finanças, especialmente a ampliação do intervalo de ações.

O impacto da inflação, das taxas reais de juros baixas e dos lucros estagnados sobre as instituições financeiras estadunidenses na década de 70 acelerou as transformações qualitativas desses anos, que cada vez mais foram contra as velhas medidas regulatórias bancárias do New Deal. Isso foi o que despertou a “revolução dos serviços financeiros” global que Moran data como tendo se iniciado na metade da década de 70, com a abolição das taxas fixas sobre as comissões de corretagem em Wall Street (24). Os instrumentos monetários que tinham parecido exóticos antes agora se tornaram partes básicas da paisagem financeira: fundos mútuos do mercado cambial, por exemplo, subiram a um patamar de US\$ 25 bilhões em ativos por volta de 1979 – e em 1981, haviam quadruplicado. Os ativos das filiais dos bancos estrangeiros nos EUA aumentaram 8 vezes na década de 70 (acompanhando o crescimento do mercado de eurodólares), enquanto os ativos dos bancos estadunidenses no estrangeiro aumentou quase 7 vezes, e os fluxos de *portfolio* entre o G7 aumentou 11 vezes. No final da década de 70, as rendas estrangeiras dos cinco principais bancos estadunidenses somavam mais da metade de suas rendas totais. Nem deve se pensar que tais desenvolvimentos ocorreram dentro de uma esfera financeira autocentrada e divorciada da produção e do comércio. O comércio dos EUA na verdade dobrou com relação a sua participação no PIB na década de 70, e o investimento direto estrangeiro entre o G7 aumentou quase 6 vezes (25).

No entanto, na medida em que o capital financeiro superava o berço de Bretton Woods, ele foi contra o movimento operário militante e outras forças populares do período. Cada estado capitalista avançado tinha que lidar com o problema subjacente das relações de classe nesse período. Dado que nenhum deles iria reprimir o capital financeiro, tinham que reduzir o poder do trabalho. Os governos social-democratas na Europa tentaram realizar esse intento ao envolver os sindicatos do comércio em acordos corporativos para estabelecer controles aos salários, estratégia que crescentemente se mostrou instável na medida em que os trabalhadores se revoltavam contra seus próprios sindicatos (26). Na França, onde a baixa densidade sindical e a força comunista no movimento operário predominavam, De Gaulle tentou retornar ao padrão-ouro como uma forma de impor austeridade interna. Voltar ao padrão-ouro tinha a atração adicional de minar o dólar internacionalmente. No final das contas, essa opção não levou a lugar nenhum. Em maio de 1968, após De Gaulle ter concedido um aumento gigante de salários para terminar a greve geral e levar os trabalhadores para longe das ambições revolucionárias dos estudantes, ele se deu conta de que o padrão-ouro teria negado a ele tal flexibilidade e “parou de sonhar acordado com o retorno ao ouro” (27).

Para os EUA mesmo, o governo Nixon, eleito em 1968 foi pego entre a pressão por juros mais altos para reduzir a fuga de capitais e os custos políticos associados com o aumento do desemprego que essa medida causaria. Como o estudo de Gowa mostra, quando os EUA finalmente erradicaram o vínculo do dólar com o ouro em 1971, após dois anos de tentativas de “turvar as coisas”, isto foi mais um ato de expediente que um concebido como um rompimento dramático com Bretton Woods (28). Longe de fornecer uma solução de longo prazo, foi uma forma de evitar referir-se à contradição subjacente

às relações de classe que se encontram na raiz da inflação e da crise do dólar no período, que iriam conseguir nada menos que quebrar a estrutura do New Deal e o poder doméstico do trabalho estadunidense. Tal solução neoliberal foi prevista pelas medidas que o Tesouro dos EUA e a Reserva Federal de Nova Iorque exigiram do governo trabalhista britânico durante da crise do FMI de 1976, levando ao abandono explícito do keynesianismo antes mesmo da eleição de Thatcher (29). Contudo, a assimetria entre os estados capitalistas na nova ordem imperial foi tal que até o estado dos EUA lidar com o problema internamente, nenhuma solução como essa no exterior poderia ser estável.

Apesar dos problemas enfrentados pelo estado dos EUA durante a década de 70, nenhum desafio sério se impôs a seu domínio internacional. Isto em parte é porque, a despeito da incontrovertível *force majeure* que os EUA demonstraram em acabar com a convertibilidade do dólar ao ouro, o estado dos EUA ainda continuou preocupado em não exacerbar demasiadamente sua posição de domínio. Como um grupo interdepartamental presidido por Volcker (então subsecretário para assuntos monetários do Tesouro no Governo de Nixon) afirmou em um relatório de 1969, “a aparência da hegemonia dos EUA não deveria ser vista” mesmo quando buscava “um grau substantivo de controle [do sistema monetário internacional] ... com o interesse de facilitar a harmonia internacional” (30). No entanto, em um nível mais profundo, foi a penetração estadunidense nos outros países capitalistas desenvolvidos, e os densos vínculos institucionais que surgiram entre eles e os EUA, que determinaram quais tensões interestatais estariam limitadas à renegociação da relação imperial, e não questionar sua essência. Dentro do terceiro mundo, tentativas de retirada de um capitalismo global liderado pelos EUA foram contidas (a derrota estadunidense no Vietnã não levou a nenhum efeito dominó) ou foram revertidas (a derrubada de Allende seguida pela introdução do neoliberalismo sob Pinochet), enquanto a reciclagem dos petrodólares mais tarde integrou o terceiro mundo aos circuitos financeiros globais.

Ainda assim, a administração do capitalismo global permaneceu problemática. O que não surgiu foram os mecanismos disciplinares necessários para ajustar as economias nacionais ao ritmo da acumulação internacional. Uma barreira imediata a tal desenvolvimento foi que o próprio estado dos EUA não impôs a disciplina doméstica necessária que lhe permitiria manter o valor do dólar como moeda internacional, falha essa manifesta em inflação nos EUA e confusão nos mercados financeiros internacionais. Enquanto o fim da conversibilidade do dólar ao ouro em 1971 aumentou temporariamente a autonomia da política exterior e evitou uma drástica austeridade doméstica, isso não pôs fim à tensão existente entre os papéis imperial e doméstico do estado dos EUA. Isso ainda não marca, como é sugerido algumas vezes, “o delineamento de um novo regime internacional para a moeda e as relações internacionais” (31).

No contexto de taxas de câmbio flutuantes, reciclagem de petrodólares, expansão de mercados financeiros, militância operária contínua e política monetária “suave” que caracterizou a década de 70, ao final da década o estado dos EUA estava desesperado em lidar com uma inflação de dois dígitos, um dólar declinante e, sobretudo, grandes fugas de capital. Mesmo o sóbrio Bank of International Settlements foi longe o bastante para declarar “uma verdadeira crise do dólar” (32); e houve um grau de descontentamento em Wall Street “não visto desde os últimos dias da presidência de Hoover” (33). Relembrando seus compromissos como presidente da Reserva Federal no final da década de 70, Paul Volcker chamou a atenção para “todas as hesitações e falsos começos, a

incerteza e os questionamentos” após uma década em que “as análises teóricas e empíricas sobre relacionamentos estáveis e previsíveis... pareciam entrar em colapso nos Estados Unidos e em outros países” (34).

III. O *SHOCK* VOLCKER: FINANÇAS E A RECONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO

Foi neste contexto que o “*shock* Volcker” de 1979-82 pôs um fim definitivo a duas décadas de confusão nas políticas e tensões entre os papéis imperial e doméstico do estado, por meio do que o próprio Volcker chamava de “triunfo do banco central” (35). Tal triunfo foi político, não técnico. Como o primeiro ataque de pânico sobre o valor do dólar que marcou a transição entre os governos Eisenhower e Kennedy em 1960, o *shock* Volcker também se manteve na transição entre dois presidentes de temperamentos muito distintos, Carter e Reagan. O próprio Volcker era nada mais que um “monetarista pragmático” (tendo trabalhado primeiro na Reserva Federal de Nova Iorque e no Tesouro dos EUA nos governos de Kennedy e Nixon, tentando tapar os buracos no sistema de Bretton Woods). O que o *shock* Volcker criou em termos de políticas, como ele mesmo admitiu, não foi nada “muito bonito ou muito preciso” (36). Apesar de toda econometria pseudocientífica que fornecia a cobertura ideológica para a operação, ele simplesmente tratava-se de limitar o crescimento da oferta de moeda e permitir que as taxas de juros subissem a qualquer nível – e a qualquer custo econômico de curto prazo – que fosse necessário para quebrar a inflação e a força dos trabalhadores. A taxa básica da Reserva Federal aumentou de uma média de 8% em 1978 para mais de 19% no começo de 1981 e não retornou para menos de dois dígitos de modo consistente até depois de 1984.

A adoção tímida da Reserva Federal do objetivo de Friedmann de controlar a oferta de moeda foi contradita pela diversidade de instrumentos financeiros que já tinham sido desenvolvidos – e logo se alastrariam muito mais em busca de taxas de juros extremamente altas. Como Greenspan mais tarde explicou: “Temos estabelecido a taxa dos fundos diretamente de forma progressiva desde 1982. No estado atual de nosso conhecimento, a demanda por moeda tornou-se demasiado difícil de prever... Como a relação histórica entre estoque de moeda calculada e consumo se deteriorou, as políticas, não vendo outra alternativa, tornaram mais ecléticas e discricionária” (37). A Reserva Federal agora toma a responsabilidade explicitamente de definir uma taxa de juros que projeta um compromisso estável antiinflacionário com o intuito de se tornar a âncora global de uma economia mundial baseada no dólar. Isto fez com que ele obtivesse, como afirmou Volcker, um “papel central na estabilização das expectativas que eram antes função do padrão-ouro, da doutrina do equilíbrio orçamentário anual, e taxas de câmbio fixas” (38).

A única alternativa possível a isto seria gerar nos EUA controles extensivos de capital sobre Wall Street, com a cooperação dos estados europeus. A fuga de capitais dos EUA que tanto preocupou os líderes estadunidenses no final da década de 70 é oriunda dos investidores estadunidenses, assim como dos mercados de eurodólares e eurobonds; a Reserva Federal propôs em um determinado momento que as exigências de reservas deviam ser feitas em depósitos de eurodólares, o que para ser efetivo exigiria que outros bancos centrais fizessem o mesmo (39). Ainda sim, isso em nada era parecido com as propostas de controles cooperativos de capital do início do período de guerra. No governo

de Nixon, ao rescindir os controles de capital temporários que tinham sido introduzidos na década de 60, o estado dos EUA estava nesse momento oposto de modo mais decisivo que nunca ao uso de controles de capital (40). No entanto, a rejeição pelos bancos centrais europeus de uma proposta estadunidense de estabelecer a exigência de que as reservas fossem feitas em depósitos em eurodólares também indicou a falta de interesse genuíno dos estados europeus em gerar controles de capital cooperativos. Mesmo nas poucas ocasiões quando eles próprios criaram controles como uma possibilidade durante os distúrbios da década de 70, era muito evidente que os governos europeus (e japoneses) não adotaram a idéia com muito entusiasmo. O que levaram a sério foi que os estadunidenses deveriam aplicar disciplina sobre eles próprios.

Na verdade, dado o grau em que os mercados de capital já estavam internacionalizados, controles efetivos implicariam nesse momento não apenas uma intervenção nos mercados financeiros de muito maior alcance que nunca, como também a intervenção no comércio e nos investimentos. Uma vez que a internacionalização das finanças tinha acompanhado antes a internacionalização da produção, qualquer tentativa de controlar as finanças por volta da década de 70 não seria capaz de deixar o capital industrial ileso. Nem mesmo os governos social-democratas na Europa estavam inclinados em contemplar seriamente uma intervenção radical como esta, como foi demonstrado pelo tratamento hostil da Estratégia Econômica Alternativa de Tony Benn na Grã-Bretanha em 1975-6, e pela rejeição ao mesmo tempo das propostas mais tímidas de planejamento de investimento dos sindicatos alemães (41). E ainda que o governo de Mitterrand na França estivesse comprometido ou não ao programa radical pelo qual foi eleito em 1981, nesse momento os controles extensivos de capital e investimento tinham sido eliminados na Europa na mesma medida em que foram nos Estados Unidos.

Logo, quando a Reserva Federal atuou como o fez em 1979-82 para mostrar a determinação do império de ganhar a confiança dos mercados financeiros por meio do uso radical da política monetária, ela endossou a inclinação dos governos europeus. Estes tentavam lidar com a inflação em suas próprias economias deixando o keynesianismo e o compromisso com o pleno emprego, justo no momento em que estes pareciam levá-los em uma direção mais socialista que estavam dispostos a seguir. Com o capitalismo global estruturado em torno do dólar como a moeda internacional, e a instabilidade do dólar criando instabilidade em todos os outros lugares, o foco estava em quando o estado dos EUA poderia de fato manter o valor do dólar frente às pressões internas, e, portanto, encarar suas responsabilidades imperiais. Tendo dispensado um padrão baseado no ouro (porque a disciplina que este envolvia se provou demasiado rígida), e na ausência de uma solução baseada em controles de capital cooperativos (porque suas implicações de fato eram radicais em excesso mesmo para a social-democracia européia), o tema central tornou-se a capacidade do estado dos EUA de agir unilateralmente para preservar seu acesso aos recursos globais enquanto restabelecia a confiança no dólar.

Com o *shock* Volcker, os EUA asseguraram a aceitação por outros estados e pelo capital financeiro do tratamento assimétrico de seu déficit externo porque, na verdade, *“ele corresponde a uma assimetria no mundo real”*. O modo com que os bancos estadunidenses ampliaram suas inovações financeiras internacionalmente nas décadas de 60 e 70, especialmente por meio do desenvolvimento de mercados secundários de títulos em dólar, permitiu ao estado dos EUA – de modo distinto a outros estados – substituir a venda dos títulos do Tesouro por um conjunto doméstico de reservas de câmbio

estrangeiras e administrar sua economia sem grandes reservas. A única provisão, como notou Seabroke, foi que ele manteve um sistema financeiro líquido e pode atrair compradores para seus títulos nos mercados internacionais. Ao invés de evidenciar as origens do colapso da hegemonia estadunidense, como muitos comentaristas sugeriram, “a capacidade dos EUA de refinar constantemente as obrigações de suas dívidas não é um sinal de fraqueza, mas evidência de seu grande poder estrutural nas relações financeiras” (42).

Portanto, a política da Reserva Federal estabeleceu a necessidade de “disciplinar-nos” (nas palavras do próprio Volcker) no centro tanto do renascimento econômico como do papel internacional estadunidense (43). A reconstituição do império, em outras palavras, começou em casa. E crucial para isso, por todas as tensões entre regiões e frações de capital que fizeram parte desta reestruturação, foi que isto não produziu nenhuma divisão tanto dentro da classe dominante estadunidense ou entre esta e outras classes dominantes. No final da década de 70, os setores não-financeiros do capital chegaram eles próprios à saber da necessidade de dar prioridade em combater a inflação e, a partir daí, aceitar que o fortalecimento do capital financeiro era de seu próprio interesse. Longe de combater o papel emergente do capital financeiro, os líderes da indústria aceitaram os custos implícitos no renascimento de uma acumulação, doméstica e internacional, liderada pelas finanças (44).

Claro, o ataque liderado pelos EUA à inflação foi efetivo apenas quando combinado com as fortes capacidades subjacentes da economia estadunidense: sua base tecnológica, a profundidade das instituições financeiras, e os recursos que eram oriundos de seu papel imperial. Ao quebrar a espiral inflacionária nos EUA por meio da quebra do poder econômico do trabalho, o estado dos EUA não apenas conquistou a confiança dos mercados financeiros, como também se colocou na posição de ditar a outros estados – todos bastante prontos para culpar os EUA por suas próprias inflações como lidar com o equilíbrio de suas próprias forças de classe. E ao liberalizar posteriormente seus próprios mercados financeiros, este não apenas aprofundou a força doméstica e liquidez de tais mercados, como apoiou sua internacionalização posterior. Foi isso que nesse momento sustentou o dólar como moeda internacional e tornou os títulos do governo dos EUA tão bem vistos como (na verdade, por pagarem juros, melhores que) o ouro. A solução da crise da década de 70 por meio do fortalecimento do poder estrutural das finanças, portanto, reforçou a capacidade do estado dos EUA de reavivar o capitalismo global.

Os meios pelos quais a inflação estadunidense e a militância por melhores salários dos trabalhadores dos EUA foram desmantelados – taxas de juros altas – também levaram a uma entrada de capital, um dólar mais forte, e uma dívida pública maior (os gastos de defesa de Reagan somados aos custos da recessão induzida). O aumento decorrente da posse internacional de títulos do Tesouro estadunidense não troce apenas um impacto maior sobre o desenvolvimento de mercados secundários maciços em ações, mas se situou no centro da forma reconstituída do domínio imperial estadunidense. Este permitiu que o estado dos EUA se baseasse consistentemente nas reservas financeiras globais para expandir seu – e do capitalismo – alcance global. Na medida em que esta direção foi consolidada e a confiança internacional nos EUA foi firmada, o acesso ao capital estrangeiro tornou-se menos dependente da oferta e uma taxa de juros mais alta. O capital estrangeiro entrava nos EUA de novo por que era um lugar seguro em um mundo que ainda não tinha seguido o exemplo estadunidense de forma geral, e pela possibilidade de

investimento lucrativo lá, dada a derrota definitiva dos sindicatos nos EUA. Nos quatro anos de 1975-78, o investimento estrangeiro direto nos EUA totalizou US\$ 18 bilhões; no período entre 1981-87, sua *média* foi de US\$ 22,9 bilhões *por ano* (45).

O sucesso da Reserva Federal em iniciar essa mudança foi baseada em quão convincente era em sua determinação de que não apenas a inflação de curto-prazo, mas também a de longo-prazo, seriam controladas. Isto introduziu um novo parâmetro na política de estado que aceitou implicitamente menores taxas de crescimento como um corolário da prioridade de inflação baixa, com o intuito de estabilizar o dólar e assegurar seu papel internacional. Todavia, a contribuição do *shock* Volcker à nova prioridade de “quebrar as expectativas inflacionárias internacionais” no início da década de 80 dependeu de algo ainda mais fundamental.

No entanto, isso foi articulado, o tema real não foi tanto o de encontrar a política monetária correta, mas sim reestruturar as relações de classe. A quebra das expectativas inflacionárias não poderia ser alcançada sem a derrota das aspirações da classe trabalhadora e de sua capacidade de agir no sentido de obtê-las. Notavelmente, uma vez que o governo interveio diretamente na falência da Chrysler em 1980, o Congresso insistiu que Paul Volcker estivesse presente na comissão pública responsável pelas negociações com a empresa, seus credores e fornecedores, e com o sindicato; e Volcker foi finalmente responsável por conseguir da UAW, o sindicato mais lucrativo dos EUA, as condições (cortes de salário e terceirização) vinculados ao empréstimo concedido à Chrysler. Enquanto isso, o esmagamento da greve dos Controladores de Tráfego Aéreo pelo Presidente Reagan em 1981 esteve fora das atribuições da Reserva Federal, mas de jeito nenhum desvinculada de seus objetivos. Na verdade, Volcker mais tarde diria que “a ação mais importante do governo para ajudar na luta contra a inflação seria derrotar a greve dos controladores de tráfego aéreo” (46).

Foi nessas bases que o estado dos EUA reconquistou a confiança de Wall Street e dos mercados financeiros de maneira mais geral. Isto se provou o pivô da reconstituição do império estadunidense por liberar a nova forma de domínio social posteriormente chamada de “neoliberalismo” promovendo a expansão de mercados e usando sua disciplina para remover as barreiras à acumulação que as conquistas democráticas prévias tinham alcançado. Como veículos para a forma mais móvel de capital, os novos mercados financeiros contribuíram fortemente para a universalização do neoliberalismo no '80 e '90. O aprofundamento e expansão dos mercados financeiros que já tinham ocorrido nesse tempo – seu crescimento doméstico e internacional, seus vínculos crescentemente multidimensionais e inovadores com o mundo dos negócios, e sua penetração nas poupanças dos consumidores – foram centrais para esta nova forma de domínio social. O novo mercado global de câmbio que emergiu quando o padrão-ouro foi erradicado em 1971 não levou imediatamente “ao mercado internacional em ativos financeiros como um todo”, melhor definido pelo termo “finança global” (47). Isto aguardou ao desenvolvimento das novas capacidades do capital financeiro de criar, acessar e vender novos tipos de títulos que se espalhariam por todo o sistema monetário após o *shock* Volcker.

O crucial aqui foi o aumento da liquidez de crédito internacional e sua contribuição ao gerenciamento de risco. Isto permitiu aquilo que Dick Bryan chamou de “comensurabilidade do valor” internacional (48). Os mercados financeiros, especialmente por meio da invenção de um grande número de instrumentos financeiros chamados

derivativos (permutas, opções e futuros não baseados no comércio de produtos físicos), deram preço às várias dimensões do risco associado às taxas de câmbio, ao comércio, investimentos de longo *versus* curto prazo, desenvolvimentos políticos, etc. Isso estendeu amplamente a base para a comparação do desempenho dos ativos não apenas no espaço e no tempo, como também entre as várias dimensões de risco (49). Tudo isso tornou-se central para a dinâmica da competição e acumulação no capitalismo global.

Não menos importante foi a base imperial desta financialização, sobretudo, a completa aceitação internacional, uma década após o dólar ter sido liberado do ouro, do papel contínuo do dólar como o eixo do sistema financeiro internacional. Em última instância, os riscos envolvidos na acumulação internacional são contingentes sobre a confiança no dólar e seu fundamento material na economia estadunidense, e na capacidade do estado dos EUA de administrar a volatilidade inevitável dos mercados financeiros. O *boom* do pós-guerra refletiu este tipo de confiança no poder estadunidense; a reconstrução do império que se iniciou no início da década de 80 consistiu em restaurá-la depois das incertezas das décadas de 60 e 70.

O ponto de inflexão do “*shock Volcker*”, portanto, representou uma convergência das responsabilidades imperial e doméstica. O livre-mercado, a retórica antiestatista de Reagan e Thatcher estavam vinculados à confiança capitalista renovada nos EUA. Isto não significou o fim da regulação, claro – não mais que o keynesianismo tenha, pelo contrário, significado a supressão dos mercados. Quando o Depositary Institutions Deregulation and Monetary Control Act (DIDMCA) apoiado pela Reserva Federal foi aprovado em 1980 bem no meio do *shock Volcker*, ele revelou por seu próprio título a futilidade de qualquer discurso feito em termos de uma dicotomia entre regulação *versus* desregulação, ou estado *versus* mercado.

O encorajamento das finanças em abrir suas asas exigiu novas formas de intervenção estatal para administrar as implicações incertas de tal liberdade. Um manual recente sobre finanças estadunidenses aponta casualmente, por exemplo, que, “o sistema financeiro está entre os setores mais pesadamente regulados da economia estadunidense” (50). O que estava em discussão não era a desregulação, mas a forma que a regulação deveria tomar. Esta foi concebida para enfatizar o gerenciamento, opondo-se à prevenção, a volatilidade implicada por mercados financeiros mais abertos: aumento da supervisão, requisito da auto-regulação e, claro, o estabelecimento de taxas de juros e a atuação como credor como o último recurso. Isto foi especialmente necessário na medida em que, junto com o enorme impacto que as taxas de juros próximas a 20% trouxeram para a indústria estadunidense no início da década de 80, um enorme distúrbio no setor financeiro também foi iniciado nesse momento. Mais de 4500 bancos – 36% do total – fecharam suas portas entre o final da década de 70 e o início dos 90, sem considerar o colapso da indústria de Poupanças e Empréstimos (*Savings and Loans industry*), tornando o período algo que um estudo do Congresso logo depois chamou “sem dúvida os anos mais turbulentos na história do sistema bancário dos EUA desde a Grande Depressão” (51). A concentração e centralização dos bancos foi compensada pela emergência de novas instituições financeiras que ofereciam novos instrumentos e serviços. O setor financeiro como um todo se expandiu de modo explosivo, tanto nos EUA quanto globalmente.

Isso foi facilitado por um conjunto de legislações que gradualmente permitiam aos bancos que operassem nos mercados de ações, e que as instituições não-bancárias adquirissem empréstimos de propriedade comercial (logo revertendo gradualmente as

provisões do Glass-Steagall Act do New Deal bem antes deste ser formalmente rechaçado na virada do século). A legislação, ao facilitar a competição no setor de serviços financeiros, também foi planejada para expandir os mercados de crédito ao consumidor. As classes média e trabalhadora estadunidenses mantiveram seus padrões de vida com o aumento da jornada de trabalho e de seu endividamento. Elas frequentemente rehipotecaram suas casas para tal, e os bancos comerciais venderam a dívida resultante em pacotes para bancos de investimento que por sua vez os reuniram em novos pacotes que seriam vendidos no mercado de derivativos. Do outro lado da moeda, os bancos comerciais se baseavam cada vez menos nos depósitos para seu financiamento e cada vez mais na venda e comércio de ações. Enquanto isso, os bancos de investimento de Nova Iorque ficaram famosos por agirem como bandidos. Como Michael Lewis disse em suas memórias de Wall Street, *Liar's Poker*: “Se Volcker nunca tivesse forçado sua mudança radical na política, o mundo teria muitos negociadores de ações e uma memória a menos.... Um vendedor da Salomon [Brothers] que movimentava 5 milhões de dólares com mercadorias pelos registros dos comerciantes, a cada semana, agora movimenta trezentos milhões de dólares por dia” (52).

Este comércio de ações era tão lucrativo que não apenas se alastrou entre todos os diferentes setores das finanças, mas logo incluiu as próprias corporações industriais. Além disso, os bancos de investimento de Nova Iorque não apenas afirmaram seu domínio na *City* de Londres, mas se tornaram atores significativos em todos os outros centros financeiros. Apesar das vantagens competitivas que desfrutavam por terem sido pioneiros nas inovações nas finanças de ações, beneficiaram-se da emulação, por parte de outros centros financeiros, do “big bang” de Nova Iorque, e pelas ações conjuntas do próprio estado dos EUA que visavam a difusão de seu regime neoliberal. O fato de que os maiores bancos de investimento de Nova Iorque tomaram a dianteira em fornecer serviços financeiros e aconselhamento para as fusões e incorporações em todas os centros financeiros regionais da Europa ao Leste Asiático significou que eles desempenhavam um papel relevante na transformação não apenas dos mercados financeiros, mas nas práticas comerciais de modo mais geral, nas linhas dos EUA. Sob essas condições, a crença amplamente aceita de que os bancos japoneses na década de 80 poderiam substituir o domínio financeiro estadunidense logo foi jogada por terra. Mesmo as redes que aproximavam indústria e bancos pelas quais o Japão e a Alemanha eram famosos não poderiam permanecer imunes por muito tempo às transformações que tinham tido início. Um sistema financeiro verdadeiramente global “baseado na desregulação e internacionalização do sistema financeiro dos EUA”, como John Grahl colocou, “não é nem um mito nem uma tendência alarmante, mas uma realidade” (53).

IV. FINANÇAS E IMPÉRIO NO CAPITALISMO GLOBAL

O balanço histórico que oferecemos acima desafia a bifurcação convencional da segunda metade do século XX em uma era baseada na supressão das finanças (associadas com a idade de ouro do capitalismo e uma hegemonia estadunidense benéfica) seguida de outra baseada na liberalização das finanças (associada com o declínio tanto do dinamismo capitalista e da hegemonia do estado dos EUA). Apesar de toda a atenção que foi dada ao *shock* Volcker como um ponto de inflexão momentâneo no capitalismo contemporâneo,

pouca atenção foi dada à extensão em que seu impacto foi condicionado ao fortalecimento prévio do capital financeiro em virtude de seus mercados tendo se tornado notavelmente liberalizados, com desenvolvimentos domésticos e internacionais que reforçam mutuamente.

Na ocasião, muitos críticos insistiram que o *shock* Volcker poderia não funcionar. Altas taxas de juros induziriam à austeridade no curto prazo, e não apenas ao crescimento de blocos, mas também ao fracasso em reverter a ameaça competitiva da Europa e do Japão. Sobretudo, argumentou-se, mudar o poder e os recursos para as finanças, uma seção do capital que era improdutivo de valor excedente, não apenas aumentaria a desigualdade como também limitaria a acumulação a longo prazo. Até que ponto podemos dizer que essas previsões se mostraram corretas? Este é com certeza o caso em que a derrota do movimento operário e o reforço do poder do capital financeiro desde o início da década de 80 levou a desigualdades severas e crescentes dentro dos EUA, e entre o norte e o sul. No entanto, isso não gerou de forma nenhuma um declínio na dinâmica do capitalismo. Como argumentamos extensamente em outro lugar (54), enquanto é verdade que dar prioridade a derrota das expectativas inflacionárias implicou em tornar o crescimento mais lento, o que em si dificilmente se enquadra como uma crise do capitalismo. Como Maddison demonstrou, as taxas de crescimento médio anual no quarto de século após 1973, ainda que menores das da idade de ouro, estiveram acima de todo o período anterior no capitalismo mundial de 1820 a 1945 (55).

Assim como as implicações do aumento relativo no papel e poder das instituições financeiras, a capacidade de aprofundar os mercados financeiros, e as pressões competitivas e a mobilidade que elas geram foram subestimadas, o que poderia levar ao aumento da produtividade do capital e das taxas de lucro. Isto foi feito não apenas por meio de seu impacto disciplinar sobre as empresas e os governos, mas também ao realocar o capital e apoiar a disseminação de tecnologia entre empresas e setores (saída mais rápida de empresas relativamente ineficientes, apoio para inícios mais arriscados, mas inovadores, disseminação de novas tecnologias em setores mais antigos). Tanto o declínio na taxa de lucro que sinalizou o fim da idade de ouro e sua recuperação subsequente após o início da década de 80 foram vinculados de maneira convincente, empiricamente, aos declínios e aumentos correspondentes na “produtividade” do capital (isto é, o resultado por unidade de estoque de capital) (56).

Certamente, isto não responde a algumas das principais questões sobre a contribuição das finanças para a reconstrução – questões que se tornaram mais controversas por causa das disputas sobre como conceitualizar “finanças”. Claro, a criação de crédito em si mesma não implica necessariamente em um aumento de atividade produtiva. No entanto, o desenvolvimento histórico das instituições financeiras, acelerado da década de 60 em diante, incluiu a expansão de serviços para além da aquisição de poupanças e a provisão de crédito. Uma mudança maior ocorreu na própria natureza daquilo que as instituições financeiras fazem. Como as casas de investimento desafiaram o domínio anterior dos bancos, e na medida em que os bancos se refizeram para dar conta dessa ameaça, “as finanças” evoluíram para muito além de seu papel clássico na provisão de crédito e foi colocada diretamente no coração do processo de acumulação, introduzindo essencialmente um novo setor que intermedeia o crédito e a produção. As próprias formas monetárias tornaram-se mercadorias que poderiam ser embaladas e vendidas em um grau sem precedentes. Além do mais, estes pacotes

financeiros freqüentemente eram acompanhados por novos serviços de negócios, inclusive muitos que antes eram executados por outros setores (contabilidade, pagamentos, sistemas de informação, consultoria). E incluíam serviços ao consumidor que, como o Fed-Ex ou as lojas de *fast food*, completavam a entrega de um produto ou poupavam o tempo de quem quisesse adquirir um produto ou um serviço (caixas automáticas, cartões de crédito). As instituições financeiras, ao mesmo tempo, têm sido atores precoces e cruciais na revolução da informática, fornecendo o maior mercado para os computadores e para os software, e para o desenvolvimento de tecnologias informacionais chave e sistemas para tais instituições e outros (57).

Ademais, a expansão mundial do capitalismo não poderia ser sustentado sem sobrepor as barreiras de administração de risco. O desenvolvimento de mercados que mercantilizam o risco foi uma resposta a isso. Está bem claro que tais mercados incluem especuladores moralmente repulsivos, lixo surpreendente, e desigualdades gritantes. Eles também geraram novos riscos (58). Na verdade, sua necessidade essencial dentro do capitalismo é uma razão para questionar a aceitabilidade e até mesmo racionalidade do capitalismo como um sistema social. No entanto, tudo isso não apaga sua importância para o desenvolvimento *capitalista*. O aprofundamento dos mercados financeiros e o fortalecimento das instituições financeiras aumentaram a volatilidade, mas também foram cruciais para limitar os efeitos negativos da própria volatilidade que eles mesmos engendraram, contribuindo para toda a dinâmica do capitalismo – que, claro, freqüentemente gera crises – e apoiar a durabilidade do sistema. Como nos transportes, o gerenciamento de risco adiciona um custo ao produto final, ainda que seja um custo que os capitalistas não-financeiros tenham que aceitar como parte do que torna a expansão do capitalismo global possível. A parcela maior do total de lucros que foi recentemente para as finanças com certeza inclui ganhos especulativos e sobre investimentos, mas também necessita ser vista como representando em parte um retorno para a contribuição das finanças na manutenção dos lucros gerais mais altos do que seriam de outro modo.

Por fim, o aprofundamento dos mercados financeiros desempenhou um papel diretamente imperial. Isto tornou possível para a economia estadunidense atrair as poupanças globais que de outra maneira não estariam disponíveis para ela. Tais influxos de capital são vistos freqüentemente como um dízimo imperial que os EUA impõem aos outros países ignorando o quanto deste capital vem para os EUA por razões de investimento prudente e lucratividade. De qualquer maneira, eles sustentaram o dólar a taxas de câmbio que de outra forma teriam sido menores, tornando as importações mais baratas tanto para os consumidores estadunidenses (e, portanto, servindo para apoiar a legitimação e a redução dos custos de reprodução do trabalho), e para a indústria do país (dando suporte à competitividade dos EUA, na medida em que sustentava o nível de investimento estadunidense e reduzia os custos do império no estrangeiro). E não é apenas a força relativa da economia dos EUA que tais mercados financeiros mantêm. Também contribuem de outras formas para tornar o império mais fácil de administrar: os influxos de capital e importações de mercadorias para os EUA permitiram que as poupanças globais fossem canalizadas e as exportações globais fossem expandidas, enquanto os mercados financeiros móveis disciplinaram e promoveram a reestruturação neoliberal de outras economias, reforçando as barreiras a qualquer tentativa de desvinculá-los do sistema global.

Todavia, enquanto as finanças provaram-se “funcionais” tanto para a acumulação global como para o império estadunidense, isto certamente não significa que não sejam acometidas de contradições, gerando desigualdades e injustiças grotescas. Isto foi visto em uma série de deficiências severas no processo de acumulação, sobretudo no terceiro mundo, envolvendo desde repetidas crises na América Latina à crise maciça do Leste Asiático de 1997-98, enquanto a África esteve numa crise mais ou menos perpétua em todo o período. Em nossa perspectiva, a ubiqüidade da crise nas duas últimas décadas está vinculada diretamente às características particulares do modo com que a crise dos estados capitalistas desenvolvidos na década de 70 foi resolvida. O neoliberalismo nasceu de uma resposta a tal crise, e enfocou principalmente a estabilização do relacionamento entre a economia estadunidense e os outros países de capitalismo avançado, mesmo que sejam os outros países os que sofram eventualmente os piores efeitos a longo-prazo (59). A reconstituição do império estadunidense no início da década de 80, por meio de taxas de juros mais altas que dispararam a crise da dívida no terceiro mundo, e a promoção subsequente da globalização neoliberal deixou uma exacerbação da dívida que tornou surpreendentemente difícil que toda aplicação de “ajuste estrutural” tenha provado ser propensa à crise. Ademais, a mudança para uma maior dependência dos mercados, e especialmente dos mercados financeiros voláteis, significou que os próprios países capitalistas avançados não estão imunes às crises. Isto foi registrado com o colapso da indústria de Poupanças e Empréstimos e a quebra do mercado de ações nos EUA no final da década de 80, a crise da taxa de câmbio na Europa no início da década de 90, a deflação de uma década do Japão durante os anos 90 (com as quebras de suas ações e ativos de propriedade sendo seguidos pela insolvência de bancos), e a explosão da bolha financeira estadunidense em 2000.

Ainda assim, cada uma dessas crises foi contida relativamente em termos de sua profundidade, duração e tendência a se alastrar. Como podemos entender esta combinação de volatilidade e recuperação? O fato de as crises serem agora um fato comum é apenas a metade da história. Apesar das crises financeiras poderem ser inevitáveis, em certas circunstâncias elas podem, como enfatizou Chris Rude, também ser funcionais para a reprodução e extensão do neoliberalismo (60). Análogas ao impacto dos ciclos dos negócios, mas em uma forma mais extrema e que envolve mais intervenção imperial direta, as crises financeiras podem ser exploradas para reduzir ou remover barreiras aos interesses capitalistas que os mercados “comuns” e as pressões diplomáticas não podem resolver. A outra metade da história, portanto, é aquela do mesmo período, isto é, a capacidade em lidar com tais crises também cresceu. O desenvolvimento de tal capacidade envolve a aceitação do fato de que as crises não podem, no estágio atual do capitalismo, ser prevenidas. “Crises financeiras periódicas de um tipo ou de outro são virtualmente inevitáveis,” concluiu Robert Rubin do seu mandato como Secretário do Tesouro dos EUA na década de 90; igualmente inevitável, em sua visão, era que o estado dos EUA agiria como “o chefe dos bombeiros” (61).

A habilidade do estado dos EUA de administrar as crises econômicas domésticas e internacionais está baseada não apenas no aprendizado institucional e no desenvolvimento que ocorreu ao longo do tempo dentro da Reserva Federal e do Tesouro (complementado pela cooperação com suas contrapartes no G7) e nas instituições internacionais como BIS, o FMI e o Banco Mundial, mas também na força das estruturas econômicas fora do estado. Isto é o que Greenspan quis dizer ao afirmar que a existência

de um complexo de instituições financeiras e mercados pode agir como “uma salvaguarda” para todos “no sentido de mitigar as crises financeiras”, citando como os mercados de capital “foram capazes de substituir as perdas da intermediação financeira dos bancos” na recessão de 1990, e como, por outro lado, durante a crise de 1998 “o sistema bancário substituiu os mercados de capital” (62). A este último deve ser agregado o modo com que Wall Street estava mobilizada pela Reserva Federal em conceder empréstimos para o Long Term Capital Management às sombras das crises Asiática e Russa. E a durabilidade do sistema bancário estadunidense (e a importância da propagação do risco por meio da securitização) foi visto quando a explosão da bolha do mercado de ações do final da década de 90, para a surpresa de muitos, não registrou uma crise significativa entre os maiores bancos.

Muitos são os que hoje pensam que o crescente déficit comercial dos EUA contém uma crise muito mais séria que está para acontecer, e que não parece ser administrável por envolver o próprio império e sua moeda. No entanto, também é necessário colocar este prospecto numa perspectiva histórica. Quando o déficit da balança de pagamentos emergiu pela primeira vez no início da década de 60, levou àquilo que é agora visto geralmente como um pânico excessivo. Robert Roosa, por outro lado, falando de sua experiência em tentar resolver o problema dentro do Tesouro, concluiu profeticamente em 1970: “Talvez por padrões convencionais, os Estados Unidos teriam que se tornar um renegado habitual... apenas capaz de manter suas contas comerciais em equilíbrio, com um superávit modesto na conta corrente, com um papel de entreposto para vastos fluxos de capital tanto entrando como saindo, com um aumento mais ou menos regular nas obrigações de curto-prazo em dólar usadas para propósitos transacionais em todo o mundo” (63).

Na década de 70, foi assumido amplamente que o déficit comercial estadunidense levaria necessariamente a um protecionismo por parte dos EUA. Certamente houve muito sentimento nacionalista nos EUA, mas ao invés de se retirar dos mercados mundiais o mercado dos EUA usou consistentemente a ameaça do protecionismo para derrotar a oposição estrangeira ao projeto neoliberal global, transformando conseqüentemente “os impulsos nacionalistas em estratégias de abertura dos mercados de outras nações” (64). Houve um déficit contínuo desde os anos 80 e este não alarmou os investidores, que pareciam pensar que o déficit estadunidense não é necessariamente um problema intratável.

Não obstante, tal déficit agora cresceu dramaticamente e permanece em níveis assustadoramente altos, a despeito das recentes quedas no valor do dólar. O déficit em conta corrente, que apresentou média de 1,7% do PIB entre 1982 e 1997, logo depois aumentou marcadamente e por volta de 2003 alcançou quase 5% do PIB (65). Isto não sinaliza uma vulnerabilidade aos credores externos, especialmente à luz do que é freqüentemente visto como sendo o declínio estrutural da competitividade estadunidense, especialmente na manufatura?

Enquanto o investimento estrangeiro direto estadunidense continuou a expandir durante a década de 90, a manufatura interna naquele período cresceu ainda mais rapidamente – muito rapidamente – que em qualquer outro país desenvolvido (66). Ainda mais, os EUA levaram o restante do G7 ao crescimento das exportações por toda a década de 80 e a de 90 (67). O déficit comercial dos EUA não era causado, portanto, pela perda da capacidade manufatureira ou de exportação, mas pela enorme propensão à

importação de uma economia estadunidense que viveu um crescimento populacional muito maior, e tinha uma proporção muito maior de sua população trabalhando – com jornadas de trabalho maiores – que qualquer outra economia capitalista desenvolvida. As importações contribuíram para baixar os custos da reprodução do trabalho e obter insumos tanto de alta como de baixa tecnologia para os negócios, o que facilitou a baixa inflação interna bem como aumentou as exportações. Houve, claro, setores particulares que foram atingidos duramente pela reestruturação da indústria estadunidense, mas a figura geral foi a de uma economia capitalista relativamente forte que, cada vez mais desigual e exploradora, manteve-se em termos gerais nas exportações, enquanto era capaz de importar sempre mais em virtude de sua força financeira relativa.

Ao considerar quando o influxo de capital implica a vulnerabilidade da economia estadunidense aos vôos de capital, é mais uma vez importante notar que durante a última década os influxos não vieram apenas como compensação para “cobrir” o déficit, como imaginado por aqueles que enfocavam exclusivamente nas estatísticas do comércio internacional. Os influxos de capital foram principalmente um produto de investidores atraídos pela segurança comparativa, liquidez e altos retornos que correspondiam à participação nos mercados financeiros estadunidenses e na economia de tal país de modo mais geral. O dólar permaneceu em níveis relativamente altos até recentemente por causa de tal influxo de capital, e foi o dólar alto que permitiu aos consumidores e aos negócios estadunidenses importar mercadorias estrangeiras mais baratas. Mais tarde, o influxo vinha principalmente dos bancos centrais do estrangeiro, forjando suas reservas de moeda estrangeira e limitando o declínio no valor do dólar com relação a suas próprias moedas.

Tudo isso reflete precisamente como o novo imperialismo veio a se diferenciar do outro. Enquanto os mercados financeiros no velho imperialismo pré-Primeira Guerra Mundial eram bem desenvolvidos, no que diz respeito ao tamanho dos fluxos de capital, eles geralmente tomavam a forma de investimentos de *portfolio* e a longo prazo, muitos dos quais sendo movimentados em apenas uma direção, dos centros imperiais para a periferia. Em contraste, os mercados internacionais de títulos a curto-prazo hoje são maciços e, na ausência do padrão-ouro, são os títulos do Tesouro estadunidense que se colocam como as reservas monetárias mundiais. Assim como o velho imperialismo limitou a extensão da manufatura na periferia, enquanto a divisão do trabalho no novo imperialismo teve pelo caminho do investimento estrangeiro e terceirização, também incluiu a expansão da manufatura no terceiro mundo (apesar da variação entre os países ser muito substancial, 80% das exportações do terceiro mundo por valor são agora produtos manufaturados). Isto não só contribuiu para o déficit comercial estadunidense, mas na medida em que o comércio gerava superávits, especialmente no Sudeste Asiático, estes foram reciclados nos fluxos de capital para os EUA, isto também contribuiu para tornar o próprio poder imperial, notavelmente, um devedor com relação a alguns países do terceiro mundo. Ainda assim, ao mesmo tempo tais desenvolvimentos sustentam a capacidade da economia estadunidense de possuir acesso privilegiado tanto às poupanças mundiais e a mercadorias mais baratas.

Uma maior corrida especulativa ao dólar não é impossível, é claro, mas a forma que a globalização do capitalismo apresenta agora faz com que ela seja muito pouco provável. As poupanças globais fora dos EUA correspondem agora a cerca de US\$ 5 trilhões, e como estas poupanças estão crescentemente integradas aos mercados financeiros globais e, portanto, disponíveis aos EUA, e somente é necessário 10% de tais

poupanças para cobrir um déficit comercial dos EUA de US\$ 500 bilhões (68). Isto faz com que o déficit pareça muito mais manejável. Os maiores detentores de dólares na Ásia e Europa (os bancos centrais respectivos) não estão de modo nenhum ansiosos em bloquear o colapso do dólar, porque isso ameaçaria suas exportações aos EUA, e porque desvalorizaria os títulos em dólares que possuem.

A economia global foi desenvolvida com e por meio do dólar como a moeda dominante, e não há evidência para datar que o único candidato remoto sério, o euro, está perto de substituir o dólar nesse aspecto. Como em 2002, 65% das reservas de moeda estrangeira do banco central estavam em dólares, comparadas com apenas 15% em euros; o dólar foi usado em mais de 90% das transações no comércio de câmbio externo, comparado com menos de 38% em que o euro foi usado; quase 90% das transações de derivativos no mercado extrabursátil globalmente envolviam o dólar, comparado com apenas 42% que envolviam o euro (69). No entanto, em primeiro lugar este não é um tema econômico, mas sim imperial – e nem a Europa nem Japão mostraram nem vontade nem capacidade para substituir os EUA no papel de líder no mundo capitalista. Em contraste ao velho paradigma da rivalidade interimperialista, a natureza da integração monetária no império estadunidense significa que uma crise do dólar não é uma crise “estadunidense” que poder ser “boa” para a Europa ou a Ásia, mas uma crise do sistema como um todo, envolvendo danos severos para todos. Sugerir, como o faz Arrighi, que por causa dos detentores de títulos do Tesouro estadunidense estarem primariamente na Ásia estaríamos, portanto, testemunhando uma mudança no equilíbrio regional de poder, é confundir a distribuição de títulos com a distribuição de poder (70).

Apesar das teorias marxistas tradicionais de crises estruturais fornecerem intuições válidas sobre a natureza de tais descontinuidades, elas algumas vezes tendem a “fetichizar” as crises no sentido de abstraí-las da história. Como afirmou uma vez Arrighi, a crise econômica do final do século XIX esteve radicada em um capitalismo muito diferente daquele da década de 30 ou 70 em termos de formação de classe, estruturas industrial e financeira, e capacidade do estado (71). O apego à noção de que a crise da década de 70 permanece até hoje desaparece em face das mudanças que ocorreram desde o início da década de 80 (72). Que tipo de crise do capitalismo ocorre quando o sistema está se expandindo e aprofundando, inclusive por meio de outra revolução tecnológica, ao mesmo tempo em que a oposição a ele é incapaz, depois de três décadas, de montar qualquer desafio efetivo a ele? Se a crise se torna “a norma”, isso torna triviais o conceito e nos distancia de conseguir apreender as novas contradições da conjuntura atual.

Precisamos ser cuidadosos para tentar não levar em conta o conceito conservador do “fim da história” com previsões renovadas da implosão do capitalismo global. Um futuro para além do capitalismo é possível, e cada vez mais necessário da perspectiva da justiça social e da sanidade ecológica, mas o capitalismo ainda está em seu processo de criação. O estado dos EUA possui uma posição privilegiada na “criação” do capitalismo de hoje, apesar de não ser onipotente na medida em que seu domínio deve ser operado por meio de outros estados. A natureza deste império – sua complexidade, sua falta de completude, especialmente com relação ao terceiro mundo, o fato de que depende de outros estados e, portanto, das formações sociais e das lutas de classe dentro deles, e o peso dado para seu funcionamento aos mercados financeiros inerentemente voláteis – todos esses fatores se combinam para criar um contexto no qual as crises ocorrem

repetidamente. Ainda assim, ao longo dos desenvolvimentos que tornaram tais crises inevitáveis gerou uma capacidade – baseada nas estruturas dentro e fora do estado dos EUA – de limitar sua extensão, uma capacidade que é reforçada consideravelmente pela fraqueza relativa das classes trabalhadoras em toda parte. Isto é, enquanto o capitalismo é incapaz de evitar as crises, ele tem se provado capaz de administrá-las. Isso não significa que não é mais útil falar de contradições inerentes ao capitalismo, mas devemos ter cuidado para não tirar demasiadas conseqüências delas a menos que tomem a forma de contradições de classe que façam surgir desafios tanto para o capital (em termos de quanto este pode se adaptar e responder) como para o trabalho (na medida em até que ponto este possa desenvolver a capacidade política para explorar as aberturas fornecidas). Devemos terminar com a noção de “crise” como algo que leva o capitalismo a se desmantelar por si próprio; nossas teorias da crise devem ser politizadas para integrar as respostas tanto dos atores estatais quanto os de classe.

A abertura para uma mudança radical na presente era do capitalismo de forma geral girará em torno dos problemas da legitimidade política ao invés de qualquer colapso econômico súbito. No terceiro mundo, a reestruturação neoliberal dos estados para dar apoio à acumulação global não levou à padrões coerentes de desenvolvimento interno. A pressão para abrir suas economias deixou tais países extremamente vulneráveis às crises financeiras, dada a falta de profundidade de suas instituições financeiras. A “nova arquitetura financeira” promovida pelo Tesouro estadunidense após a crise financeira de 1997-98 para exigir transparência e responsividade nas novas economias de mercado veio a parecer cada vez mais hipócrita e implausível no mesmo momento em que uma saravada de escândalos atingiu Wall Street. Isto tende a deslegitimar tanto o próprio império como aqueles estados do terceiro mundo, exacerbados por aquisições estrangeiras dos setores bancários do terceiro mundo. A reestruturação de outros estados por meio de intervenção militar direta, como no caso do Iraque, sem mencionar a “guerra contra o terror” ilimitada, torna o domínio imperial mais e mais visível, e cada vez menos percebido como legítimo.

Nos países desenvolvidos, o neoliberalismo também enfraqueceu aquelas dimensões do estado que criam a legitimação; e na medida que as pressões crescem na Europa para “reformas” posteriores, o fato de que deve ser feito sem a luxúria da economia estadunidense de acessar a poupança global apenas intensifica o grau de exploração que deve ser alcançado em tais países. O estado dos EUA depende de outros estados para desenvolver o apoio popular para seu papel imperial, o que está se tornando cada vez mais difícil para esses estados garantir. Os custos econômicos internos do império são diretamente proporcionais aos limites que as forças populares no estrangeiro impõem aos outros estados de dividir os fardos militares, econômicos e retóricos do império. Enquanto isso, as medidas tomadas dentro dos EUA para garantir o apoio para esse fardo ao criar paranóia e suprimir o dissenso (como no caso dos Atos Patrióticos) estão subvertendo a mesma liberdade que os EUA estariam defendendo – e isto poderia se tornar um foco ainda maior de debate dentro dos EUA. Isto pode até mesmo se agrupar com o ressentimento interno bem como no estrangeiro contra as instabilidades e tribulações que os mercados financeiros voláteis trazem à vida quotidiana das pessoas.

No entanto, a esquerda não irá longe em criar as aberturas políticas a partir de tais contradições tornando-se nostálgica com relação a uma idade de ouro prévia do capitalismo, quando o império era aparentemente benéfico e as finanças se diziam

reprimidas. Que o estado dos EUA não fora visto como imperial, e que as finanças não tenham sido realmente reprimidas, quando os movimentos da classe trabalhadora mundial eram fortes, é parte de um infeliz legado que temos de enfrentar nas décadas recentes. Isto porque, ao tentar analisar a natureza da finança global e do império estadunidense hoje, começamos por traçar o processo histórico atual que nos trouxe até aqui. O caminho para fora do capitalismo e do império estadunidense não será encontrado no retorno a um reformismo modelado na ordem do pós-guerra. O fato de que a globalização do capitalismo virtualmente não deixou nenhuma burguesia para que os trabalhadores enfrentem, e poucas divisões para explorar entre as finanças e a indústria, ajuda a criar as condições para lutas no nível do estado nacional que são anticapitalistas bem como antiimperiais. Enquanto não podemos nos basear nas rivalidades imperiais renovadas ou nas crises financeiras fugindo do controle para limpar o caminho para as transformações sociais, as aberturas disponíveis pelos problemas da legitimidade neoliberal e imperial fornecem um terreno amplo para o desenvolvimento de novas estratégias políticas que desafiam fundamentalmente as relações sociais capitalistas.

NOTAS

Gostaríamos de agradecer Greg Albo, Patrick Bond, Dick Bryan, Robert Cox, Dan Crow, Gérard Duménil, Travis Fast, David Harvey, Eric Helleiner, Colin Leys, Mike Lebowitz, Eric Newstadt, Chris Rude, Alfredo Saad-Filho, Donald Swartz, Bill Tabb e Alan Zuege por seus comentários aos rascunhos prévios deste ensaio, e a todos os que participaram nos *Comparative Political Economy “Empire Seminars”* na Universidade de York.

1 Richard Grasso 1997, citado em L. Seabrooke, *US Power in International Finance*, Nova Iorque: Palgrave, 2001, p. 151.

2 “Hoje, não há mais mundos para descobrir. Sobre nós recai uma responsabilidade nunca antes imposta a um povo: construir a capital do mundo para todos os tempos por vir”. John DeWitt Warner 1898, citado em André Drainville, *Contesting Globalization: Spaces and Places in the World Economy*, Londres: Routledge, 2004, p. 65.

3 Eric Helleiner, *States and the Reemergence of International Finance*, Ithaca: Cornell University Press, 1994, p. 3.

4 P. Volcker and T. Gyohten, *Changing Fortunes: The Worlds Money and the Threat to American Leadership*, New York Times Books, 1992, p. 288.

5 S. Battilossi, “Introduction: International Banking and the American Challenge in Historical Perspective”, em S. Battilossi and Y. Cassis, eds., *European Banks and the American Challenge*, Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 27.

6 Para nossa visão sobre a natureza específica do império norte-americano hoje, e uma detalhada apresentação de sua evolução histórica, ver Panitch e Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin, 2003.

7 M. Hudson, *Super Imperialism: The Origins and Fundamentals of U S. World Dominance*, Segunda Edição, Londres: Pluto, 2003. As políticas que o estado norte-americano havia adaptado no final da Primeira Guerra Mundial, ou seja, insistir no repagamento dos créditos de guerra por parte de seus aliados, tornaram estas dependentes de que o estado alemão efetuasse os significativos pagamentos de reparação que lhe haviam sido impostos – e ao mesmo tempo fizeram que todos os estados europeus dependentes dos empréstimos dos banqueiros de Nova Iorque enfrentassem tais obrigações.

8 “An American Proposal”, *Fortune Magazine*, Maio, 1942, pp. 59-63.

9 T. Ferguson, “From Normalcy to New Deal, Industrial Structure, Party Competition and American Public Policy in the Great Depression”, *International Organization*, 38(1), 1984; Helleiner, *States and the Reemergence*, p. 31.

10 L. Seabrooke, *US Power in International Finance*, Nova Iorque: Palgrave, 2001, p. 53. Seabrooke continua dizendo: “O rechaço dos controles de capital sobre o dólar oferece um óbvio exemplo de como a integração interativa entre Washington e Wall Street exerceu um impacto sobre a trama das finanças internacionais”. Mas “integração” neste sentido significava o oposto da repressão das finanças, e ainda menos a desmercantilização das relações sociais no sentido em que Polanyi havia utilizado o termo. Sobre o particular ver H. Lacher, “Embedded Liberalism, Disembedded Markets: Reconceptualizing the Pax Americana”, *New Political Economy*, 4(3), Novembro, 1999.

11 Estas são as palavras de W.F. Duisenberg, primeiro presidente do Banco Central Europeu, recordando-se em ocasião do 50 aniversário do Plano Marshall, no contexto de recordar que “antes de receber essa ajuda cada país receptor tinha que assinar um pacto bilateral com Estados Unidos [...] Junto com a cenoura vinha o pau. De muitas formas esta é similar ao enfoque seguido anos mais tarde pelo Fundo Monetário Internacional em seus programas de ajuste macroeconômico”. Discurso pronunciado durante um jantar oferecido pelo presidente do Netherlands Bank e do Bank for International Settlements, Washington DC, 15 de Maio de 1997.

12 Em todo caso, o FMI estava integrado por funcionários que compartilhavam os pontos de vista do Tesouro dos EUA e, por fim, utilizaram a “condicionalidade” da austeridade macroeconômica desde o começo. Ver os capítulos iniciais de M. Harmon, *The British Labour Government and the IMF Crisis*, Londres: Macmillan, 1997. Sobre o “financiamento compensatório” ver Helleiner, *States and the Reemergence*, 1994, p. 61.

13 *The Political Economy Of American Foreign Policy*, Report of a Study Group sponsored by the Woodrow Wilson Foundation and the National Planning Association, Nova Iorque: Holt & Co., 1955, p. 213.

14 C. P. Kindleberger, *International Money: A Collection of Essays*, Londres: Allen & Unwin, 1981, p. 103.

15 R. Chernow, *The House of Morgan: An American Banking Dynasty and the Rise of Modern Finance*, Nova Iorque: Simon and Schuster, 1990, p. 402; C. Geisst, *Wall Street: A History*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1997, p. 272.

16 “Na verdade, a Banking Act de 1933... fez um grande favor aos embrionários bancos de investimento norte-americanos, que (até então) operavam principalmente como subsidiários dos bancos comerciais. Como entidades independentes eram capazes de criar e modelar os negócios livres das restrições da lenta cultura do banco comercial tradicional. Em termos simples, os bancos de investimento norte-americanos escreveram as regras enquanto todos os demais... estavam ocupados tratando de compreender em que consistia o banco de investimentos. Com semelhante vantagem, não surpreende que continuem sendo tão dominantes” (T. Golding, *The City: Inside the Great Expectations* Maclline, Londres: Pearson Education, 2001). Sobre os conhecimentos especializados dos bancos dos EUA no que diz respeito à “financiamento de projetos” (voltando ao papel que haviam começado a desempenhar para as companhias petrolíferas nos anos 30), ver R. C. Smith and I. Walter, *Global Banking*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

17 US Bureau of Economic Analysis, National Income and Product Accounts, Table 6.16D, <<http://www.beaodoc.gov>>.

18 Ro Rubin (com Jacob Weisberg), *In an Uncertain World: Tough Choices from Wall Street to Washington*, Nova Iorque: Random House, 2003, p. 810

19 R. Germain, *The International Organization of Credit*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 82.

20 A maioria dos teóricos da “hegemonia”, com seu foco no consenso e na coerção entre estados, nunca consegue apreender a penetração norte-americana que estruturou esta ativa participação. A noção de “penetração” norte-americana proposta por Poulantzas é muito mais rica, mas, no entanto, na medida em que o investimento direto norte-americana é crucial para sua análise, não explica o fato de que a Europa já estava bem integrada al projeto dos EUA antes da onda de investimentos norte-americanas que começou em meados dos anos 50.

21 Citado em Hudson, *Super Imperialism*, p. 327; as itálicas são nossas. Kindleberger foi um dos poucos economistas que nos anos 60 questionou o significado da crise da balança de pagamentos nos EUA, argumentando que tal déficit refletia principalmente o fornecimento norte-americano de serviços de intermediação financeira mediante a tomada de capital a curto prazo e o empréstimo a longo prazo em termos de investimento externo direto – um “intercâmbio de liquidez rentável para ambos os lados”-, mais que um déficit comercial o super-investimento no exterior, como comumente era interpretado. Kindleberger, *International Money*, p. 43.

22 Seabrooke, *US Power*, p. 68.

23 R. Sylla, “United States Banks and Europe: Strategy and Attitudes”, em J. S. Battilossi and Y. Cassis, eds., *European Banks and the American Challenge*, Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 62.

24 M. Moran, *The Politics of the Financial Services Revolution*, Londres: Macmillan, 1991.

25 Os cálculos neste parágrafo estão baseados em “Flow of Fund Accounts 1975-84”, *Federal Reserve Board*, Setembro, 2003; “International Operations of US Banks”, *Federal Reserve Board Bulletin*, 84/6, Junho, 1998; e “International Capital Markets September 1998. Annex V”, *International Monetary Fund*, Outubro, 1998. Ver também B. Cohen, *In Whose Interest?*, New Haven: Yale University Press, 1986, pp. 21-31.

26 Ver L. Panitch, *Working Class Politics in Crisis*, Londres: Verso, 1986, caps. 4-6.

27 G. Arrighi, “The Social and Political Economy of Global Turbulence”, *New Left Review*, 20, 2003, pp. 35-36.

28 Ver Joanne Gowa, *Closing the Gold Window: Domestic Politics and the End of Bretton Woods*, Ithaca: Cornell University Press, 1983, esp. pp. 147,166.

29 L. Panitch and C. Leys, *The End of Parliamentary Socialism*, Segunda Edição, Londres: Verso, 2001, caps. 5, 6.

30 Citado em Gowa, p. 129.

31 P. Gowan, *The Global Gamble: Washington Faustian Bid for Global Dominance*, Londres:Verso, 1999, p. 33.

32 Bank for International Settlements (BIS), *Annual Reports*, 1979, p. 3.

33 Geisst, *Wall Street*, p. 320.

34 P. Volcker, “The Triumph of Central Banking?” *Per Jacobssen Lecture*, The Per Jacobssen Foundation, Washington DC, 23 de Setembro de 1990, p. 5.

35 Tal como destacado de forma exultante por um documento da Reserva Federal: “No início da década de 60, a Reserva Federal era pouco conhecida fora da indústria dos serviços financeiros e dos departamentos de economia das universidades. Vinte anos mais tarde, o nome do presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, era um dos mais reconhecidos na vida pública norte-americana”. M. Goodfriend, “Monetary Policy Comes of Age: A Twentieth Century Odyssey”, FRB of Richmond, *Economic Quarterly*, 83(1), Winter, 1997, p. 1. O que se segue baseia-se, em parte, em nossa entrevista pessoal com Volcker em março de 2003 e toma elementos de J. Woolley, *Monetary Politics: The Federal Reserve and the Politics of Monetary Policy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 102-105; P. Johnson, *The Government of Money: Monetarism in*

Germany and the United States, Ithaca: Cornell University Press, 1998; C. Rude, “The Volcker Monetary Policy Shocks: A Political-Economic Analysis”, documento inédito, Department of Economics, New School University, Janeiro, 2004.

36 Volcker, “The Triumph”, p. 5.

37 Alan Greenspan, “Rules vs. discretionary monetary policy”, Stanford University, Stanford, California, 5 de Setembro de 1997.

38 Citado em Johnson, *The Government of Money*, p. 178.

39 J. Hawley, “Protecting Capital From Itself: US Attempts to Regulate the Eurocurrency System”, *International Organization*, 38(1), Winter, 1984.

40 Helleiner, *States and the Reemergence*, pp. 101-121.

41 Panitch and Leys, *The End of Parliamentary Socialism*, caps. 4-6.

42 Seabrooke, *US Power*, p. 105.

43 Volcker, *Changing Fortunes*, p. 167.

44 Esta interpretação foi confirmada por nossas entrevistas pessoais com altos executivos das corporações automotivas norte-americanas e com Paul Volcker. Para o caso da Grã-Bretanha, ver C. Leys, “Thatcherism and British Manufacturing: A Question of Hegemony”, *New Left Review*, 151, 1985 (também baseado em entrevistas com líderes industriais).

45 R. Guttman, *How Credit Shapes the Economy*, Nova Iorque: Sharpe, 1994, p. 334.

46 Citado em John B. Taylor, “Changes in American Economic Policy in the 1980s: Watershed or Pendulum Swing?”, *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXIII, Junho de 1995, p. 778.

47 Ver J. Grahl, “Notes on Financial Integration and European Society”, trabalho apresentado na conferência “The Emergence of a New EuroCapitalism?”, Marburg, 11-12 de Outubro de 2002, publicado em M. Beckmann, H.-J. Bieling e E. Deppe, *Euro-Kapitalismus und globale politische Ökonomie*, Hamburg, VSA Verlag, 2003, p. 1. No final da década de 70, as transações em moeda estrangeira eram dez vezes mais altas que as do comércio, ainda que esta representava apenas uma mostra do explosivo crescimento por vir.

48 D. Bryan et al., “Financial Derivatives and Marxist Value Theory”, School of Economics and Political Science Working Papers, University of Sydney, Dezembro, 2000.

49 Ver Adam Tickell, “Unstable Futures: Controlling and Creating Risks in International Money”, *Socialist Register* 1999, esp. pp. 249-251.

50 F.S. Mishkin, *The Economics Of Money, Banking and Financial Markets*, Boston: Addison Wesley, 2000, p. 41.

51 A. Berger et al., “The Transformation of the US Banking Industry”, *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 1995, N° 2, 1995, p. 57.

52 M. Lewis, *Liar's Poker*, Nova Iorque: Penguin, 1989, pp. 35-36.

53 J. Grahl, “Globalized Finance: The Challenge to the Euro”, *New Left Review*, 8, 2001, pp. 43-44. Sobre o crescimento dos bancos de investimento norte-americanos no exterior, ver R. C. Smith, *The Global Bankers*, Nova Iorque: Plume 1990, pp. 45-46; Thomson Financial (<<http://www.thomson.com>> oferece os melhores dados sobre as aquisições e fusões destes bancos.

54 L. Panitch and S. Gindin, “Rethinking Crisis”, *Monthly Review*, 54(6), 2002; Panitch and Gindin, “American Imperialism”.

55 Ver Angus Maddison, *The World Economy, A Millennial Perspective*, Paris: OECD, 2001, esp. p. 265.

56 G. Duménil and D. Lévy, “The Profit Rate: Where and How Much Did It Fail? Did it Recover? (USA 1948-2000)”, *Review of Radical Political Economy*, 34, 2002; G. Duménil and D. Lévy, “Neoliberal Dynamics Imperial Dynamics”, Cepremap, Modem, Paris, 2003; M.J. Webber and D. L. Rigby, *The Golden Age Illusion*, Nova Iorque: Guilford Press, 1996.

57 L. Klein, C. Saltzman and V. Duggal, “Information, Technology and Productivity: The Case of the Financial Sector”, *Survey of Current Business*, Agosto 2003; Berger et al., “The Transformation”.

58 Ver Tickell, “Unstable Futures”, esp. pp. 251-257.

59 Este foi um resultado sobredeterminado pelo fato de que o estado norte-americano na era do pós-guerra havia permitido que a reconstrução européia e japonesa ocorreu mediante um desenvolvimento liderado pelas exportações que se baseavam na coerência interna de suas economias domésticas e a mantinha, enquanto que os países do mundo em desenvolvimento (que tinham se inscrito apenas como uma preocupação secundária entre os arquitetos de Bretton Woods e mais tarde não receberam assistência alguma comparável al Plano Marshall) tinham um espaço muito mais limitado e menores possibilidades de estabelecer sua própria coerência interna. Ao tentar criar tal coerência interna estava fora de discussão para a maioria dos países em desenvolvimento, pressionados e tentados como tinham sido para aceitar a promessa de acesso a tecnologias já desenvolvidas, para os ricos mercados e para as finanças dispostas. Se isto fosse assim

inclusive sob as estratégias de industrialização por substituição de importações permitidas na era de Bretton Woods, o foi ainda mais sob o neoliberalismo.

60 Ver o artigo de Chris Rude, “O papel da disciplina financeira na estratégia imperial” no presente volume.

61 R. Rubin, *In an Uncertain World*, pp. 213-215.

62 A.. Greenspan, “Mr. Greenspan asks whether efficient financial markets mitigate financial crisis”, Remarks before the Financial Markets Conference of the Federal Reserve Bank of Atlanta, Sea Island Georgia, *BIS Quarterly Review*, 114, 1999, <<http://www.bis.org/index.htm>>.

63 Citado em Hudson, *Super Imperialism*, p. 319.

64 C. Scherrer, “Double Hegemony? State and Class in American Foreign Economic Policymaking”, *American Studies*, 46(4), 2001.

65 *Economic Report of the President 2004*, Table B-1; US Bureau of Economic Analysis, *op cit.*, Tabela 4.1.

66 Obviamente, as manufaturas cresceram mais rápido na Ásia, mas os EUA mantiveram um desempenho impressionante frente à Europa e ao Japão. Segundo um relatório do Departamento de Trabalho dos EUA, a taxa média de crescimento anual das manufaturas entre 1990 e 2001 foi de 3% nos EUA mas de apenas 2,2% na França, 1,3% na Itália, 0,4% na Grã-Bretanha, 0,3% na Alemanha e 0,2% no Japão. E. L. Chao, *A Chartbook of International Labour Comparisons: United States, Europe, Asia*, US Department of Labour, May, 2003, p. 21.

67 Ver World Trade Organization, *Trade Statistics, Historical Series*, Agosto, 2003, disponível em <www.wto.org>. No entanto, deve-se notar que desde 1998 houve um recuo nas exportações dos EUA, em boa medida por causa do relativamente lento crescimento econômico na Europa.

68 World Development Indicators, <<http://www.devdata.worldbank.org/dataonline/>> .

69 Estes dados se baseiam em *BIS 2003 Annual Report* e em *BIS Quarterly Review*, Setembro de 2003.

70 G. Arrighi (with J. Moore), “Capitalist Development in World Historical Perspective”, em R. Albritton, M. Itoh, R. Westra and A. Zuege, eds., *Phases of Capitalist Development*, Nova Iorque: Palgrave, 2001.

71 G. Arrighi, “Towards a Theory of Capitalist Crisis”, *New Left Review*, 111, 1978.

72 Nossa análise difere claramente, em termos fundamentais, da de Robert Brenner em *The Boom and the Bubble*, Londres:Verso, 2002. Com relação ao argumento de que estamos apresentando aqui, três destas diferenças são especialmente importantes. Primeiro, enquanto Brenner outorga certa especificidade à fonte das crises do início da década de 70 – os limites para uma saída que se seguiram à concentração de capital e a conseguinte tendência à sobre-acumulação – nosso argumento é que tais limites não eram de fato de natureza técnica, mas de natureza política, tal como mostra claramente a escalada de fechamento de fábricas e bancos no início da década de 80 depois do shock Volcker. Isto é: mesmo quando se analisa a “competição do mercado”, o Estado deve ser incorporado à análise (e não apenas no que diz respeito às taxas de câmbio). Segundo, e relacionado com isto, Brenner subestima a capacidade do estado norte-americano para reestruturar sua base doméstica, em parte porque reduz o papel das finanças a de um instrumento externo, *ad hoc*, que apenas pode postergar a “mudança real”. Terceiro, enquanto Brenner argumenta corretamente que uma classe trabalhadora economicamente forte mas politicamente débil não podia manter uma extração de lucros frente a uma reestruturação capitalista, se tivesse reconhecido que se o capital se reestruturou e se a derrota da classe trabalhadora fosse fundamental para tal projeto, poderia ter oferecido uma interpretação mais crível tanto das crises precoces como do sucesso atual do capital. Contudo, ao insistir em que a crise nunca terminou, desviou a atenção da resistência da classe trabalhadora como fator essencial causador da crise e como alvo de sua solução no final da década de 70 e início da de 80.

O PAPEL DA DISCIPLINA FINANCEIRA NA ESTRATÉGIA IMPERIAL

Christopher Rude

A instabilidade financeira tem sido uma característica consistente do capitalismo neoliberal global, e quando tal instabilidade tomou a forma de uma crise financeira mais ampla, como ocorreu no Leste Asiático em 1997, as conseqüências para as economias envolvidas foram severas. As contrações econômicas, ao deixarem as economias na ruína e as populações traumatizadas pelos aumentos no desemprego, pobreza, e desigualdade, foram seus resultados típicos. A liberalização e a internalização das relações de produção capitalista criaram um sistema econômico no qual as crises financeiras recorrentes dão o passo e o ritmo da atividade econômica e da mudança no interior do centro, bem como da periferia. Este artigo examina os distúrbios financeiros e econômicos e o papel que estes desempenham no neoliberalismo. Também explora o papel do estado na regulação – e não na eliminação – de tais distúrbios. Alguns leitores podem achar o argumento surpreendente. É que a instabilidade financeira e as dificuldades criadas por ela desempenham um papel essencial na reprodução das relações sociais capitalista e imperial. A instabilidade financeira é funcional. Ela disciplina o capitalismo mundial.

Começamos com uma análise teórica. Argumentamos que os distúrbios financeiros não são um fenômeno superficial, mas sim, a expressão do modo com que a lei do valor opera sob o neoliberalismo; segundo, que o sistema financeiro global liberalizado não é a fonte da instabilidade, mas tem a tarefa de administrar e conter as profundas incertezas que hoje atrapalham o processo de acumulação global; e, terceiro, que os distúrbios econômicos e financeiros, na medida em que são administrados pelo sistema financeiro global, reproduzem as relações sociais capitalistas e imperiais ao disciplinar e punir as classes e nações subordinadas. A reprodução do capitalismo e do imperialismo por meio da instabilidade financeira e econômica persistente é arriscada. Se o capitalismo e o imperialismo devem ser reproduzidos por meio de distúrbios financeiros, o sistema bancário e financeiro global deve ser o suficientemente resistente para sobreviver à sua própria desordem, uma vez que são as classes subordinadas as que carregam o fardo destes, e os sistemas bancário e financeiro mais altos da “cadeia imperial” dos sistemas bancário e financeiro nacionais devem ser mais resistentes que aqueles de menor estrato, assim que as nações e regiões subordinadas devem pagar os custos. É aqui que entra o estado. Os vários sistemas financeiros e bancários estão regulados e supervisionados e, foram apropriados e apoiados por injeções de liquidez oficial, de tal modo que os danos causados pelos distúrbios foram dirigidos para longe das classes dominantes e do centro na direção das classes subordinadas e da periferia.

Após examinar as características centrais do regime de supervisão e regulação organizado sob a dominação contínua dos EUA no início da década de 90 para assegurar que o alvoroço financeiro e econômico é administrado no sentido de estender e reproduzir o capitalismo global, então nos voltamos especificamente para as crises Asiática de 1997 e a do Long-Term Capital Management (LTCM) de 1998 para vermos como elas afetam as políticas das autoridades – os bancos centrais do G10, os ministérios da fazenda do G7, o FMI, o BIS, e outras instituições relacionadas – que eram responsáveis por administrar a economia global (1). As reformas que tais autoridades implementaram em resposta às duas crises – “A Nova Arquitetura Financeira Internacional” – não mudaram nada

essencial. Os responsáveis pelas políticas continuaram a acreditar na eficiência e racionalidade dos mercados financeiros, reafirmaram seu desejo de criar uma economia global plenamente internacionalizada, e renovaram seus esforços para manter a lucratividade dos bancos e das finanças. Por outro lado, as crises da Ásia e da LTCM afetaram suas perspectivas sobre a natureza do capitalismo neoliberal de modo significativo. Em particular, eles se deram conta de que as crises financeiras eram uma característica inevitável do regime neoliberal que haviam criado e, portanto, que o foco de suas reformas devia estar sobre o seu controle ao invés de sua eliminação. Além disso, ao contrário daqueles que acreditavam que o neoliberalismo implicava falta de regulação, as reformas que foram implementadas aumentaram as medidas regulatórias sobre o sistema financeiro global, ainda que de uma maneira decididamente neoliberal. Nisso, as autoridades seguiram um velho padrão: a liberalização e internacionalização das relações de produção capitalistas durante o período neoliberal foi sempre acompanhada de perto por uma regulação contínua do sistema financeiro global em resposta à suas crises financeiras recorrentes.

As políticas de regulação, supervisão, e de fonte de empréstimos como último recurso que foram executadas desde o início da década de 90, e que foram fortalecidas com a ocorrência das crises da Ásia e da LTCM, desempenharam um papel tão importante em manter o capitalismo global sob o domínio dos EUA quanto o papel das forças policiais locais, ou pelos militares dos Estados Unidos em Kosovo, Afeganistão, Iraque e em outros lugares. E, é justamente por causa do papel central das autoridades financeiras dos EUA na criação de tais políticas, bem como pelo fato do sistema financeiro e bancário dos EUA ser o mais forte e resistente do mundo que, como apontamos na conclusão, os Estados Unidos não apenas possuem a capacidade de sustentar seu déficit em conta corrente maciço, como também de reproduzir sua posição no topo da cadeia imperial.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: DISTÚRBO FINANCEIRO, GERENCIAMENTO DE RISCO E DISCIPLINA NEOLIBERAL

As crises financeiras e as contrações econômicas que as seguem não são eventos do acaso. As crises financeiras ocorrem por causa de desequilíbrios formados entre o sistema financeiro e a macro-economia subjacente – desequilíbrios entre estoques de ações e responsabilidades financeiras, por um lado, e fluxos de renda nacional, pelo outro – e ocorrem quando tais desequilíbrios nos fluxos econômico-financeiros de ações e renda tornam-se insustentáveis (2). A “função” das crises financeiras e as contrações econômicas que elas criam é a de remover tais desequilíbrios entre o sistema financeiro e sua “base monetária” macro-econômica. Sob o neoliberalismo, há uma maior tendência para o aparecimento de desequilíbrios desse tipo. Colocando a questão em termos marxistas clássicos, desde que os instrumentos de títulos de renda variável e débito que fizeram com que o sistema financeiro existisse sob a forma de capitais fictícios – como os fluxos de lucro futuro descontado esperado – o distúrbio financeiro e econômico que caracteriza o capitalismo global neoliberal se expressa, em um primeiro momento, por meio de um aumento na tendência dos mercados financeiros em superestimar – e

subestimar – os lucros futuros. O dano causado não são apenas bolhas econômicas, mas também má alocação de capital.

No entanto, por que isso aconteceu? (3) A internacionalização dos circuitos do capital criou uma economia verdadeiramente global, mas não aboliu o estado nacional. Devido a existência continuada de um sistema de soberania territorial, os estados nacionais e, portanto, o uso continuado de moedas nacionais diferentes como meios de troca dentro de cada território nacional, as intrusões de fatores essencialmente locais – as moedas nacionais afetadas por taxas de juros determinadas localmente – desorganizam o movimento do capital em seus circuitos globais. Sem considerar sua existência na forma produtiva, de dinheiro, ou de mercadoria, um capital é denominado na moeda da nação em cujo espaço ele está sendo ocupado no momento e, portanto, deve mudar de denominação monetária quando se move de um território nacional para o outro. O ponto a que queremos chegar é simples. Uma corporação multinacional dos EUA operando uma fábrica no Brasil, por exemplo, paga sua força de trabalho local e compra qualquer produto intermediário produzido localmente usando o Real.

Não apenas isso: todo o empreendimento é contabilizado em Real, incluindo a depreciação do estoque de capital. Insumos produzidos em outras nações são contabilizados nas moedas daqueles países. Produtos vendidos localmente estão em Real; aqueles vendidos em outro lugar estão na moeda local. Uma fábrica que opera em outro país é contabilizada na moeda daquele país. Uma das tarefas do departamento financeiro da sede nos Estados Unidos é transformar as atividades estrangeiras da empresa em dólares dos EUA, de modo a maximizar os lucros em bases globais. Os ativos financeiros que lidam com o Euro e outros mercados financeiros externos são a única exceção para esta regra de “moeda local”. No entanto, foi para isso que eles foram criados: existem para ajudar as corporações multinacionais fixarem seus riscos e, logo, maximizarem seus lucros globais nas moedas nacionais das sedes.

Além do mais, devido ao movimento desigual do capital nos circuitos globais, tais obstáculos monetários/financeiros, específicos a cada nação, são diferentes em distintas partes do globo – e estão sujeitos à mudança. Os obstáculos financeiros que agitam os circuitos globais do capital são eles próprios descontínuos como resultado, porque são contingentes e incertos. Sua contingência e incerteza, por sua vez, tornam o movimento do capital global através de seus circuitos contingente e incerto. Portanto, nessa nova economia global neoliberal não há mais uma mercadoria como equivalente universal de valor, como havia com o padrão-ouro no século XIX, que funcione em toda a economia global. Nem há uma moeda nacional garantida por um único estado que possa cumprir a mesma função, como fez o dólar sob o sistema de Bretton Woods até o início da década de 70. Ao invés disso, há uma multiplicidade de moedas nacionais diferentes que circulam internacionalmente com taxas de câmbio que mudam uma frente a outra, e uma multiplicidade paralela de taxas de câmbio e juros determinadas e constantemente mudadas no âmbito doméstico e esta plêiade de taxas de juros e câmbio mutantes é constantemente reestruturada por derivativos das moedas estrangeiras e pelas taxas de juros estrangeiras que constituem o mercado monetário global (4). Como resultado, a transformação do tempo de trabalho socialmente necessário em preços de produção tornou-se um processo radicalmente contingente, uma vez que os valores monetários em termos de qual valor econômico medido são diferentes nas diversas partes do globo, mudam um com relação ao outro entre áreas monetárias, bem como no tempo dentro de

cada espaço monetário, e também são continuamente transmudados pelo uso dos derivativos. Distúrbios financeiros e econômicos profundos e persistentes são, portanto, um aspecto característico do capitalismo global neoliberal por causa do aumento resultante da incerteza do processo global de acumulação – que, por sua vez, aumenta a incerteza dos lucros do capital como um todo.

Tais contingências e incertezas existem por causa do modo particular em que o capitalismo foi estruturado até o fim do século XX como um sistema econômico mundial dividido em estados-nações, organizados em três blocos imperiais ou subimperiais, centrados nas economias e moedas dos Estados Unidos, Europa e Japão (5). À medida que a internacionalização dos circuitos de capital ocorreu primeiro entre os países do centro, tais contingências e incertezas surgem principalmente no centro ao invés da periferia: o capital enfrenta maiores incertezas quando se movimenta entre os três principais blocos monetários imperiais que quando circula dentro de um deles (6). No entanto, não podemos colocar o sistema financeiro global “liberalizado” como o principal responsável pela desordem financeira que tal situação tende a produzir. De fato é o oposto: o sistema financeiro global possui a responsabilidade em conter e gerenciar as incertezas e contingências financeiras que atrapalham o processo de acumulação global.

O último ponto é muito importante. O sistema financeiro ainda tem que fazer a mediação entre correntistas e investidores, e para tal, o capital financeiro global continua a desempenhar as tarefas tradicionais de coletar as reservas sem uso nas mãos de capitalistas individuais, de reunir o dinheiro de tais indivíduos para formar o que David Harvey chamou de “capital comum da classe capitalista” (7), e de alocá-las nos mercados de investimento mais lucrativos onde quer que estes possam estar. Hoje, no entanto, o sistema financeiro também tem que lidar com as incertezas financeiras espaciais e intertemporais inseridas na operação da lei do valor. As contingências financeiras que o capital global deve conter na medida em que se move por seus circuitos exige o uso de técnicas de gerenciamento de risco que o sistema financeiro global fornece atualmente, e o sucesso das estratégias de gerenciamento de risco empregadas afetam completamente o desempenho da economia subjacente na mesma medida em que o capital social global é alocado.

A transformação resultante da operação quotidiana dos mercados financeiros doméstico e internacional foi profunda. Na verdade, a maioria das características da economia global hoje que são aludidas sob a rubrica da “financiarização” pode ser explicada em termos da luta competitiva entre capitais individuais usados para tirar proveito da necessidade da economia global de se proteger contra as contingências financeiras que de outra maneira atrapalhariam a circulação internacional de capital. Estas incluem aumentos dramáticos nos volumes de transações com ações tanto no mercado como fora de este; a *securitização* (transformação de hipotecas e outros ativos não-comercializáveis em ações que podem ser disponibilizadas no mercado); o uso extensivo de derivativos; *hedge funds*; aumentos nas atividades financeiras de corporações ostensivamente não-financeiras; o aumento dos grandes conglomerados financeiros multinacionais, que hoje dominam o sistema financeiro global; e o aumento na proporção do superávit social transferido às finanças.

A atividade comercial aumentou nos mercados de ações, títulos públicos, moeda estrangeira e dinheiro em todos os países porque o comércio permite que uma companhia individual transfira a outra companhia um risco que não quer assumir, e, portanto,

permite que o risco seja estendido para quem quer que deseje assumi-lo. As vantagens da valorização são similares. Ela permite que um banco troque as hipotecas, empréstimos para a compra de carros, cartões de crédito, etc. que ele mesmo gera por dinheiro ou outras ações. Os derivativos – ações cujos valores são definidos em termos do desempenho de outras ações – são usados amplamente porque permitem que uma companhia supere os abismos entre as diferentes incertezas espaciais e intertemporais e, portanto, que reestruture tais fragilidades de uma maneira que lhe pareça adequada. Os *hedge funds* existem para absorver o risco que os grandes conglomerados financeiros multinacionais não querem assumir. As corporações multinacionais não-financeiras se inserem na atividade financeira para gerenciar sua própria exposição ao risco, porque é menos custoso para elas fazê-lo por si mesmas. Junto a outros fatores de concentração e centralização do capital, os grandes conglomerados financeiros dominam o sistema financeiro global, porque seu tamanho e escopo globais permitem-lhes transferir e, logo, diversificar internamente seus riscos, usando suas próprias medidas de risco e sistemas de alocação para torná-los o mais eficientes possível. E as finanças absorvem tantos recursos do superávit social simplesmente porque suas atividades de gerenciamento de risco são necessárias.

No entanto, vários fatores limitam a capacidade do sistema financeiro internacional para gerenciar os riscos do processo de acumulação global. Primeiro, as crises financeiras não funcionam mais, como o fizeram sob o padrão-ouro ou o sistema de Bretton Woods, integralmente para remover os desequilíbrios que surgem entre o sistema financeiro de um país e sua base monetária. Mudanças nas taxas de câmbio e de juros podem alterar a macroeconomia subjacente bem como diminuir ou intensificar uma crise ou mantê-la contida em um lugar particular do globo – ou podem criar um contágio financeiro que espalha os distúrbios para outros lugares. A instabilidade financeira e econômica nunca desaparece realmente, mas assume uma forma essencialmente protéica, assim, uma crise se metamorfoseia na próxima. Segundo, as descontinuidades especial e inter-temporal, que interrompem a circulação internacional do capital, possuem um efeito particularmente profundo sobre a circulação do capital financeiro global. O sistema financeiro internacional tem que administrar suas próprias incertezas assim como as do capital comercial e industrial – incertezas que de qualquer modo são essencialmente insolúveis. Terceiro, a competição entre capitais individuais para tirar proveito das necessidades do gerenciamento de risco da economia global não podem levar a outro lugar que à má alocação de tais riscos, o que aumenta a incerteza do processo de acumulação. As instituições financeiras podem subestimar, e de fato subestimam, os riscos que assumem e, portanto, assumem demasiado risco com relação à sua capacidade de administrar. A busca por lucros tenta estas instituições a subestimar os riscos em regiões inteiras do globo e, por conseguinte, a operar uma má alocação de seu capital. Assim, o capital financeiro global possui uma tarefa que inevitavelmente irá realizar mal. É por isso que uma crise financeira aparece. Os desequilíbrios entre o sistema financeiro e a macro-economia subjacente surgem porque o sistema financeiro nem sempre pode conter os riscos que supôs poder conter, e porque a competição leva os capitalistas individuais a assumirem riscos com os quais não podem lidar.

É aqui que entra o estado. O sistema econômico internacional pelo qual o capital global se movimenta na medida em que completa seus circuitos não é apenas descontínuo; é também fundamentalmente hierárquico. Os espaços monetários nacionais

por meio dos quais um capital circula existem dentro de relações de dominação e subordinação. A multiplicidade de moedas nacionais e taxas de juros determinadas domesticamente que impedem a circulação do capital em uma hierarquia estrita, uma “cadeia imperial” de sistemas financeiros e bancários nacionais mais e menos poderosos. A liberalização e internacionalização das relações de produção capitalista não aboliram as relações hierárquicas e antagônicas que existem entre o centro e a periferia da economia mundial, entre os poderes imperiais dentro do centro, e entre o capital e o trabalho mundo afora. Simplesmente alteraram o modo em que tais estruturas de dominação se manifestam.

A introdução de contingências financeiras na operação da lei do valor criou um capitalismo caracterizado por uma turbulência financeira e econômica profunda e persistente, e ao fazê-lo, mudou a forma com que o capitalismo se reproduz. A instabilidade não é apenas um fenômeno econômico. Ela é tanto modelada quanto modela as relações sociais capitalistas e imperiais que constituem o sistema econômico mundial e é, portanto, essencialmente política. Ela mantém e reestrutura as relações sociais capitalistas e imperiais ao disciplinar e punir as classes ou nações subordinadas envolvidas, da mesma forma com que o fazem a polícia e os militares locais. As armas usadas não são cassetetes ou bombas, mas crises financeiras e suas estagnações decorrentes.

O neoliberalismo não é apenas um esforço para privatizar a reprodução do capitalismo e as relações sociais de produção capitalista e imperial, é também uma tentativa de atribuir ao setor privado muitas funções que anteriormente eram consideradas como funções do estado. O neoliberalismo é um projeto verdadeiramente radical que estabelece um tipo de controle social muito diferente daquele empregado durante a “Idade de Ouro” da economia keynesiana e do imperialismo do “New Deal” estadunidense. A disciplina usada durante a Idade de Ouro seria provavelmente melhor entendida nos termos do conceito de hegemonia de Gramsci, o qual o define como consenso mais força. Esta era uma estrutura de dominação onde as classes dominantes (no centro, se não também na periferia) e o poder imperial dominante (os Estados Unidos) desejavam fazer sacrifícios de um tipo “econômico-corporativista”. As classes e nações subordinadas poderiam consentir com sua subordinação na medida em que acreditassem que seus interesses materiais de curto-prazo estariam garantidos. A violência do estado ainda era usada quando o consenso era quebrado, mas enquanto o consenso fosse mantido, as lutas que ocorriam eram guerras de posição políticas/ideológicas/culturais prolongadas que ocorriam, em primeira instância, dentro das instituições da sociedade civil (8). O projeto neoliberal estabeleceu uma nova forma de dominação, onde a instabilidade financeira e a insegurança econômica substituíam o compromisso e o consenso. Os mecanismos de controle social são muito mais diretos. O capital global, sob domínio contínuo dos EUA, pode manter a subordinação das classes e nações dominadas usando o que resta da violência econômica e financeira, garantido por uma ação policial militarizada quando a intimidação econômica não funciona. A manipulação de símbolos culturais pela mídia de massa global pode preencher a necessidade residual de legitimidade (9).

A introdução de novas contingências financeiras na operação da lei do valor, portanto, deu novas responsabilidades ao sistema financeiro global. Como na infraestrutura do sistema mundial capitalista e imperial, este deve gerenciar o risco financeiro

e econômico e os distúrbios de tal maneira que estes reproduzam as relações hierárquicas entre o centro e a periferia, entre os poderes imperialistas dentro do centro, e entre o capital e o trabalho globais. Por conseguinte, o sistema financeiro global deve possuir as capacidades de gerenciamento da crise necessárias para conter e dar forma ao risco, e para acalmar e direcionar os distúrbios quando eles ocorrem na forma de crises financeiras e recessões, e isso de modos muito específicos. A cadeia imperial de sistemas bancários e financeiros nacionais que dão forma ao sistema financeiro global deve ser organizada para reproduzir-se por meio de crises financeiras recorrentes. Desse modo, o fardo de uma crise não será assumido pelo capital financeiro com a forma de lucros menores, quebras de bancos, e insolvências, mas sim pelas classes subordinadas sob a forma de desemprego, pobreza, e maior desigualdade. Isso também significa que os sistemas bancário e financeiro que se encontram no topo da cadeia imperial devem possuir maior capacidade de gerenciamento de risco que aqueles que estão mais abaixo. A economia neoliberal global “ideal” é aquela em que todo o dano causado pela instabilidade é transferido para as classes dominadas e para a periferia (10).

O REGIME REGULADOR DO CAPITAL

O regime de políticas que realiza tudo isso é surpreendentemente simples. As características centrais do regime regulador e de supervisão do capitalismo neoliberal global são, primeiro, padrões de capital baseados no risco uniformes internacionalmente, desenvolvidos pelo Comitê de Supervisão Bancária do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), que permite que grandes conglomerados financeiros multinacionais, que dominam o sistema financeiro internacional, estabeleçam seus próprios requisitos de capital baseados em seus próprios modelos de risco; segundo, o princípio, também promulgado pelo Comitê de Basileia, que os países do centro, e não os países receptores na periferia, são os que possuem as responsabilidades de supervisão, regulação, e de fonte de empréstimos como último recurso para os conglomerados financeiros internacionais; e terceiro, uma divisão do trabalho entre o FMI e os bancos centrais no centro de acordo com princípios bastante distintos dos dois primeiros, enquanto o FMI resolve as crises na periferia ao impor austeridade, os principais bancos centrais resolvem as crises financeiras no centro facilitando o crédito (11).

As autoridades dos EUA tomaram a iniciativa no desenvolvimento dos padrões de capital do BIS. A iniciativa foi tomada em resposta às dificuldades que a crise da dívida da América Latina causou no sistema bancário dos EUA, e os requisitos do capital foram planejados inicialmente para proteger um banco contra seus riscos de crédito. De acordo com o Acordo de Basileia sobre Capitais original de 1988, todos os bancos ativos internacionalmente, não importa onde estejam sediados, devem reter um fundo de reserva de capital igual a 8% de seus ativos ajustados conforme o risco. O volume de capital que um banco deve manter em reserva para assegurar seu *portfolio* de investimentos particular aumenta com os riscos de crédito associados com seus investimentos: os pesos do risco de crédito de cada um dos ativos do banco são determinados por fórmulas prescritas, e os investimentos (*off-balance sheet* e *on-balance sheet*) estão sujeitos aos requisitos do capital (12). Na medida em que ativos menos dignos de crédito possuem um maior peso de risco, os requisitos do capital forçam as instituições financeiras a alocar

seu capital de acordo com os riscos de crédito de seus investimentos. Os bancos são penalizados por fazerem investimentos de risco e recompensados por fazerem investimentos seguros. Também devem manter fundos de reserva de capital o suficientemente grandes para protegê-los contra a insolvência no caso de seus parceiros serem incapazes de honrar seus compromissos. As exigências do capital, portanto, visam tornar cada instituição financeira o suficientemente forte para sobreviver a sua própria tomada de risco.

Os requisitos do capital sob o Acordo sobre Capitais de 1988 adquiriram efeito no final de 1992. O Acordo foi modificado em 1996 para incorporar os riscos de mercado que surgiam das posições abertas dos bancos nos ativos, ações com renda variável (*equities*), commodities, e opções monetárias estrangeiras e da dívida negociada (13). No Acordo sobre Capitais emendado, os bancos deviam manter certo capital para assegurar-se tanto contra seus riscos de crédito quanto os de mercado e, sobretudo, a taxa mínima de capital permanecia nos 8%. Um aspecto importante dessa emenda foi que, sujeito à padrões quantitativos e qualitativos estritos e à aprovação de seus supervisores, os bancos poderiam usar seus próprios modelos de risco internos para medir seus riscos de mercado como requisitos de capital. O Acordo emendado, portanto, criou um sistema bancário de dupla saída. Os grandes conglomerados financeiros multinacionais que possuem os recursos para criar e executar seus próprios sistemas internos de gerenciamento e mensuração de risco podem determinar seus próprios requisitos de capital, e espera-se que, em princípio, separem um fundo de reserva de capital o suficientemente grande para protegê-los da insolvência com uma probabilidade predeterminada. Se aplicados de maneira apropriada, os padrões de capital emendados também implicariam que as autoridades de supervisão e regulação dos principais estados capitalistas trabalhariam bem próximas aos conglomerados financeiros multinacionais em bases diárias para monitorar como os conglomerados medem e, portanto, alocam seus riscos de mercado globais. Os bancos menores e menos sofisticados, os quais não podem quantificar sua probabilidade de sobrevivência dessa maneira, têm seus riscos específicos de mercado determinados pelo “método de medida padrão” especificado na emenda ao Acordo, e, portanto, exige, presumivelmente, menor atenção – e ajuda – dos reguladores. Muitos desses bancos menores e menos sofisticados são obviamente sediados na periferia.

A prioridade que as autoridades dão às exigências do capital como o primeiro dos “Três Pilares” do Acordo sobre Capitais é crucial para entender como estas funcionam com relação aos outros dois – abertura e disciplina dos mercados, e regulação e supervisão prudentes (14). A ênfase está colocada nas exigências do capital que se baseiam nos sistemas de gerenciamento de risco internos das instituições financeiras. A abertura e disciplina dos mercados vem em segundo lugar. As autoridades retiram a ênfase nas atividades tradicionais dos reguladores e supervisores oficiais, que executam ativamente as medidas regulatórias determinadas externamente. O requisito do capital de 8% é uma taxa mínima de capital. Um supervisor de um banco pode exigir que este mantenha uma taxa maior. No entanto, as autoridades podem não ter que exigir que um banco apresente uma taxa de capital mais elevada, devido à disciplina de mercado. Na medida em que a taxa de capital é tornada pública, ela funciona como uma medida rápida e fácil da saúde dos bancos. Bancos com altas taxas de capital possuem acesso mais fácil, tanto para o capital quanto para o crédito. O mercado pune os bancos com baixas taxas de capital.

Para a supervisão e regulação prudentes, após a falência do Bankhaus Herstatt em 1974, os bancos centrais do G7 determinaram que o banco central do país sede, e não o do país receptor, possui a responsabilidade última pelo ramo estrangeiro de um banco ativo internacionalmente (15). Até esse momento, os bancos centrais do G10 não haviam determinado em que medida deveriam dividir a responsabilidade de resolver as crises financeiras internacionais. A primeira decisão importante do Comitê de Basileia dizia respeito a como tais responsabilidades deveriam ser aliviadas em uma “Concordata” (que veio ao público em 1983) que estabelecia que nenhum estabelecimento bancário estrangeiro poderia estar isento de supervisão, que esta deveria ser adequada, e que o país sede ao invés do país receptor deveria ser responsabilizado por supervisionar a divisão estrangeira. Os acordos estabelecidos na Concordata foram revisados logo depois e fortalecidos para se tornarem a “regra do país sede” da supervisão bancária internacional, de acordo com a qual o país sede ficaria com as responsabilidades de supervisão, regulação, e de fonte de empréstimos como último recurso, em uma base global consolidada, dos bancos que são ativos internacionalmente, e que estão sediados no centro. Portanto, as autoridades das potências imperiais no centro da economia global, que possuem a principal capacidade de prevenção e gerenciamento das crises e em cujos países estão sediados os conglomerados financeiros multinacionais, possuem a responsabilidade de supervisionar, regular, e manter a liquidez de seus bancos multinacionais e suas casas de investimento não importa onde eles façam negócios. Logo, as autoridades no centro são responsáveis pelo comportamento das filiais de seus bancos na periferia e, assim, indiretamente responsáveis pelos sistemas bancários e financeiros da periferia, na medida em que os interesses de seus bancos estiverem envolvidos. Os reguladores na periferia são responsáveis apenas por seus próprios bancos e pelas poucas filiais estrangeiras que tais bancos possam possuir.

Este aspecto prudente de supervisão e revisão do Acordo Basileia está relacionado também à divisão de trabalho mencionado acima, onde o FMI estabiliza uma crise na periferia por meio de um programa de ajuste estrutural, enquanto os principais bancos centrais estabilizam uma crise no centro pela facilitação monetária. O propósito da austeridade do FMI na periferia é prevenir os distúrbios que se originam aí se alastrem para o centro. O propósito da facilitação monetária no centro é para debelar qualquer distúrbio que possa aparecer – não importa sua origem. Tal divisão de trabalho não foi produto de um acordo formal, mas se originou informalmente na década de 80, durante a crise da dívida da América Latina, e para tanto o FMI foi reestruturado no sentido de impor programas de ajuste estrutural para as nações devedoras, e foi nesse momento que as autoridades nos Estados Unidos aprenderam a facilitar e estender o crédito às empresas com problemas em conter a quebra do mercado de ações de 1987 e resolver as crises de poupança e empréstimos dos EUA.

Os bancos centrais do G10, que estabeleceram os requisitos de capital do BIS em 1988 e os revisaram em 1996, obviamente não estavam pensando nos termos da lei do valor quando tentavam fazer frente às incertezas e contingências que alteram seu funcionamento atual. Ainda assim, não é mera coincidência que os requisitos de capital baseados nos riscos encorajam a tomada de riscos e seu gerenciamento por parte dos participantes do mercado. Ao forçar todas as instituições financeiras ativas internacionalmente a alocar seu capital de acordo com os riscos de seus investimentos, os requisitos de capital uniformes internacionalmente criaram um sistema financeiro global

desenhado para gerenciar os riscos do processo de acumulação. Tais requisitos também exigem que cada instituição financeira internacionalmente ativa mantenha uma reserva de capital suficientemente grande para que possa sobreviver à sua própria tomada de risco. Portanto, ao estabelecer a base para a solvência de cada instituição financeira, por meio de regras que visam relegar a falência dos bancos a baixos níveis de probabilidade, o Acordo sobre Capitais do BIS criou um sistema financeiro global que é, em princípio, resistente o suficiente para sobreviver a sua própria desordem.

Os bancos centrais do G10 deram ao sistema financeiro global outra propriedade valiosa: os requisitos do capital baseados no risco forçam as instituições financeiras a enxugar seus empréstimos durante uma crise financeira. Na medida em que as ações de rendimento variável (*equities*) constituem a maior parte do capital de um banco, o valor total de seu capital é amplamente determinado pelo valor destas ações no mercado de ações e, portanto, cairá radicalmente em qualquer crise financeira que inclua uma quebra do mercado de ações. Enquanto isso, de acordo com a fórmula estabelecida pelo Comitê de Basileia, a volatilidade de uma crise financeira aumenta os riscos de mercado medidos dos conglomerados financeiros, que usam seus próprios modelos de risco interno para determinar seus próprios requisitos de capital (16). Portanto, durante uma crise financeira, os requisitos de capital tornam-se mais pesados apenas no momento em que o capital disponível parece propenso a declinar. Para atingir tais requisitos, os grandes conglomerados financeiros devem diminuir seus investimentos, o que significa reduzir suas concessões de crédito. Ao criar um sistema financeiro global desenhado para gerenciar os riscos do processo de acumulação global e para ser resistente o suficiente para sobreviver à sua própria desordem, os bancos centrais do G10 também desenharam um sistema bancário e financeiro global que ao se estabilizar, desestabiliza a macroeconomia subjacente.

A cadeia imperial dos sistemas bancário e financeiro globais é mantida por meio de requisitos de capital em um mercado de dupla saída: o princípio da “regra da sede”, e as políticas de gerenciamento da crise contrastantes do FMI e dos principais bancos centrais. Um conglomerado financeiro internacional sediado no centro da economia global é capaz de usar seus próprios modelos internos de risco para estabelecer os requisitos de capital que têm conta dos seus riscos de mercado, é supervisionado com uma base global consolidada por um regulador forte e com muitos recursos, que acompanhará as atividades das empresas multinacionais diariamente para aumentar a eficiência de seus métodos de medida e alocação de risco, e podem contar com a injeção de liquidez oficial de que possa necessitar, apesar de todas essas outras medidas. Uma instituição financeira menor e menos sofisticada sediada na periferia, pelo contrário, deve estabelecer seus próprios requisitos de capital para seus riscos de mercado usando a “metodologia padrão” baseada na regra, é supervisionado por autoridades reguladoras mais fracas (e talvez muito fracas), e terá de enfrentar o programa de ajuste estrutural imposto pelo FMI caso uma crise atinja seu país. A disciplina de mercado criada por este sistema é óbvia: os bancos sediados na periferia são colocados em uma desvantagem competitiva com relação aos conglomerados financeiros internacionais.

AS CRISES FINANCEIRAS DA ÁSIA E DO LTCM COMO PONTO DE INFLEXÃO

O Acordo sobre Capitais emendado entrou em efeito no final de 1997, justamente quando a crise da Ásia atingia seu clímax. Tal crise e a do LTCM, que se seguiu em 1998, não foram as primeiras crises financeiras do período neoliberal. O choque da política monetária, em 1979, realizado pelo presidente da Reserva Federal, Volcker, não apenas acabou com a inflação da década de 70, mas também precipitou uma crise da dívida na América Latina que pesaria para o sistema financeiro dos EUA e para as economias da América Latina durante a década de 80. A crise da dívida foi seguida pela quebra do mercado de ações dos EUA em 1987, a crise da indústria dos empréstimos hipotecários nos EUA no final da década de 80, o colapso do sistema financeiro e da economia do Japão no início da década de 90, seguido pela quebra do mercado de ações japonês e bolhas imobiliárias, pelas crises do Sistema Monetário Europeu de 1992 e 1993, e a crise do peso mexicano em 1994-5. No entanto, as crises asiática e do LTCM foram pontos de inflexão na história do capitalismo global neoliberal por, pelo menos, quatro razões.

Primeiro, por causa de sua intensidade e escopo globais. Os distúrbios financeiros que se iniciaram com a desvalorização do baht tailandês em julho de 1997 espalharam-se rapidamente da Tailândia para a Malásia, as Filipinas, a Indonésia, e para a República da Coreia do Sul (os outros países no centro da crise), deixando devastação econômica em seu rastro (17). No final de 1997, o pânico financeiro asiático jogou tais economias numa contração profunda, com a Indonésia apresentando o maior declínio. Ao fazê-lo, a crise asiática colocou um ponto final naquilo que até então tinha sido um dos mais longos períodos de crescimento rápido que já ocorreram na periferia: o “milagre asiático” das décadas de 80 e 90.

O pânico financeiro asiático também reduziu os lucros dos bancos e casas de investimento multinacionais que investiram pesado no sudeste asiático e na Coreia do Sul. Os bancos japoneses foram atingidos de modo particular. Já sobrecarregados pelos empréstimos não pagos que apareceram em seus livros devido ao colapso da “bolha econômica” do início da década de 90, os bancos japoneses viram-se obrigados a tentar consolidar seus investimentos no exterior concentrando seus riscos externos nos países que nesse momento estavam no centro da crise. As perdas que tiveram em seus investimentos nesses lugares foram somadas a seus fardos internos já consideráveis. O efeito foi o de adiar qualquer recuperação da economia japonesa para um futuro indefinido. O dano que a crise asiática causou aos lucros dos grandes conglomerados financeiros multinacionais também os levou a reduzir sua exposição ao risco na periferia de modo geral, e isto, por sua vez, teve um imenso efeito adverso nas economias de mercado emergente mundo afora – um efeito que se tornou ainda pior porque as autoridades na periferia foram forçadas a adotar políticas de contração fiscal e monetária para conter a pressão para que suas moedas fossem desvalorizadas. No início de 1998, sinais de estresse financeiro agudo começaram a aparecer na Rússia, no Brasil e na Argentina.

Após um período de calma no primeiro semestre de 1998, os distúrbios financeiros ressurgiram quando, após a insolvência da Rússia em agosto, o colapso do *hedge fund* do LTCM trouxe pânico ao coração do sistema financeiro internacional. O relaxamento das posições dos derivativos altamente influenciadas pelo fundo causaram o congelamento do mercado de títulos do Tesouro dos EUA, situado no ápice da hierarquia dos mercados financeiros globais, causando, por sua vez, uma ameaça potencial aos

fundamentos de todo o sistema. Portanto, por um momento no segundo semestre de 1998, o sistema financeiro global realmente parecia à beira de um colapso, com os sistemas financeiros na periferia já em crise e o mercado de títulos do Tesouro dos EUA, tipicamente o mercado financeiro mais profundo e mais líquido do mundo, em desarranjo.

Segundo, as crises da Ásia e do LTCM foram pontos de inflexão, porque foram as primeiras crises financeiras que revelaram completamente a natureza neoliberal da instabilidade. De maneira distinta da crise da dívida da América Latina da década de 80, os países no centro da crise asiática seguiam políticas que estavam completamente de acordo com o pensamento neoliberal. Políticas fiscais e monetárias rígidas, baixa inflação, poupança e taxas de investimento altas no setor privado caracterizavam todos os países envolvidos antes da crise estourar. Também haviam liberalizado recentemente tanto seus sistemas financeiros domésticos como suas contas de capital, dismantando, portanto, os mecanismos que antes permitiriam a eles realizar políticas industriais ativas sem a interferência do sistema financeiro internacional. As causas aproximadas da crise da dívida da América Latina na década de 80, da crise do EMS em 1993, e da crise do peso em 1994-5 foram ações específicas por parte dos governos nacionais no centro da economia global: o *shock* de Volcker na oferta de dinheiro em 1979, a política de altas taxas de juros adotadas pela Alemanha recém-reunificada, que era inconsistente com as paridades do EMS, e outra rodada de endurecimento da Reserva Federal em 1994. A crise asiática, pelo contrário, foi um fenômeno oriundo exclusivamente do setor privado, do ciclo de explosão do boom de ativos determinado de modo endógeno, que envolveu empréstimos de bancos do G10 – em sua maioria na forma crescente de títulos de curto prazo – para devedores privados nos países em crise, que, por sua vez, usaram o dinheiro para propósitos cada vez mais especulativos. Distintamente das crises financeiras prévias, que eram antecipadas muito antes, a crise asiática também pegou de surpresa os investidores internacionais, e quando estes subitamente ficaram preocupados com o tamanho das perdas em seus investimentos, eles retiraram seus capitais da região em pânico. Na primeira metade de 1997, o capital estrangeiro continuou a fluir nos países em crise em escala maciça; a troca de um influxo para a saída de capital no final de 1997 corresponde a cerca de 10% do PIB dos países envolvidos. Ao contrário dos períodos anteriores de instabilidade financeira aguda, uma vez que a crise financeira asiática começou a se desenvolver e se espalhar, esta tomou uma dinâmica própria, que nenhuma autoridade, inclusive o FMI, pôde parar ou controlar até que tivesse terminado seu curso – isto é, até que os desequilíbrios construídos entre os sistemas financeiros dos países afetados e suas macroeconomias subjacentes tenham sido removidos.

As origens neoliberais da crise do LTCM são igualmente óbvias. Diante da insolvência da Rússia, o *hedge fund* LTCM adotou declaradamente um conjunto de estratégias comerciais muito amplas e altamente influentes, a maioria por meio do uso de derivativos, que assumiam que o alastramento de crédito iria se ampliar, as ações de renda variável subiriam, e a volatilidade dos mercados financeiros cairia. Ao tomar estas posições, a empresa não tentou prever a direção futura do mercado ou da macroeconomia subjacente. Ao invés disso, a estratégia do LTCM, baseada em uma análise estatística presumidamente rigorosa dos movimentos de preço passados, buscou arbitrar as discrepâncias nos preços: comprou títulos que seu modelo teórico sugeria que estavam subestimados e vendeu os títulos que seu modelo dizia estarem superestimados. Os

grandes bancos e casas de investimento que estavam do outro lado dos negócios do LTCM deram boas-vindas às suas estratégias complexas de arbitragem. Antes do aparecimento do LTCM, elas usavam outras empresas para lidarem com seus riscos. No entanto, devido à sua reputação de possuir sistemas de gerenciamento de risco de alto padrão e sofisticação, bem como por seu tamanho de alcance global, o LTCM veio a desempenhar um papel muito especial no sistema financeiro internacional: tornou-se o lugar onde os conglomerados financeiros multinacionais acreditavam que seus riscos mais complexos seriam gerenciados do modo mais especializado.

No entanto, após a insolvência da Rússia, quando os mercados financeiros globais começaram a se mover simultaneamente na mesma direção, com o aumento dos diferenciais de crédito, os mercados de ações caindo, e a volatilidade aumentando em cada um dos mercados, o LTCM começou a apresentar perdas por todos os lados. Enquanto as empresas tentavam reduzir sua exposição aos riscos, ele acreditava que tal tentativa agravava a situação. Os parceiros do LTCM pioraram sua situação ao tentarem se desvincular de suas próprias posições. Logo a liquidez do crédito derivativo, os *swaps* da taxa de juros, os títulos do Tesouro dos EUA, e outros mercados de renda fixa onde o LTCM era mais ativo começaram a desaparecer. A crise chegou ao clímax quando o LTCM declarou que não podia garantir a margem de garantia sobre uma posição “corta” perdedora no mercado de futuros de títulos do Tesouro dos EUA. Se o LTCM tivesse de fato entrado em insolvência, as casas de compensação dos mercados de futuros poderiam ter entrado em colapso, e neste caso o mercado de títulos do Tesouro dos EUA teria deixado de ser líquido. Sob tais circunstâncias, a Reserva Federal de Nova Iorque organizou uma operação de apoio privada para a empresa no final de setembro de 1998, pois ela tinha assumido claramente mais riscos do que podia suportar. Todavia, o sistema financeiro global não tinha recuperado sua capacidade de gerenciar os riscos do processo de acumulação até que a Reserva Federal restaurou a liquidez do sistema quando aliviou as taxas de juros em outubro.

A terceira razão para que as crises da Ásia e do LTCM tenham sido pontos de inflexão históricos foi que os distúrbios que elas dispararam ainda estão presentes entre nós. Apesar das agitações relativas ao LTCM no centro rapidamente terem sido abatidas pelas intervenções seguintes da Reserva Federal, as ações desta tiveram pouco efeito sobre as forças colocadas em movimento na periferia pela insolvência da Rússia e a queda do LTCM, forças que eventualmente levariam à flutuação do Real no Brasil em janeiro de 1999 e à depressão da Argentina e sua subsequente insolvência em dezembro de 2001. Além disso, as reduções nas taxas de juros que debelaram os distúrbios do LTCM ajudaram a alimentar o que o Presidente da Reserva Federal, Greenspan, já tinha chamado de “exuberância irracional” do mercado de ações dos EUA. As conseqüências foram a recuperação no sentido de uma nova bolha do mercado de ações dos EUA no final da década de 90 e depois disso a recessão que ocorreu quando estourou a bolha das *ponto.com* em 2000. Dada a ação contra-cíclica por parte da Reserva Federal, desta vez na forma de outra rodada de reduções da taxa de juros, a recessão decorrente nos Estados Unidos foi leve. No entanto, nesse momento de 2004, há grandes preocupações de que a facilitação de crédito por parte da Reserva Federal tenha permitido que o distúrbio financeiro tenha se transformado em uma outra bolha do mercado de ações, cujo colapso poderia por fim à recuperação dos Estados Unidos.

Finalmente, as crises da Ásia e do LTCM foram pontos de inflexão por causa de seus efeitos políticos. As crises foram bem-sucedidas ao reproduzirem as relações sociais de classe e imperiais. Ao acabar com o milagre asiático e jogar qualquer recuperação do Japão para um futuro indefinido, o modo com que a crise asiática foi resolvida reforçou a vitória econômica dos Estados Unidos sobre o Japão, a qual foi obtida inicialmente com o colapso da “bolha econômica” do Japão. Se houve uma economia, que ao lado dos Estados Unidos, se beneficiou da crise asiática foi a China continental. Com o fim do “milagre” no sudeste asiático e na Coreia do Sul e com o Japão na estagnação, a China se tornou o centro da acumulação capitalista na Ásia, ainda que milhões de trabalhadores e camponeses chineses tenham se tornado “prescindíveis”. Contudo, com o aumento do desemprego, da desigualdade, e da pobreza na periferia, a crise asiática gerou pressões no sentido da redução dos salários em todo o mundo, aumentando, por sua vez, a taxa global de exploração. Enquanto isso, a ação rápida e decisiva da Reserva Federal, primeiro para organizar uma operação de apoio privado para o LTCM e depois para baixar as taxas de juros, pôs fim à crise do LTCM bem antes que ela pudesse causar efeitos adversos à posição dos Estados Unidos na economia global.

Por outro lado, as crises da Ásia e do LTCM – a asiática em particular – fizeram com que muitos questionassem os méritos da ordem neoliberal. Devido à sua severidade, seu escopo global e sua natureza obviamente neoliberal, a crise asiática deslegitimou o neoliberalismo como um projeto histórico para muitos indivíduos no mundo, e ao fazê-lo, ajudou a lançar o movimento “antiglobalização”. Combinada com a crise do LTCM que se seguiu, ela também levou muitos responsáveis por políticas e por gerenciar o sistema financeiro global e que, portanto, tinham sido defensores do neoliberalismo, a expressarem dúvidas com relação à viabilidade de seus esforços prévios. As crises destruíram qualquer crença que podiam ter de que a ordem neoliberal estivesse isenta de crises, e por um tempo os fez duvidar de sua capacidade de prever e gerenciar as crises que agora acreditam que ocorrerão inevitavelmente. Em vista de sua falha em conter o alastramento da crise asiática, questionaram em particular a capacidade de prevenção e gerenciamento de crises do FMI.

Nessa atmosfera, as políticas que eram vistas anteriormente tanto como irrelevantes e radicais foram levadas à sério. Controles de capital, taxas Tobin, medidas regulatórias que impusessem restrições quantitativas sobre os empréstimos das instituições financeiras, e outras políticas similares que antes somente tinham sido discutidas pelos críticos do neoliberalismo subitamente se tornaram efetivas. Por um momento, pedidos de uma instituição reguladora nova e diferente, inclusive de uma “Autoridade Financeira Mundial”, e por um ator que emprestasse como último recurso receberam atenção séria (18). No entanto, na medida em que os efeitos das crises asiática e do LTCM diminuam, com a recuperação da economia dos EUA no final da década de 90, os responsáveis pelas políticas recuperaram a confiança tanto no neoliberalismo e em sua capacidade de gerenciar as crises. Perderam o interesse nas reformas mais radicais e de maior alcance e começaram a aplicar medidas que iriam mais fortalecer que mudar o regime de políticas existente. Na época da reunião do G7 em Colônia, em junho de 1999, as características essenciais das reformas que seriam implementadas sob a rubrica da “Nova Arquitetura Financeira Internacional” já tinham sido amplamente acertadas. Elas eram conservadoras.

A “NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL”

Seis princípios orientaram as medidas de reforma que os líderes do G7 apoiaram na época (19). Eles eram: primeiro, que uma maior transparência e melhores códigos de conduta reduziriam a severidade de crises financeiras futuras; segundo, que uma regulação mais extensiva sobre os mercados financeiro e bancário teria o mesmo efeito; terceiro, que os lapsos de informação e de regulação mais sérios se encontram na periferia ao invés de no centro industrializado; quarto, que as economias da periferia deveriam continuar a liberalizar suas contas de capital, apesar das conseqüências possíveis; quinto, a integração das mesmas economias nos mercados de capital internacionais exigiria que elas apresentassem políticas monetárias e fiscais austeras; e sexto, que os passos que já tinham sido dados para aumentar as capacidades e políticas disponíveis de gerenciamento de crises eram suficientes para da conta das crises financeiras futuras.

A crença de que foi a informação insuficiente que contribuiu significativamente para as crises asiática e do LTCM foi central para as medidas de reforma endossadas pelo G7 na reunião de Colônia, e, portanto, que “o aumento da informação irá ajudar aos mercados [financeiros] a se ajustarem de modo mais uniforme aos desenvolvimentos econômicos, minimizando o contágio e reduzindo a volatilidade” (20). Para tal fim, as autoridades tomaram iniciativas para tornar as informações mais confiáveis, na maioria sobre os países em desenvolvimento, disponíveis para os investidores, e defenderam o desenvolvimento e implementação de códigos e padrões de conduta para as atividades econômicas, financeiras e comerciais. Criaram códigos de conduta sobre transparência fiscal e política monetária e financeira, bem como códigos e padrões necessários para o funcionamento adequado do sistema financeiro privado, incluindo sistemas de contabilidade e auditoria, falências, governança corporativa, seguros, sistema de pagamentos e amortizações, e a organização dos mercados de títulos.

O G7 também enfatizou a necessidade de uma melhor regulação e supervisão dos sistemas financeiro e monetário tanto no centro como na periferia para se poder lidar com problemas específicos que as duas crises revelaram. No centro, o foco esteve sobre a atividade dos bancos com *hedge funds* e operações similares nos bancos comerciais e de investimento (carteiras de propriedade comercial) bem como na regulação dos centros financeiros *off shore*. As autoridades também defenderam medidas para aumentar o gerenciamento dos empréstimos à periferia, especialmente aqueles de curto prazo, para conter o financiamento estrangeiro de investimentos de risco nesses locais. Para a periferia, as medidas adotadas diziam respeito à necessidade de gerenciar os riscos associados com o rápido crescimento do crédito doméstico, a moeda e descompassos de maturidade entre ativos e responsabilidades, a acumulação de grandes empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira, e a valorização das cauções durante episódios de inflação de ativos.

As propostas adotadas em Colônia refletem o compromisso dos governos do G7 com a internacionalização e liberalização do mercado financeiro. “Eventos recentes na economia mundial”, argumentam, “demonstraram que o fortalecimento do sistema é necessário para maximizar os benefícios, e reduzir os riscos, da economia global e da integração financeira”. Ao afirmar a necessidade de uma internacionalização e liberalização posteriores, o G7 via o problema da reformas da arquitetura financeira

internacional principalmente como um problema de preencher determinadas lacunas no fornecimento de informações, implementação de códigos e padrões, e regulação e supervisão dos mercados e instituições financeiras. No entanto, eles transferiram o fardo das reformas para longe dos países industriais, para o mundo em desenvolvimento, onde supostamente estavam as lacunas informacionais e de regulação mais sérias, e onde uma maior abertura aos mercados internacionais de capital ainda era exigida. Para tal fim, “a liberalização da conta de capital deve ser realizada de um modo cuidado e bem seqüenciado, acompanhado por um setor financeiro sólido e bem-regulado e por uma estrutura de políticas macro-econômicas consistente”. Apesar de que “o uso de controles sobre os influxos de capital possa ser justificado por um período transitório, na medida em que os países fortalecem seu ambiente institucional e regulador nos seus sistemas financeiros domésticos”, controles mais abrangentes sobre os influxos “podem trazer custos e não devem ser usados de maneira nenhuma como substitutos para a reforma”. Os controles sobre a saída de capital, enfatiza o G7, “podem trazer custos ainda maiores”. O mesmo compromisso também deu forma às políticas macro-econômicas que enfatizavam que as economias em desenvolvimento e de mercado em emergência deviam adotar. Por causa da crescente mobilidade internacional do capital, avisavam, que “políticas macroeconômicas e infra-estruturas financeiras débeis [em mercados em desenvolvimento] podem ser penalizados mais severamente e mais subitamente pelos investidores” (21). A recomendação foi enfática: economias em desenvolvimento e em transição devem possuir políticas econômicas e fiscais firmes que levem a salários e inflação de bens finais baixos e políticas de taxa de câmbio que levem a déficits em conta corrente e a dívidas externas sustentáveis.

A profundidade e severidade do distúrbio asiático, junto com a aparente inabilidade das autoridades de contê-lo ou evitar seu contágio, levou ao reconhecimento de que a crise asiática era nova e, portanto, que as políticas que tinham sido desenhadas para gerenciar as crises “de conta corrente” na periferia eram inapropriadas para lidar com as crises da “conta corrente” que eram o produto dos mercados financeiros internacionalizados. O FMI introduziu dispositivos novos e expandidos de empréstimos, e defendeu acordos logicamente “fixos” e “funcionais” para os países devedores e seus credores. Para aumentar o envolvimento do setor privado na prevenção e gerenciamento das crises financeiras dos mercados emergentes, o G7 também defendeu “o uso de ferramentas baseadas no mercado... com o objetivo de facilitar o ajuste aos choques pelo uso de acordos financeiros inovadores, incluindo linhas de crédito contingentes privadas baseadas no mercado nos países emergentes e opções de rolagem nos instrumentos da dívida”. Também ressaltaram a importância “de cláusulas de ação coletiva em contratos de débito com países soberano, juntamente com outras disposições que facilitam a coordenação dos credores e desencorajam a ação de ruptura” e encorajam “os esforços em estabelecer procedimentos de falência sólidos e sistemas judiciais fortes”. Finalmente, avisaram que a solução de uma crise financeira na periferia poderia exigir sacrifício por parte dos credores externos da periferia. O G7 foi bastante claro com relação aos riscos envolvidos. Indicaram que “reduzir os pagamentos líquidos da dívida ao setor privado pode contribuir potencialmente para atingir as necessidades financeiras imediatas de um país e reduzir a quantia de finanças a ser fornecida pelo setor oficial”; e que desde que “em casos excepcionais, pode não ser possível para o país evitar a acumulação de atrasos, os empréstimos do FMI para pagamento de atrasados devem ser apropriados se o país

busca uma solução cooperativa para suas dificuldades de pagamento com seus credores”; e que em tais casos excepcionais, “os países podem impor controles de capital e câmbio como parte das suspensões de pagamento ou paralisações em conjunção com o apoio do FMI a suas políticas e programas, para fornecer o tempo para uma reestruturação ordenada da dívida” (22).

Certas características da agenda imperial “não tão bem escondida” das reformas do G7 são fáceis de decifrar. Ninguém tem que acreditar que o aumento de transparência e melhores códigos de conduta reduzirão a severidade das crises financeiras para enxergar que o capital global se beneficiaria da informação mais imediata e precisa sobre as economias na periferia e dos códigos uniformes de conduta para os seus sistemas financeiros privados. Nem os benefícios que os países envolvidos obteriam do aumento da regulação e supervisão do mercado financeiro devem nos cegar ao fato de que o capital também seria beneficiado por eles também. Os interesses do capital global também são claramente representados na forte condenação geral dos controles de capital, especialmente da saída de capitais, e a exigência de que os governos na periferia adotem políticas fiscais e monetárias restritivas, no sentido de que estas diminuam os salários e cortem a inflação. No entanto, não é tão óbvio porque as autoridades resolveram sair avisando seus investidores sobre os riscos de emprestar para a periferia, ou porque tomaram iniciativas para “envolver” o setor privado na resolução de crises financeiras futuras. Especialmente, dada a severidade da crise do LTCM, também não está claro porque as autoridades decidiram que os lapsos mais sérios estão na periferia e não no centro.

Um documento importante do BIS sobre a crise asiática contém a seguinte afirmação sobre a estrutura reguladora que permitiu que os bancos no centro do sistema financeiro global suportar aquele período de instabilidade extrema:

Ainda que existissem riscos significativos, havia também elementos atenuantes de risco significativos que desempenhavam um papel importante com relação à capacidade dos bancos de limitar os efeitos negativos da crise asiática. As exigências [de capital] para a solvência dos supervisores e reguladores bancários do G10 permitiram aos bancos entender melhor os problemas associados com os riscos com menores temores de insolvência que na crise da dívida anterior. Por exemplo, as demandas totais estrangeiras dos bancos dos EUA contabilizavam 500% de seu capital em 1982; em junho de 1997, elas representavam 108% de seu capital. Além do mais, as demandas estrangeiras dos bancos do G10 eram muito mais diversificadas que nas crises anteriores, em termos tanto de países quanto de tipos de parceiros.

A revelação de riscos pelos bancos do G10 em alguns países aumentou em comparação com crises de mercados emergentes passadas, mas os países do G10 tiveram uma diversidade de experiência na qualidade da exposição de seus bancos. Para aqueles participantes do mercado que tornaram seus riscos mais aparentes, eles e seus supervisores foram mais capazes de julgar os riscos e temperar suas ações de acordo com a situação...

Supervisão e regulação prudentes também ajudaram a proteger os bancos do G10 da crise asiática. Em particular, a orientação das autoridades supervisoras sobre os controles internos, sistemas de gerenciamento de risco, limites para empréstimos e

risco-país ajudaram os bancos do G10 a gerenciar sua exposição à crise asiática. Aqueles bancos com sistemas de gerenciamento de risco-país, risco de mercado e risco de liquidez parecem ter sido capazes de evitar perdas significativas. Os próprios reguladores e supervisores tiraram lições da crise da dívida da década de 80, e aplicaram-nas a seus respectivos bancos (23).

Nesta análise da crise do LTCM, o BIS continua a sugerir que os responsáveis pelas políticas devem aprender as seguintes “lições provisórias desta experiência”:

Mais importante é a percepção de que a primeira linha de defesa em uma época de estresse do mercado é um gerenciamento de risco sólido pelos participantes do mercado, que por sua vez requer um ambiente de política regulador e monetário que assegure que a disciplina de mercado governe efetivamente as decisões de crédito e a tomada de risco. Os responsáveis pelas políticas deviam também considerar que as falhas das preocupações do mercado financeiro do último ano foram menos pronunciadas na atividade real nos países industriais porque um sistema bancário comercial saudável foi capaz de agir como um meio substituto de intermediar fundos (24).

Vários temas cabem dentro dessas afirmações. Primeiro, a importância que os bancos centrais do G10 dão à tomada e gerenciamento de risco pelos participantes do mercado; segundo, a visão de que quanto mais robusto e resistente for o sistema financeiro e bancário de um país, mais capaz é de sobreviver e funcionar em uma crise financeira; terceiro, a confiança que os bancos centrais demonstraram na estrutura reguladora em voga dentro dos países capitalistas avançados frente às duas crises, uma estrutura que acreditavam ter permitido a seus sistemas bancário e financeiro resistir à instabilidade asiática e do LTCM sem muito dano; e quarto, a importância que os bancos centrais G10 deram aos “Três Pilares” do Acordo sobre Capitais – exigências de capital reguladoras que envolvem o uso de sistemas internos de mensuração e controle de risco, abertura e disciplina de mercado, e supervisão e regulação prudentes – para manter a resistência de seus sistemas bancário e financeiro. As implicações destas afirmações são claras. As autoridades tomaram tais medidas para estabelecer a “Nova Arquitetura Financeira Internacional” para fortalecer o regime existente de exigências de capital do BIS. Portanto, eles avisaram os investidores sobre os riscos de emprestar à periferia e tomaram medidas para “envolver” o setor privado na solução de crises financeiras futuras para encorajar a tomada e gerenciamento de risco. E as autoridades determinaram que as falhas mais sérias estão baseados na periferia e não no centro, por causa de sua confiança nas capacidades de gerenciamento de crises do regime que já haviam estabelecido no centro.

PODE O CENTRO RESISTIR?

No entanto, a confiança das autoridades financeiras é justificada? Há uma crença amplamente compartilhada, não apenas restrita à esquerda, de que uma crise do dólar é inevitável hoje, ameaçando o domínio do sistema financeiro dos EUA e o poder imperial

do estado dos EUA que permanece no centro da ordem capitalista global. O déficit em conta corrente dos EUA está na raiz do problema, conforme esta visão. O déficit é insustentável, segue o argumento, porque cada centavo de déficit em conta corrente significa um aumento equivalente na posição da dívida líquida dos Estados Unidos, a qual já é maciça. Eventualmente, investidores estrangeiros se cansarão de comprar títulos dos EUA, e isto levará para uma corrida ao dólar. Se esta visão for correta, o argumento deste ensaio seria, pelo menos, problemático. Seria difícil manter, como fizemos, que o capitalismo global neoliberal é um sistema econômico global onde a instabilidade financeira e econômica é distribuída internacionalmente dependendo da força e resistência dos sistemas bancário e financeiro nacionais que constituem a cadeia imperial, e em cuja persistência a instabilidade financeira e econômica reproduz as relações sociais capitalista e imperialista ao punir e disciplinar as classes e nações subordinadas.

Na verdade, contudo, a visão de que o déficit em conta corrente dos EUA deve levar a uma crise do dólar está equivocada. A relação entre o déficit em conta corrente dos EUA e a mudança na posição dos EUA como devedor líquido usado no argumento é uma identidade contábil e não possui nenhum poder explicativo. O que importa para os investidores estrangeiros não é o tamanho total de seus investimentos nos Estados Unidos com relação ao tamanho total dos investimentos estrangeiros dos EUA, que é o que a posição dos ativos líquidos externos dos EUA mede. O que importa a eles é a parcela de seus investimentos nos EUA em seus *portfolio* e os retornos esperados dos vários componentes de seus *portfolio*. A teoria padrão dos *portfolio* diz que os investidores estrangeiros reduzirão a parcela relativa aos EUA de seus *portfolio* de investimento se, e somente se, a taxa de retorno ajustada ao risco esperado de seus investimentos declinar com relação a este mesmo tipo de investimento em outros lugares; e que eles reduzirão seus investimentos nos Estados Unidos se, e somente se, anteciparem as perdas com o dólar.

O sistema bancário e financeiro dos EUA é o mais forte e resistente de todos e, portanto, localiza-se no topo da cadeia imperial. É por isso que os investidores estrangeiros, bem como os investidores dos EUA, desejam manter ativos em dólar. O mercado que realmente faz a diferença aqui não é o mercado de ações dos EUA, mas o mercado do Tesouro dos EUA. Este é o mercado mais profundo e líquido do mundo porque os títulos do Tesouro dos EUA possuem os menores riscos de crédito. É o mercado em que a Reserva Federal opera, e os títulos do Tesouro, notas e ações possuem a “completa confiança e crédito do governo dos Estados Unidos”. Por tais razões, o mercado de títulos do Tesouro dos EUA é o fundamento do sistema financeiro internacional. Isto tanto reflete como dá aos Estados Unidos um poder tremendo. Se o argumento que apresentamos neste ensaio possui qualquer validade, isto implica que a economia global e a instabilidade financeira foram transferidas para todos os lugares e longe dos Estados Unidos.

É por isso que nenhuma compreensão do sistema econômico internacional pode ser alcançada atualmente sem o entendimento da natureza do imperialismo hoje. A globalização neoliberal é um projeto capitalista historicamente radical, uma tentativa de disciplinar as classes e nações subalternas por meio de intimidação econômica. No entanto, na medida em que a tentativa de manter e estender as relações sociais capitalistas por meio de crises econômicas e financeiras recorrentes é uma atividade inerentemente arriscada, o capitalismo neoliberal também é um projeto histórico arriscado, até mesmo

radicalmente absurdo: o sistema financeiro global é um sistema caótico que se deixado à força de seus próprios dispositivos pode muito bem entrar em colapso. É por isso que as atividades centralizadoras, organizativas e coercitivas do estado capitalista, e sobretudo do estado imperial dos EUA no centro do sistema, continuam a desempenhar um papel tão essencial. Se a instabilidade financeira é um meio pelo qual o capital disciplina o capitalismo mundial, o capital deve encontrar um modo de regulá-lo e controlá-lo, de tornar o sistema financeiro global liberalizado não apenas o suficientemente resistente para sobreviver à sua própria desordem, mas também resistente de um modo que mantenha sua estrutura hierárquica fundamental. O estado capitalista, e especialmente o estado imperial dos EUA, disciplina os disciplinadores financeiros.

NOTAS

1 Isto baseia-se principalmente em fontes primárias, sobretudo nos informes e documentos de trabalho do Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária do Banco de Pagamentos Internacionais [BIS] (citado aqui como BCBS) desde 1979 até o presente.

2 Assim entendia Marx as crises financeiras. Ver David Harvey, *Limits to Capital*, Nova Iorque: Verso Press, 1999, pp. 292-296. Este é também um dos principais temas do livro de Lance Taylor, *Reconstructing Macroeconomics: Structuralist Proposals And Critiques of the Mainstream*, Cambridge: Harvard University Press, 2004.

3 A análise do modo em que opera a lei do valor no período neoliberal apresentado nos parágrafos seguintes se baseia em Michael Rafferty, Dick Bryan and Neil Ackland “Financial Derivatives and Marxist Value Theory”, *Working Paper*, School of Economics and Political Science: University of Sydney, 2000. Ainda que a obra destes autores constitua uma tentativa de oferecer uma interpretação dos derivados financeiros a partir da teoria do valor trabalho, as implicações de suas análises das descontinuidades espaciais e intertemporais que alteram a circulação internacional do capital são bastante gerais. Uma justificativa teórica de ambas aproximações pode ser encontrada em Duncan Foley, “Asset Speculation in Marx's Theory of Money”, em R. Bellofiori, ed., *Marxian Economics: A Reappraisal, Essays on Volume II of Capital, Volume 1: Method, Value and Money*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998, pp. 254-270.

4 As moedas locais nacionais são claramente obstáculos para a circulação internacional do capital, mas por que as taxas de juros? Em um sistema de taxas de juros e de câmbio variáveis, umas e outras estão intrinsecamente vinculadas por meio da condição de paridade da taxa de juros, segundo a qual a diferença entre as taxas de juros de duas moedas é igual a mudança esperada na taxa de câmbio relevante. No mundo real, qualquer distinção aguda entre os obstáculos causados pelas taxas de juros *versus* os tipos de cambio se dissolve nos mercados globais de divisas e dinheiro.

5 Ver Gregory Albo, “The Old and New Economics of Imperialism”, em *Social Register 2004*, Londres: Merlin Press, 2003, pp. 88-113. No entanto, a China poderia estar se apoderando da liderança no bloco do Extremo Oriente.

6 Si há maior incerteza no centro que na periferia, por que as taxas de juros são mais altas na periferia que no centro? Por acaso o que normalmente se denomina “taxa de risco” sobre os ativos da periferia não é na verdade uma “taxa imperial”?

7 Harvey, *Limits to Capital*, p. 284.

8 O argumento de que a hegemonia gramsciana possui uma base material está tomado de Adam Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*, Nova Iorque: Cambridge University Press, 1985. Ele o aplicava aos compromissos de classe, mas o mesmo argumento pode ser aplicado aos compromissos imperiais, com a Guerra Fria indubitavelmente estruturando esta guerra cultural.

9 Pode-se aprender muito a partir da análise pós-moderna do papel dos meios maciços de comunicação no capitalismo global neoliberal sempre e quando não separe sua análise das reais condições materiais de produção. Deve-se levar em conta que os milhões de ex-trabalhadores e camponeses marginalizados que ocupam as “megafavelas” do Sul assistem à televisão. Assim, a análise de Mike Davis em seu “Planet of Slums”, *New Left Review*, 26, 2004, ainda deve ser lida a par de Jean Baudrillard, *Simulations*, Nova Iorque: Semiotext [e], 1983, ou Guy Debord, *The Society of the Spectacle*, Nova Iorque: Zone Books, 1994.

10 As “mega-favelas” são por fim funcionais ao capitalismo global neoliberal e um produto não apenas de sua turbulência, mas de turbulência tal como está organizada por seus sistemas de mercado bancário e financeiro.

11 Ethan Kapstein foi provavelmente o primeiro a reconhecer a importância do Banco de Pagamentos Internacionais [BIS] e do Comitê de Basileia para a governabilidade de a economia global, ainda que tenha analisado apenas as implicações dos requisitos de capital e do princípio da “regra do país de origem”, e não a divisão do trabalho entre os principais bancos centrais e o FMI. Ver seu “Resolving the Regulator’s Dilemma: International Coordination of Banking Regulations”, *International Organization*, 43(2), 1989; e *Governing the Global Economy: International Finance and the State*, Cambridge: Harvard University Press, 1994.

12 O Acordo de 1988 está descrito no BCBS, “International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards”, Basel: BIS, 1988. No Acordo de 1988, cada um dos ativos de um banco possui uma carga de risco prescrita, e o requerimento mínimo de capital do 8% se aplica al valor do ativo ajustado por sua carga de risco. As demandas de um banco para os governos centrais da OECD, por exemplo, possuem carga zero de risco, e os requisitos de capital não impõem nenhum custo para os bancos em termos do capital que não podem emprestar e a partir do qual não podem converter em dinheiro. Uma hipoteca residencial completamente assegurada possui uma carga de risco de 50% e por fim um custo de 4%. Na linguagem dos banqueiros esta é conhecida como “carga de capital”. As demandas contra os governos centrais que não pertencem à OECD possuem uma carga de risco de 100% e portanto 8% de “carga de capital”. A “carga de capital”

para 1 milhão de dólares em bônus do Tesouro dos EUA, 1 milhão de dólares em uma hipoteca residencial, e um empréstimo de 1 milhão de dólares ao governo do Brasil, é de zero dólares, 40 mil dólares e 80 mil dólares respectivamente.

13 O Acordo emendado é descrito no BCBS, “Overview of the Capital Accord to Incorporate Market Risk”, Basel: BIS, 1996. Um banco que usa seu próprio modelo interno de risco para medir seus requisitos de capital de risco de mercado o faz utilizando um modelo de “valor-em-risco”, que mede as perdas que um banco pode sofrer em um nível de probabilidade pré-determinado. Para um banco que usa a “metodologia padrão”, é atribuído a cada um dos ativos do banco uma carga de risco similar à usada no Acordo inicial, exceto que as cargas de risco usadas aqui estão planejadas para medir o risco de mercado de cada um dos ativos do banco.

14 O papel dos “Três Pilares” do Acordo sobre Capitais está explicado no BCBS, “Overview of the New Basel Capital Accord”, Basel: BIS, 2003. Estas distinções também são discutidas por William White, “New Strategies for Dealing with the Instability of Financial Markets”, *documento apresentado na reunião do FUNDAD*, Budapest, 24-25 de junho de 1999, e “What have We Learned from Recent Financial Crises and Policy Responses?”, *BIS Working Papers*, N° 84, Basel: BIS, 2000. White é o economista-chefe do Banco de Pagamentos Internacionais [BIS]. Os bancos centrais do G10 ainda não alcançaram um consenso sobre o Novo Acordo sobre Capitais, atualmente em discussão. A principal mudança que ocorreria consistiria em um refinamento da medição do risco de crédito, seja mediante o uso de agências de qualificação de crédito ou de modelos internos de risco de crédito dos próprios bancos.

15 BCBS, “History of the Basel Committee and its Membership”, Basel: BIS, 2001, p. 1.

16 Dado que os requisitos de capital de um banco estão determinados pela distribuição de probabilidade dos retornos sobre seus ativos durante o último ano, a volatilidade de uma crise financeira recente incrementará a variação da distribuição de probabilidade de um banco e por fim incrementará seu “valor-em-risco”.

17 A resenha da crise asiática apresentada aqui está tomada de Christopher Rude, “The 1997-1998 East Asian Financial Crisis: A Nova Iorque Market-Informed View”, em Barry Herman, ed., *Global Financial Turmoil and Reform*, Nova Iorque: United Nations University Press, 1999, pp. 369-403. A resenha dos problemas do LTCM se baseia nos informes do Banco de Pagamentos Internacionais [BIS] sobre o particular (BCBS, “Banks’ Interactions with Highly Leveraged Institutions”, Basel: BIS, 1999; BCBS, “Sound Practices for Bank’s Interactions with Highly Leveraged Institutions”, Basel: BIS, 1999; e Committee on the Global Financial System, “A Review of Financial Market Events in Autumn 1998”, Basel: BIS, 1999); Perry Mehrling, “Minsky, Modern Finance, and the Case of Long Term Capital Management”, Barnard College, mimeo, 1999, e fontes do mercado.

18 Para uma descrição da proposta de uma Autoridade Financeira Mundial, ver John Eatwell and Lance Taylor, *Global Finance at Risk: The Case for International Regulation*, Nova Iorque: The New Press, 2000.

19 Estas medidas foram apresentadas em um documento dos ministros de Finanças do G7, “Strengthening the International Financial Architecture”, *Report of the Finance Ministers to the Köln Summit Meeting*, 18-20 de junho de 1999.

20 Ibid., parágrafo 16.

21 Ibid., parágrafos 1 e 30.

22 Ibid., parágrafos 41, 43, 45, e 50. A maioria dos grandes empréstimos internacionais são empréstimos sindicados. No caso padrão de um empréstimo internacional, o problema frequentemente gira em torno de como coordenar os interesses dos muitos credores envolvidos. As cláusulas de ação coletiva nos contratos de empréstimos impedem que os credores negociem individualmente com o devedor, e assim facilitam a solução ordenada dos empréstimos atrasados para os credores em conjunto.

23 BCBS, “Supervisory Lessons to be Drawn from the Asian Crisis”, *Working Papers*, Nº 2, BCBS, Basel: BIS, 1999, pp. 15-16.

24 Committee on the Global Financial System, “Review of Financial Market Events in Autumn 1998”, Basel: BIS, 1999, p. 2.

HOLLYWOOD RELOADED: O FILME COMO MERCADORIA IMPERIAL

Scott Forsyth

As características do típico filme de Hollywood agora fazem parte do discurso da cultura popular. As grandes produções ou *blockbusters* são definidos por seus orçamentos de US\$100 milhões ou mais, com mais da metade gasta em campanhas de promoção maciças, com investimentos nas mais avançadas tecnologias de dublês, explosões e “efeitos especiais” gerados por computador. As corporações de Hollywood fazem parte de enormes conglomerados de mídia/comunicação que estão vinculados com as indústrias eletrônica, imobiliária e até mesmo aérea e de armamentos. Os filmes são a fronteira mais avançada, estratégica – a “nave insígnia” no jargão mais recente do *showbiz* – de um circuito em expansão de mercadorias de consumo que incluem o vídeo, a televisão, a internet, os quadrinhos, romances, jogos, brinquedos, roupas, *fast-food*, parques e passeios temáticos; as indústrias de entretenimento são hoje as principais exportadoras estadunidenses. Para os filmes, o circuito depende cada vez mais das refilmagens, prévias, seqüências, séries e franquias, tudo pré-vendido, em um processo repetitivo interconectado que diversifica as rendas e evita os riscos – e no qual a maioria dos filmes individuais realmente perde dinheiro. Igualmente importante: é Hollywood quem define, com sua inovação tecnológica e de capital, que tipo de produto o filme é hoje; os concorrentes são forçados a competir nesse nível. E seu domínio cultural e industrial é reforçado pelo controle das finanças, distribuição, exibição nos cinemas e produção em escala internacional.

Hollywood desenvolveu e até mesmo foi pioneira em estratégias de competição internacional da década de 20 em diante, mas nos últimos vinte anos um programa de reorganização focalizada lhe permitiu recriar o oligopólio do sistema de estúdio clássico em uma escala internacional, com a ajuda consistente do estado dos EUA. Na década de 90, ajudada em uma miríade de formas por subsídios estatais, lobby e negociações comerciais, Hollywood não apenas aumentou sua parcela de mercado na maioria do mundo, como também aumentou dramaticamente seu controle sobre os cinemas e a capacidade de produção na maioria dos países. Mesmo com a proteção, as indústrias cinematográficas de outros países tornaram-se mais filiais que espaços rivais das produções de Hollywood, fornecedores de trabalho qualificado mais barato, recursos de capital, inspiração de estilos inovadores, exportadores de novos talentos e estrelas. O que aqui está envolvido é mais que uma evolução de formas anteriores de imperialismo cultural: o que aconteceu foi a incorporação material de outras indústrias cinematográficas naquilo que Miller chama de divisão internacional do trabalho cultural dominado pelos estadunidenses (1).

Portanto, o filme de Hollywood é uma mercadoria-chave do imperialismo estadunidense hoje, e seu gênero privilegiado é o “filme de ação”. Obviamente, os filmes de ação e de espetáculo sempre foram centrais na história do cinema, mas nunca foram tão dominantes como nos últimos vinte anos da revitalização de Hollywood. As grandes produções podem ser “multigenéricas”, misturar terror, fantasia, ficção científica, trilhas policiais e de espões, filmes de guerra, e melodramas dentro dos filmes de ação, tornando-os um tipo de meta-categoria para a forma dominante do filme hoje, com narrativas simples e temas concisos – buscas, caçadas, vinganças, guerra – e caracterização simples, com muitas oportunidades para dublês, lutas, batalhas, e efeitos

de todo tipo, e soluções claras. A Hollywood globalizada também pode organizar-se em torno de pontos que saltam de uma locação exótica barata a outra, de uma indústria nacional desmantelada ou diminuta a outra (2). Naturalmente, este é o terreno de um debate crítico feroz. Raramente os críticos de cinema anunciam tão forçosamente a morte do cinema, ou tão rotineiramente denunciam os filmes como produtos triviais de um sistema industrializado que Adorno dificilmente poderia imaginar. Alguns críticos defendem os filmes de ação com uma *expertise* populista e o acompanhamento textual de seu vasto repertório, e alguns estudiosos do cinema analisam os filmes de ação como o produto mais recente de uma linhagem que sempre estimulou os prazeres do espetáculo, os sentimentos e as “atrações”; para eles, os Estados Unidos estão simplesmente entreterendo o mundo com o que as pessoas querem (3). No entanto, o que este ensaio procura enfatizar é o modo com que os filmes de ação, por sua própria natureza, refletem o poder do capital estadunidense, da organização corporativa e da tecnologia, todos visando assegurar que seja isto o que as pessoas queiram; e aquilo que suas narrativas e ideologias, portanto, incorporam e personificam tão forçosamente – a celebração do individualismo e dos heróis estadunidenses, e dos próprios Estados Unidos, a vitória do bem sobre o mal, o martelar repetitivo dos valores do país.

Os filmes de guerra de todos os tipos têm sido especialmente proeminentes nos resultados recentes de Hollywood, e a estética cinematográfica da guerra permeia um número incontável de filmes de ação. As forças armadas estadunidenses possuem uma relação íntima com tais produções, ao realizar demonstrações de material bélico, limpar os roteiros, e utilizar os filmes, a televisão e os jogos para o recrutamento e para propaganda e até mesmo para treinamento militar. Alguns acadêmicos chegam a afirmar que Hollywood e o complexo industrial militar estão convergindo. Enquanto a guerra do Iraque ainda está acontecendo “oficialmente”, “jogadores” fãs de videogames e de jogos de computador – poderiam jogar *SOCOM II: Navy Seals*. O herói de ação da época de Reagan, com algumas variações interessantes, e ainda mais, super-heróis dos quadrinhos, permanecem centrais em um sem número de filmes de ação; e o próprio filme de ação, apesar do desprezo fácil da maioria dos críticos, assumiu um papel central na economia política das corporações cinematográficas multinacionais. E o mais recente “corpo trabalhado” da época de Reagan está na mansão do Governador na Califórnia (4).

Tornou-se senso comum observar que o papel da mídia de massa estadunidense na guerra contra o terror e nas invasões do Afeganistão e do Iraque foi tanto crucial quanto servil – uma guerra encenada por meio dos gigantes da mídia. Sobretudo, podemos dizer que esta representação de tais guerras – e vai muito mais além de sua simples representação – constitui um evento cultural, um espetáculo Derbordiano (5). Hollywood contribui para prepara este evento e espetáculo, e torna o ato de assisti-lo algo compreensível e agradável.

Podemos facilmente citar exemplos de como Hollywood nos ajuda como espectadores. Quando o Presidente Bush disse que queria Bin Laden “vivo ou morto”, todos entendemos a evocação aos filmes de faroeste. Também conhecíamos o inimigo, das representações racistas de árabes em dúzias de filmes ao longo dos anos (6). Quando Bush desceu de um jato de combate sobre um porta-aviões e caminhou de modo imponente sobre o *deck*, todos lembramos de Tom Cruise em *Top Gun* (1986). Quando Bush provocou os iraquianos derrotados, chamando-os a “encarar”, reconhecemos o idioma lacônico e o humor soturno de um herói de ação estadunidense.

Se a primeira Guerra do Golfo podia ser entendida como um videogame, as guerras do Iraque e Afeganistão se desenvolveram como espetáculos de esporte, com os correspondentes da CNN e da FOX como líderes de torcida em jogos que tinham finais previsíveis, mas que ainda continham algo de suspense. Na verdade, as redes utilizaram toda a estética da televisão para apresentar as guerras como uma programação excitante, garantida – logotipos, temas musicais, “jornalistas” estrelas – e a guerra da mídia lançou mão das convenções de vários gêneros – o filme de guerra, novelas, *game shows*, esportes, locuções de rádio. Isso é útil, embora talvez inadequado. O que realmente orientou a produção e o consumo de tais guerras foi o protótipo atual dos filmes de Hollywood; a espinha dorsal do evento foi sucesso da ação poligenérica, com o uso intensivo de capital e de tecnologia – seus dramas e expectativas de narração, imagens, espetáculos militares, seu fetichismo armamentista, sua fixação na tecnologia da própria mídia, e seu triunfo do Bem estadunidense sobre todo o Mal.

No nível da performance e da caracterização, para apreciarmos o Presidente Bush naquele porta-aviões, devemos realmente imaginar a Presidência Imperial, não apenas sua associação dignificada e óbvia com a grandeza e o poder do estado, mas também sua representação de Hollywood – o próprio Presidente como o herói do espetáculo. Fomos preparados para isso por anos de filmes sobre o presidente estadunidense – comédias, séries, policiais –, sem mencionar os filmes do estilo Reagan que, segundo muitos críticos, coloravam o próprio Reagan como o herói da fantasia pública. A postura de Bush como Presidente evocou Harrison Ford em *Air Force One* (1997), literalmente matando terroristas ex-soviéticos loucos, ou o Presidente piloto de *Independence Day* (1996) destruindo invasores alienígenas para tornar o mundo mais seguro para o feriado nacional estadunidense (7).

E, claro, é o terror do 11 de setembro que inicia estes novos filmes de ação imperiais e influencia, alguma vezes de maneira explícita, com mais frequência emocionalmente, todas as guerras que a TV e Hollywood estão travando agora. Como nos lembram brilhantemente Mike Davis e Slavoj Žižek, ele nos trás de volta imagens que a cultura do faroeste conjurou em um número incontável de filmes, livros e quadrinhos (8). Os espectadores foram docemente traumatizados durante anos pela destruição das poderosas torres do capital ocidental, a guerra chegando em solo estadunidense de um submundo sempre derrotado, os triunfos do Progresso e do Império respondidos com a invasão, barbárie, apocalipse: os Estados Unidos destruídos, ou quase, repetidamente, por terroristas árabes furtivos, comunistas, traficantes de drogas sedentos de sangue, oficiais da antiga KGB com bombas nucleares, alienígenas invasores.

No 11 de setembro nem Bruce Willis nem Arnold Schwarzenegger vieram ajudar, e a narrativa da vingança começou por aquela “oportunidade” atroz (como viram os “neoconservadores”) ainda está se desdobrando no mundo real. A televisão estadunidense continuou, de modo divertido e covarde, a alardear a guerra com vários “filmes da semana” didaticamente propagandísticos – incluindo *Resgatando Jessica Lynch* (2003), lançado mesmo depois de que a soldado Lynch desaprovou a história de seu resgate heróico pelas forças especiais dos EUA (9). No entanto, tais filmes operam em uma agenda de produção muito mais longa, portanto, sua articulação ideológica com a política hegemônica deve ser mais complexa e sofisticada. Na verdade, o porta-voz de Hollywood reagiu imediatamente ao 11 de setembro com culpa – por todos os desastres que eles imaginaram, por todas as atrocidades e violência que haviam estetizado, como se eles

mesmos tivessem causado o desastre. Os lançamentos de filme foram cancelados ou adiados, roteiros foram revisados e Hollywood se retratou como por dever. O Pentágono pediu aos roteiristas para imaginarem cenários terroristas com o intuito de ajudar investigações preventivas, enquanto os produtores se encontravam com Karl Rose, o principal assessor de Bush, para discutir os temas patrióticos necessários para o novo dia. Devemos estar apenas começando a enxergar os frutos do mais explícito alistamento ideológico desde o papel maciço de Hollywood na Segunda Guerra Mundial. Não é nada surpreendente que os filmes de Hollywood ressoem a visão mundial do Direito Americano. O que é mais interessante é ver qual o papel supostamente “liberal” que Hollywood representa na nova campanha patriótica imperial.

GUERRAS BOAS E GUERREIROS DOS DIREITOS HUMANOS

A liderança estadunidense está ansiosa para encobrir suas guerras atuais com o manto da Boa Guerra. A Segunda Guerra Mundial é evocada constantemente na retórica e no imaginário para insistir em uma equação inequívoca entre os EUA e os direitos universais. Isto gerou uma interpretação política – e cinematográfica – da Segunda Guerra Mundial que foi importante para a reivindicação e retrato do imperialismo dos EUA por décadas. O filme de guerra da década de 40 forneceu uma gama de convenções e narrativas que continuam a ser influentes; em particular, o grupo de combate masculino, isolado e em perigo, representante dos Estados Unidos, e vinculado por bravura e camaradagem. Os épicos da década de 50 à de 70 – *From Here to Eternity* (1953), *The Longest Day* (1962), *Patton* (1970) – resgataram estes mitos engrandecedores em grande escala para mitificar o papel singular estadunidense na vitória, e *O Resgate do Soldado Ryan* (1998) representa sua atualização mais bem-sucedida. O início do filme – o espetáculo horrível do desembarque na Normandia – chocou as platéias, como os grandes filmes bélicos sempre fazem, com um novo realismo e uma nova forma explícita. Tal violência, com todos os recursos de um filme de terror, efeitos especiais e confusão avançada, garantia nossa vinculação à uma fábula sentimental péssima do resgate do irmão Ryan sobrevivente, por uma unidade de combate. Ele permitiu a celebração renovada do grupo de combate masculino – a alegoria multiétnica convencional para os próprios Estados Unidos – que tinha sido minado pelas variações mais obscuras do ciclo de filmes sobre o Vietnã dos anos 70 e 80 – *Apocalypse Now* (1979), *Platoon* (1986), *Nascido para Matar* (1987). Em *O Resgate do Soldado Ryan* de Spielberg, os “irmãos” estadunidenses lutam um pelo outro, e não por algum propósito ideológico ou político, e o filme acaba com a celebração mais espiritual e flamulante possível dos Estados Unidos (10).

Ainda que não tenha havido um grande número de filmes recentes sobre a Segunda Guerra Mundial, *O Resgate do Soldado Ryan* recuperou o filme de guerra de tal forma que este podia ser evocado prontamente. Ele gerou uma mini-série de televisão bem-sucedida, *Band of Brothers* (2001), e um número de filmes de guerra sobre a Segunda Guerra Mundial. O mais caro e amplamente propagado destes foi *Pearl Harbor* (2001). Ainda que este filme tenha estreado antes do 11 de Setembro, ele estetizava a chamada do Projeto para um Novo Século Americano de “outro Pearl Harbour” para dar energia à missão dos EUA no mundo. O Pentágono trabalhou junto aos Estúdios Disney

para a realização do filme; a estréia foi realizada em um porta-aviões e tendas de recrutadas foram colocadas nos cinemas (11). Notavelmente, *Pearl Harbor* também oferece a cena acolhedora de um cozinheiro negro heróico salvando seus hostis companheiros de marinha brancos. Os crimes de racismo são colocados à vista de todos – para serem corrigidos pela democracia estadunidense. É útil lembrar que tal liberalismo está integrado aos filmes de guerra clássicos de Hollywood; não importa o quanto eles se enquadrem no nacionalismo contemporâneo e reacionário estadunidense, eles freqüentemente foram resultado do trabalho da esquerda de Hollywood, vista como uma frente nacional contra o fascismo. Na lógica da Frente Popular da esquerda nacionalista, os filmes da Segunda Guerra Mundial celebram o “soldado cidadão” como um mito para o heroísmo coletivo da nação, enquanto os filmes mais recentes celebram o guerreiro profissional como uma corporificação institucional do estado (12). No entanto, os filmes de Hollywood em geral parecem combinar temas e tropas liberais e conservadoras, mais dispostas a enquadrar os círculos ideológicos que seguir uma linha didática. As convenções da boa guerra migram facilmente para outras guerras. *We Were Soldiers* (2002) volta a uma batalha chave no início da Guerra do Vietnã para celebrar de modo reverente o heroísmo do soldado estadunidense, representado amável e espiritualmente pelo Coronel Moore de Mel Gibson – patriarca de sua família e de seus soldados. O filme se introduz como um “testamento” e despolitiza cuidadosamente “uma guerra que não entendemos”. Conscientemente, “esquece-se” de mais de dez anos de filmes sobre a Guerra do Vietnã que questionaram consistentemente e “desromantizaram”, ainda que em termos amplamente apolíticos, a derrota estadunidense; o Coronel Moore simplesmente luta suas guerras porque existem pessoas más no mundo. Os heróis neste filme também “lutam uns pelos outros”, mais uma vez reduzindo a guerra ao profissionalismo e aos vínculos masculinos. Ainda mais interessante, o filme é um dos poucos filmes estadunidenses a humanizar o inimigo vietnamita, caracterizado como inimigo valoroso.

Falcão negro em perigo (2002) reduz o contexto ainda mais dramaticamente. A desastrosa intervenção estadunidense na Somália é contada como a história da tripulação de um helicóptero em uma missão de resgate perigosa em Mogadishu. As maravilhosas cenas de batalha no estilo de videocliques valorizam o profissionalismo estóico de seus soldados e focalizam o espectador no divertimento mais visceralmente limitado. Por outro lado, a recusa do filme de fornecer qualquer contexto ou explicação para a batalha na qual fomos jogados de maneira excitante é necessária para sua redução do tema a uma batalha de um simples grupo de combate para se salvar, “sem deixar qualquer homem para trás” como o mais alto valor. Do outro lado, o imaginário desagradável deste destacamento do Terceiro Mundo, feio e empobrecido, e suas centenas de africanos sem rosto assassinados – pano de fundo e coadjuvantes para os heróis de alta-tecnologia do Primeiro Mundo – refere-se mais que apenas alegoricamente ao imperialismo global de hoje. Tom Doherty argumenta de modo convincente que tanto *We Are Soldiers* e *Falcão negro em perigo* são contos de rearmamento moral e coragem soldadesca, apesar do desastre e da derrota, que ressoam com precisão no discurso ideológico pós-11 de setembro (13).

Vários filmes de guerra recentes refletem o reaparecimento oportunista recente da antiga doutrina da guerra justa em serviço da agressão imperialista – em sua nova forma como uma doutrina do direito de iniciar guerra “preventiva”, como nos casos do Afeganistão e do Iraque (14). Em tais filmes, os soldados imperiais são pegos em guerras

cujos grandes motivos são vistos como sendo bobagem ou fraudulentos, ou além de sua compreensão, mas em situações que podem ser reduzidas a um dilema moral – o salvamento de “inocentes”. Em *Tears fo the Sun* (2002) uma intervenção em uma guerra civil africana imaginária força os profissionais estadunidenses, liderados pelo iconicamente sério e estóico Bruce Willys, a uma *crise de consciência*. Em uma lição de moralidade ponderadamente didática eles resgatam um grupos de civis inocentes do massacre tribal.

RAMBOS “ARCO-ÍRIS” E SUPERVILÕES

Em 1990, o Chefe da Casa Civil Colin Powell pôde brincar que “...estava ficando sem os vilões”, mas, durante a década de 90, Hollywood forneceu a ele uma variedade estonteante deles – árabes loucos, traficantes latinos maus, mafiosos russos brutais, ex-KGB desonestos, super-vilões que tentam dominar o mundo, monstros do espaço – em uma linhagem cinematográfica que chega até aos mudos, Fantomas, Dr. Mabuse e Dr. Moriarity. Nos últimos anos, velhos nazistas também têm sido uma ameaça confiável, mas os cubanos e norte-coreanos aparecem também com uma oportuna regularidade. Nos filmes populares de histórias em quadrinhos, os vilões são sempre um Mal puro, sobrenatural, encontrando inimigos para uma América definida espiritualmente e que combate os mal-feitores em todo o mundo. E no centro do filme de ação está o herói, geralmente um rebelde solitário, sempre disposto a enfrentar tais vilões, também revisado e atualizado nos últimos anos.

Rambo desempenhou um papel chave na definição do herói de ação estadunidense moderno: ele reviveu nas telas do cinema o desastre do Vietnã como uma guerra boa, juntou-se ao Mujaidins para matar os Soviéticos no Afeganistão, e aderiu ao discurso político estadunidense. Os filmes de Rambo eram brutalmente simplistas, mas politicamente eram sempre mais complexos. Rambo era um Outro obscuro, o inimigo do estado dos EUA, bem como dos inimigos dos Estados Unidos: o matador infame que os estadunidenses precisavam, mas que não podiam tolerar, tachado de Nativo, Hippie, ou classe trabalhadora vitimizada (16). Poucos filmes contemporâneos conseguem tal complexidade, mas muitos, claro, tentam criar o fenômeno Rambo. Vinn Diesel em *XXX* (2003) é o mais novo Rambo manufaturado. Seu personagem, X, é apresentado como o rebelde que a CIA precisa – uma combinação incomum de esportes radicais, heavy metal, tatuagens e músculos – mas ele também foi construído tendo em mente o marketing cinagético. Este novo Rambo enfrenta super-vilões que são uma colagem confusa de ansiedades contemporâneas – desertores do exército russos, traficantes de drogas, freqüentadores de *raves*, anarquistas – todos procurando criar um cenário cruel com armas biológicas que liberarão uma utopia/distopia destrutiva de “liberdade absoluta, destrutiva”. Obviamente, X está do lado das “velhas estrelas e listas” e salva o mundo.

Arnold Schwarzenegger em *Dano Colateral* (2002) é uma atualização mais tediosa, mas o filme é também mais explícito em seu didatismo da era Reagan e sua articulação oportunista com a agenda militar e geopolítica imediata do estado dos EUA. O lançamento do filme foi adiado pelas comoções causadas pelo 11 de Setembro, mas um ano depois os filmes voltaram ao divertimento desagradável da destruição catastrófica de cidades estadunidenses e Arnold, como um simples bombeiro, torna-se um cidadão

vigilante que quer vingar a morte de sua esposa e filho, viajando para a Colômbia para lutar contra uma versão fictícia das FARC revolucionárias. O filme faz um pequeno esforço para considerar os custos das intervenções dos EUA na América Latina, e até mesmo levanta a questão para o tema das atrocidades estadunidenses nesse local; mas os revolucionários da América Latina são finalmente equacionados com a loucura e com o terrorismo. Com uma finalidade neocolonial, o herói realiza uma vingança brutal sobre os rebeldes do Terceiro Mundo que o satisfaz (17).

Talvez a coisa mais notável sobre tais heróis, e dúzias como eles, seja sua cor e diversidade. Não são apenas *Hulks* brancos, mas incluem uma gama de estrelas afro-americanas – Denzel Washington, Wesley Snipes, Samuel L. Jackson, e uma longa lista de cantores de rap – mulheres guerreiras (*Lara Croft: Tomb Raider*, 2001 e *Lara Croft: Tomb Raider: The Cradle of Life*, 2003, *As Panteras*, 2000 e *As Panteras: Full Throttle*, 2003, *Kill Bill Volume 1*, 2003 e *Volume 2*, 2004), crianças e acampamentos de verão (*Agent Cody Banks*, 2003, e *Agent Cody Banks: Destination London*, 2004), e crianças latinas (a série *Pequenos espões*). Até mesmo a pele do super-herói James Bond é salva por uma espiã afro-americana igualmente suave e invencível (*Die Another Day*, 2003). Talvez seja ainda mais surpreendente o fato de astros famosos asiáticos estarem no elenco de um ciclo crescente de sucessos internacionais – Chow Yun Fat, Jackie Chan, Jet Li – sem mencionar um grande número de mutantes e super-heróis do Batman e o Homem-Aranha aos X-Men. Até mesmo completos idiotas podem salvar o mundo nas paródias de sucesso de segunda categoria dos filmes de espião que se autoparodiam – a série popular *Austin Powers*, *Johnny English* (2003), e *I Spy* (2003). Tal diversificação do herói pode ser vista como um tipo politicamente neutralizado de política de identidade: os restos das campanhas pelos direitos civis são ecoados de forma efêmera na perseguição dos X-Men por justiça para os mutantes, e o movimento feminista tona-se o poder delicado dos anjos. Mudanças sociais e demográficas significativas certamente estão refletidas, e até mesmo podem subverter ligeiramente, nas convenções de tais filmes populares. No entanto, a diversificação dos heróis também reflete o papel avançado do marketing na Hollywood contemporânea, com alvos demográficos simultâneos, e posições de identificação e modos de consumo múltiplos. Finalmente, a mudança reflete a busca global de Hollywood pelos mercados internacionais e a incorporação das estrelas e dos estilos de outros cinemas nacionais, de Hong Kong ao Japão e México. Hollywood tem estado lado a lado com os estudos culturais pós-modernos.

Na verdade, este elenco “arco-íris” permite que todos estes heróis desempenhem os mesmos papéis nos desafios previsíveis de tais filmes de ação. A ideologia do individualismo bate as ideologias liberal e conservadora e permite que todos os novos Rambos possam lutar, em sua rebeldia padronizada, pelos Estados Unidos, literalmente e simbolicamente, pelo Bem contra o Mal, da mesma forma que antes. O liberalismo é incorporado sem qualquer esforço pela inventividade ideológica e formal dos filmes de ação.

Enquanto tais heróis geralmente lutam pelos Estados Unidos, seus motivos são freqüentemente reduzidos a mera vingança, à convergência mais eficiente entre personagem e narrativa. A vingança é muito cinematográfica. Mesmo em tais narrativas simplificadas com freqüência há algum distúrbio da celebração simples dos Estados Unidos, o Bem. Ruins como muitos deles o são, o sucesso contínuo dos filmes de ação é devido em parte ao fato de alguns deles conterem um grau mínimo de ambigüidade,

contradição, ou até mesmo crítica. Em tais filmes, o imperialismo não é sempre divertido; o lado negro dos Estados Unidos também está envolvido. As ideologias nos filmes não são nunca monolíticas, são sempre capazes de contradição e ambigüidade, e mesmo dissonância e crítica. O Creasy de Denzel Washington em *Homem em Fúria* (2004), por exemplo, é um atormentado, suicida e alcoólatra, bem como um assassino global da CIA; ele teme que Deus nunca o perdoe por seus crimes. No entanto, sem isso ser bizarro o suficiente, o filme continua alegremente com a história da vingança brutal de tortura e matança que ele pratica – presumivelmente do mesmo tipo pelo qual ele é atormentado – contra gângsteres mexicanos e policiais corruptos. Para dar outro exemplo, *A soma de todos os medos*, outra idealização tediosa dos heróicos agentes da CIA na série influente de Tom Clancy, por sua vez, nos trás de volta o valor de entretenimento duradouro da destruição de cidades estadunidenses com a cena da destruição nuclear de Baltimore. Na época em que o filme foi lançado em 2002, a sensibilidade de Hollywood evidentemente voltou para os níveis pré-11 de setembro.

Outro elemento de dissonância no filme de ação imperial vem das trilhas de espões, que apesar de suas raízes imperiais, sempre conteve um lado crítico, e até mesmo esquerdista, dos filmes de Frente Popular antinazistas aos filmes imperiais ambíguos e paranóicos. James Bond e as Panteras jogam amarelinha alegremente pelo mundo explodindo coisas em lugares exóticos. Atiradores da CIA antigos e atuais viajam para locais estrangeiros para matar um sem número de estrangeiros em *Homem em Fúria*, *Bad Company* (2002), *Missão Impossível 1 e 2* (1996,2000), *A Identidade Bourne* (2003) e muitos outros. O espião é inerentemente capaz de enganar e trair e em *Missão Impossível* e *A Identidade Bourne*, a paranóia é mais razoável e o inimigo a ser mais temido é o que está dentro do personagem principal. Em *Spartan* (2004), a corrupção e desonestidade chegam até a Casa Branca; como afirma a filha do Presidente, “Fui criada por lobos”. Mesmo um filme criado para reabilitar a reputação institucional da CIA, *O Recruta* (2003), termina com a traição pela própria figura paterna que incorpora os “ideais” da agência. Alguns filmes chegam a ir além da paranóia até a crítica. *O americano tranquilo* (2002) é uma versão inteligente da sátira clássica das boas intenções estadunidenses de Graham Greene. O agente da CIA graciosamente psicótico de Johnny Depp em *Era Uma Vez No México* (2003) é mais que sarcástico em seu retrato do assassinato e catástrofe que os Estados Unidos podem realizar. O filme encerra memoravelmente com as imagens da insurreição popular contra um golpe planejado pela CIA”. *A Praia* (2000) é uma crítica amarga, senão superficial, da exploração do terceiro mundo pelo turismo ocidental.

Várias trilhas policiais também mostram a polícia da cidade, as outras personificações do monopólio da violência do estado, sob uma luz problemática. Em *Dia de Treinamento* (2002), o personagem corrupto do policial carismático indica a guerra de ocupação que a polícia está conduzindo contra o “terceiro mundo” que está dentro das cidades estadunidenses. *Dark Blue* (2003) é uma exposição similar da corrupção policial, ao apresentar a polícia como uma instituição repressiva. Ambos os filmes terminam com a salvação liberal, mas o reverso do elogio convencional ao policial é notável.

Então, temos a série de filmes *Matrix*. Sua popularidade abre a possibilidade cultural daquilo que o crítico de ficção científica Peter Fitting chama de filmes de “distopia crítica”. O original, *Matrix* (1999), em particular, propunha uma versão monstruosa da paranóia tecnológica, um mundo onde a tecnologia de mídia fugiu do

controle, e a humanidade foi reduzida à escravidão corporal. Ele indica, de forma imaginativa, o capitalismo moderno como “o deserto do real”. Notavelmente, o segundo e terceiro filmes da série, *Matrix Reloaded* (2003) e *Matrix Revolutions* (2003), tal conceito intrigante se dissipa no messianismo do New Age (18).

A ESTETIZAÇÃO DA COERÇÃO: CONCLUSÕES

O elemento crítico no filme de ação continua a ser um tema espelho em Hollywood. O filme de ação – em particular as versões de guerra que enfoquei amplamente – é sempre politicamente evidente, sempre diz respeito ao poder internacional, e, acima de tudo, acrítico. Argumentei que tais filmes oferecem uma alegoria nacional dos Estados Unidos – sitiados em um mundo perigoso com múltiplos inimigos e ameaças. Por outro lado, como sugere Frederick Jameson, muitas das trilhas de espões e seus muitos supervilões com seus planos nefastos para destruir o mundo oferecem uma imagem do capitalismo global, e de toda sua violência, manipulação e destruição não vistas, como um subtexto, em uma cultura onde é mais fácil imaginar o fim do mundo que retratar o próprio capitalismo (19). Certamente, os filmes de ação estão imaginando constantemente o fim do mundo como um espetáculo cinematográfico, e muito raramente falam de capitalismo ou imperialismo. De modo mais amplo, o que temos em tantos filmes é a representação do poder do estado imperialista estadunidense, “o poder da opressão armada” nas palavras de Engels (20), com suas funções e instituições militares heroicamente personificadas e familiarizadas por guerreiros profissionais, soldados cidadãos e vigilantes, que muito freqüentemente também são heróis solitários para um “estado solitário” cada vez mais definido militarmente.

No entanto, a versão de Hollywood do militarismo imperialista é divertimento populista, nos alistando a todos no projeto imperialista que requer consentimento popular. O filme de ação mostra, repetidamente, a imensa capacidade tecnológica e militar da mídia e do estado dos EUA, repetidamente, uma representação estilizada da coerção que desempenha um papel importante na garantia do consenso. Para Hollywood, os EUA é um amigo benevolente do mundo assim como também é aquele que traz a vingança. O final do *Independence Day* afirma isso claramente. O presidente estadunidense e um esquadrão de heróis destruíram a nave-mãe dos invasores e desenvolveram uma resposta tecnológica superior ao conhecimento tecnológico aparentemente invencível dos alienígenas. Eles dividiram-no com o resto do mundo colocando os outros lugares do mundo rapidamente como uma série de traços nacionais estereotipados que seguem as ordens estadunidenses para derrotar os invasores. As imagens ilustram a habilidade de Hollywood e da globalização liderada pelos Estados Unidos de dominar, incorporar e orquestrar o consumo mundial dos Estados Unidos; é a performance simbólica do imperialismo.

Como espectadores, podemos apreciar o imperialismo como espetáculo – podemos acompanhar e apreciar das confluências e convergências genéricas, os eventos paralelos e as tangentes. E isto nos traz de volta ao papel imperialista da cultura hoje: Hollywood é emblemática da dominação ideológica e cultural estadunidense; e o filme de ação de Hollywood é o resultado chave dos vastos conglomerados da mídia que tem sido

crucial para a globalização estadunidense e sua capacidade para recriar o mundo feito a sua própria imagem louca.

No entanto, apesar desse triunfo aparente, a nova Hollywood globalizada possui falhas financeiras, estéticas e ideológicas. Nas finanças, o venerável lobista de Hollywood, Jack Valenti, advertiu sobre os custos de produção cada vez mais altos das grandes produções que garantem o domínio de Hollywood. Redes de sinergia interconectadas maciçamente podem ser castelos de cartas e uma queda na mercadoria imperial pode levar a baixo uma corporação. Os conglomerados de mídia gigantescos que estão por detrás do domínio global de Hollywood também foram constituídos por fusões, incorporações e colapsos tumultuosos e voláteis, como a explosão das bolhas dos mercados de ações e de alta-tecnologia no início deste século. Diante disto, Hollywood tem se baseado cada vez mais no investimento estrangeiro para afastar sua própria aversão ao risco. Contudo, desde que a estratégia das grandes produções hoje é cheia de riscos, nada assegura que o acesso de capital estrangeiro a elas se manterá seguro. A Hollywood imperial pode estar em perigo por causa da ganância imperial.

Esteticamente, tais filmes – feitos segundo pesquisas de opinião e truques tecnológicos e vendidos por meio do controle total do marketing e das exposições – foram condenados pelos críticos e cinéfilos como a morte trivializada do cinema. Isso pode ser exagerado, mas esta fase do cinema de Hollywood abriu um vácuo estético na arte do cinema, que nem os filmes radicados nacionalmente, ou mesmo os militantes politicamente ou os documentários podem ser capazes de preencher. Na verdade, o domínio de Hollywood não foi total ou inteiramente homogêneo: a necessidade de Hollywood de internacionalizar-se deve permitir que um terreno de alternativas contestadas possa se desenvolver (21). Também existem indicativos de que o filme de ação se mova para além do trivial. Os estúdios de cinema estão enfocados no desenvolvimento de “atores de ação”; as inovações estilísticas e as meditações espirituais de John Woo, a mistura de feminismo com gênero fixado pelo homem de Kathryn Bigelow, as homenagens selvagens de Quentin Tarantino ao cinema asiático. Tais artistas podem possuir um peso inesperado, apesar de aparentemente despolitizado, aos filmes criados para o chamado consumo passivo, e podem indicar certa resistência na sempre necessária autonomia relativa dos produtores culturais dentro dos monólitos culturais poderosos (22).

Ainda há a vulnerabilidade da ideologia frente à realidade política. Alguns especularam que o triunfalismo estadunidense escancarado será difícil de ser vendido ideologicamente na medida em que a aventura imperial estadunidense no Iraque e as políticas antiimperialistas e anti-estadunidenses continuarem a ser desenvolvidas. O domínio internacional de Hollywood também gerou uma dependência sem precedentes das platéias estrangeiras, e encontrar modos de influenciar os espectadores estrangeiros tem se tornado cada vez mais importante para as estratégias corporativas. Parece que Hollywood irá se referir à ideologia imperialista alegoricamente; os heróis de ação cada vez mais irão lutar em mundos fantásticos entre o Bem e o Mal, ou nos dias de glória imperial do passado (23).

Hollywood realmente foi “Recarregado” (*Reloaded*) na última década, na estrutura corporativa, no controle da produção e dos mercados, na definição dos filmes por meio da mercantilização. Tais mercadorias imperiais dominam a cultura global e celebram os triunfos estadunidenses, formal e ideologicamente, e o fato de que muitos de

tais filmes apresentem preocupações humanitárias, a angústia culposa ou heróis multiculturais só servem para fazer com que os espectadores liberais “comprem” sua mensagem principal. Todavia, devemos lembrar que *Matrix* propõe o futuro da modernidade capitalista como um pesadelo onde o complexo militar-industrial e da mídia enlouqueceu; um crítico argumenta que, implicitamente, a *Matrix* é Hollywood. Fissões nas linhas do capital, da produção global e as contradições estéticas e ideológicas podem fazer com que a mercadoria imperial de Hollywood esteja sujeita ao tipo de desastre e colapso que ela tão prazerosamente imagina e custosamente constrói nas telas.

NOTAS

1 A este respeito, ver especialmente, Toby Miller et al., *Global Hollywood*, Londres: BFI, 2001; Aida Hozic, *Hollyworld: Space, Power and Fantasy in the American Economy*, Ithaca-Londres: Cornell University Press, 2001; Janet Wasko, *Hollywood in the Information Age: Beyond the Silver Screen*, Cambridge: Polity Press, 1994; Justin Wyatt, *High Concept: Movies and Marketing in Hollywood*, Austin: University of Texas Press, 1994. Sobre a estratégia histórica internacional de Hollywood, ver John Trumbour, *Selling Hollywood to the World: US and European Struggles for Mastery of the Global Film Industry 1920-1950*, Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002. Uma revisão geral de conceitos críticos sobre cultura e imperialismo pode ser encontrado em John Törnlinson, *Cultural Imperialism: A Critical Introduction*, Baltimore: The John Hopkins University Press, 1991.

2 Miller et al., em *Global Hollywood*, fornece vários exemplos claros deste fenômeno: depois do desmantelamento do grande estúdio estatal e de que uma força de trabalho cinematográfica altamente qualificada ficara desempregada, Praga converteu-se no segundo lugar de filmagem para a produção europeia de Hollywood, pp. 71-72. *A praia*, um filme que condena o turismo ocidental, foi produzida com a cooperação coercitiva do governo Tailandês, o qual, para produzir um paraíso mais perfeito nas telas, violou sua própria lei ambiental, p. 197.

3 Para uma análise cuidadosa do cinema de ação, ver José Arroyo, ed., *Action/Spectacle Cinema*, Londres: BFI, 2000. Para uma crítica demolidora, ver Robin Wood, *Hollywood from Vietnam to Reagan and Beyond*, Nova Iorque: Columbia University Press, 2004.

4 Sobre a convergência entre Hollywood e o complexo militar-industrial, ver Hozic, *Hollyworld*. Sobre a importância dos filmes de guerra, ver Tom Pollard, “Hollywood's War Machine”, em Carl Boggs, ed., *Masters of War: Militarism and Blowback in the Era of American Empire*, Nova Iorque-Londres: Routledge, 2003.

5 Para uma análise da mídia nas guerras recentes, ver Paul Rutherford, *Weapons of Mass Persuasion: Marketing the War Against Iraq*, Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press, 2004.

6 Ver em particular Jack Shaheen, *Reel bad Arabs: how Hollywood vilifies a people*, Nova Iorque: Olive Branch Press, 2001.

7 Sobre o cinema Reaganiano, ver Andrew Britton, “Blissing Out: the Politics of Reaganite Entertainment”, *Movie*, 26/27, 1985; Douglas Kellner e Michael Ryan, *Camera Politica: The Politics and Ideology of Contemporary Hollywood Film*, Bloomington: Indiana University Press, 1990; Robin Wood, *Hollywood from Vietnam to Reagan and Beyond*; Susan Jeffords, *Hard Bodies: Hollywood Masculinity in the Reagan Era*, New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1994; Michael Rogin, *Ronald Reagan, The Movie and Other Episodes in Political Demonology*. Berkeley: University of California Press, 1987; Chris Jordan, *Movies and the Reagan Presidency*, Newport, CT: Praeger, 2003; também Scott Forsyth, “Evil Empire: Spectacle and Imperialism in Hollywood”, *Socialist Register 1987*, Londres: Merlin Press, 1987 e “Hollywood’s War on the World”, *Socialist Register 1992*, Londres: Merlin Press, 1992.

8 Ver Mike Davis, “The Flames of Nova Iorque”, em Mike Davis, ed., *Dead Cities*, Londres: Verso, 2003; Slavoj Žižek *Welcome to the Desert of the Real*, Londres: Verso, 2002. Para uma revisão útil, ver Chris Sharrett, ed., *The Apocalyptic Idea in Postmodern Narrative Film*, Washington DC: Maisonneuve Press, 1993.

9 Sobre a participação da CIA na produção televisiva, ver Doug Saunders, “When the CIA is Happy, It’s not a Good Sign”, *The Globe and Mail*, 18 de Outubro de 2003; Linda McQuaig, “9/11 Movie Paints Bush as Hero”, *The Toronto Star*, 1 de Junho de 2003.

10 Sobre as convenções sobre a Guerra justa no cinema, ver Tom Pollard, “Hollywood’s War Machina”, p. 316.

11 Ver Chalmers Johnson, “American Militarism and Blowback”, em Boggs, ed., *Masters of War*, pp. 124-125.

12 Sobre as opções radicais e Hollywood em tempos de Guerra, incluindo o cinema de combate, ver Paul Buhle e Dave Wagner, *Radical Hollywood The Unfold Story of America’s Favorite Movies*, Nova Iorque, New Press, 2002, pp. 201-260. Para uma interessante discussão sobre as categorias de cidadão e guerreiro na história militar e na ideologia norte-americanas, ver R. Claire Snyder, “Patriarchal Militarism”, em Boggs, ed., *Masters of War*, pp. 261.

13 Uma discussão excelente pode ser encontrada em Tom Doherty, “The New War: Movies as Moral Rearmament: Black Hawk Down and We Were Soldiers”, *Cineaste*, XXVII(3), 2002.

14 Sobre o imperialismo dos direitos humanos, ver Amy Bartholomew e Jennifer Breakspear, “Human Rights as Sorwds of Empire”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin Press, 2003.

15 Ver a excelente análise do final em Lilá Kataeff, “Three Kings: Neocolonial Arab Representation”, *Jump Cut*, 46, (Summer) 2003, <<http://www.ejumpcut.org>>. A autora observa que “o filme personaliza uma intervenção nos assuntos de uma nação colonizada usando a lógica do colonizador para tratar de resolver os problemas do colonizado”.

16 Kellner e Ryan, em *Camera Politica*, apresentam uma descrição convincente de Rambo como uma vítima da classe operária que se articula com o populismo de direita.

17 O personagem de Schwarzenegger, e provavelmente seu potencial político, foi cuidadosamente construído de um filme a outro. Ver o estudo de caso em José Arroyo, ed., *Action/Spectacle Cinema*, pp. 27-58.

18 Para uma interessante discussão cuja conclusão é que a Matrix representa Hollywood, ver Osha Neumann, “Selling The Matrix”, *Radical Society*, 29(1), 2002, pp. 73-83.

19 Frederic Jameson, “Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism”, *New Left Review*, 146, 1984, p. 88; ver também Frederic Jameson, “Reification and Utopia in Mass Culture”, *Social Text*, (inverno), 1979, pp. 130-48.

20 Friedrich Engels a Philip van Patten, 1883, *Marx and Engels Correspondence*, Moscou: International Publishers, 1968, <www.marxists.org/archives>.

21 Entre os filmes de Hollywood recentes que tratam de temas políticos ousados, podem ser mencionados *Bulworth* (1998), *Cradle Will Rock* (1999) e *Gangues de Nova Iorque* (2002). Recentemente alguns documentários políticos tiveram uma audiência significativa, entre eles *Tiros em Columbine* (2002), *A Corporação* (2003), *Sob a Névoa da Guerra* (2004). Michael Moore espera atingir o governo de Bush com seu novo filme *Fahrenheit 9/11* (2004). Hollywood administrou em parte esta competição, criando sua própria divisão para cinema independente e de arte.

22 Para um estudo de caso sobre Woo, ver José Arroyo, ed., *Action/Spectacle Cinema*, pp. 59-82; para uma discussão crítica sobre Bigelow, ver Yvonne Tasker, “Bigger than Life”, em José Arroyo, ed., *Action/Spectacle Cinema*, pp.195-199.

23 Recentes mudanças para impérios e épicos do passado incluem *Mestre dos Mares* (2002), *Piratas do Caribe* (2002), a *Liga Extraordinária* (2003), *O Último Samurai* (2003), *Hidalgo* (2004), *The Alamo* (2004), *Gladiador* (2001) e *Tróia* (2004). Um exemplo mais contemporâneo do estilo Rambo é apresentado em *Bad Boys 2* (2003); no qual policiais organizam sua própria invasão de Cuba, junto com terroristas anticomunistas, rememorando e corrigindo o fiasco da Baía dos Porcos.

REVIVENDO O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA? O MITO DA “BURGUESIA NACIONAL”

Vivek Chibber

Em seu discurso em um encontro com banqueiros locais no outono de 2003, e depois da implosão calamitosa da economia de seu país, o presidente argentino Néstor Kirchner anunciou sua intenção de resgatar a economia argentina das ruínas do neoliberalismo. Mas, declarou, “é impossível construir um projeto nacional se não consolidamos uma burguesia nacional” (1). Na verdade, este discurso foi apenas um entre os tantos que fez depois de seu anúncio em maio ressaltando a necessidade de um “capitalismo nacional”. Kirchner não esteve sozinho nisso. No Brasil, a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT ao poder reavivou o discurso de um pacto social entre trabalho e capital, e a possibilidade de cavar um espaço para o desenvolvimento brasileiro mediante uma aliança com os industriais “nacionais” – representados mais explicitamente com a eleição do magnata têxtil José Alencar como vice-presidente de Lula. E tanto Kirchner como Lula seguem a linha do presidente venezuelano Hugo Chávez, que frente à hostilidade aberta dos EUA enfrentou repetidas vezes a ortodoxia neoliberal, exortando os países em desenvolvimento a reclamarem o legado dos modelos de desenvolvimento nacional.

Todo este discurso dos capitalismo nacionais e dos pactos sociais alude a uma era que parecia ter sido sepultada de uma vez por todas sob o peso do Consenso de Washington. Trata-se do meio século de “desenvolvimentismo” que transcorreu entre os anos da Grande Depressão e a crise da dívida dos anos 80. Na verdade, nas seqüelas imediatas da crise da dívida, a tendência para a liberalização e a privatização parecia ter adquirido o caráter de uma força irresistível no mundo em vias de desenvolvimento. Havia uma qualidade de inevitável no dismantelamento do aparato de políticas herdado dos anos de planificação do desenvolvimento, sendo que a mera menção de “projetos nacionais” pareceria algo estranho. Contudo, as coisas são distintas na atualidade. Frente aos tetricos indicadores econômicos registrados durante o quarto de século de hegemonia neoliberal, a experiência das décadas de 50 e 60 parece ter ganhado respeitabilidade – e com certeza deveria. Porque apesar de seu final algo ignominioso, a era desenvolvimentista superou a sua sucessora em quase todos os indicadores (2). Politicamente, o péssimo rendimento do neoliberalismo significou uma perda contínua de legitimidade no Sul. Daí que não é de todo surpreendente encontrar um ressurgimento da ambição em construir um desenvolvimento nacional.

Este chamado a um retorno a certo tipo de “desenvolvimentismo” não se encontra apenas entre as elites políticas. Também emana de uma poderosa e articulada ala do movimento antiglobalização – intelectuais críticos, ONGs e sindicatos. Em um período no qual as políticas de livre mercado têm credibilidade escassa, mas os trabalhadores não são o suficientemente fortes para criarem um desafio sério à propriedade privada, certo tipo de projeto estatista de desenvolvimento parece ser para muitos o “programa de transição” de nosso tempo. Defender um espaço para o desenvolvimento do capitalismo nacional, sob a direção de grupos locais, parece ao menos consistente em *princípio* com a direção consciente da economia – ainda sob a hegemonia da burguesia nacional.

Esta nostalgia por uma era passada é certamente compreensível. Em muitos sentidos, eu simpatizo com ela. Mas também temos atrás de nós meio século de

experiência justamente com tais modelos de desenvolvimento, modelos que se basearam em, e fortaleceram o crescimento de, capitalistas locais. Assim, poderia ser relevante em certa medida apelar ao registro histórico com a finalidade de examinar detalhadamente as pré-condições políticas para, e as consequências, dos projetos desenvolvimentistas.

Já mencionei que em muitos aspectos cruciais os indicadores dos anos desenvolvimentistas são superiores aos dos anos seguintes. Mas qualquer reconhecimento de seus êxitos deve também dar conta de suas contradições internas, dado que estas contribuíram poderosamente à eventual desintegração do modelo. Na verdade, afirmo que as debilidades econômicas do modelo podem ser explicadas em boa medida pelo tipo de aliança política que se exigia para sustentá-lo; particularmente, pelas formas em que os capitalistas foram capazes de impor limites à esfera de ação do poder estatal. Além disso, as condições políticas que tornaram possível a aliança desenvolvimentista exigiram em primeiro lugar concessões dos trabalhadores que poderiam muito bem considerar inaceitáveis nas condições atuais. Portanto, mesmo se os projetos nacionais de desenvolvimento do tipo mencionado pudessem ser possíveis, poderiam não ser *desejáveis* – ao menos não para os progressistas. Toda a questão gira em torno da natureza, dos interesses e do poder da classe a quem Kirchner dirigiu sua proposta inicial ao assumir a presidência em 2003 – a burguesia nacional.

Três tipos de expectativas associaram-se tradicionalmente aos capitalistas nacionais, especialmente dentro da tradição marxista, na qual às vezes são elevadas ao estatuto de “missões” históricas. A expectativa principal é a de que, devido aos seus lucros serem derivados do mercado interno, os capitalistas nacionais possuem um interesse em expandir as relações capitalistas e o crescimento econômico rápido; daí seu status de pedra angular das estratégias nacionais de desenvolvimento na era moderna. Disto se derivam outros interesses putativos. Espera-se que seja a ponta de lança da abolição das relações pré-capitalistas (ou que, ao menos, levem a ela), uma vez que esta é a pré-condição necessária da expansão do capitalismo. Essa era a base da expectativa, entre os marxistas da Terceira Internacional, de que a burguesia tinha sido um aliado natural na fase “antifeudal” dos movimentos de liberação. Uma expectativa final era que esta classe teria também um interesse natural em se opor à invasão econômica imperial – mais uma vez, devido à sua dependência do mercado interno. Nisto, a burguesia nacional era invariavelmente contrastada com os “intermediários” locais – a assim chamada burguesia “compradora” – que, devido a seus vínculos com as companhias metropolitanas, eram vistos como irremediavelmente associados aos interesses imperialistas.

Os desenvolvimentos políticos e econômicos das últimas décadas colocaram tudo isso em questão. Os capitalistas nacionais demonstraram muito pouca inclinação em participar de um ataque às classes terratenentes feudais. Além disso, o fato de haver uma separação clara entre os setores “nacional” e “intermediário” da burguesia local também foi questionado. Sem dúvida existiam distintos interesses associados a diferentes relações com as companhias metropolitanas. Mas os capitalistas parecem ter estado felizes de desempenhar ambos os papéis simultaneamente – tratar de proteger seu mercado nacional, ao mesmo tempo em que tentavam consolidar laços duradouros com companhias metropolitanas. É interessante que, ambos os papéis tendo sido colocados em dúvida, a fonte de onde emanavam – a presunção de que os capitalistas nacionais são aliados naturais para dar curso ao desenvolvimento acelerado – não foi questionada. Em

todo caso, a tendência nos estudos recentes foi a de insistir nela ainda mais. E está presente em muitas das declarações do movimento antiglobalização.

É esta premissa sobre a burguesia nacional – seu status como a força social natural para o desenvolvimento acelerado – a qual deve ser questionada. Durante as últimas décadas um conjunto bastante poderoso de mitos obscureceu a experiência real do capitalismo do século XX nos países em desenvolvimento, encobrendo assim as dinâmicas reais, os papéis exercidos pelos atores chave, e seus interesses. Este ensaio começa a dar o primeiro passo no sentido de elucidar alguns desses mitos. Se o desenvolvimentismo há de ser reavivado, estes são mitos dos quais se necessita liberar-se.

FUNDAMENTO E DEBILIDADE DO DESENVOLVIMENTISMO

Três “fatos estilizados” são dados como certos na maior parte das discussões sobre as estratégias de desenvolvimento do pós-guerra. Primeiro, que estas estratégias se centravam em torno da idéia da industrialização rápida, um incentivo maciço para alcançar os países desenvolvidos e a fronteira industrial. Assim, buscava-se repetir os sucessos da geração anterior de desenvolvimentistas tardios – Alemanha, Japão, Rússia – que também haviam colocado a indústria no centro de suas estratégias econômicas. O processo de substituição de importações estava no coração da iniciativa de meados do século XX, orientado no sentido de fortalecer o crescimento das indústrias locais através de um mecanismo em dois passos: primeiro, limitando a entrada de importações mediante o estabelecimento de tarifas e controles quantitativos, a fim de criar um mercado para as companhias locais; e segundo, apoiando o crescimento acelerado destas empresas mediante um processo de fortes subsídios. Subsídios e tarifas foram os principais instrumentos mediante os quais a classe capitalista local criou o espaço para seu próprio crescimento, protegida da competição com os países mais avançados.

O segundo “fato estilizado” é que a iniciativa em prol da industrialização foi empreendida como um “projeto comum” entre as elites políticas, os funcionários do estado e a classe capitalista local; a isto alguns agregam também certo grau de inclusão dos trabalhadores. Os membros chave do bloco de poder, obviamente, eram os novos industriais emergentes e as elites políticas. Para os industriais, as razões para apoiar tais ambições eram óbvias; o extraordinário foi sua ascensão surpreendente ao bloco dirigente local em tantos países quase ao mesmo tempo, especialmente quando as elites terratenentes ainda estavam estabelecidas e haviam se aferrado viciosamente ao poder durante décadas. Na verdade, um dos aspectos mais notáveis da história é o eclipse *político* das oligarquias terratenentes na América do Sul, no Sul da Ásia e partes do Oriente Médio mesmo quando estas mantinham um considerável poder econômico.

A terceira noção geralmente aceita é a de que, no interior da aliança entre o estado e os grupos empresariais, o estado assumiu o papel de sócio principal. Daí a descrição comum dos projetos de industrialização rápida como “desenvolvimento dirigido pelo estado”. Uma explicação para isto aponta o pequeno tamanho e a juventude do setor industrial local, o desenvolvimento dos mercados geralmente desigual e irregular, e a superficialidade dos mercados financeiros; por estes motivos o estado teve que tomar a dianteira no início da industrialização. Outra perspectiva situa a fonte do predomínio estatal não tanto na debilidade do capital *per se*, mas em sua debilidade *relativa* em

comparação com o desenvolvimento colossal do estado – como uma peculiaridade da herança pós-colonial (definido por Alavi como o “estado subdesenvolvido” ou superdesenvolvido) (3), ou o legado de tradições estadistas, como o caso da Turquia pós-Otomana. Desta suposição geral surgem duas interpretações dependendo de onde se ponha a ênfase com relação à fonte do domínio estatal. Em alguns casos, entende-se que os capitalistas teriam cedido parte de sua autonomia aos funcionários estatais em reconhecimento de sua necessidade de orientação e assistência no processo de industrialização; em outros, simplesmente são vistos como impossibilitados de resistir às novas estratégias impostas pelas elites políticas e pelos planejadores. Neste caso, o estado é visto como um agente paternalista, conduzindo os empresários locais para uma estratégia de acumulação que em qualquer caso é consistente com seus interesses.

A noção de que as estratégias de industrialização rápida foram “dirigidas pelo estado” é quase indiscutivelmente um dos pilares fundamentais da literatura sobre o desenvolvimento. O que fica difícil de conciliar a essa perspectiva, no entanto, é o fato inegável de que durante a era desenvolvimentista estes estados tiveram que lutar para conseguir o que acreditavam ser sua missão central – dirigir os fluxos de investimento local privado para setores com altos benefícios sociais e afastá-los daqueles cujo retorno poderiam ter trazido enormes lucros privados, mas que tinham menos relevância para o desenvolvimento. Na América Latina, Oriente Médio e no Sul da Ásia, as estratégias dirigidas pelo estado efetivamente provocaram uma transformação da economia no sentido geralmente desejado. Mas isto foi alcançado aos tropeços, com um enorme custo público, e freqüentemente resultando em setores privados altamente ineficientes. Os sinais mais visíveis do custo destes sucessos foram a expansão da carga fiscal sobre tais estados – dado que tinham que absorver boa parte das perdas do setor privado, uma vez que continuavam canalizando recursos públicos para o setor privado em forma de subsídios; e um crescente desequilíbrio na balança comercial – na medida em que a enorme entrada de bens de capital não foi compensada por um fluxo de investimentos destinado à linhas exportáveis, com o que se teria podido equilibrar o endividamento externo.

Surge então a pergunta: se a era desenvolvimentista foi na verdade *dirigida pelo estado*, como se explica, então, a debilidade de tais estados com relação às tarefas que deveriam resolver, que eventualmente conduziria ao colapso do desenvolvimentismo e a sua substituição pelo neoliberalismo? Por que a qualidade da intervenção estatal esteve tão abaixo do necessário para impulsionar a indústria local até a fronteira tecnológica? A resposta mais convincente parecia ser que, se os funcionários do estado não tiveram sucesso em sua missão, foi porque lhes faltou *capacidade* para fazê-lo. E isto é plausível. As políticas industriais exigem certo nível de capacidade institucional por parte da equipe de formulação de políticas. Nada garante que os estados tenham tal capacidade, especialmente nos países em desenvolvimento. O simples fato de embarcar-se em uma estratégia desenvolvimentista não significa necessariamente que o estado terá a força institucional necessária para triunfar. Então, talvez a razão pela qual as políticas industriais conseguiram, no melhor dos casos, um rendimento regular é que as elites políticas não foram capazes de equipar seus estados com os instrumentos adequados para a elaboração de políticas.

É indiscutível que faltou aos estados desenvolvimentistas em boa parte do Sul a capacidade institucional necessária para fazer funcionar plenamente as políticas

industriais. Este foi o maior descobrimento de uma verdadeira avalanche de estudos de caso na última década. Mas isto simplesmente postula a seguinte – e bastante óbvia – pergunta. Se o *dirigismo* demanda certo grau de construção do estado, então por que as elites políticas não erigiram as instituições necessárias? Argumentarei que a fonte principal de resistência em construir aparatos institucionais fortes e flexíveis acabou sendo a própria burguesia nacional. Devo deixar claro desde o começo que estou usando este termo no sentido deixado de herança por seus criadores, os marxistas da Segunda e especialmente da Terceira Internacional: que se refere ao segmento dos capitalistas locais orientados para o mercado interno, aliados com o estado em torno da industrialização e que buscam autonomia com relação ao controle metropolitano.

Dada esta descrição, poderia parecer paradoxal sugerir que os capitalistas nacionais se opusessem à construção do estado necessária para um desenvolvimento rápido. Certamente, os teóricos da metade do século não esperavam isto, e boa parte da literatura atual sobre o desenvolvimentismo considerou-o com algo tão improvável que tal possibilidade não foi explorada. Para aqueles que provêm da tradição marxista, o vilão da história foi sempre esse *outro* setor da burguesia – a “burguesia compradora”. Estes eram os capitalistas locais com estreitos laços com o capital metropolitano, geralmente com base nas atividades comerciais e especulativas, algumas vezes em agroexportações, mas sempre suspeitos por seus compromissos com o desenvolvimento nacional. Suspeitava-se da burguesia nacional com relação às questões trabalhistas – e por que não? Mas ao se aliarem em torno de um modelo de desenvolvimento impecavelmente burguês, não apenas ela foi considerada confiável, como, além disso, o pivô central em torno do qual girava todo o jogo.

A BURGUESIA NACIONAL E O ESTADO

A chave para entender as vicissitudes das estratégias de desenvolvimento do pós-guerra é que os funcionários de estado não incentivaram às empresas locais oferecendo-lhes simplesmente proteção e subsídios. Estas medidas eram parte de um pacote de políticas muito mais amplo, central para o que foi uma tentativa de *planejamento capitalista*. Mesmo que os capitalistas sem dúvida tivessem um interesse direto e imediato no primeiro, isto não fica tão claro com relação ao segundo. Na verdade – e este é o ponto central – a institucionalização da substituição de importações tornou racional para os capitalistas resistir e repudiar qualquer tentativa de dirigismo econômico genuíno. Portanto, longe de reforçarem-se mutuamente, como as elites políticas esperavam e os estudiosos da era supõem, a industrialização por substituição de importações e a administração estatal do desenvolvimento industrial estavam mutuamente em tensão. E isto, por sua vez, implicava a existência da possibilidade de um conflito real entre os atores centrais do drama desenvolvimentista, os funcionários do estado e a burguesia nacional. A oposição ao fortalecimento do aparato de políticas não necessitava vir das fileiras dos burocratas ou das classes terratenentes – surgia do próprio agente que as políticas deveriam favorecer.

O motivo que animava as elites políticas na América Latina, Índia e partes do Oriente Médio em meados do século era industrializar suas economias o mais rápido possível. Havia suficiente experiência para demonstrar que, deixados à sua própria sorte,

os industriais não estavam inclinados a investir nas linhas que eram melhores para o crescimento a longo prazo. Os produtos que geravam altos lucros individuais eram freqüentemente aqueles que tinham nenhum ou escasso rendimento social. O ponto das políticas e planejamento industriais consistia em parte em incentivar as empresas em uma direção que permitisse reconciliar ambos os tipos de benefícios. Seu objetivo era garantir que os investimentos fossem consistentes não apenas com os ganhos imediatos, mas também com o desenvolvimento econômico nacional. Em sua maior parte, os planejadores tentaram usar métodos “brandos” para incentivar as empresas a seguir a direção desejada – subsídios, créditos baratos, recortes impositivos, etc. Contudo, as políticas industriais também incluíam um elemento irredutível de coerção destinado a coagi-las, de ser necessário, e de assegurar que os fundos públicos fossem utilizados do modo desejado. Dava-se por entendido que em troca dos subsídios que estavam sendo canalizados até eles, os industriais deveriam se submeter em certo grau à obrigação de prestar contas: teriam que aceitar ser disciplinados.

Para os planejadores, a necessidade de disciplinar as empresas privadas era uma característica natural da substituição de importações. No entanto, para os capitalistas a estrutura de incentivos apontava em uma direção diferente. Como é bem sabido, o efeito imediato da industrialização por substituição de importações (ISI) é proteger os mercados nacionais da competição de produtos importados. Mas a exclusão das importações significou que em muitas linhas de produção os mercados locais acabaram sendo dominados por um pequeno número de produtores. Isto se deveu em parte não apenas pelo pequeno tamanho do mercado local, mas também que a escala de requerimentos da produção moderna exigem um maior desembolso de capital fixo, e, portanto, empresas com um considerável poder de mercado. Havia nesse momento uma enorme vantagem em ser a primeira empresa a entrar em qualquer linha nova de produção, na medida em que era relativamente fácil manter distante a ameaça de competidores potenciais. Além disso, tal vantagem era reforçada por outras peculiaridades da ISI, entre elas a limitação intencional do número de produtores em qualquer setor através de medidas administrativas – devido precisamente ao pequeno tamanho do mercado, os responsáveis pelas políticas tendiam a ser cautelosos com relação à possibilidade de uma competição excessiva ou “arruinadora”.

A conseqüência deste estado de coisas foi que, uma vez que a ameaça de competição externa se extinguiu, os capitalistas locais obtiveram um controle virtualmente monopolista sobre seus mercados. E isto por sua vez implicou que para toda empresa dominante a compulsão por inovar e investir em tecnologias de ponta se dissipa, uma vez que os mercados estiverem a sua mercê. Dado este regime de produção, os subsídios que fluíam do estado para as empresas não necessitavam ser reinvestidos na modernização das fábricas e do equipamento existentes. O predomínio do mercado evidenciava a necessidade de minimizar os custos. Fazia mais sentido, por outro lado, utilizar os recursos para começar operações em linhas de produção totalmente novas e adquirir aí a vantagem de ser o “primeiro ocupante”. O que fez com que isso fosse especialmente atrativo foi que as empresas industriais nos principais países de “desenvolvimento tardio” eram tipicamente parte de grandes e diversificados grupos econômicos com experiência em numerosos setores e que mantinham diversas carteiras de investimento.

Para as burguesias nacionais, a ISI oferecia por fim a possibilidade de obter enormes lucros. O problema era que, a fim de maximizar esses lucros, fazia sentido aceitar os componentes de subvenção da ISI, afastando ao mesmo tempo a ambição dos funcionários de estado de controlar o que os industriais faziam com os subsídios. O fator crítico, que subjazia nesta resistência em se disciplinar, era a atenuação das pressões competitivas na ISI. Seria possível se perguntar por que as empresas teriam que consentir com as demandas feitas pelo estado de funcionar dentro de padrões competitivos que, em muitos sentidos, eram certamente de seu próprio interesse. A razão é que, com a entrada de competidores internacionais bloqueada pelas medidas protecionistas, e com a competição interna silenciada devido ao pequeno tamanho do mercado, as empresas não estavam sob pressão sistêmica alguma que as forçasse a modernizar constantemente suas operações. Com cada influxo de novos créditos ou subsídios do estado, os empresários não sentiam nenhuma compulsão para aumentar a eficiência dos empreendimentos existentes, dado que não havia nenhum perigo iminente de diminuir sua participação no mercado. Daí que, enquanto as agências de planejamento concediam subsídios às empresas em função de um plano de desenvolvimento com prioridades específicas, as empresas elaboraram seus próprios planos de investimentos baseados em seus próprios prognósticos e prioridades, que na maior parte dos casos não coincidiam com os dos responsáveis pelo planejamento. Por esta mesma razão, estas consideravam o componente disciplinar da ISI como uma carga inaceitável: a fim de explorar ao máximo suas oportunidades, as empresas necessitavam a maior liberdade possível para tomar suas próprias decisões com relação à quais setores se expandir ou onde efetuar novos investimentos. A melhor maneira de usar a ISI era alentando o compromisso do estado com os subsídios, insistindo ao mesmo tempo em que o capital privado deveria ter a máxima liberdade para dispor deles.

Em resumo, enquanto os responsáveis pelo planejamento viam a ISI e as políticas industriais como duas faces de uma mesma moeda, a ISI gerava para os capitalistas um incentivo para *recusar* a disciplina das políticas industriais. O capital apoiou aquelas instituições destinadas a aprofundar a política de subsídios, mas resistiu decididamente aos aspectos da planificação estatal destinados a monitorar e regular as decisões de investimento das empresas. Na superfície, o conflito entre a burguesia nacional e os planejadores econômicos não era sempre evidente. Era comum encontrar industriais unindo-se ao coro daqueles que pediam planejamento, gestão econômica e ademais. Todavia, o que queriam dar a entender com isso era um processo no qual os fundos públicos eram postos a sua disposição, e sob seu mando. Para eles, o planejamento significava a socialização do risco, deixando intacta a apropriação privada dos lucros. Os grupos de empresários nestes países empreenderam uma campanha de acordo com isto na qual demandavam, e apoiavam, a coordenação central de políticas econômicas ao mesmo tempo em que lutavam vigorosamente contra toda medida que pudesse dar aos planejadores qualquer tipo de poder real sobre suas decisões de investimento.

TRÊS CASOS HISTÓRICOS: ÍNDIA, TURQUIA, BRASIL

Estas linhas foram mais claramente traçadas, e suas dinâmicas visivelmente desenvolvidas, na região onde a elite política teve o compromisso mais claro e profundo

com um modelo de desenvolvimento dirigido pelo estado: o subcontinente da Índia (4). Sob a liderança de Nehru, o Congresso Nacional da Índia começou a delinear uma agenda de planejamento pós-colonial uma década antes da partida dos britânicos. As figuras notáveis da comunidade empresarial, por sua vez, não apenas anunciaram seu compromisso de participar do planejamento pós-independência, mas que o demandaram mesmo antes que a plena autonomia fosse alcançada. O que se tornou claramente evidente, no entanto, foi que ambos os grupos tinham concepções muito diferentes com relação ao alcance apropriado do poder estatal. Os grupos empresariais lançaram uma ofensiva profunda contra todos os instrumentos desenhados para fortalecer os aparatos de planejamento enquanto clamavam por mais subsídios e mais proteção. A intervenção estatal no desenvolvimento industrial seria tolerada, mas somente se fosse por convite dos grupos empresariais – não conforme o julgamento dos planejadores. A campanha, iniciada mediante um intenso esforço de *lobby* e respaldada por uma diminuição do ritmo dos investimentos, foi amplamente efetiva. O novo governo instalou um aparato de planejamento, mas a Comissão de Planejamento Central tinha pouco poder para supervisionar, e muito menos influenciar diretamente, os investimentos privados.

A gestação de um regime de planejamento não foi tão grande na Turquia. Enquanto que na Índia o compromisso tinha sido anunciado mais de uma década antes de seu começo, no caso da Turquia a mudança para as políticas industriais planificadas foi mais rápida: foi proposta pela primeira vez no final da década de 50, e foi implementada menos de cinco anos depois. É certo que o *estatismo* Kemalista data da década de 20, intensificando-se nos anos posteriores à Grande Depressão. Mas a proteção estatal e a promoção industrial tinham retrocedido durante os anos 40, a ponto tal que o peso do setor industrial na economia baixou de 18% do PIB no fim dos anos 30 a menos de 12% em 1952. Foi logo no final dos anos 50 que o interregno liberalizador culminou e a substituição de importações foi colocada novamente na agenda, desta vez com o olhar posto sobre o desenvolvimento planificado. O movimento foi rápido. De modo algo vacilante, pôs-se em marcha uma reestruturação do aparato estatal até 1958; esta se acelerou em 1960 depois de que um golpe de estado militar removeu do poder o Partido Democrático, e se completou até meados da década. Como na Índia, os capitalistas nacionais estavam a favor tanto da ISI como da coordenação central da política econômica. A nova junta militar teve por fim autonomia considerável para desenhar as instituições necessárias para as políticas industriais e reestruturar o estado em torno delas.

Sob a supervisão de especialistas reconhecidos como Jan Tinbergen e Alvin Hanson, estabeleceu-se a Organização de Planejamento Estatal (*State Planning Organization*, SPO) como a agência nodal de política econômica. Tinbergen e seus colaboradores dentro do estado propuseram que a SPO devia ter poder não apenas para desenhar planos, mas também para garantir que todas as decisões de adjudicação estivessem alinhadas com as prioridades do programa, e assinalaram que a orientação dos investimentos deveria ser muito diferente da que as empresas estiveram escolhendo durante a última década; além disso, propuseram que as empresas estatais, que tinham sido utilizadas durante os anos 30 como vacas leiteiras das empresas privadas, deviam ser racionalizadas de modo tal que pressionassem estas a modernizar suas próprias operações. Tudo isso apontava na direção de um regime de planejamento comprometido com a modernização da acumulação para o capital nacional – o que naturalmente implicava impor disciplina sobre a inclinação aos lucros especulativos e de curto prazo.

O que emergiu imediatamente, no entanto, foi que os industriais tinham uma concepção muito distinta do planejamento. Sob pressão das empresas, o projeto estatal de reforma empresarial se esfriou; as reformas impositivas propostas destinadas a incrementar o acatamento dos muito ricos e aumentar a poupança nacional foi violentamente criticada; os esforços para obter, por parte das empresas, informação relativa a seus planos de investimento encontraram a mais dura resistência; e, fundamentalmente, as tentativas iniciais de dirigir os fluxos de investimento para setores mais estratégicos e afastados daqueles preferidos pelas empresas locais, ficaram no limbo. Vendo a advertência, os planejadores da SPO renunciaram coletivamente em 1962. O aparato de planejamento permaneceu em seu lugar em termos formais, como na Índia, mas nunca teve o poder para supervisionar e controlar efetivamente a indústria local. Na verdade, nos estudos sobre a política econômica na Turquia pode ser encontrado o argumento de que a queda do regime de planejamento data de 1965 – apenas três anos depois de que a SPO foi instalada!

Na Índia e na Turquia os capitalistas atacaram, e depois rechaçaram, os desenhos mais radicais de reestruturação do estado. A experiência brasileira foi distinta, no sentido de que os líderes políticos nunca tiveram o mesmo nível de comprometimento com o planejamento e, portanto, nunca formularam planos comparavelmente tão ambiciosos aos quais os capitalistas tivessem que responder. A substituição de importações se consolidou depois de 1930, sob o primeiro regime de Getúlio Vargas. Mas, igual à Turquia, a administração do pós-guerra observou um recuo inicial nessa frente quando o governo de Dutra liberalizou os controles e o comércio internacional. Foi logo depois com o regresso de Vargas em 1950 que a ISI se consolidou, ainda que desta vez com um discurso mais explícito de coordenação central e certo planejamento. No entanto, enquanto a Índia do pós-guerra e os líderes turcos mudaram e instalaram organismos nodais de planejamento com poderes efetivos – que depois seriam atacados -, no Brasil não houve paralelos diretos, devido à intensa campanha realizada pelo capital local durante uma década, já estava bem claro que um regime de planificação não seria tolerado.

O Brasil também contrasta de certa forma com a Índia e a Turquia no sentido de que seu desenvolvimentismo foi configurado em parte por uma poderosa ala de capitalistas ligados ao capital estrangeiro, especialmente estadunidense. Esta corrente coexistiu com um estrato de capitalistas de formação recente liderado por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, que personificavam a chamada burguesia nacional. Simonsen, em particular, levou adiante uma grande luta para legitimar a ISI e uma política industrial intervencionista diante dos olhos dos industriais brasileiros. Mas teve que lutar protegendo constantemente sua retaguarda da ala liberal do capital local, que, em aliança com empresas estadunidenses, reclamava uma regulação mínima do investimento industrial. O ponto a ser observado, no entanto, é que o espaço restrito para o planejamento do desenvolvimento não era simplesmente um reflexo desta divisão no interior da burguesia local, ou da debilidade de seu segmento nacionalista. Quando o poder do estado teve que exigir a obediência das empresas locais, reestruturar os padrões de investimento ou castigar as atividades comerciais especulativas, perdeu o apoio inclusive da ala nacionalista da classe empresarial. O próprio Simonsen anunciou os limites prudentes do planejamento estatal no próprio texto em que defendia a intervenção estatal, advertindo que o planejamento nunca deve restringir a “iniciativa privada”, ou competir com ela por meio de investimentos públicos (5). A realidade destes limites ficou

muito clara quando os administradores estatais ousaram ultrapassá-los. Quando o estado começou a disciplinar as práticas empresariais depois da guerra – mediante legislação antimonopolista, questionamentos sobre o estabelecimento de preços superiores aos do mercado na ausência de outros vendedores, e ademais – foi firmemente desencorajado pelos próprios capitalistas nacionais.

Neste contexto, os esforços para reestruturar o estado em função das necessidades do planejamento industrial tenderam a ser vacilantes e episódicos, sempre cuidadosos para não provocar um ataque. O Brasil foi uma exceção dentro dos estados desenvolvimentistas ao não contar jamais com uma verdadeira agência central de planejamento. Se alguma vez esta foi proposta, foi sempre com muitos titubeios e de vida curta. Na Constituição de 1946, foi promulgada a criação de um Conselho Econômico Nacional, inicialmente projetado para ter amplos poderes sobre o planejamento para o desenvolvimento, mas apesar de que a disposição foi aprovada, na prática, ficou sem efeito (6). Em vez de verdadeiros organismos de planejamento dotados com poderes efetivos, os administradores estatais recorreram a agências descentralizadas e *ad hoc* que lhes atribuíram tarefas particulares – ilhas de planejamento em um mar de hostilidade. Na verdade, o estado desenvolvimentista brasileiro nunca aspirou ter o mesmo alcance de poder sobre o capital local que as variantes turcas e hindus. Consolidou-se com mais lentidão, mais débil em seus fundamentos e mais tímido em suas ambições – ao menos no que se refere à construção do estado. Subjazia nisto uma classe capitalista nacional muito mais hostil que em outros casos.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES TRABALHISTAS

É importante destacar que em nenhum destes casos a intransigência capitalista esteve motivada pelo medo de uma esquerda fortalecida. No início da década de 60, o movimento operário turco não representava nenhuma ameaça. A junta militar que tomou o poder em 1960 não teve nenhum trato com os sindicatos, e o retorno do Partido Republicano pouco tempo depois não implicou em uma abertura a partir da qual os sindicatos pudessem obter maior poder. No Brasil também, ainda que Vargas tenha dado nova legitimidade aos sindicatos a partir de 1930, estes foram rapidamente subordinados a uma estrutura estatal corporativista labiríntica no Estado Novo, e marginalizados ainda mais no Governo Dutra. Em nenhum destes casos as empresas nacionais tiveram que se preocupar com uma elite política sob a influência de uma classe operária ativa e mobilizada.

Dos três, apenas na Índia houve algum sinal real de uma ameaça por parte da classe operária quando o desenvolvimentismo se iniciou. Mas esta ameaça foi rapidamente eliminada por Nehru e pelo Congresso Nacional da Índia. Quase imediatamente depois da independência, o movimento operário ficou dividido pela criação de uma nova federação sindical aliada ao partido do Congresso, uma federação constitucionalmente comprometida com a paz industrial e o regime de planejamento. Em poucos anos, com a ajuda do patrocínio do partido governante, emergiu como a ala mais poderosa do movimento operário, abdicando majoritariamente assim da ação política independente.

A marginalização da classe operária foi em parte uma tentativa da elite política em consagrar-se com a burguesia nacional. Esperava-se que um encolhimento do espaço político apaziguaria qualquer temor por parte do setor empresarial de um deslocamento do planejamento capitalista ao socialista. Mas também foi impulsionado pelo próprio menosprezo da elite política dos setores operários, e sua crença eterna de que o desenvolvimento nacional não poderia ser confiado aos pobres trabalhadores. As políticas seriam confiadas apenas aos líderes naturais da nação: os industriais e os administradores do estado. Pareceu que este grupo nunca teve a idéia que uma aliança com uma força operária mobilizada tivesse fortalecido sua influência contra uma classe empresarial resistente.

Por outro lado, não se pode negar que a facilidade com que os sindicatos foram deixados à margem foi em parte produto de suas próprias escolhas. Houve uma tendência a serem reduzidos por todos os discursos sobre o planejamento e desenvolvimento coordenado. Além disso, os dirigentes operários tinham consciência de sua debilidade como força social e aceitaram rapidamente sua incorporação às estruturas estatais. Havia certa esperança de que sua incorporação formal ao estado e seus organismos de planejamento compensassem sua falta de poder na fábrica. Isso, obviamente, era uma fantasia. Ao se desmobilizaram, o equilíbrio de poder inclinou-se ainda mais decididamente em favor dos negócios, diminuindo o espaço político e acrescentando a habilidade do capital de definir os termos da política e a construção do estado.

A PATOLOGIA DO DESENVOLVIMENTISMO

Os exemplos mencionados anteriormente buscam simplesmente ilustrar o princípio básico: nas estratégias paradigmáticas de industrialização “dirigida pelo estado”, o poder real que os estados puderam acumular foi severamente limitado, e foi limitado devido à firme hostilidade por parte dos capitalistas nacionais. Os planejadores podiam canalizar recursos para as empresas, e anexar estipulações e condições para seu uso – mas tinham poucas chances de garantir sua execução. Os capitalistas eram capazes de desviar fundos dos setores selecionados para suas próprias linhas de preferência. Para dar apenas dois exemplos: um estudo sobre o planejamento turco de 1968 a 1980 revelou que, do total dos subsídios recebidos pelas empresas, menos de 20% foi investido de acordo com as diretivas do plano (7). De modo similar, na Índia, no apogeu do planejamento, não apenas se descumpriam consistentemente os objetivos do plano, mas que cerca de 25% de todos os investimentos subsidiados foram parar em linhas de produção proibidas expressamente pelos planejadores (8). Os únicos setores para os quais os investimentos fluíram sem problemas nestes países, e de fato excedendo os objetivos do plano, eram os bens de consumo (tipicamente uma baixa prioridade para os planejadores). Os administradores estatais podiam continuar fazendo seus prognósticos e desenhando planos de nobre retórica, mas a realidade indicava que tinham escassa capacidade para garantir sua realização efetiva. Os capitalistas, por outro lado, comodamente refugiados em um ambiente protegido e altamente subsidiado, podiam pegar o dinheiro e desviá-lo para os setores que os favoreciam.

Isto gerou uma economia política na qual a acumulação se deu a um ritmo consideravelmente rápido por cerca de quatro décadas, mas de modo tal que solapou

progressivamente as condições de sua própria existência. Por um lado, como consequência direta da assimetria entre subsídios e planejamento da ISI, o gasto estatal cresceu a um ritmo mais rápido que a renda. Não apenas se esperava que o estado continuasse seu compromisso com os subsídios e as transferências às empresas privadas, mas que, na medida em que estas ignoravam os sinais dos planos e desviavam os investimentos, a baixa na atividade teve que ser absorvida pelas empresas do estado, que de modo crescente foram dando corpo a uma rede de proteção para o setor privado: proporcionando insumos baratos, comprando produtos do setor privado a preços inflados, e movendo-se para linhas que os capitalistas consideravam pouco atrativas. Em última análise, tudo isso foi mantido por uma drenagem contínua do tesouro público. Daí que, mesmo quando a economia cresceu a um ritmo impressionante, competia com o déficit fiscal, que em geral crescia ainda mais rápido (9).

O esgotamento fiscal crescia paralelamente ao desequilíbrio das contas externas. Ainda que a ISI seja hoje posta em cheque pelos neoliberais como uma retirada frente a economia mundial, o fato é que seu nascimento gerou uma maior integração dos mercados mundiais – ironicamente, mediante uma escalada das importações. É certo que as importações de bens de consumo estavam bloqueadas, mas a aceleração da produção doméstica por sua vez exigia um fluxo crescente de bens de capital importados. Em princípio, não obstante, a tendência ascendente nas importações de capital deveria ser equilibrada com um aumento proporcional das exportações. Aqui novamente encontramos um mito impregnado entre os expoentes do Consenso de Washington, isto é, que a ISI ignorou consistentemente a importância das exportações. Na verdade, até o fim os anos 50, uma grande quantidade de países com substituição de importações implementaram programas para fomentar as exportações, em claro reconhecimento da importância das exportações para fomentar o crescimento. De fato, não foi nem mais nem menos que Raul Prebisch, o apóstolo da ISI, quem acentuou isto como um imperativo para o final da década (10).

O problema não foi a resistência dos responsáveis do planejamento, mas a das empresas. A estratégia na ISI consistiu em supervisionar uma transformação da estrutura industrial e, como parte disto, mudar a composição das exportações, de bens primários a manufaturas de maior valor. Todavia, uma vez mais, precisamente devido a sua incapacidade de disciplinar o capital, os estados fracassaram neste intento. Seguros atrás de suas barreiras protecionistas, os capitalistas simplesmente preferiram o mercado interno inflado aos mercados altamente competitivos de exportação. Uma e outra vez, os esforços para promover as exportações ficaram no limbo devido à persistente falta de interesse das empresas locais. As exportações, por fim, ou ficaram dominadas pelos produtos tradicionais, ou se transferiram lentamente para linhas de maior valor; de qualquer forma, não foram capazes de gerar a renda necessária para compensar a crescente conta de importações. Desta maneira, os estados enfrentaram um dilema: ou diminuía a taxa de investimento para equilibrar as contas externas, ou continuavam avançando por um caminho incerto, com a esperança de alcançar os níveis de renda necessários mediante o endividamento. Muitos países optaram por este último na década de 70, quando o mundo nadava em petrodólares – apenas para perceberem, uma década depois, que estavam falidos.

A debilidade dos aparatos de planejamento estatal desempenhou um papel crítico, portanto, no esclarecimento dos projetos de desenvolvimento nacional nos anos 80. Isto

não quer dizer que não existiram outras causas para as crises econômicas. Mas é notável como na medida em que passa o tempo tendeu-se a culpar a burocracia e os planejadores – sem reconhecer minimamente o papel desempenhado pelos grupos econômicos. Há nisto certa ironia, dado que em essência o desenvolvimentismo equivaleu a uma transferência maciça de recursos nacionais aos capitalistas locais. Os objetivos das políticas industriais no período de pós-guerra podem ser entendidos como um tipo de contrato implícito: no curto prazo, os fundos públicos seriam canalizados para as empresas, com o subentendido de que, em troca, o estado as tornaria responsáveis por certos níveis de rendimento. Assim, a médio prazo, a comunidade se beneficiaria de ter consentido inicialmente com os capitalistas locais. Contudo, na medida em que os estados se debilitaram e fraturavam, a equação se revertia. Os capitalistas puderam dar início a meio século de acumulação primária, socializando seus riscos e perdas enquanto se apropriavam privadamente dos lucros. O resultado final foi que houve desenvolvimento e crescimento industrial, mas com um enorme custo para o público.

OS FUNDAMENTOS SECRETOS DO MILAGRE COREANO

A Coreia é talvez o único caso em que os capitalistas locais *sim* se aliaram com as elites políticas em torno da industrialização liderada pelo estado (11). Na Coreia, igual que na Índia e em outros países de desenvolvimento tardio, as instituições para o planejamento do desenvolvimento tiveram de ser construídas de novo, especialmente as destinadas a disciplinar os capitalistas. Mas diferentemente de seus colegas, os industriais coreanos não reagiram contra esse esforço de construção estatal; ao contrário, uniram-se ao projeto. Por que fizeram isso, enquanto os capitalistas no resto do mundo não?

As bases da aliança com o estado se fundamentam no fato de que a estratégia econômica coreana depois de 1960 inseria a industrialização orientada para as exportações (ELI) dentro da ISI, gerando assim um conjunto diferente de incentivos para a burguesia nacional. No coração da industrialização orientada para as exportações havia um compromisso por parte das empresas de dirigir parte de seus produtos aos mercados de exportação. Portanto, distintamente das empresas da ISI, que produzem para um mercado interno isolado, os produtores na ELI eram jogados na competição internacional voraz. Isso gerou a diferença correspondente nos incentivos políticos com relação ao estado. Enquanto as empresas na ISI podiam ignorar a demanda por investir no máximo nível de eficiência, seus correspondentes da ELI não podiam fazê-lo, por medo de perder posições nos mercados de exportação, onde a competição era muito mais severa. Daí que, enquanto as empresas na ISI tinham um incentivo – uma vez que tinham tomado o dinheiro do estado – para resistir às exigências do estado de melhorarem os investimentos produtivos, no outro caso, as empresas tinham um incentivo para cumprir com tais demandas, justamente com a finalidade de sobreviver nos mercados de exportação. Além disso, os *chaebol* coreanos necessitavam da assistência do estado para desenvolver tecnologias, coordenar investimentos entre setores complementares, impor padrões de qualidade uniformes e ademais, sem o que o sucesso das exportações teria sido altamente improvável. Portanto, distintamente do que acontecia na ISI, as empresas na ELI tinham um incentivo para permanecer no projeto de construção estatal, dado que um estado forte era um ingrediente importante para obter sucesso nos mercados de exportação.

A Coréia não estava sozinha ao colocar maior ênfase nas exportações nesse momento. Esta mudança foi tentada em muitos países no início da década de 60, mas fracassou várias vezes diante da resistência dos produtores locais. Por que se arriscar nos mercados altamente competitivos de exportação quando tinham a comodidade dos lucros assegurados em casa? Na Coréia, esta mudança foi possível por uma circunstância altamente fortuita, que reuniu fatores não disponíveis em outros países. Primeiro, e talvez mais importante, as empresas japonesas estavam entrando na Coréia nesse momento para associarem-se com produtores coreanos em torno de uma estratégia de exportação, e trouxeram consigo extensas redes de venda e de marketing, assim como abundantes linhas de crédito – precisamente o que faltou às empresas na Índia, Turquia e na América Latina. Foi removida, por fim, uma barreira crítica de entrada para os capitalistas coreanos, na medida em que eram conduzidos para lucrativos mercados de exportação, com redes de clientes prontos e em espera. Mas enquanto a associação com as empresas japonesas poderia lhes fornecer acesso aos mercados estadunidenses, a sobrevivência nesses mercados exigia mais – necessitava da ajuda do estado coreano tal como foi descrita no parágrafo anterior. A ascensão de Park Chung Hee levou ao poder um regime sem piedade, mas desejável para os capitalistas coreanos precisamente por seu compromisso com a construção de um estado capaz de coordenar os êxitos obtidos em suas exportações. Quando Park deu sinais de que ia dar impulso a uma estratégia de exportações assim como a um estado desenvolvimentista, encontrou um aliado muito bem predisposto na burguesia nacional coreana.

Com esta associação assegurada, os resultados do desenvolvimentismo coreano foram muito distintos dos demais. Devido a que o estado foi capaz de conduzir com eficiência os fluxos de investimento privado e garantir sua utilização efetiva, as empresas estatais não tiveram que se responsabilizarem pelas falências, quebras e bancarrotas registradas em outras áreas da economia como na América Latina e na Índia. Além disso, devido à efetividade da intervenção estatal, o crescimento industrial foi muito rápido, dando lugar a uma taxa espetacular de crescimento econômico, que manteve as rendas públicas muito elevadas. Estes dois fatores contrastavam com os resultados de nossos outros casos, e, por sua vez, aliviaram enormemente a carga fiscal. Portanto, mesmo que o gasto público na Coréia tenha se expandido rapidamente, isto raramente gerou altos déficits, já que a expansão da renda seguiu seu ritmo. Na frente externa, uma vez mais, o estado foi capaz de dirigir o investimento para novas linhas de maior valor agregado e, particularmente, de bens comercializáveis. Isto produziu um desenlace muito distinto ao da América Latina; na Coréia a quantidade de exportações e a dívida externa aumentaram muito rapidamente, mas a taxa de exportações cresceu ainda mais rapidamente, o que permitiu ao país escapar das restrições sobre seus setores externo e financeiro (12).

A chegada dos japoneses foi chave para induzir os capitalistas coreanos a voltarem-se para os mercados de exportação, o que por sua vez os levou a apoiar a mudança de Park para a ELI, que os converteu em aliados de Park em torno da construção de um estado desenvolvimentista. Os capitalistas na Índia, na Turquia ou no Brasil não gozaram do benefício de patrocinadores como as empresas japonesas. Na verdade, os investidores estrangeiros na Índia – principalmente multinacionais britânicas e estadunidenses – fizeram até o impossível para desencorajar as exportações, reforçando a confiança nos mercados internos. Portanto, o segredo do sucesso coreano na construção de um poderoso estado desenvolvimentista é a mudança anterior para um modelo

diferente de acumulação, a industrialização orientada para a exportação, que criou um incentivo para que a burguesia nacional aceitasse o projeto de construção estatal. Na Índia e demais lugares, as condições conspiraram para apresentar a ISI como o único modelo viável de acumulação; o custo disto foi que o modelo solapou as condições necessárias para uma intervenção estatal efetiva, já que confrontava os capitalistas com o estado. As condições que permitiram aos capitalistas coreanos fazer a mudança e, portanto, aceitar um estado desenvolvimentista, simplesmente não estiveram presentes em outros lugares.

A MITOLOGIA DA BURGUESIA NACIONAL

A afirmação segundo a qual a burguesia nacional é um agente pouco confiável para o desenvolvimento acelerado vai contra algumas convicções profundamente arraigadas, mesmo entre os marxistas. Durante o período em que o conceito se tornou popular – os anos da Terceira Internacional – o principal motivo de preocupação na esquerda eram as classes *agrárias*. O grau de produção capitalista na agricultura, a classificação econômica dos produtores rurais, a orientação política do campesinato para os partidos socialistas – estas eram questões que obrigavam a exercitar as mentes dos marxistas europeus, e pouco depois, as dos marxistas asiáticos. Certamente, também havia áreas de ambigüidade em relação aos capitalistas industriais. Com relação a duas questões em particular, os capitalistas eram vistos ou diretamente como não confiáveis ou como “vacilantes” (como Stalin colocara muito delicadamente): sua orientação em direção aos poderes imperiais e às alianças com a classe operária. Todavia, quando se tratava dos interesses dos capitalistas industriais em relação à industrialização, havia uma compreensão geral de que estavam firmemente a favor. De maior confiança ainda era a avaliação da relação entre as elites políticas modernizadoras e os capitalistas nacionais – estes eram vistos como aliados naturais, colaborando em um projeto compartilhado de desenvolvimento nacional. Tanto é assim que figuras como Atatürk, Nehru, Vargas, e depois Perón, eram freqüentemente apresentadas ou como representantes diretos da “burguesia nacional” ou, se esta era considerada muito fraca, como seus guardiões de fato. De qualquer forma, mesmo quando poderia ter havido tensão entre as elites modernizadoras e os capitalistas nacionais em torno de certas questões, os marxistas quase nunca consideraram que pudesse haver tensões em torno do próprio processo de desenvolvimento capitalista nacional.

O que explica isso? Por que os marxistas raras vezes consideraram a possibilidade de que os capitalistas se rebelassem contra elementos fundamentais de um projeto desenvolvimentista? Uma razão bastante simples foi que a experiência histórica do século XX do desenvolvimento dirigido pelo estado ainda não tinha se produzido. Portanto, não tinham sido testemunhas do antagonismo entre os planejadores econômicos e os capitalistas em torno da construção do estado. É certo que se poderia partir das experiências existentes do precoce mercantilismo moderno e dos países de desenvolvimento guiado pelo estado durante o século XIX: Alemanha, Japão e obviamente a Rússia. No entanto, é crucial registrar que esta geração de desenvolvimentos tardios diferia em grande medida da do século XX no que diz respeito às questões que dividiam a burguesia e o estado. A intervenção estatal na Alemanha,

Japão e outros países da era vitoriana tinha muito poucas medidas destinadas a regular e monitorar os investimentos das empresas privadas. O papel do estado era muito mais passivo, tornando-se limitado basicamente às tarefas de subsidiar e proteger. As políticas de construção estatal diferiram por fim consideravelmente, centrando-se em incrementar a capacidade institucional para aumentar as rendas públicas, e não a disciplinar o capital. Naturalmente, neste contexto os laços entre os planejadores e industriais não estavam nem remotamente tão tensos. Quando os teóricos tardiamente, em meados do século, consideraram as dinâmicas prováveis do planejamento do desenvolvimento, tinham atrás de si uma experiência histórica que simplesmente não fornecia um bom guia do que se devia esperar.

No entanto, no pensamento marxista havia uma segunda debilidade com relação a este tema, que tinha a ver com a teoria política. Os primeiros teóricos do desenvolvimentismo trabalharam com uma noção bastante unilateral do estado e sua relação com os interesses capitalistas. Para esta geração, o estado capitalista era uma instituição que basicamente *refletia* os interesses da classe dominante – um estado a serviço da classe capitalista em ascensão. Apenas representava um problema e uma ameaça potencial para os capitalistas se estava sob a influência de *outra* classe – terratenentes em decadência tratando de manter seu poder, uma classe operária crescente e mobilizada, governantes imperiais ou coloniais, etc. Nestes cenários, seria lógico para a burguesia resistir a qualquer fortalecimento da capacidade estatal, na medida em que este pudesse ser funcional a forças hostis a ela. A orientação do estado era tomada como um reflexo do desequilíbrio de forças políticas. Não é surpreendente perceber que os marxistas deram pouca atenção para as tensões que o desenvolvimento dirigido pelo estado ocasionaria. O projeto de desenvolvimento nacional estava supostamente dirigido pela burguesia nacional e em prol dos seus interesses. Portanto, nesta teoria não haveria espaço para tensões entre esta e o estado – além do mais, tratava-se de *seu estado*.

Se substituirmos este olhar instrumentalista por outro que admita certa independência do estado com relação ao capital, os conflitos em torno do desenvolvimentismo se tornam menos misteriosos. O próprio fato da autonomia relativa do estado significava que seus poderes não estavam sob o controle direto da burguesia nacional. O estado de meados do século XX era também muito diferente do da era mercantilista, ou de aquele dos anos vitorianos. Estava dotado de um conjunto de instrumentos técnicos e administrativos que tornavam uma estratégia intervencionista muito mais preocupante para os capitalistas locais. A característica distintiva da planificação do desenvolvimento, o que a distinguiu do intervencionismo do século XIX, era que tinha estado dirigida diretamente no sentido de reduzir o poder autônomo dos industriais sobre o investimento. Se a teoria instrumentalista do estado estivesse certa, então isto não teria implicado num problema – mediante seu controle sobre o aparato estatal, os capitalistas teriam se assegurado de que a intervenção se limitaria a aquelas instâncias nas quais era necessária, e de que suas garras nunca estivessem dirigidas a eles. Mas precisamente devido à genuína, ainda que limitada, independência do estado com relação a seu controle, os capitalistas viam o conjunto da empresa como carregado de perigo. Por conseguinte, adotaram a estratégia de incentivar e fomentar a agenda desenvolvimentista em sentido amplo, enquanto ao mesmo tempo recortavam os elementos que pudessem contrapor-se a suas prerrogativas de investimento.

Dadas estas desvantagens – a diferença entre o desenvolvimentismo da primeira e da segunda geração, e o compromisso com uma compreensão do estado simplista demais -, os argumentos iniciais sobre a burguesia nacional foram incapazes de antecipar sua posição contraditória dentro do processo de desenvolvimento. O interessante é que não foram simplesmente os teóricos do desenvolvimento os que erraram com relação aos da base estrutural deste conflito. Os administradores estatais também pareciam ter funcionado sob a impressão de que, na medida em que sua agenda estava dedicada a fortalecer o capitalismo nacional, isto provocaria como resposta o apoio dos capitalistas nacionais. Portanto, não acreditavam na história instrumentalista relativa ao poder estatal, dado que estavam sumamente conscientes da independência de sua iniciativa e freqüentemente viam os capitalistas com certo desdém. Contudo, se parecer ter acreditado que, dadas as próprias declarações da burguesia em favor do desenvolvimentismo acelerado, esta cederia aos administradores estatais a autonomia que necessitavam para construir os instrumentos necessários de política pública, e para usá-los. Esta é uma das razões pelas quais as elites políticas se mobilizaram com presteza para marginalizar e desmobilizar a classe operária. Isso aconteceu apenas em parte para ganhar a confiança dos setores empresariais; a outra razão foi que simplesmente se dava como fato consumado que os membros ativos e hegemônicos do “bloco modernizador” seriam o estado e o capital, sócios naturais nesta empresa arriscada.

Os capitalistas tinham uma idéia muito diferente. Mais que ceder aos funcionários de estado a autonomia necessária para construir um poderoso aparato de planejamento, propuseram-se *diminuí-la*. O ataque à disciplina estatal era em última instância isto. Se as elites tinham realmente que construir os instrumentos políticos apropriados, teriam que *usurpar* a autonomia necessária – esperar que lhes fosse cedida não era uma opção. A ironia é que a mesma força que poderia ter aumentado seu poder sobre o capital, e gerado suficiente independência deste para impor suas reformas, não era nem mais nem menos que aquela força que se esforçaram tanto em desmobilizar: a classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

Olhando hoje para trás, das ruínas da revolução neoliberal, é compreensível que haja certa nostalgia com relação à era desenvolvimentista e da burguesia nacional. Os anos intervencionistas parecem ter nos deixado uma forte mitologia sobre este período, na qual os estados tiveram o poder e a visão para percorrer um caminho em direção ao desenvolvimento autônomo, a classe empresarial enganchou seu vagão no trem do projeto nacional, e a classe operária teve um lugar na mesa de negociações. Há algo de certo nesta história. O mundo em desenvolvimento de fato progrediu de forma considerável durante a era do desenvolvimentismo, muito mais que no quarto de século neoliberal. Os estados desempenharam um papel importante nisso, e os capitalistas nacionais colaboraram até certo ponto com os responsáveis pelas políticas no planejamento de um caminho em prol do desenvolvimento. Nada neste artigo pretende questionar isso.

O que importa reconhecer é que, dado que houve um bloco social que se aglutinou em torno do desenvolvimentismo, o destino do projeto em sua totalidade não pode ser entendido se são ignoradas as enormes contradições e os custos que implicou. Os

capitalistas simplesmente não iam apoiar a instalação de instrumentos políticos que permitissem aos planejadores tornar as empresas responsáveis pelas prioridades do plano. E na ausência de tais instrumentos, a condução estatal acabou sendo uma criatura muito distinta daquela originalmente prevista. Em vez de ser a encarnação do compromisso do capital com o desenvolvimento nacional, converteu-se no canal para uma transferência de recursos nacionais monumental para os bolsos dos industriais locais. As estruturas industriais mudaram lentamente, mas não ao ritmo nem na direção necessários para compensar o crescente esvaziamento fiscal ou para gerar rendas o suficientemente rápido para equilibrar as contas externas. Lentamente, o projeto revelou-se como um modelo de acumulação – mas a um custo escasso para os capitalistas nacionais.

A Coréia foi um caso atípico na medida em que escapou deste caminho. Mas aqui também foi a dinâmica interna do modelo de acumulação a que conduziu a uma mudança em direção ao neoliberalismo. Uma classe capitalista excepcionalmente unida tinha, até o início da década de 90, superado sua necessidade de apoio estatal como condição para o sucesso das exportações. Por fim, a associação que havia sustentado o estado desenvolvimentista dissolveu-se, e o *chaebol* começou a exigir o desmantelamento do aparato de planejamento. O fim do estado desenvolvimentista não foi provocado nem pelo FMI nem pelos EUA como seqüela da crise de 1997. Este foi apenas o desenlace dos eventos críticos. O velho aparato tinha se desorganizado muito antes sob a pressão do *chaebol*, e na verdade foi seu desmantelamento prévio o que ocasionou a crise. O ponto que vale a pena destacar é que mesmo na Coréia, onde houve algum tipo de apoio empresarial ao projeto de desenvolvimento nacional, e onde de fato tal associação com o capital foi crucial para o sucesso do projeto, os capitalistas se mantiveram na aliança somente na medida em que a intervenção estatal constituiu uma précondição necessária para sua rentabilidade.

Para a maioria dos países, uma conseqüência política chave do projeto foi a debilitação organizativa do movimento operário. Isto foi em alguma medida orquestrada pelas elites políticas, em parte devido a seu próprio paternalismo e desconfiança com relação à classe operária; mas também foi exigido pelos capitalistas como uma condição para sua (promessa de) cooperação com o regime intervencionista. Mesmo assim é impossível ignorar o fato de que todo este processo foi em grande parte possível pela sedução que a retórica do desenvolvimentismo e planificação nacionais exerceu sobre o próprio movimento operário. Frequentemente, os sindicatos confiavam muito injustificadamente na capacidade do estado de proteger seus interesses, disciplinar a classe capitalista e manejar o conflito de classes mediante uma hábil manipulação das prioridades do plano. Em muitos casos, a classe operária esteve bastante disposta a ocupar seu lugar na mesa e, para dizer de algum modo, dar sua aprovação às estruturas corporativas que são comuns nas relações industriais nos países em desenvolvimento. A conseqüência a longo prazo desta desmobilização foi uma debilitação contínua da classe operária como ator político. Daí que quando veio a mudança para o neoliberalismo, a classe operária carecia do poder organizativo e a experiência para combatê-lo de modo eficaz (13). Ironicamente, foi a própria ausência de tais oportunidades para a inclusão o que pode ter contribuído para o desenvolvimento e radicalização extraordinários do movimento operário coreano. Enquanto os sindicatos de muitos países que saíram da ISI permaneceram dependentes do apoio estatal, os sindicatos coreanos estabeleceram desde muito cedo uma independência militante, e se mobilizaram em um nível quase sem

precedentes no mundo em desenvolvimento. Ainda que não pudessem bloquear o surgimento da liberalização, foram capazes de intervir na transição para o novo modelo de acumulação com uma força considerável.

Portanto, ainda que a nostalgia pela era desenvolvimentista seja até certo ponto compreensível, uma avaliação mais sóbria nos sugere uma lição diferente. Na última vez em que as elites políticas e as classes subalternas apelaram para a burguesia nacional para liderar um projeto de desenvolvimento, obtiveram menos do que esperavam e muito menos do que mereciam. Não há razão para pensar que, livre em sua própria lógica, o capital vá reagir de outra maneira em outra ocasião. Por certo, se o argumento deste artigo está correto, a resistência à intervenção estatal provavelmente seja muito mais forte no futuro.

Não está claro como o processo em curso de integração econômica afeta a própria possibilidade de projetos nacionais. Para alguns, a globalização torna esta idéia muito improvável, na medida em que integrou tão completamente as companhias nacionais às corporações multinacionais. Contudo, mesmo quando o fato da integração através das fronteiras seja indiscutível, sua magnitude será tema de debate. Está inclusive menos claro até que ponto este processo, apesar de haver progredido consideravelmente, torna inviáveis os projetos nacionais. O que este artigo argumentou é que, na medida em que os projetos desenvolvimentistas forem possíveis, seus defensores fariam muito bem em observar mais detidamente a experiência de seus predecessores. As estratégias futuras de desenvolvimento nacional terão de gerar um novo tipo de políticas capazes de eliminar as concessões que raramente foram exigidas na última vez – concessões sobre os fluxos de investimento, o movimento de capitais, os padrões de trabalho, e muito mais. Em uma era na qual o impulso político move-se precisamente na direção oposta, esta não é uma tarefa menor. Mas isto não é razão para continuar operando sob a influência de mitos que são provavelmente falsos, nem com esperanças que sem dúvida serão defraudadas.

NOTAS

1 Citado em Raul Zibechi, “Globalization or National Bourgeoisie: an Outdated Debate”, *Focus on Trade*, 94, Novembro, 2003.

2 Para uma boa comparação dos dois períodos, ver Mark Weisbrot, Robert Naiman e Joyce Kim, “The Emperor Has No Growth: Declining Economic Growth Rates in the Era of Globalization”, *Center for Economic and Policy Research Briefing Paper*, Maio, 2001.

3 Hamza Alavi, “The state in Post-Colonial Societies”, *New Left Review*, 74, 1972.

4 Ver meu livro *Locked in Place: State-Building and Late Industrialization in India*, Princeton: Princeton University Press, 2003.

5 Ricardo Bielschowsky, *Brazilian Economic Thought (1945-1964): The Ideological Cycle of Developmentalism*, tese de doutorado inédita, Leicester University, 1985, pp. 392-393.

6 Sonia Draibe, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 306, 321. Gostaria de agradecer a Cesar Rodriguez por resumir partes de este livro para mim como parte de nossa pesquisa sobre o desenvolvimento no Brasil.

7 Vedat Milor, "Planning the Market: Structural Transformation of the Economy in Turkey, France and Korea, 1950-1990", mimeografia , p. 295.

8 Ver meu artigo "Bureaucratic Rationality and the Developmental State", *American Journal of Sociology*, 107 (4), 2002.

9 Para a América Latina, ver Christian Anglade e Carlos Fortin, *The State and Capital Accumulation in Latin America*, volumes 1 e 2, Pittsburg: Pittsburg University Press, 1985 e 1990.

10 Ver o informe em Cristóbal Kay, *Latin American Theories of Underdevelopment*, Nova Iorque: Routledge, 1987.

11 Este comentário resume argumentos desenvolvidos em outros lugares. Ver meu artigo "Building a Developmental State: The Korean Case Reconsidered", *Politics and Society*, 27(3), 1999, e "Bureaucratic Rationality".

12 Ver Jeffrey Sachs, "External Debt and Macroeconomic Management in Latin America and East Asia", *Brooking Papers on Economic Activity*, Número 2, 1985, pp. 523-573.

13 Para um bom relato desta dinâmica, ver Nicola Christine Pratt, *The Legacy of the Corporatist State: Explaining Worker's Response to Economic Liberalization in Egypt*, Durham: University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, 1998.

BANDUNG REDUX: IMPERIALISMO E NACIONALISMOS ANTIGLOBALIZAÇÃO NO SUDESTE ASIÁTICO

Gerard Greenfield

A cinquenta anos da Conferência Ásia-África realizada em Bandung em abril de 1955, o “Espírito de Bandung” continua se reformulando e redescobrimo; e é atribuído a reuniões tão diversas como a Conferência Mundial contra o Racismo (1), o Fórum Social Mundial (FSM) e a Conferência das Organizações Sub-regionais da Ásia e da África (*African Subregional Organizations Conference – AASROC*), cujos preparativos para a celebração do 50º aniversário foram vistos como uma resposta coordenada à globalização por parte de estados marginalizados (2). Na verdade, tanto nacionalistas de esquerda como pan-asianistas e terceiro-mundistas, que buscam restaurar ou revigorar uma frente unificada contra a globalização liderada pelos EUA e/ou o imperialismo estadunidense, consideram que este “Espírito de Bandung” é mais relevante que nunca. A condenação terminante e aberta ao imperialismo e ao racismo realizada por parte de líderes nacionalistas do terceiro mundo na Conferência de Bandung é, segundo parece, o tipo de resposta política que se necessita atualmente. A percepção do caráter radical de Bandung – alentada pelas tentativas da CIA de desbaratar mediante o assassinato político o que via como “uma iminente Conferência Comunista em 1955” (4) – ficou inscrita na história da oposição ao imperialismo estadunidense por parte do terceiro mundo. Contudo, ao reviver o Espírito de Bandung na luta contra o imperialismo norte-americano é importante perguntar-se se realmente existiu esta voz unificada de oposição e, o que é ainda mais importante, se realmente desafiou o imperialismo estadunidense.

Ainda que freqüentemente se costume atribuir a censura ao imperialismo estadunidense em Bandung ao primeiro presidente da Indonésia, Sukarno, este não havia feito nesse momento uma crítica direta aos EUA. Em seu discurso de abertura frente aos delegados da Conferência, Sukarno alertou sobre um ressurgimento do colonialismo com “novas roupagens” (5), mas sua preocupação se limitou ao imperialismo da velha ordem. A única referência explícita ao novo imperialismo realizada na Conferência correspondeu ao brigadeiro general Carlos P. Romulo, enviado especial e pessoal do presidente das Filipinas aos EUA. Romulo alertou sobre “um novo super-barbarismo, um novo super-imperialismo, um novo super-poder”. É importante esclarecer que este “novo superimperialismo” imposto por um sistema “inerentemente expansionista” não aludia ao capitalismo estadunidense, mas ao comunismo soviético e chinês (6). Do mesmo modo, as delegações da Turquia, Irã, Iraque, Paquistão e Sri Lanka defenderam a política exterior dos EUA e denunciaram o apoio da China à insurreição comunista no exterior. Mahmoud Muntasser, líder da delegação Líbia, aludiu às ameaças ideológicas externas que representavam “um risco que espreita a soberania das nações”, o qual era “mais perigoso e com efeitos muito mais fortes” que o colonialismo porque encarnava “todas as desvantagens do colonialismo clássico, às quais se soma a escravidão intelectual” (7). Mohammad Fadhil Jamali, líder da delegação iraquiana, identificou o comunismo como uma das “três forças internacionais” que ameaçavam a paz mundial depois do “colonialismo dos velhos tempos” e do sionismo. Descrevendo o comunismo como uma “religião subversiva”, postulava que este representava a ameaça de uma “nova forma de colonialismo, muito mais extremo que o velho” (8). Neste contexto, as referências à

“abstenção da interferência nos assuntos internacionais de um país por parte do outro” incluídas no Comunicado Final da Conferência Ásia-África não devem ser entendidas apenas como uma resposta dirigida exclusivamente às velhas e novas formas de colonialismo, mas também ao expansionismo comunista (9). Chou En-lai, primeiro-ministro e ministro de Relações Exteriores da República Popular da China, foi forçado a descartar o discurso que tinha preparado, e ao invés disso pediu para os conferencistas que relegassem as diferenças entre comunistas e nacionalistas (10).

Longe de representar uma frente unida contra o racismo, o neocolonialismo e o imperialismo, a Conferência de Bandung caracterizou-se pelas divisões e pelo conflito dentro da Ásia e África, os quais não somente minaram a capacidade dos nacionalistas do terceiro mundo para desafiar o imperialismo estadunidense, mas também reafirmaram a legitimidade das ambições imperiais estadunidenses. Em sua condenação nacionalista ao “novo superimperialismo”, o ministro de Relações Exteriores da Tailândia, Príncipe Wan Bongsprabandh, usou a “ameaça de infiltração e subversão, e ainda de agressão propriamente dita” com a finalidade de conseguir apoio para o uso da agressão militar contra o Vietnã do Norte (e no mesmo discurso citou extensamente os textos budistas para legitimar o uso da força militar) (11). Foi neste mesmo contexto que o ministro de Relações Exteriores da Tailândia transmitiu as saudações do presidente dos EUA Eisenhower à Conferência de Bandung, uma mensagem que foi interpretada naquele momento como uma expressão de consenso medido e uma advertência velada (12).

A presença do estado norte-americano em Bandung - expressa por aqueles estados que já então formavam parte de sua rede imperial informal (particularmente a Tailândia, Filipinas e o Vietnã do Sul) - é inseparável do legado histórico da Conferência de Bandung. Em menos de uma década, os EUA usariam esta rede imperial para estender sua agressão militar para o Vietnã e apoiar um golpe militar na Indonésia. Seis meses depois de que Sukarno celebrara o décimo aniversário da Conferência de Bandung sob o lema “nunca retroceder” (13), líderes militares treinados pelos EUA depuseram-no e orquestraram o massacre de mais de um milhão de membros ou supostos membros do Partido Comunista da Indonésia (PKI). O local da Conferência de Bandung Gedung Merdeka (Salão da Liberdade), transformou-se em um centro de comando militar. Centenas de líderes locais do PKI e pessoas acusadas de simpatizar com o PKI estiveram presos no subsolo do edifício, onde foram torturados e assassinados (14).

O fato de que, por diversos motivos, o próprio Sukarno não estivesse preparado para isso tem uma relação com as ambigüidades da Conferência de Bandung. Sua paixão pelos neologismos tinha produzido o termo NEKOLIM (neocolonialismo, colonialismo, imperialismo), um termo que tendia a negar as contradições e diferenças internas fundamentais próprias destes sistemas de poder global. A palavra era naquele momento uma consigna política útil e uma ferramenta teórica inútil. Carecia das sutilezas políticas e das percepções teóricas necessárias para orientar a ação política (15). O uso de neologismos e *slogans* que simplificam conceitos e dissolvem as complexidades e contradições do capitalismo levou Sukarno a articular posições antiimperialistas radicais sem nenhuma referência à classe ou ao capitalismo. Seu nacionalismo de esquerda não apenas via a luta principal como uma luta entre nações, mas que através da ideologia de “Marhaenismo” (autodeterminação nacional) que acompanhou o NEKOLIM também negava a relevância da luta de classe na Indonésia.

De modo notável, Sukarno igualava o colonialismo prévio a 1945 com o

imperialismo posterior à guerra, obscurecendo de modo eficaz a emergência de um novo e único império informal estadunidense. Neste sentido, o escritor revolucionário Pramoedya Ananta Toer expressava sua frustração diante da visão do mundo predicada por Sukarno em seu discurso ao Congresso Lekra* em Paelmbang em março de 1964. Enfatizou a centralidade do imperialismo estadunidense, Pram promoveu uma crítica indireta à estreita preocupação de Sukarno sobre a reinstalação do colonialismo britânico na Malásia:

Pegue estes neocolonialistas “malaios” pelas orelhas e ponha-os no banco dos réus. Tirem sua máscara e verá o verdadeiro rosto do imperialismo britânico com toda a sua ganância. Mas não pare aí. Tire também esta máscara, e verá o rosto mais verdadeiro: o imperialismo estadunidense (16).

Apontando para o novo locus do poder no mundo, Pram observava que “sem o imperialismo estadunidense, outros imperialismos cairiam como folhas” (17). No entanto, e precisamente porque o NEKOLIM obscurece as complexidades e dinâmicas do novo imperialismo, Sukarno continuava apontando poderes coloniais prévios e novos que correspondem antes de tudo aos modos formais do império.

Foi com a escalada da agressão militar estadunidense ao Vietnã que Sukarno centrou-se mais diretamente no imperialismo estadunidense (ainda que isto não necessariamente suponha uma maior compreensão do fenômeno) (18). Por sua vez, os EUA reconheciam plenamente que a intervenção militar aberta na Indonésia seria vista como um ato de império *formal*. Os funcionários estadunidenses estavam preocupados com a possibilidade de que suas ações fossem rotuladas como um caso de NEKOLIM e que isto expusesse seu apoio ao golpe militar (19). Ironicamente, foi precisamente o fato de que o novo tipo de poder imperial que exerciam tenha sido qualitativamente diferente do poder colonial, o que lhes deu a confiança de que poderiam ocultar seu papel e proteger seus interesses. As alianças políticas afiançadas por meio de programas de treinamento militar e da promessa de envio de armas através de países já integrados ao império estadunidense na região (particularmente Tailândia e Filipinas) escapavam ao rótulo de NEKOLIM. Isto demonstrava porque os opositores do colonialismo e novo imperialismo não deviam ter unificado tais termos. Foi graças à confiança no alinhamento imperial informal, especialmente mediante as “relações inter-forças” militares e de segurança, que o governo dos EUA pôde prover o exército indonésio com “listas negras” (20) que incluíram milhares de líderes e organizadores do PKI. Deste modo, erradicou-se a percepção de ameaças aos interesses imperiais estadunidenses. Este é um padrão de conduta que se repetiria durante os cinquenta anos seguintes e ainda continua vigente.

Cinco décadas depois de Bandung, a reafirmação paradoxal dos interesses imperiais estadunidenses por parte dos nacionalistas do terceiro mundo foi revalidada pelo primeiro-ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra, que usou o “Espírito de Bandung” para lançar uma nova formação regional, o Diálogo para a Cooperação Asiática (DCA), em junho de 2002 (21). Em seu discurso na reunião inaugural do DCA no Norte da Tailândia, Thaksin descreveu a nova iniciativa regional como “um processo de construção de confiança para os países asiáticos, uma confiança que dever estar baseada no *Espírito de Bandung*”. Thaksin enfatizou a necessidade de promover esta

¹ Instituto de Cultura Popular, filiado ao Partido Comunista Indonésio (PKI).

“consciência asiática” mediante largas citações de um livro de marketing de marcas corporativas. O aspecto mais destacável deste ressurgimento do “Espírito de Bandung” foi o modo com que Taksin tratou de fortalecer a legitimidade do DCA referindo-se à aprovação prévia por parte do presidente dos EUA e do presidente da Comissão Europeia:

Reuni-me com eles e informei-lhes sobre a iniciativa do DCA mesmo antes de que esta chegasse a seu fim. Agradou-me o fato de que ambos líderes entenderam completamente e estiveram de acordo comigo sobre a importância de fortalecer nossa cooperação regional (22).

Assim como ocorreu quando o ministro de Relações Exteriores da Tailândia transmitiu as “saudações” do presidente dos EUA à Conferência de Bandung de 1955, esta invocação à aprovação dos EUA serve mais uma vez como lembrete do lugar real do poder imperial.

Separar o mito da realidade do “Espírito de Bandung” não é meramente um exercício de revisionismo histórico. É importante também porque o mito se reproduziu nas formas nacionalistas de políticas antiglobalização que hoje reforçam, em vez de desafiar, o império estadunidense. Isto está especialmente claro na Tailândia e Indonésia. Usando o exemplo da apropriação do populismo anti-FMI por parte das classes dominantes na Tailândia, postulo que a reorganização do estado tailandês em termos do modelo gerencial é uma parte de um processo maior, por exemplo, a conformação de uma burguesia “interior” e a transnacionalização do capital local de dentro do “terceiro mundo”.

A esse respeito, são ilustrativas as estratégias do conglomerado agroalimentar transnacional Charoen Pokphand e o papel que este possuiu na reconstituição geral do estado tailandês no marco do processo de alinhamento com o estado imperial estadunidense. Para captar o sentido disto, faz falta ter uma visão crítica da burguesia interior e questionar a distinção entre capital “nacional” e “estrangeiro” implícita nas respostas nacionalistas de esquerda à globalização.

O ensaio examina depois os limites do “localismo” e da “localização” nas lutas do movimento antiglobalização. A “defesa do local” corre o risco de ser apropriada e reutilizada por políticos nacionalistas, e especialmente pela burguesia interior, o que por sua vez pode contribuir para combater e minar a militância da classe operária. Depois de examinar, desta perspectiva, os desenvolvimentos recentes da Tailândia, o ensaio retorna à Indonésia e ao “Espírito de Bandung” para mostrar como a ideologia do “Marhaenismo” de Sukarno está sendo utilizada para conter o radicalismo e canalizar a resistência popular, empregando a retórica do anticapitalismo sem desafiar o capitalismo. Também se pode reconhecer importantes paralelismos entre esta combinação de comunidade e autodeterminação e as alternativas defendidas por alguns segmentos dos movimentos antiglobalização. Ainda que tais alternativas difiram substancialmente, ambas compartilham a retórica da autodeterminação e da defesa dos interesses comunitários, e podem ser apropriadas e reformuladas pelos interesses das classes dominantes que tratam de utilizar o descontentamento popular frente à globalização para legitimar e reforçar sua própria integração ao capitalismo global e ao imperialismo estadunidense.

O NACIONALISMO E A ESQUERDA NA TAILÂNDIA

Ainda que as mobilizações realizadas como resposta à crise econômica asiática de 1997-1998 tenham ampliado a base dos movimentos antiglobalização, o potencial revolucionário de tais propostas, assim como suas limitações, continua sendo objeto de debate entre os ativistas. Estes movimentos mostraram a primazia do nacionalismo como ponto de referência do descontentamento popular frente à globalização, entendida tanto em termos basicamente liberais como globalização corporativa, ou de um modo mais radical como globalização capitalista ou imperialismo. Para um amplo espectro político, o FMI erigiu-se como o símbolo, e por sua vez a origem, da injustiça e da devastação social ocasionadas pela crise e suas conseqüências. De acordo com muitos ativistas e acadêmicos de esquerda, a crise foi orquestrada pelo FMI para estender sua dominação sobre os países desta região. Na Tailândia, uma das principais críticas de esquerda no marco do debate público sobre as causas e conseqüências da crise foi expressa na *Série Globalização* e na *Série Conhecimento Local* do Projeto Visão. Estas publicações condenam o FMI e o Banco Mundial como agentes do imperialismo estadunidense uma vez que defendem alternativas localizadas na ordem mundial reinante (23).

Escrevendo com o pseudônimo de Yuk Si-Ariya (24), Tienchai Wongchaisuwan, diretor do Projeto Visão, explica a crise do capitalismo tailandês em termos do marco teórico do sistema-mundo, e interpreta a globalização como parte do projeto hegemônico do estado imperial estadunidense. Tienchai afirma que o ex primeiro-ministro Chuan Leekpai colaborou com a expansão da hegemonia dos EUA durante os anos 90, ao buscar o apoio do governo dos EUA e declarar lealdade ao FMI. A preocupação de Tienchai com a perda do orgulho nacional leva-o a por maior ênfase sobre os pedidos da Tailândia para obter ajuda dos EUA, e a imposição da cultura estadunidense, mais que na economia política do poder estadunidense. De acordo com Tienchai, esta “lealdade com o FMI” contrasta com a desobediência da Malásia e da Indonésia, que “atuaram como filhos recalcitrantes do FMI” (25). Tienchai afirma que, igual a seus vizinhos do sudeste asiático, a Tailândia devia ter desenvolvido “uma estratégia e um ponto de vista independentes” a partir dos quais negociar com os EUA, desafiando assim sua hegemonia e limitando o dano produzido pelo FMI. Resta saber se a Tailândia podia fazer isto. A ênfase de Tienchai no fracasso de Chuan como líder nacional, e a falta de uma interpretação crítica do regime neoliberal e dos interesses da classe dominante na Tailândia, aumentaram as dúvidas sobre esta opção. Além disso, o conceito central de hegemonia estadunidense é tratado em geral em termos institucionais e pseudo-culturais, segundo os quais as ambições hegemônicas dos EUA estão arraigadas em uma cultura “ocidental brutal” de “expansionismo e dominação”, sem referência ao capitalismo ou a algum imperativo capitalista óbvio (26).

O desejo de uma estratégia independente que emergia de um conjunto correto de opções de política pública, desvinculada do poder estrutural e dos interesses do capital, é uma debilidade recorrente do Projeto Visão. Quando se inclui o capital na análise, isso é feito em termos de uma dicotomia estrangeiro-nacional, de acordo com a qual o capital nacional virtualmente torna-se sinônimo de nação (27). Isto se deve em parte à visão do capitalismo na Tailândia como capitalismo subdesenvolvido ou periférico imerso na rivalidade interimperialista entre Japão, China e os EUA. De acordo com Tienchai: “A medida em que a crise na Tailândia e na Ásia torne-se mais profunda, maiores serão as

perdas dos países asiáticos, especialmente os capitalistas japoneses, China e os NICs (nações de industrialização recente)". Termina dizendo: "O resultado final será que os capitalistas estadunidenses entrarão e comprarão os ativos ao menor preço possível e ao mesmo tempo o estado dos EUA irá expandir sua influência, substituindo a China e o Japão" (28). O suposto que subjaz é que o capitalismo tailandês, operando dentro da esfera do capitalismo regional asiático, estava fora do império estadunidense antes da crise asiática e foi submetido ao realinhamento imperial através do uso do FMI por parte do estado dos EUA, com o objetivo de impor a reestruturação neoliberal e a liberalização financeira. Este enfoque a-histórico ignora a participação geopolítica e econômica de longo alcance dos EUA na remodelação do estado e do capitalismo tailandeses nas décadas prévias ao auge econômico dos anos 80 e primeiros anos da década de 90.

Muito antes de Chuan mendigar aos EUA, o regime militar do marechal Sarit Thanarat, que tomou o poder no golpe de 1958, tinha reconstituído o estado tailandês no marco de sua integração ao império estadunidense. No que Peter Bel descreve como o papel estadunidense no processo de "construção da nação", o governo dos EUA esteve diretamente envolvido na criação das principais agências estatais. Como o Departamento de Orçamento, o Departamento Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho de Investimentos da Tailândia (29). Isto facilitou o fluxo de capital estadunidense, reforçado pelo papel estratégico que teve a Tailândia como base militar e econômica na agressão imperialista estadunidense ao Vietnã. Assim, enquanto alguns historiadores interpretam o projeto político de Sarit como uma tentativa de tornar o estado mais "tailandês" (30), uma interpretação mais precisa coloca que o golpe de Sarit "alinhou os interesses estratégicos dos EUA, os fins ditatoriais dos militares tailandeses e as ambições comerciais do capital local" (31). O apoio militar e econômico estadunidense à ditadura de Sarit e a participação direta das agências dos EUA na reorganização do estado tailandês marcaram uma fase precoce do alinhamento imperial (32).

Na ausência deste contexto histórico, a análise que Tienchai faz do imperialismo estadunidense tende a apresentar a classe dominante tailandesa como desprovida de interesses estratégicos, e a classe capitalista como aparentemente relegada ao status de compradora (33). Em sua visão, os capitalistas na Tailândia parecem não ter interesse no projeto globalizante supervisionado pelo estado imperial estadunidense. E são levados a apoiar a globalização somente por causa de uma virada ideológica imposta sob a hegemonia estadunidense. Tienchai afirma depois que tanto na "teoria como na estratégia" a globalização "teve um papel central em levar a classe dominante tailandesa e os tecnocratas tailandeses a crer na liberalização monetária e a desregulação da Bolsa de Valores, a liberalização da informação e do entretenimento, o que levará ao desastre a todo o povo tailandês" (34). Seu argumento omite o processo pelo qual os capitalistas na Tailândia e em outros países asiáticos renegociaram, adaptaram o entorno local e reutilizaram a ideologia neoliberal como parte de suas próprias estratégias de classe frente à militância da classe operária. A estratégia de classe do capital local é precisamente a de usar o neoliberalismo para minar o poder da classe operária, enquanto que ao mesmo tempo usa o nacionalismo populista para mobilizar o descontentamento da mesma classe operária contra o FMI.

Em última instância, a análise de Tienchai caracteriza a globalização como uma estratégia de guerra de classe entre os capitalistas dos EUA, Alemanha e Japão (apesar da

China ser um poder global na análise de Tienchai, o autor evita atribuir-lhe uma classe capitalista), uma guerra de classe que não implica em absoluto classes operárias (35). De acordo com a visão liberal e de esquerda dominantes, expressa pelas ONGs e movimentos sociais, a classe operária é exclusivamente uma vítima da globalização e da crise.

A ortodoxia que prevalece nos movimentos sociais, ONGs e na esquerda intelectual é a de negar o papel da luta da classe operária na tentativa de forçar o capital a “desenvolver estratégias de controle e contenção” com a finalidade de evitar qualquer risco de que os trabalhadores possam ser “culpados” pela crise (36). Como afirma Ji Giles Ungpakorn, membro fundador da Democracia dos Trabalhadores* na Tailândia:

O nacionalismo de esquerda foi a forma que tomaram tanto a resposta ideológica à crise predominante entre os trabalhadores organizados e os intelectuais de esquerda, como o manejo das políticas econômicas por parte dos governos. Esta ideologia é a contra-imagem do nacionalismo da classe dominante e um sinal da atual debilidade ideológica da esquerda tailandesa (37).

“O TERCEIRO TEXANO”: POPULISMO ANTI-FMI E O ESTADO GERENCIAL

O populismo anti-FMI usado pelo partido *Thai Rak Thai* (os tailandeses amam os tailandeses) em sua vitória eleitoral e nos ataques do primeiro-ministro Thaksin ao FMI é ilustrativo desta convergência entre o nacionalismo de esquerda e o da classe dominante. Em um discurso à nação televisionado em 31 de julho de 2003, Thaksin anunciou que a cota final da dívida da Tailândia com o FMI – contraída durante a crise econômica asiática – tinha sido paga. Descrevendo o dano causado ao país pelas políticas impostas pelo FMI através da condicionalidade associada aos empréstimos, Thaksin felicitou os cidadãos tailandeses por esta “vitória” do povo, e declarou que “nunca mais voltaremos aos dias do FMI enquanto eu esteja no meu posto” (38). Esta instância nacionalista ilustrou precisamente o sentimento anti-FMI mobilizado pela esquerda e utilizado pela direita que dois anos antes tinha levado ao poder o partido *Thai Rak Thai* de Thaksin.

Uma semana depois de seu discurso anti-FMI, Thaksin permitiu que a CIA prendesse na Tailândia um cidadão indonésio, Riduan Isamuddin suspeito de estar vinculado as atividades terroristas da Jemaah Islamiah (JI). Hambali já estava fora da Tailândia e sob custódia estadunidense quando Bush fez o anúncio de sua prisão e da recompensa de 10 milhões de dólares, e logo depois deste anúncio Thaksin fez seu próprio anúncio ao público tailandês, ato que levou os grupos de direitos humanos tailandeses a acusá-lo de transformar o país em uma colônia estadunidense. A recompensa real chegou em outubro na ocasião da cúpula da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico), quando Bush elogiou Thaksin pelo “bom trabalho” realizado ao capturar Hambali e anunciou que se concederia o “status de aliado maior extra OTAN” para a Tailândia, que inclui o acesso ao urânio empobrecido, sistemas antitanque e garantias de empréstimos do governo dos EUA para bancos privados que financiam a exportação de armas (39). Este nexos entre livre comércio e terror estatal

¹ Trata-se de uma organização trotskista surgida depois da crise de 1997, que integra a tendência socialista internacional.

demonstrou-se novamente no compromisso de tornar concreto o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os EUA e a Tailândia como mais uma forma de recompensar a Tailândia por seu papel no exercício do poder imperial estadunidense. O discurso de Thaksin diante do Conselho de Negócios da EUA-ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) em Washington em dezembro de 2001 resumiu adequadamente o papel da Tailândia no império informal: “Ao longo da era colonial, as guerras globais do século XX e os conflitos na Ásia, Tailândia e EUA não deixaram de ser amigos e aliados estreitos. Isto não mudará nos primórdios do século XXI” (40).

A resposta que Thaksin deu ao receber o Sam Houston Humanitarian Award em outubro de 2002 na Sam Houston State University no Texas, onde havia terminado seu doutorado em justiça penal no final da década de 70, simboliza a identificação do líder populista nacionalista tailandês com o império estadunidense (41). Referindo-se ao fato de que James Baker III e o ex-presidente George Bush haviam recebido o mesmo prêmio anteriormente, Thaksin declarou:

Ainda que eu seja o primeiro asiático a receber o prêmio, os senhores podem me considerar como o terceiro texano. Considero a mim mesmo como texano, ao menos em espírito (42).

Em mais de um sentido, esta combinação de comando policial treinado no Texas e gerente corporativo milionário transformado em primeiro-ministro condensa de maneira precisa o nexos do poder imperial estadunidense na região, com a Tailândia como ajudante do *xerife* e um local de acumulação capitalista integrado internacionalmente. No entanto, para assegurar a continuidade de seu regime, o Terceiro Texano deve manter sua legitimidade política através de uma agenda nacionalista que às vezes parece desafiar os interesses estadunidenses. Ainda que possa parecer atrativo para os nacionalistas de esquerda na Tailândia, que vêem nisso o potencial para fazer frente à hegemonia norte-americana, a situação é muito mais complexa. Como afirmaram Leo Panitch e Sam Gindin, o poder hegemônico do império estadunidense não supõe necessariamente “uma transferência de lealdade popular direta ao próprio estado norte-americano”. Na verdade, “o maior perigo que pode enfrentar é que os estados que estão dentro de sua órbita se tornem ilegítimos em razão de sua articulação com o império” (43). Neste sentido, o nacionalismo do regime de Thaksin, e particularmente sua apropriação do populismo anti-FMI, desempenham um papel importante em manter sua legitimidade. Enquanto os nacionalistas de esquerda deixaram de lado a discussão sobre o capitalismo e priorizado o debate sobre o imperialismo estadunidense, o regime de Thaksin estende claramente a legitimação ideológica nacionalista ao próprio sistema capitalista. Por exemplo, em seu discurso anti-FMI, Thaksin reiterou a inseparabilidade entre o capitalismo e o nacionalismo” “Já disse em muitas oportunidades que em sistemas capitalistas e democráticos, o elemento comum a todos os países capitalistas bem-sucedidos é um sentimento de nacionalismo” (44).

Um dos aspectos mais destacáveis da ascensão ao poder do partido *Thai Rak Thai* em 2001 foi sua habilidade para atrair para suas fileiras figuras proeminentes de ONGs e de movimentos sociais, assim como a ex-quadros do Partido Comunista da Tailândia (PCT). Mais uma vez o nacionalismo desempenha um papel central para explicar como ex-quadros do PCT puderam terminar aderindo a um partido político liderado por

Thaksin, um dos capitalistas mais ricos do país. Tal como observa Ji Giles Ungpakorn:

Por um lado, a vasta maioria de ex-simpatizantes do PCT acreditava firmemente que o socialismo tinha morrido junto com a guerra fria e, portanto, trabalharam para deixar suas crenças para trás. Por outro lado, aqueles que ainda acreditavam em certa forma de sociedade socialista se sentiam tão cômodos trabalhando junto a um partido dirigido por homens de negócio nacionalistas como aqueles que já não acreditavam no socialismo. Isto é assim porque a política stalinista do PCT sempre enfatizou a importância do nacionalismo e das alianças de classe com “capitalistas progressistas” acima da luta de classes, especialmente na [que o PCT chamou] “etapa nacional” da revolução tailandesa (45).

Estas alianças políticas amplas permitiram que o partido *Thai Rak Thai* canalizasse o sentimento nacionalista para um projeto político abrangente que se propunha reorganizar radicalmente o estado de modo tal que servisse melhor aos interesses dos “capitalistas progressistas”. Aqui é central a imposição do modelo gerencial de governabilidade como a base para administrar o país. Tendo sido o gerente geral de seu próprio conglomerado de telecomunicações, a Shin Corporation, Thaksin promoveu-se vivamente mais como gerente geral da Tailândia Inc. do que como primeiro-ministro de um país. Um elemento crucial desta reorientação estratégica das instituições estatais sob o modelo gerencial é a reconstituição dos governos provinciais, mediante a imposição de “governadores gerentes gerais” em 30 províncias. Isto pode ser visto como uma consolidação do poder do próprio Thaksin, e uma forma de enfraquecer segmentos chave da burocracia estatal. Em termos de Weerayut Chokchaimadon:

[O] esquema de gerentes gerais dá poder a cada governador para interferir nas atividades dos corpos administrativos locais: *tambom* (subdistritos) e organizações provinciais assim como nas municipalidades. Desde agora, estes corpos não terão nem autonomia local nem liberdade de pensamento para desenhar programas baseados no conhecimento e nas necessidades locais. Tais governadores decidirão o que e como deve ser feito sobre a base dos objetivos nacionais formulados por Thaksin e sua gente [...] Inclusive Thaksin ordenou a todos os ministros que mudassem as regras com o intuito de ajudar a estes governadores a afirmar seu poder. Deste modo, os governadores controlam o dinheiro que costumava ser atribuído pelos ministros. Podem reduzir pessoal. Podem administrar suas campanhas locais antidrogas e antimáfia sem a presença do governo central. Isto parece ser um processo de descentralização, mas com Thaksin manipulando todos os fios em Bangkok, o plano é uma forma de deslocar a burocracia (46).

Weerayut conclui que o presidente está tratando a Tailândia “simplesmente [como] outra empresa” e, dado que “Thaksin não administrava a Shin Corp como uma democracia”, tampouco administrará democraticamente o país (47). Ainda que este tipo de críticas exponha as ambições autoritárias de Thaksin e aponte para os limites políticos e éticos do modelo de governador gerente geral, tende a ignorar os efeitos transformadores da “gerencialização” sobre o estado, assim como os interesses particulares aos que esta serve. A gerencialização do estado é uma forma de descentralização flexível que

consolida o controle central sobre as províncias mediante um sistema harmônico de administração dos estados locais. Por sua vez, reforça a competição entre as províncias por novos aportes de capital.

Este modelo se baseia explicitamente nas estratégias corporativas do conglomerado agrícola Charoen Pokphand (CP), que utiliza o comércio e a competição intra-empresas como meios para aumentar a produtividade, maximizar os lucros e manter um controle centralizado flexível. Esta aplicação da estrutura corporativa do CP ao estado coincide com a redistribuição do capital dentro da Tailândia e com a “financeirização” da agricultura, as quais intensificam a compulsão das províncias por competirem entre si.

Como afirma Pasuk Phongpaichit, um aspecto chave do modelo gerencial que promove Thaksin é o “alargamento e o aprofundamento da magnitude da economia capitalista local” (48). Neste contexto, Pasuk cita Thaksin, que afirma que “o capitalismo necessita de capital, sem ele não há capitalismo. Necessitamos injetar capital nas áreas rurais” (49). Para corporações como CP, o uso de sua própria estrutura de governabilidade corporativa por parte da autoridade reguladora estatal facilita sua expansão nas áreas rurais e permite-lhe implementar sua estratégia de exportação agroalimentar. Isto se baseia na perspectiva nacionalista do CP que vê a Tailândia como a “Cozinha do Mundo”, noção que atualmente está arraigada como uma das políticas econômicas mais importantes do estado tailandês.

A orquestração da ocultação e da manipulação do surto de gripe aviária (H5N1) em 2003 e 2004 ilustram o papel do regime de Thaksin no apoio às estratégias de acumulação de capitais individuais tais como o CP. Apesar da séria ameaça potencial para a legitimidade do regime de Thaksin, os funcionários governamentais se negaram a reconhecer o surto de H5N1 na Tailândia, em um esforço para proteger a indústria de produção de frangos para exportação e, portanto, os interesses do CP.

Com 16 bilhões de frangos de corte vendidos a cada ano e com o controle da muito rentável produção de alimentos para aves, os interesses do CP foram ameaçados pela pandemia de gripe aviária naquele momento já reconhecida nos vizinhos Vietnã, Camboja, Laos e no Sul da China. Quando o surto se agravou, o governo transformou a crise em uma oportunidade para o CP atribuir a origem da epidemia à agricultura de pequena escala. Os sistemas fechados de granjas-fábrica de grande escala usados pelo CP e seus parceiros foram promovidos como a solução para o problema. Antecipando um sério impacto na produção de aves do CP, o governo avançou na estratégia de substituir os pequenos produtores por granjas-fábrica fechadas do CP, potencializando o controle da corporação sobre a produção de aves e de alimentos para aves, e aumentando a venda de aves de corte no mercado local (50).

O domínio do CP no campo tailandês está sendo igualado por sua presença nas cidades como proprietária dos supermercados Lotus e das lojas 7-Eleven, e por seu poder global. Ainda que seu nome seja relativamente desconhecido, o CP é o maior fornecedor de alimentos para animais do mundo, a quinta corporação agroalimentar em tamanho e opera 300 empresas em 20 países. Incluído na lista anual de multimilionários da revista *Forbes*, o gerente geral do CP, Dhanin Chearavanont, exerce uma extensa influência política que tende a assegurar os interesses internacionais da corporação. Como um grande investidor em alimentos para animais (51), agroquímicos, processamento de alimentos, motocicletas, sementes e supermercados na China, Dhanin mantém laços estreitos com os líderes políticos de Beijing (52). Possui vínculos similares com a família

Bush, que incluem a contratação do ex-presidente Bush pai como consultor e a criação de empresas conjuntas com Neil Bush, o irmão de George W. Bush (53). O CP também realizou doações tanto ao Partido Republicano como ao Democrata dos EUA, destinadas a ganhar o apoio para a entrada da China na OMC (54). Na ocasião da campanha eleitoral de 2000 nos EUA, o vice-presidente executivo do CP, Sarasin Viraphol, foi citado pelo *The People's Daily* de Beijing dizendo que os interesses da Tailândia seriam favorecidos por uma administração de Bush, especialmente por sua posição frente ao livre comércio e à China (55).

A reorganização do estado em termos do modelo gerencial do CP também ilustra a privatização das funções deste. Em seu livro sobre o gerente geral asiático Korsak Chairasmisak, vice-presidente e presidente do diretório do CP e gerente geral da 7-Eleven, assinala que os locais da cadeia de lojas 7-Eleven pertencente ao CP foram os principais pontos de distribuição pública do rascunho da Constituição de 1997 em Bangkok. Ante o requerimento legal de que o rascunho da Constituição estivesse a disposição do público em um prazo de 45 dias, determinou-se que os locais da cadeia 7-Eleven, com dois milhões de clientes diários, tinham maior acesso ao público que qualquer agência estatal (56). Portanto, o CP estava interessado em assegurar a aprovação fluida da nova Constituição, a qual não era nada mais que um “estatuto para os capitalistas modernos na Tailândia” (57). Esta relação com o estado está destinada a ser mantida, na medida em que a generalização do estado aproxima ainda mais as agências estatais das modalidades gerenciais e operativas das lojas da 7-Eleven. Para Korsak, isto constitui a base da futura governança local, nacional e global:

Eu mesmo tenho a visão do mundo contemporâneo como liderado por cerca de 1000 grandes corporações que estendem suas filiais por todo o mundo. Tais corporações terão uma enorme influência sobre as políticas sócio-econômicas de muitos países, assim como sobre a vida da gente comum (58).

Ao descrever o processo político mediante o qual esta visão foi formada, Korsak sugere que a generalização refere-se principalmente ao realinhamento e a concentração do poder político e econômico. Descrevendo os políticos eleitos como portadores de “significado simbólico” e usando o caso do Japão, Korsak afirma:

Tudo o que o primeiro-ministro pode fazer é persuadir os homens de negócio de seu país para que incrementem os investimentos. Que um investimento se concretize ou não, tanto como o montante do mesmo, dependem da decisão final do gerente geral da empresa em questão. O gerente geral é quem recebeu o mandato de “atuar” para as pessoas de outras sociedades. Foi confiado a ele o controle e a administração dos recursos produtivos do mundo, como a força de trabalho, o capital e a tecnologia. O gerente geral, como resultado, chega a possuir um tremendo poder para orientar as tendências de nosso mundo (59).

Em um comentário publicado em *Matichon Weekly* em março de 2004, um reconhecido acadêmico progressista, Nidhi Aeosrivongse, questiona o “novo nacionalismo” que está surgindo na Tailândia no contexto da globalização, vinculando-o com a transformação geral da ordem política nacional (60). Uma vez que se pergunta que

interesses são favorecidos por este nacionalismo, Nidhi observa que a competitividade global é usada hoje para definir as credenciais nacionalistas de uma corporação tailandesa, o que significa uma mudança que está transformando “o espírito do nacionalismo tailandês”. Despojado de raízes históricas ou culturais e orientado somente para o que parece ser uma vitória corporativa singular na arena global, agrega Nidhi, se de fato houver alguma “nação” envolvida neste novo nacionalismo (61).

Os argumentos de críticos do regime de Thaksin, tais como Nidhi, tendem a apoiar a idéia de que o nacionalismo populista que permitiu Thaksin chegar ao poder está se reformulando no regime que este impôs. O que tais argumentos não deixam claro é *por que* acontece esta reformulação, nem qual é o contexto político e econômico mais amplo no qual se produz a mesma. Seja porque se trate da reformulação do nacionalismo populista ou da imposição do modelo gerencial, parece necessário que a análise vá mais além das instituições, políticas públicas e personalidades políticas para entender o conflito social e as estruturas de poder que subjazem nestas transformações. A tais efeitos, necessitamos situar as estratégias corporativas e os processos políticos dentro do marco de referência da luta de classes, do capitalismo e da dinâmica do império estadunidense.

O NACIONALISMO E A BURGUESIA INTERIOR

A construção de um novo nacionalismo baseado em um modelo gerencial de governabilidade é muito mais que um arroubo autoritário destinado a favorecer os interesses dos grandes negócios. Constitui uma estratégia deliberada de recorte do poder da classe operária mediante o aprofundamento da internacionalização do capital local e da expansão capitalista no país, assim como da reorganização do estado para que funcione mais efetivamente como agente desse capital. É, nesse sentido, uma *estratégia de classe* realizada não apenas no interesse das frações de capital local que buscam aprofundar a integração com os circuitos globais de capital, mas também *contra* a luta das classes subordinadas para conter o alcance da acumulação capitalista e estabelecer barreiras à maximização do lucro. É precisamente pelo fato de que as classes subordinadas participam em lutas que desafiam os interesses das classes dominantes, que é necessário o nacionalismo populista (combinado com a repressão política seletiva). Assim como o Terceiro Texano deve vociferar contra o FMI para manter o regime político atual, a reorganização do estado em termos gerenciais e o avanço dos interesses das frações do capital (exemplificado pelos conglomerados transnacionais como o CP) devem continuar enquadrando-se em um nacionalismo que reconhece e apóia “os capitalistas progressistas”.

A experiência da Tailândia sugere que as estratégias de classe dos capitalistas “nacionalistas” são inseparáveis das respostas da esquerda à globalização e ao imperialismo que invocam uma defesa nacionalista do capital “local” ou “nacional”. O tipo de alternativas antiglobalização inspiradas por esta classe de nacionalismo está implicitamente baseado em uma burguesia nacional que deve e pode contribuir com a luta contra o imperialismo estadunidense. Parece que esta posição ideológica apenas pode ser mantida assumindo a continuidade do imperialismo clássico e negando as realidades políticas e sociais da nova ordem imperial. Particularmente a internacionalização do

capital no Terceiro Mundo.

Há dois pontos cegos ideológicos que possuem implicações particularmente importantes para a ação (ou inação) política. O primeiro é que o aparente paradoxo de uma classe capitalista local que é por sua vez nacionalista e internacionalizante. O segundo tem a ver com a crença implícita de que a classe capitalista local ainda constitui uma burguesia “nacional” e que a globalização – como coloca Tienchai – é essencialmente uma guerra de classe entre capitalistas dos países capitalistas avançados. O caráter falaz destas posições não pode ser considerado simplesmente rotulando tais capitalistas nacionalistas e seus representantes estatais como meros capitalistas de tipo comprador que abusam do sentimento popular antiglobalização. São ainda menos úteis os juízos morais sobre da fabricação destes nacionalistas. Tais contradições são inerentes à própria natureza das classes capitalistas e às estratégias de classe que estas empregam. Como afirmou Nicos Poulantzas, “Não pode haver dúvida de que a política burguesa colocada frente a frente com a nação esteja sujeita aos perigos de seus interesses particulares: na verdade, a história da burguesia caracteriza-se por uma contínua oscilação entre a identificação com – e traição – a nação” (62).

É quando a burguesia oscila no sentido de uma identificação com a nação que encontramos uma convergência com certas classes de nacionalismo antiglobalização; uma aliança que busca defender a burguesia nacional das políticas neoliberais do FMI e da hegemonia dos EUA. No entanto, longe de ser vítimas do capital global, as seções da burguesia “nacional” estão em condições de internacionalizarem-se, converterem-se em capital transnacional *sem que a propriedade se torne estrangeira e sem serem dominadas do exterior*. Esta mudança significa também que seus interesses materiais estão ligados inextricavelmente ao do império norte-americano e estão *sistematicamente* representados pelo estado imperial estadunidense. Em outros termos, quando o capital local se internacionaliza e emula a lógica do capital global, exige que o estado imperial norte-americano cumpra seu papel na administração do capitalismo global. Também exige que o capital internacional se internalize dentro do resto dos estados – um processo que implica aquilo a que se referem Panitch e Gindin quando postulam “a reconstrução dos estados como elementos integrais do império norte-americano informal” (63).

Vista nesses termos, a reorganização radical do estado tailandês mediante o modelo gerencial pode ser entendida como uma estratégia de classe destinada a reestruturar o estado para que este responda melhor ao interesses das frações transnacionalizadas do capital local, e, ao mesmo tempo, funcione mais efetivamente *vis-à-vis* o estado imperial norte-americano. Isto pode explicar por que capitais individuais representados por conglomerados transnacionais, tais como o CP, reverenciam o estado estadunidense e buscam formas diretas e indiretas de representação frente a este.

Estas formas de representação são diferentes dos laços institucionais que se estabelecem com outros estados porque apenas o estado dos EUA é visto em termos globais.

Como assinalamos anteriormente, os executivos do CP vinculavam explicitamente seus interesses ao estado norte-americano, não tanto por seus investimentos nos EUA, mas por meio de seus investimentos na China. Mediante suas alianças estratégicas e seus acordos empresariais com corporações transnacionais, como a transnacional agrícola estadunidense Monsanto e a empresa global de comércio varejista do Reino Unido, Tesco, o CP internalizou também os interesses e padrões de acumulação de frações

específicas do capital internacional. Deste modo, os interesses das frações *nacionalistas* do capital local estão inextricavelmente ligados à administração efetiva do capitalismo global por parte do estado imperial dos EUA.

Para captar o sentido dessa classe capitalista local transnacionalizada, nacionalista, que defende a nação e se alinha com a ordem imperial norte-americana, é importante reconhecer as mudanças sociais que transformaram a burguesia nacional em uma burguesia “interior”. Em sua revisão do conceito de burguesia interior de Poulantzas, Bob Jessop explica (64):

Esta burguesia “interior” não é totalmente dependente do capital externo – como o é a burguesia de tipo comprador, a qual carece de uma base própria de acumulação e está econômica, política e ideologicamente subordinada. Tampouco é o suficientemente independente para desempenhar um papel de liderança em nenhuma luta antiimperialista genuína (como o é a burguesia nacional). Esta posição intermediária não significa que a burguesia interior careça de algum grau de independência. Pelo contrário, tem seu próprio fundamento econômico e suas bases de acumulação locais e externas e manter suas próprias orientações políticas e ideológicas nacionais opostas ao capital norte-americano.

Isto sugere duas dimensões críticas da burguesia interior: primeiro, a integração com (mais que a dependência com relação a) os circuitos de capital estrangeiro; e segundo, a posse de “seu próprio fundamento econômico e de bases de acumulação no país e no exterior”. Ainda que Poulantzas tenha aplicado o conceito de burguesia interior aos países capitalistas avançados, o poder explicativo deste conceito é adequado para desenvolver uma interpretação mais crítica das frações transnacionalizadas do capital local que estão se originando atualmente nos países capitalistas “em desenvolvimento” (65). Está claro que frações de capital como as que o CP representa possuem seus próprios fundamentos econômicos e suas bases de acumulação no país e no exterior, enquanto que ao mesmo tempo estão integradas aos circuitos de capital global. Isto sugere que a internacionalização do capital (acelerada no marco do projeto de globalização) não produz simplesmente uma dependência do capital “nacional” com relação ao capital “estrangeiro”. O que aparece como capital “nacional” opera de acordo com a lógica do capital global, *em seu próprio interesse*, e sem os laços de dependência que caracterizam os capitalistas de tipo comprador no imperialismo clássico.

Os defensores do nacionalismo de esquerda e da localização apresentam uma tendência especial de minimizar a magnitude em que a financeirização do capital industrial transformou a burguesia “nacional”. O suposto de que os mercados financeiros e os fluxos de capital financeiro operam em esferas separadas da produção e dos circuitos de capital industrial permite uma identificação nacionalista com o capital industrial local.

Desta perspectiva, atividades como as telecomunicações e as finanças consideram-se globalmente integradas, enquanto que se estabelece uma clara divisão entre o controle estrangeiro e o local no caso da indústria e das atividades agropecuárias.

Esta visão não reconhece o modo em que a financeirização da produção industrial e da agropecuária transformaram os padrões e as fronteiras da acumulação. Mais que atuar como uma força intrusiva, o capital financeiro internacional pode, de fato, internalizar-se no capital local.

Como instrumento conceitual, a noção de burguesia interior ajuda a elucidar políticas, estratégias e ações do estado e das frações de capital local contra a hegemonia estadunidense (cujo epítome é a resistência ao projeto neoliberal do FMI) é uma luta *dentro* da hegemonia estadunidense, não contra esta. Ainda que as políticas neoliberais ameacem os interesses de frações particulares do capital local, as mesmas formam parte também das pressões transformadoras que convertem alguns segmentos da classe capitalista local em uma burguesia interior. Isto significa que a resistência “nacionalista” dos capitalistas locais à integração neoliberal nos circuitos globais de capital é, de fato, uma luta para assegurar melhores termos para a integração. E mais, implica uma reorganização *interna* que emula mais eficazmente o capital global. Nesse contexto, a política de mobilização do nacionalismo forma parte de uma estratégia de classe para reinventar a burguesia como uma burguesia interior, cuja internacionalização do capital exige um estado nacional mais efetivo que dê acesso ao estado imperial dos EUA. Esta resistência nacionalista pode ocorrer *dentro* do processo de (re)alinhamento imperialista.

OS LIMITES DA LOCALIZAÇÃO

Resulta cada vez mais evidente que faz falta uma perspectiva mais crítica que a “localização” como alternativa à globalização capitalista. As alternativas de “conhecimento local” invocadas pelo Projeto Visão, por exemplo, centram-se exclusivamente na ameaça representada pelo capital “estrangeiro” e miram no capital “local” para defender os interesses nacionais. Isto, por sua vez, gera um apoio implícito ao imperativo capitalista de competição contra o capital estrangeiro como o meio mais efetivo de defender a cultura local da dominação imperialista. Um exemplo disto é a afirmação da necessidade de desenvolver localmente o mapeamento e a engenharia genética do arroz, com o intuito de proteger as variedades locais de arroz e de competir internacionalmente como uma nação exportadora deste (66). No entanto, esta “alternativa” evidencia o papel que a engenharia genética desempenha como tal na mercantilização dos organismos vivos, um processo que é parte integral da lógica do capitalismo.

O que é relevante aqui para os movimentos antiglobalização é o fato de que o capitalismo se apropria da defesa do “local” como um meio para se relegitimar. A epítome desta situação é a convocatória solidária de Korsak Chairasmisak, o executivo do CP e da 7-Eleven citado anteriormente, a que as famílias de pequenos comerciantes tailandeses se tornem proprietárias de uma loja 7-Eleven com o objetivo de resistir às pressões das corporações transnacionais: “Nós os apoiaremos para que se tornem suficientemente fortes para suportar a competição das corporações multinacionais estrangeiras que começaram a observar o comércio varejista tailandês” (67). O fato de que a própria 7-Eleven (cujas matrizes estão no Texas e possui 26 mil localidades em 18 países) seja uma corporação multinacional se apaga quando esta é reinventada como uma empresa local que desafia os interesses das multinacionais. Este exemplo é indicativo dos desafios impostos pelas estratégias de localização do capital internacional. Levar em conta este tipo de desafio também serve para lembrar àqueles ativistas que advogam alternativas locais à globalização e ao imperialismo dos EUA que as estratégias de localização devem estar arraigadas em uma análise de classe mais coerente. Na ausência

de uma análise de classe, e com a persistência da falsa dicotomia de capital “estrangeiro e nacional”, a defesa radical do local traz o risco de ser incorporada dentro das estratégias capitalistas de localização, estratégias de classe que fragmentarão ou desmobilizarão a resistência popular.

Os limites da localização são ainda mais visíveis quando são os mesmos os que propõem a globalização e apóiam o império dos EUA defendem a localização. Um líder intelectual e assessor político, Chai-anan Samudavanija (que traduziu o termo “globalização” para o idioma tailandês pela primeira vez) (68), afirma inequivocamente que

os Estados Unidos necessitam de uma estratégia global para a era da globalização; Tal estratégia global deve ser capaz de abordar o objetivo estratégico básico que define a agenda norte-americana (69).

Isto, segundo a afirmação de Chia-anan, beneficiaria a Tailândia, na medida em que seus interesses estariam representados na agenda norte-americana. Ao mesmo tempo, compartilha com muitos acadêmicos e ativistas liberais de esquerda a crença na localização como um meio de estimular “o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, a descentralização e a participação”, contrabalançando assim o impacto social e econômico da globalização e da mudança do poder político, onde as “operações transnacionais substituem o estado no controle e na direção das atividades econômicas em todos os níveis” e as “elites – políticas, militares e tecnocráticas – perdem seu poder mais fundamental sobre o setor privado, isto é, sua autoridade reguladora” (70). Isto leva Chai-anan a descrever a ascensão do poder transnacional de uma maneira que converge com a perspectiva neomarxista do Projeto Visão, segundo a qual a globalização “fortaleceu os regimes internacionais como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional, os quais utilizaram depois da crise asiática ‘para ditar as condições e alinhamentos da recuperação econômica’” (71).

A importância da síntese que faz Chia-anan sobre a localização e a globalização dentro da ordem imperial estadunidense não está radicada na apropriação das idéias políticas, mas no modo em que estas se traduzem em ação política. Quando durante o primeiro trimestre de 2004 os protestos maciços de trabalhadores contra a privatização da Autoridade Geradora de Eletricidade da Tailândia (EGAT) intensificaram-se até o ponto de que 50.000 trabalhadores ganharam as ruas em 3 de março, Chai-anan foi nomeado pelo governo de Thaksin como o novo presidente do EGAT para negociar um acordo com o sindicato. Descrito pela mídia como alguém que “usa a mesma camisa” que os trabalhadores (72), Chai-anan tentou aplacar os sindicatos prometendo deter a privatização do EGAT. A situação se tornou confusa quando os sindicatos declararam a vitória contra a privatização enquanto Thaksin reafirmava que esta seria continuada. Chai-anan imediatamente negou que houvesse um acordo para a privatização e afirmou que tinha se formulado um processo alternativo de privatização gradual. Como resposta, o sindicato do EGAT continuou com seus protestos e ameaçou com greves.

A luta em torno da privatização do EGAT expressa uma dinâmica política importante da resistência à agenda neoliberal do regime de Thaksin e supõe uma ruptura importante no uso do nacionalismo populista por parte da classe dominante. Quando Thaksin se referiu a uma vitória popular em seu discurso anti-FMI de julho de 2003,

postulou que a liberdade da Tailândia com relação às “obrigações vinculatórias” do FMI implicava no final da privatização forçada das empresas estatais para pagar a dívida nacional.

Não obstante, no mesmo discurso, reafirmou que a privatização seria realizada através de meios *nacionais*, incorporando esses serviços públicos ao mercado de ações da Tailândia. A cotização no mercado de ações asseguraria que “se tornasse efetiva a prestação de contas mediante o monitoramento por parte dos mercados de capital” e que se pudesse emular as empresas capitalistas do setor privado (73). Com esta virada, o regime de Thaksin tentou conter a resistência dos trabalhadores à privatização dentro dos parâmetros do nacionalismo anti-FMI, crendo que ao retirar o FMI da equação a resistência se dissolveria. Neste contexto, foi muito significativo que o sindicato e os grupos de trabalhadores pudessem ver além disso, reconheceram a continuidade da privatização por meio da cotização no mercado de ações. Assim, o movimento antiprivatização oferece renovadas possibilidades de transcender o nacionalismo de esquerda que caracterizou as respostas à crise asiática, ampliando a luta para além do nacionalismo anti-FMI e apontando as estratégias específicas da classe dominante que buscam cooptar ou marginalizar a militância da classe operária (74).

Apesar de tais possibilidades, para que isto se converta em um desafio importante ao capitalismo global e ao império norte-americano, as interconexões entre a globalização, a dominação corporativa, o racismo, o capitalismo e o imperialismo não podem se limitar a ser legendas atrás das quais marchar, mas que devem se tornar elementos coerentes de uma visão de mundo crucial para a compreensão coletiva de um movimento de massas e suas aspirações. A relação entre os movimentos por uma globalização alternativa, antiglobalização e antiimperialista e os nacionalismos populistas, costuma estar baseada em coalizões amplas e alianças táticas que buscam usar o nacionalismo – baseado no descontentamento com o *status quo* global e no sentido da vulnerabilidade e insegurança associadas à globalização – para ganhar o apoio para dar respostas mais radicais. Sem importar a justificativa ideológica (onde o “pragmatismo” parecer ser dominante), a implicação estratégica das apelações à soberania nacional, a auto-suficiência e demais é essencialmente a mesma. Esta visão estreita da ordem imperial estadunidense como dominação econômica (expressa em termos das corporações transnacionais estadunidenses) carrega o risco de promover alternativas que reforçam a lógica do capitalismo e, portanto, apóiam o próprio sistema que o estado imperial dos EUA está administrando. Ainda mais importante, implica o risco de mobilizar membros da classe operária alentando o mesmo tipo de nacionalismo populista que os capitalistas estão usando para negociar os termos de sua assimilação imperial.

DE VOLTA A BANDUNG: A SUBSTÂNCIA DOS SLOGANS

Talvez não haja outro lugar na Ásia no que isto seja visto mais claramente que na Indonésia, onde, como ocorreu na Tailândia com as mobilizações contra o FMI, a vulnerabilidade e a incerteza geradas pela globalização acelerada e a agressão militar intensificada dos EUA geraram nojo e frustração maciços. Mas este nojo e frustração também estão sujeitos aos, e são utilizados pelos, interesses das classes dominantes.

Entre os vinte e quatro partidos políticos que competiram nas eleições de julho de

2004 na Indonésia, não menos que seis reclamaram o legado de Sukarno, entre estes três partidos políticos distintos liderados por suas filhas Megawati, Rachmawati e Sukmawati. A reinvenção do sukarnoísmo como um programa político *nacionalista* incluiu o ressurgimento de um elemento chave na mitologia política de Sukarno, a doutrina do “marhaenismo” ou auto-suficiência baseada na lendária reunião entre Sukarno e o camponês Marhaen (75). A negação da luta de classes foi um dos objetivos ideológicos principais do marhaenismo inventado por Sukarno, que rechaçava o conceito marxista de proletariado por considerá-lo inapropriado para o contexto indonésio. Segundo Sukarno, Marhaen “não era um membro do proletariado, porque não vendia sua força de trabalho a outro sem participar na propriedade dos meios de produção” (76). Portanto, a Indonésia não tinha uma classe operária, mas uma massa de “gente indigente” da Indonésia. O marhaenismo identifica este com a *nação*, retirando a luta de classes da equação.

Na busca de apoio político para seu partido (hoje denominado o Partido Nacionalista Indonésio Marhaenista), Sukmawati Sukarno reafirmou a relevância do marhaenismo no século XXI no contexto da globalização. No entanto, não pode definir o significado contemporâneo do termo nem explicar as políticas sociais específicas que este implicaria (77). Como acontece com o sukarnoísmo em termos mais gerais, o marhaenismo está sendo usado por seu poder simbólico para canalizar o descontentamento popular ante o nacionalismo da *classe dominante*. Esta estratégia de administração das massas descontentes se estende às versões mais progressistas do marhaenismo, representadas pelo Partai Nasional Bung Karno (PNBK, Partido Nacional Irmão Karno) criado em 2002. Rebatizado Partai Nasional Banteng Kemerdekaan (Partido Nacional Varões pela Liberdade) para cumprir com os requisitos legais que impediam o uso de nomes próprios nas eleições de 2004, o PNBK defendeu “a revolução progressista” baseada na ideologia do nacionalismo e na construção do “socialismo indonésio” (78). Da mesma maneira que outros partidos políticos nacionalistas, o PNBK não apresentou uma agenda econômica clara para alcançar a autodeterminação e muito menos a visão do “socialismo”. Mas sim, ofereceu reformas social democratas (bem-estar social e subsídios) com a esperança de aproveitar o nacionalismo populista gerado pelos partidos políticos maiores como o PDI de Megawati (Partido Democrático Indonésio).

Como estratégia de mobilização utilizada por frações da classe dominante indonésia, o marhaenismo oferece um potencial significativo porque sua carência de substância se combina com um amplo alcance no espectro político. Interpretado a partir de uma visão radical como um marxismo nacionalizado, apropriado para a Indonésia, o marhaenismo inspira também respostas nacionalistas de esquerda à globalização e ao imperialismo estadunidense. A legitimidade doutrinária destas interpretações radicais se funda na Declaração de Marhaen de 1964, a qual agregou uma linha abertamente anticapitalista ao nacionalismo populista ao clamar pela expulsão dos terratenentes e capitalistas do Partido Nacionalista Indonésio (PNI). Ainda que tal expulsão nunca tenha se materializado, a retórica anticapitalista desempenha um papel importante na associação do marhaenismo com as posições antiimperialistas e antiglobalização atuais (79). De acordo com Mohammad Samsul Arifin, “O marhaenismo genuíno afirma que enquanto houver práticas de imperialismo, colonialismo e feudalismo no mundo, esta doutrina será vigente” (80). Afirma-se que o poder do marhaenismo se fundamenta no fato de que, apesar de compartilhar uma agenda revolucionária com o marxismo, este último centra-se na classe operária, enquanto que o marhaenismo “amplia sua base a quase toda a gente na

comunidade” (81). Assim, afirma-se uma agenda revolucionária que carece de classes ou luta de classes. A luta radical antiglobalização e antiimperialista é – mais uma vez – percebida como uma luta entre nações; Susilo Eko Prayitno, um membro do comitê central do Movimento Nacional dos Estudantes da Indonésia (Gerakan Mahasiswa Nasional Indonesia, GMNI). Descreve o marhaenismo como uma teoria marxista “nascida nas lutas para abolir o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo” (82). Cabe notar que o GMNI esteve entre a dezena de organizações estudantis que realizaram protestos maciços em Jacarta em fevereiro de 2003 em nome de “Tritura”, as “três demandas do povo” (83), incluindo a redução de preços, a perseguição dos políticos corruptos e a “construção de uma nação auto-suficiente”. É esta última demanda a que se percebe como uma resposta marhaenista à globalização capitalista e ao imperialismo estadunidense.

Assim como as diferenças entre o imperialismo estadunidense e o colonialismo europeu anterior a 1945 ficaram diluídas nos slogans de Sukarno, nos quais o colonialismo, neo-colonialismo, imperialismo e neo-imperialismo eram usados de maneira indistinta, sem atender nem às especificidades históricas nem à dinâmica político-econômica destes sistemas de dominação global, hoje, a justaposição de neoliberalismo, globalização, capitalismo e imperialismo (precedido pelo “não!” ou “abaixo!”) não consegue aperfeiçoar nossa compreensão e traçar um caminho claro para a ação coletiva. Depois da crise econômica asiática, as mobilizações maciças contra a OMC e o FMI invocaram freqüentemente este tipo de nacionalismo populista que atribui todas as enfermidades sociais, econômicas e culturais às instituições que controlam a ordem global uma vez que descrevem a *nação* como a vítima. Tal perspectiva radicaliza o discurso das respostas da esquerda liberal à globalização, mas não realiza a virada necessária na análise política nem se move para os tipos de ação coletiva revolucionária requeridos.

Em uma declaração publicada em *Pembebasan* (Liberação), a publicação mensal do Comitê Central do Partido Democrático Popular (KPP-PRD), associa-se o imperialismo com o colonialismo e com a “colonização descarada”, de modo que tende a diluir o império estadunidense, mais que a brindar com uma interpretação crítica e um ponto de referência para a ação:

Hoje enfrentamos o panorama de um mundo que está em movimento, que culmina em um choque do imperialismo contra seus inimigos. Não nos equivoquemos, as demandas de desenvolvimento capitalista desta etapa mais recente (imperialismo), requerem que eles saqueiem a riqueza do mundo, por qualquer meio, de maneira feroz e desavergonhada. A ocupação (colonização) do Afeganistão, e depois a do Iraque, agregam-se à série de países submetidos ou países sujeitos a satisfazer as necessidades do imperialismo. Mas a reação e a resistência a isto – em suas diversas formas – é uma lei objetiva que eles tampouco podem negar. A exploração por parte das corporações internacionais é seguida imediatamente pela resistência contra ela; sua consolidação em um conjunto de fóruns internacionais (o FMI, a OMC, o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial e ademais) é constantemente bloqueada por manifestantes que se opõem (84).

Desconhecendo o amplo espectro político que caracteriza o populismo

anticorporativo e minimizando o sentimento anticapitalista destas demonstrações, o KPP-PRD conclui que a vitória está assegurada: “Com o tempo, este elo da cadeia do *colonialismo* mundial se debilitará ainda mais pela crise e pela resistência que enfrenta” (85).

Em uma declaração difundida dois meses antes, o KPP-PRD havia se referido ao modo com que “os interesses do imperialismo global” são favorecidos pela armadilha da dívida no terceiro mundo. São os “imperialistas globais” aqueles “que forçarão a tais nações a abrir seus mercados locais através da OMC para tornar possível que o capital do imperialismo global controle e, um a um, vai se adonando dos ativos destas nações” (86). Assim, o conceito de imperialismo não se usa para explicar a dinâmica do capitalismo global, mas para agregar uma linguagem radical às preocupações das ONGs e dos movimentos sociais sobre o controle corporativo e a dívida do terceiro mundo. Um suposto comum subjaz nestes argumentos: a nação, não a classe, está no centro destas lutas. Esta crítica radical do imperialismo, divorciada como está da luta de classes, não poder ser considerada como inerentemente anticapitalista.

As raízes deste nacionalismo e antiimperialismo radicais são muito mais complexas do que os movimentos sociais contemporâneos freqüentemente reconhecem. Quando a organização de massas anticolonialista Serikat Islam se radicalizou no final de 1917, as preocupações expressas pelos capitais comerciais locais levaram seus líderes a esclarecer que se referiam ao *capitalismo estrangeiro* (87). Vinte e cinco anos mais tarde, frente a perspectiva de perder a guerra e de uma ocupação aliada indefinida da Indonésia que poderia facilitar a recolonização européia, em outubro de 1944, as forças de inteligência naval japonesas em Java criaram uma escola para os nacionalistas indonésios chamada *Asrama Indonesia Merdeka* (Residência da Indonésia Livre). Um nacionalista radical conectado com o PKI clandestino foi contratado como diretor. A escola dedicou-se a difundir o marxismo-leninismo e “foi ensinado aos estudantes a ver a luta da Indonésia pela independência em termos de uma luta internacional contra o imperialismo capitalista” (88). Realizaram-se aulas sobre a teoria do imperialismo de Lênin, sob os auspícios da Armada Imperial Japonesa! Este exemplo é apresentado apenas para indicar algumas das especificidades e complexidades históricas do imperialismo e do antiimperialismo. A tendência em “deshistorizar” a globalização e o imperialismo leva a perigosas simplificações dos desafios que enfrentamos atualmente, ao prescrever uma ação política que se baseia mais em slogans que em qualquer substância.

Em alguma medida, o fato de que o conceito de “imperialismo” tenha sido reanimado dentro do movimento antiglobalização apresenta novas possibilidades para uma virada do populismo anticorporativo para anticapitalismo. No entanto, é necessário se perguntar se fatos específicos – especialmente a agressão militar estadunidense contra o Iraque – levaram os ativistas a agrupar meramente os sentimentos antiguerra e anti Bush à crítica que o movimento antiglobalização faz do controle corporativo transnacional, produzindo assim a combinação correta de *slogans*, mas com pouca substância. O uso do termo “imperialismo estadunidense” em si mesmo não indica nenhuma radicalização significativa do movimento antiglobalização ou antiguerra. A fórmula “Bush + Bombas + Grandes Corporações = IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE” pode servir para um propósito político imediato, mas também pode limitar a possibilidade de entender as raízes mais profundas do imperialismo estadunidense, mesclando pressupostos liberais com uma linguagem revolucionária de

formas tais que minam as estratégias de resistência.

Hoje vemos que o conceito de imperialismo estadunidense está sendo usado no sudeste asiático como um meio de identificar o capitalismo com o estrangeiro. Deste modo, é mascarado o capitalismo local, e também o são os interesses materiais e as estratégias de classe dos capitalistas “locais”, que, deste modo, podem identificar-se com a nação. De maneira similar, o uso da idéia de auto-suficiência em um sukarnoísmo reinventado ameaça apropriar-se das demandas do movimento antiglobalização pela soberania alimentar. Isto apresenta riscos políticos severos para a esquerda. Ameaça ocupar e desradicalizar espaços sociais críticos de resistência, reinventando a divisão entre capitalismo local e estrangeiro e defendendo os capitalistas locais. Enquanto o alvo seja o logotipo, uma mudança de imagem é freqüentemente suficiente para responder a estas demandas. Assim, podem localizar-se até os símbolos culturais da globalização e da dominação dos EUA (vistas de várias maneiras como americanização e imperialismo “cultural”) (89). Como pode ser lido em um cartaz em um restaurante da cadeia McDonald’s na Indonésia: *Em nome de Alá, o Compassivo, o Misericordioso, McDonald’s da Indonésia é propriedade de um nativo indonésio muçulmano.*

NOTAS

O presente ensaio iniciou-se em Bandung e terminou em Bangkok. No decurso desta mudança, o respaldo e os conselhos de numerosas pessoas foram cruciais. Em particular, gostaria de expressar minha gratidão a Varoonvarn Svangsopakul por sua ajuda inestimável com a tradução do tailandês. Agradeço, também, a Awang Awaludin e Gody Utama por sua ajuda em Bandung, e Greg Albo e Peter Rossman por proporcionar referências críticas. Obviamente, as opiniões aqui expressas e qualquer erro são somente meus.

1 Ver, por exemplo, Samir Amin, “World Conference Against Racism: People’s Victory”, *Monthly Review*, Dezembro de 2001.

2 “Asia-Afrika Berada pada pasai Posisi Marginal dalam Globalisasi”, *Kompas*, 31, Julho de 2003; “AASROC Merenkonstruksi ‘Jembatan’ Ásia-Afrika”, *Pikiran Rakyat*, 2 de Agosto de 2003.

3 Ao longo do ensaio refiro-me à globalização e também ao imperialismo estadunidense quando discuto os objetivos centrais aos que se opõem os movimentos de resistência e os ativistas de esquerda. A distinção é necessária com a finalidade de refletir as diferenças que existem no arco da esquerda, uma vez que alguns daqueles que se opõem ao imperialismo estadunidense não necessariamente se opõem ao capitalismo global, e a resistência à globalização não se traduz automaticamente na oposição direta ao imperialismo estadunidense. Em minha opinião, a globalização e o neoliberalismo são projetos políticos específicos que formam parte do império norte-americano e estão destinados a facilitar a expansão global do capitalismo e acabar com o poder da classe operária. Não são sistemas em si mesmos, mas estratégias de classe.

4 “Supplementary Detailed Staff Reports on Foreign and Military Intelligence, Book 4, Final Report of Government Operations with Respect to Intelligence Activities” (Senado dos EUA), Abril de 1976, p. 133, citado em: William Blum, *The CIA: A Forgotten History. US Global Interventions Since World War 2*, Londres – Nova York, Zed Books, 1986, p. 108. Em seu sugestivo comentário do documento, Blum revisa a evidência sobre a participação da CIA no bombardeio de um avião da Air Índia contratado para transportar membros da delegação chinesa à Conferência de Bandung. É interessante mencionar, ademais, que no Museu da Conferência de Bandung, situado no Salão da Liberdade em Bandung, são exibidas fotografias e uma breve explicação sobre a tragédia, incluindo imagens do dispositivo de tempo usado na bomba, mas não se faz referência à possível participação estadunidense.

5 “Address by the President of Indonésia”, Centre for the Study of Asian-African and Developing Studies, *Collected Documents of the Asian-African Conference*, de 18 a 24 de Abril de 1955, Jacarta, Agência de Pesquisa e Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores, 1983, p. 7. Cabe assinalar que ainda que Sukarno tenha pronunciado o discurso inaugural da Conferência, não participou formalmente na mesma. Foi em abril de 1965, ao se cumprir o décimo aniversário da Conferência de Bandung, quando afirmou que aqueles que pensavam que o imperialismo estava morto eram “loucos” e proclamou: “o imperialismo no está morto, a luta contra o colonialismo e o neo-colonialismo ainda não terminou!”, em “After Ten Years Still Onward, Never Retreat”, em *Ten Years After Bandung*, Jacarta: Oficina de Imprensa do Governo, 18 de Abril de 1965, pp. 32-33.

6 “Addresses by Delegations – Philippines”, *Collected Documents of the Asian-African Conference*, p. 98.

7 “Addresses by Delegations – Libya”, *Collected Documents of the Asian-African Conference*, p. 83.

8 “Addresses by Delegations – Iraq”, *Collected Documents of the Asian-African Conference*, p. 65.

9 “Addresses by Delegations – Pakistan”, *Collected Documents of the Asian-African Conference*, p. 90.

10 “Addresses by Delegations – China”, *Collected Documents of the Asian- African Conference*, pp. 44-47.

11 “Addresses by Delegations – Thailand”, *Collected Documents of the Asian-African Conference*, p. 111.

12 “Eisenhower Sends US Greetings”, *Indonesian Observer*, 20 de Abril de 1955.

13 Sukarno, “After Ten Years Still Onward, Never Retreat”, pp. 32-33.

14 Na história oficial do Museu da Conferência Asia-África afirma-se: “Depois do golpe

abortado do G30S/PKI (o Partido Comunista), Gedung Merdeka foi tomado pelos militares e uma parte do edifício foi usada como prisão para os presos políticos comunistas”. *Reference Guide: The Museum of the Asian-African Conference*, The Museum of the Asian-African Conference, Bandung, 1992.

15 Em 1966, Sukarno rogou diante do Congresso dos EUA: “Que Deus nos conceda, à América do Norte e à Indonésia, a melhor amizade entre nações que nunca haja existido”. Este discurso está gravado em vídeo e foi reproduzido no documentário *Mass Grave*, Lexy Junior Rambadeta & Off Stream, 2001.

16 “Kenapa kebudayaan imperialis Amerika Serikat yang harus dijebol?” (“Por que é necessário destruir a cultura imperial estadunidense?”), discurso de Pramodya Ananta Toer na cerimônia de encerramento do congresso Lekra, Palembang. Reproduzido em *Harian Rakjat*, 15 de Março de 1964.

17 Ibid.

18 Como dizia Edward Masters, que trabalhou na embaixada estadunidense entre 1964 e 1968: “Nós éramos, de fato, o inimigo público número um nesse momento. Havíamos substituído os britânicos”. A entrevista pode ser vista no documentário *Shadow Play: Indonesia’s Years of Living Dangerously*, Thirteen/WNET, 2002.

19 O Departamento de Estado de EUA enviou um telegrama à embaixada estadunidense em Jacarta recordando que é “essencial que não demos a Sukarno e companhia a oportunidade de alegar que [estão] a ponto de ser atacados por NEKOLIM e que não demos a Subandrio e ao PKI evidência pública que possam citar sobre o fato de que o USG [o governo de EUA] apóia o exército contra eles. O telegrama disse depois de maneira inequívoca: “é claro que o exército não necessita de nossa assistência material neste momento”, e continua explicando que a rede imperial formal dos EUA era suficiente, uma vez que anos de “relações inter-forças” indonésias e estadunidenses desenvolvidas mediante programas de treinamento militar e de laços econômicos e de segurança, “devem ter convencido completamente os líderes do exército de que os EUA estão por detrás deles se necessitarem ajuda”. “Telegram from the Department of State to the Embassy in Indonesia”, Washington, 6 de Outubro de 1965. National Archives and Records Administration, RG 59, Central Files 1964-66, POL 23-9 INDON, <<http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/johnsonlb/xxvi/4445.htm>>.

20 As evidências de que o governo estadunidense fornecerá “listas negras” de membros do PKI aos militares indonésios foram publicadas pelos jornais *South Carolina Herald-Journal* de 19 de Maio de 1990; *San Francisco Examiner* de 20 de Maio de 1990; *Washington Post* de 21 de Maio de 1990 e *Boston Globe* de 23 de Maio de 1990.

21 Thaksin, um rico capitalista do sudeste asiático, nomeado o Homem de Negócios do Ano pela Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), foi visto como o anfitrião mais apropriado para a inauguração do DCA (Diálogo para a Cooperação Asiática) e emergiu como um líder “modelo” entre as classes dirigentes da região.

22 Discurso de abertura de Thaksin Shinawatra, primeiro-ministro da Tailândia, Reunião Inaugural do DCA, Cha-Am, Tailândia, 19 de Junho de 2002.

23 Uma explicação do contexto do Projeto Visão e suas séries de publicações Globalização e Conhecimento Local podem ser encontrados em Craig J. Reynolds, “Thai Identity in the Age Of Globalization”, em Craig J. Reynolds, ed., *National Identity and its Defenders: Thailand Today*, Chiang Mai: Silkworm Books, 2002, pp. 322-333.

24 Craig Reynolds explica que o pseudônimo literário que usa Tienchai implica “um sonho de uma Tailândia melhor” baseado na “‘Yuk Si-Ariya’ de época ou a ‘Era de Mettaya Buddha’, o Buddha que renascerá neste mundo muito depois de que a religião de Gautama Buddha tenha chegado a seu fim. A mensagem de salvação do Dhamma porá em ordem o mundo novamente depois das convulsões da Era da Obscuridade, a Kaliyuga” (*Ibid.*).

25 Yuk Si-Ariya, “American Imperialism and the War to Usurp Hegemony”, em Phitthaya Wongkun, ed., *Wikrit Asia* (A crise asiática), segunda edição, Bangkok: Amarin Publishing/Witthithat Project, 1999, pp.49-51.

26 Ao explorar as raízes culturais da hegemonia estadunidense, Tienchai cita como definitivo o texto de Robert Frank e Phil Cook, *The Winner-Takes-All-Society*, Nova Iorque, Free Press, 1995.

27 Poder-se-ia dizer que o enfoque teórico de Tienchai sofre daquilo que Richard Bryan descreve como “a adesão neomarxista a uma taxonomia nacionalista de capital” que conduz a uma falsa dicotomia entre capital externo e nacional e a uma incapacidade de perceber “a contradição interna à internacionalização de capital”, Richard Bryan, “The State and the Internationalization of Capital: An Approach to Analysis”, *Journal of Contemporary Asia*, 17(3), 1987, p. 256.

28 Yuk Si-Ariya, “American Imperialism and the War to Usurp Hegemony”, p. 53.

29 Peter F.Bell, “Thailand’s Economic Crisis: A New Cycle of Struggle”, em Ji Giles Ungpakorn, ed., *Radicalizing Thailand: New Political Perspectives*, Bangkok: Institute of Asian Studies, Chulalongkorn University, 2003, pp. 55-57.

30 Thak Chaleomtiarana, *Thailand: The Politics of Despotism*, Bangkok: Social Science Association of Thailand, 1979, pp. 140-141. Sarit dava particular importância a uma suposta ameaça comunista chinesa, e o estudo realizado por seu chefe de assessores, Luang Vichit, sobre as raças tailandesas descrevia o comunismo como “não tailandês”, estabelecendo um nexos ideológico-racial entre comunismo e etnia e excluindo a possibilidade de que os tailandeses fossem comunistas.

31 Pasuk Phongpaichit e Chris Baker, *Thailand: Economy and Politics*, segunda edição, Bangkok: Oxford University Press, p. 131.

32 A lealdade de Sarit ao império estadunidense foi satirizada na obra de Khamsing Srinawak “O camponês e o homem branco”, na qual um homem branco conduz o cachorro – o velho Somrit (bronze) – de um sitiante, com a promessa de treiná-lo para que seja um cão de guarda obediente. Isto parodia a volta de Sarit do hospital Walter Reed nos EUA. Na história, quando o cão volta fica distanciado do sitiante, negando-se a comer comida simples. O sitiante tem que lhe dar de melhor qualidade e se vestir melhor para agradar ao cachorro, mas Somrit – esquecido de quem o criou – morde seu amo. Khamsing Srinawak, “The Peasant and the White Man”, em *The Politician and Other Stories*, terceira edição, Bangkok: Silkworm Books, 2001, pp. 70-80.

33 A análise feita por Tienchai do imperialismo estadunidense em *Asian Crisis* baseia-se no trabalho de James Petras, cujo ensaio “The Asian Crisis and US Hegemony” foi traduzido por Tienchai e publicado em um volume da *Série Globalização* (Pittaya Wangkul, ed., Wikrit Asia [Asian Crisis], segunda edição, Bangkok: Amarin Publishing/Witthithat Project, 1999, pp. 23-30.) Referindo-se ao ressurgimento do domínio neocolonial, Petras afirma que “a entrada do FMI significa o retorno da hegemonia estadunidense e o declínio do capitalismo asiático como um pólo independente e competitivo”. Novamente, a dinâmica central é a “divisão e o conflito entre capitalismo e estados nacionais” e “o poder permanente dos países imperiais sobre os ‘países de industrialização recente’”.

34 Si-Ariya, “American Imperialism and the War to Usurp Hegemony”, pp. 59-60.

35 Ibid., p. 61.

36 Ji Giles Ungpakorn, “A Marxist History of Political Change in Thailand”, em Ji Giles Ungpakorn, ed., *Radicalizing Thailand: New Political Perspectives*, Bangkok: Institute of Asian Studies, Chulalongkorn University, 2003, pp. 28-29; Bell, “Thailand’s Economic Crisis: A New Cycle of Struggle”, pp. 41-74.

37 Ungpakorn, “A Marxist History of Political Change in Thailand”, p. 29.

38 “Repayment of the Final Instalment of Thailand’s Debt under the IMF Programme”, discurso de Thaksin Shinawatra, primeiro-ministro da Tailândia, Casa do Governo, Bangkok, 31 de Julho de 2003.

39 O regime de Thaksin avançou na escalada da “guerra contra o terror” liderada pelos EUA, assassinando 108 muçulmanos na cidade sulista de Pattani em 28 de Abril de 2004. O massacre incluiu a execução de 32 pessoas que haviam procurado refúgio dentro da mesquita de 400 anos de antiguidade.

40 Citado em *The Nation* (Bangkok), 28 de Fevereiro de 2004. Esta citação foi usada em um artigo sobre a resposta irada de Thaksin a um informe do Departamento de Estado de EUA sobre a violação dos direitos humanos na Tailândia. Em sua resposta, Thaksin declarou que tais críticas convertiam os EUA em “um amigo inútil”.

41 Pouco depois de receber o premio por sua “notável contribuição à humanidade” e “ao fortalecimento de outros para a igualdade do gênero humano”, Thaksin autorizou uma “guerra contra as drogas” que legitimou a maior violência policial e levou a mais de 2.500 mortes em poucos meses.

42 Thaksin foi o quarto, depois do Secretário de Estado James Baker III em 1993, o ex presidente polonês Lech Walesa em 1996 e o ex presidente George Bush em 1998. Citado em Michael Graczyk, “Thai Prime Minister Gets Texas University’s Highest Award”, *The Associated Press*, 23 de Outubro de 2002.

43 Leo Panitch e Sam Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, *Socialist Register* 2004, Londres, Merlin Press, pp. 32-33.

44 “Repayment of the Final Instalment of Thailand’s Debt under the IMF Programme”, discurso de Thaksin Shinawatra, primeiro-ministro da Tailândia, Casa do Governo, Bangkok, 31 de Julho de 2003.

45 Ungpakorn, “A Marxist History of Political Change in Thailand”, pp. 32-33.

46 Weerayut Chokchaimadon, “Thailand Faces Prosperity and Contradictions”, *The Nation*, Bangkok, 25 de Setembro de 2003.

47 Ibid.

48 Pasuk Phongpaichit, “A Country is a Company, a PM is a CEO”, *Seminar on Statesman or Manager? Image and Reality of Leadership in Southeast Asia*, Centre for Political Economy, Chulalongkorn University, Bangkok, 2 de Abril de 2004.

49 Ibid.

50 Chanida Chanyapate e Isabelle Delforge, “The Politics of Bird Flu in Thailand”, *Focus on Trade*, 98, Abril de 2004. A intervenção de Tienchai Wongchaisuwon do Projeto Visão no debate sobre a crise da gripe aviária na Tailândia mostra as mesmas limitações que sua análise neo-marxista da crise asiática. Escrevendo com o nome literário de Yuk Si-Ariya em uma coluna regular em *Matichon Weekly* (números 1229-1231, Março de 2004), analisa o problema do vírus H5N1 que causa a gripe aviária e da biotecnologia em termos de “caos” em vez de fazê-lo no contexto do capitalismo e, ainda que faça alusão ao ocultamento governamental que tendia a “beneficiar as empresas exportadoras” e “o engodo do sistema de granjas fechadas”, ignora as estratégias do capital (incluindo a do CP) e sua relação com o estado tailandês.

51 Isto inclui 106 empresas produtoras de alimentos na China que empregam 60 mil trabalhadores.

52 A licença de investimento do CP em China é a número 0001, o que indica a entrada

precoce na China sob o nome de Chia Tai. Em Abril de 2003, 21 trabalhadores de uma planta de processamento de frangos de Chia Tai, localizada na província de Shandong, morreram em um incêndio, pondo em evidência o regime trabalhista brutal imposto pelo CP em suas fábricas na China. Os trabalhadores receberam a ordem de permanecer em seus postos durante o incêndio e vários deles morreram ali, com mais temor do castigo por parte dos gerentes que do próprio incêndio. Ver “Twenty-One Lives Lost in 5 April Blaze at the Qingdao Zhengda Food Factory”, *China Labour Bulletin*, 12 de Abril de 2003.

53 Dan E. Moldea e David Corn, “Influence Peddling, Bush Style”, *The Nation (EUA)*, 23 de Outubro de 2000. Como é mostrado em uma série de informes publicados na imprensa tailandesa (e avisos publicitários de uma página inteira da empresa de telecomunicações subsidiária do CP), CP foi anfitriã da visita do presidente Bush à Tailândia, depois de sua passagem pela China, em Janeiro de 1994. Esta visita criou o contexto para que se afirmasse uma postura mais branda com relação à China e fosse promovida sua inclusão na OMC.

54 “10Years After the Kader Factory Fire: Thailand’s CP Group and Corporate Responsibility”, *Asian Food Worker*, Maio/Junho de 2003, pp. 1 e 6; “CP and Rights”, *The Nation (Bangkok)*, 15 de Maio de 2003.

55 “Thailand Benefits from Bush’s Policies if He Wins in Election”, *The People’s Daily (Beijing)*, 10 de Novembro de 2000. Estes interesses estão atualmente articulados através do “embaixador gerente” estabelecido em Washington que responde diretamente a Thaksin, o gerente do país.

56 Korsak Chairasmisak, *The Asian CEO in Action*, Bangkok: Post Books/ DMG Books, 2003, p. 140. Outro exemplo da 7-Eleven assumindo as funções do estado é o uso de suas lojas em distintos pontos do país por parte do Ministério do Comércio para distribuir açúcar a preços controlados durante um período de escassez crítica.

57 Ungpakorn, “A Marxist History of Political Change in Thailand”, p. 17.

58 Korsak, *The Asian CEO in Action*, p. 131.

59 Ibid., pp. 43-44.

60 Cabe assinalar que na categorização de Kasian Tejapira de “globalizadores” versus “comunitaristas” na Tailândia, Nidhi estava incluído entre os “comunitaristas” que desafiavam os “globalizadores” tais como Chai-anan Samudavanija. Kasian Tejapira, “Globalisers vs. Communitarians: Post-May 1992 Debates Among Thai Public Intellectuals”, trabalho apresentado no *Annual Meeting of the Association of Asian Studies*, Hono lulu, 11-14 de Abril, 1996; Kasian Tejapira, *Wiwatha lokkanuwat* [Debates sobre a globalização], Bangkok: Phujatkan Press, 1995.

61 Nidhi Aeosrivongse, “Thai Nationalism Under the Trend of Globalization” [em Thai],

Matichon Weekly, Issue 1229, 5-11 de Março, 2004, p. 33.

62 Nicos Poulantzas, *State, Power; Socialism*, Londres-Nova Iorque: Verso, 2000, p.117.

63 Panitch e Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, p. 17.

64 Bob Jessop, Nicos *Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*, Londres: Macmillan, 1985, p. 172.

65 Ver também Achin Vanaik, “The New Indian Right”, *New Left Review*, 9, 2001.

66 Anut Aphaphirom et al., *Teknologi patiwat lok su sangkhom khwamrn lae yangyun* [A tecnologia transforma o mundo: para a sociedade do conhecimento e a sociedade sustentável], Bangkok: Witthithat Project, 2000, pp. 180-182. Citado em Reynolds, “Thai Identity in the Age of Globalization”, p. 325. CP pode-se apropriar facilmente desta alternativa local, em seu caráter de empresa “nacional” que está estabelecendo rapidamente seu domínio na produção e comércio de arroz na Tailândia, uma vez que expande sua aliança estratégica com a Monsanto, a maior corporação mundial de engenharia genética. E mais, esta é uma estratégia de longo prazo da Monsanto, Syngenta, Bayer CropScience e outras corporações agro-químicas e de engenharia genética que se propõem introduzir variedades de arroz geneticamente modificadas (GM) na Ásia através de institutos de pesquisa nacionais, com a finalidade de minar a oposição aos cultivos GM. Em uma etapa posterior, tratar-se-ia de forçar os pequenos produtores a cumprir com os compromissos derivados de sua dependência com relação às sementes e pesticidas patenteados. Ver Varoonvarn Svangsopakul, “Monsanto Offers False Promises”, *The Nation* (Bangkok), 29 de Novembro de 2003.

67 Korsak, *The Asian CEO in Action*, p. 146.

68 A palavra globalização foi traduzida pela primeira vez para o tailandês por Chai-Anan Samudavanija, que usa a palavra *lokanuwat*, que depois se transformou em sinônimo de “oportunismo desenfreado, freqüente falta de ética”. Com a intervenção do Instituto Real da Tailândia, a palavra *lokaphiwat* foi considerada uma tradução mais apropriada. Pasuk Phongpaichit e Chris Baker, *Thailand’s Boom and Bust*, Chiang Mai: Silkworm Books, 1998, p. 55; Reynolds, “Thai Identity in the Age of Globalization”, pp. 317-318.

69 Chai-anan Samudavanija, Thailand: *State-Building, Democracy and Globalization*, Bangkok: Institute of Public Policy Studies (IPPS), 2002, p. 198.

70 Ênfase no original. *Ibid.*, pp. 191-192; 194.

71 *Ibid.*, p. 199.

72 Watcharapong Thongrung, “Govt Position on EGAT Uncertain after Chaianan Comments”, *The Nation* (Tailândia), 27 de Abril de 2004.

73 “Repayment of the Final Installment of Thailand’s Debt under the IMF Programme”, discurso de Thaksin Shinawatra, primeiro-ministro da Tailândia, Casa do Governo, Bangkok, 31 de Julho de 2003.

74 Uma virada nacionalista era evidente quando os líderes sindicais declararam a onda de trabalho regulado e greves lançadas em 28 de Abril como “um abandono patriótico do trabalho”.

75 Ainda se debate se Sukamo realmente se reuniu com um camponês chamado Marhaen. Há aqueles que dizem que Marhaen é simplesmente a palavra “camponês” em sudanês, o idioma que se usava na região no momento em que supostamente ocorreu esta reunião.

76 Sukamo, *Autobiography as Told to Cindy Adams*, Indianapolis, 1963, pp. 61-62, citada por J. D. Legge, *Sukarno: A Political Biography*, terceira edição, Singapura: Archipelago Press, 2003, p. 85.

77 *Tempo*, N° 15/IV; 16-22 de Dezembro de 2003.

78 *Rikiran Rakyat* (Bandung), 16 de Fevereiro de 2004.

79 “In the name of Bung Karno”, *Tempo*, N° 15/IV; 16-22 de Dezembro de 2003.

80 Mohammad Samsul Arifin, “Tiga Sukamoputri, Marhaenisme, dan Pemilu 2004 (Three Sukamo Daughters, Marhaenism and the 2004 Election)”, *Sinar Harapan*, 9 de Janeiro de 2004.

81 Ibid.

82 Susilo Eko Prayitno, “Marhaenisme dan Membangun Dunia Baru (Marhaenism and Developing a NewWorld)”, Abril de 2003.

83 Cabe assinalar que esta Tritura se origina nas “três demandas do povo” dos protestos anticomunistas coordenados pelos militares nos anos 60, que exigiam a proscrição do PKI, a purgação dos membros do PKI do gabinete e preços mais baixos.

84 “Build the Power of the Poor to Resist the Colonialists’ Invasion”, *Pembebasan (Liberation)*, N° 7, Abril de 2003.

85 Ênfase agregada. Ibid.

86 “Reject the War against Iraq, Evict the Colonists and their Allies, Isolate the Puppet Regime of Mega-Hamzah”, discurso do Comitê Central do Partido Democrático Popular (KPP-PRD), 24 de Fevereiro de 2003.

87 George McTuman Kahin, *Nationalism and Revolution in Indonesia*, Ithaca – Nova Iorque: Southeast Asia Program Publications, Cornell University, 2003, pp. 72-73.

Publicado originalmente por Cornell University Press em 1952.

88 Ibid., pp.116-117.

89 Ver I. Wibowo, “Globalisasi dan Kapitalisme Global (Globalização e Capitalismo Global)”, *Kompas*, 27 Abril de 2002, onde o termo McDonaldization é utilizado para conotar “um ataque cultural maciço contra as culturas locais”. É lamentável, ainda que bastante típico, que o trabalho não deixe mais claras as dimensões econômicas do fenômeno.

A MATRIX MUDIÁTICA: A INTEGRAÇÃO DA CHINA NO CAPITALISMO MUNDIAL

Yuezhi Zhao

Em 8 de outubro de 2003, em uma conferência na Escola central do Partido em Beijing, o czar da mídia transnacional Rupert Murdoch, que alguma vez disse que a televisão por satélite poria fim aos regimes autoritários em todo o mundo, tratava de convencer os principais líderes chineses de que liberalizassem o mercado de mídia no país. Frente aos dirigentes partidários, Murdoch assegurava que a liberalização econômica e a manutenção do poder político destes eram compatíveis, e colocava também que “a China tem potencial não apenas para seguir os exemplos dos EUA e do Reino Unido, como também para melhorar a partir da base destes exemplos e alcançar o sucesso ‘por si própria’”(1). Murdoch foi longe demais para bajular os ouvidos chineses? Quão plausível é a China ter sucesso “por si própria” nesta área crítica de poder global? Se a China pode conseguir o sucesso “por si própria”, que papel será desempenhado pelo tipo de capital transnacional que Murdoch representa, cuja presença na China já possui uma magnitude tal que em 2003 *Murdoch* estava entre as vinte principais “palavras chave” da indústria da mídia chinesa? (2).

O campo da comunicação e da cultura, definido em um sentido amplo, incluindo tanto as redes físicas como os conteúdos simbólicos, os quais por sua vez abarcam desde os textos até a própria linguagem, fornece uma perspectiva crucial para examinar as relações atuais de poder global. Isto é assim não apenas porque “o poder suave” (o poder da persuasão ideológica e cultural) possui um papel importante na dominação global estadunidense, mas também porque as indústrias de comunicação e culturais são em si mesmas setores importantes da economia global (3).

Apesar do medo da direita norte-americana da “ascensão da China” e às projeções da China como o próximo rival imperial dos EUA, seria mais apropriado, ao menos na atual conjuntura histórica, considerar a China como um poder regional que está se integrando ao “império norte-americano informal” descrito por Panitch e Gindin (4).

Não obstante, tal como acontece com o próprio império norte-americano, não há garantias de que o padrão atual de integração da China seja sustentável.

A CULTURA CHINESA ENTRE A MÃO DE FERRO DO PARTIDO E O PODER BRANDO NORTE-AMERICANO

Como afirmam Panitch e Gindin, “a nova ordem capitalista internacional estava nesse momento organizada e regulada não por um império formal, mas por meio da reconstrução dos estados como elementos integrais do império informal norte-americano” (5). Mesmo que a reconstituição do estado chinês pós-revolucionário como parte integral desta nova ordem capitalista mundial tenha começado no final dos anos 70 com o programa de “reforma e abertura” de Deng, anteriormente havia-se produzido um momento chave da reconstituição externa do estado chinês, quando em 1972, sobre a base de sua política exterior antiimperialista e de seu apoio ao movimento não alinhado, a China assegurou um lugar na ONU como representante legítimo da nação chinesa.

Depois, no mesmo ano, a República Popular da China deu as boas-vindas a Nixon em Beijing e aliou-se aos EUA contra a União Soviética.

A visita de Nixon também foi um momento fundamental da capitulação da mídia chinesa frente ao “poder suave” norte-americano. Particularmente, a sofisticação tecnológica e profissional das três redes de televisão estadunidenses que transmitiram, via satélite, informes ao vivo da visita de Nixon ao público de seu país deixou pasmados aos chineses e teve um poderoso efeito de demonstração. Assim, enquanto o bloco soviético introduziu pela primeira vez a televisão na China, foram as redes comerciais estadunidenses as que levaram a incipiente indústria televisiva chinesa a transformar-se no mais poderoso instrumento de massas da integração da China à sociedade de consumo capitalista global (6).

O sistema de comunicação e cultura chinês converteu-se em um componente do sistema capitalista global desde o início do processo de “reforma e abertura”, a partir da transmissão de avisos publicitários internacionais na televisão chinesa em 1979. No início dos anos 80, o estado chinês tinha priorizado o desenvolvimento das redes de telecomunicações nas áreas costeiras, com o intuito de facilitar o acesso ao trabalho barato no país por parte do capital transnacional. Até o fim da década de 70, o estado socialista pós-revolucionário havia se oposto à cultura ocidental numa tentativa de desenvolver uma cultura nacional não comercial. Atualmente, o próprio estado defende a mercantilização da comunicação e da cultura e a remodelação destas indústrias a imagem e semelhança de seus parceiros transnacionais. Desde a década de 80, o estado reformado promoveu a “informatização” como uma parte central de sua estratégia de desenvolvimento e como um aspecto chave de sua integração ao capitalismo transnacional (7). No início da década, no ano 2000, o estado promovia o desenvolvimento baseado no mercado das indústrias culturais mais sensíveis, desde a operação da imprensa até as instalações de videogames, como novos espaços de crescimento econômico.

É claro que a versão chinesa da lógica neoliberal de liberalização e privatização possui traços particulares. A reestruturação das indústrias de comunicação e culturais nacionais possui dois objetivos explícitos: a legitimação ideológica e a acumulação capitalista. A liberalização ocorreu fundamentalmente dentro do setor de propriedade estatal, caracterizado pela proliferação de mídias baseadas em critérios de mercado dentro da estrutura tradicional do partido-estado. O capital privado local restringiu-se principalmente às periferias das indústrias culturais e de comunicação.

Ainda hoje, não há fornecedores privados de serviços básicos de telecomunicações, assim como não existem jornais ou estações de rádio privadas. A penetração estrangeira e a integração global – da importação de programação estrangeira até o investimento estrangeiro direto na produção culturais e de mídia – foram cuidadosamente administradas pelo estado chinês, primeiro de maneira *ad hoc*, e mais recentemente através das condições de incorporação da China à OMC. As grandes concessões na indústria cinematográfica (que serão discutidas mais adiante) somam-se à abertura dos serviços de telecomunicações, da publicidade e da distribuição e comercialização varejista de produtos audiovisuais, livros, jornais e revistas ao investimento externo que acompanharam a entrada da China na OMC. A contribuição do país na onda recente de consolidação dos mercados globais de mídia foi moldada pela recentralização e conglomerização realizadas pelo estado dentro do âmbito do partido-

estado (8).

Agora, depois de um quarto de século de desenvolvimento capitalista acelerado, a indústria cultural e de comunicações surgiu como um dos setores de mais rápido crescimento e mais rentáveis da economia do país. O próprio Partido-estado Comunista é o capitalista local dominante, disposto a fazer negócios com czares da mídia internacional como Rupert Murdoch, a criar as condições reguladoras e legais internas necessárias para sustentar a acumulação de capital local e transnacional, e a atuar como um estado “responsável” no marco do capitalismo global.

Este era o contexto no qual o “poder suave” norte-americano cresceu na esfera cultural chinesa durante as décadas de 80 e 90. Depois de que o movimento democrático articulava suas aspirações políticas em termos da ideologia democrático-liberal norte-americana em 1989, a supressão de tal movimento criou as pré-condições para a dominação ideológica do neoliberalismo na China (9) e para o florescimento de uma cultura popular comercial. Até 1997, a naturalização do “poder suave” norte-americano tinha chegado a um ponto tal que o então secretário geral do partido, Jiang Zemin expressava abertamente sua admiração pelo filme *Titanic* de Hollywood. Em 2003, o professor Liu Jianming, da Universidade Qinghua, declarava que a indústria cultural norte-americana representava a “cultura avançada”, e que a popularidade global de Hollywood representava o triunfo da “cultura avançada” de uma nação sobre a “cultura atrasada” de outras (10).

Talvez o exemplo mais irônico deste processo de “colonização interna” seja o fato de que, na medida em que a filial chinesa do império global de televisão por satélite de Murdoch seja conhecida em mandarim como *Xingkong Weishi* (Televisão por Satélite Star-Sky), a cadeia de televisão estatal, a sigla e o logotipo da Televisão Central Chinesa (CCTV) estão em inglês. Como afirma Wu Mei, um especialista em comunicação de Macau, a penetração dos signos ingleses na mídia e nos espaços públicos nacionais chineses é um sinal óbvio de subordinação cultural (11).

Apesar disto, uma concepção da dominação cultural em termos exclusivos do poder cultural *norte-americano* é inadequada. Como notou Herbert Schiller, um dos críticos mais eloqüentes da dominação cultural norte-americana, um padrão mais diversificado de propriedade da mídia e fluxos midiáticos globais supõe que os padrões atuais de dominação, “mesmo que ainda mantenham uma marca norte-americana característica, devem ser melhor entendidos como uma ‘dominação cultural corporativa transnacional’”(12). Na verdade, o Japão, a Coreia, Hong Kong e Taiwan – países e territórios que já se integraram ao império informal norte-americano – desempenharam um papel importante na transmissão dos valores e formas culturais capitalistas transnacionais para a China. Nos mercados culturais mais novos, como o de videogames, os produtos japoneses e coreanos, mais que os norte-americanos, são os que dominam os mercados chineses.

Então, mais que celebrar a diversidade cultural e os limites da “norte-americanização” em termos da “globalização” e da “indigenização” (13), torna-se oportuno pensar a dominação cultural em termos da penetração das relações culturais capitalistas nos espaços nacionais em geral. Como Dan Schiller e eu já afirmamos, a indústria cultural transnacional prefere “parasitar” mais que achatam as diferenças culturais – sempre e quando tais variações ofereçam esperanças de rentabilidade (14). Ou considerar, como o faz Leslie Sklair, que os atores líderes do sistema cultural global

capitalista

não possuem interesse particular em destruir ou manter culturas locais para além da busca de maior rentabilidade. Não resta dúvida de que os capitalistas destroem os agentes locais ou nacionais quando estes ameaçam sua rentabilidade, do mesmo modo que os poderes coloniais faziam no passado cada vez que as empresas locais interferiam em seus planos expansionistas. Em certa medida, a globalização econômica transformou isso ao facilitar a incorporação de sócios locais às redes transfronteiriças das corporações globalizantes e ao permitir que estas aproveitem as vantagens dos sócios e recursos locais, vantagens que podem compartilhar com as elites locais (15).

A forma mais insidiosa de dominação cultural capitalista se produz quando um sistema de mídia nacional internaliza os discursos do capitalismo transnacional. Esta classe de hegemonia cultural não tem por que implicar a participação direta do capital norte-americano ou de conteúdos midiáticos japoneses ou coreanos. A evidência mais clara da hegemonia cultural capitalista na China encontra-se nas orientações discursivas da mídia de notícias nacionais, um âmbito que formalmente continua estando sob o controle do estado chinês.

A cobertura informativa que tiveram os acontecimentos chave dos últimos tempos é ilustrativa. O primeiro caso é a entrada da China na OMC. A imprensa chinesa cobriu o acordo bilateral entre EUA e China sobre a entrada desta na OMC naturalizando a globalização neoliberal e privilegiando sistematicamente o discurso corporativo transnacional e o imperativo do capitalismo transnacional liderado pelos EUA. A cobertura da imprensa não apenas se baseou nos argumentos da Embaixada dos Estados Unidos para interpretar o acordo da OMC, como também serviu de órgão de propaganda das corporações transnacionais e de seus porta-vozes. Enquanto isso, não houve nenhum artigo na amostra de quase 500 notícias e comentários que examinei que desse espaço mesmo que cerimonial aos trabalhadores ou camponeses chineses (16). Em termos de Wang Hui, o estado chinês e a mídia que este dirige “realizaram uma campanha longa e unilateral de propaganda das negociações da OMC” e os informes da imprensa chinesa “coincideram com a perspectiva da mídia norte-americana sobre tais temas” (17).

A forma com que a imprensa chinesa cobriu a invasão do Iraque em 2003 é um exemplo ainda mais claro. Tratava-se de um fato frente ao qual o estado chinês articulou sua oposição ao imperialismo estadunidense. Na superfície, a mídia chinesa reproduziu a posição oficial, a ponto tal que as mensagens na Internet dos apologistas dos EUA dentro da China atacavam a CCTV por seus pronunciamentos antiimperialistas. No entanto, uma leitura mais atenta mostra que a cobertura da guerra foi profundamente contraditória, uma vez que um nível mais profundo de submissão ao poder imperialista norte-americano eclipsou os pronunciamentos oficiais contra a guerra. Para começar, o estado chinês não deu lugar algum à expressão popular de sentimentos contrários à guerra na mídia do país, nem houve expressões deste tipo nas ruas. Segundo, ao invés de formular perguntas básicas sobre a legitimidade e justiça da guerra, ou a validade das afirmações guerreiras do governo Bush, a mídia chinesa imitou seus pares norte-americanos ao centrar-se nas estratégias e táticas militares e na exibição e análises intermináveis do armamento norte-americano. Para fazê-lo, utilizaram primordialmente as imagens da guerra fornecidas pelo

Pentágono e emitidas pela mídia norte-americana. Como resultado, uma guerra imperialista brutal foi transformada em um *reality show* televisivo que exibia o poder militar e o alcance imperial estadunidenses (18). Assim, a penetração do “poder suave” norte-americano manifestou-se na submissão da televisão chinesa à lógica tecnológica e discursiva da televisão comercial norte-americana e à apresentação da guerra imperialista como um espetáculo noticioso (19), apesar da indubitavelmente séria oposição oficial do estado chinês à guerra. Deve-se notar, ademais, que a cobertura intensiva da guerra na televisão chinesa foi o resultado de uma decisão deliberada dos funcionários estatais e dos altos gerentes da CCTV, numa tentativa de transformar a CCTV na CNN da China e de fortalecer a posição da mídia local frente às corporações transnacionais da mídia no contexto da entrada da China na OMC. Isto incluiu o lançamento de um canal no estilo da CNN que transmite notícias durante 24 horas. Aparentemente, os funcionários da mídia e a gerência da CCTV acreditaram que a forma de ganhar o público chinês era imitar o formato e o estilo da CNN e fazer com que as imagens da mídia transnacional estivessem à disposição deste público que demandava este material de maneira crescente.

INTEGRAÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO DE CLASSE TRANSNACIONAL: DOIS ESTUDOS DE CASO

A reorganização acelerada da indústria cultural e de comunicação chinesa em um contexto de autoritarismo político e de integração global ilumina a formação de classe dentro e fora do país. Tal como formularam Panitch e Gindin, o investimento estrangeiro direto norte-americano afeta diretamente as estruturas de classe e a formação estatal em outros países centrais (20). A penetração do capital norte-americano como uma força social tende a minar a formação de “uma burguesia nacional coerente e independente” e limita consideravelmente “a probabilidade de que o capital doméstico pudesse desafiar o domínio estadunidense – como algo oposto à mera busca por renegociar os termos da liderança norte-americana” (21). Os padrões emergentes de produção e consumo na indústria cinematográfica e na edição de revistas são indicativos desta dinâmica transnacional de formação de classe.

A indústria cinematográfica

O cinema foi introduzido na China a partir do Ocidente, e Hollywood dominou o mercado cinematográfico chinês até 1949 (22). Depois, o regime maoísta não apenas pôs fim à boa sorte de Hollywood na China, como também desenvolveu uma forte indústria cinematográfica nacional. No início da década de 80, o cinema chinês gozava de uma enorme popularidade, mas o processo de “reforma e abertura” aprofundou um número de fatores – controle político, baixo investimento, competição com a televisão estatal comercial, drástica estratificação social e fragmentação mercantil do público – que se combinaram para minar a viabilidade da indústria cinematográfica local organizada no contexto da economia planificada. No início dos anos 90, esta indústria estava em uma profunda crise. A audiência anual dos cinemas baixou de 21 bilhões de pessoas para menos de 4,5 bilhões em 1991 (23).

Enquanto isso, Hollywood tratou de entrar no mercado chinês nem bem tinham

sido restabelecidas as relações diplomáticas entre os EUA e a China em 1979. O público chinês, isolado de Hollywood por quase trinta anos, tinha muito a fazer para colocar-se em dia. Assim, a reentrada de Hollywood no país começou com a transmissão, particularmente na televisão estatal, de clássicos baratos, fornecidos em boa medida pela Fox de Rupert Murdoch. Em 1985, quando *Rambo II* estreou na China e foi um sucesso nacional, a rearticulação com Hollywood já tinha se intensificado significativamente. Até 1994, sob a dupla pressão de Hollywood e das áreas de distribuição e exibição da indústria cinematográfica local, a China havia decidido aceitar a importação anual de dez estréias de Hollywood mediante um esquema de repartição da renda pela venda de entradas. Impulsionados por considerações de rentabilidade e pelas sensibilidades dos espectadores de classe média urbana, que havia chegado à conclusão de que ver os últimos sucessos de bilheteria de Hollywood formava parte de seus atributos de cidadania cultural global, a distribuidora cinematográfica e os cinemas controlados pelo estado, assim como os meios de comunicação de massa, promoveram com entusiasmo os filmes de Hollywood enquanto ignoravam a produção local. Em 1995, o “ano mais glorioso” em matéria de arrecadação, impediu-se a chegada ao cinema de mais de setenta filmes locais (24). Para 1998, quanto *Titanic* obteve o percentual recorde de 25% da arrecadação total anual pela venda de ingressos em todo o país, a produção cinematográfica local, que desde 1980 tinha oscilado entre os cem e cento e trinta filmes anuais, baixou a um mínimo de trinta e sete filmes. Nesse momento, o prestigioso estúdio cinematográfico Xi’an teve que despedir mais de 10% de seu pessoal (25).

Em resposta, os produtores chineses com mais perspectiva comercial, numa tentativa de garantir o sucesso e de garantir o controle político, não apenas foram adotando os estilos narrativos, as fórmulas e os modelos de negócio de Hollywood, mas também apontaram crescentemente para o mercado global. O sucesso de diretores como Chen Kaige e Zhang Yimou nos circuitos de festivais internacionais durante a década de 80 e início da de 90, e a inclusão de seus filmes na seção de “filmes estrangeiros” das maiores cadeias de videolocadoras nos Estados Unidos, marcaram o começo da incorporação seletiva de uma elite cinematográfica chinesa à indústria cinematográfica global, a qual, com domínio norte-americano, estava se tornando crescentemente multicultural. Com o tempo, estes diretores foram se tornando independentes progressivamente da infra-estrutura cinematográfica local e conseguiram apoio de investidores e distribuidores cinematográficos transnacionais.

Herói, o filme de artes marciais de estilo hollywoodiano dirigido por Zhang Yimou estreado em 2003, foi amplamente aclamado tanto na mídia chinesa como na global como a resposta da Ásia ao imperialismo cultural norte-americano, apesar da mesma ter sido financiada pela Miramax, Feng Xiaogang, o mais comercial da geração mais jovem de realizadores cinematográficos, realizou um híbrido intercultural chamado *Big Shot’s Funeral*, protagonizado pelo ator canadense Donald Sutherland, com um argumento que glorifica o poder financeiro e cultural de Hollywood. Feng esteve disposto que a Columbia Tristar, a qual investiu no filme, influísse sobre certas decisões artísticas num esforço de irromper nos mercados estadunidense e global.

Num sentido similar, Stanley Rosen comentava no início de 2003 que:

A Sony anunciou recentemente seu plano de investir 100 milhões de dólares nas indústrias musical e cinematográfica chinesas em um período de três anos. O

presidente da Sony, Nobuyuki Idei, espera que a China se converta no segundo mercado em tamanho para a empresa até o ano 2008. Brevemente, a indústria cinematográfica nacional chinesa está se tornando paulatinamente transnacional... As produções puramente locais, sem atrativo transnacional, podem ficar condenadas a serem exibidas em cinemas praticamente vazios (26).

É neste contexto que se deve entender o que significam as condições de entrada da China na OMC com relação à indústria cinematográfica. Ainda que o setor audiovisual tenha sido excluído dos acordos finais do GATT a partir dos quais foi criada a OMC, que entrou em vigência em dezembro de 2001. Segundo este acordo, a China se comprometeu a quadruplicar a importação de filmes para alcançar quarenta filmes por ano no momento de sua entrada. O número aumentaria para cinquenta no ano 2005, das quais vinte deveriam ser sucessos de bilheteria de Hollywood. Também foram reduzidas as tarifas de importação de produtos audiovisuais, o mercado de consumo de tais produtos foi aberto para os distribuidores externos e, o que é mais importante, foi-lhes permitido possuir até 49% das ações das empresas que constroem, possuem e operam cinemas na China. Uma reestruturação de grande escala da indústria cinematográfica – que abarca a produção, distribuição, exibição e consumo – foi posta em marcha a partir da entrada do país na OMC. Os grandes conglomerados conseguiram ampliar a abertura de mercado para muito além dos termos originais estabelecidos no acordo de entrada da China na OMC.

Em dezembro de 2003, o estado chinês promulgou novas regras que permitiram a investidores externos possuir até 75% de participação nas empresas conjuntas para a exploração de cinemas em sete das maiores cidades do país a partir de 1 de janeiro de 2004. Ao informar sobre esta nova regra, *The People's Daily* citou um funcionário da área que disse que “as novas regras convertem a China em um lugar mais atrativo para os gigantes cinematográficos estrangeiros” (27). Do mesmo modo que Zhang Yimou devia depender do investimento da Miramax para filmar seu sucesso “chinês” *Herói*, os interesses de outros participantes da indústria cinematográfica chinesa, incluindo os reguladores estatais que acreditam que Hollywood deve contribuir para melhorar as produções locais, estão cada vez mais ligados ao capital transnacional. A liberalização dos mercados de distribuição e exibição cinematográfica que vieram depois dos acordos da OMC implicaram também uma pressão para que o estado chinês implementasse as coproduções e as quotas de importação. Por exemplo, um alto executivo de uma empresa de distribuição e exibição cinematográfica recentemente estabelecida exigiu um aumento na quota de filmes importados e a reclassificação dos filmes de Hong Kong e Taiwan como “produção local” com o efeito de aumentar o número de filmes de Hollywood (28).

Isto não significa que o estado e o capital local chineses careçam de ambições globais próprias. Dan Schiller documentou uma série de iniciativas desenvolvidas pelas indústrias de comunicação chinesas para expandir seu alcance global na produção e fornecimento de serviços de tecnologia de comunicação e informação, entre elas a expansão internacional da produção de computadores Legend e a distribuição do canal em inglês da CCTV através dos serviços de cabo da Time Warner e da News Corporation em três grandes cidades dos EUA (29). O estado chinês também está tratando de competir no âmbito das indústrias culturais globais mediante o desenvolvimento de plataformas e padrões técnicos próprios, incluindo uma alternativa para o DVD denominada EVD, a qual supostamente permitirá aos fabricantes locais “livrarem-se da dependência da

tecnologia importada” (30). Ainda que tais desenvolvimentos sejam significativos e provavelmente aumentem a presença chinesa no mercado cultural global, Schiller conclui corretamente que “a China não está de modo algum perto de representar um desafio que possa por fim ao poder político e econômico dos EUA em matéria de comunicação e informação” (31). O padrão de integração entre a indústria cinematográfica chinesa e Hollywood sugere que a idéia de que a China possa obter sucesso “por si própria” no mercado global é difícil de acreditar. Rupert Murdoch, cujo investimento nos mercados de comunicação e cultura chineses abarcam da produção audiovisual até a radiodifusão por satélite, os *sites* da internet e as redes de cabos de banda larga, certamente sabia disso no momento de sua conferência para os líderes do Partido de Beijing. Na verdade, o realmente significativo não foi que Murdoch disse, mas o próprio fato de que ele estivesse falando frente aos líderes chineses: este fato marcou o surgimento de uma nova forma de aliança de classe entre o capital transnacional e a elite governamental chinesa.

A indústria editorial de revistas

Assim como a integração global da indústria cinematográfica chinesa constitui um estudo de caso da formação de classe transnacional no âmbito da produção, o padrão de integração da indústria editorial é um estudo de caso deste mesmo desenvolvimento a partir do ângulo do consumo (32). O investimento externo no setor de mídia assume um papel duplo na formação de classe, uma vez que apenas afeta a estrutura de classe no sentido sócio-econômico, mas também no sentido cultural e ideológico, na medida em que fornece capital cultural para um estrato social particular. A primeira empresa conjunta estadunidense-chinesa na China se concretizou em 1980 no setor altamente protegido dos meios impressos do país, e foi a associação entre o International Data Group (IDG) e o estado chinês.

Ainda hoje, este empreendimento é um dos casos mais bem-sucedidos de investimento externo na China, e suas condições contratuais são muito mais vantajosas que as que vinte anos mais tarde se estabeleceriam como critérios de regulação das atividades das empresas estrangeiras no setor cultural chinês no marco do acordo de entrada da China na OMC. Na medida em que os líderes que sucederam Mao transformaram a tecnologia da informação em sua estratégia de desenvolvimento, as publicações do IDG difundiram informação técnica e apoiaram a ideologia da globalização por meio de tais tecnologias. Este foi o caso da *China Computerworld*, a versão chinesa da publicação símbolo do IDG, a qual forneceu o produto cultural apropriado para o público apropriado no momento preciso. Esta publicação adaptou-se perfeitamente às necessidades culturais e de informação da elite tecnocrática chinesa que se dispunha a converter-se na nova base social do Partido, na “representação” da “força produtiva avançada” segundo a caracterização de Jiang Zemin (33). Seu trabalho, obviamente, era transformar a economia local a partir das bases das redes de informação e integrá-las ao sistema de informações capitalista global. Com a *China Computerworld* como a publicação de maior autoridade e circulação em tecnologias de informação, em 2002, o império editorial do IDG no país abarcava vinte e dois títulos, incluindo *Digital Fortune*, que aponta para um perfil de leitor entre 25 e 45 anos, com “uma renda anual superior a 100 mil renmimbis” e “uma perspectiva global”; e *Digital Power*, que também se dirige a “gente jovem, bem-sucedida, de alto nível educativo” que promete “possuir

um poder aquisitivo e um status social consideráveis” (34). Apesar destas publicações não terem a importância ideológica de, para mencionar um caso, uma versão chinesa da *Reader's Digest*, seu papel na integração da elite tecnocultural chinesa com o capitalismo informacional global foi muito significativo.

Depois de ter estabelecido uma relação fluida com o estado chinês e contribuído para criar uma classe média baseada na economia da informação, a IDG associou-se com editores transnacionais de revistas de consumo, como a Hearst Corporation, para publicar produtos de consumo e oferecer conselhos sobre moda e estilo que tendiam a incorporar a tal classe em um mercado de consumo transnacional. Também floresceram outros empreendimentos conjuntos locais e estrangeiros para a publicação de revistas de consumo. Desde o final da década de 80, as versões chinesas de revistas de consumo e moda, incluindo *Elle*, *Cosmopolitan*, *Esquire*, *Harper's Bazaar*, *Good Housekeeping*, *Auto Fan*, *Golf* e muitos outros títulos norte-americanos, europeus e japoneses, competiram intensamente pelo mercado da classe média urbana opulenta. Atualmente, os membros desta elite consumidora não estão privados e isolados por um regime fechado de publicação local porque a indústria editorial chinesa pôs à sua disposição o melhor dos mundos de consumo através da publicidade, da administração e dos acordos de cooperação em matéria de direitos intelectuais com as editoras transnacionais. Ainda que os títulos dedicados às notícias sérias ainda não sejam bem-vindos, tal como notou o *New York Times*, “as revistas estrangeiras sobre tecnologia e negócios são cada vez mais populares”. Rapidamente, os jovens chineses terão a possibilidade de experimentar as frutas longamente proibidas da cultura ocidental. A norte-americana *Playboy* já expressou seu interesse em entrar na China (36), ainda que sua contraparte Britânica chegará mais cedo. O *New York Times* informou em 18 de abril de 2004: “as revistas pornográficas britânicas ‘para rapazes’ *FHM* e *Maxim* – que obtiveram um sucesso extraordinário mostrando mulheres praticamente nuas, humor de camaradagem, insinuações sexuais e, ocasionalmente, as últimas novidades da moda para pessoas de vinte e tantos anos – estão atualmente planejando suas edições chinesas” (37).

O mercado editorial chinês de revistas de consumo, moda e estilo é realmente transnacional, isto é, difunde uma cultura de consumo transnacional embelecida com diversos sabores nacionais. Por exemplo, *Trends Traveler* possui um acordo de direitos de publicação com a norte-americana *National Geographic Traveler* e outro de cooperação para a troca de fotos e texto com a revista francesa *Guide Moncos* e a taiwanesa *To Go*. Ademais, incluindo conteúdo local, a *Trends Traveler* é um festival de imagens atrativas e histórias dedicadas especificamente a viajantes executivos, universitários, de alta renda, urbanos, entre 25 e 40 anos.

O conteúdo do número de novembro de 2002 da revista é um exemplo de como se cultivam as identidades e sensibilidades de classe transnacionais. Como viajante transnacional chinês e entendido cultural sofisticado, alguém visita a Escócia para aprender sua “história em uma garrafa”; faz “o clássico passeio pequeno burguês” ao Louvre, ao Museu Britânico e ao Museu Metropolitano de Nova Iorque; navega sem rumo pela Internet para descobrir as Ilhas Prístinas do Pacífico Sul, e imediatamente está em seu “Éden definitivo” nas Ilhas Royal, onde “não há reuniões, nem telefones, nem jornais, nem internet”. Vê as cidades e vilarejos chineses, mas os vê como sítios de relíquias culturais, de consumo e de prazer, ao invés de vê-los como cidades de trabalhadores despedidos e migrantes. Estes são os vilarejos chineses atemporais, cujo

encanto foi celebrado pelos poetas clássicos, sem vestígios de deslocamento econômico ou degradação ambiental. Do mesmo modo que se encontrarão bebedores locais em um bar da Escócia, encontrar-se-ão também os próprios chineses como "outros" exóticos, nos quais há crianças rurais inocentes que se escondem atrás dos adultos quando se encontram com estranhos e mulheres dos vilarejos que lavam a roupa enquanto conversam com calma com as outras no riacho.

Neste mundo construído pelo capital transnacional de mídia e pela burocracia da mídia do estado chinês, as possibilidades de consumo e enriquecimento cultural são intermináveis, e nosso "Éden" pessoal está em qualquer lugar que se vá. Pode-se informar sobre onde se pode observar estátuas de Mao em Changsha, a capital da província de origem de Mao, e receber o conselho de aproveitar a luz do crepúsculo para capturar com a câmera das imagens das exóticas mulheres Hu'an com "cabeça feudal e ventre democrático" (estas misteriosas mulheres mantêm um código de vestuário exótico, cobrindo suas cabeças e expondo seus umbigos). Neste mundo, as estátuas de Mao transformaram-se em relíquias históricas, enquanto que as idéias tais como a democracia foram convertidas em adjetivos que descrevem uma estética. Assim como estas revistas ajudam a que a elite consumidora chinesa globalize seu estilo de vida e se conecte com seus parceiros de Paris, Nova Iorque e Tóquio, também a treinam para que veja a China com olhos de turista internacional e para que construa novas relações com seus pares chineses de classes sociais inferiores e etnias não dominantes.

Em lugar de tratar de chegar a potenciais leitores de estratos sociais mais baixos, as revistas locais, que competem cada vez mais pela mesma magra camada de consumidores urbanos ricos, estão tratando de globalizar-se. Esta estratégia está de acordo tanto com os objetivos estatais como com a mobilidade transnacional do pessoal administrativo superior responsável pelo manejo da mídia no estado. O popular revista *Un You* (A Amiga da Mulher), por exemplo, foi escolhida pelas autoridades estatais para sua expansão internacional. Depois do lançamento de uma edição australiana em Sydney em 2001, uma edição norte-americana dirigida à pequena, mas opulenta, comunidade étnica chinesa de mulheres profissionais e empresárias estreou em Vancouver em novembro de 2003. A mobilidade transnacional de sua editora, que tinha emigrado para o Canadá e planeja regressar à China uma vez que adquira seu passaporte canadense, ajusta-se perfeitamente a esta estratégia (38).

Enquanto isso, centenas de milhões de mulheres camponesas da China, que não contam como consumidoras para o capital local ou transnacional, contam com uma revista diminuta, parcialmente financiada pela Fundação Ford. O subconsumo no qual está submetida a vasta população rural chinesa de 900 milhões de pessoas e a classe operária urbana continua exacerbando a crise de sobre-acumulação. Ainda que o estado chinês, como parte do maciço financiamento deficitário de projetos de infra-estrutura, investiu em redes de comunicação em regiões remotas, especialmente em Xinjiang e no Tibet, no final da integração nacional, foram realizadas tentativas escassas de aumentar o alcance da indústria cultural em mercados rurais ou urbanos carentes de serviços. A habilidade da indústria cultural estadunidense para desenvolver um mercado local forte e para incluir a população imigrante foi crucial para sua expansão global e seu atrativo universalista. Em contraste, a indústria cultural chinesa, que sonha em alcançar o sucesso nos mercados globais, não foi capaz (e talvez não tenha a intenção) de chegar à enormes quantidades de migrantes internos e pobres urbanos, sem mencionar a população rural

(39).

CLASSE, NACIONALISMO, POLÍTICA CULTURAL NA CHINA

Convém nos estendermos sobre este último ponto. A expansão da mídia chinesa como um componente da penetração da mídia transnacional na China tornou-os menos relevantes para a dinâmica de classe do país. Estas mídias servem a interesses de classe transnacionais, interesses que apenas uma pequena fração da população chinesa compartilha. Se tais desenvolvimentos possuem algum efeito, este é o agravamento das contradições da emergente economia chinesa no marco do capitalismo global. Tal fenômeno tem conseqüências importantes.

O segmento chinês da classe transnacional está estreitamente relacionado com o estado chinês, e se apoia fundamentalmente na estratégia estatal de integração para sustentar sua posição privilegiada. Ao mesmo tempo, os membros desta classe desenvolveram amplos vínculos transnacionais: a filha de Hu Jintao, secretário geral do Partido, é cidadã estadunidense por adoção, trabalha para a J.P. Morgan; funcionários municipais ou profissionais de classe média muito provavelmente terão um filho em alguma universidade ocidental ou escola bilíngüe; um número crescente de chineses de classe média viaja a Sydney e Vancouver para a celebração do Festival da Primavera Chinês.

Para conservar sua posição privilegiada na economia política chinesa e manter um padrão de crescimento econômico baseado no investimento estrangeiro direto e na exportação, a elite governante chinesa adota políticas macroeconômicas que contribuem para sustentar o consumismo e o militarismo estadunidense mediante a compra maciça de bônus do Tesouro estadunidense (40), mas não realiza reformas sociais substantivas que assegurem a paz social local. Os membros desta elite dependem de que o estado chinês lhes continue fornecendo as condições necessárias para sua reprodução social e responderam às tentativas estatais de limitar seus excessos (mediante campanhas contra a corrupção, por exemplo) “votando com os pés”, obtendo passaportes estrangeiros e mandando suas fortunas e suas famílias ao exterior. A incrível dimensão da fuga de capitais é o outro lado da história do “milagre econômico” chinês baseado no investimento estrangeiro direto e na exportação. Desde o final da década de 90, o montante da fuga de capitais, que se concretiza fundamentalmente mediante a transferência ilegal de ativos estatais, aumentou drasticamente, chegando inclusive a superar o fluxo de investimento externo direto no país. O mesmo passou de 36,476 bilhões em 1977 para 48 bilhões de dólares em 2000, enquanto que o investimento estrangeiro direto foi de 47 bilhões de dólares no mesmo ano (41). Entre setembro de 2002 e fevereiro de 2003 a fuga alcançou um montante recorde de 48 bilhões de dólares (42), enquanto que o investimento estrangeiro direto foi de 53,5 bilhões de dólares para todo o ano de 2003. É muito provável ademais que estas cifras citadas por diversas fontes acadêmicas e jornalísticas subestimam o volume real de fuga de capital, uma vez que durante este período não apenas foi produzido um êxodo maciço de empreendedores privados, funcionários governamentais e/ou seus familiares com vistos de imigrante ou estudante aos EUA, Canadá, Austrália e outros países, como também funcionários governamentais fugiram para o exterior com enormes montantes de ativos financeiros.

Em junho de 2003, nas cinco províncias mais severamente afetadas por este fenômeno, Guangdong, Henan, Fujian, Liaoning, Jiangsu, e as três áreas metropolitanas de Beijing, Xangai e Tianjin registrou-se um total combinado de 4.288 funcionários do governo e das empresas estatais que tinha escapado para o exterior e outros 2.709 que tinham desaparecido (muito provavelmente também estivessem em outros países) (43). O outro lado da moeda desse aspecto da formação de classe transnacional é a migração de dezenas de milhares de camponeses chineses ao Ocidente através de redes internacionais de tráfico de pessoas e sua escravização em lugares que usam este tipo de mão-de-obra (*sweatshops*) em Nova Iorque, Los Angeles e outras cidades globais nas quais trabalham em condições subumanas.

Ainda que o caráter transnacional é um aspecto cada vez mais importante da reconstituição de classe em uma China globalmente integrada, esta reconstituição também se caracteriza pela fragmentação, o localismo e o particularismo dentro da China. Em primeiro lugar, o poder de classe na China constitui-se tanto política e culturalmente como economicamente, tal como o demonstram o papel chave que possui na corrupção e a difusão de noções tais como “capitalização do poder”, “funcionários empreendedores” e “capitalismo do conhecimento” (44). Segundo, a economia chinesa está amplamente bifurcada ao longo da divisão entre a cidade e o campo. A média da renda real dos moradores rurais chineses é aproximadamente um sexto daquela dos que vivem nas cidades (45). Em consequência, a linha de divisão social mais significativa continua sendo aquela que separa a população rural da urbana. A divisão se combina e aprofunda por casa das grandes diferenças regionais e da desigualdade de gênero. Terceiro, também existem divisões agudas entre diferentes atores econômicos e formas de propriedade no setor urbano da economia chinesa. Quarto, na medida em que a economia chinesa muda de um modelo baseado na produção a um baseado no consumo, o privilégio político que permite obter bens de consumo de primeira qualidade, como habitação nas cidades, teve um papel fundamental no padrão de formação de classe (46).

A natureza transnacional e multidimensional da formação de classe resultante deu lugar a articulações extremamente complicadas entre nacionalismo e política classista. Por um lado, um bloco hegemônico formado por capitalistas transnacionais, elites políticas, econômicas e culturais chinesas globalizadoras e classes médias urbanas, cujos membros são clientes tanto do capital transnacional como do local, assumiu uma posição dominante na cultura chinesa, sobre as outras classes. A supressão dos discursos de classe e a contenção dos conflitos sociais, o fomento do consumismo e do autoritarismo de mercado, atenuado por um reformismo de classe média (“proteção dos grupos fracos”), constituem a agenda oficial da mídia e da cultura dominante chineses. Um discurso nacionalista centrado no estado que postula a construção de uma China forte e poderosa através da cooperação estratégica com os EUA domina a discussão na mídia sobre as relações exteriores. No início de 2004, Colin Powell considerou apropriado celebrar que a relação entre os EUA e a China estava passando por seu melhor momento desde 1972, afirmando que os EUA “dão as boas-vindas ao papel global da China” com a condição de que “a China assuma as responsabilidades relacionadas a tal papel” (47). O discurso de elite da mídia chinesa demonstrou estar na mesma sintonia, ao debater como fazer para que o país se transformasse em um “poder global responsável” sob a liderança norte-americana e para promover a nova ortodoxia de “cooperação entre grandes potências” em matéria de relações exteriores (48).

Por outro lado, a reestruturação da economia política chinesa sob a hegemonia do capitalismo global não esteve isenta de dificuldades, e continua estando marcada por divisões dentro da própria política de elite, contradições ideológicas internas, mal-estar social e sentimentos nacionalistas populares, assim como por uma crise cultural e ecológica. Somados à incerteza econômica global sobre a sustentabilidade da economia estadunidense, economia com a qual seu parceiro chinês está hoje estreitamente ligado, estes fatores colocam grandes desafios para o estado chinês como ator decisivo no marco da ordem imperial norte-americana (49).

Os conflitos intra-elite e as contradições ideológicas acompanharam cada passo da trajetória de integração da China no último quarto de século. Na verdade, o próprio programa de reformas de Deng foi posto em marcha mediante a supressão da esquerda maoísta dentro do partido. Desde então, o legado anticapitalista e antiimperialista do estado socialista foi expresso nas campanhas da década de 80 contra “a poluição espiritual” e a “liberalização burguesa”, a crise de 1989, e as posteriores reações ideológicas de esquerda. As lutas ideológicas continuaram em debates encobertos sobre a natureza capitalista das reformas e da oposição da esquerda à adesão do Partido ao capitalismo e no 16º Congresso Nacional em novembro de 2002 (50). Apesar de que o desgaste debilitou a cada vez mais velha guarda comunista e os protestos das próprias elites estão sendo suprimidas em favor do interesse da legitimidade do regime (51), o Partido Comunista tampouco pode se dar ao luxo de renunciar a seu legado ideológico anticapitalista e antiimperialista. Ao contrário, deve continuar baseando-se nesse legado para sustentar sua legitimidade ideológica através da, por exemplo, denúncia da hegemonia dos EUA em matéria de política exterior e da produção de produtos culturais cuja “melodia” glorifica Mao e a Revolução Comunista.

O processo de reformas também topou com formas enérgicas de protesto social. Os protestos localizados de trabalhadores despedidos, aposentados empobrecidos, camponeses que suportam impostos excessivos e moradores urbanos deslocados por desenvolvimentos imobiliários converteram-se em elementos permanentes da cena política chinesa, uma vez que a amplitude e frequência destes protestos está se intensificando. Apesar de que a repressão estatal, a fragmentação de classe, a censura da mídia e a falta de comunicação entre os diversos segmentos da vasta classe mais baixa do país terem podido até agora conter e marginalizar estas lutas, o Partido-estado deve continuar impondo uma disciplina trabalhista brutal com o intuito de manter “uma força de trabalho flexível que se torne cada vez mais barata” (52) para que a China possa continuar tentando as corporações transnacionais. Isto exacerbará necessariamente os conflitos de classe. De modo similar, a abertura do setor agrícola chinês no marco da OMC acelerará o deslocamento dos camponeses, e é muito pouco provável que as eleições nos vilarejos e a nova política do Partido anunciada no início de 2004 tendendo melhorar a renda no setor rural aliviem o descontentamento no campo. Aqueles que agora protestam tende a centrar-se nos interesses econômicos imediatos e a apontar os funcionários locais e os agentes de negócios, mas os protestos da classe trabalhadora da primavera de 2002 nas cidades do nordeste do país, Daqing e Llaoyang, exibiram uma sofisticação organizacional crescente e expressaram demandas políticas explícitas. Tal como demonstrou um sério estudo dos movimentos camponeses na província de Hunan, tais movimentos não apenas geraram seus próprios recursos culturais e seus canais de comunicação, como também produziram suas próprias demandas organizacionais e

políticas, incluindo o estabelecimento de associações de camponeses independentes e “a emancipação dos servos modernos” (53). Assim, enquanto as revistas transnacionais de turismo constróem imagens idealizadas e objetivadas de camponeses chineses em uma paisagem rural perfeita, os camponeses chineses reais estão afirmando cada vez mais sua própria subjetividade política como agentes de mudança social.

Apesar da repressão estatal, os conflitos de classe estão irrompendo na consciência nacional de maneira freqüente e imprevisível (54). Estas tensões sociais intensificadas podem criar uma situação política explosiva ao articular-se com sentimentos populares nacionalistas e antiimperialistas.

A crescente penetração cultural transnacional da China que chega a um segmento menor da população foi acompanhada por um crescimento do nacionalismo chinês, tanto oficial quanto popular. Por um lado, o Partido deve recorrer ao nacionalismo como um componente-chave de seu discurso de legitimação ideológica, enquanto que sua lógica territorial força-o a defender a soberania frente às provocações do imperialismo norte-americano e a conter tanto o nacionalismo taiwanês como os nacionalismos das minorias étnicas. Por outro lado, um número cada vez maior de chineses está experimentando ou está tomando consciência das contradições políticas e culturais do imperialismo norte-americano – desde o respaldo dos EUA à autocracia de Yeltsin na Rússia ao bombardeio “acidental” da embaixada chinesa em Belgrado em maio de 1999, a colisão de um avião de reconhecimento estadunidense com um avião de combate chinês em frente da ilha de Hainan em abril de 2001, e a abertura imperialista no Iraque. Na Ásia oriental, a reaparição do nacionalismo de direita japonês também provocou respostas enérgicas por parte da China. De modo parecido, a mídia comercial encontrou no nacionalismo um argumento altamente rentável – a ponto que Phoenix TV, o canal de televisão situado em Hong Kong e no qual Murdoch investiu, apregoava que “a China pode dizer que não” [ao bombardeio estadunidense da embaixada chinesa em Belgrado] antes que a televisão oficial CCTV, a qual teve que moderar seu sensacionalismo em função da estratégia das elites de evitar o confronto com os EUA.

A forma mais estridente de nacionalismo popular, do tipo que se expressa em livros e *sites* da Internet populares, tende a estar ligada ao autoritarismo político e não supõe nem uma crítica ao capitalismo global nem uma análise de classe substantiva. No entanto, há formas de nacionalismo popular que são críticas do capitalismo global e da dominação de classe tanto a nível intelectual como popular. Por um lado, intelectuais da “nova esquerda” familiarizados com a literatura neomarxista e pós-colonial desenvolveram análises críticas do capitalismo global e do papel da China no mesmo (55). Por outro lado, talvez como a “dialética” última da Revolução Chinesa, a experiência do capitalismo global e do imperialismo norte-americano levou alguns intelectuais, trabalhadores e camponeses chineses a tomar como próprias as demandas anticapitalistas e antiimperialistas do Partido Comunista. Dentro deste contexto, Mao ressurgiu como um símbolo político e cultural anticapitalista para milhões de trabalhadores e camponeses marginalizados, diferente do objeto desencarnado de atração turística para os leitores de *Trends Traveler*. Nenhum insulto liberal contra a “nostalgia totalitária” dos trabalhadores despedidos e dos camponeses deslocados e seus poucos aliados intelectuais pode torcer a busca popular de justiça social e igualdade. A popularidade assombrosa da obra antiimperialista e anticapitalista intitulada *Che Guevara* que reuniu produtores culturais de esquerda, estudantes universitários e

trabalhadores comuns em varias cidades chinesas em 2000 marcou o surgimento de uma nova forma de política cultural de esquerda e uma nova forma de internacionalismo e idealismo revolucionário que transcende as margens do mercado cultural chinês integrado globalmente (56).

A política de classe e nacionalista não é a única forma de lutas populares na China. O surgimento do Falung Gong, um movimento cultural transnacional quase religioso, pôs em manifesto as complicadas intersecções entre classe e identidade e revelou as profundas contradições culturais da hipermodernidade chinesa e de sua integração global (57). O fato de que a acelerada integração da China com o Ocidente, a difusão dos filmes de Hollywood e o crescimento da Internet tenham alimentado o surgimento de um discurso nativista, conservador e antimodernista como o do Falung Gong, não apenas expõe os limites da hegemonia cultural capitalista, mas como também formula perguntas perturbadoras sobre a suposta natureza emancipatória das redes de comunicação globalizadas.

O recente surto de SARS (Severe Acute Respiratory Syndrome) demonstrou as contradições ecológicas da integração global da Chinam, e podem muito bem ter sido o prelúdio de crises ambientais e de saúde mais sérias. Segundo a perspectiva do jornalista canadense Jan Wong, a China globalizada e globalizante já “decepcionou o mundo” ao encobrir uma epidemia engendrada em seu perigoso solo. Uma “cidade do terceiro mundo [com grande densidade populacional e de indústrias] com os problemas sanitários costumeiros, mas na qual muitos de seus moradores são suficientemente ricos para viajar assiduamente e para longe”, e um “híbrido de arranha-céus reluzentes e mercados camponeses que vendem frangos e serpentes vivos [...] rodeados por granjas tradicionais nas quais as pessoas e os porcos estão misturados”, como é o caso da metrópole Guangdong em Foshan, foi o “ponto zero do surto de SARS” (58). Estas condições sociais e ecológicas, combinadas com uma “tradição de séculos de segredo burocrático e xenofobia” e o desejo de sustentar a lucrativa indústria do turismo e a expansão dos investimentos estrangeiros foi o que, de acordo com Wong, levou a que o estado e a mídia nacionais ocultassem inicialmente o surto.

A análise de Wong oculta as profundas contradições da globalização e a integração da China. Afinal de contas, o médico infectado que viajou a Hong Kong para uma celebração familiar e se hospedou em um hotel de três estrelas é um símbolo da crescente mobilidade de uma classe média em ascensão. Em um contexto discursivo diferente seria apreciado consumidor e um agente predileto de estabilidade de democratização. De igual modo, Foshan, um dos famosos locais da fronteira do capitalismo chinês, simbolizaria em outro contexto o dinamismo e a esperança de uma China integrada, orientada para o mercado e empreendedora, que contrasta com o estancamento de cidades industriais do norte como Daqing e Liaoyang, com todos os seus problemas trabalhistas. Longe de obter “sucesso por si própria” no mercado global, a incapacidade da indústria comunicacional e cultural da China de satisfazer as necessidades culturais de uma sociedade fraturada fica mais evidente na medida em que se aprofundam as contradições políticas, econômicas, culturais e ecológicas da integração global do país.

NOTAS

O autor agradece aos editores assim como a Dan Schiller e Rob Duffy os seus preciosos comentários e sugestões editoriais para a elaboração deste artigo.

1 “Murdoch’s Appeal to Chinese Leaders”, *The Associate Press*, 9 de Outubro de 2003, <<http://www.afr.com/articles/2003/10/09/1065601040384.html>>, acesso: 10 de Outubro de 2003.

2 Cao Peng, “Twenty Keywords of the Chinese Media Industry in 2003”, <<http://peopledaily.com.cn/gb/guojiji/1031/2304950.html>>, acesso: 19 de Janeiro de 2004.

3 Dan Schiller, “Poles of Market Growth? Open Questions About China, Information and the World Economy”, trabalho apresentado na conferência “Transnational Media Corporations and National Media Systems: China after Entry into the World Trade Organization”, Rockefeller Conference Center, Bellagio, Italia, 17 em 21 de Maio de 2004.

4 Leo Panitch e Sam Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, em *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin Press, 2003, pp. 1-42.

5 Panitch e Gindin, “Global Capitalism and American Empire”.

6 Zhenzhi Guo, *A History of Chinese Television*, Beijing: Zhongguo Renmindaxue Chubanshe, 1991; Yuezhi Zhao e Zhenzhi Guo, “Television in China: History, Political Economy and Culture”, em Janet Wasko (ed.), *A Companion to Television*, Londres: Blackwell, no prelo.

7 Yuezhi Zhao e Dan Schiller, “Dances with Wolves? China's Integration with Digital Capitalism”, *Info*, 3:2, Abril de 2001, pp. 137-151.

8 Yuezhi Zhao, “Transnational Capital, the State and China’s Semi-Integrated Communication Industries in a Fractured Society”, *The Public/javnost*, 10:4, 2003, pp. 58-74.

9 Wang Hui, *Chinas New Order: Society, Politics and Economy*, editado por Theodore Hunters, Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2003.

10 Liu Jianming, “The Radiating Power of Globalized Audio-Visual Products”, trabalho apresentado na conferência internacional “Mass Media in the Era of Globalization, Marketization and High- Tech”, Shanghai University, Shanghai, China, Outubro de 2003.

11 Wu Mei, “Globalization and Language Sovereignty: The Use of English on China's Television and in Public Signs”, trabalho apresentado na conferência “Asian Culture and Media Studies” Beijing Broadcasting Institute, Beijing, China, Dezembro de 2003.

12 Herbert I. Schiller, “NotYet the Post-Imperialist Era”, *Critical Studies in Mass*

Communication, 8, 1991, p. 15.

13 Emad El-Din Aysha, “The Limits and Contradictions of ‘Americanization’”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin Press, pp. 245-260.

14 Zhao e Schiller, “Dances with Wolves?”, p. 140.

15 Leslie Sklair, *The Transnational Capitalist Class*, Oxford: Blackwell, 2001, p. 256.

16 Yuezhi Zhao, “‘Entering the World’: Neo-liberal Globalization, the Dream to be a Strong Nation, and Chinese Press Discourses on the WTO”, em C. C. Lee (ed.), *Chinese Media, Global Context*, Londres: Routledge, 2003, pp. 32-56.

17 Wang, *China’s New Order*, p. 102.

18 Guo Zhenzhi, “A Perspective on the Chinese New Media Based on Their Coverage of the Iraqi War and SARS”, *Chuanmei Yanjiu*, <http://www.rirt.com.cn/magazine/ml_11.asp>, acesso: 5 de Fevereiro de 2004.

19 James Compton, *The Integrated News Spectacle: A Political Economy of Cultural Performance*, Nova Iorque: Peter Lang, 2004.

20 Panitch e Gindin, “Global Capitalism”, p. 19.

21 Ibid.

22 Esta seção atualiza e desenvolve material apresentado em Zhao e Schiller, “Dances with Wolves?”.

23 Stanley Rosen, “China Goes Hollywood”, *Foreign Policy*, Janeiro/Fevereiro de 2003, pp. 94-98.

24 Dai Jinhua, “Chinese Cinema: Sinking in Happiness...”, *Xiandai Chuanbo*, Janeiro de 1999, p. 21.

25 Liu Xitao, “China’s Film Industry Suffers a Major Blow with WTO Entry”, *Qiaobao*, 24 de Novembro de 1999, B1.

26 Rosen, “China Goes Hollywood”, p. 98.

27 The Peoples Daily, “Warner Brothers Marches into China’s Cinema Market”, http://english.peopledaily.com.cn/200401/18/eng20040118_132895.shtml. Agradeço a Bingchun Meng por compartilhar esta informação comigo.

28 Peng Jingfeng, Xuchang, “An Allover Reshaping of Film Distribution Channels”, *Shenzhou Shibao*, 20 de Julho de 2003, C3.

29 Schiller, “Poles of Market Growth?”, pp. 1-2.

30 “China to Promote Own Alternative to DVDs”, *Associate Press*, 18 de Novembro de 2003.

31 Dan Schiller, “Communications and Power: Interpreting China’s Emerging Role”, *Media Development*, 3, 2003, p. 13.

32 Esta seção atualiza e desenvolve material apresentado em Zhao, “Transnational Capital”, pp. 53-74.

33 Definido por Jiang Zemin em 2000, o partido representa “as tendências de desenvolvimento das forças produtivas avançadas, as orientações da cultura avançada e os interesses fundamentais da espantosa maioria do povo de China”. Esta tese revisionista, que modifica efetivamente o argumento do Partido que se definia como a vanguarda da classe operária, foi incorporada à Constituição do Partido Comunista Chinês no 16º Congresso do Partido em novembro de 2002, no marco de uma considerável oposição dentro do partido.

34 IDG website, <<http://www.idg.com/www/idgpubs.nsf/webPubsByCountryView>>, acesso: 16 de Fevereiro de 2004.

35 “Lad Mags Go to China”, p. 12.

36 Kim Chipman, “Playboy’s Interest in China Rises”, *The Vancouver Sun*, 22 de Outubro de 2002, D11.

37 *The New York Times*, “Lad Mags Go to China”, 18 de Abril de 2004, Seção 4, p. 12.

38 Entrevista, Dezembro de 2003, Vancouver, Canadá.

39 Aqui, a diferença entre a América do Norte e a China ressalta os distintos padrões de integração local e transnacional entre os modos de acumulação de capital fordista e pós-fordista. Agradeço a Dan Schiller por assinalar-me a importância desta diferença.

40 A China investiu 100 bilhões de dólares em bônus do Tesouro dos EUA nos primeiros dez meses de 2003. Ver Robert Brenner, “New Boom or New Bubble: The Trajectory of the US Economy”, *New Left Review*, 25, Janeiro-Fevereiro de 2004, p. 87.

41 Yue Jianyong e Chen Man, “Why Does China Rely Upon FDI”, *Dangdai Zhongguo Yanjiu*, 10:3, 2003, pp. 86-87; ver também, “Chinese Capital Flight Fever”, *Kaifang (Open Magazine)*, Hong Kong, Novembro de 2003, p. 30.

42 “Another Wave of Capital Flight and Fleeing of High-Level Officials in China”, <<http://www.wenxuecity.com/BBSview.asp?SubiD=newsdirect&MsgID=186665>>.

acesso: 6 de fevereiro de 2004.

43 Yue and Chen, “Why Does China”, pp. 87-88.

44 Pode-se encontrar um panorama da reconstituição do poder de classe na China em He Qinglian, “China’s Listing Social Structure”, *New Left Review*, Setembro/Outubro de 2000, pp. 69-99.

45 Louis Lim, “China’s Wealth Gap Widens to Gulf”, *BBC News*, 26 de Fevereiro de 2004, <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/3488228.stm>>, acesso: 26 de Fevereiro de 2004.

46 Luigi Tomba, “Creating an Urban Middle Class: Social Engineering in Beijing”, *The China Journal*, 51, Janeiro de 2004, pp. 1-26.

47 Colin Powell, “A Strategic Partnerships”, *Foreign Affairs*, 83: 1, Janeiro/Fevereiro de 2004, <<http://www.foreignaffairs.org/20040101faessay83104/colin-l-powell/a-strategy-of-partnerships.html>>.

48 Ye Zicheng, “Move Beyond a Polarization Perspective (Part 2)”, *Nan-fang Zhoumo*, 15 de Janeiro de 2004, <<http://www.nanfangdaily.com/cn/am/00401150698.asp>>, acesso: 20 de Janeiro de 2004.

49 Brenner, “New Boom or New Bubble?” e Minqi Li, “After Neoliberalism: Empire, Social Democracy, or Socialism?”, *Monthly Review*, 55:8, Janeiro de 2004, pp 1-18. Ver também Schiller, “Communications and Power”, pp. 13-15.

50 Uma descrição detalhada das lutas ideológicas da elite a partir de 1992 pode ser encontrada em Joseph Fewsmith, *China Since Tiananmen*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

51 Bruce Gilley, “The ‘End of Politics’ in Beijing”, *The China Journal*, 51, Janeiro de 2004, pp 115-135.

52 Joseph Kahn, “Losing Ground: China’s Leaders Manage Class Conflict Carefully”, *The New York Times*, 25 de Janeiro de 2004, <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=FAOD1FFB3D5C0C768EDDA80894DC404482>>, acesso: 25 de janeiro de 2004.

53 Yu Jianrong, “Organized Contestation by Farmers and Its Political Risks”, *Zhanlue yu Guanli (Strategy and Management)* 58,3, 2003, pp. 1-16.

54 Por exemplo, em Janeiro de 2004, um acidente de tráfico no qual o rico condutor de um BMW mata uma pobre camponesa no nordeste da China gerou um debate encoberto sobre do poder de classe na mídia nacional. Ver Philip Pan, “Traffic Death Pits China’s BMW Ser against Peasants”, *The Vancouver Sun*, 17 de Janeiro de 2004, A19.

55 *China's New Order* de Wang Hui é um exemplo do novo tipo de análise de esquerda sobre as reformas e a integração global da China.

56 Ver o roteiro de Che Guevara e outras obras de esquerda, assim como entrevistas, informes e respostas do público no site chinês <<http://www.minfeng.net>>.

57 Yuezhi Zhao, “Falun Gong, Identity and the Struggle for Meaning Inside and Outside China”, em Nick Couldry y James Curran (eds.), *Contesting Media Power: Alternative Media in a Networked World*, Lanham: Rowman & Littlefield, 2004, pp. 209-224.

58 Jan Wong, “How China Failed the World”, *The Globe and Mail*, 5 de Abril de 2003, F6.

O IMPÉRIO NORTE-AMERICANO E O SUBIMPERIALISMO SUL AFRICANO*

Patrick BOND

O imperialismo, o subimperialismo e o antiimperialismo estão estabelecendo-se como padrões e alinhamentos duradouros na África –especialmente na África do Sul– mesmo que os notoriamente confusos discursos políticos do continente ocultem as coalisões e os conluios. “O único que Bush quer é o petróleo iraquiano”, denunciam o africano de mais alto perfil, Nelson Mandela, em janeiro de 2003. “Seu amigo, Israel, tem armas de destruição maciça, mas como é um aliado [dos Estados Unidos (EUA)], estes não pedirão às Nações Unidas que as elimine... Bush, que não é capaz de pensar apropriadamente, agora quer lançar o mundo em um holocausto. Se houver um país que cometeu inexprimíveis atrocidades, esse país é os Estados Unidos da América” (1). As afirmações de Mandela logo tiveram eco durante uma manifestação de 4 mil pessoas diante da embaixada norte-americana em Pretoria, onde o secretário geral do Congresso Nacional Africano (CNA), Kgalema Motlanthe, disse: “Posto que estamos dotados de muitos minerais ricos, se não determos hoje esta ação unilateral contra o Iraque, amanhã virão por nós” (2). Depois da queda de Bagdá, Mandela condenou outra vez Bush: “Desde a criação das Nações Unidas não houve uma Guerra Mundial. Portanto, qualquer, e especialmente o líder de um super-estado, que atue por fora das Nações Unidas deve ser condenado por todos os que desejam a paz. Qualquer país que abandone as Nações Unidas e ataque um país independente deve ser condenado nos mais enérgicos termos” (3).

Esta não era uma retórica antibélica meramente conjuntural. O sucessor de Mandela, Thabo Mbeki, é igualmente frontal quando se refere ao contexto mais amplo do poder imperial. Por exemplo: quando dava as boas-vindas aos dignatários que participaram da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, em agosto de 2002, assinalou: “convergimos no Berço da Humanidade para confrontar com o comportamento social que não tem piedade nem com a bela natureza nem com os seres humanos viventes. Este comportamento social produziu e consolidou um sistema do Apartheid global” (4). Os esforços de Mbeki por inserir a frase “Apartheid global” no documento final da Cúpula falharam, em virtude da oposição do secretário de estado norte-americano, Colin Powell, que por sua vez foi interrompido por ativistas de ONGs e líderes do Terceiro Mundo durante a sessão plenária final. Um ano depois, nos prolegômenos da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, em 2003, Mbeki chegou a insinuar que os governos do Terceiro Mundo deveriam alinhar-se com os movimentos sociais radicais. “Pode ser que eles atuem de maneira que você e eu podemos não gostar, e que quebrem janelas nas ruas, mas a mensagem que comunicam é o que importa” (5). À luz da centralidade de Pretoria no novo bloco Índia-Brasil-África do Sul e do fato de que o grupo G20 é considerado responsável por ter causado o colapso da cúpula de Cancún, tem-se a lógica impressão de que o movimento antiimperialista tem como aliado um importante estado da África.

Infelizmente, estas posturas podem ser entendidas como “falar por esquerda, e andar por direita”, na medida em que ocultam a subjacente dinâmica de acumulação, luta de classes e geopolítica. Para ilustra-la: no princípio de 2003, ao mesmo tempo das declarações de Mandela, o governo do CNA permitiu que três navios de guerra com rumo

ao Iraque amarrassem e se reabastecessem de combustível em Durban, e a fábrica estatal de armas Denel vendeu propulsores de artilharia e 326 detetores de distância manuais por 160 milhões de dólares ao exército britânico, e 125 miras guiadas por laser aos marines norte-americanos (6). A esquerda independente da África do Sul imediatamente formou uma Coalizão Anti-Guerra, integrada por 300 organizações, que periodicamente encabeçou protestos de entre 5 mil e 20 mil manifestantes em Johannesburgo, Pretória e Cidade do Cabo. Apesar do ocorrido, Pretória rechaçou as demandas da coalizão para deter a venda de armas. George W Bush premiou Mbeki com uma visita oficial em julho de 2003, pouco depois de que se assentou a poeira da invasão de Bagdá. “Usemos esta visita para ter o melhor impacto possível nas consciências do eleitorado norte-americano” afirmou Blade Nzimande, secretário geral do Partido Comunista Sulafricano (PCS). “Acreditamos que seria um engano pressionar para que se cancele a visita. Mas seria igualmente errôneo apresentar a invasão do Iraque como uma ‘coisa do passado’, como algo que ‘deixamos para trás’, agora que voltamos para a normalidade bilateral entre o EUA e África do Sul” (7).

Mas a normalidade é o que pareceu prevalecer. Tal como publicada em seu editorial o *Business Day* de Johannesburgo, a “contínua impressão” que deixou a passagem de Bush por Pretória foi a de uma “crescente, se não íntima, confiança entre ele e o presidente Thabo Mbeki. A quantidade de abraços e tapinhas nas costas que se prodigalizaram em público esteve por longe além do exigido inclusive pelas obrigações diplomáticas amistosas” (8). Organizando grandes manifestações em Pretória e Cidade do Cabo, a Coalizão Anti-Guerra replicou: “o CNA E o PCS dizem estar marchando contra a guerra... enquanto são anfitriões do principal belicista, George Bush. A estratégia de relações públicas do CNA em relação à guerra se contradiz diretamente com suas ações, que são pró-guerra e contribuíram para a morte de milhares de civis iraquianos” (9). As relações públicas finalmente cederam à *realpolitik*, quando também Mandela se retratou de suas críticas a Bush em maio de 2004, porque “não é bom permanecer em tensão com o estado mais poderoso” (10). Um mês mais tarde, Mbeki participou da cúpula do G8 em Sea Island, Georgia, junto com os outros principais líderes africanos pró-Occidente: Abdelaziz Bouteflika, de Argélia; John Kufuor, de Ghana; Olusegun Obasanjo, da Nigéria; Abdoulaye Wade, do Senegal, e Yoweri Museveni, de Uganda. Convidados só a um almoço de trabalho que começou tarde e terminem cedo, os africanos prometeram ao G8 ajudar a destravar o “bloqueio” multilateral que emergiu na cúpula da OMC em Cancún. No dia seguinte, Mbeki esteve em Washington para o funeral de Ronald Reagan – um notável defensor do velho regime de Pretória, inclusive durante os estados de emergência de meados dos anos 80 – e justificou sua presença através da *National Public Radio*: “Para aqueles de nós que fomos parte da luta contra o Apartheid, foi em realidade durante a presidência de Reagan [que] o governo do EUA começou a negociar com o CNA” (11).

Como podemos compreender esta inconsistência política? Em que medida reflete os requerimentos de um império capitalista liderado pelo EUA que utiliza a África para a extração de mais-valia, para a expansão e aprofundamento do neoliberalismo global, e que confia especialmente na África do Sul para obter legitimidade e apoio como ajudante subimperial do xerife?. Para responder a tudo isto, deve-se considerar, em primeiro lugar, o contexto do imperialismo moderno, que na África combina uma estratégia de acumulação apoiada no neoliberalismo e a extração de minerais cada vez mais baratos e

de cultivos de exportação, com um crescente servilismo ao domínio neocolonial, indireto, liderado pelo EUA. O seguinte passo consiste em localizar a posição da África do Sul como poder hegemônico regional, identificando as áreas onde o imperialismo é facilitado na África por meio do elo estatal-capitalista Pretória-Johannesburgo, em parte através da Nova Associação para o Desenvolvimento da África (NEPAD, em sua sigla em inglês), e em parte através da lógica do capital privado.

O NEOLIBERALISMO E A EXTRAÇÃO DO EXCEDENTE

O que é o que o imperialismo necessita da África Sub-sahariana, cujos 650 milhões de pessoas geram apenas o 1% do PIB global? Durante o século XX, uma grande tradição orgânica de economia política antiimperialista e de política radical emergiu para explicar os casos gerais e específicos da subordinação africana e promover soluções revolucionárias. Mais recentemente, um renascimento dos comentários sobre a lógica do imperialismo proporcionou pelo menos três linhas de argumentação que são especialmente relevantes para os propósitos deste ensaio. Primeiro, a transição da prosperidade de pós-guerra à era neoliberal, que começou por volta de 1980, pode ser rastreada nos problemas que se experimentaram para manter a acumulação do capital nas regiões centrais do capitalismo. Segundo, estes problemas foram administrados do núcleo – especialmente as instituições de Bretton Woods, e o estado e as forças armadas dos EUA – através de técnicas que amplificaram o desenvolvimento desigual e puseram em perigo a reprodução social e econômica da África. E terceiro, estas formas de administração deixaram o continente e seus principais atores políticos com a disposição plena do poder imperial, particularmente a do estado norte-americano, sem importar uma variedade de mercados multilaterais e associações regionais.

Recentes análise sobre as sustentadas tendências à crise nas regiões centrais do capitalismo global demonstraram que a atual conjuntura econômica é consequência de uma prolongada crise estrutural do capitalismo, caracterizada por três décadas de um menor crescimento do PIB, no marco de um período de persistente “sobrecumulação”, especulação insustentável e colapsos financeiros periódicos, frenética tercerização da produção em todo o mundo, comércio hiperativo, emergência de problemas ecológicos que ameaçam o sistema, uma crescente desigualdade, e a quase universal redução da remuneração do trabalho e do salário social (12). Na última década, um sintoma do desespero do capitalismo global é a extração de excedentes do Terceiro Mundo a um ritmo sem precedentes. Assim, partindo de uma situação de fluxos financeiros nítidos positivos de mais de 40 bilhões de dólares ao ano para as “economias em desenvolvimento” em meados dos anos 90, a crise do Leste asiático foi seguida por uma sangria Sul-Norte de 650 bilhões de dólares nos quatro anos que vão de 1999 a 2002 (13).

Embora se tenha dado pouca atenção à África nas análise marxistas contemporâneas sobre o imperialismo, não há dúvida de que o continente foi profundamente arrastado para os circuitos globais de manejo de crise, mediante a irresponsável liberalização do comércio e as finanças que, por sua vez, barateou os produtos do continente para o consumo do Norte (14). Enquanto os preços de algumas commodities – petróleo, borracha e cobre – subiram nos anos recentes, graças à demanda da China, as grandes exportações de café, chá e algodão – das quais dependem muitos países – continuam estancadas ou em queda (15). Os serviços da dívida se tornaram ainda

mais onerosos, não obstante a iniciativa de alívio da dívida para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC, por suas siglas em inglês) impulsionada pelo Banco Mundial e o FMI. Desde 1980 até o ano 2000, a dívida externa total da África Sub-sahariana se elevou de 60 bilhões a 206 bilhões de dólares, e o percentual da dívida em relação ao PIB subiu de 23 a 66%, fazendo que a África deva pagar 6,2 bilhões de dólares a mais que os que recebeu em termo de novos empréstimos em 2000 (16). Enquanto isso, a ajuda dos países doadores se reduziu em 40% em relação aos níveis de 1990, e a fuga de capitais aumentou o problema de acesso a moedas fortes. James Boyce e Léonce Ndikumana determinaram que um grupo central de 30 países do África Sub-sahariana, com uma dívida externa conjunta de 178 bilhões de dólares, sofreu – durante um quarto de século – uma fuga de capitais por parte de suas elites que totalizou mais de 285 bilhões de dólares, incluindo os lucros por juros imputados, o qual converteu a África Sub-sahariana em “um credor nítido vis-à-vis o resto do mundo” (17).

Apoiando-se nas interpretações de Rosa Luxemburgo sobre as interações entre os aspectos capitalistas e não-capitalistas da produção e da reprodução social, David Harvey proporcionou uma sutil explicação de como o processo de acumulação primitiva (18) evolui até converter-se no que ele denomina sistema de “acumulação por espoliação” (19). Tal processo é muito importante para compreender o imperialismo contemporâneo na África. A acumulação por espoliação se intensifica como resultado do começo da crise capitalista e a estendida adoção do neoliberalismo, à medida que o sistema procura mitigar e deslocar (embora nunca resolver completamente) as tendências à crise. Harvey interpreta estas reações como “acertos espaciais e temporários” para o capital sobre-acumulado, porque também servem como ferramentas para o manejo de crise (20).

Além destes processos, a esfera da reprodução – onde tem lugar boa parte da acumulação através de desiguais relações de poder de gênero – continua sendo central para o saque capitalista. Isto é especialmente evidente em áreas tais como a África meridional, que se caracterizam por fluxos de trabalho migrante, em grande parte através da sobre-exploração de mulheres rurais no cuidado de meninos, doentes e idosos. Mais amplamente, isto é parte do que Isabella Bakker e Stephen Gill denominam “a re-privatização da reprodução social” (21). Para os africanos, o resultado mais extremo é a denegação do acesso ao alimento, os medicamentos, a energia e inclusive a água; as pessoas excedentes para os requerimentos de trabalho do capitalismo acreditam que devem encontrá-lo por si mesmos ou morrer. A destruição das redes de segurança por meio dos programas de ajuste estrutural aumenta a vulnerabilidade das mulheres, as crianças, os idosos e as pessoas descapacitadas. Espera-se que sobrevivam com menores subsídios sociais e com uma maior pressão sobre a malha familiar durante as crises econômicas, o que torna as mulheres mais vulneráveis às pressões sexuais e, por fim, ao HIV/AIDS (22). Inclusive na rica África do Sul, a morte prematura de milhões de pessoas foi o resultado das políticas estatais e dos empregadores em relação à AIDS, apoiadas em análise de custo-benefício que demonstravam conclusivamente que manter com vida à maioria dos 5 milhões de pessoas HIV-positivas do país através de medicamentos patenteados custava mais que o que estas pessoas “valiam” (23).

A imposição de políticas neoliberais com semelhante espírito aprofundou o desenvolvimento desigual e combinado na África. Em termos macro-econômicos, o “Consenso de Washington” implica liberalização comercial e financeira, desvalorização monetária, menores impostos às corporações, políticas industriais orientadas às

exportações, políticas fiscais austeras que apontam especialmente a recortar o gasto social, e monetarismo nos bancos centrais (com altas taxas de juros reais). Em termos de micro-desenvolvimento, o neoliberalismo implica não só três estratégias econômicas padrão – desregulação dos negócios, negociados trabalhistas flexibilizados e privatização (ou corporativização e comercialização) de empresas estatais –, mas também a eliminação dos subsídios, a implementação de tarifas aos usuários para a recuperação de custos, a desconexão dos serviços estatais básicos a aqueles que não pagam, avaliações de meios de vida para os programas sociais, e confiança nos indicadores do mercado como base para as estratégias de desenvolvimento local. Tal como mostrou Gill, é crucial que esta se faça cumprir, através de um “neoliberalismo disciplinador” que implica uma vigilância constante, e um “novo constitucionalismo” que assegura estas políticas no tempo (24).

Leo Panitch e Sam Gindin apontaram as capacidades de administração que possui o império norte-americano através do conservador complexo petro-militar-industrial da Casa Branca de Bush e do Pentágono, e do eixo formado pelo Tesouro dos EUA, das instituições de Bretton Woods e Wall Street (25). Ainda que eles não pensem que esta emane da necessidade de deslocar uma crise econômica estrutural de nível doméstico, o caso da África Sub-sahariana parece demonstrar, na verdade, tanto a necessidade estruturalmente arraigada do capital global de extrair excedentes como a importância do poder político-econômico de Washington. Entretanto, em uma pesquisa recente, Robert Biel identificou duas contradições centrais do imperialismo norte-americano em relação a África: “Primeiro, a acumulação central sempre tende a sugar o valor que poderia formar a base da construção de um estado, trazendo consigo o risco de que o estado falhe; e conduzindo à intervenção direta. Segundo, o sistema internacional se torna cada vez mais complexo, e está caracterizado por um conjunto de novos atores e processos, e pela penetração direta nas sociedades locais de um modo que ignora a dimensão estado-cêntrica”. Em virtude da complexidade do domínio indireto, e a dificuldade para cooptar a todos os atores relevantes, Biel agrega: “Uma reversão no sentido do desdobramento do poder estatal puro sempre está latente, e o clima posterior ao 11 de setembro a situou em um primeiro plano. Esta é uma debilidade significativa do capitalismo internacional” (26). Neste mesmo sentido, Panitch e Gindin argumentam: “Um imperialismo norte-americano que é tão descaradamente imperialista corre o risco de perder sua aparência específica de não parecer imperialista, aquela aparência que o tornou historicamente plausível e atrativo... Isto é particularmente significativo: como o império norte-americano só pode governar através de outros estados, o maior perigo que pode enfrentar é que os estados que estão dentro de sua órbita se tornem ilegítimos em virtude de sua articulação ao império” (27). Em realidade, uma área crítica de acordo entre a maioria dos economistas políticos na atualidade é a contínua relevância do estado nacional, não só para a acumulação por meio das funções facilitadoras (assegurando direitos de propriedade, a integridade do dinheiro e o monopólio da violência), mas também para a “coautoria” do projeto neoliberal, o qual a sua vez reflete uma mudança no equilíbrio de forças dentro das sociedades e das burocracias estatais. Como veremos, África do Sul é um excelente caso testemunha.

Em suma: em grande medida graças as tendências às crises capitalistas e à atual orientação à acumulação por espoliação, o imperialismo não pode nem entregar seus benefícios nem reprimir exitosamente o desacordo sustentado na África, muito menos na

África Sub-sahariana, repleta de “fracassos de estado” e “neoliberalismo indisciplinado” (testemunhados por repetidos protestos contra o FMI). Portanto, a legitimação ideológica dos “mercados livres e a política livre” requer uma renovação. Para isso, os EUA necessitam um sócio subimperial, inclusive um cujos políticos são ocasionalmente tão insolentes como os de Pretória, que tem se tornado, por fim, tão vitais para a mais ampla legitimação sistêmica como os aliados de Washington que “falam por esquerda e andam por direita” em Nova Deli e Brasília. Depois de tudo, a crítica antiimperialista continua emergindo em toda a África, não só retoricamente (como se cita no princípio deste ensaio), mas também de maneira prática, como quando os ministros de Comércio de países africanos de baixos ingressos – não o G20 ou África do Sul, Índia e Brasil – retiraram seu apoio a um consenso nas cúpulas da OMC em Seattle e Cancún. Assim, a NEPAD se transforma em um importante sucedâneo do imperialismo, como se argumentará mais abaixo. Continuando, entretanto, examinaremos a expansão das atividades geopolíticas e militares norte-americanas.

O ALCANCE DE WASHINGTON

O que andam fazendo os planejadores norte-americanos com relação à África? Vejamos um caso ilustrativo: um perito do Colégio de Guerra Naval norte-americano recentemente traçou “O Novo Mapa do Pentágono”, ressaltando os países que agora são considerados zonas de perigo para o imperialismo. Na África, entre estes países estavam incluídos Angola, Burundi, a República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Somália e inclusive a África do Sul, lugares que não só poderiam “incubar a próxima geração de terroristas globais”, mas também conter pobreza interminável, enfermidades e assassinatos maciços rotineiros (28). A negligência benigna – ou maligna – já não seria suficiente. O período posterior à falida intervenção na Somália, durante os anos 90, quando os guerreiros de escritório de Washington deixaram que a África se perdesse de vista, pode ter chegado a seu fim com o 11 de Setembro. O general do exército Charles Wald, que controla o Programa para a África do Comando Europeu, disse à BBC no início de 2004 que pode ter cinco brigadas de 15 mil homens trabalhando em cooperação com sócios regionais, incluindo a África do Sul, Quênia, Nigéria e outros dois que ainda devem ser escolhidos (29). O supremo comandante aliado da OTAN para a Europa, general James Jones, confirmou a estratégia geográfica norte-americana em maio de 2003: “Pode ser que os futuros grupos de batalha dos porta-aviões e os grupos expedicionários de ataque não passem seis meses no Mediterrâneo, mas sim aposto que passarão a metade do tempo em frente da costa ocidental da África” (30). Em semanas, 3 mil soldados norte-americanos foram deslocados para as costas da Libéria (e foram despachados brevemente a terra para estabilizar o país depois da partida de Charles Taylor). Sugeriram-se potenciais bases militares norte-americanas para Gana, Senegal e Mali, como também para países norte-africanos como Argélia, Marrocos e Tunísia (31). Outra base foi ocupada por 1.500 soldados em Djibouti, pequeno país do Corno da África. Botswana e Moçambique também foram parte da estratégia do Pentágono, e África do Sul continuará sendo um espaço chave.

África central e oriental seguem sendo uma área problemática, e não meramente por causa da tradicional competência neocolonial entre a França e Bélgica com os interesses britânicos e norte-americanos (32). A negativa do presidente Clinton de

qualificar a situação de Ruanda como um genocídio formal em 1994 foi um infame falha de temperamento em termos da emergente doutrina do imperialismo “humanitário”, em contraste com a intervenção nos Bálcãs (habitados por brancos). Com uma estimativa de 3 milhões de mortos nas guerras da África central, em parte causadas por lutas pelo acesso ao coltar e outras riquezas minerais, os conflitos recrudesceram dentro do bloco Uganda-Ruanda, vis-à-vis a revisão aliança da RDC de Laurent Kabila, Zimbábwe, Angola e Namíbia. Só com o assassinato de Kabila em 2001 e a administração dos acordos de paz na RDC e Burundi levada adiante por Pretória, as coisas se estabilizaram, embora só brevemente, em torno de uma paz frágil que combinava neoliberalismo com oportunidades para a extração de minerais. Entretanto, à medida que a desordem se reatava a meados de 2004, ficava claro que os golpes de estado e os surtos de violência seriam uma constante ameaça, demonstrando o quão precários são os acordos de elites impulsionados por Pretória quando as tensões mais profundas permanecem não resolvidas. Outro lugar particularmente difícil é Sudão, onde as tropas da Força Delta norte-americana foram detectadas realizando operações informais (embora não para proteger Darfur do genocídio) possivelmente porque, embora a China mostre algum interesse na exploração petrolífera durante o caos da guerra civil nesse país, posteriormente entraram as empresas petrolíferas norte americanas. Na costa ocidental, o maior troféu petrolífero continua sendo o Golfo da Guiné. Como os envios de petróleo da África às refinarias de Louisiana demoram muitas semanas menos que os do Golfo Pérsico, a escassez mundial de supertanques é aliviada por meio do abastecimento direto das jazidas petrolíferas localizadas na plataforma marinha da África ocidental.

Neste contexto, não é nenhuma surpresa que, dos 700 milhões de dólares destinados a desenvolver uma força de paz das Nações Unidas de 75 mil homens nos anos vindouros, 480 milhões estejam dedicados a soldados africanos (33). Mas a África também é um local para o recrutamento de mercenários privados, tanto que se estima que 1.500 sul africanos – incluindo a metade dos 100 homens que formam a força de segurança pessoal de Mbeki – uniram-se a assinaturas tais como a Sulafricana Executive Outcomes e Erinys, com sede na Grã-Bretanha, para prover mais de 10% dos serviços de guarda-costas no Iraque ocupado (34). Alguns países africanos, incluindo Eritreia, Etiópia e Ruanda, somaram-se ala “Coalizão dos Voluntários” contra Iraque em 2003, embora alguns membros temporários do Conselho de Segurança da ONU, como Camarões, Nova Guiné e a República do Congo, opuseram-se à guerra frente às pressões de Washington. A República Centro-africana demonstrou ser confiável durante a reconciliação de Jacques Chirac e o regime de Bush em março de 2004, quando o presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide foi seqüestrado e transitoriamente colocado ali, antes de estabelecer uma cautelosa residência na África do Sul. A África também é um lugar importante para as campanhas de Washington contra as redes islâmicas militantes, especialmente na Argélia e Nigéria no noroeste, Tanzânia e Quênia no leste, e África do Sul. É crucial o controle da imigração africana para os EUA e Europa, em parte mediante a expansão do encarceramento No estilo norte-americano através de contratos do setor privado como Wackenhut, que investiu na administração privatizada das prisões na África do Sul, junto com o notório campo de extradição Confine-a para “imigrantes ilegais”, peça de um sistema global de detenção e identificação altamente racializado.

É obvio, a maquinaria militar norte-americana não roda pela África completamente sem impedimentos. Entre os pequenos obstáculos estão a oposição

retórica de Pretória à guerra no Iraque, os conflitos dentro da Comissão de Direitos Humanos da ONU (especialmente a respeito de Zimbábue), e a controvérsia sobre a extradição de cidadãos norte-americanos a Corte Penal Internacional. Em vésperas da viagem de Bush à África, em 2003, o Pentágono anunciou que retiraria a ajuda militar de Pretória por um montante de 7.600 milhões de dólares porque o governo sul-africano – junto com 34 aliados militares de Washington (e 90 países em total) – não tinha lembrado de dar aos cidadãos norte-americanos imunidade diante das acusações por parte da nova Corte Penal Internacional de Haia. Botswana, Uganda, Senegal e Nigéria, que também estiveram no itinerário de Bush, assinaram acordos de imunidade apoiados na chantagem e retiveram a ajuda norte-americana (35).

A competência por parte de outros patrocinadores neocoloniais ocasionalmente foi um fator limitante para a arrogância norte-americana. Um exemplo desta foi o intento parcialmente bem-sucedido da Monsanto de introduzir agricultura geneticamente modificada (GM) na África. Zâmbia, Zimbábue e Angola rejeitaram o Programa Mundial de Alimentos e a ajuda alimentara norte-americana por causa do temor de futuras ameaças para seus cidadãos e, não por coincidência, para os mercados europeus. Vinculando seu relativamente centralizado regime de ajuda ao comércio por meio do regionalismo bilateral, a União Europeia pretende obter grandes concessões em cada país da área a África-Caribe-Pacífico (ACP) em matéria de investimentos, competição, facilitação do comércio, procuração governamental, proteção de informação e serviços, as quais, junto com as queixas sobre agricultura, indústria e propriedade intelectual, foram as bases da retirada do ACP de Cancún. Os “Acordos de Associação Econômica” (EPAs, por suas siglas em inglês) da União Europeia sob o Acordo de Cotonou (que substituiu a Convenção de Lomé) significarão um novo e inclusive mais rigoroso regime de “liberalização recíproca” para substituir os acordos preferenciais que atavam a tantos países africanos a seus antigos amos coloniais por meio de exportações de cultivos comerciais. Se os EPAs forem assinados no final de 2005 e forem implementados a partir de 2008, tal como está programado atualmente, o pouco que fica da indústria e dos serviços orgânicos africanos depois de duas décadas de ajuste estrutural provavelmente se perderá diante das economias de escala e da sofisticação tecnológica europeias. Uma reunião de parlamentares da África oriental realizada em abril de 2004 expressou preocupação porque “o ritmo das negociações surpreendeu a nossos países sem adequadas considerações sobre as opções abertas, ou sem compreender suas implicações, e porque estamos nos convertendo em reféns dos prazos que foram estabelecidos velozmente e sem a participação de nossos respectivos parlamentos”. Inclusive o presidente neoliberal de Botswana, Festus Mogae, admitiu: “Estamos, de algum modo, receosos dos EPAs apesar das garantias da União Europeia. Tememos que nossas economias não serão capazes de suportar as pressões associadas à liberalização” (36). Mas a ajuda europeia, que não está isenta de custos, será o determinante final, ultrapassando as considerações democráticas.

O que ocorre com a ajuda norte-americana para o desenvolvimento na África? No início dos anos 90, numerosos escritórios de missão da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID, por suas siglas em inglês) na África foram fechados pela Administração Clinton. Agora, as medidas de mais alto perfil se relacionam com o tratamento do HIV/AIDS, as que equivalem ao que o Departamento de Estado descreveu como sua “pressão total” – incluídas as ameaças de maiores reduções na ajuda

– contra governos que tomaram medidas para a produção de medicamentos genéricos, algo de que Clinton desistiu no final de 1999 por causa de um constante protesto dos ativistas (37). Bush prometeu um programa para a AIDS de 15 bilhões de dólares, depois reduziu a só uma fração desse montante, posteriormente se recusou a dar dinheiro a ONU para o Fundo Global de Luta contra a AIDS, a Tuberculose e a Malária, e finalmente proibiu o financiamento de medicamentos genéricos por parte do governo norte-americano. Bush também introduziu um inovador veículo para fundir a condicionalidade de mercado neoliberal com, supostamente, maior investimento social: a Conta do Desafio do Milênio (CDM). Com os orçamentos da USAID ainda decaindo em termos reais, o financiamento da CDM aumentará de um bilhão de dólares em 2004 a 5 bilhões de dólares em 2006, um incremento de cem por cento sobre o gasto 2004 de toda a assistência norte-americana para o desenvolvimento no exterior. Mas de um total de 74 países de “baixa renda” que poderiam ser elegíveis, dos quais 39 estão na África, só 16 passaram no exame de governabilidade e liberdade econômica em maio de 2004. A metade deles eram africanos: Benin, Cabo Verde, Lesoto, Madagascar, Mali, Moçambique e Senegal. Os critérios para financiar os programas de ajuda a estes países foram estabelecidos por uma série de *think tanks* e agências quase-governamentais: Freedom House (liberdades civis e direitos políticos), o Instituto do Banco Mundial (prestação de contas, governabilidade e controle de corrupção), o FMI e o Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation (taxas de crédito, taxas de inflação, tempos para o início de negócios, políticas comerciais e regimes regulatórios), e a Organização Mundial da Saúde e a ONU (gasto público em saúde e educação primária, taxas de imunização e taxas de finalização de escolaridade primária) (38). A tentativa de Washington de disfarçar e legitimar o imperialismo mediante ajuda que suporta condicionalidades de “boa governabilidade” e “investimento social” data da era Clinton, mas sob a CDM de Bush envolve uma vigilância neoliberal disciplinadora mais sofisticada, especialmente em combinação com o Banco Mundial (39).

Entretanto, como são tão poucos os estados africanos que recebem financiamento da CDM, e como está em jogo muito mais que o que pode ser dirigido com a expansão do gasto militar, é vital para Washington identificar aliados confiáveis na África para impulsionar tanto a geopolítica imperialista como a economia neoliberal. A África do Sul se qualifica? Há muito para analisar nas frenéticas atividades de Mbeki e seus dois colegas mais internacionalmente orientados: o ministro das Finanças, Trevor Manuel (presidente do Comitê de Desenvolvimento do FMI e do Banco Mundial entre 2002 e 2004), e o ministro do Comércio e Privatizações Alec Erwin (o principal candidato a substituir a Supachai Panitchpakdi como diretor geral da OMC em 2005, se sua saúde o permitir). Mas a pergunta deve ser postulada é: estão estes homens rompendo ou lustrando as cadeias do apartheid global?

AS FUNÇÕES SUBIMPERIAIS DE PRETÓRIA

Em agosto de 2003, durante um bate-papo com as elites sociais e do mundo dos negócios, na Rhodes House na Cidade do Cabo, Nelson Mandela ofereceu a mais estremecedora referência histórica possível: “Estou seguro de que Cecil John Rhodes teria dado sua aprovação a este esforço por fazer que a economia Sulafricana do início do século XXI seja adequada e apta para estas tempos” (40). Em efeito, em linha com o espírito de

Rhodes, as ainda menos honoráveis intenções de Mandela em relação à política externa eram difíceis de ocultar. Embora a África do Sul possa exibir uma intervenção digna de sua retórica sobre direitos humanos – a liderança do movimento para abolir as minas terrestres em 1997 (e dali um importante papel na eliminação de minas por parte das empresas sul-africanas que tinham ajudado a colocar as minas em primeiro lugar) – o governo de Mandela vendeu armas a governos que praticavam a violência doméstica em massa, como Argélia, Colômbia, Peru e Turquia; reconheceu a junta militar de Myanmar como governo legítimo em 1994; outorgou a mais alta condecoração oficial do país ao ditador indonésio Suharto três meses antes de sua morte em 1998 (e nesse caminho extraiu 25 milhões de dólares em doações para o CNA); e invadiu o vizinho Lesoto em 1998, com um grande custo político e social, com o objetivo de assegurar o fornecimento de água para Johannesburgo. Segundo o veterano acadêmico das relações internacionais, Peter Vale, este último incidente foi “imprudente, uma imprudência nascida, possivelmente, do poder para a imitação e sancionada pelos discursos da nova ordem mundial, uma chamada a colocação em marcha de políticas animadas por um conjunto de novos valores dominantes” (41).

Uma vez que o governo sul-africano demonstrou sua disposição de colocar seus interesses por sobre seus princípios, os centros de poder político internacional outorgaram crescente confiança ao Mandela, Mbeki, Manuel e Erwin, lhes dando acesso preferencial a muitos dos foros internacionais de elite. À medida que as instituições do *establishment* global começaram a ser atacadas e tentaram se reinventar com uma dose de legitimidade da Nova África do Sul (como as carícias de Mandela ao FMI durante a crise da Ásia oriental em 1998, e a Clinton durante o escândalo Lewinsky), os principais políticos de Pretória tiveram permissão, no final dos anos 90, para presidir o Conselho de Segurança da ONU, o Conselho de Governadores do FMI e do Banco Mundial, a Conferência de Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a Commonwealth, a Comissão Mundial de Represas e muitos outros importantes organismos globais e continentais. Assumindo simultaneamente a liderança do Terceiro Mundo, Pretória também encabeçou o Movimento de Não Alinhados, a Organização para a Unidade Africana (OUA), e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional. Depois, durante um período de dois frenéticos anos que começou em setembro de 2001, Mbeki e seus colegas organizaram, lideraram ou desempenharam papéis instrumentais nas seguintes doze importantes conferências ou eventos internacionais: a Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban (setembro de 2001); o lançamento da NEPAD em Abuja, Nigéria (outubro 2001); a cúpula ministerial da OMC em Doha, Qatar (novembro de 2001); a conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, organizada pela ONU em Monterrey, México (março de 2002); as cúpulas do G8 em Gênova, Itália julho de 2001) e Kananaskis, Canadá junho de 2002); o lançamento da União Africana, em Durban julho de 2002); a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) em Johannesburgo (agosto-setembro 2002); o Fórum Econômico Mundial de Davos (janeiro de 2003); a cúpula do G8 em Evian junho de 2003); a primeira viagem de George W Bush à África julho de 2003); a reunião ministerial da OMC em Cancún (setembro de 2003); e a reunião anual do Banco Mundial e do FMI em Dubai (setembro de 2003).

Entretanto, quase nada se obteve realmente através destas oportunidades. Na conferência da ONU sobre o racismo, Mbeki se alinhou com a União Européia para rechaçar a demanda das ONGs e de líderes africanos por reparações pela escravidão, o

colonialismo e o Apartheid. Em todos os aspectos, a NEPAD constituiu uma mera versão caseira do Consenso de Washington. Em Doha, Erwin dividiu a delegação africana para evitar que se repetisse um rechaço ao consenso, como o que tinha fracassado na reunião ministerial de Seattle em dezembro de 1999. Em Monterrey, Manuel foi o copresidente da cúpula junto a Michel Camdessus e o humilde presidente do México, Ernesto Zedillo, mas seu papel foi meramente o de legitimar as estratégias correntes do FMI e do BM, incluindo as paródias de alívio da dívida. Mbeki se foi de Kananaskis com apenas um compromisso adicional de um bilhão de dólares para a África (além dos recursos já comprometidos em Monterrey). A União Africana apoiou a NEPAD e ao repressivo regime do presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe. Na CMDs, Mbeki violentou o procedimento democrático da ONU, facilitou a privatização da natureza, e não fez nada para abordar o sofrimento da maioria pobre do mundo. Em Davos, as elites globais ignoraram a África, e Mbeki voltou de Evian com as mãos vazias. Para organizar uma etapa da viagem africana de Bush, Mbeki se converteu em “a cabeça de lança” dos EUA com relação ao Zimbabwe (tal como disse Bush), e evitou qualquer conflito em torno do Iraque. Em Cancún, o colapso das negociações sobre comércio deixou Erwin “decepcionado”, porque ele e seus colegas do G20 esperavam um acordo, sem importar quão contrário pudesse ser para os interesses dos países do ACP. Em Dubai, onde Manuel presidiu o Comitê sobre Desenvolvimento, não houve democratização do Bretton Woods, nem novos alívios para a detida, nem reformas de políticas “pós-Washington”. Isto se fez evidente em março de 2004, quando se escolheu a um novo diretor gerente do FMI, em meio da consternação das elites do Terceiro Mundo por esta designação para um trabalho reservado “só para europeus”. Nada mais, exceto o financiamento para forças de paz e uma pequena extensão do inefetivo HIPC, foi o que se conseguiu em Sea Island, enquanto que, por outro lado, o Iraque conseguiu cancelamentos de dívida de 87 bilhões de dólares.

Não há aqui suficiente espaço para a descrição dos detalhes das contínuas derrotas de Mbeki (42). Entretanto, em suma, os fracassos de Pretória deixaram a África do Sul colocada em seu lugar como um sócio subimperial dos EUA e da União Européia. Embora esta relação data da era do Apartheid, a atual recolonização da África – em termos políticos, militares e ideológicos – e a reprodução do neoliberalismo, em conjunto, requerem uma estratégia em linha com a NEPAD.

Desde o final dos anos 90, Mbeki embarcou no exercício de criar um selo para o “Renascimento Africano”, que ele dotou de uma aguda poética mas não muito mais que isso. Por volta de 2001, Mbeki conseguiu incluir como sócios signatários do primeiro rascunho da NEPAD, o “Plano do Milênio para a Recuperação do África”, outros dois governantes das importantes áreas Norte e Oeste do continente: Bouteflika e Obasanjo. Ambos sofreram freqüentes protestos maciços e vários distúrbios civis, militares, religiosos e étnicos em seus lugares de origem. No início de 2001, em Davos, Mbeki deixou claro a que interesses serviria a NEPAD: “É significativo que, em certo sentido, a primeira apresentação formal do progresso no desenvolvimento deste programa esteja sendo realizada na reunião do Fórum Econômico Mundial. O êxito de sua implementação exigirá a participação dos membros deste excitante e vibrante fórum!” (43). Em teoria, o capital internacional se beneficiaria das grandes oportunidades na construção de infraestrutura sobre a base do modelo de associação pública-privada, serviços estatais privatizados, contínuo ajuste estrutural, domínio intensificado da lei internacional sobre

propriedade e vários planos setoriais da NEPAD, tudo isto coordenado de um escritório sul-africano integrada por neoliberais e disposta à vigilância econômica e geopolítica. Uma vez que o plano de Mbeki se fundiu com uma iniciativa de projetos de infraestrutura oferecida por Wade, obteve aprovação na última reunião da Organização para a Unidade Africana, em junho de 2001. (Em 2002, a OUA se transformou na União Africana, e a NEPAD funciona como seu plano oficial para o desenvolvimento).

No início de 2002, as elites globais celebraram a NEPAD em lugares que foram da reunião do Fórum Econômico Mundial em Nova Iorque até a cúpula dos auto-denominados líderes nacionais “progressistas” (Blair incluso) que se reuniu em Estocolmo para forjar uma Terceira Via global. Os olhos da elite estavam pousando-se sobre a “ferida” do mundo (tal como Blair descreveu a África), com a esperança de que a NEPAD servisse como um curativo suficientemente grande, dado que, como reportasse a revista *Institutional Investor*; o que o G8 “erroneamente denominou” Plano de Ação para a África – não representava meramente um apoio “reticente” por parte dos principais doadores, consistente em “só um alívio de dívida de um bilhão de dólares. [O G8] fracassou completamente em reduzir seus subsídios agrícolas domésticos (que prejudicam às exportações agrícolas africanas) e – para maior desencanto de todos os africanos – foi negligente em prover algum tipo de ajuda adicional ao continente” (44). Mbeki tinha solicitado 64 bilhões de dólares em termos de nova ajuda, empréstimos e investimentos a cada ano, mas o *Sunday Times* da África do Sul assinalou que “os líderes das nações mais ricas do mundo se recusaram a cooperar” (45). Então, por um lado, no lapso de umas semanas em meados de 2002, a NEPAD foi apoiada pela Cúpula Inaugural da União Africana, pela CMDS, e pela Cúpula de chefes de Estado da ONU, em Nova Iorque. Por outro lado, o palavrório pró-NEPAD não podia substituir o ausente “novo constitucionalismo” (para tomar emprestada uma frase de Gill) que se traduziria em um poder de longo prazo, irrevogável, sobre o continente. A principal razão para duvidar do compromisso de Mbeki com o neoliberalismo disciplinador e o império da lei era sua reiterada defesa do principal violador das normas liberais, Mugabe (46). Tanto Mbeki como Obasanjo qualificaram a fraudulenta eleição presidencial de março de 2002 como “legítima”, e repetidas vezes se opuseram ao castigo do regime de Mugabe por parte da Commonwealth e da Comissão de Direitos Humanos da ONU. O secretário da NEPAD, Dave Malcomson, responsável pela vinculação e coordenação internacional, admitiu diante de um jornalista: “A onde quer que vamos, censuram-nos que o Zimbabwe é a razão pela qual a NEPAD é uma piada” (47). Entretanto, a meados de 2003, a NEPAD ainda era considerada pelo principal funcionário do regime do Bush para o África como “filosoficamente acertada” (48). Justo antes da cúpula de Evian, o ex-diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, posteriormente representante pessoal da França na África, no marco do G8, explicou o atrativo da NEPAD do seguinte modo: “Os chefes de Estado africanos vieram a nós com a concepção de que a globalização não era uma maldição para eles, como alguns diziam, mas sim justamente o contrário, da qual algo positivo podia ser derivado... É incrível quanta diferença faz isto” (49).

AS CONTRADIÇÕES DO SUBIMPERIALISMO

Houve muitos observadores que, como Manuel Castells, pensaram que “o fim do apartheid na África do Sul, e a potencial vinculação entre uma África do Sul democrática,

governada por uma maioria negra, e os países africanos, ao menos aqueles da África meridional e oriental, permite-nos examinar a hipótese da incorporação da África ao capitalismo global sob condições novas e mais favoráveis, por meio da conexão Sulafricana” (50). Na verdade, o novo fator mais importante em tal incorporação é o papel exploratório dos negócios de Johannesburgo, especialmente nos setores de mineração, construção, serviços financeiros, comércio varejista e turismo (51). Estes muito substanciais investimentos foram, principalmente, absorções, e não novos projetos ou investimentos. Assim, apesar do altamente publicitado amparo a NEPAD, em meados de 2002, por parte de 187 indivíduos e empresas, lideradas por Anglo American, BHP Billiton e Absa, não se realizaram investimentos em vinte projetos chave de infraestrutura dois anos mais tarde, só sonoras queixas corporativas de que o emergente sistema de “revisão pelos pares” da NEPAD tinha insuficiente “força” para disciplinar os políticos rebeldes. Segundo o (pró-NEPAD) *Sunday Times*, depois de uma decepcionante cúpula regional do Fórum Econômico Mundial, “A relutância do setor privado em envolver-se ameaça acabar com as ambições da NEPAD” (52). Em boa medida, esta se deve às malévolas atitudes e à orientação extrativa das corporações baseadas em Johannesburgo. A perspectiva de que estas empresas serão “novos imperialistas” era uma “grande preocupação”, segundo um proeminente integrante do gabinete de Mbeki, Jeff Radebe: “Há, fortes percepções de que muitas companhias sulafricanas que trabalham em outros lugares da África dão a impressão de ser arrogantes, desrespeitosas, depreciativas e descuidadas em suas atitudes com relação às comunidades de negócios locais, as pessoas em busca de emprego e inclusive os governos” (53).

Mas a quem se deve culpar, realmente, por esta relação de poder? O respaldo ideológico para o subimperialismo orientado às corporações habitualmente pode ser encontrado no Instituto Sulafricano para Assuntos Internacionais (SAIIA, por suas siglas em inglês) da Universidade de Witwatersrand, em Johannesburgo. Assim, dado que o SAIIA enfaticamente apoia a estratégia pró-corporativa de Pretória, seus autores têm espaço para dizer ao poder corporativo certas verdades em termos de realpolitik. Em 2001, um investigador do SAIIA advertiu que a agenda de comércio auto-interessada de Erwin “poderia significar, para o conjunto de países da África, que para a África do Sul, um proeminente líder do continente, não importam os interesses de outros” (54). Em 2003, um colega publicou um prova litográfica técnica sobre comércio na qual admitia que os governos africanos viam Erwin “com algum grau de suspeita” por sua promoção da OMC. Na verdade, em Seattle e Cancún, Erwin se posicionou em direta oposição à maioria dos países de baixa renda, cujos pressionados ministros de comércio foram responsáveis pelo fracasso de ambas as cúpulas (55).

Alguns jornalistas sulafricanos também recolheram ondas hostis no resto do continente. Em agosto de 2003, o *Sunday Times* falou dos sentimentos dos delegados dos governos da África meridional em uma cúpula regional em Dar es Salaam: “Pretória foi ‘muito defensiva e protetora’ nas negociações de comércio [e] está sendo acusada de oferecer muito apoio à produção doméstica ‘tais como reintegrações de tarifas sobre as exportações’ o que está aniquilando as outras economias da região” (56). De forma mais geral, segundo o mesmo jornal, em uma crônica sobre a reunião da União Africana em Maputo, em julho de 2003, Mbeki é “visto por outros líderes africanos como muito capitalista, e privadamente o acusam de querer impor sua vontade sobre outros. Nos corredores o chamam de George Bush da África, que lidera a nação mais capitalista da

vizinhança e usa sua força financeira e militar para afiançar sua própria agenda” (57). A agenda de Mbeki não é a da maioria dos africanos ou dos sulafricanos. Se as grandes corporações de Johannesburgo, em grande medida parasitárias e não orientadas ao desenvolvimento, beneficiam-se por meio da NEPAD da legitimação do neoliberalismo e da lubrificação dos fluxos de capital para fora dos países africanos, estes fluxos terminam principalmente em Londres, onde Anglo American Corporation, DeBeers, Old Mutual Insurance, South African Breweries e outras das maiores empresas da África do Sul recolocaram suas sedes financeiras (embora não suas sedes operativas) no final dos anos 90. E se Mbeki e seus colegas se beneficiam do alto perfil que lhes proporcionam a NEPAD e todas as demais funções administrativas globais assinaladas acima, os autênticos vencedores são os que estão em Washington e outros centros imperiais, que, cada vez mais, requerem um testa-de-ferro sulafricano para a atual superexploração e militarização da África. A função da retórica antiimperialista de Pretória, citada no começo, é evidente: disfarçar as práticas subimperiais durante uma recente e alentadora escalada de protesto dos movimentos sociais contra o neoliberalismo a nível local (58) e ao longo do continente africano (59). A esquerda africana expressou um profundo ceticismo em relação às principais estratégias de Mbeki, por exemplo, em uma contundente resolução de uma conferência do Conselho para o Desenvolvimento e a Investigação em Ciências Sociais na África e da Rede do Terceiro Mundo-África em abril de 2002 (60), e em vários pronunciamentos independentes por parte de proeminentes intelectuais e organizações (61). As forças da esquerda não só se opõem quase uniformemente a NEPAD, mas também chamam abertamente seus ministros de Finanças para que deixem de pagar a dívida externa ilegítima. Não só promovem expulsar o BM e o FMI de seus países, mas também a adoção de estratégias internacionais para desfinanciar e abolir as instituições de Bretton Woods. Grupos norte-americanos como o Centro para a Justiça Econômica e o Intercâmbio Global trabalham com o Jubileu África do Sul e o Movimento dos Sem Terra do Brasil, entre outros, para promover o “Boicote aos Bônus do Banco Mundial”, perguntando a seus aliados do Norte: é ético para pessoas socialmente conscientes investir no Banco comprando seus bônus (responsáveis por 80% dos recursos da instituição) e receber dividendos que representam os frutos de enormes sofrimentos? Outros exemplos do que está sendo denominado “desglobalização” incluem os bem-sucedidos esforços para negar aos medicamentos contra a AIDS o status de Direitos de Propriedade Intelectual Associados ao Comércio, para manter organismos geneticamente modificados fora de vários estabelecimentos agrícolas do Sul da África, e para rechaçar os privatizadores de água francesas e britânicos. Para estes fins, a Rede Africana de Comércio e a Rede do Gênero e Comércio, na África, exercem intensa pressão sobre os delegados continentais para que rechacem as propostas de Cancún da OMC. E como os EUA e a União Européia não oferecem nenhuma concessão de grande importância à África, os acordos comerciais bilaterais ou regionais também sofrem resistência por grupos da sociedade civil e governos africanos.

Em um nível mais local, estão em marcha alentadores exemplos do que pode ser denominado como “desmercantilização”, na África e especialmente na África do Sul. Ali, movimentos de esquerda independentes estão lutando para converter em direitos as necessidades humanas básicas: remédios antiretrovirais gratuitos para lutar contra a AIDS e outros serviços de saúde; água gratuita (50 litros por pessoa por dia); eletricidade gratuita (1 quilowatt por hora por pessoa por dia); ampla reforma agrária; proibição de

desconexão de serviços e desalojamentos; educação gratuita; e inclusive um “Contribuição de Renda Básica”, como o que propõem as igrejas e os sindicatos. A idéia é que todos os serviços básicos devem ser providos a todos como um direito humano e, na medida em que seja possível, financiados mediante a imposição de preços muito mais altos ao consumo de luxo.

Posto que a mercantilização generalizada ainda continua de pé na África do Sul, isto poderia proporcionar a base para uma agenda unificadora de um movimento em grande escala por uma mudança social fundamental, se se consegue vincular a demanda de “recuperar e controlar a menor escala” muitas responsabilidades político-econômicas que atualmente estão em mãos de instituições embrionárias de um estado mundial sob a influência dos governos neoliberais dos EUA. O princípio de desmercantilização poderia constituir uma enorme ameaça aos juros capitalistas imperiais, adotando a forma de um rechaço à propriedade intelectual privada (como os medicamentos contra a AIDS), resistência a bio-pirataria, a exclusão de sementes GM dos sistemas agrícolas africanos, a nacionalização das indústrias e os serviços, ou o empoderamento das forças trabalhistas africanas. Para fazer qualquer progresso, também será necessário desvincular-se dos circuitos mais destrutivos do capital global, combinando estratégias e táticas locais de “desmercantilização” com a chamada a fechar o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Além disso, o desafio para as forças progressistas da África, como sempre, consiste em estabelecer a diferença entre “reforma reformistas” e reformas que impulsionam uma agenda “não reformista”. Estas últimas incluiriam generosas políticas sociais que enfatizem a “desmercantilização”, e controles de capitais e estratégias industriais mais orientadas para dentro permitindo o controle democrático das finanças e, finalmente, da própria produção. Este tipo de reformas fortaleceria aos movimentos democráticos, empoderaria diretamente os produtores e, com o tempo, abriria as portas à impugnação do próprio capitalismo.

Entretanto, não só o imperialismo se atravessa no caminho; também o fazem as várias barreiras subimperiais de Pretória. Sem importar sua própria retórica esquerdista ocasional nem o dano histórico em escala mundial infligido pelo império norte-americano, Mbeki e seus colegas estão posicionando a África do Sul como o principal país aspirante a burguês no continente, em linha com o que Frantz Fanon tão agudamente descrevesse como a diminuída “burguesia nacional” de um estado africano pós-colonial, quer dizer, o equivalente moderno de um antigo Bantustão, onde a elite cooptada prospera sob condições de Apartheid global:

Contente com seu papel de agente comercial da burguesia ocidental, fará sua parte sem nenhum complexo e da maneira mais dignificada. Mas este mesmo papel lucrativo, esta função de vendedor de bagatelas, esta mediocridade de perspectiva, e esta ausência de toda ambição simbolizam a incapacidade da classe média para consumir seu papel histórico de burguesia. Aqui, o aspecto dinâmico do pioneiro, as características do inventor e do descobridor de novos mundos que se acham em todas as burguesias nacionais estão infelizmente ausentes... Em seus princípios, a burguesia nacional do país colonial se identifica com a decadência da burguesia do Ocidente. Não devemos pensar que está dando um salto para diante; de fato está começando pelo final. Já é senil antes de ter chegado a conhecer a petulância, a temeridade, ou a vontade de êxito da juventude (62).

NOTAS

1 South African Press Association (SAPA), 29 de Janeiro de 2003.

2 *Business Day*, 20 de Fevereiro de 2003.

3 Reuters, 28 de Junho de 2003.

4 Thabo Mbeki, “Address at the Welcome Ceremony of the WSSD [CMDS]”, Johannesburg, 25 de Agosto de 2002.

5 *The Straits Times*, 3 de Setembro de 2003.

6 Andy Clarno, “Denel and the South African Government: Profiting from the War on Iraq”, *Khanya Journal*, 3 de Março de 2003.

7 *Umsebenzi*, 2, 13, 2 de Julho de 2003. .

8 *Business Day*, 11 de Julho de 2003.

9 AntiWar Coalition Press Statement, 1 de Julho de 2003.

10 *Mail and Guardian*, 24 de Maio de 2004.

11 *Washington File*, 11 de Junho de 2004.

12 Ver, por exemplo, Robert Brenner, *The Boom and the Bubble*, London: Verso, 2003; Robert Pollin, *Countours of Descent: US Economic Fractures and the Landscape of Global Austerity*, London: Verso, 2003; Ellen Melksins Wood, *Empire of Capital*, London: Verso, 2003; Robert Biel, *The New Imperialism*, Londres: Zed Books, 2000.

13 United Nations Conference on Trade and Development, *Trade and Development Report 2003*, Geneva, 2003, p. 26.

14 Giovanni Arrighi: “The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects”, *New Left Review*, 15, 2002; John Saul and Colin Leys, “Sub-Saharan Africa in Global Capitalism”, *Monthly Review*, Julho de 1999.

15 Michael Barratt Brown, “Africa’s Trade Today”, Paper for the Review of African Political Economy and CODESRIA 30th Anniversary Conference, Wortley Hall, Sheffield, 27-29 May 2004. Ver también Michael Barratt Brown y Pauline Tiffen, *Short Changed: Africa and World Trade*, Londres: Pluto Press, 1992.

16 World Bank, *Global Finance Tables*, Washington DC, 2002.

17 James Boyce and Léonce Ndikumana, “Is Africa a Net Creditor? New Estimates of Capital Flight from Severely Indebted Sub-Saharan African Countries, 1970-1996”, Occasional Paper, University of Massachusetts Amherst Political Economy Research Institute, 2002.

18 Michael Perelman, *The Invention of Capitalism: Classical Political Economy and the Secret History of Primitive Accumulation*, Durham: Duke University Press, 2000.

19 David Harvey, *The New Imperialism*, Oxford and Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

20 David Harvey, *The Limits to Capital*, Second Edition, Londres: Verso, 1999.

21 Isabella Bakker and Stephen Gill, “Ontology, Method and Hypotheses”, em I. Bakker and S. Gill, eds., *Power, Production and Social Reproduction*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003, p. 36.

22 Ver, por exemplo, Dianne Elson, “The Impact of Structural Adjustment on Women: Concepts and Issues”, em B. Onimode, ed., *The IMF, the World Bank and the African Debt*, Londres: Zed Books, 1991; Sara Longwe, “The Evaporation of Policies for Women’s Advancement”, em N. Heyzer et al., eds., *A Commitment to the World’s Women*, Nova Iork: UNIFEM, 1991. Uma completa resenha da literatura africana realizada por Dzodzi Tsikata e Joanna Kerr mostra que “o atual desenho de políticas econômicas não é capaz de reconhecer as contribuições do trabalho não remunerado das mulheres, em suas casas, nos campos, ou nos mercados informais onde se desempenha a maioria dos trabalhadores das sociedades africanas. Se argumentou que estes traços afetaram a percepção das atividades econômicas e as políticas econômicas em formas tais que perpetuam a subordinação das mulheres”. Ver Dzodzi Tsikata and Joanna Kerr, eds., *Demanding Dignity: Women Confronting Economic Reforms in Africa*, Ottawa: The North-South Institute and Accra: Third World Network-Africa, 2002.

23 No caso do enorme conglomerado *Anglo American Corporation*, com base em Londres e Johannesburg, os recursos para abordar trabalhadores foram de 12%; e 88% dos empregados com salários mais baixos foram despedidos a um custo muito baixo, uma vez que já não podiam trabalhar; e seus substitutos foram recrutados entre os 42% de desempregados que formam o exército industrial de reserva da África do Sul. Para ampliar, ver Patrick Bond, *Elite Transition: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa*, Foreword to the Second Edition, Londres: Pluto Press, 2004.

24 Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

25 Leo Panitch and Sam Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin Press, 2003.

26 Robert Biel, “Imperialism and International Governance: The Case of US Policy Towards Africa”, *Review of African Political Economy*, 95, 2003, p. 87.

27 Panitch and Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, p. 33.

28 Thomas Barnett, “The Pentagon’s New Map”, United States Naval War College, <<http://www.nwc.navy.mil/newrules/ThePentagonsNewMap.htm>>, 2003.

29 Martin Plaut, “US to Increase African Military Presence”, 23 Março 2004, <<http://www.bbc.co.uk>>.

30 <<http://www.allAfrica.com>>, 2 de Maio de 2003.

31 *Ghana News*, 11 de Junho de 2003.

32 Ian Taylor, “Conflict in Central Africa: Clandestine Networks and Regional/Global Configurations”, *Review of African Political Economy*, 95, 2003, p. 49.

33 Aqui, o maior dilema parece ser o nível muito alto de HIV-positivos entre os membros das forças armadas de países chave. Ver Stefan Elbe, *Strategic Implications of HIV/AIDS*, Adelphi Paper 357, International Institute for Strategic Studies, Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 23-44.

34 *Vancouver Sun*, 11 de Maio de 2004.

35 SAFA, 2 de Julho de 2003. Outros países africanos onde os criminosos de guerra norte-americanos estão a salvo dos processos da Corte Criminal Internacional graças à chantagem da ajuda militar são a República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Ghana, Quênia, Maurício, Serra Leoa e Zâmbia.

36 <<http://www.epawatch.net/general/text.php?itemID=161&menuID=28>>; <<http://www.twnafi-ica.org/atn.asp>>.

37 Patrick Bond, “Globalization, Pharmaceutical Pricing and South African Health Policy: Managing Confrontation with US Firms and Politicians”, *International Journal of Health Services*, 29(4), 1999.

38 Citado em *SA Institute for International Affairs e-Africa*, Maio, 2004. Este sistema de qualificação segue os exemplos estabelecidos na Ata sobre Crescimento e Oportunidade na África [AGOA, em sua sigla em inglês], a qual até 2003 se aplicava a 39 países; os restantes 13 países africanos foram vetados pela Casa Branca por várias razões. As condicionalidades da AGOA incluem a adoção de políticas neoliberais, a privatização de ativos estatais, a remoção de subsídios e controles de preços, o fim dos incentivos às empresas locais, e o apoio à política exterior norte-americana.

39 Ver Nancy Alexander, “Triage of Low-Income Countries? The Implications of the

IFI's Debt Sustainability Proposal", Washington, <<http://www.servicesforall.org/html/otherpubs/judgejuryscorecard.pdf>>, 2004.

40 *Sowetan*, 26 de Agosto de 2003.

41 Peter Vale, *Security and Politics in South Africa: The Regional Dimension*, Cape Town: University of Cape Town Press, 2003, p. 133.

42 Minha própria documentação pode ser vista em Patrick Bond, *Talk Left, Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms*, Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2003; *Against Global Apartheid: South Africa Meets the World Bank, IMF and International Finance*, Second Edition, Londres: Zed Books, 2003; *Unsustainable South Africa: Environment, Development and Social Protest*, Londres: Merlin Press, 2003; *Fanon's Warning: A Civil Society Reader on the New Partnership for African Development*, Trenton: Africa World Press. Ver também Ian Taylor, *Stuck in Middle Gear: South Africa's Post-Apartheid Foreign Relations*, Westport: Praeger, 2001.

43 *Business Day*, 5 de Fevereiro de 2001.

44 Deepath Gopinath, "Doubt of Africa", *Institutional Investor Magazine*, Maio, 2003.

45 *Sunday Times*, 30 de Junho de 2002; *Business Day*, 28 de Junho de 2002.

46 Existe uma enorme confusão sobre o papel de Mbeki no Zimbabwe, o que se aborda em Patrick Bond e Masimba Manyanya, *Zimbabwe's Plunge: Exhausted Nationalism, Neoliberalism and the Search for Social Justice*, Londres: Merlin Press, Pietermaritzburg: University of Natal Press and Harare: Weaver Press, 2003. Para uma importante crítica a Mugabe de um ponto de vista afro-feminista, ver Horace Campbell, *Reclaiming Zimbabwe: The Exhaustion of the Patriarchal Model of Liberation*, Cidade do Cabo: David Philip, 2003.

47 *Business Day*, 28 de Março de 2003.

48 Gopinath, "Doubt of Africa". Poucos meses mais tarde, Walter Kanstelner renunciou como assistente para África do secretário de Estado, mas o sentimento continuou.

49 <http://www.g7.utoronto.ca/summit/2003evian/briefin_aprO30601.html> .

50 Manuel Castells, *The Information Age, Volume III: End of Millennium*, Oxford: Blackwell Publishers, 1998, p. 88.

51 Por documentação, ver Darlene Miller, "South African Multinational Corporations, NEPAD and Competing Claims on Post-Apartheid Southern Africa", Institute for Global Dialogue Occasional Paper 40, Johannesburg, 2004; Darlene Miller, "SA Multinational Corporations in Africa: Whose African Renaissance?", International Labour Research and Information Group Occasional Paper, Cape Town, 2003; John Daniel, Vinesha

Naidoo and Sanusha Naidu, “The South Africans have Arrived: Post-Apartheid Corporate Expansion into Africa”, em J. Daniel, A. Habib and R. Southall, eds., *State of the Nation: South Africa 2003-04*, Pretória: Human Sciences Research Council, 2003 (embora deva-se notar que este último capítulo não está de acordo com o argumento de que Pretória é subimperialista).

52 *Sunday Times*, 24 de Maio de 2004.

53 SAPA, 30 de Março de 2004.

54 *Mail & Guardian*, 16 de Novembro de 2001.

55 *Business Day*, 2 de Junho de 2003.

56 *Sunday Times*, 24 de Agosto de 2003.

57 *Sunday Times*, 13 de Julho de 2003.

58 <<http://www.ukzn.ac.za/ccs>>; <<http://www.red.org.za>>; <<http://www.aidc.org.za>>; <<http://southafrica.indymedia.org>>; <<http://www.khanyacollege.org.za>> .

59 Para ampliar sobre a esquerda africana, ver John Fisher, “Africa”, em E. Bircham and J. Charlton, eds., *Anti-Capitalism: A Guide to the Movement*, Londres: Bookmarks, 2002; Leo Zellig, ed., *Class Struggle and Resistance in Africa*, Cheltenham: New Clarion, 2002; *Bond, Talk Left, Walk Right, Chapter Twelve*; Trevor Ngwane, “Sparks in Soweto”, *New Left Review*, 21, 2003.

60 Council for Development and Social Science Research in Africa, Dakar and Third World Network-Africa, “Declaration on Africa’s Development Challenges”, Resolution adopted at the “Joint Conference on Africa’s Development Challenges in the Millennium”, Accra, 23-26 April 2002, reimpresso em Bond, *Fanon’s Warning*.

61 Ver <<http://www.codesria.org>>, para Jimi Adesina, “Development and the Challenge of Poverty: NEPAD, PostWashington Consensus and Beyond”, Paper apresentado em CODESRIA/TWN Conference on África and the Challenge of the 21st Century, Accra, 23-26 April 2002; Y para Dani Nabudere, “NEPAD: Historical Background and its Prospects”, em P. Anyang’Nyong’o et al., eds., *NEPAD: A New Path?* Nairobi: Heinrich Böll Foundation 2002.

62 Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth*, New York: Grove Press, 1963, pp.152-153.

TERRORISMO, PETRÓLEO E CAPITAL: A CONTRA-INSURGÊNCIA NORTE-AMERICANA NA COLÔMBIA

Doug Stokes

Durante a Guerra Fria o governo dos Estados Unidos interveio em mais estados na América Latina que em qualquer outro continente, com o financiamento da contra-insurgência convertida no instrumento principal de suas políticas coercitivas.

Os responsáveis norte-americanos do planejamento argumentavam que este tipo de “apoio” aos estados aliados estava desenhado para fazer frente à influência da União Soviética mediante a destruição dos movimentos insurgentes armados de esquerda, que eram retratados como instâncias do expansionismo soviético. George Kennan, o arquiteto da grande estratégia de contenção norte-americana durante a Guerra Fria, explicou que para se ocupar do comunismo na América Latina a resposta final “poderia ser desagradável”, mas que os EUA “não deviam duvidar diante da repressão policial por parte do governo local”. Era melhor, explicava a seguir, “ter um regime forte no poder que um governo liberal se é indulgente e está relaxado e penetrado por comunistas” (1).

Durante este período, a Colômbia foi um dos principais destinatários do financiamento e treinamento da contra-insurgência por parte dos EUA com o objetivo de destruir as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), um movimento insurgente de camponeses e indígenas. As FARC foram retratadas como guerrilhas apoiadas pela União Soviética, e uma ameaça para o estado colombiano pró-estadunidense. Durante estes anos o exército colombiano executou abusos generalizados ao direitos humanos. Ainda que tais abusos não tivessem sido aprovados publicamente, eram considerados um mal necessário para prevenir as conseqüências devastadoras que – alegava-se – existiriam para a segurança norte-americana o fato de que um estado potencialmente pró-soviético chegasse ao poder na América Latina. Desde o fim da Guerra Fria, os EUA não apenas continuaram financiando e treinando o exército colombiano em sua luta contra as FARC, mas como de fato aumentou de maneira dramática seu apoio, a tal ponto que a Colômbia é hoje o terceiro destinatário principal da ajuda militar norte-americana em todo o mundo. Isto é assim apesar do compromisso da pós Guerra Fria, publicamente declarado pelos EUA, com a promoção da democracia da intervenção humanitária em favor dos direitos humanos, e a evidência persistente de grosseiras violações aos direitos humanos cometidas pelo exército colombiano e seus aliados paramilitares.

Em 2002, houve mais de oito mil assassinatos políticos na Colômbia, 80% dos quais realizados por grupos paramilitares aliados ao exército colombiano (2). Ainda que os EUA tivesse “promovido a poliarquia” na América Latina em geral, apoiando-se mais no consenso que na coerção para manter seu domínio (3), na Colômbia apoia tenazmente um estado que de modo primário recorre ao terrorismo de estado para destruir o dissenso e as pressões populares em prol de reformas. Enquanto os EUA continuem subscrevendo e apoiando este terrorismo de estado, poderia se dizer com justiça – sem minimizar o papel da classe dominante colombiana neste processo – que “promove a *terrorcracia*” na Colômbia.

Isto não quer dizer que os mecanismos de consenso sejam irrelevantes, mesmo neste caso. Como argumenta David Harvey, a política norte-americana se sustenta em processos de consenso e cooperação a fim de “afirmar de maneira plausível ante outros

que atua em nome do interesse geral, mesmo quando, tal como suspeita a maior parte das pessoas, esteja atuando estritamente em defesa de seus próprios interesses. Trata-se disto quando se fala de exercer a liderança mediante o consenso” (4). Com relação à Colômbia, o meio principal para forjar consensos durante a era da pós Guerra Fria foi a formulação de novos discursos sobre a “guerra contra as drogas”, e agora a “guerra contra o terrorismo”, com a finalidade de obter consenso para o uso da coerção. O objetivo deste artigo é mostrar, primeiro, que os EUA utilizaram a contra-insurgência como o principal instrumento coercitivo para a estabilização e defesa do capitalismo na Colômbia; segundo, que a promoção de interesses setoriais do capitalismo transnacional primariamente concentrado no petróleo é inerente a esta estratégia coercitiva dos EUA na Colômbia; e terceiro, que uma tentativa para fazer com que as formas coercitivas de terror apoiadas pelos EUA pareçam necessárias e aceitáveis é intrínseco a este processo.

CONTRA-INSURGÊNCIA NA COLÔMBIA DURANTE A GUERRA FRIA

A relação de apoio mútuo entre o exército do governo mediante a coerção dos EUA e a reprodução do capitalismo foi reconhecida no próprio começo dos programas norte-americanos de ajuda e treinamento à contra-insurgência para o exército colombiano no final dos anos 50 e início dos 60. Depois de uma década de guerra civil na Colômbia, havia uma crescente preocupação por parte dos EUA com relação aos “enclaves” de camponeses armados ao longo das regiões sulistas da Colômbia. Um memorando de 1959 de Roy Rubotton, subsecretário de Estados para Assuntos Inter-americanos, delineava a lógica para o fornecimento de treinamento norte-americano contra-insurgente. O memorando argumentava que ainda que “fosse difícil encontrar o perigo concreto do comunismo na situação atual da guerrilha colombiana”, a “continuidade das condições de instabilidade na Colômbia é favorável aos objetivos comunistas” e ameaça o “estabelecimento de uma democracia pró-estadunidense de livre iniciativa” (5).

A Colômbia foi um dos maiores destinatários de investimento estrangeiro direto (IED) norte-americano na América do Sul. Dos 399 milhões de dólares de IED norte-americano na Colômbia em 1959, a maior parte (255 milhões) foi em petróleo, seguido por manufaturas, serviços públicos e comércio (6). A proximidade da Colômbia do Canal do Panamá também preocupou os responsáveis pelo planejamento norte-americanos nos primeiros anos de assistência à contra-insurgência: a instabilidade próxima à zona do canal poderia potencialmente prejudicar o comércio mundial e o acesso estratégico dos EUA. Em 1960, o Coronel Edward Lansdale, subsecretário de Defesa para Operações Especiais dos EUA, assinalou que os EUA deviam “encarregar-se da ajuda à Colômbia para corrigir a situação de insurreição política” perto da zona do Canal, um “lugar vital para nossa própria segurança nacional” (7).

Documentação interna relacionada com a contra-insurgência revela a ativa promoção por parte do estado norte-americano da extensa e invasiva vigilância e espionagem exercida sobre os elementos progressistas da sociedade civil com a finalidade de impedir a “subversão” das relações sócio-econômicas capitalistas. Um manual utilizado para treinar as forças colombianas de contra-insurgência lhes dizia que perguntassem: “Há alguma organização política que pudesse constituir uma frente para atividades insurgentes? O sistema público de educação está vulnerável à infiltração de agentes insurgentes? Qual é a influência da política nos professores, livros didáticos e

estudantes, e ao inverso, que influência exerce o sistema educacional sobre a política?” (8). A seguir lhes era dito que perguntassem qual “é a natureza das organizações trabalhistas; que relação existe entre estas organizações, o governo e os insurgentes?”; Ao delinear os alvos das operações de inteligência da contra-insurgência, o manual identificava uma quantidade de categorias ocupacionais e identidades sociais genéricas. Estas incluíam “comerciantes” e “donos de bares e garotas de bares” e “cidadãos comuns que são tipicamente membros de organizações e associações que... desempenham um papel importante na sociedade local”. Em particular, as forças de contra-insurgência respaldadas pelos EUA deviam se concentrar em “líderes de grupos dissidentes (minorias, seitas religiosas, sindicatos operários, facções políticas) que pudessem ser capazes de identificar pessoal insurgente, seus métodos de operação, e os atores locais que os insurgentes esperam explorar”. Em uma indicação ostensiva da equação entre movimentos operários e subversão, o manual afirmava que as forças insurgentes geralmente procuram trabalhar com sindicatos operários e dirigentes sindicais com o intuito de determinar “as causas principais de descontentamento social que possam ser melhor exploradas para derrubar o governo estabelecido e recrutar fieis seguidores”. O manual estabelecia que as organizações que enfatizam a necessidade de “reformas sociais políticas ou econômicas imediatas poderiam indicar que os insurgentes teriam ganho um grau considerável de controle”; e passava a detalhar uma série do que se denomina como “Indicadores de Atividade Insurgente”:

A negativa dos camponeses em pagar a renda, impostos, ou o pagamento de empréstimos ou uma dificuldade incomum para arrecadar. Aumento na quantidade de artistas com uma mensagem política. Desacreditar o sistema judicial e as organizações policiais. Caracterização das forças armadas como o inimigo do povo. Aparição de doutrinas questionáveis no sistema educativo. Rápido aumento dos membros em organizações estabelecidas, tais como as organizações operárias. Crescente mal-estar entre os trabalhadores. Crescente atividade estudantil contra o governo e sua polícia, ou contra grupos minoritários, estrangeiros e outros. Um crescente número de artigos ou propaganda nos jornais criticando as ações do governo. Aumento de petições reclamando ao governo a reparação de injustiças; Proliferação de slogans apontando injustiças específicas. Início de campanhas mediante cartas abertas aos jornais e aos funcionários de governo repudiando condições indesejáveis e culpando os indivíduos no poder (9).

Por fim, a estratégia norte-americana de contra-insurgência estava diretamente em conflito com amplos espaços de atividade democrática, e serviu para afiançar um tipo particular de estabilidade política na Colômbia. Centrais a esta postura de segurança foram a defesa secreta do terrorismo de estado e do desenvolvimento encoberto de redes paramilitares. Em 1962, o general William Yarborough, Chefe da Equipe de Operações Especiais de Guerra do exército norte-americano que tinha proporcionado o projeto inicial para a reorganização do exército colombiano para a contra-insurgência, afirmou:

É a opinião considerada pertinente da equipe de inspeção que se deveria fazer agora um esforço conjunto entre nossos países com a finalidade de selecionar pessoal civil e militar para o treinamento clandestino em operações de resistência em caso destas serem necessárias mais adiante. Isto devia ser realizado com vistas ao

desenvolvimento de uma estrutura civil e militar a ser aproveitada em caso de que o sistema de segurança interno colombiano se deteriore ainda mais. Esta estrutura deveria ser usada para pressionar em prol de reformas que são consideradas necessárias, desenvolver funções de contra-propaganda e de ser necessário executar atividades paramilitares, de sabotagem e/ou terroristas contra agentes reconhecidos como defensores do comunismo. Deveria ser respaldada pelos EUA ... O aparato deveria ser o responsável pela execução clandestina de planos desenvolvidos pelo governo dos EUA em prol de objetivos definidos nas áreas política, econômica e militar. Isto permitiria passar à ofensiva em todos os campos de trabalho em lugar de depender de que os colombianos encontrem sua própria solução (10).

Antes do final da Guerra Fria, o Escritório de Diplomacia Pública (OPD) foi estabelecido para manejar as percepções públicas com relação à política norte-americana e para vender a intervenção na América Latina tanto para as audiências nacionais como para as internacionais (11). Estava particularmente relacionada com a produção de consenso em torno das intervenções do governo Reagan na América Central contra os insurgentes de o Salvador e o governo sandinista (FSLN) da Nicarágua. O importante é que o OPD chegou a conclusão de que o anti-comunismo estavam se tornando um pretexto ineficaz para justificar a intervenção norte-americana na América Latina ainda antes do fim da Guerra Fria. Um memorando do OPD indicava que era necessário desenvolver novos temas de propaganda a fim de “ênfatisar e aproveitar as características negativas de nossos adversários” (12). Estes temas foram identificados em outro memorando do OPD que proporciona algumas percepções particularmente importantes com relação à evolução da propaganda norte-americana e seu desenvolvimento prévio no final da Guerra Fria. O memorando delineava uma série de “percepções de apoio” que devia ser ênfatisadas a fim de facilitar o objetivo do governo de retratar a ajuda aos contras nicaraguenses como um “interesse nacional vital para os EUA”. Estas percepções de apoio eram que o “FSLN é racista e reprime os direitos humanos”, que o “FSLN está envolvido nos problemas de drogas dos EUA” e que o “FSLN está ligado ao terrorismo internacional”. Estes temas foram identificados mediante pesquisas de opinião pública “para ver o que posiciona os norte-americanos contra os sandinistas” e por fim gerar consenso para a intervenção norte-americana (13) (em 2002, o governo Bush nomeou a Otto Reich, o homem responsável pelo OPD durante a década de 80, como subsecretário de Estados para Assuntos do Hemisfério Ocidental).

Em 1987, John Waghelstein, um especialista norte-americano líder em questões de contra-insurgência, explicou a utilidade de ênfatisar o tema da droga para vender a intervenção norte-americana aos públicos apropriados. Argumentou que isto fomentaria uma “combinação de ambos os temas na percepção da opinião pública norte-americana e o Congresso [conduziria] ao apoio necessário para se opor aos terroristas guerrilheiros/narcotraficantes neste hemisfério” (14). Com esta fusão sugerida entre guerrilha e drogas, “o Congresso acharia difícil interferir no apoio a nossos aliados mediante treinamento, assessoramento e assistência de segurança necessários para tornar o trabalho” de contra-insurgência, enquanto que aqueles “grupos da igreja e os acadêmicos” que “apoiaram servilmente à insurgência na América Latina” se encontrariam “do lado errado da questão moral”. Ainda mais importante, os EUA “ocupariam a posição moral inexpugnável de onde lançar uma ofensiva conjunta

utilizando recursos tanto do Departamento de Defesa como outros envolvidos em assuntos exteriores”. Forjar este consenso foi por fim crucial para preparar o caminho para a promoção permanente da *terrorcracia* na Colômbia por parte dos EUA.

CONTRA-INSURGÊNCIA NA COLÔMBIA DEPOIS DA GUERRA FRIA

O Plano Colômbia, de 1,3 bilhões de dólares, iniciado sob o governo Clinton, foi vendido tanto à opinião pública norte-americana como a internacional como um componente essencial da guerra dos EUA contra as drogas na América Latina. Nas palavras do congressista Cass Ballanger, desde o final da Guerra Fria “a política exterior norte-americana dirigida à Colômbia somente esteve centrada em atividades contra o narcotráfico”. A preocupação do Congresso norte-americano em limitar “os esforços no sentido de uma estratégia de luta contra a droga, numa tentativa de evitar que fiquem envolvidos no que parecer ser uma luta interna interminável”, garantiu que o Plano Colômbia fosse apresentado “unicamente como uma operação contra o narcotráfico” (15). Um componente central da implementação do Plano Colômbia foi a formação e re-treinamento de uma série de novas brigadas colombianas “anti-narcóticos” para, em última instância, destruir as FARC. Estas eram agora caracterizadas como “narco-guerrilhas” e como os principais agentes na Colômbia supostamente responsáveis pelo tráfico de drogas para os EUA.

A designação das FARC como “narco-guerrilhas” é premeditadamente mal-intencionada e falsa. Na região sul da Colômbia há um antigo padrão de cultivo de coca em pequena escala por parte de camponeses desalojados ao longo das décadas de guerra civil e pela distribuição desigual das terras, mas até o fim da década de 90 o cultivo tinha se estendido amplamente em todo o país, com concentrações de coca nas zonas oriental e ocidental, assim como nos baluartes paramilitares dos estados do norte da Colômbia (16). Ainda mais importante que as zonas geográficas nas quais se cultivava a coca, no entanto, são as redes de tráfico que se concentram no norte, operadas, protegidas e sustentadas pela narco-máfia colombiana e suas milícias paramilitares. São estas redes de narcotráfico as responsáveis pelo envio de droga aos mercados norte-americanos e pela lavagem de dinheiro produzido pela sua venda nas redes financeiras tanto colombianas como internacionais. Os EUA ignoraram completamente tais redes no Plano Colômbia.

O ex-subdiretor da Drug Enforcement Agency (DEA), James Milford, reconheceu que, enquanto as FARC “geram rendas mediante a ‘cobrança de impostos’ de atividades relacionadas com as drogas” naquelas regiões que controlam, “nada indica que os próprios grupos insurgentes estejam traficando drogas, seja produzindo cocaína e... vendendo-a aos cartéis mexicanos, ou estabelecendo suas próprias redes de distribuição nos EUA” (17). Por outro lado, assinalou que Carlos Castaño, que dirige o grupo paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), é um “importante traficante de cocaína” e possui laços estreitos com o cartel de drogas de North Valley que é “uma das organizações de narcotráfico mais poderosas da Colômbia”. Donnie Marshall, o ex-diretor da DEA, também confirmou que grupos paramilitares de direita “arrecadam fundos mediante a extorsão ou protegendo operações de laboratórios no norte e no centro da Colômbia. A organização de Carlos Castaño e possivelmente outros grupos paramilitares parecem estar diretamente relacionados com o processamento de cocaína. pelo menos um destes grupos paramilitares parece estar envolvido na exportação de

cocaína da Colômbia” (18). Marshall concluiu que “na atualidade, não há informação confirmada de que as FARC estejam diretamente envolvidas no tráfico de drogas da Colômbia para os mercados internacionais”.

Klaus Nyholm, diretor do Programa das Nações Unidas para o Controle das Drogas (United Nations Drug Control Programme, UNDCP), assinalou que “as guerrilhas são algo diferente dos traficantes; as frentes locais são bastante autônomas. Mas em certas áreas, não estão envolvidos em absoluto. E em outras, dizem energicamente aos pequenos produtores que não cultivem coca” (19). Na ex Zona Desmilitarizada dos rebeldes, Nyholm afirmou que “o cultivo de drogas não aumentou nem diminuiu” uma vez que “as FARC tomaram o controle”. Na verdade, Nyholm assinalou em 1999 que as FARC estavam cooperando com um projeto da ONU de 6 milhões de dólares para substituir o cultivo de coca com novas formas de desenvolvimento alternativo legal (20). E recentemente chegou tão longe a ponto de dizer que:

a relação dos paramilitares com o tráfico de drogas é indubitavelmente muito mais estreita [que a das FARC] ... Muitos dos grupos paramilitares começaram como braços armados dos traficantes de drogas. Hoje são mais autônomos, mas mantiveram suas estreitas relações com os traficantes. Em alguns dos povoados costeiros, de fato, é difícil às vezes dizer se um homem é um chefe paramilitar, grande plantador de coca, dono de um laboratório de cocaína, fazendeiro, ou político local. Poderia ser as cinco coisas de uma vez só (21).

Claramente, as FARC são um jogador pequeno com comparação com as redes paramilitares e os barões da cocaína que tais paramilitares protegem. Então, por que, se tanto os EUA como as agências anti-drogas da ONU informaram repetidas vezes ao longo dos anos que os paramilitares estão muito mais envolvidos que as FARC no cultivo, refinamento e transporte da cocaína para os EUA, o Plano Colômbia tendeu a enfatizar o suposto vínculo das FARC com o narcotráfico internacional? A razão é simplesmente que os paramilitares foram durante muito tempo centrais para a operação da contra-insurgência colombiana apoiada pelos EUA e a *terrorcracia*. Se voltamos ao chamado de William Yarborough em 1962 para formar uma rede paramilitar integrada, encontraremos que os EUA foram instrumentais para o estabelecimento e a perpetuação das redes paramilitares que são responsáveis pela ampla maioria dos abusos aos direitos humanos cometidos na Colômbia na atualidade, cujas vítimas são basicamente sindicalistas, jornalistas, professores, defensores dos direitos humanos e os pobres (22).

Crucial nisto foi uma reorganização da inteligência militar colombiana em 1991, liderada pelos EUA com a ajuda de assessores do Departamento de Defesa e da CIA na Colômbia. A Human Rights Watch obteve uma cópia da ordem oficial do governo da Colômbia autorizando esta reorganização secreta, que foi confirmada como autêntica pelo então ministro de Defesa colombiano, Rafael Pardo (23). A ordem não dizia nada sobre prestar ajuda ao exército colombiano em seus esforços contra os narcóticos. Ao contrário, concentra-se exclusivamente em combater o que se denominou “uma escalada terrorista por via da subversão armada” mediante a criação do que a Human Rights Watch caracterizou como “uma rede secreta que contava com paramilitares não apenas para operações de inteligência, mas também para realizar assassinatos” (24). A reorganização incorporou, ademais, as redes paramilitares dentro do exército colombiano, dificultando

assim o rastreamento da relação. Por exemplo, a ordem estabelecia que todo “material escrito” devia ser “removido” e que toda “interação ou contato aberto com instalações militares” devia ser evitada pelos paramilitares. O manejo das redes devia ser realizado em segredo, o que permitiria “a flexibilidade necessária para cobrir objetivos de interesse”. A Human Rights Watch assinalou que uma vez que esta reorganização secreta da inteligência militar colombiana completou-se, a violência paramilitar “aumentou dramaticamente”.

Ao facilitar então a incorporação das principais redes terroristas paramilitares à estratégia de contra-insurgência predominante na Colômbia, os EUA buscaram obscurecer ainda mais os vínculos entre ambas as partes, tornando a relação mais encoberta – apesar do Departamento de Estado norte-americano ter admitido que os paramilitares são essencialmente “uma força mercenária ‘vigilante’ financiada por atividades criminosas” e o exército privado dos “narcotraficantes ou grandes terratenentes” (25). O envolvimento paramilitar com narcóticos é claramente um assunto pouco importante em relação à principal prioridade dos EUA: a destruição das FARC e a manutenção da *terrorcracia* a fim de isolar o sistema político colombiano das pressões democráticas. Em um momento de franqueza, Carlos Castaño, o já mencionado cabeça do grupo paramilitar AUC, não apenas admitiu que o tráfico de drogas e os narcotraficantes financiavam 70% das operações de sua organização, mas também se jactou de que seus paramilitares “sempre proclamaram que nós somos os defensores da livre iniciativa e dos setores industriais nacional e internacional” (26).

A orientação explicitamente anti-terrorista da política norte-americana depois dos atentados do 11 de setembro levou a uma mudança, da linguagem anti-narcóticos para a linguagem antiterrorismo, para justificar as operações contra-insurgência dos EUA na Colômbia. O Procurador Geral dos EUA, John Ashcroft, agora designa as FARC como “o grupo terrorista internacional mais perigoso com base no hemisfério ocidental” (27). E o Senador norte-americano John McCain argumentou que “a política norte-americana abandonou a ilusão de que o governo colombiano está lutando duas guerras separadas, uma contra o tráfico de drogas e outra contra os terroristas locais”. Os EUA, sustentou, descartaram definitivamente “qualquer distinção fictícia entre operações anti-narcóticos e de contra-insurgência” (28). O programa de ajuda do governo Bush para o exército colombiano para o ano de 2003, a Iniciativa Regional Andina, atribuiu recursos de aproximadamente 538 milhões de dólares para esse ano. De forma reveladora, tal Iniciativa contém também um componente que enviará 98 milhões de dólares a uma nova unidade militar colombiana de 4.000 efetivos treinada para proteger o oleoduto de Caño Limón pertencente à corporação petrolífera multinacional norte-americana Occidental Petroleum.

Tanto o novo discurso norte-americano como a acrescentada ajuda militar, apesar da contínua extensa colaboração entre o exército colombiano e seus aliados paramilitares, fazem olhos moucos descaradamente para a persuasiva documentação apresentada pela Anistia Internacional sobre a conivência de longa data entre as forças paramilitares e o exército colombiano por meio da qual em “áreas onde existe atividade paramilitar desde muito tempo, informação confiável e abundante demonstra que as forças de segurança continuaram permitindo o desenvolvimento das operações paramilitares, com escassa ou nenhuma evidência de que se realizaram ações para restringir tais atividades”. A Anistia Internacional assinalou que a unidade do exército colombiano estabelecida

especificamente para ocupar-ser dos paramilitares não era mais que “um tigre de papel” e definiu o departamento do governo colombiano que supostamente investiga os massacres paramilitares como “um porta-voz de relações públicas do governo” (29).

O novo presidente de linha dura da Colômbia, Álvaro Uribe, começou a negociar com os paramilitares a fim de conceder-lhes uma anistia geral e incorporá-los mais abertamente ao exército colombiano. As negociações de Uribe com as AUC estão em curso, e enviou um projeto de lei ao Congresso que permitirá aos líderes paramilitares comprar sua impunidade pelos abusos cometidos contra os direitos humanos. De acordo com o Human Rights Watch, esta “lei de anistia” é essencialmente um “cheque em branco em termos de impunidade” (30). A Alta Comissão para os Direitos Humanos da ONU também condenou esta lei e argumentou que “abre as portas para a impunidade”, na medida em que “invalida as sentenças de prisão ao permitir que as partes responsáveis evitem passar um só dia na prisão” (31). Ainda assim, as políticas de Uribe foram respaldadas pelos EUA. O secretário de Estado Colin Powell declarou que os EUA “está firmemente comprometido com o Presidente Uribe e sua nova estratégia de segurança nacional”, comprometendo-se que o governo Bush trabalhará “junto com nosso Congresso para fornecer financiamento adicional para a Colômbia” (32). Gordon Sumner, que fora enviado especial na América Latina do presidente Reagan, expressou sem rodeios a melhor maneira de sortear o problema de relações públicas formulado pela lei de anistia de Uribe: “Primeiro, deixar que seja eles os que respondam pela lei, acabem com as drogas e abracem os direitos humanos”, e depois tratar de “colocá-los de nosso lado para lutar contra as guerrilhas, que são a maior ameaça”. Na Colômbia, declarou, “os amigos são exagerados na batalha” (33).

A ECONOMIA POLÍTICA DA CONTRA-INSURGÊNCIA NA COLÔMBIA

A intervenção norte-americana de contra-insurgência na Colômbia não poder ser separada de um conjunto mais amplo de considerações econômicas, estratégicas e políticas regionais norte-americanas que transcendem as definições jurídicas convencionais de soberania. Os laços interdependentes entre o capital norte-americano e colombiano dependeram da manutenção de um clima de investimento favorável, do acesso irrestrito aos mercados, e da repatriação dos lucros por parte das transnacionais norte-americanas. Esta trama de relações entre a economia política norte-americana e os mercados latino-americanos ocupa um lugar destacado no pensamento dos formuladores de políticas militares dos EUA. Por exemplo, o General Peter Pace, Comandante-em-Chefe do Comando Sul dos EUA durante o governo Clinton, e portanto responsável pela implementação dos programas de assistência de segurança ao longo da América Latina, argumentou que os interesses vitais dos EUA, que ele definiu como “aqueles de importância primordial para a sobrevivência, segurança e vitalidade de nossa nação” incluíam a manutenção da estabilidade e o acesso irrestrito das transnacionais norte-americanas aos mercados latino-americanos no período pós Guerra Fria. Destacando que “nosso comércio ao interior das Américas representa aproximadamente 46% de todas as exportações dos EUA, e esperamos que esta porcentagem aumente no futuro”, Pace passou a explicar que a necessidade de manter a “permanente estabilidade exigida para o acesso aos mercados... que é crucial para a contínua expansão econômica e prosperidade dos EUA” subjazia ao papel militar dos EUA na Colômbia. Que os EUA fornecessem

assistência em questões de segurança ao exército colombiano era necessário porque qualquer “perda de nossos mercados do Caribe e da América Latina prejudicaria seriamente a saúde da economia dos EUA” (34).

O atual Comandante-em-Chefe do Comando Sul dos EUA, General James T. Hill, assumiu uma postura idêntica. Afirmou que “os EUA movimentam mais de 360 bilhões de dólares no comércio anual com a América Latina e o Caribe, quase tanto com o conjunto da Comunidade Européia”, e agregou que por volta do ano 2010 “espera-se que o comércio com a América Latina supere o comércio com a Comunidade Econômica Européia e o Japão combinados... estes laços apenas irão aumentar na medida em que avançamos para a visão do Presidente de uma Área de Livre Comércio das Américas” (35). Neste contexto, o General Hill delineou a utilidade das “atividades de cooperação em segurança” do Comando Sul que foram desenhadas para expandir “a influência, garantir amigos e dissuadir adversários potenciais” dos EUA ao mesmo tempo que promover a estabilidade “mediante o treinamento, equipagem e desenvolvimento das capacidades das forças de segurança aliadas”. Particularmente, Hill argumentou que “o Comando Sul desempenhará um papel crucial no desenvolvimento do tipo de forças de segurança que ajudem a proporcionar a capacidade de governar ao longo de uma região, e particularmente a Colômbia”.

Tudo isto deixa bem claro que a assistência dos EUA em matéria de segurança para a Colômbia serve a uma agenda mais ampla em prol da estabilidade capitalista na América do Sul. A principal ameaça não estatal a isto é a insurgência colombiana. A estabilidade exige, por fim, a erradicação desta ameaça. Marc Grossman, subsecretário de Estado para Assuntos Políticos dos EUA, ressaltou o papel crucial que desempenham os interesses econômicos para impulsionar a intervenção na Colômbia quando afirmou que

os insurgentes colombianos representam um perigo para os 4,3 bilhões de dólares em investimento direto norte-americano na Colômbia. Atacam regularmente os interesses dos EUA, incluindo a estrada de ferro utilizada pelas instalações de Drummond Coal Mining e a participação da Occidental Petroleum no oleoduto de Caño Limón. Os ataques terroristas ao oleoduto de Caño Limón também representam uma ameaça para a segurança energética norte-americana. A Colômbia corresponde à 3% das importações de petróleo dos EUA em 2001, e possui eventuais reservas substantivas de petróleo e gás natural (36).

A Colômbia é hoje o sétimo maior fornecedor de petróleo dos EUA, e descobriu vastas reservas de petróleo dentro de seu território (37). Brent Scowcroft, um ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, argumentou que “as reservas de petróleo da Colômbia de 2,6 bilhões de barris – apenas um pouco menos que as dos membros da OPEC, Qatar, Indonésia e Argélia – poderia servir como uma fonte de energia importante, mas permanecerão sem serem exploradas a menos que a estabilidade seja restaurada” (38). Talvez mais importante seja o medo de que a instabilidade na Colômbia ameace a estabilidade regional, e em particular em relação à vizinha Venezuela. O Senador republicano Paul D. Coverdell explica explicitamente o foco regional da intervenção norte-americana na Colômbia em termos da possibilidade de que a “desestabilização da Colômbia” pudesse afetar diretamente

a limítrofe Venezuela, hoje considerara em geral como nosso maior fornecedor de petróleo. Na verdade, o mapa do petróleo na América Latina é surpreendentemente similar ao do Oriente Médio, exceto que a Colômbia nos fornece hoje mais petróleo que na sua época fornecia o Kuwait. Esta crise, como a do Kuwait, ameaça se estender a muitas nações, todas as quais são aliadas(39).

As considerações estratégicas mais amplas que ligam a contra-insurgência na Colômbia com o acesso norte-americano ao petróleo sul-americano surgem dos temores da instabilidade regional gerada pelas FARC. O General Pace já havia deixado isto claro antes da eleição de George W. Bush, e mais ainda depois do 11 de setembro. Começou explicando o quão importante é o petróleo sul-americano para os EUA, argumentando que há em geral uma “suposição equivocada” de que os EUA “sejam completamente dependentes do petróleo do Oriente Médio”, quando na verdade a Venezuela fornece “entre 15 a 19% do nosso petróleo importado em um mês qualquer”. Pace destacou adicionalmente que “o conflito interno na Colômbia coloca uma ameaça direta à estabilidade regional” e aos interesses petrolíferos dos EUA, sendo a “Venezuela, Equador e Panamá” os “mais vulneráveis à desestabilização devido a atividade insurgente colombiana ao longo de suas fronteiras” (40). Assim, o acesso livre de obstáculos ao petróleo sul-americano converteu-se em uma preocupação ainda mais aguda para os formuladores de políticas norte-americanos depois dos ataques do 11 de setembro, e esta preocupação apenas pode aumentar no marco da contínua instabilidade gerada pela ocupação anglo-americana no Iraque. A Embaixadora norte-americana na Colômbia, Anne Patterson, explicou que “depois do 11 de setembro, a questão da segurança petrolífera tornou-se uma prioridade para os EUA”, especialmente na medida em que “as fontes tradicionais de petróleo para os EUA” no Oriente Médio tornaram-se ainda “mais inseguras”. Mediante o abastecimento das necessidades energéticas dos EUA a partir da Colômbia, que “depois do México e da Venezuela” é “o país petrolífero mais importante da região”, os EUA teriam “uma pequena margem de manobra” frente a uma crise e poderia “evitar especulações em torno do preço [do petróleo]” (41).

A centralidade das preocupações dos EUA com relação ao petróleo na Colômbia ficou claramente ilustrada no pedido de 98 milhões de dólares por parte do governo Bush destinado ao treinamento especial da brigada contra-insurgência do exército colombiano já mencionada, como parte da Iniciativa Regional Andina. Distintamente das brigadas contra-insurgência mais comuns, esta brigada estará dedicada exclusivamente para proteger o oleoduto de 500 milhas de extensão de Caño Limón, na Colômbia, pertencente à multinacional norte-americana Occidental Petroleum (42). O secretário de Estado norte-americano Colin Powell explicou que o dinheiro será utilizado para “treinar e equipar duas brigadas das Forças Armadas colombianas destinadas a proteger o oleoduto” a fim de prevenir ataques rebeldes que “estão nos privando de uma fonte de petróleo” (43). Reconhecendo que o dinheiro envolvido nada tinha a ver com a guerra contra as drogas, a Embaixadora Patterson afirmou de modo terminante: “isto é algo que devemos fazer” porque é “importante para o futuro do país, para nossas fontes de petróleo e para a confiança de nossos investidores” (44).

Este novo acordo de segurança entre os EUA, as brigadas contra-insurgentes colombianas e as petrolíferas transnacionais norte-americanas essencialmente oficializa o que foi uma relação de longa data. Em dezembro de 1998, por exemplo, mercenários

norte-americanos ao serviço da companhia de segurança norte-americana Airscan (que era responsável da proteção dos oleodutos da Occidental Petroleum na Colômbia desde 1997) estiveram envolvidos no planeamento de um ataque militar colombiano a uma suposta coluna das FARC perto da comunidade de Santo Domingo na região colombiana de Arauca. Durante o ataque, um helicóptero da força aérea colombiana lançou uma bomba sobre a comunidade que matou dezoito civis, incluindo nove crianças (nenhum rebelde das FARC acabou morto) (45). Em seu testemunho diante dos investigadores colombianos sobre o incidente, os pilotos do helicóptero declararam que as operações foram planejadas nas instalações da Occidental Petroleum (46) (A British Petroleum também financiou paramilitares na Colômbia para proteger seus oleodutos, e foi condenada por isto pelo Parlamento Europeu em 1998) (47). A brigada contra-insurgente especial para o oleoduto terá que formalizar então esta longa e íntima relação, e utilizará as denominadas brigadas “contra-narcóticos” para a proteção dos interesses setoriais das companhias petrolíferas transnacionais. O próprio Bush deixou isto claro quando em 2003 afirmou que “o orçamento ampliará o alcance das brigadas contra-narcóticos no Sul da Colômbia enquanto começa a se treinar novas unidades para proteger o sustento econômico do país, um oleoduto. No ano 2001, a Colômbia era a fonte de aproximadamente 2% das importações de petróleo dos EUA, gerando um interesse mútuo em proteger este recurso econômico” (48). Em suma, a presença desestabilizante das FARC e do Exército de Libertação Nacional combinada com seus bombardeios dos oleodutos das grandes companhias petrolíferas transnacionais demandou a eliminação destes grupos com a finalidade de garantir uma fonte relativamente livre de obstáculos de petróleo não proveniente do Oriente Médio.

A SITUAÇÃO ATUAL

O estado colombiano continua firmemente comprometido com a implementação de reformas neoliberais e a crescente militarização da vida social sob o pretexto da “guerra contra o terrorismo”. As reformas estão empurrando cada vez mais colombianos à pobreza. Em 1999, no início do Plano Colômbia, o Banco Mundial assinalou que “mais da metade dos colombianos estavam vivendo na pobreza... a proporção de pobres voltou ao nível o de 1988, depois de haver baixado 20 pontos percentuais entre 1978 e 1995”. A recessão de meados dos anos 90 somou-se às aflições dos colombianos e contribuiu para “um aumento da desigualdade, um decréscimo do desempenho macroeconômico, e uma duplicação do desemprego” (49). A imagem é menos desoladora para as elites colombianas. Em 1990, o quociente da renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de 40 para 1. Depois de uma década de reestruturação econômica, chegou a 80 para 1 em 2000 (50).

Sob o governo de Uribe, a Colômbia está experimentando novos ajustes estruturais do FMI no interesse das corporações transnacionais. Na indústria do petróleo, por exemplo, Uribe está diminuindo as regalias pagas à Colômbia pelas companhias petrolíferas estrangeiras, e privatizou efetivamente a companhia petrolífera estatal, Ecopetrol. Uribe afirmou que isto era necessário a fim de tornar a Colômbia “competitiva” em nível internacional e evitar que se converta em um importador de petróleo. Enquanto isso, as regiões petrolíferas da Colômbia estão se tornando completamente militarizadas, com os paramilitares administrando efetivamente uma

quantidade de cidades e povoados. Este modelo do que Uribe denomina eufemisticamente “Segurança Democrática” está sendo estendido ao longo da Colômbia como parte integral do programa da militarização conjunta dos EUA e da Colômbia (51).

Dadas as contínuas dificuldades para manter a ocupação do Iraque existem razões para supor que a Colômbia e a Venezuela se tornarão cada vez mais importantes para satisfazer as necessidades de petróleo dos EUA, levando a uma maior militarização, com a Colômbia de Uribe atuando cada vez mais como base para a desestabilização do governo de Hugo Chávez na Venezuela (52). Em meio de tais desenvolvimentos, o governo Bush está procurando aumentar seu apoio para o estado colombiano mediante o aumento da quantidade de tropas norte-americanas estacionadas ali enquanto mantém os altos níveis de assistência militar (53). Não há motivos para supor que um governo democrata de John Kerry seguiria um caminho diferente, dado seu apoio entusiasta à “guerra contra o terrorismo” de Bush e sua condenação firme de Chávez como ditador (54).

Por outro lado, as FARC continuam sendo uma força militar formidável na Colômbia, na medida em que as reformas de segurança não conseguiram desferir nenhum golpe significativo nas guerrilhas. As FARC ainda não foram debilitadas a ponto de poder forçá-las a um processo de paz que acabe com a guerra, mas deixe intactas as estruturas econômica e social desiguais existentes. Em resumo, a estratégia contra-insurgente do estado colombiano apoiada pelos EUA e pelas guerrilhas chegaram a um ponto morto, o qual, na falta de um processo político ou de reformas econômicas redistributivas, continua contribuindo para o sofrimento da população civil colombiana.

NOTAS

Este ensaio se baseia em minha pesquisa para meu livro *America's Other War: Terrorizing Colombia*, London: Zed Books, 2004.

1 George Kennan, citado em David E Schmitz, *Thank God They're On Our Side. The United States & Right-Wing Dictatorships 1921-1965*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999, p. 149. O mesmo tom ressonava até o fim da Guerra Fria, como por exemplo no livro de Alexander M. Haig Jr., *Caveat: Realism, Reagan and Foreign Policy*, New York: Macmillan, 1984. Para um bom panorama, ver Lars Schoultz, *Beneath the United States: A History of US Policy Toward Latin America*, London: Harvard University Press, 1998.

2 Human Rights Watch, Colombia, s/f, <<http://www.hrw.org/americas/colombia.php>>. Sobre o alcance da ajuda militar atual dos EUA, ver Frances Robles, “US Restates Its Support of Colombia: Rumsfeld Sees Progress by the Military”, *Miami Herald*, 20 de Agosto de 2003, <<http://www.miami.com/mld/miamiherald/6572125.htm>>.

3 Ver o excelente livro de William Robinson, *Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention and Hegemony*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

4 David Harvey, *The New Imperialism*, Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 39.

5 Roy Rubottom, "Subject: President Lleras' Appeal For Aid In Suppressing Colombian Guerilla Warfare Activities", 21 July 1959, <<http://www.icdc.com/~paulwolf/colombia/rubottom21jul1959a.jpg>> .

6 Stephen J. Randall, *Colombia and the United States: Hegemony and Interdependence*, Georgia: University of Georgia Press, 1992, p. 241.

7 US Department of State, "Preliminary Report, Colombia Survey Team, Colonel Lansdale", 23 February 1960, <<http://www.icdc.com/~paulwolf/colombia/lansdale23feb1960a.jpg>>.

8 US Department of the Army, "Stability Operations-Intelligence", FM. 30-21, 1970, pp. 73-78.

9 US Department of the Army, "Stability Operations-Intelligence: Appendix E", FM 30-21, 1970, pp. E1-E7.

10 William Yarborough, Headquarters United States Army Special Warfare Center, "Subject: Visit to Colombia, South America, by a Team from Special Warfare Center, Fort Bragg. Supplement, Colombian Survey Report", February 26, 1962, <<http://www.icdc.com/~paulwolf/colombia/surveyteam26feb1962.htm>>.

11 Minha análise detalhada da OPD será publicada em 2005 como "Gluing the Hats On: Power, Agency and Reagan's Office of Public Diplomacy" em *International Relations*.

12 "Public Diplomacy Strategy Paper", May 1983, p. 11, situado no National Security Archive, "Public Diplomacy and Covert Propaganda: the Declassified Record of Ambassador Otto Reich", <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB40/>>.

13 *Public Diplomacy Action Plan: Support for the White House Educational Campaign*, 12 Março 1985, pp.I-4.

14 John Waghelstein, "A Latin-American Insurgency Status Report", *Military Review*, LXVII(2), Fevereiro 1987, disponível em <<http://www.leavenworth.army.mil/milrev/>> .

15 Cass Ballanger, *US Policy Toward Colombia*, House of Representatives, Subcommittee on the Western Hemisphere, Washington DC, 11 de Abril de 2002, p. 5.

16 Center for International Policy, *The "War on Drugs" Meets the "War on Terror"*, Fevereiro 2003, <<http://ciponline.org/colombia/0302ipr.htn1>>.

17 James Milford, DEA Congressional Testimony, House International Relations Committee, Subcommittee on the Western Hemisphere, 16 de Julho de 1997, <<http://www.usdoj.gov/dea/pubs/cngrtest/ct970716.htm>>.

18 DEA Congressional Testimony, *Statement of Donnie R. Marshall*, Senate Caucus on

International Narcotics Control, 28 de Fevereiro de 2001, <<http://www.usdoj.gov/dea/pubs/cngrtest/ct022801.htm>>.

19 *The Washington Post*, 10 de Abril de 2000.

20 *Associated Press*, 6 de Agosto de 1999.

21 Correspondência entre o autor e Klaus Nyholm, 23 de Janeiro de 2003.

22 Human Rights Watch, *The “Sixth Division”: Military-paramilitary Ties and US Policy in Colombia*, Washington: Human Rights Watch, 2001. Existem numerosos informes sobre direitos humanos que confirmam o papel dos paramilitares na guerra em curso contra o dissenso na Colômbia.

23 Ver Human Rights Watch/Americas Human Rights Watch Arms Project, *Colombia’s Killer Networks: the Military-Paramilitary Partnership and the United States*, Londres: Human Rights Watch, 1996, pp. 28-30. Os documentos originais da ordem estão tanto em inglês como em espanhol, pp. 105-150.

24 Human RightsWatch, *Colombia’s Killer Networks*, pp. 38-39.

25 State Department Human Rights Report, *Colombia: Country Reports on Human Rights Practices*, 2001, <<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2001/wha/8326.htm>>.

26 Isto foi relatado em 6 de Setembro de 2000 pela Reuters e CNN, <<http://cnn.com/2000/WORLD/americas/09/06/colombia.paramilitary.reut/>>.

27 John Ashcroft, *Prepared Remarks of Attorney General John Ashcroft*, Drug Enforcement Administration, 19 de março de 2002, <<http://www.cipoline.1org/colombia/02031903.htm>>.

28 John McCain, Speech by Senator John McCain (R-Arizona), 6 de Junho de 2002, <<http://cipoline.org/colombia/02060604.htm>>.

29 Amnesty International USA, *Human Rights and USA Military Aid to Colombia II*, Janeiro de 2001, <<http://web.amnesty.org/ai.nsf/Recent/AMR230042001!Open>>.

30 Human Rights Watch, *Colombia’s Checkbook Impunity*, 22 de Setembro de 2003, <<http://hrw.org/backgrounders/americas/checkbook-impunity.htm>>.

31 UN High Commissioner for Human Rights Bogota Field Office, *Observações sobre o Projeto de Lei Estatutária que trata da reincorporação de membros de grupos armados*, Bogotá: UNHCHR, 2003.

32 A citação de Powell foi retirada de Steven R. Weisman, “Powell Says US Will Increase Military Aid For Colombia”, *The New York Times*, 5 de Dezembro de 2002.

33 A citação de Gordon Sumner é de Steve Salisbury, "Colombia War Takes Right Turn", *Washington Times*, 28 de Janeiro de 2003.

34 Peter Pace, *Advanced Questions for Lieutenant General Peter Face. Defense Reforms*, US Senate Committee on Armed Services, 2000, <http://www.senate.gov/~armed_services/statement/20001000906pp.pdf>.

35 James T. Hill, *Posture Statement*, US Southern Command, House Armed Services Committee, 12 March 2003, <<http://www.house.gov/hasc/openingstatementpressreleases/108thcongress/03-03-12hill.html>>.

36 Marc Grossman, *Testimony of Ambassador Marc Grossman before the House Appropriations Committee's Subcommittee on Foreign Operations*, 10 de Abril de 2002, <<http://www.ciponline.org/colombia/02041001.htm>>.

37 Donald E. Schulz, *The United States and Latin America: Shaping an Elusive Future*, Carlisle PA: Strategic Studies Institute, 2000, p. 3.

38 Brent Scowcroft and Bob Graham, "Quick Aid to Colombia. For Our Sake", *Los Angeles Times*, 26 de Abril de 2000.

39 *Washington Post*, 10 de Abril de 2000.

40 Peter Pace, *Advance Questions for Lieutenant General Peter Face. Defense Reforms*, United States Senate Committee on Armed Services, 2000, <http://www.senate.gov/~armed_services/statement/2000100096pp.pdf> .

41 *El Tiempo*, 10 de Fevereiro de 2002, <http://www.amazonwatch.org/newsroom/medioclips02/col/020210_col_et.html> .

42 *Christian Science Monitor*, 5 de Março de 2002.

43 House Appropriations Committee, *Secretary of State Colin Powell before the Foreign Operations Subcommittee*, 12 de Fevereiro de 2002.

44 *El Tiempo*, 10 de Fevereiro de 2002.

45 Reinforest Action Network, "Oxy's Cozy Relationship with Colombian Military Turns Fatal", 25 Junho 2001, <http://www.amazonwatch.org/newsroom/newsreleases01/june2501_oxy.html>.

46 Stratfor, "US Pressures Colombia Over Human Rights Violations", 15 de Janeiro de 2003, <<http://www.startfor.biz/Story.neo?storyId=209166>>.

47 Human Rights Watch, *Corporations and Human Rights*, s/f,

<<http://hrw.org/about/initiatives/corp.html>>.

48 George W. Bush, *President's Budget Message on Andean Counterdrug Initiative*, Washington, US Department of State, 4 de Fevereiro de 2002, <<http://usinfo.gov/regional/ar/colombia/andean04.htm>>.

49 Carlos Velez, *Colombia Poverty Report, Volume 1*, Washington: The World Bank, Março de 2002.

50 Mario Novelli, "Globalisations, Social Movement Unionism and New Internationalisms: The Role of Strategic Learning in the Transformations of the Municipal Workers Union of EMCALI", de próxima publicação em *Globalization, Education, Societies*.

51 *Colombia Journal*, 10 de Maio de 2004. Ver também o site da BBC, 6 de Maio de 2002, <<http://www.news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3683851.stm>> .

52 Bloomberg, 12 de maio de 2004. Ver também BBC, 13 de Maio de 2004, em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/amercias/3709609.stm>>.

53 Transcrição da audiência do Senate Armed Services Committee: "Fiscal Year 2005 National Defense Authorization budget request", 1 de Abril de 2004.

54 *Business Wire*, 5 de Maio de 2004.

“SINAIS DOS TEMPOS”: CAPITALISMO, COMPETITIVIDADE E A NOVA FACE DO IMPÉRIO NA AMÉRICA LATINA

Paul Cammack

Sinais dos tempos: durante um almoço em 11 de junho de 2004, Anoop Singh, Diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), incentivou aos presentes no seminário internacional “Desafios para o Desenvolvimento no Caribe” realizado em Port-of-Spain, capital de Trinidad e Tobago, a construir instituições locais para “deixar as rédeas soltas para a inovação e a iniciativa empresarial, que são cruciais para o crescimento” (1). A opção pela defesa das instituições nacionais fortes para complementar políticas macroeconômicas sólidas e mercados de trabalho flexíveis refletia a mudança do enfoque do FMI no final da década de 90, sob a pressão exercida pelo Banco Mundial (BM), do “ajuste” para a competitividade; e antecipava uma discussão, liderada por sua colega Sanjay Kathuria, sobre as fontes do crescimento e competitividade na região (2). Apenas três dias depois, em 14 de junho, inaugurava-se em Washington DC o segundo Fórum Latino-Americano da Competitividade (Latin American Competition Forum), patrocinado conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No almoço ali realizado, o orador principal foi o ex-ministro de Assuntos Externos e ministros das Finanças do México, José Angel Gurría, a quem voltarei a me referir mais adiante. À tarde, Frédéric Jenny, Presidente do Comitê de Competitividade da OCDE e antigo Diretor do *Conseil da Concurrence* da França, atuou como examinador na avaliação da lei e política de competitividade do Peru. Nessa mesma tarde, um jato privado poderia ter transportado o leitor ao décimo primeiro encontro da UNCTAD em São Paulo – talvez a tempo para chegar à “Feira de Ferramentas para a Competição” do Centro de Comércio Internacional da UNCTAD/OMC antes de seu fechamento às seis da tarde. O tema da conferência, designado pelo secretário geral Rubens Ricupero, foi “melhorar a competitividade e desenvolver a capacidade no setor produtivo” (3). O “Consenso de São Paulo”, publicado em versão rascunho em 16 de junho, mostrou o quanto a UNCTAD havia se distanciado de suas raízes ao longo de quarenta anos de apoio à Nova Ordem Econômica Internacional:

Melhorar a competitividade exige políticas nacionais deliberadas, específicas e transparentes para promover uma melhora sistemática das capacidades produtivas nacionais. Tais políticas abarcam uma gama de áreas que inclui investimento, desenvolvimento empresarial, tecnologia, políticas de competição, formação de habilidades, desenvolvimento de infra-estrutura, os aspectos institucionais do desenvolvimento de capacidades produtivas, e políticas que possam contribuir para facilitar fluxos sustentáveis de investimento, tais como esquemas de garantias de investimento e medidas relacionadas com a proteção e promoção do investimento (4).

Sinais dos tempos, então: um coro de vozes ao longo da América Latina clamando: “Competir! Competir!”.

O período que vai de 11 de março de 1990, quando Patricio Aylwin assumiu como presidente do Chile, até 1º de janeiro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva converteu-se no presidente do Brasil, foi testemunha de uma revolução política na América Latina que abriu uma nova fase da luta de classes na região. Esta teve suas origens na série de derrotas infligidas à esquerda e à classe trabalhadora nas décadas de 70 e 80, entre as quais o esmagamento do projeto socialista de Allende no Chile e a instauração do regime neoliberal subsequente sob Pinochet foram decisivos. Esta derrota fundamental para a esquerda foi um ponto de inflexão chave que deu lugar à consolidação da hegemonia burguesa no Chile, e teve um impacto negativo sobre o equilíbrio das forças de classe ao longo do resto da região. A onda de lutas a que deu lugar continua, com um resultado incerto. Com o intuito de analisar a conjuntura nova descrita anteriormente, este artigo se afasta dos debates sobre o império norte-americano para explorar aspectos da “reorganização interna” dos estados latino-americanos desde 1990 até o presente. O artigo detecta uma mudança na relação entre países “imperialistas” e “dominados” precisamente como consequência da internacionalização dos imperativos da competição internacional, e da emergência de um novo projeto burguês. O império possui uma nova face na região: promove sistematicamente a competitividade, e apoia diretamente a criação de condições para a acumulação local. Esta agenda é impulsionada tanto pelos EUA como por outros poderes imperialistas, mas ressalta contradições específicas nas relações dos EUA com a região e submete os EUA a um desafio, tornando problemática a liderança norte-americana do bloco imperialista.

Para analisar estas questões, o enfoque principal aqui se distancia do debate sobre a rivalidade interimperialista versus o controle imperialista conjunto, centrando-se nos projetos das classes dominantes emergentes nos países dominados, e vendo-o à luz do prefácio de 1867 à primeira edição de *O Capital* de Marx. Voltar à sugestão feita ali de que “o país industrialmente mais desenvolvido apenas mostra ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” poderia parecer perversa. Mas fazê-lo não significa negar nem a história ulterior de desenvolvimento desigual e combinado, nem a significação histórica e contemporânea do imperialismo como parte disso. Mas sim, trata-se de ler a observação de Marx em seu contexto apropriado, como vislumbrando a reprodução ao longo do mundo não de um capitalismo industrial depois de outro com base no modelo inglês, mas dos “antagonismos sociais que surgem das leis naturais da produção capitalista” – sendo esta a frase imediatamente precedente. Lido desta forma, o pensamento se conecta imediatamente com a idéia do desenvolvimento do desenvolvimento desigual e combinado esboçada nos poucos parágrafos restantes do prefácio. Primeiro, afirma Marx, a Alemanha sobre “não apenas o desenvolvimento da produção capitalista, mas a falta de completude de tal desenvolvimento”.

Além das misérias modernas, nos assombra toda uma série de misérias herdadas, resultantes de que modos de produção vetustos continuam vegetando, meras sobrevivências, com sua coorte de relações sociais e políticas anacrônicas. Não apenas padecemos por causa dos vivos, mas também dos mortos. *Le mort saisit le vif!* [O morto prende o vivo!] (5).

Segundo, sugere Marx, uma vez que é “palpavelmente evidente” que o processo de transformação na Inglaterra alcançou um certo ponto, “deve gerar uma reação no Continente”:

Revestirá aí formas mais brutais ou mais humanas, conforme o grau de desenvolvimento alcançado pela própria classe operária. Prescindindo de motivos mais elevados, então, seu próprio e particularíssimo interesse exige das classes hoje dominantes a remoção de todos os obstáculos legalmente fiscalizados que travam o desenvolvimento da classe operária (6).

Terceiro, Marx aponta informes de que “na Alemanha, França, em uma palavra, em todos os estados civilizados do continente europeu, a transformação das relações existentes entre o capital e o trabalho é tão perceptível e inevitável como na Inglaterra”, e cita o vice-presidente norte-americano Wade declarando que “depois da abolição da escravidão, passa para a ordem do dia a transformação das relações do capital e as de propriedade da terra”:

São sinais dos tempos, que não se deixam encobrir nem por mantos púrpura nem por casacos pretos. Não anunciam que amanhã mesmo vão ocorrer milagres. Revelam como até nas classes dominantes surge o pressentimento de que a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo sujeito à mudanças e constantemente em processo de transformação (7).

Neste espírito, meu foco está em alguns destes “sinais dos tempos” na América Latina e além dela. Não me deterei na longa história dos “males herdados” do incompleto desenvolvimento capitalista na região, salvo para assinalar seu impacto na capacidade da “classe governante” seja para exercer autoridade sobre os capitalistas locais e estrangeiros ou para gerar legitimidade ante os olhos da maioria da população. Estes indicadores duplos da ausência de hegemonia burguesa na região já foram sumamente destacados, de maneira notável na análise minuciosa de Atílio Boron da incapacidade dos governantes contemporâneos seja para cobrar impostos dos ricos ou para “fornecer os bens coletivos necessários para a mera reprodução da vida civilizada” (8). Tomando como ponto de partida a conclusão de que esta situação é problemática para as próprias classes dominantes latino-americanas, apontarei a evidência de uma reviravolta na região no sentido de uma busca sistemática por competitividade como resposta, e a abertura como consequência de uma nova etapa da luta de classe. Tomando um indício de Gregory Albo explorarei três aspectos da reorganização interna do estado na América Latina – a internacionalização da competitividade internacional “que tende a mediar a territorialização da produção de valor e a maior dependência com relação à circulação internacional”; a busca de uma “estratégia redistributiva de austeridade competitiva”; e a “internacionalização dos aparatos estatais destinada a mediar na extensão e intensificação do mercado mundial” através da regionalização e da reforma liberal da regulação global (9).

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

As autoridades, no que diz respeito à competitividade, proliferaram ao longo da região durante a última década, à par da modernização de agências existentes e a criação de outras novas. Da mesma forma que em outras áreas de políticas, o precursor foi o regime de Pinochet no Chile, com a “Lei para a Defesa da Livre Competição” de dezembro de 1973. A esta seguiu a Argentina, sob o mando de Videla, com a Comissão Nacional de Defesa da Competição em 1980, mas a onda principal chegou no contexto dos regimes democráticos da década de 90. Em 1992, a “Lei para Promover e Proteger a Livre Competição” estabeleceu a agência Pró-Competição na Venezuela e se fundou o INDECOPI (Instituto para a Defesa da Competição e da Propriedade Intelectual) no Peru; em 1993 foi criado no México a Comissão Federal para a Competição, e no ano seguinte a “Lei para a Defesa da Ordem Econômica” do Brasil reestruturou o Conselho Administrativo para a Defesa da Economia de 1962, com a finalidade de “proteger a liberdade de iniciativa e a livre competição em um período especial de abertura de mercado, desregulação e privatização”. Criaram-se agências similares ao longo da América Central desde meados dos anos 90 como consequência da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável na América Central (ALIDES) em 1994, sendo o mais notável o Programa de Competitividade Nacional e a Comissão Presidencial da Competitividade criados pelo presidente Bolaños na Nicarágua. A introdução em 1999 de uma nova lei na Argentina para substituir a Comissão Nacional existente por um Tribunal Nacional de Defesa da Competição, completou um ciclo de inovação institucional.

Estas inovações refletiam uma reorientação fundamental na política econômica da região. Na redação de um documento oficial do governo argentino:

A nova Lei de Competição foi aprovada depois da consolidação do processo de reformas econômicas que desejava obter o controle da inflação mediante o funcionamento das forças de livre mercado, a gradual abertura da economia e da privatização de recursos em posse do estado, em oposição ao cenário da década de oitenta de controle de preços, barreiras comerciais e empresas do governo que tornavam inúteis os incentivos à competição (10).

De modo similar, a lei de 1994 no Brasil refletia e estendia a mudança de clima associado com o Plano Real, tal como foi assinalado na apresentação brasileira para a Rede Internacional da Competição em 2003:

Mesmo que o Brasil tenha tido um sistema antimonopolista durante mais de 30 anos, foi apenas depois de que fossem implementadas todas as reformas estruturais necessárias que este se tornou de fato operativo. As reformas incluíram a liberalização do comércio, a privatização e a criação de agências reguladoras setoriais, o que possibilitou por em execução as regras de competição (11).

Junto ao afastamento do sistema de controle de preços em vigor sob o regime militar prévio, esta nova postura refletiu a identificação de Cardoso da social-democracia com “saber como aumentar a competitividade econômica, levando a aumentos na produtividade e na racionalização da economia” (12).

O mesmo pode ser dito do México. Em 2004, um exame da legislação mexicana realizado pelo Comitê de Competição da OCDE a aclamava como “o produto do conhecimento especializado em tecnologia mais que a irresponsabilidade populista ou o compromisso político”, notando que no passado “O objetivo tradicional das políticas mexicanas de competição era eliminar os males do monopólio privado, instituindo para isto o controle de preços e propriedade estatal” (13). Um exame paralelo do caso do Chile prestava homenagem a Pinochet, celebrando o país como “um pioneiro no campo das leis e políticas sobre a competição na América do Sul desde 1973 quando a legislação atual foi adotada”. Mas também registrava a diligência com que o Chile se ofereceu para ser examinado por especialistas no primeiro Fórum Latino-Americano da Competição em Paris em 2003, e detalhava a incorporação das recomendações de tal exame à lei em novembro de 2003. O fortalecimento do Escritório do Procurador Nacional de Assuntos Econômicos e de cláusulas antimonopólio sob a presidência de Lagos reflete a contínua consolidação da lei de competição no governo da *Concertación* liderado pelos socialistas, e a hegemonia consolidada do “capitalismo competitivo” em todo o espectro político (14).

Como deveríamos entender tais desenvolvimentos? Claramente refletem o programa de reformas impostas aos países latino-americanos a partir de Washington e outros lugares desde o início da década de 90. No entanto, sugerem igualmente a emergência de um novo programa regional de modernização capitalista, que visava varrer “toda uma série de males herdados, derivados da sobrevivência passiva de modos de produção arcaicos e anacrônicos, com seu correspondente séquito de relações sociais e políticas anacrônicas”.

A BUSCA DA AUSTERIDADE COMPETITIVA

A atual hiperatividade em torno da questão da competitividade é de maneira demonstrável uma reação à “evidência palpável” do rápido desenvolvimento no Leste asiático e outros lugares, e do pobre desempenho da região em termos de atrair, e beneficiar-se do, investimento estrangeiro direto. O tom é marcado por Jeffrey Sachs e Joaquín Vial, que comparam trajetórias de progresso econômico e oferecem este veredicto: “apenas a África e algumas regiões menos desenvolvidas da Ásia tiveram um rendimento tão pobre como o da América Latina no século XX” (15). A julgar pelo informe anual do BID de 2001 sobre o Progresso Social e Econômico na América Latina, intitulado *Competitiveness: The Business of Growth*, a febre pela competição é endêmica ao longo de toda a região (16). O informe fazia soar o alarme geral em resposta à baixa posição das economias latino-americanas no Informe de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, recentemente enfatizada:

Na edição de 2001, que inclui 20 economias latino-americanas, nove delas pela primeira vez, a competitividade é avaliada sobre a base da qualidade do ambiente macroeconômico, a qualidade das instituições públicas, e a capacidade tecnológica. De acordo com estes indicadores, a maioria das economias latino-americanas se situam muito abaixo no ranking internacional. Apenas o Chile e a

Costa Rica estão posicionados acima da média, enquanto que os países latino-americanos ocupam 7 dos 11 postos mais baixos em todo o mundo (17).

Inclusive o Chile, deve-se assinalar, ficou no posto 27, com a Costa Rica no 35. À luz de tais achados, o presidente do BID, Enrique Iglesias, encomendou ao presidente do Grupo Assessor Externo do Banco (External Advisory Group, EAG), nem mais nem menos que José Angel Gurría, que tinha se reportado com relação ao papel futuro do BID. A resposta foi explícita:

O EAG advertiu que quando o BID foi fundado quarenta e dois anos atrás, o setor público individual de cada país era o motor dominante do crescimento e do investimento. Hoje, dá-se o inverso: os fluxos de capital privado representam um múltiplo muito maior que o que todas as instituições públicas combinadas podem prover. Portanto, o EAG recomenda expandir e aumentar significativamente as atividades do Banco em apoio ao setor privado. Um segundo tema importante é que o EAG pressiona o Banco para que este contribua para fortalecer a competitividade nacional e criar um ambiente verdadeiramente propício para o investimento público e privado em cada país. Um terceiro tema é a conclusão bastante firme de que o Banco deveria intensificar sua liderança e apoio no processo de integração e liberalização comercial na América Latina e no Caribe (18).

De maneira similar, o documento preliminar da XI sessão da UNCTAD em junho de 2004 sobre desenvolvimento econômico e acumulação de capital ressaltava o sucesso de um pequeno número de países em desenvolvimento, principalmente no Leste asiático, ao integrarem-se à economia global como exportadores de bens manufaturados, assim como o fracasso dos países latino-americanos em fazer o próprio. O veredicto foi que as políticas de ajuste haviam sido prejudiciais para “o desenvolvimento liderado pelo mercado com base na competição internacional” e que, por conseguinte, o registro de investimento e crescimento tinha sido “tétrico”. “A política econômica na América Latina” – concluía – “está sendo focalizada nos investidores internacionais mais que nos empresários locais, enquanto que no Leste asiático ocorreu o contrário”. O resultado foi um enfoque de “segunda geração” tanto na micro como na macroeconomia da reforma, uma súplica para que se distribuísse e aliviasse a dívida externa, e um enfoque central na competitividade:

Se é certo que o trabalho e – em grande parte – o capital permanecem dentro do âmbito dos governos nacionais, é óbvio que a globalização não reduziu em nada a necessidade de atuar no nível nacional; poderia inclusive tê-la aumentado. A tarefa de suavizar o processo de ajuste para mercados mais abertos deve ser administrada pelo Estado, e a manutenção da competitividade geral de uma economia é mais que nunca responsabilidade dos governos nacionais, seja mediante o ajuste dos salários nominais em função da produtividade ou influenciando os movimentos da taxa de câmbio, criam as condições para as políticas nacionais porque reduzem sua dependência com relação ao capital externo. Se os governos podem evitar uma deterioração dramática na

competitividade internacional de um grande número de companhias nacionais, os lucros que resultem de um clima de investimento favorável em termos de taxas mais baixas de juros e lucros mais altos podem superar amplamente as perdas que resultem de menores fluxos de capital externo e maiores importações (19).

A reforma do mercado é um elemento essencial desta estratégia, e seu principal objetivo, como em outras partes, é a criação de uma força de trabalho “flexível”. A característica distintiva da política propagada agora na região é a mudança que promove, da extração de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa. O informe de *Competitividade* do BID é explícito neste ponto:

Nenhum setor produtivo pode esperar que sua competitividade se baseie em diminuir o bem-estar de seus trabalhadores. Inclusive nos setores de trabalho mais intensivo, a capacidade de competir e expandir-se depende não do salário dos trabalhadores, mas dos custos por unidade de trabalho; isto é, da combinação do custo efetivo por trabalhador e da produtividade do trabalho. Em muitos países da América Latina, o custo efetivo por trabalhador poderia ser reduzido sem sacrificar o bem-estar dos trabalhadores porque a legislação prevê benefícios obrigatórios excessivos que são custosos para as empresas, mas de pouca utilidade para os trabalhadores ao que supostamente busca ajudar. A legislação também impõe altos custos por demissão que reduzem o emprego, especialmente para os trabalhadores mais jovens, e salários mínimos que em alguns países são excessivos para a produtividade dos trabalhadores menos qualificados, limitando por fim suas possibilidades de emprego (20).

Uma década atrás, um argumento tal teria parecido uma cobertura cínica para a política de exploração dos trabalhadores não qualificados de baixo custo. Mas os termos em que a CEPAL formula o mesmo argumento na atualidade sugerem que este não é o caso hoje. Seu *survey* anual, *Foreign Investment in Latin América and the Caribbean 2003*, descreve a queda contínua da entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de um pico de 78 bilhões de dólares em 2000 para uma estimativa de 36 bilhões de dólares em 2003 como “o pior desempenho de todas as regiões do mundo”. Depois questiona agudamente os supostos benefícios das modalidades atuais de investimento estrangeiro: nos recursos naturais tendem a não gerar efeitos de derramamento na economia; nos mercados de serviços não são competitivas internacionalmente e estão em um declive agudo; na indústria automotiva não estão conseguindo gerar redes prósperas de abastecimento local; e nas plataformas de exportação de baixo custo a vantagem comparativa está se perdendo na medida em que o mercado norte-americano se abre a novos competidores:

A maioria dos países descobriu que este modelo se baseia em incentivos não sustentáveis e que os encerra numa armadilha de baixo valor agregado que não permitiu nenhum tipo significativo de modernização industrial ou tecnológica. O resultado foi ilusório mais que o de ter dado lugar a uma autêntica competitividade (21).

O chamado resultante a adotar estratégias de desenvolvimento produtivo pró-ativas é tratado em detalhe na proposta da CEPAL, publicada antes de sua trigésima sessão em San Juan de Porto Rico, em junho-julho de 2004, em prol de um “desenvolvimento produtivo em economias abertas”. O volume, lançado previamente no início do encontro com o objetivo de constituir a peça central das discussões, reconhece a centralidade das agendas de produtividade e competitividade, e o chamado concomitante a mercados de trabalho flexíveis. Mas propõe mudar da “flexi-insegurança”, associada à combinação de segurança limitada no setor formal com insegurança de “flexi-segurança”. A “flexibilização positiva e razoável com proteção social” que a CEPAL recomenda é apoiada por uma análise integralmente consistente com o “neoliberalismo sustentável” do pós-Consenso de Washington – a inevitabilidade e conveniência do risco em uma economia competitiva moderna, e por fim a necessidade de fornecer marcos racionais para sua administração em forma tal que alimente a produtividade e a eficiência a longo prazo. Para respaldar isso, a CEPAL oferece um programa de transformação produtiva e formalização do setor informal, somado à educação e capacitação (em outras palavras, a transição da informalidade à flexibilidade) (22). Ainda se está esperando o aval do BID para esta agenda. Mas com base nesta evidência, a UNCTAD e a CEPAL estão igualmente convencidas de que “os interesses mais básicos das atuais classes dominantes lhes ditam que livrem o caminho de todo obstáculo legalmente removível para o desenvolvimento da classe operária”.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS APARATOS DE ESTADO

As organizações internacionais apresentadas anteriormente – do FMI, o BM, a OCDE e a UE até a UNCTAD, o BID e a CEPAL – estão comprometidas com um projeto compartilhado cujo eixo central é a aspiração de construir “culturas da competição” a nível global e regional. As características sobressalentes deste processo são sua universalidade e sincronia, e o grau em que reflete um compromisso por parte das organizações dominadas por, ou representativas dos, estados capitalistas avançados para edificar tais culturas *ao longo de* todo o sistema global de estados. A União Européia adotou a “estratégia Lisboa” em 2000, comprometendo-se a fazer da EU “a economia mais dinâmica e competitiva do mundo” para o ano de 2010 (23). A promoção da competitividade no interior dos atuais estados membros e a ampliação para a Europa do Leste foram elementos chave da estratégia. A UE está igualmente comprometida com a promoção da competitividade em outros lugares. Em abril de 2002 o documento relativo à estratégia regional para a América Latina da Comissão foi apresentado pelo Comissário para Assuntos Externos da UE, Chris Patten, como uma “ajuda para que os países latino-americanos enfrentem o duplo desafio da transformação econômica que tornará suas economias mais competitivas ao mesmo tempo em que garantem a estabilidade das instituições democráticas e a modernização da administração do governo” (24). Sucessivas cúpulas UE-ALC (América Latina e o Caribe) – a terceira e mais recente em Guadalajara, México, em maio de 2004 – fizeram esta agenda avançar. Desenvolver competitividade e culturas da competição tornou-se uma empresa global, como o demonstram os Fóruns Latino-Americanos da Competição – uma iniciativa apoiada pela UE, a OCDE e o BID.

Não se considera isso uma tarefa fácil. As autoridades brasileiras sobre competição relatam “a forte crença compartilhada pelos consumidores brasileiros de que os preços controlados eram preços justos, e por fim melhores que aqueles resultantes de um contexto competitivo”, e detalham seus esforços para “disseminar o valor da competição no interior do governo e ao longo da sociedade civil brasileira” (25). Em uma linha similar, a avaliação da OCDE da lei e da política de competição no México nos lembra que em 1998 a Comissão Federal “não tinha um programa para explicar os benefícios da competição e da aplicação da lei da competição para os consumidores”, e recomenda o desenvolvimento de uma base de apoio para as políticas de competição (26). Inclusive no caso do Chile, a OCDE acredita que a promoção da competição nas distintas áreas de políticas e no âmbito público é deficiente:

Ainda que o Escritório do Procurador deva obviamente levar em conta os custos prováveis da promoção da competição, a falta de um programa mais ativo também poderia ser custosa. As instituições da competição não são conhecidas no Chile, e mesmo que o liberalismo de mercado pareça mais firmemente estabelecido no Chile que em muitos países latino-americanos, enfrenta desafios permanentes pois muitos consumidores não estão cientes dos benefícios da competição e de evitar restrições reguladoras da competição desnecessária, enquanto alguns acadêmicos e representantes de empresas parecem preferir um enfoque mais *laissez-faire*(27).

A defesa da competição foi o tema central nas três primeiras conferências anuais da Rede Internacional da Competição (que aconteceram em Nápoles em 2002, em Mérida em 2003 e em Seul em 2004). O segundo Fórum Latino-Americano da Competição também tomou “a defesa da competição” como seu tema, e especialistas da Europa e da América Latina se reuniram para tratar a questão de como inserir a cultura da competição na região. O Secretário da OCDE considerou longamente a necessidade de uma agência independente e provida com os recursos apropriados adequadamente insere na estrutura geral do governo, e argumentou que os fatores que tornam uma ação efetiva estavam “fundamentalmente ligados à cultura da competição no país, e se as instituições da competição, as regras da competição, e a competição como tal, possuem ou não o respaldo a nível político e por parte da sociedade como um todo”. O Secretário pediu aos participantes para explorar formas de alentar aos atores privados procurar remédios para a violação das leis de competição e fortalecer as agências de competição em relação à pesquisa de possíveis infrações, sancionando e corrigindo o comportamento anticompetitivo e defendendo por uma reforma pró-competitiva (28). No dia seguinte, o consultor da OCDE John Clark acentuou a necessidade de que as autoridades da competição assumam o papel de defensoras da competição, “atuando preventivamente para dar lugar à políticas que diminuam as barreiras de entrada, promovam a desregulamentação e a liberalização do comércio, e diminuam de outros modos a intervenção desnecessária do governo no âmbito do mercado”. Clark recomendou às Redes Internacionais da Competição adotarem de um pacote de medidas sintetizadas no *Toolkit for Competition Advocacy*. Depois disso, passou para “a construção de uma cultura da competição”, definida como “um entendimento por parte do público dos benefícios da competição e um apoio de base ampla a uma forte política da competição”:

Construir uma cultura da competição é importante em todos os países, mas uma vez mais parecia que é especialmente crítico para os países em desenvolvimento. Ainda existe mais educação a ser desenvolvida nesses países porque, na maioria dos casos, o público não foi fortemente exposto à competição e aos mercados competitivos (29).

Aqui estavam então os especialistas europeus treinando seus colegas latino-americanos não apenas na promoção da competição, mas também na construção de estratégias hegemônicas em torno dela – e no processo, criando novos competidores para si próprios. Outro sinal dos tempos, sugerindo que “no interior das próprias classes dominantes está surgindo o pressentimento de que a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de experimentar mudanças, e constantemente envolvido no processo de transformação” – e inclusive que uma transformação radical nas relações entre os estados dominantes e os subordinados em função de promover o desenvolvimento capitalista e a hegemonia burguesa universais está na agenda.

A NOVA FACE DO IMPÉRIO NA AMÉRICA LATINA

As seções precedentes documentam o surgimento de uma série de projetos nacionais, regionais e internacionais ao longo da América Latina, orientados ao “desenvolvimento liderado pelo mercado baseado na competição internacional” que vão além das estratégias de ajuste promovidas pelo FMI no início da década de 90, e buscam inequivocamente internalizar a nível nacional a lógica da reprodução capitalista e da hegemonia burguesa. Entre outras coisas, obviamente, estes confirmam enfaticamente a centralidade do estado na reprodução do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, são apoiados e promovidos por uma gama de instituições internacionais, entre as quais a UE desempenha papel significativo. A característica sobressalente do arco do projeto que refletem é que está orientado para generalizar as relações sociais capitalistas ao longo de todo o mercado mundial, e ao mesmo tempo conter os antagonismos inerentes nelas (30).

Um projeto tal não oblitera a história ou a realidade contemporânea do imperialismo. Mas sugere que a medida o mercado mundial se aproxima de sua consumação, a dinâmica global do capitalismo competitivo leva as potências imperialistas a apoiar a criação de burguesias ao redor do mundo capazes de exercer a hegemonia em vez de manter no poder elites governantes pré-capitalistas – na verdade, para criar competidores para si mesmos. Argumentei em outro lugar que é precisamente o que constitui a lógica da “governança global” (31). Em particular, o “projeto Wolfensohn-Stiglitz”, encabeçado pelo Banco Mundial e o parcialmente reformado FMI, está explicitamente concentrado em erigir instituições que possam dar sustentação à acumulação local, à competitividade e à hegemonia burguesa (32). Na América Latina em particular, isto reflete claramente uma estratégia imperialista por parte da UE, que recentemente superou os EUA como a maior fonte principal de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina. A “notícia publicada” pelo BID para a cúpula UE-ALC 2004 dá especial atenção ao papel da UE como “o principal investidor externo do mundo” e descreve claramente a lógica de compromissos da UE (33). Mas ao mesmo tempo, o interesse da UE na América Latina reflete uma nova fase de “rivalidade

interimperialista” que assume a forma da promoção da competitividade na região, enquanto usa simultaneamente a moção da competitividade da região para forçar seus governos membros a aprofundar a agenda da competição em suas próprias economias (34).

O que há então do império norte-americano na região? Inclusive (ou talvez especialmente) para a principal potência capitalista do mundo é quase impossível abolir as leis do desenvolvimento capitalista. E tampouco podem ser desfeitas as contradições inevitavelmente geradas quando sua defesa da competição capitalista mundial se choca com sua defesa imperialista de sua própria primazia. Na conjuntura atual, isto torna problemática sua habilidade de exercer a liderança global. Entre os sinais mais relevantes desta época estão: a cada vez mais insistente denúncia do protecionismo norte-americano e europeu por parte dos líderes do FMI e do Banco Mundial e de vários agrupamentos emergentes dos próprios países em desenvolvimento; a combinação da relutância no reconhecimento da Corte Criminal Internacional por parte dos EUA, e sua insistência nos acordos bilaterais para descartar as apelações a ela; a grotesca combinação de sua defesa das reformas liberais e sua confiscação unilateral dos recursos e das oportunidades de mercado no Iraque; e sua derrota diante do Brasil na OMC com relação ao pagamento de subsídios. No nível regional, tais contradições são particularmente agudas – afinal de contas, diga o que se diga sobre o impacto benévolo da hegemonia norte-americana na Europa e nos estados capitalistas avançados em geral no período do pós Guerra, na América Latina os EUA apoiaram as forças mais reacionárias e opôs-se obsessivamente às reformas que poderia ter facilitado o surgimento de burguesias locais mais competentes.

Deixados a seus próprios mecanismos, os EUA dificilmente teriam sido o arquiteto do “resgate latino-americano do estado-nação”, como havia sido na Europa (35). Tal como assinala anteriormente, sua afirmação de que contribuiu positivamente no desenvolvimento latino-americano está sendo posta em questão na atualidade pela evidência de que as formas de investimento que favoreceu não contribuem para a competitividade local, e de que está levando os investimentos a plataformas de exportação mais baratas (é de notar que a China substituiu o México em 2003 como a segunda maior fonte de investimento norte-americano). As vozes mais fortes nos EUA a favor da promoção da competição na América Latina vêm de centros de fervor pós-Consenso de Washington como o Harvard Centre for International Development, enquanto que as autoridades norte-americanas, de maneira previsível, enfocam suas energias no quintal da União Européia, a antiga Europa do Leste. Na América Latina, pelo contrário, a UE parece estar desempenhando um papel de protagonista.

Os EUA estão dentro da “coalizão dos voluntários” no que diz respeito a promover o novo projeto global de “hegemonia burguesa por meio da competitividade”, mas não está tomando todas as decisões nem pode escapar das contradições inerentes ao projeto. Em linhas gerais, a rivalidade entre os países capitalistas avançados está estendendo as relações capitalistas ao longo da multiplicidade de estados nação em uma escala genuinamente global. O imperialismo acaba sendo, no final das contas, o pioneiro do capitalismo (36).

NOTAS

1 Anoop Singh, “The Caribbean Economies: Adjusting to the Global Economy”, Port-of-Spain, Trinidad, 11 de Junho 2004, <<http://www.irnf.org/external/np/speeches/2004/061104a.htm>>.

2 Sobre a mudança paradigmática de “ajuste” para “competitividade” durante os anos 90, ver Paul Cammack, “What the World Bank Means by Poverty Reduction and Why it Matters”, *New Political Economy*, 9(2), 2004. Em relação aos indivíduos identificados aqui, deve-se notar que Singh, conselheiro do responsável pelo Banco de Reservas da Índia no início da década de 80, trabalhou anteriormente no Departamento da Ásia e do Pacífico do FMI; e que Kathuria é autor de *Competing through Technology and Manufacturing. A Study of the Indian Commercial Vehicles Industry*, New Delhi: OUP, 1996; e também, junto com James Hansen, de *India: A Financial Sector for the Twenty First Century*, New Delhi: OUP, 1999.

3 Ver UNCTAD, “Preparations for UNCTAD XI: Submission by the Secretary General of UNCTAD”. TD (XI) PC/1, 6 de Agosto de 2003.

4 UNCTAD, “Draft São Paulo Consensus”, TD/L.380, São Paulo, 16 de Junho de 2004, para. 43, p. 10.

5 Karl Marx, “Preface to the First Edition”, *Capital, Volume I*, Harmondsworth: Penguin, 1976, p. 91.

6 Ibid., p. 92.

7 Ibid., p. 93.

8 Atilio A. Boron, “State Decay and Democratic Decadence in Latin America”, *Socialist Register 1999*, Londres: Merlin Press, 1999, p. 217.

9 Gregory Albo, “The Old and New Economics of Imperialism”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin, 2003, pp. 104-105.

10 Comisión Nacional de Defensa de la Competencia, “Argentinian Report on Competition Policy, 2002”, em <http://www.mecon.gov.ar/cmdc/memoria02/memoria02_english.pdf>.

11 Citado em Comissão Europeia, *Capacity Building and Technical Assistance: building credible competition authorities in developing and transition economies*, Informe preparado para a Rede Internacional da Competição, 2003, p. 29.

12 Citado em Paul Cammack, “Cardoso’s Political Project in Brazil: The limits of Social Democracy”, *Socialist Register 1997*, Londres: Merlin Press, 1997, p. 236. Cf. Claudio Monteiro Considera e Mariana Tavares de Araujo, “Competition Advocacy in Brazil, Recent Developments”, *SEAE Working Paper*, Novembro de 2002, pp. 4-5: “Em junho

de 1994, O Brasil mudou definitivamente do controle de preços para as políticas de Competição com a apresentação da Lei N° 8884”.

13 OECD, *Competition Law and Policy in Mexico: An OECD Peer Review*, Paris: OECO, 2004, pp. 11-12.

14 OECD/IOB, *Competition Law and Policy in Chile: A Peer Review*; Paris: OECD, Janeiro de 2004. A frase citada aparece na contracapa e no site da OCDE.

15 Jeffrey Sachs and Joaquin Vial, “Can Latin America Compete?”, em Joaquin Vial and Peter Cornelius, eds., *The Latin American Competitiveness Report 2001-2002*, Nova Iorque: World Economic Forum/OUP, 2002, p. 10.

16 As repúblicas da América Central adotaram a Coréia e a Irlanda como pontos de referência para 2010 e 2020 respectivamente para melhoras em sua competitividade: Programa Nacional de Competitividade Nicarágua/CLACDS, “Agenda para a Competitividade da América Central até o século XXI”, Junho de 1999, p. 11.

17 BID, *Competitiveness: The Business of Growth*, Washington DC: BID, 2001, p. 1.

18 BID, *The Challenge of Being Relevant: The Future Role of the IDB*, *Informe do Grupo Assessor Externo*, Fevereiro de 2002. Sobre a resposta do BIO, ver BID, “Competitiveness and Building Consensus: Strategic Options for IDB Operations”, *Seminar Paper*, Novembro, 2002, em <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubS-150.pdf>>. Gurría, um antigo membro do Center for International Private Enterprise com sede nos EUA, é autor junto com Paul Volcker de um informe de 2001 que defendia a reorientação sistemática dos bancos multilaterais de desenvolvimento para convertê-los em agentes regionais da estratégia do Banco Mundial de promoção e regulação do capitalismo global: ver Carnegie Endowment for International Peace/Inter-American Dialogue, *The Role of Multilateral Development Banks in Emerging Market Economies*, Findings of the Commission on the Role of the MDBs in Emerging Markets (dirigido por José Ángel Gurría e Paul Volcker), 2001, em <http://www.thedialogue.org/publications/program_reportsl MDB_report.pdf> .

19 UNCTAD, “Economic Development and Capital Accumulation: Recent Experience and Policy Implications”. Background paper preparado pela Division on Globalization and Development Strategies, Junho de 2004, p. 12, em <http://www.unctad.org/en/docs/2-63_PolicyPaper_en.pdf>.

20 BID, *Competitiveness*, p. 4.

21 .ECLAC, *Foreign Investment in Latin America and the Caribbean*, 2003, pp. 9-18; a passagem citada foi extraída da p. 17.

22 ECLAC, *Desarrollo productivo en economías abiertas*, Santiago: ECLAC, Junho de 2004, cap. 9, especialmente pp. 305-306.

23 Comissão Europeia, “An Agenda of Social and Economic Renewal for Europe”, *Doc, 00/7*, Brussels, 24 de Fevereiro de 2000.

24 Comentário ao momento do lançamento do “Latin American Regional Strategy Document: 2002-2006 Programming” da Comissão Europeia, Abril de 2002, em <http://europa.eu.int/comm/external_relations/la/rsp/index_en.htm> .

25 Monteiro Considera and Tavares de Araujo, “Competition Advocacy in Brazil”, p. 10.

26 OECD, *Competition Law and Policy in Mexico*, p. 61 e para. 6.2.9 pp. II 71-72.

27 OECD, *Competition Law and Policy in Chile*, p. 61.

28 OECD/BID, “Institutional Challenges to Promoting Competition”, Nota do Secretariado da OECD, Second Meeting of the Latin American Competition Forum, Washington DC, 14 de Junho de 2004, pp. 6, 8.

29 OECD/BID, “Competition Advocacy: Challenges for Developing Countries”, <<http://www.iadb.org/europe/PDFs/LAFC2004/competition%20advocacy-Clark.pdf>>.

30 Paul Cammack, “Making Poverty Work”, *Socialist Register 2002*, Londres: Merlin Press, 2001.

31 Paul Cammack, “The Governance of Global Capitalism”, *Historical Materialism*, 11(2), 2003, pp.37-59.

32 Paul Cammack, “What the World Bank Means by Poverty Reduction, and Why it Matters”, *New Political Economy*, 9(2), 2004, pp. 189-211.

33 BID, Escritório Especial na Europa, “Periodic Note on Integration and Trade in the Americas”, Maio de 2004, p. 25.

34 Ver European Commission, “Some Key Issues in Europe’s Competitiveness. Towards an Integrated Approach”, COM, 2003, 704 final, Brussels, 21 de Novembro de 2003. O documento começa com a declaração de que “A Europa deve tornar-se mais competitiva” e depois adverte sobre os “novos competidores fortes” (p. 5) no sudeste asiático e na América Latina.

35 Ver Leo Panitch e Sam Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin Press, 2003, p. 17, com relação ao título do livro de Alan S. Milward, *The European Rescue of the Nation State*, Londres: Routledge, 2000.

36 A referência é ao livro de Bill Warren, *Imperialism, Pioneer of Capitalism*, Londres: Verso, 1980. Não estou de acordo com o argumento de Warren nos termos em que foi formulado. Mas uma análise das teses que teriam informado o desenvolvimento de seu

trabalho caso ele estivesse vivo (pp. xi-xii) sugere sua relevância para a situação esboçada aqui.

O ESTADO RUSSO NA ERA DO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

Boris Kagarlitsky

Atualmente está se desenvolvendo na Rússia um debate entre uma corrente de pensamento que vê o presidente Vladimir Putin como um grande patriota russo que defende o país das ambições imperialistas da América do Norte, e outra que o vê como um mero títere norte-americano.

Naturalmente, o patriotismo de Putin não é mais (nem menos) honesto que seu proclamado desejo de manter a democracia na Rússia. Sua proclamada defesa dos interesses nacionais somente pode ser considerada seriamente por aqueles que tomam por certa qualquer propaganda governamental. Apesar de sua retórica patriótica, o governo de Putin fez importantes concessões aos líderes dos EUA. As bases militares russas no Vietnã e em Cuba foram fechadas, o que, no caso de Cuba, pode-se interpretar como um convite direto para que os EUA invadam a ilha. Enquanto isso, foram estabelecidas bases militares estadunidenses na Ásia Central com a anuência de Moscou. No Kremlin o governo republicano de George W Bush é visto como um sócio ótimo, que, distintamente dos democratas, não faz perguntas molestas sobre os direitos humanos.

E, o que é mais importante, o governo russo está colaborando economicamente com o governo Bush. Enquanto economia produtora de petróleo em um período de altos preços, a Rússia desfruta de um maciço ingresso de petrodólares. Em maio de 2003, as reservas do Banco Central Nacional chegaram a níveis recordes, excedendo os 60 bilhões de dólares, e desde então continuaram crescendo rapidamente, no entanto, esta enorme soma de dinheiro não é investida na economia local nem usada para resolver os dramáticos problemas sociais do país. Ao contrário: em 2004, o governo russo recortou o gasto social e lançou um novo ataque ao que restava do estado de bem-estar, afirmando que não havia suficientes recursos. Todo o dinheiro extra é retirado da economia e vai para um Fundo de estabilização teoricamente desenhado para ser utilizado quando os preços do petróleo declinem. Na verdade, boa parte do dinheiro é investido em bônus do Tesouro dos EUA. Em vez de resolver os problemas do país, o governo de Moscou se dedica a manter o dólar e a tirar a economia dos EUA da recessão.

O ENIGMA RUSSO

Ainda que as tentativas de apresentar Putin como um grande líder nacional que desafia a dominação estadunidense dificilmente resistam à prova dos fatos, a visão oposta tampouco é correta. As descrições de Putin como um mero títere norte-americano tampouco são muito convincentes. Suas duras declarações sobre a invasão estadunidense ao Iraque produziram um arrebatamento de prazer nostálgico nos setores patriotas. Por uns minutos pareceu como se a Rússia estivesse se opondo aos EUA. Mas estranhamente, os discursos ameaçadores que ressoaram em Moscou não tiveram nenhum impacto em Washington e nem sequer se refletiram nas relações entre os EUA e Rússia. Os membros do governo Bush não somente se deram conta de quão débil era a Rússia de Putin, mas também entenderam quão dependente era. A França e a Alemanha eram justificadamente vistas como a fonte dos problemas dos EUA, uma vez que poderia se suspeitar que tentariam desenvolver projetos próprios alternativos à hegemonia deste. O que à primeira vista podia parecer uma luta entre a Rússia e os EUA era na realidade uma luta pela Rússia entre os EUA e a Europa Ocidental. Precisamente por esta razão, Washington, que reagiu com extrema irritação frente à posição tomada em Paris, somente demonstrou

condescendência frente a Moscou.

As imagens contraditórias do governo Putin, que pode ser catalogado ao mesmo tempo como “nacionalista” e como intermediário, refletem as contradições objetivas da economia política atual da Rússia e a total falta de coerência da política exterior de Moscou que é, em parte, resultado de tais contradições. Não se trata simplesmente de uma divisão das elites russas entre correntes pró-européias e pró norte-americanas, mas também de que nenhuma destas correntes possui uma visão clara ou uma linha política consistente, o que agrega grande confusão à situação. Ambas tendências baseiam sua perspectiva em expressões de desejos, seja ao acreditarem na invencibilidade norte-americana ou no crescimento incontrolável da União Européia. Tanto uns como outros titubeiam.

Também a ideologia é confusa. Os liberais em termos políticos estão protestando contra o caráter cada vez mais repressivo do sistema político russo e estão preocupados com a xenofobia que está entrando na moda em cada vez mais setores da população. Mas também estão apaixonados por Israel, apóiam G. W. Bush em sua guerra contra o terrorismo, e vêem a América do Norte como a democracia ideal. Muitos deles odeiam a Europa Ocidental por sua “irresponsabilidade liberal”, sua “permissividade multicultural” e “seu apoio aos terroristas palestinos”. Alguns cifram suas esperanças nos democratas estadunidenses, esperando que eles arrumem o que G. W. Bush estragou “em um momento de loucura”. No entanto, nunca vêem que haja algum problema com o imperialismo norte-americano como tal. Para piorar as coisas, os liberais em questões econômicas não vêem nenhum problema na repressão nem na xenofobia, e lembram a todos que nos últimos vinte anos a economia russa nunca funcionou tão bem como está fazendo sob o governo de Putin. Ademais, estão satisfeitos com as políticas estadunidenses porque estas, por boas ou más razões, contribuem para manter o alto preço do petróleo. Por sua vez, os nacionalistas obviamente odeiam a América do Norte, mas compartilham da preocupação do presidente Bush sobre o terrorismo e da “ameaça islâmica”. Ironicamente, os políticos mais anti-semitas da Rússia são também os maiores admiradores do “modelo de segurança israelita”.

A confusão não é um fenômeno cultural ou político. Na verdade, a debilidade da elite russa em matéria internacional é proporcional à sua debilidade econômica e social, debilidade que nem o maior preço possível que pudesse chegar a ter o petróleo no mercado mundial poderia compensar. A Rússia não é uma potência global; não é nem sequer um ator auto-definido como menor (como Finlândia o Japão). é simplesmente um campo de batalha dos conflitos globais que estão surgindo, um objeto mais que um sujeito de relações internacionais. É um objeto que está vivo e é sensível. Inclusive tem consciência de alguns de seus interesses (ainda que não de todos). Mas é incapaz de atuar de maneira consistente.

Putin proclamou um novo ideal nacional: a competitividade. Finalmente, o patriotismo foi posto ao serviço do capitalismo. Esta visão completamente burguesa da vida contrasta com o desfalque orgiástico do período de Yeltsin, durante o qual prevaleceu uma concepção ingênua do capitalismo visto exclusivamente como sociedade de consumo. A gente que integra o governo de Putin não teve a mesma margem de ação que seus predecessores. Pragmáticas até os ossos, são pessoas completamente anônimas. O triunfo da mediocridade e da trivialidade que caracterizam a todos os níveis do estado e do mundo dos negócios na Rússia é outra prova clara de que a elite do país aprendeu finalmente as regras de conduta burguesa. A burguesia burocrática ocupou o lugar dos oligarcas e esteve colaborando estreitamente com o capital ocidental. Esta colaboração se tornou muito mais fundamental e de longo alcance a medida que o capitalismo russo foi amadurecendo. O problema é que estas elites governantes na Rússia continuam

dependendo profundamente das exportações de petróleo e dos mercados financeiros ocidentais. Ao mesmo tempo se sentem muito menos dependentes da população de seu próprio país, a qual parece ser obediente e passiva e estar desmoralizada. Na medida em que os mercados e a população locais interessam muito pouco aos governantes, o país está condenado a continuar sendo dependente sem importar o que digam as declarações oficiais.

A GRANDE AMIZADE

A guerra no Iraque revelou animosidades ocultas, tornou visíveis as contradições e provocou conflitos abertos nas relações entre Europa e América do Norte. Não aconteceu o mesmo no caso das relações entre Rússia e América do Norte. Depois de um período de esfriamento do vínculo, ambos os países estão experimentando uma erupção aguda de simpatia mútua, que acaba sendo um pouco estranha se contrastada com as declarações nacionalistas do presidente Putin durante os primeiros meses de seu governo. Jornalistas e analistas políticos estão perplexos com uma mudança de rumo tão abrupta. O que acontece? Na situação geral posterior ao 11 de setembro na qual Moscou ficou com pouca margem de manobra, trata-se de um movimento pensado para favorecer os interesses dos magnatas petroleiros, que estão tratando de cimentar a amizade com seus colegas estadunidenses com a esperança de ganhar dinheiro a partir da colaboração com Washington? Nenhuma explicação parece realmente convincente.

Para o observador externo, as ações do Kremlin poderiam ter parecido uma mudança violenta de 180°. No entanto, foram profundamente meditadas e preparadas com muita antecedência. Tudo o que fazia falta era um pretexto, e a formação da coalizão antiterrorista o proporcionou. O enigma não pode ser resolvido, pela simples razão de que não é um enigma em absoluto. A política russa foi consistentemente pró norte-americana. A retórica russa, destinada ao consumo interno, é algo muito distinto.

Durante boa parte dos anos 90, Washington havia tido poucos aliados mais consistentes ou devotos que a Rússia sob o governo de Yeltsin. Em sua ansiedade por agradar Washington, as autoridades russas não ficaram atrás nem sequer pelo fato de que suas ações contradiriam todos os conceitos comumente aceitos de interesse nacional.

Enquanto os EUA expandiam seu armamento, as autoridades russas reduziam-no com determinação. Foram-se eliminando uma a uma as limitações sobre os exportadores e empreendedores norte-americanos que operam na Rússia, enquanto que os EUA mantinham as medidas protecionistas que havia introduzido na década de 70 com a finalidade de conseguir que os judeus soviéticos fossem autorizados a sair da União Soviética. Desde então todas as barreiras à emigração foram eliminadas, mais de um milhão de pessoas deixaram a Rússia e durante muitos anos as embaixadas ocidentais tiveram que tentar deter o fluxo de cidadãos russos que buscavam emigrar. No entanto, as restrições estadunidenses continuam de pé.

Se todos os líderes russos tivessem sido funcionários dos serviços de inteligência estadunidense, dificilmente teriam podido fazer mais do que fizeram para levar adiante as tarefas planejadas em Washington. Todavia, os políticos no poder na Rússia não eram traidores, muito menos agentes da CIA; trata-se simplesmente de que suas estratégias se basearam em princípios simples e claros assimilados durante os anos nos quais colapsou a União Soviética. Há um só chefe no mundo, os EUA, e deve-se agradar a este chefe. Ganhar a simpatia do chefe constitui o maior interesse nacional.

Sua lealdade foi recompensada, talvez não para a totalidade da Rússia, mas ao menos para suas elites. O objetivo estratégico de Moscou foi o de ganhar o

reconhecimento das elites ocidentais da nova classe dirigente que emergiu como produto do saque da propriedade estatal. A participação do presidente russo na cúpula do Grupo dos Sete países desenvolvidos foi um sinal de que a estratégia escolhida estava funcionando. A transformação dos “sete” em “oito” e o reconhecimento de igual status formal para o líder russo foi um êxito fundamental da política exterior do país.

Essa perspectiva desmoronou no final da década de 90 quando, em um contexto marcado por níveis de vida continuamente descendentes e pela destruição da indústria, o humor anti-ocidental alcançou um limite crítico. A crise econômica estava se desenvolvendo paralelamente à desilusão da população com o neoliberalismo, o livre mercado e os “valores ocidentais”. A queda do rublo em agosto de 1998 foi publicamente percebida como a prova final da bancarrota do rumo seguido pela Rússia durante os anos 90.

O REGIME DE PUTIN

Quando Vladimir Putin chegou ao poder em 1999, inicialmente como primeiro-ministro para depois converter-se em presidente, era quase impossível que um político que quisesse conseguir apoio público defendesse abertamente objetivos econômicos neoliberais e uma política exterior pró norte-americana. No entanto, o mesmo grupo oligárquico se manteve no poder com a mesma agenda, não tão dissimulada. Putin, um veterano dos organismos de segurança do estado, foi usado para proclamar as frases patrióticas rituais, cuja função era não tanto mascarar as diferentes perspectivas, mas ocultar a ausência de qualquer perspectiva. Putin, um pequeno burocrata de São Petersburgo sem experiência política e nem sequer ambições pessoais, foi ascendido em um instante à cúpula do Olimpo político precisamente porque não tinha antecedentes que permitissem avaliá-lo. Um completo diletante em todos os campos do governo estatal, era o sócio ideal para a oligarquia. Como corresponde a um agente de segurança do estado, o novo presidente tinha grande estima pelo poder, mas não tinha a menor idéia do que fazer com ele. Passou seus primeiros dois anos basicamente reacomodando seus funcionários.

Durante a grande crise de 1999, muitos bancos com sede em Moscou foram à falência e inclusive alguns oligarcas sofreram importantes perdas. Por outro lado, seus rivais menores de São Petersburgo se tornaram mais fortes. Um grupo inteiramente novo de gente de negócios agressivamente pró-ocidental da “capital do norte” se trasladou para Moscou como parte do séquito de Putin, com a finalidade de assumir posições chave nas grandes empresas privatizadas assim como na administração pública. O presidente estava interessado exclusivamente na lealdade pessoal dos funcionários contratados por ele. Enquanto isso, os grupos oligárquicos foram restabelecendo o controle perdido. A fuga de capitais voltou a começar, os salários da maioria da população se estagnaram novamente, e as corporações ocidentais gradualmente começaram a reconstruir suas posições na Rússia, que haviam se debilitado no momento da crise.

A guerra contra o terrorismo foi proclamada como a prioridade número um muito antes do 11 de Setembro. A mesma converteu-se na justificação das tendências crescentemente autoritárias do novo governo. Mas também constituiu uma mensagem para o Ocidente. Muito antes do 11 de Setembro, Putin e sua equipe haviam tentado ganhar apoio ocidental e desalentar as críticas em torno da violação dos direitos humanos, explicando que a guerra que estavam lutando na Tchetchênia não era uma tentativa de preservar a posição das empresas petrolíferas russas no Cáucaso, mas uma luta para salvar a civilização ocidental da ameaça islâmica. Em sua retórica pública, a Tchetchênia se transformou no centro de uma conspiração islâmica global, não tanto contra a Rússia,

mas contra a nova ordem global. Inicialmente, os poderes ocidentais escutavam estes argumentos com ceticismo e não deixavam de lembrar o Kremlin de que as atrocidades maciças cometidas pelos militares na Tchetchênia não pareciam uma conduta muito civilizada. Depois do 11 de Setembro, no entanto, o humor mudou e Moscou foi reconhecida como parte das coalizões antiterroristas junto com outros grandes defensores dos direitos humanos tais como os governos de Paquistão, Cazaquistão, Uzbequistão e Geórgia.

Outro grande sucesso político foi a Lei contra o Extremismo aprovada pela Duma russa como uma contribuição ao esforço antiterrorista internacional. Esta lei está na mesma linha da legislação aprovada no Cazaquistão, Uzbequistão, Paquistão e outros aliados da nova cruzada de G. W. Bush. Definindo o “extremismo” em um sentido amplo, a lei outorga à polícia o direito de atacar manifestações e demonstrações legais se identificar “um só extremista presente na multidão”. A lei também outorga às autoridades o direito de “desregistrar” (proscrever) partidos políticos e organizações não-governamentais suspeitas de estar envolvidos em atividades extremistas. O fato de que a teoria da luta de classes esteja incluída na lista de idéias extremistas cuja difusão deve ser evitada fala claramente da transformação ideológica do estado russo frente à época soviética.

Durante o governo de Yeltsin, as autoridades haviam falado abertamente do que estavam fazendo e inclusive se vangloriavam de fazê-lo. Com Putin, preferiram manter-se em silêncio ou mentir. Este foi o novo elemento político introduzido pelos veteranos de segurança do estado que enchem as calçadas do Kremlin. O estado seguiu uma linha ainda mais dura em relação aos subsídios para habitação e educação, preparando o desmantelamento dos restos da “rede de segurança” soviética, enquanto ao mesmo tempo falava incessantemente de sua “preocupação com os pobres”. O imposto sobre a renda dos ricos foi drasticamente reduzido com o argumento de que favorecia a justiça social. Agora a Rússia possui um imposto de taxa constante de 13% sobre a renda, que as autoridades orgulhosamente levam a público como o imposto de renda mais baixo da Europa. Apesar disto, o imposto aumentou 1 % para os pobres. Em 2001, introduziu-se um novo Código Trabalhista que limitou o direito de greve e de criação de organizações sindicais. Os oligarcas observavam-na com satisfação crescente, enquanto que os intelectuais “patriotas” que inicialmente haviam celebrado a chegada de Putin ao Kremlin estavam cada vez mais confusos.

Enquanto se estendiam falando da grandeza da Rússia e prometiam novos avanços tecnológicos, os líderes do país tomaram a decisão de abandonar a única estação espacial *Mir*. Teria sido muito mais vantajoso usar a estação conjuntamente com os chineses, que prometiam pagar todos os gastos, mas este curso de ação não teria agradado os EUA, e em consequência, deixou-se que a estação se precipitasse no oceano.

Os empreendedores russos próximos ao governo procuraram conseguir contratos no marco do programa de defesa anti-mísseis norte-americano, ao mesmo tempo que o Kremlin condenava isto publicamente. Para desgraça dos fabricantes de armas russos, pouco foi oferecido do lado norte-americano. Apesar de todas as declarações de amizade, a indústria armamentista russa vende muito mais para a China que para o Ocidente. Por outro lado, os oligarcas petroleiros tiveram mais êxito. Durante sua visita a Moscou, o presidente Bush prometeu que a América do Norte compraria petróleo das empresas russas, e inclusive uma parte desse petróleo já tinha sido despachado. Contudo, isto dificilmente pode ser considerado um grande êxito comercial capaz de inspirar a cidadania.

A Rússia não somente não recebeu nada em troca por seus serviços, mas também foi vítima das restrições impostas pelos EUA em matéria de importação de aço. Estas

restrições estavam dirigidas principalmente para a Alemanha, mas afetaram fortemente os produtores de aço russos. Foi neste ponto que o governo russo, pela primeira vez em anos, decidiu mostrar-se duro e limitou a importação de frangos da América do Norte por “razões médicas”. Para surpresa geral, isto foi suficiente para induzir Washington a fazer concessões. Finalmente, obteve-se o acordo longamente esperado entre o governo Putin e George W Bush. Os norte-americanos reconheceram que a Rússia possui uma economia de mercado e melhoraram levemente as condições de acesso dos bens russos ao mercado estadunidense. Moscou, por sua parte, deixou de considerar que os frangos norte-americanos são nocivos para a saúde. O governo está se preparando para entrar na Organização Mundial do Comércio.

O NACIONALISMO E A GUERRA TCHETCHENA

Dentro do Kremlin, as pessoas pensavam que haviam encontrado o recurso mágico para “vender” qualquer coisa à população: o nacionalismo. Com ajuda da retórica patriótica, levemente condimentada com demagogia racista e clericalismo, qualquer orientação política podia ser considerada “verdadeiramente nacional”, independentemente de seu conteúdo. No início as declarações das autoridades geraram histeria entre a *intelligenza* liberal de Moscou e São Petersburgo, mas depois de certo tempo, quando ficou claro que por detrás da demagogia não havia nada, o público começou a se acalmar.

Na prática, a única manifestação do “rumo nacional” foi a repressão na Tchetchênia, que não amainou nem por um dia. A guerra na Tchetchênia, lançada em 1999 como parte da campanha eleitoral de Putin, continuou por pura inércia. A sociedade russa foi se acostumando cada vez mais a morte de dezenas de soldados cada semana, e deixou de reagir aos informes de represálias contra civis pacíficos. Dado que o racismo se converteu, em certa medida, em parte da consciência oficial, os relatos de assassinatos, estupros e saques na república do Cáucaso foram percebidos como boas notícias, como uma prova de que as autoridades estavam tomando uma atitude honesta e séria frente ao problema tchetcheno.

Quando depois de 11 de setembro certos comentaristas ocidentais previram um “endurecimento da política russa na Tchetchênia” estavam mostrando uma ingenuidade assombrosa. “Endurecer” tal política era nesse momento simplesmente impossível. Tudo o que se podia fazer a uma população pacífica já tinha sido feito, começando pelo estabelecimento de campos de “filtração” e terminando com o desaparecimento sem deixar rastros. As únicas coisas que não tinham sido ensaiadas eram o extermínio de toda a população até o último indivíduo inclusive, ou a deportação maciça. Mas estas possibilidades não entravam nos planos dos especialistas russos em “resolver o problema tchetcheno”. Se os tchetchenos tivessem sido rapidamente exterminados não teria ficado ninguém para roubar e humilhar. Em todo caso, a guerra constante era necessária como prova da “orientação nacional” de um regime que não mostrou tal preocupação pelo interesse nacional em nenhum outro campo.

A questão ideológica, no entanto, não foi resolvida. É muito difícil apresentar concessões unilaterais a um poder estrangeiro como a manifestação suprema de patriotismo. Os fatos do 11 de setembro contribuíram para resolver o problema. imediatamente depois disto, Moscou declarou sua solidariedade com os EUA na luta contra o terrorismo internacional, empreendeu o fechamento definitivo de suas últimas instalações militares no Vietnã e Cuba, respaldou a concentração de tropas estadunidenses nas ex-repúblicas da Ásia Central e, finalmente, apoiou o envio de unidades norte-americanas para a Geórgia, logo na fronteira russa. Previamente, a

oposição de Moscou à expansão da OTAN para o Leste e ao programa de defesa anti-mísseis havia sido meramente retórica, uma vez que as demandas gerais não tinham sido seguidas por nenhuma iniciativa diplomática. Agora, até as demandas foram descartadas.

Nem os objetivos dos EUA e de seus aliados nem os métodos que estes estavam empregando foram postos em questão pelo Kremlin. No melhor dos casos, Putin criticou o Ocidente por ser muito brando frente ao terrorismo. Durante sua visita a Bruxelas, imediatamente depois do bombardeio norte-americano do Afeganistão, explicou aos líderes ocidentais que o conceito de dano colateral deve se estender a qualquer vítima civil. De acordo com Putin, os terroristas devem ser considerados responsáveis pela morte de qualquer civil, sem que importe como são produzidas estas mortes nem quem mata esta gente. Segundo ele, é impossível combater o terrorismo sem atacar os civis, e os terroristas devem ser culpados por qualquer coisa, se não houvesse a necessidade de combater o terrorismo, a guerra não teria começado e essas mortes não teriam ocorrido.

Nos fóruns internacionais, os diplomatas e políticos russos tiveram posições muito próximas das de seus colegas israelitas em defesa das ações de suas respectivas forças armadas nos territórios ocupados. A ironia da situação, no entanto, é que o “modelo israelita” foi especialmente elogiado por alguns nacionalistas russos de linha dura. Um bom exemplo é Dmitry Rogozin, o líder da facção “Rodina” na Duma estatal, quem nunca antes tinha sido escutado dizendo algo positivo sobre os judeus.

Como havia acontecido anteriormente, a maior preocupação de Moscou era que seus sócios reconhecessem seu status formal. Foram feitos pedidos desesperados para Washington para que os combatentes tchetchenos fossem oficialmente denominados “terroristas” e fossem igualados com os mal-feitores que haviam atacado o World Trade Center em Nova Iorque. Isto não podia ter nenhum efeito no desenvolvimento real da campanha na Tchetchênia, mas a preocupação de Moscou estava em outra parte. O que o Kremlin necessitava não era a resolução do problema tchetcheno, mas uma reivindicação moral. Os burocratas russos queriam sentir-se cômodos nos fóruns internacionais, estavam cansados de ter que justificar os assassinatos de mulheres e crianças.

A atitude adotada pela elite russa não é difícil de entender. Afinal de contas, freqüentemente os políticos e líderes militares ocidentais fazem o mesmo sem ter que aceitar a responsabilidade criminal ou sequer moral. Enquanto Washington afirma seu direito de bombardear a quem lhe pareça, os governantes regionais que matam uns poucos milhares de seus súditos têm o espectro do Tribunal Internacional de Haia pendendo sobre suas cabeças. Portanto, Moscou reclamou a igualação dos direitos, que implicaria ser liberada de qualquer responsabilidade moral. Mas Washington, em sua arrogância, não concedeu nem sequer isto. Para Putin, a falta de algum benefício mínimo como resultado de sua colaboração militar e política com os EUA começou a se tornar um problema político interno. Militares insatisfeitos e nacionalistas que acreditavam honestamente na retórica oficial se sentiram traídos.

Os meios de comunicação nacionalistas estão ficando nervosos. Oficiais retirados enviaram cartas abertas para Putin chamando-o de traidor por ter cedido as bases militares russas na Ásia Central aos norte-americanos e ter abandonado as posições russas no Vietnã e Cuba. Batalhões policiais inteiros negaram-se a cumprir tarefas na Tchetchênia porque não vêem o sentido de continuar esta guerra. Vlad Shurygin, um jornalista “patriota” muito próximo aos militares, recentemente chamou Putin de “um novo Gorbachov”. Contrariamente ao que se possa pensar no Ocidente, na Rússia esta é a pior acusação possível. Com 80% da população que considera que o último presidente soviético foi um “traidor”, pessoalmente responsável pelos desastres que se seguiram à desintegração da União, a comparação não parece muito atrativa.

Para um militar e um nacionalista como Shurygin, comparar Putin com

Gorbachov é a máxima expressão de ódio.

Os sentimentos antinorte-americanos não somente continuam sendo fortes na Rússia, mas que se tornaram ainda mais visíveis desde que as tropas estadunidenses entraram na Ásia Central. As pesquisas de opinião mostram que cerca de 60% da população russa vê os EUA como um governo hostil. E quanto mais Putin faça para agradar Bush, menos apoio terá em seu país. Em algum momento, a crescente insatisfação se converterá em um problema sério para o Kremlin. Os veteranos da polícia política que governam o país reagirão da maneira acostuada, tratando de “ajustar os parafusos”. Para poder fazê-lo, o apoio ocidental será essencial, e sem dúvida o governo Bush dará seu respaldo. Comparada com Cazaquistão, Geórgia ou Uzbequistão, a Rússia é um bastião dos direitos humanos. Se Washington não tem problemas com estes regimes abertamente ditatoriais nas outras repúblicas, o Kremlin tem o caminho livre.

Até onde podem chegar as medidas drásticas na Rússia sem risco de reclamações por parte do “Grande Irmão”? A experiência dos anos 90 mostra que nem o bombardeio do parlamento, nem a “censura temporária”, nem a proscrição dos “partidos políticos extremistas” foram considerados violações da liberdade no que concernem os “amigos da América do Norte”. Em consequência, o Kremlin necessita tornar-se amigo dos EUA simplesmente por razões de política interna. Putin e seus sócios não têm outra saída.

AS LUTAS EM TORNO DO IRAQUE

O papel da Rússia na luta diplomática em torno do Iraque foi muito importante. Apesar de ter deixado de ser uma superpotência, a Rússia herdou uma condição de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e o direito de vetar suas decisões, assim como os direitos sobre uma enorme dívida que o Iraque tinha com a União Soviética. É por isto que a luta diplomática em torno da guerra no Iraque era em boa medida uma luta entre Washington e Berlim pelo voto da Rússia na ONU. A crise global, que chegou a seu ponto máximo durante o fim de semana de 14 e 15 de fevereiro de 2003, acabou em uma derrota e uma humilhação sem precedentes para o governo do presidente Bush. Washington estava seguro de que a França não vetaria sua proposta de resolução da ONU tendente a lançar uma ação militar contra o Iraque. Mas finalmente ficaria claro que a proposta estadunidense estava sepultada mesmo sem o veto francês. Os inspetores de armamentos não seguiram o manual, segundo esperava Washington, e os membros do Conselho de Segurança tomaram a palavra um a um para deixar marcada sua oposição à guerra.

Uma humilhação ainda maior para Bush materializou-se nas enormes marchas de oposição à guerra ao redor do mundo, incluindo nos EUA. Os poucos governos da Europa ocidental que ainda apoiavam Bush suportaram a pressão maciça das ruas. Estava sendo gerado um consenso ao redor do mundo, que foi crescendo desde então, sobre a periculosidade de Bush. Os líderes em Washington repetiram insistentemente que Saddam Hussein representava uma ameaça para a humanidade, mas suas exortações tiveram o efeito oposto. Hussein sem dúvida representava uma ameaça para seu próprio povo, mas milhões de pessoas ao redor do mundo chegaram à conclusão de que Bush, e não Hussein, representa uma ameaça para o planeta.

Enquanto os líderes estadunidenses estavam sendo atacados, a Rússia demonstrou uma vez mais sua impotência e insignificância. Durante a década anterior, a Rússia havia dependido politicamente dos EUA e economicamente da Alemanha. Os EUA ditavam a agenda política da Rússia enquanto a Alemanha se convertia gradualmente em seu principal sócio comercial e na fonte de investimentos externos. O sistema funcionou

bastante bem enquanto a Alemanha manteve um perfil baixo em matéria internacional e dava alguma mostra de sua solidariedade com os EUA. Mas quando os desacordos entre EUA e a Alemanha saíram à superfície, os líderes russos perderam o rumo.

Moscou comportou-se como um dos cães de Pavlov. Na medida em que os sinais chegam um por um, os reflexos condicionados do cão responderam apropriadamente: o cão saliva com o som da campainha. Depois, o cientista proporciona dois sinais contraditórios. A pobre besta entra em pânico, dando voltas dentro de sua jaula. Algo similar aconteceu com os líderes russos durante o inverno de 2003. Somente quando ficou claro que a França e a Alemanha tinham assegurado a maioria no Conselho de Segurança e que não faria falta nenhum veto, o presidente russo Vladimir Putin se alinhou ostensivamente com os ganhadores. Durante dez anos os ideólogos do Kremlin haviam convencido o público que a Rússia devia apoiar os EUA para evitar o risco de ser condenada por “todo o mundo civilizado”. Os fatos de fevereiro de 2003 revelaram que Washington estava isolada. Os responsáveis pelas políticas russas chegaram finalmente à conclusão correta. Como era óbvio, no entanto, suas ações não foram guiadas por princípios firmes ou preocupações com o interesse nacional, mas por puro oportunismo.

A imagem dos líderes russos pronunciando palavras ditadas em Berlim sem tirar os olhos de Washington foi embaraçosa. Durante a guerra no Iraque, a televisão controlada pelo governo russo não perdeu a oportunidade de condenar a agressão norte-americana, de um modo que evocava a TV dos tempos soviéticos. No entanto, quando a operação militar terminou e as tropas estadunidenses tomaram o controle da maior parte do território iraquiano, a elite russa começou a ficar nervosa novamente. O tom da propaganda mudou, e a reconciliação com Washington foi vista como absolutamente necessária.

Desafortunadamente para Putin e sua equipe, os patrocinadores europeus da Rússia viam as coisas de modo muito diferente. Contradizendo a maioria das expectativas, a completa reconciliação entre o “eixo europeu” e a “coalizão dos dispostos” liderada pelos EUA não foi rápida. Neste tipo de situação, a importância da Rússia na luta global se reforça. Os EUA não somente adquiriram o controle do petróleo iraquiano, mas também a possibilidade de influir sobre a OPEC na qual o governo títere iraquiano possui um assento. Entre os países do “eixo europeu”, somente a França possui suas próprias empresas petrolíferas, as quais são muito menores que suas contrapartes norte-americanas ou mesmo britânicas. Isto significa que para estes países torna estrategicamente importante assegurar os recursos russos. Por sua vez, Washington não necessita dos recursos russos.

Mas a lógica da competição implica que a fração de capital transnacional liderado pelos EUA não tenha interesse que as principais economias do “eixo europeu” tenham assegurado o petróleo e o gás russos. Isto converte a Rússia em um campo de batalha. O “eixo europeu” tem interesse em estabilizar a Rússia. Na verdade, esta estabilização é uma condição necessária para o êxito do projeto europeu como tal. À medida que as relações dentro da UE se tornam menos previsíveis, estáveis e tolerantes, manter a Rússia do seu lado se torna um assunto de importância estratégica para o “eixo europeu”. E isto não é simplesmente por seu petróleo e outros recursos. Enquanto a América do Norte pode colocar a Europa oriental contra o “eixo europeu”, a Alemanha por sua vez pode colocar a Rússia contra os poloneses, tchecos e ucranianos.

A RÚSSIA E O NOVO JOGO IMPERIALISTA

Em suma, o projeto europeu necessita que a Rússia seja estável e segura e que o Iraque,

ocupado pelas forças anglo-norte-americanas, continue sendo um lugar instável e inseguro. O êxito do projeto global norte-americano, pelo contrario, depende de sua capacidade de manter a estabilidade no Iraque e de desestabilizar a Rússia. Este é um clássico jogo imperialista não muito distinto daquele de princípios do século XX. Distintamente, no entanto, é que hoje os blocos imperialistas não podem ser vistos simplesmente como elites capitalistas nacionais, mas são mais formações supranacionais que se servem dos estados nacionais na falta de um melhor instrumento. Todos os instrumentos políticos supranacionais desenhados a partir da Segunda Guerra Mundial mostraram-se ineficazes neste novo cenário e, ironicamente, em vez de se fortalecer com a globalização orientada pelos mercados, foram minados por esta. A ONU atravessa uma situação de total confusão, e a UE está seriamente debilitada. Além disso: tanto a OMC como o FMI enfrentam problemas por causa da retirada gradual dos EUA.

Esta retirada é algo mais que o mero resultado do enfoque unilateral neoconservador do governo Bush. Contra aquilo que formula a teoria liberal, a integração mercantil não leva à homogeneização econômica; e se isto é certo para a região européia, é ainda mais certo para a economia global. Depois de vinte anos de globalização, as contradições globais aumentaram. A desigualdade entre estados e regiões está aumentando, e outro tanto acontece com a polarização. Estas não são mais as duas caras do mesmo fenômeno. A polarização mercantil está globalmente acompanhada pelo desenvolvimento desigual e combinado e pela crescente competição. As corporações transnacionais rivais simplesmente não podem evitar aliar-se com os estados, os quais continuam sendo instrumentos estratégicos da expansão e dominação capitalista.

A luta entre os poderes imperialistas foi sempre muito mais que um enfrentamento entre estados por territórios ou mercados. O capitalismo é um sistema que subordina todas as atividades humanas à acumulação de capital. Na verdade, a opressão das pessoas, a obtenção de lucros, a competição mercantil e inclusive a exploração do trabalho livre foram práticas das sociedades humanas muito antes das revoluções burguesas. Mas somente o sistema burguês organizou todas estas atividades em função do propósito único de acumular capital. Então, a forma superior de competição capitalista é a luta entre diferentes centros de acumulação. Isto foi exatamente o que determinou tantas guerras, desde o conflito anglo-holandês no século XVII até a Primeira Guerra Mundial. E este é, em boa medida, o conflito atual.

Na luta para influir sobre a Rússia oficial, os líderes conservadores dos EUA tiveram uma grande vantagem sobre os liberais europeus. A opinião pública norte-americana mostrou muito menos interesse nas sutilezas da política exterior de seu país que a da Europa ocidental. Enquanto não levasse à morte de cidadãos norte-americanos, o apoio a ditaduras nunca foi um tema político interno nos EUA. Nos países europeus, por outro lado, os governos foram forçados pela síndrome pós-imperial a reconhecer que a opinião pública é consciente das posições dos estados aliados em matéria de direitos humanos. A medida que se foi agravando o problema dos direitos humanos na Rússia, que se restringiu a liberdade de expressão e se acrescentou a crueza da fraude eleitoral, aumentaram as dificuldades da governo Putin frente a Europa. Deste modo, terminou sendo refém de Washington.

Qual é o significado da nova situação? Os líderes da UE não estão preparados para uma batalha direta com os EUA, mas a Europa oriental e o Oriente Médio serão as áreas mais controversas no futuro próximo. As contradições internas aumentarão por causa da interferência externa. E na medida em que é claramente mais fácil desestabilizar que estabilizar, não é difícil prever que as estratégias de desestabilização prevalecerão sobre as tentativas de por ordem em ambas as regiões. O mesmo pode estar certo no caso da Rússia, onde as elites já estão visivelmente divididas entre facções pró-norte-

americanas e pró-alemãs, e onde provavelmente vejamos uma escalada de tensões. Estas são necessariamente más notícias? Ainda que as contradições entre o “eixo europeu” e os EUA não são de nenhum modo tão intensas como as contradições interimperialistas das primeiras décadas do século passado (e a comparação mecânica com a Primeira Guerra Mundial não funciona neste caso), não é irrelevante recordar que nesse momento as contradições deram lugar a novas oportunidades para a esquerda porque as elites governantes estavam desunidas e confundidas. Mais uma vez, a esquerda na Rússia terá que aprender como desenvolver uma política revolucionária que possa encontrar seu rumo através destas contradições.

A UNIÃO EUROPÉIA E O PODER NORTE-AMERICANO

John Grahl

No volume do ano passado da *Socialist Register*, Leo Panitch e Sam Gindin argumentavam que a profunda integração econômica das economias mais avançadas tinha levado a uma concentração sem precedentes de poder geopolítico sob a hegemonia de Estados Unidos (1). A presente contribuição examina a possibilidade de um contrapeso europeu a esse poder. As discussões em curso sugerem duas formas em que a União Européia poderia representar um desafio para a concentração de poder nos EUA: por um lado, alguns países membros poderiam ser vistos como exemplos de sistemas econômicos mais eficientes, mais estáveis ou mais socialmente desenvolvidos; por outro lado, as relações entre os países membros poderiam constituir um modelo de organização econômica e política internacional superior ao proporcionado hoje sob a liderança dos EUA.

A primeira dessas questões relaciona-se com debates sobre das “variedades de capitalismo”: podem os sistemas econômicos que divergem da “economia de mercado liberal” dos EUA e o Reino Unido sobreviver em uma economia mundial cada vez mais interdependente? A afirmação de que isto é assim se associa com a obra de Hall e Soskice, que caracterizam às alternativas como “economias de mercado coordenadas” (2). O caso em questão mais estudado é o da Alemanha, central à UE. Outros comentadores sugerem uma convergência geral com o modelo norte-americano ou propõem várias noções de “hibridização” (3). A segunda questão tem a ver com as relações internacionais mais que com os sistemas sócio-econômicos. Argumenta-se, às vezes, que a evolução da UE levou a relações governadas pela lei entre os estados membros, e que esta poderia constituir um precedente importante na construção de uma ordem mundial internacional que proteja os estados contra o simples domínio do mais forte, seja na esfera econômica ou na militar.

Sugerirei que a UE poderia materializar ambas as possibilidades: que poderia oferecer um caminho tanto para um maior controle social sobre a vida econômica, como para um sistema internacional mais pluralista e construtivo. A atual orientação da mudança na UE, no entanto, está longe destas possibilidades, e em direção à “canadização” que Panitch e Gindin sugerem como o destino possível da maioria dos países com sistemas econômicos avançados.

OS ESTADOS UNIDOS E AS ORIGENS DA UNIÃO EUROPÉIA

Sem dúvida, o processo da construção européia foi patrocinado desde seu começo pelos EUA. No outono de 1949, o secretário de Estado Dean Acheson escreveu a Robert Schuman, ministro de Relações Exteriores da França, para impulsionar uma iniciativa francesa em prol da integração: “o desenvolvimento de um governo alemão capaz de ocupar seu lugar na Europa Ocidental depende da assunção por parte de seu país de sua liderança na Europa com relação a estas questões” (4). Isto pode ser visto como a luz verde para o Plano Schuman do ano seguinte, que dava início ao que se converteu na UE de hoje. Os EUA viam a integração européia com uma ajuda para promover a estabilidade política e econômica na Europa Ocidental, e por fim como base tanto de uma

resposta mais efetiva ao desafio soviético como os movimentos em prol da ordem econômica liberal internacional requerida pelos interesses norte-americanos.

Obviamente, os EUA não podiam simplesmente impor sua desejada solução aos europeus. A própria eleição da França como líder do impulso para a integração da conta disto. Os norte-americanos teriam preferido amplamente que a Grã-Bretanha desempenhasse este papel, porque era uma potência mais forte, mais próxima aos EUA em comércio e outras questões, e com uma história mais longa de cooperação atlântica. Foi apenas a rejeição repetida da Grã-Bretanha a um status meramente europeu o que tornou necessária a mudança para a França. Um perigo desta mudança era que as instituições econômicas européias seriam menos compatíveis com os desígnios dos EUA para a economia internacional. A percepção deste perigo foi recorrente de tanto em tanto. Mas, na prática, os conflitos econômicos entre EUA e a UE foram mínimos, e se reduziram a umas poucas questões setoriais. Uma razão para isto é que ainda que a França tenha tido sempre uma grande influência política sobre a evolução da UE, o crescimento e a expansão desta limitaram a capacidade da França para determinar a natureza das instituições da UE. Um exemplo chave está relacionado com o ambicioso programa de criação do mercado empreendido pelos europeus na década do oitenta, e que pode ser visto como o que dá a forma atual às estruturas européias vigentes. Os EUA temiam a emergência de uma “fortaleza européia” que poderia ter comprometido os interesses dos investimentos norte-americanos ao dar aos atores europeus algumas vantagens chave no grande mercado que estava emergindo. Os próprios franceses poderiam ter ido nesta direção: argumentavam que as negociações internas (relativas à consumação do mercado) e as externas (relativas à Rodada Uruguai e à OMC) deviam ser sincronizadas a fim de não conceder vantagens às corporações norte-americanas ativas na Europa Ocidental sem concessões compensatórias para as companhias européias por parte dos EUA. Esta estratégia não foi adotada porque Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental a rechaçaram: um aspecto do controle dos EUA sobre os desenvolvimentos europeus foi sempre a habilidade de usar outros países (em particular a Alemanha desde o principio e, depois de sua entrada em 1973, a Grã-Bretanha) para diluir a influência francesa quando isto foi considerado desejável.

Outro aspecto do controle norte-americano sobre os desenvolvimentos na Europa e acabou sendo a separação das questões econômicas (manejasdas pela UE e seus predecessores) das questões militares e outras relacionadas a estas (manejasdas pela OTAN). Essa separação de funções em si mesma parece ter sido contingente em suas origens – da Assembléia Nacional francesa não ter rejeitado o Plano Pleven em 1954, se teria estabelecido uma relação muito mais íntima entre políticas militares e econômicas na Europa. É improvável, no entanto, que esta tivesse assumido a forma de um desafio à liderança dos EUA em questões militares: o ponto do Plano Pleven era conter uma Alemanha re-equipada com armamento, e não por em dúvida o comando norte-americano. Em qualquer caso, o fracasso do Plano Pleven, que fez da OTAN o fórum exclusivo para as questões de segurança, dissociou as políticas econômicas das militares de uma forma que aumentou a influência norte-americana sobre estas últimas. Aqui também foram necessárias, por vezes, certas concessões: os EUA queriam máximo controle sobre as políticas militares européias, mas ao mesmo tempo compartilhar ao máximo os custos da pesada carga que estas implicavam: um certo “toma lá da cá” entre estes objetivos era inevitável. Mas dada a particular posição da Alemanha, cujo governo

via na OTAN a garantia indispensável de sua sobrevivência nacional, acabou sendo possível extrair da Europa grandes contribuições para uma postura militar essencialmente definida a favor dos EUA.

Deste modo, ainda que o apoio dos EUA ao Plano Schumam tenha representado uma certa aposta de risco, foi rentável, gerando uma economia europeia forte sem criar maiores problemas para os EUA em termos econômicos ou geopolíticos.

O INTERLÚDIO GAULLISTA

Entre 1958 e 1969 houve fricções contínuas entre EUA e a ordem europeia liderada pela França devido às prioridades políticas de um homem: Charles de Gaulle. As questões eram inumeráveis: a organização da OTAN, o armamento nuclear francês, a política francesa na Argélia, o manejo das negociações com a União Soviética, o papel do dólar no sistema monetário internacional, a guerra do Vietnã, a solicitação de membro de Grã-Bretanha à Comunidade Econômica Europeia (CEE) (5). O que unificava todas estas disputas era que a política francesa apontava para a liderança europeia em formas que desafiavam diretamente o poder norte-americano – era a própria hegemonia norte-americana, mais que a forma na qual era exercida em um ou outro caso particular, o que de Gaulle queria rechaçar. É significativo, no entanto, que a jogada francesa que provocou mais ansiedade em Washington foi o desafio ao papel do dólar, a chave da supremacia econômica dos EUA, e por fim a própria base de sua postura geopolítica toda.

O episódio terminou com a derrota francesa. Os acontecimentos de 1968 levaram a uma enorme inflação do franco, que era extremamente incompatível com o sonho de de Gaulle de um retorno ao padrão ouro. Depois de que o próprio de Gaulle abandonou a cena no ano seguinte, seus sucessores foram contra manter sua intransigência em questões tais como a entrada da Grã-Bretanha; o “cavalo de Tróia” foi prontamente admitido no interior da cidadela europeia (6). Mas também havia limitações estruturais à iniciativa em prol da independência de de Gaulle. Uma delas era obviamente a recusa da Alemanha Ocidental em dar força a seu apoio à construção europeia para além do ponto que pudesse ofender aos norte-americanos. Mais fundamentalmente, a década do reinado de de Gaulle coincidiu com um enorme fluxo de investimento norte-americano na economia europeia. Em muitos sentidos, foram as corporações norte-americanas as que forjaram o rumo do processo de integração europeia. A Comissão Europeia sempre buscou o surgimento de “empresas europeias” mais que empresas francesas, holandesas ou alemãs, para consolidar uma economia integrada; na prática, as multinacionais norte-americanas se aproximaram mais desta idéia de europeização, dado que operavam livremente ao longo do velho continente (7). No início da década de oitenta, o desafortunado experimento de Mitterrand envolveu uma breve tentativa de reduzir a presença econômica dos EUA na França; estas compras de corporações e empresas acabaram sendo tão insustentáveis como os demais aspectos deste exercício de voluntarismo econômico.

Depois desse interlúdio, as relações entre os EUA e a Europa, ao menos a nível oficial, não voltaram a estar sujeitas a desafio tão fundamental. Poderíamos mencionar o *Ostpolitik* de Willy Brandt na década de setenta (8), que constituiu um certo desafio ao enfoque dos EUA do bloco soviético, mas a partida de Brandt, da mesma forma como a

de de Gaulle, foi seguida por uma normalização. Os subseqüentes governos da Alemanha Ocidental continuaram desenvolvendo relações com a Alemanha Oriental, mas sem desafiar a liderança dos EUA nas relações Leste-Oeste em geral. Desde então, tem havido mobilizações importantes dirigidas contra as políticas norte-americanas; a maciça oposição popular à guerra do Vietnã foi seguida pela oposição ao envio de armas nucleares de curto alcance na década do oitenta. Alguns estados europeus, especialmente a Suécia, mantiveram posições em sua política exterior de marcada oposição às dos EUA. Na verdade, a rejeição popular mais impressionante das políticas norte-americanas é talvez o mais recente – o maciço rechaço dos povos e de alguns governos à segunda guerra contra o Iraque –, mas tais movimentos nunca questionaram o consistente atlantismo da UE e suas lideranças políticas. As sucessivas expansões da UE provavelmente reduziram a possibilidade de uma ruptura fundamental – especialmente a mais recente incorporação de toda uma cadeia de cavalos de Tróia sob a forma dos ex-estados comunistas (9).

O NADIR DO PODER NORTE-AMERICANO E SEU RESSURGIMENTO BASEADO NAS FINANÇAS

O fim da década de setenta marca talvez o ponto mais baixo do prestígio e a influência dos EUA. A derrota no Vietnã pareceu pôr limites ao exercício direto de seu poder militar. Na esfera econômica, os EUA tinham grandes dificuldades para responder ao renascimento industrial da Alemanha e do Japão, enquanto que a inflação contínua do dólar ameaçava a centralidade de seu sistema financeiro para os processos de ajuste e reestruturação na economia mundial como um todo. Um símbolo desta decadência foi a tentativa falida por parte da Reserva Federal de somar o apoio alemão ao dólar no outono de 1979. Emminger, líder do Bundesbank, jactou-se por ter convencido Paul Volcker de que a intervenção no mercado cambial de divisas estrangeiras não tinha sentido: “o fator realmente decisivo era a oferta de dinheiro”(10). Os próprios norte-americanos estavam mais dispostos que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial a considerar um enfoque mais coletivo dos problemas econômicos do Ocidente; esta foi a era do “trilateralismo”, a proposta de reconfigurar a hegemonia ocidental negociando incrementos significativos na influência política do Japão e da Europa em troca de que estes assumissem cargas internacionais mais pesadas (11).

Como mostram Panitch e Gindin, o resultado real desta crise, a duras penas antecipado por qualquer um dos agentes envolvidos, foi uma restauração decisiva do domínio econômico dos EUA, baseado na dramática reivindicação de seu poder financeiro mediante um completo investimento de suas estratégias econômicas. As políticas monetárias restritivas que restauraram a posição chave do dólar e dos mercados financeiros baseados no dólar nas relações econômicas mundiais foram imensamente daninhas em termos de suas conseqüências sociais, tanto nos EUA como ao redor do mundo, mas o “shock Volcker” representa um ponto de inflexão chave. Desde 1980, a posição relativa da economia norte-americana se fortaleceu continuamente, enquanto que os desafios alemão e japonês, naquele momento tão inquietantes, se enfraqueceram virtualmente até tornarem-se insignificantes. A excelência de seus sistemas industriais não pode competir com o alcance e a escala do sistema financeiro baseado no dólar.

O keynesianismo europeu, e em grande medida a social-democracia européia, foram as primeiras vítimas da mudança no sentido das políticas neoliberais: o tipo de intervencionismo keynesiano ensaiado pelos países europeus no final dos setenta e início dos oitenta simplesmente não podia ser financiado em um mundo de moedas européias desvalorizadas e taxas de juros norte-americanas pelas nuvens. Pode-se especular sobre se uma estratégia macroeconômica comum européia teria produzido um resultado diferente, mas a coesão necessária para uma estratégia tal não existia. Em particular, as políticas macroeconômicas alemãs e francesas no início da década de oitenta eram diametralmente opostas.

A resposta real dos europeus a este novo e extremamente adverso entorno emergente de mudança nas políticas dos EUA foi fortemente influenciada pelo *zeitgeist* neoliberal. O intervencionismo nacional deu lugar em grande medida a um impulso em prol de uma integração mais completa, enfocada inteiramente em processos de mercado. Enquanto os projetos para uma integração política mais desenvolvida foram abandonados ou reduzidos a um status simbólico, um programa de reformas econômicas extremamente ambicioso derrubou uma série de barreiras não alfandegárias, e na prática, pela primeira vez, estendeu o processo de integração para além do campo das manufaturas para cobrir os mercados de produção, de serviços e aportes de bens de capital e trabalho. Dado que este programa, incluído na *Single European Act* de 1986, deu lugar à UE em sua forma atual, vale a pena observá-lo mais detidamente.

AS QUATRO LIBERDADES

A *Single Act* conduziu em primeiro lugar a um vasto programa legislativo para remover “barreiras não alfandegárias” específicas para o intercâmbio entre as fronteiras dos estados membros. Por exemplo, a procuração pública foi aberta à competição em toda a UE. Mas mais fundamentalmente, foram postos em execução princípios legais básicos que tornaram ilegítimo qualquer uso futuro de tais barreiras por parte dos estados membros. Estes princípios costumam ser resumidos como as quatro liberdades: a liberdade de circular bens, serviços, trabalho e capital sem obstáculos em qualquer parte da UE. Estas liberdades são direitos passíveis de serem dirimidos judicialmente: si as autoridades nacionais os afetam, existem remédios legais efetivos que podem ser conseguidos não apenas na Corte de Justiça Européia, mas, comumente, nas próprias cortes nacionais, dado que estas aceitam a supremacia da lei européia em questões econômicas (12).

A UE supõe, portanto, um sistema de lei supranacional que limita, e de fato em muitos sentidos elimina, a soberania dos estados membros sobre as questões econômicas. A UE e seus predecessores sempre tinham se centrado em uma estrutura supranacional baseada na lei – como demonstra o próprio Plano Schuman. Mas até a década de oitenta e o advento da *Single Act*, o funcionamento real desta estrutura legal tinha estado limitado por arranjos formais e informais que deixavam uma enorme margem para a intervenção econômica nacional. Por exemplo, o requerimento para autorizar o livre movimento de capital estava sujeito a uma quantidade de cláusulas de resguardo que de fato permitiam efetivos controles de câmbio. De maneira similar, ainda que em princípio a jurisdição legal sobre certas questões poderia ter sido transferida dos estados membro para as

instituições da UE, o “compromisso de Luxemburgo” (13) permitia a um estado membro individual invocar seus próprios interesses vitais para rechaçar uma decisão majoritária dos outros estados. A falta de legitimidade política geralmente impedia a Comissão litigar contra estados membros que desrespeitassem as regras, por exemplo subsidiando a indústria nacional.

Na década de oitenta, a maior parte destas exceções e prorrogações foram eliminadas. As leis econômicas da UE se tornaram cada vez mais difíceis de ignorar ou transgredir na medida em que o compromisso de Luxemburgo foi abandonado, os controles do tipo de mudança foram suprimidos, e a Comissão, apoiada por um consenso geral entre os estados membro, estava muito mais preparada para desafiar as fissuras das normas nas cortes. Como resultado, a prática política e econômica tornou-se muito mais de acordo com o sistema legal supranacional formal – a UE converteu-se em um exemplo único de interações internacionais governadas pela lei.

Do ponto de vista das populações européias, não existe fundamento para esta legalização efetiva das relações da UE. O compromisso dos cidadãos europeus com as instituições da UE varia de país a país, mas em nenhuma parte se compara com a profunda lealdade política que mantém as instituições dos estados membros individualmente. No entanto, tal lealdade não é necessária: como estrutura econômica, a UE é forte apesar de uma crônica falta de apoio popular, apesar do famoso “déficit democrático” e demais. O paradoxo se explica pela natureza das quatro liberdades; estas são liberdades usadas sobretudo pelas corporações, especialmente as maiores, mais propensas a operar em toda a Europa (e incluindo obviamente as multinacionais norte-americanas e outros “estranhos” que desfrutam dos mesmos direitos que as corporações locais). A estrutura atual da UE, que outorga sólidas garantias de acesso ao mercado – abarcando os mercados de capitais, de trabalho e de produção e aplicável contra as autoridades de todos os estados envolvidos, representa um regime singularmente proveitoso para o capital. Enquanto tal regime continuar, os cidadãos europeus não terão de amar a UE – seus empregadores o farão por eles (14).

Durante três décadas ou mais, os comentaristas lamentaram a desequilibrada natureza da construção européia: a integração negativa supera a positiva; a Europa social se arrasta frente à Europa econômica; a “criação de mercados” vai adiante da “correção de mercado”; e demais (15). Estes desequilíbrios são muito reais, e ajudam a explicar a indiferença ou hostilidade da maioria dos cidadãos europeus ante as estruturas européias que não conseguem defendê-los das cada vez mais rigorosas restrições externas. Mas também ajudam a dar conta da solidez política de sua estrutura. O próprio subdesenvolvimento de uma Europa social que corrigisse as “falhas dos mercados” nutre o profundo compromisso dos interesses econômicos dominantes – tanto norte-americanos como europeus com as instituições que emergiram nos anos do pós-guerra.

O REINO DAS FINANÇAS

As avaliações incorretas dos desenvolvimentos financeiros constituem hoje em dia a maior debilidade da economia política crítica. O papel crescente dos mercados financeiros é certamente reconhecido, mas geralmente interpretado em termos de disfunção, especulação, parasitismo e inclusive decadência. A indústria e a produção

estão sendo sacrificadas em nome dos interesses rentistas; o tributo exigido por um setor financeiro hipertrofiado distorce e impede a reestruturação das relações econômicas.

Uma razão para este tipo de perspectiva é uma preocupação justificada com o impacto da liberalização financeira nos países em desenvolvimento. O resultado das privatizações, das liberalizações e do fim das medidas regulatórias promovidos pelo Consenso de Washington no Sul foi social e economicamente catastrófico. Pode-se observar que certos interesses ocidentais foram atendidos, mas não que os processos de desenvolvimento tenham se concretizado. As relações Norte-Sul, no entanto, representam apenas uma pequena parte, não representativa, do vasto sistema financeiro global que emergiu durante as últimas três décadas, no interior do qual a emissão de valores, a capitalização e as transações se concentram em forma assustadora nos países da OCDE. Este sistema está longe de ser o “cassino” especulativo ao que se faz referência freqüentemente (16). Na verdade, representa uma profunda inovação no sistema produtivo. Não é necessário de nenhum modo usar teorias idealizadas sobre os mercados eficientes e o estabelecimento racional de preços dos ativos financeiros para chegar a esta conclusão. Em uma economia na qual os mercados geralmente falham no que diz respeito a fazer fechar suas contas, o financiamento não é simplesmente um mecanismo para realocar recursos monetários: converte-se em uma condição para a própria existência da economia de mercado (17). O poder dos mercados financeiros globais de hoje deriva não da precisão com que estas avaliam os ativos, mas da escala e da densidade das interações financeiras que estabelecem, do campo de ação no qual empregam os recursos monetários, e dos padrões de práticas e procedimentos que impõem a todos os agentes econômicos envolvidos.

A centralidade do dólar na atualidade, e as diversas vantagens que se derivam de tal centralidade para os EUA, são principalmente uma função da escala dos mercados financeiros baseados no dólar. No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, a primazia do dólar era em grade medida um fenômeno industrial: a “escassez de dólares” representava um apetite universal pelas exportações norte-americanas (e algo similar acontecia com a posição chave do marco alemão dentro do sistema monetário europeu). Hoje, a primazia do dólar subjaz na escala e liquidez dos mercados financeiros norte-americanos, e medida com esta vara, a preponderância da economia dos EUA, longe de dar lugar ao desafio da competição, é maior que nunca. A capitalização dos dois maiores mercados de ações, NYSE e NASDAQ, por exemplo, é de aproximadamente 11 trilhões de dólares – a metade do total mundial. De maneira similar, os bônus em dólares representam quase a metade das emissões destacadas nos mercados de dívida mundiais. Por volta de 90% das transações cambiais registradas envolve dólares. Do ponto de vista da política macroeconômica, este tipo de escala não limita, mas praticamente elimina as restrições financeiras externas para os EUA: não há domínio financeiro externo que os inversores ou emissores poderiam transferir nem ao menos uma pequena porção desta atividade financeira (esta é a base da prática norte-americana de “negligência benigna” em relação ao tipo de mudança). Mas o impacto do predomínio do dólar vai cada vez mais além da formulação de políticas macroeconômicas: a medida em que o setor financeiro privado é globalizado, os mercados denominados em dólares determinam cada vez mais os termos e as condições para as finanças corporativas, e as pressões resultantes tendem a criar um mundo corporativo a imagem e semelhança dos EUA.

Em comparação com este sistema mundial, os sistemas financeiros historicamente assentados da Europa constituem meramente um agrupamento de particularismos. Cada um dependia fortemente de relações de longa duração entre os usuários das finanças e um pequeno número de investidores internos; em cada um, as relações financeiras estavam profundamente inseridas em outros laços sociais - de linguagem, nacionalidade, afiliação religiosa/política, e demais. Conforme freqüentemente apontado, esta inserção pode acabar em uma transferência de informação muito eficiente de emissor a investidor, e em um preciso ajuste dos interesses de ambas as partes. Mas limita as relações financeiras a um contexto social e geográfico específico, e em conseqüência tais sistemas não podem igualar a expansão dinâmica dos sistemas não integrados baseados no dólar. Com o surgimento destes últimos, os sistemas de "investidor interno" da Europa Ocidental, especialmente o da Alemanha, foram submetidos a uma imensa pressão, da mesma forma que seus sistemas sócio-econômicos em geral (18).

A RESPOSTA EUROPÉIA

Os atuais e muito decididos esforços da União Européia para integrar os sistemas financeiros dos estados membros e construir enormes mercados com liquidez de ativos denominados em euros devem ser vistos no contexto deste desafio crescente. Certamente, muitos aspectos do programa de integração financeira estão influenciados pelo pensamento neoliberal que ainda mantém sujeitas as lideranças européias. Mas a essência do empreendimento surge de uma necessidade material: se os europeus não desenvolvem seus mercados financeiros, conduzirão todos os devedores e credores deste planeta para os mercados norte-americanos. Isso apenas intensificaria as constrições externas e poria obstáculos às empresas européias.

Vários fatores dificultam e distorcem esta iniciativa política. O mais importante é o regime macroeconômico ineficiente, anacrônico e restritivo. Os dois elementos principais deste regime são a política monetária do Banco Central Europeu e o Pacto de Crescimento e Estabilidade, que condiciona as políticas orçamentárias dos estados membro. Ambos estão fortemente influenciados pelos modelos alemães; ambos atribuem grandes compensações à "estabilidade" em oposição ao emprego ou ao crescimento. E ambos podem ser vistos como uma tentativa estéril de perpetuar os métodos do Bundesbank no contexto de uma união monetária continental que simplesmente não pode ser manejada como se se tratasse da altamente coordenada economia alemã do passado. A tendência subsequente para níveis de atividade mais baixos e níveis de desemprego mais altos agrava o mal-estar da economia alemã e de outras economias européias chave no contexto do difícil ajuste de seus sistemas sócio-econômicos às condições externas cambiantes.

A forma real em que as elites da UE conceberam o projeto de integração financeira representava uma servil aceitação dos modelos norte-americanos: a Europa teria que se converter "no lugar mais barato e singelo para fazer negócios no mundo" (19). Não apenas as reformas financeiras, mas também as políticas de mercado de trabalho e a proteção social, a liberalização e privatização dos serviços públicos, a promoção dos capitais de risco e outras medidas semelhantes foram todas postuladas em uma tentativa absolutamente acrítica de imitar o processo de crescimento dos EUA no

final da década de noventa. Apenas com a queda do mercado de ações e os escândalos corporativos que se seguiram, apareceram sinais de certa reflexão sobre a debilidade do modelo norte-americano.

A AUSÊNCIA DE UMA EUROPA SOCIAL

Obviamente, a Europa social tem certo nível de realidade: há comunidades de políticas, declarações e muitos outros documentos, uma plêiade de estudos comparativos e estatísticos, e demais. Mas a política social permanece essencialmente dentro da área de competição dos estados membros. É possível encontrar duas razões para isto. Por um lado, os interesses econômicos dominantes da UE preferem que as coisas sejam deste modo – a competição do regime social permite às corporações “ir às compras pelos regimes”, e desta forma exercer uma contínua pressão para baixo sobre as capacidades redistributivas e corretivas do mercado dos estados membros individuais. Por outro lado, é possível que os próprios governos dos estados membros tendam a proteger sua autonomia para definir políticas sociais mais tenazmente na medida em que abandonaram todos os instrumentos chave de intervenção econômica: apenas as iniciativas de políticas sociais – nas áreas de proteção social, educação e demais lhes permitem responder eficazmente às pressões políticas que ainda são determinadas quase exclusivamente pelos desenvolvimentos nacionais.

As políticas do mercado de trabalho (onde surgiu uma significativa competição da UE) são a exceção que confirma a regra. A estratégia de emprego é o exemplo paradigmático da “coordenação aberta” utilizada pelas instituições européias fora da esfera chave da integração de mercado. Pode-se observá-la como a interseção entre o domínio europeizado da política econômica e o da política social, no qual os estados membros conservam a autonomia. Deixar todas as questões de emprego nas mãos dos estados membros seria arriscar o desmonte da integração econômica alcançada, uma vez que as medidas trabalhistas ou de emprego poderiam ser usadas como formas substitutas de intervenção econômica. Por outro lado, uma total integração e harmonização dos regimes de mercado de trabalho poderia constituir um grande passo para uma Europa social ativa que poderia minar a claridade das quatro liberdades na esfera econômica. O que pode ser observado é um campo de batalha: a legislação, na forma de diretivas ao mercado de trabalho ou a integração “branda” das políticas do mercado de trabalho, constitui uma necessidade funcional para o grande mercado, mas cada uma de tais iniciativas se converte em um foco para a pressão sindical e popular em conflito com as prioridades econômicas do sistema da UE.

A IMPORTÂNCIA DA LEI

Poderia parecer que a explicação apresentada aqui da origem e da natureza da UE apenas confirma sua subordinação aos interesses norte-americanos. Fomentado, ou inclusive iniciado, pelos EUA, o processo da construção européia se acomodou desde o princípio às prioridades econômicas e geopolíticas dos norte-americanos; a aguda separação das questões militares e econômicas, da UE e a OTAN, ainda que não foi designada para isto,

operou com o efeito de limitar as ambições políticas do projeto. As lutas pela independência e contra a hegemonia dos EUA foram debilitadas tanto pelas divisões entre países europeus como pela crescente penetração de seu espaço econômico por parte de investidores norte-americanos. A resposta central de Europa ao “shock Volcker”, enfocada em reformas orientadas à criação de mercados do lado da oferta e sem uma estratégia macroeconômica coerente, debilitou o controle sobre as economias européias e criou um espaço unificado aberto a maior penetração.

Não obstante, às vezes se sugere que a forma legal de integração intra-européia, governada por uma magistratura supranacional, contribui a um enfoque das interações globais diferente que tende a predominar nos EUA. Como se pode observar, esta forma legal, presente desde as origens do projeto europeu, foi poderosamente reforçada pelas reformas da década de oitenta. Os estados membros, e os interesses econômicos mais poderosos no interior destes, reconhecem que o funcionamento das instituições da UE depende da primazia da lei da UE e das correspondentes restrições sobre as políticas nacionais. A própria debilidade da UE no militar e econômico também poderia ditar um enfoque bem diferente ao processo de globalização. As grandes corporações européias compartilham com as norte-americanas o objetivo do pleno acesso às economias em desenvolvimento ao redor do mundo. Incapazes, no entanto, de exercer pressão política ou econômica diretas na mesma forma em que os EUA, os europeus poderiam estar mais dispostos a se apoiar na construção de marcos legais gerais, e menos inclinados a recorrer a táticas unilaterais. Peter Gowam argumenta que depois de que o colapso soviético reduziu a dependência militar européia dos EUA, este internacionalismo legalista adotou três formas: a promoção dos direitos humanos e a democracia globais; contribuições substanciais ao desenvolvimento no Sul; e “o tema da capacidade da UE para promover a solução pacífica de problemas e conflitos internacionais” (20). A negativa dos estados-chave da UE, França e Alemanha em aceitar a intervenção dos EUA no Iraque poderia, então, ser vista como evidência deste tipo de divergência transatlântica.

Junto às estruturas de legislação econômica da UE – sobretudo a legislação sobre competição – há um importante conjunto de leis sobre direitos humanos e civis. Este não deriva da UE, mas de uma estrutura diferente, o Conselho de Europa, cuja máxima realização foi o estabelecimento de uma Corte Européia de Direitos Humanos. Isto proporciona aos cidadãos europeus um remédio em caso de que seus direitos básicos sejam violados por seus próprios governos. A UE reconhece a Declaração Européia de Direitos Humanos e, portanto, ambas magistraturas supranacionais respaldam o que esta estipula. Mas os direitos em questão são análogos aos promulgados na Declaração de Direitos dos EUA – envolvem liberdades individuais e civis, não direitos sociais. Este é um desenvolvimento da maior importância nas relações entre estados, mas não está em contradição com o domínio dos mercados na vida econômica.

Apesar das insuficiências da estrutura da UE do ponto de vista social – a firme aplicação das quatro liberdades, contra a lei branda e a coordenação aberta que governam as políticas de emprego e sociais –, este compromisso com a legalidade deve ser considerado um aspecto importante da posição da UE no sistema global. Claramente, isto não deveria ser idealizado – houve um tempo em que foi necessária a intervenção de EUA para fazer com que Grã-Bretanha e França se retirassem de sua invasão ilegal a um país árabe (21). Mas na medida em que a UE e seus membros estão altamente

comprometidos com um enfoque apegado à lei e institucionalizado das relações internacionais, incluindo, por exemplo, o respeito pelas decisões da ONU, isto é em si mesmo um desafio a certos aspectos do poder norte-americano. Na questão do Iraque, os EUA dividiram de modo bem-sucedido os estados membro, mas pode ser que nem sempre seja capaz de fazê-lo.

OS MODELOS SOCIOECONÔMICOS DA EUROPA

Uma esperança mais ambiciosa com relação à influência européia deriva de uma série de sistemas socioeconômicos que introduziram restrições mais amplas nas forças de mercado que as que podem ser encontradas nos EUA; em resumo, dos modelos sociais europeus. Estes não podem ser analisados em detalhe aqui, mas podemos destacar alguns dos problemas que enfrentam em seu atual desenvolvimento. Uma primeira dificuldade já foi mencionada – o fato de que, distintamente das transações e processos de mercado, os sistemas de proteção social, os serviços sociais e os regimes de emprego não foram europeizados. Continuam sendo estruturas nacionais, inseridas em contextos sociais muito distintos.

Agrava este problema o fato de que o desempenho econômico dos países da UE com modelos sociais desenvolvidos – de maneira mais significativa, o desempenho da Alemanha foi muito débil durante mais de uma década. No momento em que a competitividade industrial da Alemanha parecia estar minando o domínio econômico dos EUA, as instituições sociais associadas – tais como a co-determinação dos empregadores no interior da empresa, o sistema de treinamento vocacional alemão, o sistema de proteção social altamente desenvolvido, e ademais gozavam de grande prestígio. Hoje, essa relação se reverteu, e o desemprego persistentemente alto põe em dúvida a continuidade do modelo social. Independentemente de quanto haja de certo no fato de que o crescimento rápido, ao menos em um sentido material, é dificilmente desejável para um país como a Alemanha, o atual governo alemão parece persuadido de que o velho modelo social é obsoleto, acertando a visão de que se interpõe ao crescimento rápido. Foi lançada toda uma série de reformas destinadas a limitar os direitos sociais e o gasto social, e a reduzir as medidas regulatórias trabalhistas (22).

A questão envolve debates recentes sobre as “variedades de capitalismo” nos quais o modelo sócio-econômico alemão é a questão chave em disputa. uma postura influente, ao menos até pouco tempo atrás, as significativas vantagens produtivas da economia alemã se derivavam de formas de coordenação alheias ao mercado (por exemplo, no processo de negociação de salários). Em geral, as “economias de mercado coordenadas” da Europa Ocidental eram vistas como ao menos se mantendo em pé ante a competição com as “economias de mercado liberais” dos EUA e da Inglaterra (23). Argumentava-se ademais que os fatores históricos – caracterizados em termos de “dependência das trajetórias” (*path dependence*) e “complementaridade institucional”, isto é, em termos da forma em que as instituições nacionais específicas se reforçavam mutuamente evitariam uma convergência dos sistemas coordenados para o modelo liberal, apesar das interações mais intensas dentro da economia global.

No entanto, apesar de as formas institucionais das economias européias serem de fato notavelmente estáveis, estas perspectivas subestimam as profundas mudanças nas prioridades e objetivos que determinam o funcionamento das instituições. Não apenas as forças globais de mercado estão promovendo profundas mudanças nas estruturas econômicas alemãs (por exemplo, nas finanças e as estratégias corporativas) (24), mas as elites tanto econômicas como políticas estão completamente comprometidas com tal mudança e buscam acelerá-lo. As vantagens das instituições fortes da Alemanha anunciadas anteriormente são agora vistas freqüentemente, em termos neoliberais, como a fonte de “rigidezes” prejudiciais. As próprias práticas e instituições norte-americanas são freqüentemente vistas, na Alemanha e ademais, como modelo para a reforma de Europa. Como vimos, as forças chave por detrás destas pressões são financeiras.

CONCLUSÃO

Sugerimos aqui que existem duas maneiras nas quais a UE oferece uma perspectiva diferente sobre as relações internacionais e a emergência de uma economia global. Por um lado, suas relações internas evoluíram em uma forma que obriga os governos nacionais a respeitar a lei supranacional, e este estado de coisas é visto como central para o desempenho econômico tanto dos estados membros como da UE em seu conjunto. Isto já promoveu uma atitude em certa medida diferente ante as regras e os poderes na esfera internacional. Em segundo lugar, muitos estados europeus – ainda que não tenham desenvolvido modelos sociais que no passado combinaram taxas muito impressionantes de desenvolvimento econômico com níveis significativamente mais altos de provisão social e uma desigualdade substancialmente menor que nos EUA.

Estas duas conquistas estão certamente em mútua contradição, uma vez que o que foi operado para consolidar as instituições da UE foi o alcance limitado das leis da UE – centradas nos direitos burgueses, as liberdades de mercado e os direitos de propriedade, com uma óbvia funcionalidade para as grandes corporações –, deixando as questões laborais e os direitos sociais aos estados membros. Portanto, os avanços na esfera legal descansam na ausência de uma Europa social, na incapacidade de incluir políticas sociais ambiciosas em um projeto de integração. Um resultado disto é que a obtenção de uma igualdade maior que nos EUA ainda se aplica apenas a cada país europeu individualmente. As desigualdades ao longo dos países membro são enormes e eclipsam às de algumas regiões dos EUA.

A política chave das lideranças européias na atualidade, a tendência no sentido da integração financeira, está marcada pela mesma contradição. A estratégia de integração financeira da UE, ainda que essencial para qualquer perspectiva de autonomia européia de desenvolvimento econômico e social, ameaça em sua forma existente ampliar a brecha entre as capacidades de criação e correção de mercados da UE. O rechaço por parte do Parlamento Europeu das *Takeover Directives* propostas pela Comissão Européia indica até que ponto a atual estratégia de integração financeira põe em dúvida os objetivos de política social nos estados membros. Um mercado unificado sob controle corporativo era visto como central para a integração dos sistemas financeiros corporativos; mas as propostas da Comissão não conseguiram reconhecer os problemas sociais de um mercado tal. O Parlamento apenas acertou uma diretiva completamente diluída. A falta de uma

ambição europeia na esfera social deixa a regulação trabalhista, a proteção social e a provisão de serviços sociais liberados aos estados membros individuais, dos quais apenas se pode esperar, no melhor dos casos, medidas defensivas. Mas na medida em que a contínua integração econômica seja (corretamente) percebida pelas populações europeias como um mecanismo que trabalha para dissolver as estruturas existentes de controle social, o projeto de integração não apenas carecerá de legitimidade em si mesmo, mas que tenderá a minar a legitimidade das instituições políticas nos estados membros.

Os desenvolvimentos atuais na economia mundial também ameaçam desestabilizar a estrutura íntegra da UE. Os sistemas europeus devem se adaptar a mudanças profundas, sobretudo na esfera financeira, que questionam a funcionalidade de suas estruturas institucionais e a validade das estratégias corporativas. A resposta europeia a este desafio, uma tendência a integrar seus mercados financeiros, é em princípio racional; mas os esforços que estão sendo realizados são debilitados por um regime macroeconômico anacrônico e o contínuo descuido da dimensão social no processo de integração. O poder de atração do modelo norte-americano ajuda a explicar esta debilidade. As lideranças europeias enxergam cada vez mais a norte-americanização como a única solução para os problemas do velho continente; nos últimos anos, não vislumbraram caminhos de desenvolvimento divergentes.

Superar estas contradições exigiria duas condições que não são fáceis de compatibilizar: por um lado, um rechaço do enfoque puramente criador de mercado da atual UE e a inserção de uma política social substantiva dentro das estratégias europeias; pelo outro, uma determinação de preservar e desenvolver a profunda integração alcançada durante o último meio século. Na atualidade há um importante grau de oposição à UE, mas geralmente toma a forma de proteger o espaço nacional desta – com efeitos “desintegradores” sobre o “lar comum europeu”. Somente se as forças progressistas de oposição encontrarem suficiente terreno comum a partir do qual rediregir mais que desmantelar a União Europeia poderia emergir um desafio significativo para a hegemonia norte-americana no velho continente.

NOTAS

Meus agradecimentos a Peter Gowam por seus comentários críticos ao primeiro rascunho.

1 Leo Panitch and Sam Gindin, “Global capitalism and American Empire”, *Socialist Register 2004*, Londres: Merlin Press, 2003.

2 Peter Hall and David Soskice, eds., *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford: OUP, 2001.

3 Para a noção de hibridização ver, por exemplo, S. Casper e H. Kettler, “National Institutional Frameworks and the Hybridization of Entrepreneurial Business Models: The German and UK Biotechnology Sectors”, *Industry and Innovation* 8(1), 2001, pp. 5-30; Sigurt Vitols, “Negotiated Shareholder Value: the German Version of an Anglo-American Practice”, WZB, Documento de trabalho SP 11 2003-05; ou Dominique Plihon, Jean-Pierre Ponsard and Philippe Zarlowski, “Towards a Convergence of the

Shareholder and Stakeholder Models”, *Chaire Développement Durable*, École Polytechnique –EDF; cahier 2003-11. Para o debate completo ver Jonatham Perraton and Ben Clift, eds., *Where are National Capitalisms Now?*, Basingstoke: Macmillan, 2003.

4 Alam S. Milward, *The Reconstruction of Western Europe, 1945-51*, Londres: Methuen, 1984.

5 Jean Lacouture, “Nos Cousins Américains”, em *De Gaulle, Volume Three, Le Souverain, 1959-70*, Paris: Seuil, 1986. J

6 Keith Dixon examina a atual posição da Grã-Bretanha como porta-voz não-oficial dos interesses dos EUA no interior da UE: *La mule de troie, Blair, l'Europe et le nouvel ordre américain*, Paris: Raisons d' Agir, 2003.

7 Este foi o desenvolvimento do que se lamentava fenomenalmente J. Servan-Schreiber, *Le Défi Américain*, Paris: Denoël, 1967.

8 Timothy Garton Ash, *In Europe's Name: Germany and the Divided Continent*, Nova Iorque: Vintage, 1994.

9 Sobre as relações dos EUA com os novos estados membro ver, Thomas Schreiber, “Le rêve américain de la ‘nouvelle Europe’”, *Le Monde Diplomatique*, Maio, 2004.

10 O. Emminger, *D-Mark, Dollar, Währungskrisen*, Stuttgart: DeutscheVerlags-Anstalt, 1986, pp. 390-398.

11 Robert Brenner, *The Boom and the Bubble: The US Economy Today*, Londres: Verso, 2001.

12 Sobre o papel único, e em alguns casos assombroso, da lei na UE, ver J.J. Weiler, *The Constitution of Europe: "Do the New Clothes have an Emperor?" and other essays on European Integration*, Cambridge: CUP, 1999.

13 O compromisso originou-se em uma disputa entre a França de de Gaulle, por um lado, e outros estados e instituições europeias do outro.

14 Sobre a natureza da política europeia ver Phillipe Schmitter, *How to Democratize the European Union... And My Brother?*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2000.

15 Fritz Scharf, *Governing in Europe: Effective and Democratic?*, Oxford: OUP, 1999.

16 Por exemplo, as observações mais extensas do mercado de câmbio externo que retratam como fundamentalmente especulativo estão baseadas em interpretações sumamente errôneas. Ver Grahl and Lysandrou, “Sand in the Wheels or Spanner in the Works? The Tobin Tax and Global Finance”, *Cambridge Journal of Economics*, 27(4), 2003, pp. 597-621.

17 A teoria econômica prevalecente, com sua ênfase no equilíbrio dos mercados, poderia inclusive ter subestimado a importância dos sistemas financeiros, e, na verdade, o argumento dos mercados eficientes foi efetivamente desafiado, mesmo dentro das correntes convencionais, pela escola do “comportamento financeiro”. Isto se deve ao fato de que os fortes supostos que se tem sobre o equilíbrio de mercado sugerem que os agentes podem tipicamente cobrir suas compras a partir das rendas resultantes de suas vendas (isto é, o que implica a “Lei de Walras” – todo agente em uma economia de mercado equilibrada observa as restrições orçamentárias necessárias). Desde este ponto de vista, as relações financeiras poderiam certamente aumentar a eficiência da economia de mercado, mas se pode conceber o segundo sem o primeiro. Se esta visão idealizada dos mercados é rechaçada, e se observa que os volumes de venda realizados e os preços realizados raras vezes correspondem com os planos do agente em questão, se segue que em qualquer período de tempo, não importa quão curto, todos os agentes incorrerão seja em excedentes seja em déficits monetários. Apenas uma reciclagem efetiva e volumosa dos excedentes dos agentes superavitários aos deficitários, isto é, apenas o sistema financeiro, permite que perdure a economia de mercado. Mesmo assim, os ajustes necessários para a economia de mercado são essencialmente financeiros: ocorrem não em resposta aos “sinais do mercado” mas em função das pressões que surgem da necessidade de cobrir déficits (claramente, a medida que as relações econômicas se internacionalizam cada vez mais, também devem fazê-lo os processos financeiros). A exposição clássica deste argumento está no artigo de Jean Cartelier, “Théorie de la valeur ou hétérodoxie monétaire: les termes d’un choix”, *Économie appliquée*, XXXVIII (1), 1985, pp. 63-82.

18 Ver John Grahl, “Globalised Finance and the Challenge to the Euro”, *New Left Review*, 8, 2001.

19 Este objetivo foi proposto pela Comissão Europeia em seu informe ao Conselho Europeu, Estocolmo, Março de 2001 (ver *Corporate European Observer*, Nº 9, Junho de 2001, <<http://www.corporateeurope.org>>. Para ser justos com o Conselho, a expressão não foi usada em sua declaração, ainda que sua substância desreguladora tenha sido apoiada.

20 Peter Gowan, “Cooperation and Conflict in Transatlantic Relations after the Cold War”, *Interventions*, 5(2), 2003, pp. 218-232.

21 A propósito de Suez, John Foster Dulles disse ao primeiro-ministro Britânico, “Anthony, debes estar louco”.

22 Ver John Grahl and Paul Teague, “The German Model in Danger”, *Industrial Relations Journal*, no prelo.

23 Ver Hall e Soskice, *Varieties*.

24 Para uma minuciosa relação das estratégias cambiantes, ver Wolfgang Streeck and Martin Höpner, *Alle Macht dem Markt?*, Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2003.

BUSH E BLAIR: IRAQUE E O VICE-REI NORTE-AMERICANO DO REINO UNIDO

Tonny Benn em conversa com Colin Leys

CL: Em setembro de 2002, quando a invasão norte americana do Iraque já era iminente, o Sr. foi a Bagdad e falou com Saddam Hussein. Qual a perspectiva que possui sobre o que aconteceu desde então?

TB: Fui ver Saddam pela primeira vez em 1990, e tive três horas com ele. Fui com apenas um objetivo, fazer que os reféns fossem devolvidos. Ted Heath foi com o mesmo propósito. Finalmente todos foram liberados (1). Uma das coisas que surgiram então foi sua sensação de traição absoluta. Disse que April Glaspie, o embaixador norte-americano em Bagdad, havia dito a ele no verão de 1990: “se vocês intervirem no Kuwait, consideraremos isso uma questão árabe” (2). Sentiu-se absolutamente traído pelos norte-americanos. Afinal de contas, Rumsfeld havia estado lá apenas uns anos antes, vendendo a ele armas químicas (isto foi confirmado por Tariq Aziz quando voltei a vê-lo no ano passado). Então lhe disse: “Bom, o Sr. vai ter que se retirar do Kuwait”; e ele disse: “Mesmo que o faça, os norte-americanos vão me destruir porque sou muito forte” – e em um certo sentido estava correto com respeito a isso.

Depois, em setembro de 2002, era óbvio que a guerra estava por voltar, de modo que escrevi perguntando se podia fazer uma entrevista com Saddam. Paguei minha própria passagem, e a conta do hotel – era muito dinheiro, mas não queria estar em dívida com ninguém. Antes de ir enviei uma mensagem a *Number 10*, dizendo: “Estou indo; existe algo que queiram que faça?”. A *Number 10* publicou então uma declaração negando saber que eu tinha viajado. E quando estava voltando liguei para a *Number 10* de Amã, e lhes disse: “Estou voltando, querem me ver?”. Nunca recebi resposta. Não estavam interessados.

Foi uma entrevista completa. Perguntei a ele: “o Sr. possui armas de destruição maciça?, e ele disse que não. “Possui conexões com a Al-Qaeda?”, e disse que não. Depois lhe perguntei sobre a Organização das Nações Unidas e algumas outras questões do gênero. Tive também longas conversas com outras pessoas, inclusive Al-Saadi, o químico que havia dirigido os programas de armamento avançado do Iraque e que esteve encarregado de tratar com Blix. Ele me contou toda a historia que agora veio à luz. Disse: “Tentamos um programa nuclear e o descartamos”, e o mesmo com outras armas de destruição maciça. Eu estava realmente convencido de que isso era certo, e disse: “Por que não deixam entrar os inspetores?”. Ele disse que a razão era muito simples: “os norte-americanos não suspenderiam a zona de exclusão aérea, e poderiam estar nos bombardeando enquanto os inspetores estivessem , e nós não vamos a nos responsabilizar por disso”. Mas em um estágio muito posterior penso melhor que Saddam se ofereceu em deixar entrar os norte-americanos, antes da guerra; isso nunca foi levado à público, mas a partir de pedaços de informação que recolhi mais tarde, acredito que para essa mesma época Saddam ofereceu-se para deixar entrar os norte-americanos para provar que não havia armas de destruição maciça. No entanto, claramente nesse momento Bush já estava determinado a ir à guerra.

Esse é o pano de fundo. e os argumentos utilizados para justificar a guerra – que o Iraque tinha armas de destruição maciça, que tinha conexões com a Al-Qaeda, que a coalizão ia trazer a democracia –, cada uma das declarações que foram feitas acabou sendo uma total mentira. É muito claro de que se trata: da necessidade norte-americana de petróleo – todo império necessita de recursos, mas os EUA são absolutamente dependentes do petróleo. E recordemos que o Iraque era um dos estados árabes que nem sequer reconheciam a existência do estado de Israel, e Wolfowitz, Perle, Cheney e os neoconservadores em geral consideravam os interesses de Israel como os importantes; há uma relação entre a questão palestina e a questão do Iraque.

CL: Falemos da situação atual. Os norte-americanos estão tratando de instalar um governo títere, e tentarão assegurar-se de que seja um governo títere o que surja de qualquer eleição futura. Também estão tratando de criar um exército títere que se ocupe do controle interno, respaldado pelas forças norte-americanas em suas novas bases em Iraque, que também controlará a região num sentido mais extenso. A pergunta é: isto pode funcionar? Os iraquianos em sua maioria aceitaram isto eventualmente, ou continuarão simpatizando com – e em alguns casos dando apoio prático à resistência? Até que ponto alienar o novo fenômeno dos bombardeios suicidas, realizado por gente treinada em uma versão fundamentalista do Islã, talvez em sua maioria não iraquianos, alienará a maioria, que cresceu em uma sociedade formalmente secular? A alienação com relação à violência e a fadiga resultante da insegurança, farão com que as pessoas se inclinem a apoiar um regime títere apoiado pelos EUA contra os bombardeios?

TB: Não posso especular sobre o futuro, mas demos uma olhada no passado. Genghis Khan invadiu o Iraque em 1258 e matou um milhão de iraquianos. Tirou os livros da biblioteca, a biblioteca mais antiga do mundo, e os jogou no rio Tigre. Quando estive ali me disseram que nesse momento o Tigre se tingiu de negro com a tinta dos livros, e de vermelho com o sangue dos iraquianos que defenderam o país. E a Grã-Bretanha livrou o Iraque dos turcos na primeira guerra. Seiscentas mil tropas britânicas foram enviadas ao Iraque; quarenta mil morreriam nos dez anos seguintes, antes que o Iraque se tornasse presumidamente independente sob um rei imposto pela Grã-Bretanha. Portanto, de um ponto de vista iraquiano, este é um velho problema. Acredito que vêem Bush como Genghis Khan. e o que Bush fez uniu os xiitas e os sunitas – ambos querem Bush fora de lá. Esse é todo um logro. E a transferência do poder é completamente fraudulenta. Na realidade, o novo governo iraquiano não controlará o Iraque.

Existem doze bases norte-americanas no Iraque. Aconteça o que acontecer, essas bases serão mantidas. Não penso que Bush esteja interessado em nenhuma das coisas que diz estar interessado, na paz e na justiça para o Iraque; está interessado no fluxo contínuo de petróleo. Ainda mais distinto é o caso do império britânico, onde havia um elemento de... não digamos consenso, mas sim uma amarga aceitação de tudo. Uma presença militar bastante pequena manteve a Índia sujeita, usando aos rajás e marajás para governar em nosso nome. Suponho que esperam que Allawi, um homem da CIA, seja capaz de fazer o mesmo no Iraque (3). Não sei se poderá. Mas minha sensação é que enquanto Bush tenha suas bases, isto não lhe preocupa particularmente. Vejamos o Afeganistão, é um bom exemplo disso. A produção de ópio aumentou – são somente as forças do mercado estão operando ali. Os norte-americanos e seus aliados somente

controlam Kabul; o resto está novamente nas mãos dos caudilhos que comandam as milícias, e já não se escuta nada sobre isto. Presumo que os norte-americanos pensam que podem proteger o oleoduto através do Afeganistão desde o Cáspio, que é do que se trata, de todo modo, e imagino que Bush pensa do mesmo modo com respeito ao Iraque.

Este projeto sobreviverá? É difícil especular, mas o orgulho árabe em termos de sustentar-se contra o poder norte-americano é muito, muito forte. Pessoalmente, não vejo muita diferença moral entre um avião bombardeiro do tipo furtivo e um homem-bomba suicida. Ambos matam gente inocente por objetivos políticos. É um fato que os homens-bomba suicidas matam gente. Mas quantas pessoas foram assassinadas pelos norte-americanos e os britânicos no Iraque? O que o mundo começa a entender é que pode haver aviões bombardeiros furtivos, ou a Guerra das Galáxias, mas eles não te protegem, o 11 de setembro demonstrou isso.

CL: Mas se o interesse de Bush é principalmente controlar o fornecimento de petróleo, pode um regime sem nenhuma legitimidade interna, apoiando-se principalmente na ocupação permanente das bases norte-americanas, garantir que o petróleo iraquiano flua de maneira confiável até o Ocidente? Se Allawi não pode formar um governo estável, com certo grau de aceitação, ainda que seja a contragosto, o Sr. pensa que os norte-americanos realmente não vão se importar? Que confiarão na força e no dinheiro para fazer fluir o petróleo e não se preocuparão com mais nada? Inclino-me a estar de acordo com relação a sua atitude, mas tenho dúvidas sobre se é possível garantir um fornecimento confiável de petróleo – em oposição ao fornecimento de ópio, que proporciona sustento aos fazendeiros sob tais condições.

TB: Os oleodutos iraquianos, todos os oleodutos, são muito vulneráveis. Se se está em um país que não seja conquistado e submetido realmente, que ainda está em um estado de resistência, a capacidade de interromper o fornecimento de petróleo é infinita. E se o fornecimento de petróleo iraquiano se detivesse, e os EUA entrassem novamente pela força e reinstaurassem a conquista, mesmo assim não garantiriam o fornecimento de petróleo. Ainda que eu não tenha muitos contatos na atualidade, os iraquianos que conheço acreditam que a violência irá se intensificar, e que as eleições livres serão impossíveis no contexto de instabilidade causado por ela. De modo que acredito que o projeto norte-americano não vai funcionar. Obviamente que a mera capacidade de suas forças militares para manter suas bases é inquestionável. Mas lembremos que em 1839 o Governador Geral Britânico da Índia enviou um exército ao Afeganistão para que se ocupasse dos problemas que existiam ali. Kabul foi tomada facilmente. Dezoito meses depois, o exército foi obrigado a se retirar, e dos 16 mil soldados e civis, apenas cem conseguiram voltar para a Índia. Essa é uma das debilidades da forma de pensar de Bush e Blair – está completamente desprovida de qualquer perspectiva histórica.

CL: Passemos ao papel da Grã-Bretanha nisto. O apoio de Blair foi obviamente de um valor incalculável para Bush, mas o resultado é que sua posição é mais próxima à de Gorbachov, elogiado no Ocidente, mas visto com certo desprezo na Rússia; Blair é elogiado em Washington, mas no Reino Unido se descrê dele e é percebido com desgosto de forma crescente. A pergunta é: quanto isto importa? Um problema chave para o novo império norte-americano é que os governos dos países capitalistas avançados perderão

legitimidade toda vez que estejam levando adiante políticas norte-americanas que são impopulares entre seus próprios eleitorados – do mesmo modo em que os partidos comunistas ocidentais foram desacreditados como consequência de seu apoio a todas as idas e voltas da política exterior soviética, imposta pelo Comintern. Blair quer que o Iraque passe ao esquecimento, e os conservadores, que apoiam Bush e a guerra, estão totalmente de acordo. Ambos insistem em que o povo, na realidade, está interessado nas questões domésticas – imigração, segurança, saúde, educação, impostos. A pergunta é: triunfarão? Assumindo que as tropas britânicas se retirem até o fim de 2005, como isso vai ocorrer: o Sr. acredita que as pessoas, eventualmente, simplesmente aceitarão o que aconteceu?

TB: O que acredito é que sem Blair teria sido muito mais difícil para Bush ir à guerra. As lembranças do Vietnã estavam na cabeça das pessoas. Foi capaz de falar de uma “coalizão dos dispostos”, uma versão nova do “mundo livre” ou “da comunidade internacional” – quaisquer que sejam as palavras que se usem para descrever algo diferente da ONU. Penso que a motivação de Blair era dupla. Antes que nada, a positiva: agora não temos um império, se subimos nos ombros da força militar de Bush nos converteremos em império novamente, e “Bush-e-Blair” ressoa no mundo como se Blair fosse o vice-presidente dos EUA. Segundo, o preço que teríamos pagado por nos opormos aos EUA teria sido terrível. Se não tivesse somente o efeito de dificultar a venda de vinho francês, ou de levar os norte-americanos a rebatizar as *French fries* como *freedom fries*. Se tivesse significado a retirada de nossas armas nucleares, e ser castigados em geral. Então se pode dar conta de que mesmo que se queiram coisas simples, como trabalho e direitos sindicais, não mais a verificação de recursos para aposentados, nem dos empréstimos estudantis, privatizações ou guerra, mesmo se um estado quisesse essas coisas, para os EUA este se converteria em um “estado pró-terrorista”.

Mas Blair pagou um preço muito grande na Grã-Bretanha, fácil de descrever: as pessoas não crêem em nenhuma palavra do que diz sobre nada. Claramente, em uma democracia tem que haver algum entendimento básico de que o governo diz é certo; e se alguém pensa que não é certo, e que tudo é estipulado em outra parte para outros fins, isto tem um efeito fundamental na confiança que as pessoas têm, não somente neste governo, mas nos políticos em geral, como demonstraram as eleições europeias – houve um grande voto de protesto, cínico, que é potencialmente muito perigoso.

O impacto sobre a política britânica é muito profundo. Existem grupos inteiros que estão contra Blair nesta: a esquerda, os verdes, e também os conservadores pró-europeus – Ted Heath se opõe apaixonadamente a esta guerra, tal como se opôs à guerra do Golfo e à guerra de Kosovo, porque as vê como uma ameaça dos EUA para dominar o mundo sem a Europa como contrapeso e dois milhões de pessoas se pronunciaram contra a guerra no ano passado, e os encontros contra a guerra estão ocorrendo em todas partes. Há uma combinação de forças muito poderosas contra ela. De modo que acredito que esta vai prejudicar Blair, e fundamentalmente à assim chamada relação especial da Grã-Bretanha com os EUA. Em setembro de 2002, perguntaram a Blair em um programa de televisão se a “relação especial” significava que a Grã-Bretanha estava preparada para lutar as guerras dos EUA, para “pagar o preço com sangue”. Sua resposta foi que sim: “Em momentos de crise – disse – os EUA necessitam saber se ‘estamos preparados para

comprometermo-nos' e se 'estaremos ali quando comecem os disparos'". De modo que o ocorrido reabriu a questão inteira da relação especial.

As pessoas estão começando a se dar conta de que somos uma colônia dos EUA. Escrevi sobre isto várias vezes e fui censurado por isso, mas, uma vez que estamos falando de um governo títere no Iraque, o que me dizem do governo títere na Grã-Bretanha? Os norte-americanos possuem sabe Deus quantas bases aqui. Possuem seu programa da Guerra das Galáxias baseado aqui. Estamos intercambiando questões de inteligência com eles. Não temos nossas próprias armas nucleares – os norte-americanos nos emprestam as suas, e não podemos usá-las independentemente; os norte-americanos controlam seu uso. Somos um estado títere. E as pessoas estão agora sentindo e expressando abertamente que não votamos em Blair para que seja vice-presidente dos EUA. Elegemos um governo trabalhista para governar a Grã-Bretanha em benefício nosso e não do de Bush. O fato é que agora devemos pensar em um movimento de libertação na Grã-Bretanha.

CL: Em um de seus artigos para o *Morning Star* do ano passado o Sr. descrevia Blair como um “vice-rei” do império norte-americano. O que pensa que implica para a política britânica o fato de ser uma semicolônia dos EUA, governada por um vice-rei local? Existem movimentos populares na Grã-Bretanha que se opõem ao controle norte-americano, e uma quantidade de pessoas inclusive dentro da corrente política principal que pensam em termos multilaterais, que ainda estão comprometidas com uma ordem mundial regulada pela lei. Mas se pensamos no que ainda é o único partido político importante com uma tradição de esquerda, o Partido Trabalhista, o mesmo foi capturado pelos chamados modernizadores que rodeiam Blair e que aceitam a “relação especial”. Reescreveram o programa do partido a fim de dificultar a mudança de políticas e tem o apoio de um sistema midiático do qual são donos em parte os partidários da agenda neoconservadora, enquanto que outros elementos, especialmente a BBC, foram intimidados e amedrontados, e são vulneráveis às mesmas forças que Blair representa. Os novos partidos são efetivamente excluídos pelo sistema eleitoral de *first-past-the-post* – e de todas as formas que os Srs. sempre sustentaram que haviam de ser trabalhadas no interior do Partido Trabalhista. Mas é difícil vislumbrar como uma maioria antiimperialista de esquerda pode avançar dentro do Partido Trabalhista no marco da escala de tempo que me preocupa, isto é, entre os próximos cinco a dez anos.

TB: É muito importante entender o modo em que se dá o progresso. Começa com pressões externas ao sistema, e depois a pressão se torna tão forte que no interior do sistema tem que ser perguntado: “como vamos desativar isto?”. E se pensam que o único modo de manter o controle é fazendo concessões, farão concessões – distintamente da classe dirigente francesa, a britânica não vai à guilhotina em vez de se render; sempre se retira. Retira-se, e reaparece para fazer concessões. Decapita a liderança da oposição colocando-a no Parlamento, honrando-a, e depois faz sua reentrada com o apoio desta. Se alguém entende isto, sabe o que tem que fazer: continuar pressionando. E se continua pressionando, inclusive os assessores recebem a mensagem e dizem: “primeiro-ministro, o Sr. não pode continuar assim”. É aí onde a escala de tempo é tão importante. Os resultados não são imediatos. Não são com os sufrágios, com as questões relativas ao

Charter, com o estado de bem-estar, com os direitos sindicais, com o *apartheid* – não o são nunca.

Existe um tipo de pessimismo de esquerda que diz que não existem esperanças, que o único que se pode fazer é manifestar. Presido a Coalizão *Stop the War*, fui honrado com esse cargo. Mas a coalizão não tem uma política com relação a mais nada, se ocupa somente da guerra. E não se pode ganhar apoio público sobre a base de estar somente contra a guerra, deve-se estar a favor de certas coisas. Em Nova Iorque escutei um cântico que dizia: “Dinheiro para a saúde, não para a guerra”, “Dinheiro para gerar trabalho, não para a guerra”, “Dinheiro para habitação, não para a guerra”. Esse é o começo de uma política, em qualquer caso. É uma questão de confiança. Estamos ganhando mediante o lento processo habitual: no início, teus argumentos são ignorados; depois, estás louco; depois te tornas perigoso; aí vem uma pausa; e finalmente não encontras ninguém que não jure ter pensado o mesmo desde o início. É assim como se progride.

Portanto, para mim, o Partido Trabalhista constitui a primeira etapa em prol de ganhar a batalha da opinião pública. Não defender o Partido Trabalhista, ainda que tenha sido membro dele durante toda minha vida, simplesmente estar dizendo que sem eles, qual é o instrumento? Onde obter progressos? – não somente no que diz respeito à guerra, mas também em todas as coisas que se é necessário enfrentar. Tivemos muitos, demasiados partidos socialistas diferentes na Grã-Bretanha, mas não suficientemente socialistas. Meu argumento é sincero: se não podes conquistar o Partido Trabalhista, não podes conquistar a Grã-Bretanha. E é Grã-Bretanha o que devemos recuperar. Com isto não me refiro à guerra armada. Refiro-me a que é necessário perguntarmo-nos como seria um estado britânico independente, que levasse adiante uma política exterior independente. Seria um estado não nuclear, dirigindo todos seus esforços para tratar de fazer que a ONU funcione – porque essa é a única esperança a longo prazo.

CL: Em um artigo que o Sr. escreveu o ano passado esboçava como seria uma ONU reformada, com membros da Assembléia Geral eleitos diretamente em forma proporcional ao tamanho das populações, e um Conselho de Segurança eleito pela Assembléia com representação de todas as regiões, e o Banco Mundial, o FMI, a OMC e as corporações multinacionais sujeitas ao controle da ONU. O Sr. escreveu que estes eram, “sonhos no presente”, mas que sem uma visão deste tipo o movimento anticapitalista e antiguerra global não pode avançar: Tem que haver um objetivo. Então, esta é uma pergunta sobre a coerência desse objetivo: como poderia uma ONU reformada impor sanções sobre estes outros organismos e companhias?

TB: A OMC ou o FMI impõem seus condicionamentos e forçam países inteiros a dar às corporações acesso a bilhões de dólares que poderiam ser destinados ao serviço público, mediante pressões econômicas. O Sr. deve se perguntar, qual é a contrapressão? É impossível enfrentar o FMI se não for em uma escala global. A Assembléia Geral, pela maioria de nações, está do lado do pobre e não do rico. Uma maioria pela mudança aí coloca os EUA em uma posição não somente de repúdio ao Conselho de Segurança e à Carta, mas também da Assembléia Geral, de toda a idéia de internacionalismo. E então a questão é: o público norte-americano pode aceitar isto? Não creio.

Uma das coisas interessantes é como termina o imperialismo. Como terminou na Grã-Bretanha? Um elemento importante foi que houve uma aliança entre as forças progressistas na Grã-Bretanha e o movimento anticolonial. Se alguém falasse com os líderes do velho movimento anticolonialista, como Gandhi e Nehru, eles reconheciam que a aliança com as forças progressistas britânicas tinha sido um elemento que influenciou para mudar a opinião britânica sobre a conveniência de tentar manter um império mesmo quando não se podia mantê-lo. Todos os impérios vão e vêm, e se o império norte-americano decair será porque a população norte-americana vê que tratar de governar o mundo não é em seu próprio benefício – o custo é gigante, as baixas são enormes. Esta é a razão pela qual continuo argumentando que a esquerda em todo o mundo deve se manter em contato com a esquerda nos EUA, porque são os únicos que podem gerar uma mudança de regime em Washington.

CL: Quero compartilhar seu otimismo empedernido, mas antes gostaria de examiná-lo um pouco. Quando a ONU se formou, foi produto de mais de quarenta anos de caos na Europa – as pessoas haviam atravessado um inferno e por fim os países europeus capitalistas relativamente avançados puseram seu peso no projeto. Mas podemos hoje imaginar uma ordem mundial reconstruída, democrática e igualitária se o assim chamado Norte não passou por um período de sofrimento? Desde o ocorrido na Somália, os EUA estiveram decididos em minimizar suas próprias baixas e, enquanto, centenas de norte-americanos perderam a vida ou ficaram mutilados para toda a vida, no Iraque e no Afeganistão, foram em sua maioria soldados de infantaria profissionais, os chamados *grunts*, provenientes de setores pobres; e ademais, suas mortes e ferimentos foram mantidos em boa medida ocultas. A maioria das pessoas comuns no Norte em seu conjunto na verdade não experimenta até o momento nenhuma dor, nem sequer no econômico. Não está claro para mim que ninguém no Norte esteja sofrendo o suficiente para fazer os sacrifícios necessários para criar uma nova ordem mundial do tipo de que estamos falando. O que mobiliza o movimento ecológico, e até certo ponto o movimento anticorporativo que está ligado a ele, é uma consciência de que o capitalismo global neoliberal não pode seguir adiante, isto é, uma ansiedade com relação ao que irá acontecer. Mas pode-se obter apoio maciço para transformar a ordem global somente com base na ansiedade?

TB: Se pensarmos bem, toda a raça humana está inter-relacionada – temos ancestrais comuns e somos como sobreviventes em um bote salva-vidas, com apenas um pedaço de pão. Existem somente três maneiras de distribuir esse pedaço – vendê-lo, de modo tal que o rico fique com todo ele; lutar por ele, de modo tal que o mais forte fique com ele; ou compartilhá-lo, de modo tal que todos recebam uma parte. Esta é a alternativa para a raça humana. Esta idéia está alcançando gradualmente a todos por meio do movimento ambiental. E se isto é assim, vamos ir a uma guerra com a China para nos assegurarmos de que não obtenha petróleo? Com a Índia, para nos assegurarmos de que não obtenha petróleo? Com o Brasil? Obviamente que não. O equilíbrio inteiro do mundo está contra isso. E, então, a crise da ONU terá de ressurgir em grande forma.

Mesmo que não cometam os mesmos erros perigosos que cometeram no Iraque, podem realmente ocupar cada país que tem petróleo? Obviamente que não. Se se postula este argumento, as pessoas compreendem. Ninguém quer pagar mais pelo petróleo,

ninguém quer racionamento. Mas se for o caso, a realidade é o argumento que conta. As pessoas entendem. Deixemos de lado a moralidade de esquerda ou a análise de esquerda; realmente não se pode oprimir as pessoas, e essa foi a lição da história. De modo que estamos diante de uma base de muito longo prazo para o otimismo, mas penso que é um argumento fácil de sustentar. Não é necessário ler Marx ou Lênin para afirmá-lo. As pessoas entendem. E a Internet mudou as coisas. A quantidade de informação disponível para toda pessoa judiciosa, para todos os organizadores, é tal, que agora todos sabem o que está acontecendo.

CL: Estou de acordo, obviamente, com o fato de que a Internet transformou o ativismo, mas não transformou os meios de comunicação maciços. A mídia obtém toda essa informação, e a armazena, mas sua maioria somente a usa quando os donos ou os editores consideram que é conveniente e seguro fazê-lo. A maioria das pessoas não está ativa, e somente lê ou escuta o que a mídia de massa publica.

TB: A mídia maciça é a igreja moderna. A religião mais poderosa do mundo neste momento não é o cristianismo nem o budismo. O dinheiro é a grande religião; as pessoas prestam culto ao dinheiro. A informação econômica é dada toda hora, o que aconteceu com o *Financial Times & Stock Exchange* (FTSE), o que aconteceu com as médias do *Dow Jones*; ao menos na mídia norte-americana, é um hino constante ao capitalismo. Não foi por acidente que Henrique VIII nacionalizou a igreja da Inglaterra, mas sim porque queria um sacerdote em cada púlpito cada domingo dizendo: “Deus quer que façam o que o Rei quer que façam”. E os conservadores nacionalizaram a BBC porque queriam um especialista em cada canal nos dizendo que o governo tinha razão. Acreditava que a BBC tinha sido horrível durante a guerra de Iraque, mas o mero fato de haver permitido que uma visão diferente fosse ao ar a fez cair. Eu estava fazendo uma transmissão com William Hague e me tiraram do ar porque em uma emissão ataquei Hutton e disse que se tratava de um informe corrompido. Não o usaram, e me tiraram do programa.

Mas é muito difícil para a mídia negar o que as pessoas sabem. As pessoas sabem que não podem obter uma aposentadoria porque o dinheiro está sendo destinado para matar aposentados no Iraque. Sabe que não podem ter educação porque o dinheiro está sendo usado para bombardear estudantes no Iraque. É um argumento tão fácil de formular. Eu viajo ao redor do país organizando reuniões. Na terça à noite estava em Manchester. Mil e setecentas pessoas se fizeram presentes em um teatro e permaneceram sentadas durante vinte minutos, seguido de uma hora e meia de discussão. Não sei quais orientações políticas tinham, mas por Deus, agora existe uma audiência que não existia antes, nos primeiros anos do Novo Trabalhismo, quando a política estava “morta” e as pessoas estavam apáticas. Agora existe esta grande audiência para escutar coisas positivas, esperançosas. As pessoas estão bravas porque ninguém as escuta. Não crêem no que lhes dizem. E nervosismo e desconfiança não são o mesmo que apatia. Há uma força que está se desenvolvendo. Ainda não chegou ao sistema parlamentar, mas terá de fazê-lo.

NOTAS

1 Centenas de estrangeiros provenientes do Ocidente, incluindo 82 britânicos, foram tomados como reféns quando o Iraque invadiu o Kuwait em agosto de 1990. O ex primeiro-ministro conservador Edward Heath iniciou uma missão similar à de Benn. Os reféns britânicos foram liberados em dezembro de 1990.

2 Para uma transcrição completa do encontro entre Glaspie e Saddam, confirmando a reclamação de Saddam, ver <<http://www.whatreallyhappened.com/ARTICLE5/april.html>>.

3 Segundo um dos jornalistas mais bem-informados do Ocidente que estava cobrindo o Iraque, Iyad Allawi, nomeado primeiro-ministro executivo do governo interino prévio ao “transpasso de soberania” de 30 de junho de 2004, era bem conhecido como “o preferido do Departamento de Estado e da CIA como também do MI6 britânico”. “O Acordo Nacional Iraquiano (*Iraqi National Accord*, INA) de Allawi era tão prolífico com relação a fornecer informação falsa sobre as armas de destruição maciça do Iraque como seu rival, o Congresso Nacional Iraquiano de Ahmad Chalabi. O INA foi a fonte da sensacional afirmação de que o Iraque era capaz de disparar suas armas de destruição maciça dentro de 45 minutos posteriores a uma ordem de Saddam em tal sentido. Durante as negociações no Conselho de Segurança sobre os direitos do governo interino a ter suas próprias forças de segurança e sua relação com as Forças Multi-Nacionais lideradas pelos EUA (*Multi-National Forces*, MNF), os franceses insistiram em um veto iraquiano a qualquer ofensiva de grande escala das MNF. Ao não apoiar a demanda da França, Allawi demonstrou sua boa fé pró norte-americana aos principais oficiais norte-americanos”, Dilip Hiro, “Tipping Point in Iraq”, 23 de Junho 2004, <www.TomDispatch.com>.